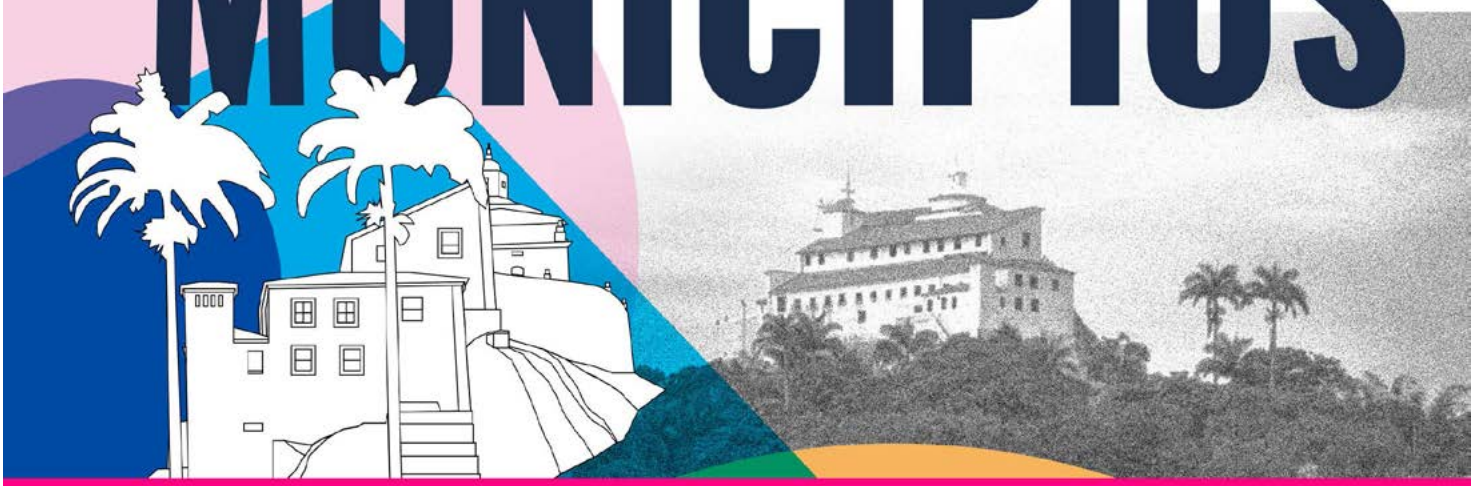
DIÁRIO AMUNES OFICIAL
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO
www.amunes.org.br

DOS MUNICÍPIOS



Edição Nº2.770 **quarta-feira, 28 de Maio de 2025** **Vitória/ES**

Associação dos Municípios do Espírito Santo

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - Luciano Miranda Salgado
Secretário - Augusto Astori Ferreira
Vice-presidente - Sidiclei Gilesde Andrade
Tesoureiro - Gedson Brandão Paulino

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos - Romero Luiz Endringer / Helio Carlos Ribeiro Cândido
Edmilson Meireles de Oliveira
Membros Suplentes - Josafá Storch / Jaime Santos Oliveira Junior / Dorlei Fontão da Cruz

CONSELHO DE ÉTICA

Membros Efetivos - Romário Batista Vieira / Gilmar de Souza Borges
Fernando Videira Lafayette
Membros Suplentes - Luciano Roncetti Pimenta / Marcos Geraldo Guerra
Eleardo Aparício Costa Brasil

DIRETORES REGIONAIS

Euclério de Azevedo Sampaio Júnior - Região Metropolitana / Marcos Antônio Guerra Wandermurem - Região Nordeste / Lastênio Luiz Cardoso - Região Centro Oeste / Luiz Carlos Coutinho - Região Rio Doce / Cleudenir José de Carvalho Neto - Região Caparaó / Elieser Rabello - Região Central Sul / Jocenei Marconcini Castelari - Região Litoral Sul / Leví Marques de Souza - Região Sudoeste Serrana / Vander Patrício - Região Central Serrana / Jaílson José Quiuqui - Região Noroeste

DIRETORIA DE SAÚDE

Diretor - Gesi Antônio Da Silva Júnior
Vice-diretor - Luiz Américo Borel

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

Diretor - André Dos Santos Sampaio
Vice-diretor - Antônio Gualhano Azevedo

DIRETORIA DE INOVAÇÃO E CIDADES INTELIGENTES

Diretor - Nemrod Emerick
Vice-diretor - Uelikson Boone

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Diretor - Diego Krentz
Vice-diretor - Josemar Machado Fernandes

DIRETORIA DE PETRÓLEO E GÁS

Diretor - Fabrício Petri
Vice-diretor - Antônio da Rocha Sales

DIRETORIA DE MINERAÇÃO

Diretor - Leonardo Prando Finco
Vice-diretor - Paulo Sérgio de Nardi

DIRETORIA DE CONSÓRCIOS

Diretor - Sérgio Fonseca
Vice-diretor - André Wiler Silva Fagundes

DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES

Diretora - Fernanda Siqueira Sussai Milanese
Vice-diretora - Ana Izabel Malacarne de Oliveira

DIRETORIA DE AGRICULTURA

Diretor - David Mozdzen Pires Ramos
Vice-diretor - Aílton da Costa Silva

DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Diretor - Tiago Rocha
Vice-diretor - Marcos Jauhar

Avenida Princesa Isabel, 629 - Ed. Vitória Center - Sala 401 - Centro
Vitória/ES - CEP: 29010-904 - (27) 9 9842-8048

Atos

Prefeituras

Afonso Cláudio

Decreto

DECRETO Nº 0000293/2025, 27 de maio de 2025

O Prefeito Municipal de AFONSO CLAUDIO, no Estado do ES, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002612/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 1.000,00 (um mil reais), nas seguintes dotações:

Dotações Suplementadas
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
2.107 - APOIO E INCENTIVO A EQUIPES E ATLETAS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS

33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	150000000	1.000,00
Total do Projeto/Atividade			1.000,00
Total da Unidade			1.000,00
Total			1.000,00
Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:			

Dotações Anuladas
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
2.107 - APOIO E INCENTIVO A EQUIPES E ATLETAS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS

33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte:	150000000	1.000,00
Total do Projeto/Atividade			1.000,00
Total da Unidade			1.000,00
Total			1.000,00

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AFONSO CLAUDIO, 27 de maio de 2025
LUCIANO RONCETTI PIMENTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559728

DECRETO Nº 0000294/2025, 27 de maio de 2025

O Prefeito Municipal de AFONSO CLAUDIO, no Estado do ES, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002612/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 2.822,00 (dois mil oitocentos e vinte e dois reais), nas segui ntes dotações:

Dotações Suplementadas
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

2.121 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte:	150000150	2.822,00
Total do Projeto/Atividade			2.822,00
Total da Unidade			2.822,00
Total			2.822,00
Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:			

Dotações Anuladas
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
2.127 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

33903600000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte:	150000150	2.822,00
Total do Projeto/Atividade			2.822,00
Total da Unidade			2.822,00
Total			2.822,00

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AFONSO CLAUDIO, 27 de maio de 2025
LUCIANO RONCETTI PIMENTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559737

DECRETO Nº 0000295/2025, 27 de maio de 2025

O Prefeito Municipal de AFONSO CLAUDIO, no Estado do ES, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002612/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 10.500,00 (dez mil quinhentos reais), nas seguintes dotaçõe s:

Dotações Suplementadas

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
2.138 - INTENSIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E SAÚDE

33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte:	260000009	10.500,00
Total do Projeto/Atividade			10.500,00
Total da Unidade			10.500,00
Total			10.500,00

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos: I - Superávit R$ 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)			

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
AFONSO CLAUDIO, 27 de maio de 2025
LUCIANO RONCETTI PIMENTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559744

DECRETO Nº 290/2025

DESIGNA SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, no uso de atribuições que lhe são conferidas, e;
Considerando que a servidora Elisangela Aparecida de Matos solicitou prorrogação de sua Licença Maternidade em pedido protocolado sob o nº 2407/2025 em 03 de fevereiro de 2025, para o período de 60 (sessenta) dias, a partir de 27 de maio de 2025;

R E S O L V E, designar nos termos do art. 33, art. 34 e art. 35, da Lei Municipal nº 1.448/97, a senhora **LAVÍNIA TELLES DE SOUZA** para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Cadastros, **no período de 27 de maio de 2025 a 26 de julho de 2025** em substituição da servidora **Elisangela Aparecida de Matos**, no período de prorrogação da Licença Maternidade.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, 26 de maio de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANO RONCETTI PIMENTA - PREFEITO MUNICIPAL

ASSINADO DIGITALMENTE
PAULO HENRIQUE PAGOTTO - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Protocolo 1559861

DECRETO Nº 291/2025

DESIGNA GESTOR DO PROGRAMA ESTADUAL DO TRANSPORTE ESCOLAR - PETE.

O Prefeito Municipal de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, no uso de atribuições que lhe são conferidas e;

Considerando o Ofício nº 0449/2025 da Secretaria Municipal de Educação, protocolizado sob o nº 10640/2025 de 26 de maio de 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar como Gestor do Programa Estadual do Transporte Escolar - PETE do Município de Afonso Cláudio-ES, o Secretário Municipal de Educação, Sr. **JORGE LUIZ ARAUJO COELHO**, a partir de fevereiro de 2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, 26 de maio de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANO RONCETTI PIMENTA - PREFEITO MUNICIPAL

ASSINADO DIGITALMENTE
PAULO HENRIQUE PAGOTTO - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Protocolo 1559869

DECRETO Nº 292/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO, no uso de suas atribuições que lhe confere Lei Orgânica 01/1990 e tendo em vista a Portaria MCID nº 175, de 29 de fevereiro e 2024 do Ministério das Cidades, assim como a Portaria Concidades/ES nº 01, de 13 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a realização da 6ª Conferência Estadual das Cidades do Espírito Santo.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros da Comissão Organizadora da 07ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Afonso Cláudio:
§ **1º** Representante(s) do Poder Público:
I - ANDERSON GERALDO PAGOTTO DE MOURA
Representante do Poder Legislativo;
II- BALBINO DE VARGAS GUISSO
Representante da Secretaria Municipal de Educação;
III - BRENO CAETANO DA SILVA
Representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
IV- HELVÉCIO PAGANINI MAIOLI
Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
V - JULIANA POTRATZ CRUZ
Representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
VI - STEWAND BERGER SCHULTZ
Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
§ **2º** Representante(s) de Entidades de Movimentos Populares:
I -FILIPE PEREIRA MARTINS
Representante do Conselho do Plano Diretor Municipal
II - GILMAR GONÇALVES DE LIMA
Representante do Movimento Comunitário São Vicente de Paula;

III- LEANDRO PEREIRA CAMARGO
Representante da Associação de Catadores Afonso Cláudio Recicla;
§ **3º** Representante(s) de Entidades de Trabalhadores:
I - PEDRO VILL
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
§ **4º** Representante(s) de Entidades de Empresários:
I - FERNANDO DE BULHÕES PÁDUA DE SOUZA
Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;
§ **5º** Representante(s) de Entidades de Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Conselhos Profissionais:
I - GUSTAVO GUIMARÃES PIMENTA
Representante da 19ª Subseção de Afonso Cláudio - Seccional do Espírito Santo, Ordem dos advogados do Brasil;
§ **6º** Representante(s) de Organizações Não-Governamentais:
I -WASHINTON RODRIGO MIRANDA BENTO
Representante do Projeto Resgate em Vida.

Art. 2º Cabe à Comissão Organizadora Municipal:
I - Elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições deste regimento interno e do regimento interno da Conferência Estadual;
II - Planejar a infraestrutura para a realização da Etapa Municipal;
III - Mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 7ª Conferência Municipal das Cidades no município de Afonso Cláudio e da 6ª Conferência Estadual das Cidades/ES;
IV - Elaborar o relatório final da Conferência Municipal das Cidades;
V - Preencher o formulário da Conferência Municipal das Cidades.
Parágrafo único. A Comissão Organizadora Municipal poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda a organização da Etapa Municipal.

Art. 3º Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora Municipal, cabendo recurso à Comissão Organizadora Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

Art. 4º O relatório final da 7ª Conferência Municipal das Cidades do município de Afonso Cláudio deverá ser elaborado e publicado, conforme modelo definido pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, 26 de maio de 2025.
ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANO RONCETTI PIMENTA - PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559879

Edital

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

RESULTADO FINAL

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, usando das atribuições legais, FAZ SABER QUE, tendo em vista a conclusão dos trabalhos de realização de Chamamento Público 001/2025, por meio da Comissão de Seleção nomeada pela Portaria de nº 264/2025 e, não havendo interposição de recursos depois de decorridos os prazos legais, RESOLVE RATIFICAR A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do Chamamento Público, realizado com o objetivo de selecionar as melhores propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil, OSC, para firmar Acordo de Cooperação com o Município de Afonso Cláudio/ ES, visando destinar os equipamentos, pelo prazo de 05 anos, de acordo com a aprovação da Comissão de Seleção para Processamento e Julgamento de Chamamento Público no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do Gestor da Parceria.

A proponente abaixo apresentou os documentos comprobatórios da capacidade jurídica, regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, conforme previstos no Edital de Chamamento Público, habilitando-a para formalização do Acordo de Cooperação.

RAZÃO SOCIAL	EQUIPAMENTO PÚBLICO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Afonso Cláudio/ ES “Afonso Cláudio Recicla”	PRENSA ENFARDADEIRA especificações: fardos de até 380 kg força de compactação: 25 toneladas peso dos fardos papel/papelão: até 380 kg peso dos fardos plástico filme e similares: até 380 kg peso dos fardos pet: até 140 kg motor: 10 cv motor trifásico aplicação: papel, papelão, plásticos, pet	43	1ª

RAZÃO SOCIAL	EQUIPAMENTO PÚBLICO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Afonso Cláudio/ES "Afonso Cláudio Recicla"	Chevrolet Monatana ano 2018 modelo 2019, motor econoflex GAS/ALC 1.4, com potência de 94 CV (gasolina) 99CV (álcool).	43	1ª

Afonso Cláudio, 28 de maio de 2025.

Ailton Vieira Lima Junior
Presidente da Comissão de Seleção

Vinicios Rocha De Souza
Membro da Comissão de Seleção

Mateus Roncette Garcia
Membro da Comissão de Seleção

Helvécio Paganini Maioli
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Protocolo 1559043

Portaria

PORTARIA Nº 274/2025

APROVA O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PAC) PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

O Prefeito Municipal de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, no uso de atribuições que lhe são conferidas;
Considerando o que dispõe o Art. 12, VII, da Lei Federal n° 14.133/2021, de 1º de abril de 2021;
Considerando a realização do planejamento de contratações públicas, visando o exercício de 2025;
Considerando o Decreto Municipal n° 333/2023 - IN SCL N° 011/2023.

R E S O L V E

Art. 1º. Aprovar o Plano Anual de Contratações (PAC) da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio/ ES para o exercício de 2025 nas conformidades do Anexo único;

Art. 2º São objetivos do PAC, atender os princípios do planejamento, a transparência e a governança pública, incluindo os princípios basilares da administração pública, bem como o fomento às políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, a inovação tecnológica, e ao regime diferenciado de contratação pública, todos na forma da lei.

Art. 3º A execução e o cumprimento do PAC serão de responsabilidade, acompanhamento e fiscalização das Secretarias Municipais, de acordo com as suas respectivas proposituras de contratações públicas, consolidadas no Anexo Único.

Art. 4° A execução e cumprimento do PAC deve orientar-se e observar as legislações correlatas aplicáveis, especialmente as leis orçamentárias e financeiras, bem como o devido procedimento administrativo para tal.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, 27 de maio de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANO RONCETTI PIMENTA - PREFEITO MUNICIPAL

ASSINADO DIGITALMENTE
PAULO HENRIQUE PAGOTTO - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES
ANO 2025

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Contratações tem o intuito de implementar um sistema de planejamento das contratações no âmbito da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio-ES e estabelecer um processo contínuo de melhoria nas rotinas das contratações.
O principal objetivo é estabelecer o planejamento das contratações como ferramenta de gestão, e assim, controlar, otimizar, prevenir a descontinuidade da oferta e valorizar a atividade de contratações.
Tem como princípios a eficiência, efetividade, transparência, racionalidade e controle nos processos de Licitações e Contratações.

2. LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES

O objetivo incialmente estabelecido para definição do conjunto de dados que irá compor o Plano Anual de Contratações do ano 2025, tomou por base a necessidade de garantir a continuidade das contratações indispensáveis a manutenção da estrutura deste Órgão e a disponibilização dos novos produtos/serviços dentro dos prazos estabelecidos pelos setores demandantes.
Desta forma, o levantamento das informações constantes do PAC - 2025 se deu a partir de reuniões com servidores de cada uma das secretarias municipais, ocasião em que foram expostas as metodologias que deveriam ser consideradas na estruturação das informações.
A planilha para coleta dos dados foi estruturada de forma a reduzir o risco de descontinuidade das contratações essenciais e garantir que os novos produtos/serviços sejam disponibilizados dentro dos prazos estabelecidos pelos setores demandantes.
Após, foram encaminhados por e-mail a planilha base com as informações extraídas e consolidadas no PAC-2025.

3. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A estimativa do valor das contratações foi elaborado pelos setores requisitantes/ técnicos, utilizando como base a Lei Orçamentária Anual vigente no exercício de elaboração do plano, com possibilidade de revisão justificada no item 11 da Instrução Normativa SCL nº 011/2023.

4. MICROEMPREENDEDORESINDIVIDUAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Os editas de licitação darão tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte (licitações exclusivas, cota reservada, empate ficto, regularização tardia), em observância ao que dispõe a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e a Lei Municipal nº 2.048/2013 que dispõe sobre o programa de incentivos para o desenvolvimento da economia solidária, turística e tecnológica de Afonso Cláudio/ES, com tratamento favorecido, diferenciado e simplificado aos Microempreendedores Individuais - MEI ou EI, Microempresas - ME e Empresas De Pequeno Porte - EPP, e dá outras providências.

5. AQUISIÇÕES PRETENDIDAS

Após o recebimento e posterior validação das informações remetidas pelos setores demandantes, elaboramos o quadro a seguir onde foram consolidadas as previsões de aquisição /renovações contratuais que deverão ocorrer em 2025.

ITEM	Contratação (descrição sucinta do objeto de aquisição/serviço)	Tipo (nova contratação ou prorrogação)	Quando produto/serviço precisa estar disponível (previsão de data desejada para a contratação estar disponível)	Data inicial da instrução Contratação/renovação (previsão de data de início da instrução processual para contratação)
1	Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto	Nova Contratação	Janeiro	Janeiro
2	Fornecimento de energia elétrica	Nova Contratação	Janeiro	Janeiro
3	Confecção de chaves, intervenções de fechadura e carimbos	Nova Contratação	Janeiro	maio/25
4	Contratação de agência especializada em propaganda para serviços de publicidade	Nova Contratação	Janeiro	out/25
5	Serviços de medicina e segurança do trabalho	Nova Contratação	Janeiro	maio/25
6	Plataforma tecnológica integrada de construção inteligente de termos de referência nos termos da lei n. 14.133	Nova Contratação	Janeiro	mar/2025
7	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização e execução de concurso público.	Nova Contratação	A definir	A definir
8	Contratação de emissora de rádio	Nova Contratação	Janeiro	out/25
9	Contratação de serviço técnico de som e luz	Nova Contratação	Janeiro	out/25
10	Serviços funerários	Prorrogação	Janeiro	out/25
11	Equipamentos, estruturas e materiais para eventos	Nova Contratação	Janeiro	out/25
12	Livros didáticos do Sistema Aprende Brasil	Nova Contratação	Janeiro	out/25
13	Manutenção preventiva e corretiva de impressoras	Nova Contratação	Janeiro	out/25
14	Materiais de combate e prevenção à incêndios, recargas de extintores e similares	Nova Contratação	Janeiro	out/25
15	Medicamentos - Sistema de Registro de Preços - SERP		Janeiro	out/25
16	Nitrogênio Liquido	Nova Contratação	Janeiro	out/25
17	Notebooks (Emenda Parlamentar da Secretaria Municipal de Educação)	Nova Contratação	Janeiro	out/25
18	Oxigênio e acetileno	Nova Contratação	Janeiro	out/25
19	Publicações no Diário Oficial do Espírito Santo	Nova Contratação	Janeiro	out/25
20	Aquisição Sal grosso	Prorrogação	Janeiro	out/25
21	Serviço de destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU	Nova Contratação	Janeiro	out/25
22	Serviço de locação de equipamentos, estruturas e materiais para eventos	Nova Contratação	Janeiro	out/25
23	Serviço de locação de palcos, sonorização, iluminação e painéis de led	Nova Contratação	Janeiro	out/25
24	Serviço de manutenção da iluminação do Centro Cultural	Nova Contratação	Janeiro	out/25
25	Serviço de manutenção da sonorização do Centro Cultural	Nova Contratação	Janeiro	out/25
26	Serviço de produção de eventos	Nova Contratação	Janeiro	out/25
27	Serviço de transporte de resíduos sólidos urbanos - RSU e locação de caixa estacionária	Contratação	Janeiro	out/25
28	Serviços de transporte escolar para rede estadual e municipal de ensino	Nova Contratação	Janeiro	out/25
29	Serviços de transporte para viagens intermunicipais	Nova Contratação	Janeiro	out/25
30	Sistema para Gerenciamento do Transporte Escolar	Nova Contratação	Janeiro	out/25
31	Aquisição de veículos e motocicletas	Nova Contratação	Janeiro	out/25
32	Aquisição de anti virus	Nova Contratação	Fevereiro	nov/25
33	Cestas básicas	Nova Contratação	Fevereiro	nov/25
34	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo -CREA-ES	Nova Contratação	Fevereiro	Janeiro
35	Gênero alimentício Agricultura Familiar	Nova Contratação	Fevereiro	nov/25
36	Lanches prontos	Nova Contratação	Fevereiro	nov/25
37	Licença Windows	Nova Contratação	Fevereiro	nov/25
38	Locação de equipamentos de impressão e cópia	Prorrogação	Fevereiro	nov/25
39	Materiais de recreação e jogos educativos	Nova Contratação	Fevereiro	nov/25
40	Publicações no Diário Oficial da União	Prorrogação	Fevereiro	Janeiro
41	Serviço de assessoria e consultoria em contabilidade aplicada ao setor público.	Prorrogação	Fevereiro	nov/25
42	Serviço de manutenção de catraca eletrônica	Nova Contratação	Fevereiro	nov/25
43	Serviço de videomonitoramento	Nova Contratação	Fevereiro	nov/25
44	Serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada	Nova Contratação	Fevereiro	nov/25
45	Sistema de gestão pública integrada	Prorrogação	Fevereiro	nov/25
46	Uniformes em geral	Nova Contratação	Fevereiro	nov/25
47	Assinatura de licença de software da Autodesk Aec Collection	Nova Contratação	Março	Janeiro
48	Certificado Digital	Nova Contratação	Março	Janeiro
49	Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e materiais	Nova Contratação	Março	Janeiro
50	Gêneros Alimentícios	Nova Contratação	Março	Janeiro
51	Gêneros Alimentícios para dietas com restrições	Nova Contratação	Março	Janeiro
52	Marmitex e refeições	Nova Contratação	Março	dez/2025
53	Serviços de manutenção preventiva e corretiva em eletrodomésticos e equipamentos	Nova Contratação	Março	Janeiro
54	Itens de reposição periódica para veículos e máquinas	Nova Contratação	Abril	Janeiro
55	Gêneros alimentícios Merenda Escolar	Nova Contratação	Abril	Janeiro
56	Materiais e artigos para cama, mesa, banho e enxoval para bebês	Nova Contratação	Abril	Janeiro
57	Materiais e equipamentos odontológicos	Nova Contratação	Abril	Janeiro
58	Mesa educativa digital	Nova Contratação	Abril	Janeiro
59	Obras literárias	Nova Contratação	Abril	Janeiro
60	Serviço de limpeza e desinfecção de caixas d'água/reservatórios, controle de pragas e vetores, dedetização e desratização	Nova Contratação	Abril	Janeiro
61	Serviço de manutenção de equipamentos odontológicos	Nova Contratação	Abril	Janeiro

62	Serviços de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática	Prorrogação	Abril	Janeiro
63	Serviços técnicos especializados para elaboração do plano de manejo e diagnóstico fundiário - Monumento Natural Pedra dos Três Pontões - MONA	Nova Contratação	Abril	Janeiro
64	Aquisição de câmeras de segurança	Nova Contratação	Abril	Janeiro
65	Eletrodomésticos (Emenda Parlamentar da Secretaria Municipal de Educação)	Nova Contratação	Maio	Janeiro
66	Equipamentos e componentes de informática, áudio e visual	Nova Contratação	Maio	Fevereiro
67	Locação de equipamentos de impressão e cópia	Prorrogação	Maio	Fevereiro
68	Materiais para sinalização de trânsito e outros	Nova Contratação	Maio	Janeiro
69	Serviço de gerenciamento de peças e serviços veiculares	Nova Contratação	Maio	Janeiro
70	Serviço de licenciamento do sistema Orçafascio	Nova Contratação	Maio	Janeiro
71	Serviço de transporte de resíduos sólidos urbanos - RSU e locação de caixa estacionária	Contratação	Maio	Janeiro
72	Serviços cartorários	Nova Contratação	Maio	Janeiro
73	Telescópio	Nova Contratação	Maio	Fevereiro
74	Plataforma Educacional Digital	Nova Contratação	Maio	Fevereiro
75	Aquisição de elevador	Nova Contratação	Junho	Março
76	Serviço assessoria em prevenção e combate à incêndio	Nova Contratação	Junho	Março
77	Balança para Associação de Catadores	Nova Contratação	Junho	Fevereiro
78	Serviços de diagnósticos laboratoriais de análises clínicas	Prorrogação	Junho	Março
79	Equipamentos para telefonia voip	Nova Contratação	Junho	Fevereiro
80	Materiais de uso contínuo da Vigilância Ambiental	Nova Contratação	Junho	Março
81	Medicamentos	Nova Contratação	Junho	Fevereiro
82	Ônibus (Emenda Parlamentar da Secretaria Municipal de Educação)	Nova Contratação	Junho	Março
83	Prensa da Associação de Catadores	Nova Contratação	Junho	Março
84	Serviço de gerenciamento de abastecimento de combustíveis, óleos e lubrificantes	Nova Contratação	Junho	Janeiro
85	Serviço de instalação e manutenção de sistema de telefonia voip	Prorrogação	Junho	Fevereiro
86	Serviços de internet	Prorrogação	Junho	Março
87	Serviços de serralheria	Nova Contratação	Junho	Março
88	Sistema para gerenciamento e acompanhamento de processos judiciais e administrativos	Prorrogação	Junho	Março
89	Serviços de instalação de persianas	Nova Contratação	Julho	Abril
90	Materiais médicos hospitalares	Nova Contratação	Julho	Abril
91	Aquisição Relógio de ponto	Nova Contratação	Julho	Abril
92	Serviço de assessoria e consultora técnica contábil às escolas	Prorrogação	Julho	Março
93	Serviço de transporte de Revsol	Nova Contratação	Julho	Março
94	Serviços de instalação, manutenção corretiva e preventiva de relógios de ponto	Prorrogação	Julho	Março
95	Sistema de radiocomunicação	Nova Contratação	Julho	Março
96	Sulfato de alumínio ferroso	Nova Contratação	Julho	Março
97	Tonners, cartuchos e recargas	Nova Contratação	Julho	Março
98	Treinamentos e capacitações	Nova Contratação	Julho	Março
99	Uniformes escolares	Nova Contratação	Julho	Abril
100	Utensílios domésticos	Nova Contratação	Julho	Abril
101	Bueiro celular	Nova Contratação	Agosto	Março
102	Equipamentos de climatização e ar condicionado	Nova Contratação	Agosto	Abril
103	Materiais de construção e ferramentas	Nova Contratação	Agosto	Abril
104	Materiais elétricos	Nova Contratação	Agosto	Abril
105	Materiais esportivos	Nova Contratação	Agosto	Maio
106	Materiais esportivos (Emenda Parlamentar da Secretaria Municipal de Educação)	Nova Contratação	Agosto	Maio
107	Materiais gráficos para comunicação visual	Nova Contratação	Agosto	Maio
108	Material de iluminação pública	Nova Contratação	Agosto	Maio
109	Mobiliário para ambientes escolares	Nova Contratação	Agosto	Maio
110	Mobiliário para ambientes escolares (Emenda Parlamentar da Secretaria Municipal de Educação)	Nova Contratação	Agosto	Maio
111	Mobiliário para outros ambientes escolares (Emenda Parlamentar da Secretaria Municipal de Educação)	Nova Contratação	Agosto	Maio
112	Mobiliário para salas de aula (Emenda Parlamentar da Secretaria Municipal de Educação)	Nova Contratação	Agosto	Maio
113	Mobiliários e eletrodomésticos	Nova Contratação	Agosto	Maio
114	Mudas de flores, plantas, adubos, fertilizantes e materiais	Nova Contratação	Agosto	Maio
115	Serviços de fornecimento de divisórias, gesso, forros, esquadrias e vidros	Nova Contratação	Agosto	Fevereiro
116	Sistema de virtualização de processos e protocolo digital	Prorrogação	Agosto	Março
117	Bicicletas com capacetes - Emenda Parlamentar da Secretaria Municipal de Educação	Nova Contratação	Setembro	Junho
118	Gás liquefeito de petróleo	Nova Contratação	Setembro	Maio
119	Instrumentos musicais e acessórios	Nova Contratação	Setembro	Junho
120	Serviço de perfuração de pontos com retirada de material com análise para investigação de área contaminadas	Nova Contratação	Setembro	Maio
121	Serviços de transporte escolar	Nova Contratação	Setembro	Maio
122	Triturador para reciclagem do resíduo de construção civil	Nova Contratação	Setembro	Junho
123	Insumos para Arborização e Paisagismo e Cercamento para Proteção da Arborização e Paisagismo.	Nova Contratação	Setembro	Maio
124	Locação de equipamentos de impressão e cópia	Prorrogação	Outubro	Julho
125	Materiais de papelaria e expediente	Prorrogação	Outubro	Julho
126	Próteses dentárias	Nova Contratação	Outubro	Julho
127	Serviço de arbitragem	Nova Contratação	Outubro	Julho
128	Serviço de decoração de eventos	Nova Contratação	Outubro	Julho
129	Serviço de manutenção em equipamentos médicos hospitalares	Prorrogação	Outubro	Junho
130	Serviços de gestão e fornecimento de cartão alimentação	Prorrogação	Outubro	Julho
131	Serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, periféricos e compressores	Nova Contratação	Outubro	Julho
132	Serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalação de ar condicionado	Nova Contratação	Outubro	Julho
133	Serviços de recuperação de mangotes	Nova Contratação	Outubro	Julho
134	Serviços de transporte escolar	Nova Contratação	Outubro	Junho
135	Sistema integrado dos serviços aos contribuintes de ICMS	Prorrogação	Outubro	Julho
136	Estruturas de metalon para coleta seletiva (PEVs)	Nova Contratação	Outubro	Junho
137	Serviço para Cálculo atuarial	Nova Contratação	Novembro	Agosto
138	Serviços de exame de Raio X	Prorrogação	Novembro	Agosto
139	Materiais de premiação, medalhas e troféus	Nova Contratação	Dezembro	Setembro
140	Material de limpeza, higiene e descartáveis	Nova Contratação	Dezembro	Agosto
141	Coleta, transporte e destinação de resíduos	Nova Contratação	Dezembro	Setembro
142	Sistema de pesquisa e comparação de preços	Nova Contratação	Dezembro	Setembro
143	Bicicletas	Nova Contratação	A definir	A definir
144	Capacitação para motoristas	Nova Contratação	A definir	A definir
145	Confecção de camisas personalizadas para campanhas	Nova Contratação	A definir	A definir
146	Confecção de mochilas, coletes, camisas e chapéus	Nova Contratação	A definir	A definir
147	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização e execução de concurso público	Nova Contratação	A definir	A definir
148	Contratações de shows musicais de nível municipal, regional e nacional	Nova Contratação	A definir	A definir
149	Equipamentos médicos hospitalares	Nova Contratação	A definir	A definir
150	Fornecimento e plantio de grama	Nova Contratação	A definir	A definir
151	Hospedagem	Nova Contratação	A definir	A definir

152	Lembranças para homenagens	Nova Contratação	A definir	A definir
153	Locação de banheiros químicos	Nova Contratação	A definir	A definir
154	Manutenção de elevador	Nova Contratação	A definir	A definir
155	Materiais de artesanato e aviamentos	Nova Contratação	A definir	A definir
156	Passagens e despesas com locomoção	Nova Contratação	A definir	A definir
157	Aquisição de material permanente - Premiações (NAC)	Nova Contratação	A definir	A definir
158	Aquisição de material e equipamentos - Prêmio Professor Nota 10	Nova Contratação	A definir	A definir
159	Recarga de oxigênio gasoso medicinal	Nova Contratação	A definir	A definir
160	Serviço de consultoria tributária	Nova Contratação	A definir	A definir
161	Serviço de divulgação sonora veicular	Nova Contratação	A definir	A definir
162	Serviço de manutenção de equipamentos eletrônicos e áudio visual	Prorrogação	A definir	A definir
163	Serviço de manutenção para a Central PABX	Nova Contratação	A definir	A definir
164	Serviço de perfuração de poço artesiano	Nova Contratação	A definir	A definir
165	Serviço de qualificação e manutenção de equipamentos do banco de sangue.	Nova Contratação	A definir	A definir
166	Serviço de vistoria mecânica e de inspeção técnica	Nova Contratação	A definir	A definir
167	Serviços de marmoraria	Nova Contratação	A definir	A definir
168	Serviços de medicina e segurança do trabalho	Nova Contratação	A definir	A definir
169	Serviços de móveis planejados	Nova Contratação	A definir	A definir
170	Serviços de vidraçaria	Nova Contratação	A definir	A definir
171	Sistema de Georreferenciamento	Nova Contratação	A definir	A definir
172	Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA	Nova Contratação	A definir	A definir
173	Prestação de serviços de estruturas de RODEIOS de caráter profissional	Nova Contratação	A definir	A definir
174	Veneno para controle de vetores	Nova Contratação	A definir	A definir
175	Assessoramento técnico em desenvolvimento institucional ao setor jurídico	Nova Contratação	A definir	A definir
176	Serviços de manutenção de equipamentos dos sistemas de tratamento de agua (ETA) e esgoto (ETE)	Nova Contratação	A definir	A definir
177	Aquisição de placa veicular	Nova Contratação	A definir	A definir
178	Bastão de ronda eletrônica	Nova Contratação	A definir	A definir
179	Serviço de manutenção e outros em equipamentos do Centro Cultural	Nova Contratação	A definir	A definir
180	Sistema informatizado da assistência social	Nova Contratação	A definir	A definir
181	Sistema para elaboração da LDO	Nova Contratação	A definir	A definir

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

As contratações referentes às obras e serviços de engenharia seguirão os prazos definidos em cronograma específico de cada contratação, constante no edital.

Contratação (descrição sucinta do objeto de aquisição/ serviço)	Tipo (nova contratação ou prorrogação)	Quando produto/ serviço precisa estar disponível (previsão de data desejada para a contratação estar disponível)	Data inicial da instrução Contratação/ renovação (previsão de data de início da instrução processual para contratação)
Contratação de empresa especializada, para a construção da Casa de abrigo Ciranda	Nova Contratação/ Prorrogação	A definir	A definir
Contratação de empresa especializada para Construção e Urbanização da Ponte Norte	Nova Contratação/ Prorrogação	A definir	A definir
Contratação de empresa especializada para Construção e Urbanização da Ponte Sul	Nova Contratação/ Prorrogação	A definir	A definir
Contratação de empresa especializada para Construção de quadra esportiva no Bairro Amâncio Pimenta, no município de Afonso Cláudio/ES.	Nova Contratação/ Prorrogação	A definir	A definir
Contratação de empresa especializada para Construção de campo de Bocha, no distrito de Fazenda Guandu/ES.	Nova Contratação/ Prorrogação	A definir	A definir
Contratação de empresa especializada, para a construção novas escolas	Nova Contratação/ Prorrogação	A definir	A definir

DEMAIS CONTRATAÇÕES

Demaiscontrataçõesqueutilizam-sesubsidiariamente da Lei de Licitações e Contratos.

Contratação (descrição sucinta do objeto de aquisição/serviço)	Tipo (nova contratação ou prorrogação)	Quando produto/ serviço precisa estar disponível (previsão de data desejada para a contratação estar disponível)	Data inicial da instrução Contratação/ renovação (previsão de data de início da instrução processual para contratação)
Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL- Programa	Nova Contratação	Janeiro	nov/25
Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL- Rateio de despesa	Nova Contratação	Janeiro	nov/25
Consórcio Público para o Tratamento e Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos da Região Doce Oeste do Estado do Espírito Santo -CONDOESTE - Rateio de despesas	Nova Contratação	Janeiro	nov/25
Consórcio Público para o Tratamento e Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos da Região Doce Oeste do Estado do Espírito Santo -CONDOESTE - Resíduos de serviço de saúde	Nova Contratação	Janeiro	nov/25
Consórcio Público Rio Guandu - CIM GUANDU	Nova Contratação	A definir	A definir
Corpo de Bombeiros CBMES	Nova Contratação	Janeiro	nov/25
IDAF	Nova Contratação	Janeiro	Janeiro
IEMA	Nova Contratação	Janeiro	Janeiro
Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM)	Nova Contratação	Janeiro	Janeiro
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis	Prorrogação	Janeiro	nov/25
Aluguel de imóvel para funcionamento sede administrativa da Secretaria Municipal de Educação	Nova Contratação	Fevereiro	nov/25
Convênio Hospital São Vicente de Paulo	Nova Contratação	Abril	Janeiro
Aluguel de espaço para eventos da Secretaria Municipal de Educação	Nova Contratação	Março	Janeiro
Serviços de integração ao mercado de trabalho, para a operacionalização do Programa de Estágio de Estudantes	Nova Contratação	Maio	Janeiro
Aluguel de imóvel para funcionamento do depósito de material de construção da Secretaria Municipal de Educação	Prorrogação	Junho	Março
Aluguel de imóvel para funcionamento da base descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	Nova Contratação	Julho	Abril
Aluguel de imóvel para funcionamento do almoxarifado central	Nova Contratação	Julho	Fevereiro
Aluguel de imóvel para funcionamento do Centro Municipal de Assistência e Saúde Mental	Nova Contratação	Julho	Fevereiro

Aluguel de imóvel para funcionamento do Conselho Municipal de Saúde	Nova Contratação	Julho	Fevereiro
Aluguel de imóvel para funcionamento do Polo Universidade Aberta do Brasil	Prorrogação	Agosto	Maio
Aluguel de imóvel para funcionamento da Casa de abrigo Ciranda	Prorrogação	Setembro	Agosto
Aluguel de imóvel para funcionamento da sede administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	Nova Contratação	Setembro	Agosto
Aluguel de imóvel para funcionamento do almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação	Prorrogação	Outubro	Julho
Aluguel de imóvel para alunos da Escola Amaury Gomes	Prorrogação	Março	Janeiro
Aluguel de imóvel para funcionamento do Centro Municipal de Fisioterapia	Nova Contratação	Outubro	Julho
Aluguel de imóvel para funcionamento do Conselho Tutelar	Nova Contratação	Dezembro	Outubro
Alugueis sociais	Nova Contratação	A definir	A definir
Aluguel de imóvel para funcionamento do Centro de convivência de Fazenda Guandu	Nova Contratação	A definir	A definir
Aluguel de imóvel para funcionamento do Centro de convivência de Mata Fria	Nova Contratação	A definir	A definir

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma foi estruturado de forma a reduzir o risco de descontinuidade das aquisições essenciais e garantir que os produtos/serviços sejam disponibilizados dentro dos prazos estabelecidos. Desta forma, a tabela a seguir apresenta o número de contratações previstas para cada mês.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	A definir	Demais	Obras
35	15	7	11	17	14	12	16	7	13	2	4	50	28	06

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano de contratações deverá ser acompanhado e atualizado.

As aquisições que forem reprogramadas, incluídas, alteradas ou suprimidas deverão ser justificadas e registradas pela Secretaria Municipal de Administração.

PAULO HENRIQUE PAGOTTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LUCIANO RONCETTI PIMENTA
PREFEITO MUNICIPAL

Disponível em: https://afonsoclaudio.camarasempapel.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L20482013.html?identificador=32003000330035003A004C00

Protocolo 1559956

PORTARIA Nº 275/2025
INSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

O Prefeito Municipal de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Ofício nº 026/2025 da Secretaria Municipal de Infraestrutura, protocolizado sob nº 10753/2025, de 27 de maio de 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária do cargo de Engenheiro Civil para atendimento das demandas da Secretaria Municipal Infraestrutura:

- **Presidente**

Paulo Henrique Pagotto

- **Vice Presidente**

Gilmar Gonçalves de Lima

- **Secretário**

Raiane Duarte Dias Fonseca Friaça

- **Membros**

Weberson Pereira Severiano

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria N° 180/2024.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, 27 de maio de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANO RONCETTI PIMENTA - PREFEITO MUNICIPAL
ASSINADO DIGITALMENTE
PAULO HENRIQUE PAGOTTO - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Protocolo 1559964

Termos

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2025
PROC. Nº 6937/2025

Termo de Fomento nº 006/2025 celebrado pelo **MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO/ES**, inscrito no CNPJ nº 27.165.562/0001-41, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, e o **INSTITUTO DE CONSCIÊNCIA ANTIDROGAS COMUNIDADE TERAPÊUTICA PARA DEPENDENTES QUÍMICOS - ICAD**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.731.425/0001-00.

OBJETO: Execução de custeio despesas com aquisição de material permanente e custeio de parte do salário do Psicólogo que compõe a equipe de trabalho, despesas estas necessárias à continuidade e melhoria na oferta do acolhimento e tratamento às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas atendidas pelo ICAD, necessários a continuidade e melhoria na oferta de acolhimento e tratamento às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas atendidas pelo ICAD, conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho que segue em anexo, e tendo em vista a EMENDA Nº 63.

RECURSOS FINANCEIROS: O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R$ 74.809,00 (setenta e quatro mil e oitocentos e nove reais)**, cujo repasse obedecerá ao cronograma de desembolso do Plano de Trabalho; O recurso destinado ao custeio das atividades contidas no Plano de Trabalho estará sob a respectiva dotação orçamentária: **GABINETE DO PREFEITO** - 02 01 04 122 0058 - **Projeto/Atividade:** 0.002 - Emendas Impositivas - **Elemento de Despesa:** 33504300000 - Subvenções Sociais - **Fonte de Recurso:** 150000000001 - Recursos não Vinculados de Impostos e Transferências de Impostos - **Ficha:** 34.

AMPARO LEGAL: Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 384/2017.
VIGÊNCIA: O presente Termo de Fomento **vigerá 12 (doze) meses a partir da data da publicação do Extrato do Termo.**

Afonso Cláudio/ES, 27 de maio de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Prefeito Municipal
Gestão Pública Municipal

João Antônio de Souza
Presidente - Icad
Organização Da Sociedade Civil

Protocolo 1559017

Aditivo

TERMO Nº 003 - ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8573/2025

Locatário: O **Município de Afonso Cláudio/ES**, CNPJ nº 27.165.562/0001-41.

Locadora: A **Loja Maçonica "José Cupertino"**, CNPJ nº 31.795.057/0001-58.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato em epígrafe pelo **período de 12 (doze) meses, ou seja, de 29/06/2025 a 29/06/2026.**

Valor: A presente prorrogação terá o valor global de **R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)**, a serem pagos em parcelas mensais no equivalente a R$ 600,00 (seiscentos reais). Frisa-se que o valor contratado foi mantido conforme inicialmente pactuado.

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta do orçamento municipal, referente ao exercício de 2025, destinado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, a saber: 09 02 12 122 0027 - **Projeto/Atividade:** 2.071 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação - **Elemento de Despesa:** 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - **Fonte de Recurso:** 150000250000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - MDE - **Ficha:** 525.

Disposições gerais: Permanecem em vigor todas as demais cláusulas do Contrato original e condições anteriormente avençadas que não foram alteradas pelo presente instrumento.

Afonso Cláudio/ES, 27 de maio de 2025.
Luciano Roncetti Pimenta
Prefeito Municipal de Afonso Cláudio/ES
Locatário

André Geraldo Demoner
Representante da Loja Maçônica "José Cupertino"
Locadora

Protocolo 1559015

Águia Branca

Decreto

DECRETO Nº 11.483/2025 D E S I G N A SERVIDOR PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de provimento do Cargo de PROFESSOR "ARTE" para atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, no exercício 2025;

CONSIDERANDO lista de convocação para o cargo de PROFESSOR "ARTE" no EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2024.

CONSIDERANDO a autorização contida na Lei Municipal n.º 1.669/2021 de 01 de dezembro de 2021;

D E C R E T A:

Art. 1º - Designar o servidor abaixo relacionado para exercer temporariamente a função de PROFESSOR "ARTE" na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, conforme segue:

I- NOME: Idione Boasquevisque Maria Menini
CARGO/DISICIPLINA: Professor (ARTE)
CARREIRA: MaMPA I
CARGA HORÁRIA DE: 20 horas
NO PERIODO DE: 22/05/2025 a 23/12/2025
SECRETARIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
LOCAL DE TRABALHO: Irá atuar com ARTE, no turno Vespertino na EMEIEF Pedra torta.

Art. 2º- Havendo mudança na Estrutura do Quadro de Funcionários Públicos, os Servidores estarão automaticamente vinculados ao novo Regime ou Plano de Carreira.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 22 de maio de 2025.

JAILSON JOSE QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1558963

DECRETO N.º 11.485/2025 E X O N E R A SERVIDOR COMISSIONADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º - Considerar exonerada, a partir de 21/05/2025, nos termos do art.º 35, Inciso II da Lei n.º 111/91 de 27 de dezembro de 1991, o servidor abaixo relacionado ocupante do cargo Comissionado de DIRETOR ESCOLAR.

EDILAINE COUTINHO DOS SANTOS

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 22 de maio de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1558966

DECRETO N.º 11.486/2025 E X O N E R A SERVIDOR COMISSIONADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º - Considerar exonerada, a partir de 21/05/2025, nos termos do art.º 35, Inciso II da Lei n.º 111/91 de 27 de dezembro de 1991, o servidor abaixo relacionado ocupante do cargo Comissionado de DIRETOR ESCOLAR.

ADRIANA CRISTINA TOTOLA ORLETTI

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 22 de maio de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1558967

DECRETO Nº 11.487/2025 N O M E I A OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, usando da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, processo 002.503/2025;

CONSIDERANDO, edital 001/2025 - ESTABELECE NORMAS PARA CONTRATAÇÃO/NOMEAÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE AGUIA BRANCA,

CONSIDERANDO, resultado final - do processo seletivo simplificado para o cargo de diretor, onde a servidora abaixo relacionada foi aprovada para o cargo de diretor Escolar na EMEIEF Barra da Jabuticaba.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 22 de maio de 2025, nos termos do art. 23 da Lei nº 112, de 27 de dezembro de 1991, a Srª EDILAINE COUTINHO DOS SANTOS, para exercer o Cargo Comissionado de DIRETOR ESCOLAR, desta Prefeitura Municipal de Águia Branca.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação**.**

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 22 de maio de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1558969

DECRETO Nº 11.488/2025 N O M E I A OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, usando da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, processo 002.503/2025;

CONSIDERANDO, edital 001/2025 - ESTABELECE NORMAS PARA CONTRATAÇÃO/NOMEAÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE AGUIA BRANCA,

CONSIDERANDO, resultado final - do processo seletivo simplificado para o cargo de diretor, onde a servidora abaixo relacionada foi aprovada para o cargo de diretor Escolar na EMEIEF Córrego do Café

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 22 de maio de 2025, nos termos do art. 23 da Lei nº 112, de 27 de dezembro de 1991, a Srª ADRIANA CRISTINA TOTOLA ORLETTI, para exercer o Cargo Comissionado de DIRETOR ESCOLAR, desta Prefeitura Municipal de Águia Branca.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação**.**

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 22 de maio de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1558971

Alegre

Contrato

- EXTRATO -
CONTRATO Nº. 089/2025
PE Nº 078/2023
(PROC. Nº. 4513/2023)
Cód. ID. CidadES/TCE-ES:
2023.004E0700001.02.0031
FUNDAMENTO LEGAL:
Lei n° 10.520/2002, Lei n° 8.666/1993 e LC n° 123/06 e suas alterações.
CONTRATADA:
BORRACHARIA CALEGARIO LTDA
- CNPJ nº 39.276.522/0001-56
CONTRATANTE:
MUNICIPIO DE ALEGRE/ES.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS E SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BORRACHARIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES.
VALOR: R$ 4.011,96 (quatro mil, onze reais, noventa e seis centavos).
PRAZO: O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2025 (31/12/2025).
FONTES DE RECURSO:
- *004001.0412300442.007 -33903000000 - 150000009999 - Fichas: 00096.*
ASSINATURA: 23/05/2025
Alegre/ES, 23/05/2025.
NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal de Alegre/ES
Protocolo 1558907

Alfredo Chaves

Decreto

DECRETO MUNICIPAL 2231-N DE 27 DE MAIO DE 2025.
EMENTA: Torna sem efeito decreto 2229-N de 26 de maio de 2025.
O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES**, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais, em especial o art.45, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 014 de 05 de abril de 2019,
DECRETA:
Art.1°. Torna sem efeito o Decreto n° 2229-N, publicado na data de 26/05/2025 que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção, no âmbito do Município de Alfredo Chaves e dá outras providências.
Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3 . Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Alfredo Chaves/ES, 27 de maio de 2025.
HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1559436

Portaria

PORTARIA Nº 121 DE 26 DE MAIO DE 2025
DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO.

O Secretário Municipal de Administração do Município de Alfredo Chaves/ES, Estado do Espírito Santo, **Jefferson Guisso Neves**, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) servidores (as) Luis Alberto Bianchi, CPF n.º 841.xxx.xxx-68, matrícula nº 9158 e Edineia Aparecida Zambom Tavares CPF n.º 078.xxx.xxx-76, matrícula nº 3849 como Gestor e Fiscal de Contrato, respectivamente, na condição de titulares, para gerir e fiscalizar a execução da Dispensa nº 000038/2025/ADM, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES, inscrita no CNPJ nº 27.142.686/0001-01, e a Empresa DESENTUPIDORA SOUZA, inscrita no CNPJ nº 11.813.340/0001-58, que tem por objeto a contratação de empresa especializada no serviço de limpeza e retirada de esgoto de biodigestores residenciais, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras, nos termos do **Decreto Municipal n.º 1996-N, de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 2º Designar os (as) servidores (as) Jane Casteglione Bettcher, CPF n.º 070.xxx.xxx-76, matrícula nº 3849 e Julia Tavres Zanetti, CPF nº 195.xxx.xxx-99, matrícula nº 3851, como Gestor e Fiscal de Contrato, respectivamente, na condição de suplentes, para gerir e fiscalizar execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular, nos termos do **Decreto Municipal n.º 1996-N, de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Alfredo Chaves/ES, 26 de maio de 2025.

JEFFERSON GUISSO NEVES
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 0001-P/2025
Protocolo 1558863

PORTARIA Nº 122 DE 27 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO.

O Secretário Municipal de Administração do Município de Alfredo Chaves/ES, Estado do Espírito Santo, **Jefferson Guisso Neves**, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) servidores (as) Fernando Bruschi, CPF n.º 110.xxx.xxx-02, matrícula nº 7187

e Dirceu de Souza Cetto, CPF n.º 077.xxx.xxx-51, matrícula nº 7180 como Gestor e Fiscal de Contrato, respectivamente, na condição de titulares, para gerir e fiscalizar a execução do Contrato de nº 038/2025/ADM, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES, CNPJ nº 27.142.686/0001-01 e a empresa SETE PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, inscrita no CNPJ de nº 21.085.458/0001-60, que tem por objeto a contratação de serviços artísticos músico/banda, empresária exclusiva para atender ao Calendário Turístico-Cultural de 2025 do município de Alfredo Chaves/ES no evento do Desfile Oficial da Rainha da 50a Festa da Banana e do Leite, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, nos termos do **Decreto Municipal n.º 1996-N, de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 2º Designar os (as) servidores (as) Daniel Loureiro Gaygher, CPF n.º 185.xxx.xxx-02, matrícula nº 7227 e Alice Bonifácio Peterle, CPF nº 146.xxx.xxx-09, matrícula nº 7228 como Gestor e Fiscal de Contrato, respectivamente, na condição de suplentes, para gerir e fiscalizar execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular, nos termos do **Decreto Municipal n.º 1996-N, de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Alfredo Chaves/ES, 27 de maio de 2025.

JEFFERSON GUISSO NEVES
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 0001-P/2025

Protocolo 1559142

PORTARIA Nº 123 DE 27 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO.

O Secretário Municipal de Administração do Município de Alfredo Chaves/ES, Estado do Espírito Santo, **Jefferson Guisso Neves**, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) servidores (as) Fernando Bruschi, CPF n.º 110.xxx.xxx-02, matrícula nº 7187 e Alice Bonifácio Peterle, CPF n.º 146.xxx.xxx-09, matrícula nº 7228 como Gestor e Fiscal de Contrato, respectivamente, na condição de titulares, para gerir e fiscalizar a execução do Contrato de nº 039/2025/ADM, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES, CNPJ nº 27.142.686/0001-01 e a empresa ALISSON SANTANA DE AQUINO SANTOS, inscrita no CNPJ de nº 56.021.554/0001-20, que tem por objeto a contratação de serviços artísticos músico/banda, empresária exclusiva para atender ao Calendário Turístico-Cultural de 2025, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, nos termos do **Decreto Municipal n.º 1996-N, de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 2º Designar os (as) servidores (as) Daniel Loureiro Gaygher, CPF n.º 185.xxx.xxx-02, matrícula nº 7227 e Ruth do Nascimento Legora, CPF nº 103.xxx.xxx-77, matrícula nº 2857 como Gestor e Fiscal de Contrato, respectivamente, na condição de suplentes, para gerir e fiscalizar execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular, nos termos do **Decreto Municipal n.º 1996-N, de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Alfredo Chaves/ES, 27 de maio de 2025.

JEFFERSON GUISSO NEVES
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 0001-P/2025

Protocolo 1559203

PORTARIA Nº 124 DE 27 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO.

O Secretário Municipal de Administração do Município de Alfredo Chaves/ES, Estado do Espírito Santo, **Jefferson Guisso Neves**, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) servidores (as) Fernando Bruschi, CPF n.º 110.xxx.xxx-02, matrícula nº 7187 e Alice Bonifácio Peterle, CPF n.º 146.xxx.xxx-09, matrícula nº 7228 como Gestor e Fiscal de Contrato, respectivamente, na condição de titulares, para gerir e fiscalizar a execução do Contrato de nº 042/2025/ADM, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES, CNPJ nº 27.142.686/0001-01 e a empresa PAULO SERGIO PEREIRA CARDOSO, inscrita no CNPJ de nº 29.280.308/0001-10, que tem por objeto a contratação de serviços artísticos músico/banda, empresária exclusiva para atender ao Calendário Turístico-Cultural de 2025, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, nos termos do **Decreto Municipal n.º 1996-N, de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 2º Designar os (as) servidores (as) Daniel Loureiro Gaygher, CPF n.º 185.xxx.xxx-02, matrícula nº 7227 e Ruth do Nascimento Legora, CPF nº 103.xxx.xxx-77, matrícula nº 2857 como Gestor e Fiscal de Contrato, respectivamente, na condição de suplentes, para gerir e fiscalizar execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular, nos termos do **Decreto Municipal n.º 1996-N, de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Alfredo Chaves/ES, 27 de maio de 2025.
JEFFERSON GUISSO NEVES
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 0001-P/2025

Protocolo 1559428

PORTARIA Nº 125 DE 27 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO.

O Secretário Municipal de Administração do Município de Alfredo Chaves/ES, Estado do Espírito Santo, **Jefferson Guisso Neves**, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) servidores (as) Alice Fiorin, CPF n.º 116.xxx.xxx-54, matrícula nº 5927 e Nâmara Nazária de Paula Passos da Silva, CPF n.º 031.xxx.xxx-17, matrícula nº 9192 como Gestor e Fiscal de Contrato, respectivamente, na condição de titulares, para gerir e fiscalizar a execução do Contrato de nº 043/2025/ADM, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES, CNPJ nº 27.142.686/0001-01 e a empresa VALE COMERCIO DE PRODUTOS PARA EDUCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ de nº 14.733.870/0001-84, que tem por objeto a contratação de empresa fornecedora de Playgrounds, kits infantis, brinquedos e parques para atender os municípios que compõem o consórcio intermunicipal multifinalitário da microrregião do alto Sapucaí - CIMASP, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, nos termos do **Decreto Municipal n.º 1996-N, de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 2º Designar os (as) servidores (as) Graciele Alves de Paula Caprioli, CPF n.º 073. xxx.xxx-71, matrícula nº 1575 e Flaviana Debossan Fernandes Silva, CPF nº 129.xxx. xxx-18, matrícula nº 5043 como Gestor e Fiscal de Contrato, respectivamente, na condição de suplentes, para gerir e fiscalizar execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular, nos termos do **Decreto Municipal n.º 1996-N, de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Alfredo Chaves/ES, 27 de maio de 2025.
JEFFERSON GUISSO NEVES
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 0001-P/2025

Protocolo 1559459

Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES - ES

Extrato do Contrato nº 043/2025/ADM.
Processo Adm. nº 3894/2025.
Id. CidadES nº 2025.005E0700001.16.0003.
Contratante: Município de Alfredo Chaves/ES, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.
Contratada: Comércio de Produtos para Educação LTDA.
Objeto: Aquisição de playgrounds, kits infantis, brinquedos e parques para atender os municípios que compoem o consórcio intermunicipal multifinalitário da microregião do alto sapucaí - CIMASP.
Valor Total: 86.641,10 (oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e dez centavos).
Dotação: Ficha: 0000782 / 110.002.08.244.0016.2.080 - Proteção social básica (PAIF/Programa Incluir) / Elemento de Despesa: 44905200000 - Material de Consumo / Fonte de Recursos: 150000009999; Ficha: 0000782 / 110.002.08.244.0016.2.080 - Proteção social básica (PAIF/Programa Incluir) / Elemento de Despesa: 44905200000 - Material de Consumo / Fonte de Recursos: 166100000000.
Assinatura: 27/05/2025.
Vigência: 27/05/2026.
Hugo Luiz Picoli Meneghel
Prefeito Municipal

Protocolo 1559882

Alto Rio Novo

Contrato

RESUMO DO CONTRATO Nº 034/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO RIO NOVO - ES.
CONTRATADO: ELOIR AMARAL DE FARIA.

OBJETO - Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período do ano de 2025, de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2025.

VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará a partir sua assinatura até até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2025.

VALOR - o valor total de R$ 39.970,00 (trinta e nove mil, novecentos e setenta reais.

Processo Administrativo: nº 01234/2025.

Protocolo 1558852

RESUMO DO CONTRATO Nº 035/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO RIO NOVO - ES.

CONTRATADO: : ANA APARECIDA DE ANDRADE TEMPONI.

OBJETO - Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período do ano de 2025, de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2025.

VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará a partir sua assinatura até até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2025.

VALOR - o valor total de R$ 36.164,25 (trinta e seis mil, cento e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

Processo Administrativo: nº 01234/2025.

Protocolo 1558860

RESUMO DO CONTRATO Nº 036/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO RIO NOVO - ES.
CONTRATADO: SANDRA HELENA MARDONES GONÇALVES.

OBJETO - Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período do ano de 2025, de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2025.

VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará a partir sua assinatura até até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2025.

VALOR - o valor total de R$ 1.759,50 (um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos)

Processo Administrativo: nº 01234/2025.

Protocolo 1558864

Anchieta

Decreto

DECRETO Nº 756, DE 23 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DE ANCHIETA/ES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA - ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, art. 71 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a Portaria MCID nº 175, de 29 de fevereiro e 2024 do Ministério das Cidades, assim como a Portaria Concidades/ES nº 01, de 13 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a realização da 6ª Conferência Estadual das Cidades do Espírito Santo,

DECRETA

Art. 1º Nomear os membros da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal das Cidades de Anchieta:
I - REPRESENTANTE(S) DO PODER PÚBLICO:
a) Tamyris Dias Tristão da Costa (Prefeitura Municipal de Anchieta);
II - REPRESENTANTE(S) DE ENTIDADES DE MOVIMENTOS POPULARES:
a) Jaqueline Araújo (Associação Comunitária da Praia de Guanabara);
III - REPRESENTANTE(S) DE ENTIDADES DE TRABALHADORES:
a) Marta Regina Vasconcelos Lorencini (Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Anchieta e Piúma);
IV - REPRESENTANTE(S) DE ENTIDADES DE EMPRESÁRIOS:
a) Joilton Sérgio Rosa (Associação Empresarial de Anchieta).
Art. 2º Cabe à Comissão Organizadora Municipal:
I - Elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições deste regimento interno e do regimento interno da Conferência Estadual;
II - Planejar a infraestrutura para a realização da Etapa Municipal;
III - Mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 1ª Conferência Municipal das Cidades de Anchieta/ES e da 6ª Conferência Estadual das Cidades/ES;
IV - Elaborar o relatório final da Conferência Municipal das Cidades;
V - Preencher o formulário da Conferência Municipal das Cidades.
Parágrafo único. A Comissão Organizadora Municipal poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda a organização da Etapa Municipal.
Art. 3º Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora Municipal, cabendo recurso à Comissão Organizadora Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.
Art. 4º O relatório final da 1ª Conferência Municipal das Cidades de Anchieta deverá ser elaborado e publicado, conforme modelo definido pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se e cumpra-se.

Anchieta/es, 23 de maio de 2025

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA

Protocolo 1559766

Portaria

PORTARIA Nº 926/2025, DE 01 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre exoneração de servidor público.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

Resolve:

Art. 1º Exonerar o (a) Senhor (a) **IRAN DA SILVA RAMALHETE**, para desempenhar no município a

função de **Assistente Categoria "D"**, vinculado hierarquicamente à **Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.**

Art. 2º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº 213 de 06 de fevereiro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 01 de abril de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1559008

PORTARIA Nº 1182/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025.

Determinar a instauração de sindicância investigativa para apurar os fatos narrados no protocolo administrativo digital nº 1623/2025.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Protocolo Administrativo Digital nº 1623/2025.

Resolve:

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa, para sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, apurar os fatos narrados no Protocolo Administrativo Digital nº 1623/2025.

Art. 2º O prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado a pedido devidamente fundamentado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 09 de maio de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1559012

PORTARIA Nº 1210/2025, DE 16 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre nomear servidor público.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município; Considerando a Lei nº 1737/2025, que dispõe sobre a nova estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Anchieta; e Considerando a necessidade de transição entre a antiga e nova estrutura do Poder Executivo Municipal;

Resolve:

Art. 1º Nomeia o (a) senhor (a) **HELEN NASCIMENTO FRONTINO PAGANINI** para exercer as funções de **Assistente Técnica**, conforme referência CC-AT do Anexo III, da Lei nº 1737/2025, vinculado hierarquicamente a **Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 16 de maio de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1559014

PORTARIA Nº 1212/2025, DE 16 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo digital nº 13786/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 13786/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 13786/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1454 de 04 de dezembro de 2023, publicada no D.O.M. em 07 de dezembro de 2023, prorrogada conforme as Portarias nº 057 de 18/01/2024, nº 261 de 01/03/2024, nº 324 de 27/03/2024, nº 473 de 30/04/2024, nº 584 de 12/06/2024, nº 679 de 01/07/2024, nº 963 de 13/09/2024, nº 964 de 13/09/2024, nº 1250 de 06/12/2024, nº 128 de 27/01/2025, nº 866 de 25/03/2025, nº 867 de 25/03/2025 e nº 868 de 25/03/2025, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 083/2025**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **31 de janeiro de 2025.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 16 de maio de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1559019

PORTARIA Nº 1222/2025, DE 16 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo digital nº 13786/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo

Administrativo Digital nº 13786/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 13786/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1454 de 04 de dezembro de 2023, publicada no D.O.M. em 07 de dezembro de 2023, prorrogada conforme as Portarias nº 057 de 18/01/2024, nº 261 de 01/03/2024, nº 324 de 27/03/2024, nº 473 de 30/04/2024, nº 584 de 12/06/2024, nº 679 de 01/07/2024, nº 963 de 13/09/2024, nº 964 de 13/09/2024, nº 1250 de 06/12/2024, nº 128 de 27/01/2025, nº 866 de 25/03/2025, nº 867 de 25/03/2025, nº 868 de 25/03/2025, nº 1212 de 16/05/2025 e nº 1213 de 16/05/2025, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 148/2025**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2025.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 16 de maio de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1559020

PORTARIA Nº 1258/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Fomento nº 003/2025- Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social- ANEAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e observando o decreto nº 5874/2019, (Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Anchieta, da Lei Federal nº 13019 de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com Organizações da Sociedade Civil).

Resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Fomento nº 003/2025, em virtude da parceria firmada entre o município de Anchieta/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo e a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social- ANEAS.

A Comissão ficará constituída pelos seguintes membros:

I. Presidente Titular: Ana Lúcia Pereira dos Santos Gozzer;
II. Membro Titular: Ludmila Simões Barros Rangel.
III. Membro Titular: Claudio do Amaral Calais;
IV. Presidente (Suplente): Maria José de Souza Siqueira;
V. Membro (Suplente): Luis Paulo Vieira;
VI. Membro (Suplente): Natanael Adolfo Semedo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 23 de maio de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1559023

PORTARIA Nº 1259/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Fomento nº 004/2025- Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e observando o decreto nº 5874/2019, (Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Anchieta, da Lei Federal nº 13019 de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com Organizações da Sociedade Civil).
Resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Fomento nº 004/2025, em virtude da parceria firmada entre o município de Anchieta/ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo e a Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta.

A Comissão ficará constituída pelos seguintes membros:

I. Presidente Titular: Ana Lúcia Pereira dos Santos Gozzer;
II. Membro Titular: Ludmila Simões Barros Rangel.
III. Membro Titular: Claudio do Amaral Calais;
IV. Presidente (Suplente): Maria José de Souza Siqueira;
V. Membro (Suplente): Luis Paulo Vieira;
VI. Membro (Suplente): Natanael Adolfo Semedo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 23 de maio de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1559027

PORTARIA Nº 1260/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a cessação Licença com vencimento, para realizar curso de Mestrado.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e artigo 8º, §§3º 4º da Lei Municipal

nº 680 de 15 de março de 2011 e conforme §2º do artigo 55 da Lei Municipal nº 426/2007 e observando o protocolo digital n° 2068/2025.

Resolve:

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria nº 406/2024 que concede licença com vencimentos para realização de curso de Pós-graduação - Mestrado ao (a) servidor (a) público (a) municipal **IGOR MANGARAVITE**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Determino a Coordenação de Folha de Pagamento que proceda com as anotações na ficha funcional do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos a **01/02/2025.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 23 de maio de 2025.

Leonardo Antonio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1559028

PORTARIA N.º 006/2025 - DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUBSTITUTO.

A Secretária de Assistência Social, nomeada pela Portaria 019/2025, no exercício de suas atribuições, em atenção ao disposto no Art. 104 e 117 da Lei nº 14.133/2021, Resolve:

CONSIDERANDO, que cabe à Unidade Requisitante designar o fiscal titular e seu substituto conforme artigos 11 e 12 da Instrução Normativa (IN) SCL nº 007/2017 de 29/09/2017, Versão 01, aprovada pelo Decreto Municipal nº 5.716/2017, que normatiza os procedimentos de acompanhamento e controle de execução de contratos, uniformizando os procedimentos e norteando as atividades desempenhadas pelos diversos setores da Administração Direta e Indireta do Poder e Executivo Municipal de Anchieta /ES.

CONSIDERANDO, as competências do Fiscal de Contrato previstas nos artigos 6º,19 e 20 da Instrução Normativa citada acima, além daquelas previstas no art. 117 da Lei 14133/2021;

RESOLVE:
Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuar como fiscal titular das **Atas de Registro de Preço** sendo elas: **138**/**2024**, **139/2024 e 140/2024.**
Tendo em vista, que as contratações possuem como objeto a contratação de empresa para eventual fornecimento de itens de acondicionamento e embalagens, exclusivo para ME/EPP e Equiparadas, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 036/2024, Processo nº 2371/2024 e seus anexos.

Segue abaixo o fiscal e o suplente:

Art. 2º Designar a servidora Tereza Marques de Oliveira Fernandes, Matricula 00195504, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução das ATAS acima, que tem por objeto a prestação dos serviços para eventual fornecimento de material de expediente a serem executados nas dependências do Município de Anchieta-ES.
Art.3º Designar a servidora Juelita Marques Da Silva, Matricula 70623905, para acompanhar e fiscalizar, como substituto, a execução das ATAS acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Paula Louzada Martins
Secretária Municipal de Assistência e
Desenvolvimento Social Portaria nº 502/2025

Protocolo 1559449

Termos

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 43/2024

ID TCES: 20253.007E0700001.1002.0059
Processo n°16501/2022
Ata de Registro de Preço nº 031/2024

EMPRESA: ATA CONSTRUTORA LTDA

1 - **DO OBJETO**

CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE TERMO DE APOSTILAMENTO A RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA DE REAJUSTE CONTRATUAL:

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

6.2 - **ULTRAPASSADOS 12 MESES DE CONTRATO**, **SEU REAJUSTE SE DARÁ MEDIANTE A SUBSTITUIÇÃO DAS TABELAS REFERENCIAIS PARA AS VIGENTES NA DATA DE SUA ANUALIDADE**:

2 - DA VIGÊNCIA

2.1 - O Presente Termo de apostilamento terá sua vigência **a partir da sua assinatura**, na forma da Lei Regulamentar.

2.2 - Para constar e surtir feitos jurídicos lavra-se o presente Termo de Apostilamento com base no Art. 136 da Lei Federal 14.133/2021, sendo uma cópia juntada ao processo.

3 - DA RATIFICAÇÃO

3.1 - Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato.

Protocolo 1559274

Aditivo

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2023
PROCESSO Nº 9125/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ANCHIETA-ES E A EMPRESA ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S.A
OBJETO: Prorrogação por mais 12 meses

Protocolo 1559646

Aracruz

Decreto

DECRETO N.º 48.859, DE 23/05/2025.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI N.º 2.898, DE 31/03/2006 E LEI N.º 4.770 DE 08/042025;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor THIAGO CLAUDINO DE MATOS, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor VI - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP - Símbolo CC10, conforme Processo nº 18.750 /2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 23 de maio de 2025.
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559660

DECRETO N.º 48.863, DE 23/05/2025.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE ESTUDANTE COMO ESTAGIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 11.788/2008, LEI MUNICIPAL N.º 4.324, DE 11/09/2020 ALTERADA ATRAVÉS DA LEI Nº 4.529, DE 06/09/2022;

DECRETA:
Art. 1º Fica a Gerência de Administração de Pessoal - Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE, autorizada a proceder a contratação da Estudante abaixo descrita como Estagiária, com a carga horária de 6 horas diárias, percebendo o pagamento da Bolsa-Auxílio constante no art. 4º da Lei n.º 4.454, de 18/04/2022, conforme o Processo Eletrônico n.º 14.429/2025.

Nome	Curso	Instituição	Secretaria
ANA CLARA CALIMAN PEREIRA	TÉCNICO EM MECÂNICA	IFES	SEMSUR

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 23 de maio de 2025.
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559678

DECRETO N.º 48.864, DE 23/05/2025.

AUTORIZA A RESCISÃO DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIA QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Gerência de Administração de Pessoal - Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE, autorizada a rescindir o contrato de trabalho da Estagiária abaixo descrita, conforme Processo Eletrônico n.º 19.677/2025:

Nome	Matrícula	Secretaria
JULIA NUNES DE SOUZA SOEIRO	40.808	SEMSUR

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 23 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559687

DECRETO N.º 48.867, DE 26/05/2025.

PERMITE A TITULO PRECÁRIO O USO DE ÁREA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONTIDAS NO ARTIGO 74 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 4.359, DE 30/12/2020 E DECRETO N.º 46.446, DE 10/05/2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido a título precário, a utilização área pública, localizada na calçada da Rua Bom Jesus de Fátima - 26 - Bairro de Fátima Aracruz/ES, à MG NASCIMENTO CORTEZ, inscrita sob o CNPJ n.º 58.066.387/0001-69, para instalação de 01 (uma) Placa tipo Banner, conforme Processo Administrativo n.º 6.873/2025.

Art. 2º A presente permissão de uso é feita a título precário, sem prazo determinado e sem direito a indenização por benfeitorias.

Art. 3º São deveres do usuário do bem público municipal:

I - Ocupar e desocupar o bem público no prazo determinado pela Administração Municipal, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.359/2020 e demais legislações afins, observando, rigorosamente, a finalidade de uso estabelecido pelo Poder Executivo;

II - zelar pelo bem público e promover todos os atos necessários à sua segurança, conservação e reparos, mantendo a área sempre limpa e urbanizada, livre de

mato, lixo, insetos e outros animais nocivos à saúde pública, além de adotar as medidas necessárias para destinação correta dos resíduos sólidos e efluentes;

III - comunicar de todo e qualquer ameaça, ato de turbação ou invasão, vandalismo, bem como de marginais;

IV - o imóvel, ou seu uso, não poderá ser concedido pelo usuário, no todo ou em parte;

V - arcar com as despesas referentes aos contratos.

Parágrafo único. O permissionário fica obrigado a proceder a limpeza da área no ato da desocupação para restituição ao município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559696

DECRETO N.º 48.868, DE 26/05/2025.
NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM AS LEIS N.º 2.898, DE 31/03/2006, SUAS ALTERAÇÕES E LEI N.º 4.770/2025;

DECRETA:
Art. 1º Fica nomeado o Senhor JOSENILDO SANTO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em comissão da Coordenação de Manutenção Urbana da SEMSUR - Secretaria de Serviços Urbanos, Símbolo CC10, conforme Processo n.º 17.422/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559709

DECRETO N.º 48.869, DE 26/05/2025.

NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM AS LEIS N.º 2.898, DE 31/03/2006, SUAS ALTERAÇÕES E LEI N.º 4.770/2025;

DECRETA:
Art. 1º Fica nomeada a Senhora SIMONE APARECIDA LOUREIRO BISPO, para exercer o cargo em comissão da Coordenação de Unidade de Saúde /Vila Rica da SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde, Símbolo CC10, conforme Processo n.º 19.388/25.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559716

DECRETO Nº. 48.873, DE 26/05/2025.

PRORROGA CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 11.788/2008, LEI MUNICIPAL N.º 4.324, DE 11/09/2020, ALTERADA ATRAVÉS DA LEI Nº 4.529, DE 06/09/2022;

DECRETA:
Art. 1º Fica a Gerência de Administração de Pessoal - Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE, autorizada a PRORROGAR o término da contratação dos Estagiários abaixo descritos, conforme Processo nº 15.499/2025, a saber:

MAT.	NOME	PRORROGAR	
		DE	ATÉ
39821	ANA LUIZA COUTINHO CABIDELLI	26/05/2025	26/05/2026
39820	LOIS DOS SANTOS SEGATTO	21/05/2025	21/05/2026
39800	MICHEL DA SILVA ARAUJO	15/05/2025	14/05/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559730

DECRETO N.º 48.874, DE 26/05/2025.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE ESTUDANTE COMO ESTAGIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 11.788/2008, LEI MUNICIPAL N.º 4.324, DE 11/09/2020 ALTERADA ATRAVÉS DA LEI Nº 4.529, DE 06/09/2022;

DECRETA:
Art. 1º Fica a Gerência de Administração de Pessoal - Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE, autorizada a proceder a contratação da Estudante abaixo descrita como Estagiária, com a carga horária de 6 horas diárias, percebendo o pagamento da Bolsa-Auxílio constante no art. 4º da Lei n.º 4.454, de 18/04/2022, conforme o Processo Eletrônico n.º 17.768/2025.

Nome	Curso	Instituição	Secretaria
REBECA MOURA SALOMÃO	DIREITO	FAACZ	SEMGE - FORUM

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559745

DECRETO N.º 48.845, DE 22/05/2025.

AUTORIZA A RESCISÃO DE CONTRATO DA ESTAGIÁRIA EMILLY VASCONCELLOS DA LUZ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:
Art. 1º Fica a Gerência de Recursos Humanos - Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Município de Aracruz autorizada a rescindir o contrato de trabalho da Estagiária abaixo descrita, conforme Processo Eletrônico n.º 19.334/2025:

Nome	Matrícula	Secretaria
EMILLY VASCONCELLOS DA LUZ	37.681	SEGOV

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 22 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559750

DECRETO N.º 48.865, DE 26/05/2025.

PRORROGA PRAZO PARA POSSE DO SENHOR PEDRO NOLASCO RIBEIRO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS
DO ART. 24, § 2º DA LEI N.º 2.898, DE 31/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 30 (trinta) dias, a partir de 16/05/2025, o prazo para o Senhor PEDRO NOLASCO RIBEIRO tomar posse no Cargo Efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - EFA - EDUCAÇÃO FÍSICA, nomeado através do Decreto n.º 48.430, DE 14/04/2025, e publicado no Diário Oficial dos Municípios em 16/04/2025, conforme Processo n.º 18162/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 16/05/2025.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559773

DECRETO N.º 48.875, DE 26/05/2025.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI N.º 2.898, DE 31/03/2006 E LEI N.º 4.770 DE 08/042025;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor WAGNER HENRIQUE ROSA , para exercer o Cargo em Comissão de Assessor VI, Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - SEMTUR, Símbolo CC10, conforme Processo nº 18.348/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559782

DECRETO N.º 48.876, DE 26/05/2025.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE ESTUDANTE COMO ESTAGIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 11.788/2008, LEI MUNICIPAL N.º 4.324, DE 11/09/2020 ALTERADA ATRAVÉS DA LEI Nº 4.529, DE 06/09/2022;

DECRETA:

Art. 1º Fica a Gerência de Administração de Pessoal - Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE, autorizada a proceder a contratação da Estudante abaixo descrita como Estagiária, com a carga horária de 6 horas diárias, percebendo o pagamento da Bolsa-Auxílio constante no art. 4º da Lei n.º 4.454, de 18/04/2022, conforme o Processo Eletrônico n.º 13.748/2025.

Nome	Curso	Instituição	Secretaria
KÉTILA MORAES ALVES	PEDAGOGIA	UNIFECAF	SEMED

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559794

DECRETO Nº 48.877, DE 26/05/2025.

EXONERA SERVIDORA DO QUADRO EFETIVO DA PREFEITURA DE ARACRUZ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E NOS TERMOS DA LEI Nº 2.898, DE 31/03/2006;

DECRETA:
Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a Servidora KEURIA DURELO DINIZ SIMORA, Matrícula 31949, do Cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE DE TURNO, Referência/Classe: I - NM30, conforme Processo nº 16.937/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559800

DECRETO N.º 48.878, DE 26/05/2025.

PERMITE A TITULO PRECÁRIO A UTILIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONTIDAS NO ARTIGO 74 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES CONSTANTES DA EMENDA N.º 022, DE 17/11/2015 E DE ACORDO COM O §2º DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL N.º 4.359, DE 30/12/2020 E DECRETO N.º 46.446, DE 10/05/2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário, o uso do espaço público localizado na Praça da Paz, Centro - Aracruz - ES, com a utilização de equipamentos, à BATALHA DA CDA-CRIAS DE ARACRUZ, inscrita no CNPJ sob o n.º 54.146.657/0001-90, sob a responsabilidade de Pedro Henrique Barbosa da Silva, nos termos do §2º do Art. 1º da Lei Municipal n.º 4.359, de 30/12/2020, tendo por finalidade a utilização do espaço para a realização de Evento "CULTURAL DE RIMAS", que será realizado no dia 30 de maio de 2025, no horário de 18h às 23h, de acordo com o Processo Eletrônico n.º 17.038/2025.

Art. 2º São deveres do usuário do bem público municipal:
I - ocupar e desocupar o bem público no prazo determinado pela Administração Municipal, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.359/2020 e demais legislações afins, observando, rigorosamente, a finalidade de uso estabelecido pelo Poder Executivo;
II - zelar pelo bem público e promover todos os atos necessários à sua segurança, conservação e reparos, mantendo a área sempre limpa e urbanizada, livre de mato, lixo, insetos e outros animais nocivos à saúde pública, além de adotar as medidas necessárias para destinação correta dos resíduos sólidos e efluentes;
III - comunicar de todo e qualquer ameaça, ato de turbação ou invasão, vandalismo, bem como de marginais;
IV - o imóvel, ou seu uso, não poderá ser concedido pelo usuário, no todo ou em parte;
V- arcar com as despesas referentes aos contratos, inclusive com o fornecimento de água e luz;

Parágrafo único. O usuário fica obrigado a proceder a limpeza da área no ato da desocupação para restituição ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559814

DECRETO N.º 48.881, DE 26/05/2025.

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO DECRETO MUNICIPAL N.º 46.637/2024;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - CMPD - instituída pelo Decreto Municipal nº 46.637/2024, conforme Processo Eletrônico n.º 19.587/2025:

Servidor	Matrícula	Designação
Eduardo de Almeida Ramos	40.400	Presidente
Wesley Barbosa Gomes	37.162	Membro
Gabriel Cruz Viana	27.728	Membro
Ramon dos Santos Rodrigues	34.834	Membro

Art. 2º Fica convalidada a Portaria CGM n.º 050, de 23 de maio de 2025, permanecendo válido todos os efeitos jurídicos decorrentes dos atos e procedimentos administrativos realizados.

Art. 3º As atividades da comissão serão remuneradas nos termos do art. 110 da Lei Municipal n.º 2.898, de 31 de março de 2006.

Art. 4º A CMPD desempenhará os trabalhos até o dia 31 de maio de 2026.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559827

DECRETO N.º 48.882, DE 26/05/2025.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DA LEI N.º 2.895, DE 30/03/2006 E LEI N.º 2.898, DE 31/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor abaixo relacionado, para exercer a Função Gratificada FG 03 - 30% - QUADRO FUNÇÕES GRATIFICADAS - CARGOS EFETIVOS constante do Anexo II da Lei n.º 2.895/2006, na respectiva Secretaria, conforme Processo Eletrônico n.º 19.528/2025:

NOME	MATRICULA	SECRETARIA
RUI PORTO DOS SANTOS ARAÚJO	1.478	Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

Art. 2º Compete ao Secretário garantir que o servidor cumpra jornada de dedicação integral e que as atividades desempenhadas atendam ao que estabelecem os Art. 22 e 23 da Lei n.º 2.898/2006.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559839

DECRETO Nº 48.880 DE 26/05/2025.

AUTORIZA A RESCISÃO DE CONTRATO DA ESTAGIÁRIA QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

DECRETA:

Art.1º Fica a Gerência de Administração de Pessoal - Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE, autorizada a rescindir o contrato de trabalho da estagiária abaixo descrita, conforme Processo nº 19.900/2025.

Nome	Matr.	Secretaria
KELLEM SILVA DOS REIS	39602	SEMED

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559855

DECRETO Nº 48.888, DE 27/05/2025
SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2025
O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI Nº 4.750/2024;

DECRETA:
Art. 1º Fica um aberto Crédito Suplementar na importância de R$ 4.457.734,88 (quatro milhões e quatrocentos e cinquenta e sete mil e setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos) nas dotações descritas a seguir:

Dotação	708	
Unidade Orçamentária	14.01.00	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA
Classificação Funcional	15.451.0037.1123	Construção e Ampliação de Infraestrutura Urbana
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.704.0000.0000	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE ROYALTIES DO PETR
Valor	2.397.981,28	
Dotação	992	
Unidade Orçamentária	25.02.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional	10.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS
Vínculo	1.500.0015.1002	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANS. DE IMPOSTOS-SAÚDE
Valor	80.000,00	
Dotação	709	
Unidade Orçamentária	14.01.00	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA
Classificação Funcional	15.451.0037.1124	Construção, Ampli., Ref. Prédios Públic e Equipame
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.704.0000.0000	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE ROYALTIES DO PETR
Valor	290.000,00	
Dotação	708	
Unidade Orçamentária	14.01.00	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA
Classificação Funcional	15.451.0037.1123	Construção e Ampliação de Infraestrutura Urbana
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.705.0000.0000	TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTE ROYALTIES DO
Valor	88.774,60	
Dotação	721	
Unidade Orçamentária	14.01.00	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA
Classificação Funcional	15.451.0037.1124	Construção, Ampli., Ref. Prédios Públic e Equipame
Categoria Econômica	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALACOES
Vínculo	2.755.0000.0000	RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ ATIVOS
Valor	851.000,00	
Dotação	360	
Unidade Orçamentária	10.01.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional	12.365.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.500.0025.1001	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANS. DE IMPOSTOS-MDE
Valor	50.000,00	

Dotação	1083	
Unidade Orçamentária	25.02.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional	10.301.0017.1043	Construção, Reforma , Ampliação e Aquisição de eq
Categoria Econômica	4.4.90.52.00	EQUIP E MATERIAL PERMANENTE
Vínculo	1.601.0000.3110	TRANSF. FUNDO A FUNDO - REC. DO SUS - EMENDA
Valor	699.979,00	
Total	4.457.734,88	

Art. 2º Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, será utilizado recursos de anulação parcial de dotação e parte do excesso de arrecadação, conforme demonstrado a seguir:

Dotação	720	
Unidade Orçamentária	14.01.00	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA
Classificação Funcional	15.451.0037.1123	Construção e Ampliação de Infraestrutura Urbana
Categoria Econômica	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALACOES
Vínculo	1.704.0000.0000	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE ROYALTIES DO PETR
Valor	2.393.601,98	
Dotação	711	
Unidade Orçamentária	14.01.00	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA
Classificação Funcional	15.451.0037.2126	Manutenção das Instalações Prediais e Equipamentos
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.704.0000.0000	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE ROYALTIES DO PETR
Valor	4.379,30	
Dotação	988	
Unidade Orçamentária	25.02.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional	10.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.1.91.96.00	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO O
Vínculo	1.500.0015.1002	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANS. DE IMPOSTOS-SAÚDE
Valor	80.000,00	
Dotação	721	
Unidade Orçamentária	14.01.00	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA
Classificação Funcional	15.451.0037.1124	Construção, Ampli., Ref. Prédios Públic e Equipame
Categoria Econômica	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALACOES
Vínculo	1.704.0000.0000	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE ROYALTIES DO PETR
Valor	290.000,00	
Dotação	720	
Unidade Orçamentária	14.01.00	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA
Classificação Funcional	15.451.0037.1123	Construção e Ampliação de Infraestrutura Urbana
Categoria Econômica	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALACOES
Vínculo	1.705.0000.0000	TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTE ROYALTIES DO
Valor	88.774,60	
Dotação	720	
Unidade Orçamentária	14.01.00	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA
Classificação Funcional	15.451.0037.1123	Construção e Ampliação de Infraestrutura Urbana
Categoria Econômica	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALACOES
Vínculo	2.755.0000.0000	RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ ATIVOS
Valor	851.000,00	
Dotação	358	
Unidade Orçamentária	10.01.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional	12.361.0021.2071	Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental 3
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.500.0025.1001	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANS. DE IMPOSTOS-MDE
Valor	50.000,00	
Total Anulações	3.757.755,88	
Excesso de Arrecadação	699.979,00	
Total	4.457.734,88	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Aracruz, 27 de maio de 2025
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559872

DECRETO Nº 48.887, DE 27/05/2025
SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI Nº 4.750/2024;

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito Suplementar a importância de R$ 6.560.000,00 (seis milhões e quinhentos e sessenta mil reais) nas dotações descritas a seguir:

Dotação	999	
Unidade Orçamentária	25.02.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional	10.301.0017.2044	Expansão e Manutenção da Atenção Básica em Saúde
Categoria Econômica	3.3.90.18.00	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES
Vínculo	2.600.0000.0000	TRANSF. F.A.F SUS - MANUT. ASPS
Valor	5.000.000,00	
Dotação	1004	
Unidade Orçamentária	25.02.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional	10.301.0017.2044	Expansão e Manutenção da Atenção Básica em Saúde
Categoria Econômica	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
Vínculo	2.600.0000.0000	TRANSF. F.A.F SUS - MANUT. ASPS
Valor	760.000,00	
Dotação	1044	
Unidade Orçamentária	25.02.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional	10.301.0017.2055	Manutenção em Logística de Transporte Sanitário
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	2.569.0000.0000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE
Valor	400.000,00	
Dotação	1083	
Unidade Orçamentária	25.02.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional	10.301.0017.1043	Construção, Reforma , Ampliação e Aquisição de eq
Categoria Econômica	4.4.90.52.00	EQUIP E MATERIAL PERMANENTE
Vínculo	2.601.0000.0000	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PR
Valor	400.000,00	
Total	6.560.000,00	

Art. 2º Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, será utilizado do superávit financeiro do exercício de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Superávit Financeiro	6.560.000,00
Total	6.560.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação
Prefeitura Municipal de Aracruz, 27 de maio de 2025
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559890

DECRETO Nº 48.889, DE 27/05/2025
SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI Nº 4.770/2025;
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto um crédito Especial na importância de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) nas dotações descritas a seguir:

Dotação	1168	
Unidade Orçamentária	27.01.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
Classificação Funcional	04.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.1.90.94.00	INDENIZACOES TRABALHISTAS
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	20.000,00	
Dotação	1218	
Unidade Orçamentária	29.01.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Classificação Funcional	04.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.1.90.94.00	INDENIZACOES TRABALHISTAS
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	10.000,00	
Total	30.000,00	

Art. 2º Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, será utilizado recursos de anulação parcial de dotação, conforme demonstrado a seguir:

Dotação	112	
Unidade Orçamentária	04.01.00	SECRETARIA DE GOVERNO
Classificação Funcional	04.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.1.90.11.00	VENCTOS E VANT FIXAS PES.CIVIL
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE

Valor	20.000,00	
Dotação	1215	
Unidade Orçamentária	29.01.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Classificação Funcional	04.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.1.90.11.00	VENCTOS E VANT FIXAS PES.CIVIL
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	10.000,00	
Total Anulações	30.000,00	
Total	30.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Aracruz, 27 de maio de 2025.
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal
Protocolo 1559901

Edital

EDITAL SEMFI/GFAT Nº 005/2025

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

A Secretaria Municipal de Finanças do Município de Aracruz/ES por meio da Gerência de Fiscalização e Administração Tributária - GFAT, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 239, III e parágrafo único, artigo 240, III, art. 241, II e parágrafo único e artigo 244, §§1º ao 4º, todos da Lei Municipal n.º 2.521/2002 - Código Tributário Municipal, NOTIFICA, os contribuintes abaixo relacionados, da Notificação Preliminar para apresentação de documentos, considerando que não foi possível realizar a Notificação de forma pessoal ou por via postal.
O Contribuinte deverá apresentar à Gerência de Fiscalização e Administração Tributária - GFAT, situada na Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da publicação, os documentos abaixo arrolados. Decorrido o prazo legal sem apresentação dos documentos poderá ser lavrado auto de infração por descumprimento de obrigação acessória, nos termos do art. 51, §3º, art. 55, "caput" e §1º, e art. 63, IV, "A", todos da Lei Municipal n.º 2.521/2002 - Código Tributário Municipal, bem como será dado prosseguimento ao procedimento fiscal.

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO	Nº NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS
CLIMEB SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LTDA	12.699.215/0001-21	19934/2025	047/2025	Livro Diário; Livro Razão; Demonstração do Resultado do Exercício; Comprovante de Pagamento do ISSQN; Contratos de Prestação de Serviços, referentes ao período de agosto de 2024 a março de 2025.

Aracruz/ES, 27 maio de 2025
Eduardo Ramos Loureiro
Gerente de Fiscalização e Administração Tributária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

A Secretaria Municipal de Finanças do Município de Aracruz/ES por meio da Gerência de Fiscalização e Administração Tributária - GFAT, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 239, III e parágrafo único, artigo 240, III, e artigo 246, todos da Lei Municipal n.º 2.521/2002 - Código Tributário Municipal - CTM, NOTIFICA, os contribuintes abaixo relacionados, do Auto de Infração lavrado em razão do descumprimento de obrigação tributária principal ou acessória, considerando que não foi possível cientificar o contribuinte de forma pessoal ou por via postal.
O Contribuinte fica intimado a comparecer à Gerência de Fiscalização e Administração Tributária - GFAT/Secretaria Municipal de Finanças de Aracruz, situada na Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, para recolher ou parcelar o crédito tributário abaixo discriminado no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação do edital. No caso de descumprimento de obrigação tributária principal, a autuada poderá: (I) no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação do edital, recolher de forma integral e à vista aos cofres municipais o crédito acima discriminado com redução de 65% (sessenta e cinco por cento) da multa de infração, nos termos do §1º do art. 64 da Lei nº. 2.521/02; ou (II) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação do edital, realizar o parcelamento do crédito, com redução de 45% (quarenta e cinco por cento) da multa de infração, nos termos do §2º do art. 64 da Lei nº. 2.521/02; ou (III) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação do edital, apresentar impugnação à exigência fiscal, nos termos do art. 266,

"caput" e §§1º e 2º da Lei nº. 2.521/02. A redução acima informada somente se aplica no caso de exigência decorrente do descumprimento de obrigação tributária principal, conforme estabelecido no art. 64, "caput" e §§1º e 2º da Lei nº. 2.521/02. A apresentação da impugnação deverá ser feita no protocolo geral do município, conforme art. 248 do CTM. A autuação por descumprimento de obrigação tributária acessória não faz jus à redução da multa acima mencionado. Decorrido o lapso temporal sem que se verifique o pagamento/parcelamento do crédito tributário ou a interposição de impugnação, o crédito fiscal equivalente em reais será inscrito em dívida ativa, nos termos do art. 314 da Lei nº. 2.521/02.

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO	Nº AUTO DE INFRAÇÃO	RELATO/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	CRÉDITO TRIBUTÁRIO
CLIMEB SERVICOS MEDICOS ESPECIALIZADOS LTDA	12.699.215/0001-21	19934/2025	430/2025	RELATO - DA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES ELETRÔNICAS (EXTRATO GERAL DO CONTRIBUINTE, BAIXA BANCÁRIA, NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS - NFS-e E DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS - DIM), COM FUNDAMENTO NO DISPOSTO NO ART. 241, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - CTM (LEI 2.521/2002), FOI INSTAURADO PROCEDIMENTO FISCAL POR MEIO DO QUAL FOI POSSÍVEL AFERIR QUE A AUDITADA DEIXOU DE RECOLHER O IMPOSTO SOBRE SERVIÇO - ISS INCIDENTE SOBRE A BASE DE CÁLCULO DE R$ 652.534,67 (SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS) REFERENTE AOS SERVIÇOS DESCRITOS NO ITEM 04.03 DA LISTA DE SERVIÇOS, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO, CONTIDA NO ART. 6º DA LEI MUNICIPAL Nº. 2.521/2002, ALTERADO PELA LEI 2.661/03. O IMPOSTO OBJETO DE APURAÇÃO NO PROCEDIMENTO FISCAL É REFERENTE ÀQUELES DECLARADOS PELO CONTRIBUINTE COMO PRESTADOS NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES, CONFORME NFS-e DESCRITA NO TERMO DE FISCALIZAÇÃO EM ANEXO. OS SERVIÇOS FORAM PRESTADOS NAS COMPETÊNCIAS ENTRE 08/2024 A 03/2025, CONFORME DEMONSTRADO PELO PLANILHAMENTO EM ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTE AUTO DE INFRAÇÃO. ATIVIDADE GERADORA DO TRIBUTO: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DESCRITOS NOS SEGUINTES ITEM 4.03 - HOSPITAIS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS, SANATÓRIOS, MANICÔMIOS, CASAS DE SAÚDE, PRONTOS-SOCORROS, AMBULATÓRIOS E CONGÊNERES. TERMO DE FISCALIZAÇÃO Nº. 047/2025 (MAPA DE APURAÇÃO 072/2025). AUDITADA REINCIDENTE NA MESMA INFRAÇÃO - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 225 E 599/2024. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL. FORAM INFRINGIDOS OS ARTS. 24 E SEGUINTES, 56, 62, II, 64, I E 65, I E §1º TODOS DA LEI MUNICIPAL Nº. 2.521/2002 (CTM) E ARTS. 86, 87 E 88 DO DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.046 DE 12.02.2003 (REGULAMENTO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL). MULTA DE 35% DO VALOR DO TRIBUTO CORRIGIDO. MULTA DE INFRAÇÃO: INCISO I DO ART. 64 DA LEI 2.521/02. JUROS DE MORA: INCISO II, § ÚNICO DO ART. 312 DA LEI 2.521/02. CORREÇÃO MONETÁRIA: ART. 327 DA LEI 2.521/02. SANÇÃO: MULTA DE 35% DO VALOR DO TRIBUTO CORRIGIDO, ACRESCIDA DE 50% PELA REICIDÊNCIA ESPECÍFICA NA INFRAÇÃO. MULTA DE INFRAÇÃO: INCISO I DO ART. 64 DA LEI 2.521/02. REINCIDÊNCIA: §1º DO ART. 65 DA LEI Nº 2.521/02. JUROS DE MORA: INCISO II, § ÚNICO DO ART. 312 DA LEI 2.521/02. CORREÇÃO MONETÁRIA: ART. 327 DA LEI 2.521/02	R$ 52.337,77 (cinquenta e dois mil trezentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos)

Aracruz/ES, 27 de maio de 2025

Eduardo Ramos Loureiro
Gerente de Fiscalização e Administração Tributária

Protocolo 1559684

Resolução

RESOLUÇÃO Nº 003/CMEA/2025

Convalida os estudos da estudante Maísa Ribeiro Lima Ferreira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARACRUZ-ES, no uso de suas competências e atribuições conferidas pelo Decreto n° 12.308, de 29/06/2004, e em conformidade com os termos do Parecer CMEA n° 003/2025, aprovado na 2ª Sessão Plenária Extraordinária de 13/05/2025,

RESOLVE:

Art. 1° Convalidar os estudos da estudante Maísa Ribeiro Lima Ferreira, referentes ao 6° Ano do Ensino Fundamental.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aracruz, 13 de maio de 2025.

Manu Florindo Rodovalho Toledo Presidente do CMEA
Jenilza Spinassé Morellato Secretária Municipal de Educação

Protocolo 1559819

Deliberação

COMUNICADO TORNAR SEM EFEITO - SEMSUR
Processo nº 11159/2029
O Secretário Municipal de Serviços Urbanos no uso de suas atribuições resolve **tornar sem efeito a publicação sob protocolo nº** 1468661 publicada no dia 10 de Janeiro de 2025 - **Edição nº 2.680** no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo, referente a Portaria de Fiscal.

Aracruz, 26 de Maio de 2025.

Paulo Sérgio da Silva Neres
Secretaria de Serviços Urbanos
Decreto: n° 48393 de 09/04/2025

Protocolo 1558886

COMUNICADO TORNAR SEM EFEITO - SEMSUR
Processo nº 4842/2014

O Secretário Municipal de Serviços Urbanos no uso de suas atribuições resolve **tornar sem efeito a publicação sob protocolo nº** 1468666 publicada no dia 10 de Janeiro de 2025 - **Edição nº 2.680** no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo, referente a Portaria de Fiscal.

Aracruz, 26 de Maio de 2025.

PAULO SÉRGIO DA SILVA NERES
Secretário de Transportes e Serviços Urbanos
Decreto nº 48.394 de 09/04/2025

Protocolo 1558887

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Aracruz torna público que obteve da SEMAM/ARACRUZ, através do Processo n.º 8223/2022, a Licença Ambiental Prévia - LMP N.º 003/2022, para as obras de Infraestrutura do Bairro Santa Marta, Distrito de Santa Cruz, neste Município de Aracruz/ES.

Município de Aracruz/ES.

Protocolo 1559465

Convocação

PORTARIA N.º 636, DE 23/05/2025 HOMOLOGA O GOZO DE FÉRIAS.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ , NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO Nº 44.600, DE 13/07/2023 E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTES DA LEI N.º 2.898/ 2006 E LEI N.º 4.118/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar usufruto de férias para os servidores abaixo relacionadas referente ao mês de JUNHO/2025.

MATRÍCULA	NOME	INICIO PA	TERMINO PA	INICIO FERIAS	TERMINO FERIAS	DIAS
1400	MARIA ANGELA BORGES	16/03/2023	15/03/2024	09/06/2025	18/06/2025	10
2263	VERONICA MARIA S.S.JARDIM	17/03/2023	16/03/2024	01/06/2025	30/06/2025	30
2822	LUCIMARA APARECIDA SCOPEL	17/04/2023	16/04/2024	09/06/2025	18/06/2025	10
3584	MARISTELA PIANCA COMETTI	04/06/2023	03/06/2024	15/06/2025	30/06/2025	16
9515	BRUNA LOMBARDI	16/03/2023	15/03/2024	16/06/2025	15/07/2025	20
38626	ROSANGELA DE SOUZA MATOS	29/01/2024	28/01/2025	01/06/2025	30/06/2025	30

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 23 de Maio de 2025.
JENILZA SPINASSE MORELLATO
Secretária Municipal de Educação Decreto nº 48394/2025

Protocolo 1559761

Portaria

PORTARIA SEMED Nº 639, de 26 de maio de 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 67 DA LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E O CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 219/2023 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DENOMINADA CONTRATANTE E A EMPRESA CORDIAL TRANSPORTES E TURISMO LTDA, DENOMINADA CONTRATADA, resolve:

Art. 1º Designar a servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO REBUZZI**, matrícula 41.337, ocupante do cargo de Coordenadora Logística de Transporte Escolar , CPF nº xxx.267.067-xx, para exercer a fiscalização do Contrato nº 219/2023, cujo objeto é o fornecimento de passagens de ônibus municipal, através do Sistema de Bilhetagem Eletrônica - SBE de Aracruz, com parcelado de passe escolar para atender os alunos da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino, este último decorrente de Adesão ao Programa Escolar do Transporte Escolar do Espírito Santo - PETE/ES com a Secretaria Estadual de Educação, bem como fornecimento de passagem de ônibus Municipal para atender os professores e profissionais da Rede Municipal de Ensino residentes nos Distritos (rodoviário) do Município de Aracruz, que necessitam utilizar o transporte rodoviário nas linhas as quais a empresa é detentora exclusiva da concessão, constante do Processo Administrativo nº. 12.593/2013, Decreto 44.076 de 05/05/2023 e Ofício nº 0243/2023 SETRANS.

Art. 2º Na ausência da servidora qualificada no Art.1º, fica designada a servidora **ELISANGELA SCHNEIDER DE OLIVEIRA**, matrícula 36802, ocupante do cargo de Assistente de Educação, CPF nº xxx.824.997-xx na condição de fiscal adjunto/ substituto.

Art. 3º Dê-se ciência aos servidores e publique-se.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria Semed n° 423 de 07/04/2025.

Ciente,

_____
MARIA DA CONCEIÇÃO REBUZZI
Coordenadora de Logística de Transporte Escolar

_____
ELISANGELA SCHNEIDER DE OLIVEIRA
Assistente de Educação

JENILZA SPINASSÉ MORELLATO
Secretária de Educação
Decreto nº 39.008, de 01/01/2021

Protocolo 1558900

PORTARIA SEMED Nº 639, de 26 de maio de 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 67 DA LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E O CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 219/2023 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DENOMINADA CONTRATANTE E A EMPRESA CORDIAL TRANSPORTES E TURISMO LTDA, DENOMINADA CONTRATADA, resolve:

Art. 1º Designar a servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO REBUZZI**, matrícula 41.337, ocupante do cargo de Coordenadora Logística de Transporte Escolar , CPF nº 052.***.***-90, para exercer a fiscalização do Contrato nº 219/2023, cujo objeto é o fornecimento de passagens de ônibus municipal, através do Sistema de Bilhetagem Eletrônica - SBE de Aracruz, com parcelado de passe escolar para atender os alunos da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino, este último decorrente de Adesão ao Programa Escolar do Transporte Escolar do Espírito Santo - PETE/ES com a Secretaria Estadual de Educação, bem como fornecimento de passagem de ônibus Municipal para atender os professores e profissionais da Rede Municipal de Ensino residentes nos Distritos (rodoviário) do Município de Aracruz, que necessitam utilizar o transporte rodoviário nas linhas as quais a empresa é detentora exclusiva da concessão, constante do Processo Administrativo nº. 12.593/2013, Decreto 44.076 de 05/05/2023 e Ofício nº 0243/2023 SETRANS.

Art. 2º Na ausência da servidora qualificada no Art.1º, fica designada a servidora **ELISANGELA SCHNEIDER DE OLIVEIRA**, matrícula 36802, ocupante do cargo de Assistente de Educação, CPF nº 130.***.***-75 na condição de fiscal adjunto/ substituto.

Art. 3º Dê-se ciência aos servidores e publique-se.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria Semed n° 423 de 07/04/2025.

Ciente,

_____
MARIA DA CONCEIÇÃO REBUZZI
Coordenadora de Logística de Transporte Escolar

_____
ELISANGELA SCHNEIDER DE OLIVEIRA
Assistente de Educação

JENILZA SPINASSÉ MORELLATO
Secretária de Educação
Decreto nº 39.008, de 01/01/2021

Protocolo 1558912



PORTARIA N.º 154, DE 23/05/2025.

HOMOLOGA O GOZO DE FÉRIAS.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO Nº 44.600, DE 13/07/2023 E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTES DA LEI N.º 2.898/ 2006 E LEI N.º 4.118/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar usufruto de férias para os servidores municipais no mês de JUNHO/2025

MATRÍ CULA	NOME	INICIO PA	TERMINO PA	INICIO FERIAS	TERMINO FERIAS	DIAS
1479	SONIA MARIA SEV B.OLIVEIRA	27/04/2023	26/04/2024	25/06/2025	09/07/2025	15
1783	MARCIA NASCIMEN F.GUTIERREZ	11/07/2023	10/07/2024	02/06/2025	01/07/2025	30
2228	MARIA DA PENHA BORGES PINTO	17/03/2023	16/03/2024	23/06/2025	22/07/2025	30
2364	MARIA JOSE TEODORO	20/03/2024	19/03/2025	02/06/2025	01/07/2025	30
2574	ROSANGELA MIRANDA SOUZA	16/03/2024	15/03/2025	02/06/2025	16/06/2025	15
2699	EDINA MARIA RANGEL DA COSTA	04/04/2024	03/04/2025	02/06/2025	01/07/2025	30
10409	ADRIANE RODRIGUES TINTORE	17/07/2023	16/07/2024	04/06/2025	18/06/2025	15
10551	SIMONE REZENDE VITORIA LUCAS	08/08/2022	07/08/2023	23/06/2025	07/07/2025	15
10576	MARILZA LOUREIRO DO NASCIMENTO	01/07/2022	30/06/2023	02/06/2025	01/07/2025	30
10720	EVA MARIA OLIVEIRA LELES	29/11/2021	28/11/2022	02/06/2025	16/06/2025	15
25910	LEIDIAANIA FATIM S.SOARES	28/04/2022	27/04/2023	02/06/2025	01/07/2025	30
26502	BRENDA FRANCISCA BATISTA CARLI	16/03/2022	15/03/2023	25/06/2025	24/07/2025	30
27183	JOELSON ADRIANO LUIZ	30/09/2023	29/09/2024	02/06/2025	01/07/2025	30
32113	CRENILDO DOS	22/07/2022	21/07/2023	01/06/2025	30/06/2025	30
	SANTOS ALVES					
33400	AMANDA ALVARENGA COUTO	29/07/2023	28/07/2024	12/06/2025	26/06/2025	15
34514	ESTEFANIA LOUREIR M.SARCINELLI	02/07/2024	01/07/2025	23/06/2025	07/07/2025	15
37260	KAROLINE DE OLIVEIRA MATTOS	02/03/2024	01/03/2025	02/06/2025	01/07/2025	30
37325	SARAH NASCIMENTO SANTOS	08/03/2023	07/03/2024	09/06/2025	18/06/2025	10
37390	ROBERTA DETTOGNI CANICALI	20/03/2024	19/03/2025	17/06/2025	16/07/2025	30
37452	LUANA MACHADO CLEMENTE	11/04/2024	10/04/2025	02/06/2025	16/06/2025	15
38373	CLAUDIA APARECIDA CARLOS SILVA	02/01/2024	01/01/2025	16/06/2025	30/06/2025	15
39154	IRACELI MARIA MILANI	22/02/2024	21/02/2025	16/06/2025	15/07/2025	30

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 23 de Maio de 2025.

Rosiane Scarpatt Tóffoli
Secretária de Saúde Decreto nº 48.394 de 09/04/2025

Protocolo 1559310

ORTARIA N.º 23, DE 14/05/2025

INTERROMPE GOZO DE FÉRIAS .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO Nº 44.600, DE 13/07/2023 E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTES DA LEI N.º 2.898/ 2006 E LEI N.º 4.118/2017.

RESOLVE:
Art. 1º INTERROMPER, por necessidade imperiosa de serviço, o gozo de férias da servidora abaixo descrita:

MARISELDA MARIA RAMPINELLI CARLESSO
MATRICULA 2777
Período aquisitivo: 07/04/2024 A 06/04/2025
Período de férias: 05/05/2025 A 03/06/2025 - 30 DIAS - **PORTARIA N.º 019/2025**
Período de interrupção : 05/05/2025 A 03/06/2025 - 30 DIAS
Documento solicitante: Processo 17161/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 14 de maio de 2025

ALMIR GONÇALVES VIANNA
Secretário Municipal de Agricultura
Decreto nº 47637/2025

Protocolo 1559422

PORTARIA SEMPLA nº **006/2025**

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.425/2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 7 E ART. 117 DA LEI 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

RESOLVE:
Art. 1º. Designar a servidora **FRANCIELI RIBEIRO FRANCISCO**, ocupante do cargo de Assessor VI, CPF nº 138.***.***-29, para exercer a fiscalização do Processo Administrativo Nº 17.425/2025, firmado entre a Secretaria Municipal de Planejamento, e a empresa: **REFRILAR CLIMAFRIO SERVICO E COMERCIOS EM REFRIGERACAO LTDA**, CNPJ: 04.951.033/0001-78, que tem por objeto a Contratação De Empresa Especializada em Manutenção de Ar Condicionado 12.000 Btus (SPLIT), para atender as demandas da Secretaria de Municipal de Planejamento.
Art. 2º Dê-se ciência ao servidor designado e publique-se.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aracruz-ES, 20 de maio de 2025.

Ciente,

FRANCIELI RIBEIRO FRANCISCO
Decreto n° 48.394, de 09/04/2025
Assessor VI

GIUSEPPE COUTINHO SILVEIRA
Secretário Municipal de Planejamento
Decreto n° 48.394, de 09/04/2025

Protocolo 1559410

PORTARIA Nº24 DE 2025

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS RESTANTES

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTÃO , DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ , NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO Nº 44.600, DE 13/07/2023 E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTES DA LEI N.º 2.898/ 2006 E LEI N.º 4.118/2017.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder à servidora abaixo descrita o gozo de férias restantes interrompidas de acordo com as respectivas portarias:

MARIA DAS GRAÇAS FRIGINI CUZZUOL
MATRICULA 664

Período Aquisitivo: 22/02/2023 A 21/02/2024
Período de Gozo das Férias: 02/12/2024 A 31/12/2024 - 30 Dias Portaria N.º 019/2024
Período de Interrupção: 02/12/2024 A 31/12/2024 - 30 Dias Portaria N.º 020/2024
Gozo de dias restantes: 05/05/2025 A 03/06/2025 - 30 Dias
Documento solicitante: Processo 15518/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 14 de maio de 2025

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
STENIO DA COSTA RODRIGUES
Secretário Interino Municipal da Fazenda
Decreto N.º 48.786, de 15/05/2025

Protocolo 1559494

AMUNES
www.amunes.org.br
www.amunes.org.br

PORTARIA SEMFA Nº 25/2025

HOMOLOGA O GOZO DE FÉRIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ,NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO Nº 44.600, DE 13/07/2023 E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTES DA LEI N.º 2.898/ 2006 E LEI N.º 4.118/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar usufruto de férias para os servidores municipais no mês de: **JUNHO/2025**

MATRÍCULA	NOME	INICIO PA	TERMINO PA	INICIO FERIAS	TERMINO FERIAS	DIAS
28034	MARIA DAS DORES CANDIDO SILVA	15/02/2024	14/02/2025	02/06/2025	16/06/2025	15
31008	LUZIANE FAVARATO	28/03/2023	27/03/2024	03/06/2025	17/06/2025	15

2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 maio de 2025

STENIO DA COSTA RODRIGUES
Secretário Interino Municipal da Fazenda
Decreto N.º 48.786, de 15/05/2025

Av. Morobá, nº 20 | Bairro Morobá - Aracruz - ES | CEP: 29192-733 Tel: 27 3270-7056 | www.aracruz.es.gov.br

Protocolo 1559527

PORTARIA N.º 140 de 14 de maio 2025

HOMOLOGA O GOZO DE FÉRIAS.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO Nº 44.600, DE 13/07/2023 E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTES DA LEI N.º 2.898/ 2006 E LEI N.º 4.118/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar usufruto de férias para os servidores municipais no mês de MAIO/2025.

MATRÍCULA	NOME	INICIO PA	TERMINO PA	INICIO FERIAS	TERMINO FERIAS	DIAS
26594	SHEILA CRISTINA BORGES RUI	13/04/2022	12/04/2023	13/05/2025	30/05/2025	18

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 05 de maio de 2025.

Rosiane Scarpatt Tóffoli
Secretária de Saúde
Decreto nº 48.394 de 09/04/2025

Protocolo 1559537

PORTARIA N.º 63, DE 05/05/2025

HOMOLOGA O GOZO DE FÉRIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO Nº 44.600, DE 13/07/2023 E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTES DA LEI N.º 2.898/ 2006 E LEI N.º 4.118/2017.

RESOLVE:
Art. 1º Homologar usufruto de férias para os servidores municipais no mês de MAIO/2025

MATRÍCULA	NOME	INICIO PA	TERMINO PA	INICIO FERIAS	TERMINO FERIAS	DIAS
2792	O R L I N S LISBOA DE SOUZA	24/02/2023	23/02/2024	05/05/2025	24/05/2025	20

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 29 de Abril de 2025.

PAULO SERGIO DA SILVA NERES
Secretário Municipal de Transportes e Serviços Urbanos
Decreto Nº 47.636 , de 01/01/2025

Protocolo 1559543

PORTARIA SEMAM N.º 020, DE 26 DE MAIO DE 2025.

HOMOLOGA O GOZO DE FÉRIAS.

O SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO N° 44.600, DE 13/07/2023 E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTES DA LEI N° 2.898/2006 E LEI N° 4.118/2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Homologar usufruto de férias para os servidores municipais no mês de JUNHO/2025.

MAT.	NOME	INÍCIO PA	TÉRMINO PA	INÍCIO FÉRIAS	TÉRMINO FÉRIAS	DIAS
22009	BRENDA COSTA BARBOSA	18/06/2022	17/06/2023	09/06/2025	23/06/2025	15
31495	E M E R S O N COUTINHO NUNES	21/11/2022	20/11/2023	26/06/2025	10/07/2025	15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de Maio de 2025.

ALADIM FERNANDO CERQUEIRA
Secretário de Meio Ambiente Decreto Nº 48.394 de 2025

Autenticar documento em https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade com o identificador 3700350032003900390039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Protocolo 1559547

PORTARIA SEMSUR Nº 71, de 26 de Maio de 2025

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº **126/2020** QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 67 DA LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E O CONTRATO Nº 126/2020, FIRMADO ENTRE A SETRANS, DENOMINADA CONTRATANTE E A S A GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI (CNPJ:04125754/0001-29), DENOMINADA CONTRATADA.

RESOLVE:

Art. 1º Designa o servidor **ERIC JUNIO MARTINS PINTO**, ocupante do cargo do cargo de SUBSECRETÁRIO DE LIMPEZA, CPF:075.***.***-43, para exercer a função de **Fiscal Titular** do Contrato nº 126/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de Manejo de Resíduos Sólidos do Município de Aracruz, para atender a SEMSUR.

Art. 2º Designa o servidor, **VINICIUS VIEIRA SENNA, ocupante do cargo de GERENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CPF:049.***.*** - 60**, para exercer a função de **Suplente** na fiscalização do Contrato nº 126/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de Manejo de Resíduos Sólidos do Município de Aracruz, para atender a SEMSUR.

Art. 3º Dê-se ciência ao servidor e publique-se.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ciente,

ERIC JUNIO MARTINS PINTO
SUBSECRETÁRIO DE LIMPEZA
Decreto: 48.394 de 09/04/2025

VINICIUS VIEIRA SENNA
GERENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Decreto: 48.705 de 08/05/2025

PAULO SÉRGIO DA SILVA NERES
Secretário de Transportes e Serviços Urbanos
Decreto nº 47.636 DE 01/01/2025
Protocolo 1559568

PORTARIA N.º 525, DE 05/05/2025

HOMOLOGA O GOZO DE FÉRIAS.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ , NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO Nº 44.600, DE 13/07/2023 E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTES DA LEI N.º 2.898/ 2006 E LEI N.º 4.118/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar usufruto de férias para as servidoras abaixo relacionadas referente ao mês de MAIO/2025

MATRÍCULA	NOME	INICIO PA	TERMINO PA	INICIO FERIAS	TERMINO FERIAS	DIAS
26577	THAMIRES VAZ RICATO	01/04/2023	31/03/2024	05/05/2025	03/06/2025	30

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 05 de maio de 2025.

JENILZA SPINASSE MORELLATO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 48394/2025

Protocolo 1559681

PORTARIA SEMSUR Nº 70, de 26 de Maio de 2025
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº **246/2019** QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 67 DA LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E O CONTRATO Nº 246/2019, FIRMADO ENTRE A SEMSUR, DENOMINADA CONTRATANTE E A S A GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI(CNPJ:04125754/0001-29), DENOMINADA CONTRATADA.

RESOLVE:
Art.1º Designa o servidor **ERIC JUNIO MARTINS PINTO**, ocupante do cargo de ,SUBSECRETÁRIO DE LIMPEZA, CPF:075.***.***- 43, para exercer a função de **Fiscal Titular** do Contrato nº 246/2019, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos do Município de Aracruz, para atender a SEMSUR.
Art. 2º Designa o servidor **VINICIUS VIEIRA SENNA**, ocupante do cargo de GERENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CPF:049.***.*** - 60, para exercer a função de **Suplente** na fiscalização do Contrato nº 246/2019, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos do Município de Aracruz, para atender a SEMSUR.
Art. 3º Dê-se ciência ao servidor e publique-se.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ciente,

ERIC JUNIO MARTINS PINTO
SUBSECRETÁRIO DE LIMPEZA
Decreto: 48.394 de 09/04/2025

VINICIUS VIEIRA SENNA
GERENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Decreto: 48.705 de 08/05/2025

PAULO SÉRGIO DA SILVA NERES
Secretário de Transportes e Serviços Urbanos
Decreto nº 47.636 DE 01/01/2025
Protocolo 1559584

AMUNES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO
www.amunes.org.br
www.amunes.org.br

PORTARIA SEMFI Nº 22/2025

HOMOLOGA O GOZO DE FÉRIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO Nº 44.600, DE 13/07/2023 E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTES DA LEI N.º 2.898/ 2006 E LEI N.º 4.118/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar usufruto de férias para os servidores municipais no mês de MAIO/2025

MATRÍCULA	NOME	INICIO PA	TERMINO PA	INICIO FERIAS	TERMINO FERIAS	DIAS
26820	TATHYANA LIMA ROCHA CAMPOS	06/07/2022	05/07/2023	12/05/2025	26/05/2025	15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 05 de maio de 2025

GERALDO MAGELA RAMOS
Secretário Municipal de Finanças
Decreto nº 48.394/2025

Protocolo 1559688

PORTARIA N.º 641, DE 27/12/2025.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE E PRORROGAÇÃO.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARACRUZ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONFORME A LEI N° 2.898/2006 DE 31/03/2006 E A LEI N°3.446/2011, E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N.º 44.600, DE 13/07/2023;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 120 (cento e vinte) dias de Licença Maternidade a Servidora abaixo descrita:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO	PROCESSO
CRISTINA ROSSONI MODENESE	38240	20/05/2025 À 16/09/2025	19611/2025

Art. 2° Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias a Licença concedida a Servidora abaixo descrita:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO	PROCESSO
CRISTINA ROSSONI MODENESE	38240	17/09/2025 À 15/11/2025	19611/2025

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Aracruz, 27 de Maio de 2025

JENILZA SPINASSE MORELLATO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 39.008

Protocolo 1559829

PORTARIA N.º 642, DE 27/12/2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE E PRORROGAÇÃO.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARACRUZ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONFORME A LEI N° 2.898/2006 DE 31/03/2006 E A LEI N°3.446/2011, E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N.º 44.600, DE 13/07/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 120 (cento e vinte) dias de Licença Maternidade a Servidora abaixo descrita:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO	PROCESSO
TATIANE APARECIDA BARRETO DE MATOS	41295	26/05/2025 À 22/09/2025	19818/2025

Art. 2° Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias a Licença concedida a Servidora abaixo descrita:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO	PROCESSO
TATIANE APARECIDA BARRETO DE MATOS	41295	23/09/2025 À 21/11/2025	19818/2025

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Aracruz, 27 de Maio de 2025

JENILZA SPINASSE MORELLATO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 39.008

Protocolo 1559840

PORTARIA N.º 640, DE 27/05/2025 RETIFICA PORTARIA Nº 636, DE 23/05/2025.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ , NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO Nº

44.600, DE 13/07/2023 E NOS TERMOS DO ART. 91 E SEGUINTES DA LEI N.º 2.898/ 2006 E LEI N.º 4.118/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Retificar na **PORTARIA N.º 636**, **DE 23/05/2025** que concedeu férias para as servidoras relacionadas;

- **VERONICA MARIA S.S.JARDIM MATRÍCULA 2263**

Onde se lê:

Férias de: 01/06/2025 A 30/06/2025 - 30 DIAS

Leia-se:

Férias de: 02/06/2025 A 01/07/2025 - 30 DIAS

- **ROSANGELA DE SOUZA MATOS MATRÍCULA 38626**

Onde se lê:

Férias de: 01/06/2025 A 30/06/2025 - 30 DIAS

Leia-se:
Férias de: 02/06/2025 A 01/07/2025 - 30 DIAS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 27 de Maio de 2025.

JENILZA SPINASSE MORELLATO
Secretária Municipal de Educação Decreto nº 48394/2025

Protocolo 1559847

PORTARIA N.º 20.596, DE 26.05.2025

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO PERMANENTE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

CONSIDERANDO A LEI MUNICIPAL Nº 4.326, DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA;

CONSIDERANDO O DECRETO Nº 48.510, DE 24 DE ABRIL DE 2025, QUE NOMEOU OS SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CPRF;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão Permanente de Regularização Fundiária - CPRF, que integra a presente Portaria como Anexo Único, conforme Processo Eletrônico n.º 18.326/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Esta Portaria e seu anexo estão disponíveis no site da prefeitura municipal de aracruz, no seguinte endereço eletrônico: https://www.aracruz.es.gov.br/legislacao

Protocolo 1559914

PORTARIA N.º 20.597, DE 26/05/2025.

CONCEDE INSALUBRIDADE A SERVIDORA CONTRATADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO ARTIGO 192 DA CLT E CONSIDERANDO O CONTIDO NO PROCESSO ELETRÔNICO N.º 17.427/2025;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder a Servidora abaixo descrita, o Adicional de Insalubridade de 20% sobre o salário mínimo:

Nome	Matrícula	A Partir de:
CLAUDINEIDE FERREIRA DE MENDONÇA	41194	11/04/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/04/2025.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 26 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559929

PORTARIA Nº 643, DE 27/05/2025.

AUTORIZA A RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, ESTADO D O ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ATRAVÉS DO DECRETO N.º 41.820, DE 05/04/2022;

RESOLVE:
Art. 1º Fica o Secretário Municipal de Educação do Município de Aracruz, autorizado a rescindir o contrato de trabalho do (a) Senhor (a) abaixo descrito:

Nome	Matrícula	Secretaria	A partir
MONIQUE RIGUETI FERREIRA	38376	SEMED	27/05/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 27 de Maio de 2025.
JENILZA SPINASSE MORELLATO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 48.394/2025

Protocolo 1560010

Aditivo

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato por Inexigibilidade 291/2023
Processo Administrativo nº 17.623/2023

Contratante: Município de Aracruz, através da Secretaria de Educação
Contratada: CORDIAL TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de passagens de ônibus municipal, através do Sistema de Bilhetagem Eletrônica SBE de Aracruz, referente ao Passe Escolar para atender os alunos da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino.
Vigência: 12 meses, a contar de 07/06/2025
Da Regularização Fiscal: Fica estabelecido o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de assinatura deste Termo Aditivo, para que a empresa proceda à regularização e apresentação de todas as certidões de regularidade fiscal que se encontram vencidas. O descumprimento do referido prazo sujeitará a Contratada às sanções previstas no Contrato Original, incluindo, mas não se limitando sanções previstas a: advertência, rescisão contratual, aplicação de penalidades e suspensão de pagamentos.
Valor: Permanece inalterado, perfazendo a quantia de **R$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais).
Data da assinatura: 23/05/2025

Aracruz, 26 de maio de 2025.

Jenilza Spinassé Morellato
Secretária de Educação
Decreto nº 39.008, de 01/01/2021
Protocolo 1558926

PROCESSO Nº 4309/2023
PARTES: MUNICÍPIO DE ARACRUZ - SECRETARIA MUNICIPALDESAÚDE-SEMSAe**TRANSPORTADORA LOZER LTDA** - **CNPJ Nº 30.546.030/0001-69**

RESUMO DO CONTRATO Nº. 27/2023

OBJETO: 1.1 - O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência contratual, estipulado na Cláusula Quinta, item 5.1, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 29/05/2025.

1.2 - Decrescer o valor mensal de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) a partir da vigência do presente Termo.

1.3 - Substituição do veículo reserva de placa LLS4F46 pelo veículo de placa KQY0F79.

VALOR: Em razão do decréscimo incrementado na cláusula 1.2 do presente Termo Aditivo, o valor mensal da prestação de serviço prevista no contrato originário no importe de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), passa a vigorar a partir da vigência deste Termo Aditivo, no valor mensal de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), totalizando o valor anual de R$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais).

VIGÊNCIA: O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência contratual, estipulado na Cláusula Quinta, item 5.1, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 29/05/2025.

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato Originário e seus Termos Aditivos, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo.

Aracruz/ES, 27/05/2025.

ROSIANE SCARPATT TÓFFOLI
Secretária de Saúde
Decreto nº 39.858 de 02/06/2021
Protocolo 1559757

Barra de São Francisco

Aditivo

RESUMO DO 3° ADITIVO AO CONTRATO 112/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

CONTRATO ADMNISTRATIVO 0112 /2022 .

Contratada: RG SYSTEM INFORMATICA LTDA - ME;

Processo de nº 002256/2022 e Procedimento Licitatório Pregão Eletrônico nº 0020 / 2022;

OBJETO: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 meses- Contratação de empresa especializada para a concessão de licença de uso e prestação de serviços de instalação, treinamento aos usuários, conversão de dados, parametrização, customização, suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva, atendimento presencial e evolutiva de sistemas informatizados (softwares) para Gestao Pública Escolar.
DO VALOR: R$ 68.500,00 sessenta e oito mil quinhentos reais.
DA VIGÊNCIA: 11 de junho de 2026;
Assinatura: 27 de Maio de 2025;

Enivaldo Euzébio dos Anjos
Prefeito Municipal de Barra de São Francisco
Protocolo 1559900

Baixo Guandu

Edital

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Pelo presente edital, a Prefeitura Municipal de Baixo Guandu/ES, em atendimento aos preceitos do art. 26, §§3º, 4º e 5º da Lei nº 9.784/1999, vem notificara empresa THOMES TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS EIRELI ME, CNPJ nº 14.892.363/0001-93, e seu sócio administrador Sr. Heliomar Costa Novais, CPF nº 97x.xxx.xxx-20, para que tome conhecimento da **DECISÃO ADMINISTRATIVA de aplicação de**

penalidade de multa no valor de R$ 160.434,50 em função do descumprimento contratual do Contrato Administrativo nº 015/2019, exarada no processo administrativo nº 5695/2021, e, caso queira apresente RECURSO no prazo de 15 (quinze) dias corridos da terceira e última publicação.
Baixo Guandu/ES, 28 de maio de 2025.

LASTÊNIO LUIZ CARDOSO
Prefeito Municipal de Baixo Guandu/ES

FABRICIO BENICIO DE BRITO

Secretário Municipal de Obras

Protocolo 1559229

Termos

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO N° 42/2025

Pelo presente instrumento, firmado nos termos da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o:
O CONCEDENTE, MUNICIPIO DE BAIXO GUANDU - ES por meio da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Ibituba, nº 150, Centro, Baixo Guandu-ES, neste ato representada pela Secretária, Senhora Wanderléia Rodrigues de Assunção, residente na Rua Carlos Gomes, nº 465, Centro, Baixo Guandu-ES, portador(a) do RG nº. 17xxxxx19 PC/MG e CPF nº.1xx.xxx.xxx-06.
O INTERVENIENTE, **IFES**- **INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**, com sede no Município de Colatina ES, Entidade Educacional de Direito Público, situado na BR 259 km 70, Estrada Colatina x Baixo Guandu, Zona Rural s/nº, representada por seu Diretor Geral, **Fabio Lyrio dos Santos**, Casado, Professor, portador da Carteira de Identidade nº 10xxx96 SSP/ES e CPF nº 0xx.xxx.xxx-xx, casa residencial e domiciliado no IFES Campus de Itapina, BR 259 km 70, Estrada Colatina x Baixo Guandu, Zona Rural s/n, CEP 29.717-000**.**
O Estagiário MARIA EDUARDA XAVIER GOMES, portador do RG nº. ES- 3.xxx.373 CPF nº 1xx.xxx. xxx-09, matriculado no Curso de Licenciatura em Pedagogia, sob o n° 20191PED0042, no 9º Período, semestre /2025.
Ajustam o seguinte:
CLÁUSULA 1ª - Este Termo de Compromisso reger-se-á pela Lei 11.788/08, pelas normas de estágio do Município de Baixo Guandu - ES e, pelo Convênio celebrado entre a **CONCEDENTE** e a **INTERVENIENTE.**
CLÁUSULA 2ª - O Estágio Obrigatório é ato de cunho educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a prestação para o trabalho produtivo do (a) educando (a), sem criar vinculo empregatício de qualquer natureza, previsto no respectivo Projeto Pedagógico do Curso.
CLÁUSULA 3ª - O estágio terá início em 28/05/2025 e terá seu término em 06/06/2025, totalizando 30 (trinta) horas, sendo compatível com as atividades escolares e de acordo com o art. 10° da Lei n° 11.788/08.
§ 1º - A jornada de atividade em estágio não poderá ultrapassar os limites fixados pelos incisos I e II, § 1º e 2º § do art. 10 e art. 11 da Lei nº 11.788/08.
§ 2º - Tendo o estágio a duração igual ou superior a um ano, é assegurado ao ESTAGIÁRIO, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares, ou se inferior a um ano, o recesso será proporcional.
CLÁUSULA 4ª - O estágio será acompanhado pelo professor orientador da **IFES**- **INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO** e por supervisor da CONCEDENTE, que deverão por seus vistos nos relatórios de atividades e no relatório de aprovação do ESTAGIÁRIO.
CLÁUSULA 5ª - O **ESTAGIÁRIO** desenvolverá suas atividades obrigando-se a:
a) Cumprir com empenho e interesse a programação estabelecida no Plano de Atividades;
b) Cumprir as condições fixadas para o Estágio observando as normas de trabalho vigentes na **CONCEDENTE**, preservando o sigilo e a confidencialidade sobre as informações que tenha acesso;
c) Observar a jornada e o horário ajustados para o Estágio;
d) Apresentar documentos comprobatórios da regularidade da sua situação escolar, sempre que solicitado pela **CONCEDENTE**;
e) Manter rigorosamente atualizados seus dados cadastrais e escolares, junto à **CONCEDENTE**;
f) Informar de imediato, qualquer alteração na sua situação escolar, tais como: trancamento de matrícula, abandono, conclusão de curso ou transferência de Instituição de Ensino;
g) Vistar os Relatórios de Atividades elaborados pela **CONCEDENTE** com periodicidade mínima de 06 (seis) meses e, inclusive, sempre que solicitado;
h) Responder pelas perdas e danos eventualmente causados por inobservância das normas internas da **CONCEDENTE**, ou provocados por negligência ou imprudência.
i) Observar o regulamento disciplinar da **CONCEDENTE** e a atender as orientações recebidas na mesma.

CLÁUSULA 6ª - Cabe à **CONCEDENTE**: Conceder o Estágio e proporcionar ao **ESTAGIÁRIO** condições propícias para o exercício das atividades práticas compatíveis com o seu Plano de Atividades;
a) Solicitar ao **ESTAGIÁRIO**, a qualquer tempo, documentos comprobatórios da regularidade da situação escolar, uma vez que trancamento de matrícula, abandono, conclusão de curso ou transferência de Instituição de Ensino constituem motivos de imediata rescisão;
b) Elaborar e encaminhar para o **IFES**- **INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO** o Relatório de Atividades, assinado pelo seu Supervisor, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses com vista obrigatória do **ESTAGIÁRIO**;
c) Entregar, por ocasião do desligamento, Termo de Realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
d) Manter em arquivo e à disposição da fiscalização os documentos que comprovem a relação de Estágio;
e) Permitir o início das atividades de Estágio somente após o recebimento deste instrumento assinado pelos partícipes.
g) Implementação e observar a legislação relacionada à saúde e à segurança no trabalho.
CLÁUSULA 7ª - Cabe ao **IFES**- **INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**.
a) Indicar, no Plano de Atividades, as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do

curso, à etapa e modalidade da formação escolar, ao horário e calendário escolar;
b) Avaliar as instalações da parte concedente do Estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do aluno;
c) Comunicar à **CONCEDENTE**, no início do período letivo, as datas de realização das avaliações escolares;
d) Exigir do aluno a apresentação periódica, em prazo não superior a 06 (seis) meses, de Relatório de Atividades;
e) Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio, reorientando o **ESTAGIÁRIO** para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
f) Avaliar a realização do Estágio do aluno por meio de Instrumentos de Avaliação.

CLÁUSULA 8ª- Na vigência do presente Termo, o **ESTAGIÁRIO** estará incluído na cobertura do seguro contra acidentes pessoais, contratado pela **CONCEDENTE**, conforme certificado individual de seguro, Apólice nº 3009300012005 Caixa Econômica Federal.
CLÁUSULA 9ª - O término do Estágio ocorrerá nos seguintes casos:
a) Automaticamente, ao término do período previsto para sua realização;
b) Desistência do Estágio ou rescisão do Termo de Compromisso de Estágio, por decisão voluntária de qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito com antecedência de 05 (cinco) dias;
c) Pelo trancamento da matrícula, abandono, desligamento ou conclusão do curso no **IFES-INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**.
d) Pelo descumprimento das condições do presente Termo de Compromisso de Estágio;
CLÁUSULA 10ª - O Estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observadas as disposições da Lei n° 11.788/08 e do presente Termo de Compromisso de Estágio.
CLÁUSULA 11ª - A rescisão do presente Termo de Compromisso de Estágio poderá ser feita a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, feita com cinco dias de antecedência.
CLÁUSULA 12ª - Fica eleito o foro da Comarca de Baixo Guandu - ES, para dirimir as questões porventura oriundas deste Termo de Compromisso, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E assim, justos e acordados, assinam este instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.
Baixo Guandu - ES, ___ de _____ de 20___.

_____
Wanderléia Rodrigues de Assunção
Secretário

_____
Maria Eduarda Xavier Gomes
Estagiário(a)

1ª _____
2ª _____

Nome
Nome
CPF
CPF

Protocolo 1559223

Brejetuba

Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 43/2025 - Prefeitura Municipal de Brejetuba (ES), **AGROMUSIC PRODUÇÃO MUSICAL**, firmado em 30/04/2025, através da **INEXIGIBILIDADE N° 004/2025/PMB**. O objeto do contrato é a contratação da empresa AGROMUSIC PRODUÇÃO MUSICAL, para a realização de show artístico com a dupla **Antony e Gabriel**, a ser apresentado durante a 30ª Festa de Emancipação Política do município de Brejetuba/ES, com data prevista para o dia 27 de setembro de 2025. O valor pactuado é de **R$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais)**, valor este que as partes afirmam estar condizente com os preços praticados no mercado, conforme pesquisas previamente realizadas. Id Cidades 2025.015E0700001.10.0003. Raí Silva Badaró - Agente de Contratação Geral.
Protocolo 1559906

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 46/2025 - Prefeitura Municipal de Brejetuba (ES), **RB PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA**, firmado em 02/05/2025, através da **INEXIGIBILIDADE N° 006/2025/PMB**. O objeto do contrato é a contratação da empresa RB PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, para a realização de show artístico com a dupla **Edy Britto e Samuel**, a ser apresentado durante a 30ª Festa de Emancipação Política do município de Brejetuba/ES, com data prevista para o dia 28 de setembro de 2025. O valor pactuado é de **R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**, valor este que as partes afirmam estar condizente com os preços praticados no mercado, conforme pesquisas previamente realizadas. Id Cidades 2025.015E0700001.10.0005. Raí Silva Badaró - Agente de Contratação Geral.
Protocolo 1559912

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 48/2025 - Prefeitura Municipal de Brejetuba (ES), por meio do **Fundo Municipal De Saúde Do Município De Brejetuba (ES)**, **COMBATE EXTINTORES LTDA**, firmado em 06/05/2025, através da DISPENSA N° 022/2025. O objeto do contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, NO INTUITO DE ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO. No valor total de **R$ 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais).** Id Cidades 2025.015E0500001.09.0003. Raí Silva Badaró - Agente de Contratação Geral.
Protocolo 1559919

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 53/2025 - Prefeitura Municipal de Brejetuba (ES), **WEVERTHON TOMAZ DIAS**, firmado em 16/05/2025, através da **DISPENSA N° 024/2025**. O objeto do contrato é a Contratação

de empresa para serviço de lavagem, limpeza geral dos veículos de passeio e utilitários da secretaria municipal de educação, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. No valor total de **R$ 16.999,90 (dezesseis mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos)**. Id Cidades 2025.015E0700001.09.0021. Raí Silva Badaró - Agente de Contratação Geral.

Protocolo 1559932

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 56/2025 - Prefeitura Municipal de Brejetuba (ES), **PROPAG COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA**, firmado em 16/05/2025, através da **DISPENSA N° 027/2025**. O objeto do contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PLOTAGEM EM VINIL E ENVELOPAMENTO DE ADESIVOS PARA VIDROS E JANELAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE CADA SECRETARIA E DA FROTA MUNICIPAL" ATENDENDO A TODOS OS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA/ES, de acordo com as exigências de quantidade e qualidade determinadas neste instrumento. No valor total de **R$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais)**. Id Cidades 2025.015E0700001.09.0023. Raí Silva Badaró - Agente de Contratação Geral.

Protocolo 1559946

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 59/2025 - Prefeitura Municipal de Brejetuba (ES), por meio do **Fundo Municipal De Saúde Do Município De Brejetuba (ES)**, **AGNES COMERCIAL LTDA**, firmado em 26/05/2025, através da PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2025. O objeto do contrato é a Contratação pública de empresa para aquisição de materiais descartáveis e limpeza, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021. No valor total de **R$ 82.223,40 (oitenta e dois mil, duzentos e vinte e três reais e quarenta centavos).** Id Cidades 2025.015E0500001.01.0003. Raí Silva Badaró - Agente de Contratação Geral.

Protocolo 1559983

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 60/2025 - Prefeitura Municipal de Brejetuba (ES), por meio do **Fundo Municipal De Saúde Do Município De Brejetuba (ES)**, **DL LICITA LTDA**, firmado em 26/05/2025, através da PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2025. O objeto do contrato é a Contratação pública de empresa para aquisição de materiais descartáveis e limpeza, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021. No valor total de **R$ 42.745,70 (quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos).** Id Cidades 2025.015E0500001.01.0003. Raí Silva Badaró - Agente de Contratação Geral.

Protocolo 1559993

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 61/2025 - Prefeitura Municipal de Brejetuba (ES), por meio do **Fundo Municipal De Saúde Do Município De Brejetuba (ES)**, **SUELY HUBNER DE MIRANDA**, firmado em 26/05/2025, através da PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2025. O objeto do contrato é a Contratação pública de empresa para aquisição de materiais descartáveis e limpeza, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021. No valor total de **R$ 33.753,71 (trinta e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta e um centavos).** Id Cidades 2025.015E0500001.01.0003. Raí Silva Badaró - Agente de Contratação Geral.

Protocolo 1560007

Aditivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA
1º TERMO ADITIVO
CONTRATO - 90/2024 - BRAGA TRATOR PEÇAS LTDA
1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. - O Objeto do Processo Licitatório, que deu origem a presente Ata é o Registro de Preços para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA DOS VEÍCULOS DA LINHA PESADA DA FROTA MUNICIPAL, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Anexo II do Edital-Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº 009/2024, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRÉSCIMO
2.1. - Nos termos do artigo 124, inciso II, da Lei 14.133/2021, fica acrescido o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor inicialmente pactuado do contrato, totalizando o montante de **R$ 167.468,00 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais).** Mantêm-se inalteradas as demais cláusulas contratuais, conforme Parecer Jurídico.

Protocolo 1559954

Castelo

Lei

LEI Nº 4.454, DE 26 DE MAIO DE 2025.

Fica vedado entrar, banhar-se ou nadar na lagoa do Parque Municipal da Beira Rio do Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTELO**, **no Estado do Espírito Santo**: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica terminantemente vedado entrar, banhar-se ou nadar na lagoa do Parque Municipal da Beira Rio e em áreas similares.

§ **1º** Em casos excepcionais em que for necessário retirar algum objeto da lagoa deverá ser solicitado ao agente público municipal que esteja no local.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber, bem como providenciará as placas proibitivas.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Castelo/ES, 26 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

Protocolo 1559371

LEI Nº 4.455, DE 26 DE MAIO DE 2025.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CASTELO A FIRMAR ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO COMANDO DO EXÉRCITO, POR INTERMÉDIO DO COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:
LEI
Art. 1º Fica o Município de Castelo autorizado a firmar Acordo de Cooperação Técnica com a União, representada pelo Comando do Exército, por intermédio do Comando da 1ª Região Militar, visando a cooperação mútua entre as partes, para a manutenção e o funcionamento do Tiro de Guerra nº 01-006 no Município de Castelo - ES.
Art. 2º As minutas dos Acordos de Cooperação Técnica a serem firmados serão fornecidas pelo Município de Castelo, ou, caso o sejam pelo convenente, deverão ser previamente examinadas e aprovadas, em todos os seus termos, pela Assessoria Jurídica do Município de Castelo - ES.
Art. 3o A minuta do Acordo de Cooperação Técnica faz parte integrante da presente Lei, podendo ser alterada por meio de Decreto pelo Chefe Executivo Municipal.
Art. 4º As despesas decorrentes da celebração do Acordo de Cooperação Técnica de que trata esta lei correrão a conta de dotações próprias, consignadas na lei orçamentária.
Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 26 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA/EME Nº _____.	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O COMANDO DO EXÉRCITO / COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR E O MUNICÍPIO DE CASTELO-ES COM A FINALIDADE DE PERMITIR O FUNCIONAMENTO DO TIRO-DE-GUERRA Nº 01-006 (CASTELO-ES)

PREÂMBULO
1. DOS PARTÍCIPES E SEUS REPRESENTANTES
a. A UNIÃO, representada pelo COMANDO DO EXÉRCITO, por intermédio do Comando da 1ª Região Militar, com sede na Praça Duque de Caxias nº 25, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.221-260, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.394.452/0453-03, doravante denominado Cmdo da 1ª RM, neste ato representado pelo seu Comandante, General de Divisão _____, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado à ___ _____, no uso das atribuições conferidas por subdelegação do Comandante Militar do Leste, de acordo com a Nota nº _____ _____, do Comando Militar do Leste, no uso das atribuições conferidas pela Portaria do Comandante do Exército nº _____, em seu art. 1º, inciso I, alínea "a".

b. O Município de CASTELO-ES, por meio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO-ES, com sede à Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 103, bairro Centro, cidade de Castelo, estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.165.638/0001-39 MATRIZ, doravante denominada PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO, neste ato representado pelo Sr. Prefeito _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo SPTC/ Departamento de Identificação - ES, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado à Rua _____, Castelo-ES.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL
Os partícipes resolvem firmar, de mútuo acordo, o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, sujeitando-se, no que couber, às disposições contidas na Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), no Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, (Regulamento da Lei do Serviço Militar), na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (Normas gerais sobre licitações e contratos), Lei 13.019, de 31 de julho de 2014 (Regime jurídico das parcerias voluntárias), na Port. nº 1 - Cmt Ex, de 2 de janeiro de 2002 (Regulamento para os Tiro de Guerra e Escolas de Instrução Militar - R-138), na Portaria do Comandante do Exército nº 1448, de 10 de setembro de 2018 (Instruções Gerais para a Realização de Instrumentos de Parceria no âmbito do Comando do Exército - EB 10-IG-01.010), no Decreto nº 8.726/16 (Regras e Procedimentos do Regime Jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil) e a Lei Orgânica do Município.

3. DA FINALIDADE
O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA tem por finalidade regular o funcionamento do Tiro de Guerra 01-006 (CASTELO-ES), visando à prestação do Serviço Militar Inicial, no Município sede do TG, pretendendo alcançar resultados através das várias atividades previstas na legislação supramencionada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA tem como objeto a manutenção e funcionamento do Tiro de Guerra nº 01-006 no Município de CASTELO-ES,

e o estabelecimento das responsabilidades dos PARTÍCIPES na cessão de pessoal, patrimônio imobiliário, ampliação das instalações, fornecimento de mobiliário, utensílios e equipamentos afins, bem como a realização de obras e serviços visando à manutenção, reposição e melhoria das instalações da sede do Tiro de Guerra, quadra de desportos, pátio de instrução, polígono de tiro, e residência(s) funcional (ais) do(s) Instrutor (es) do TG, em consonância com o respectivo Plano de Trabalho, previamente acordado entre as partes, anexo a este Instrumento, que a ele se integra, independentemente de eventual transcrição de partes do seu conteúdo no texto deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

O Órgão executor deste instrumento será o Comando da 1ª Região Militar - Seção de Tiros de Guerra/Seção de Serviço Militar Regional que operacionalizará e gerenciarão, dentro das respectivas competências, possibilidades e disponibilidades, por meio de apoio acordado com o Executivo Municipal, por meio de Diretrizes, Programas, Ordens de Serviço e/ou outros documentos assemelhados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

I - Constituem obrigações do Comando da 1ª Região Militar, respeitando a legislação vigente:

a. Fornecer os padrões técnicos contendo as exigências para localização da sede do TG e residência funcional para o pessoal militar do Exército, designados para a função de Chefe de Instrução e Instrutor;

b. Fornecer os padrões técnicos contendo as exigências de localização e topografia do terreno destinado ao polígono de tiro;

c. Fornecer o armamento, munição e outros materiais julgados cabíveis, necessários e indispensáveis à instrução do Tiro de Guerra.

d. Administrar o patrimônio mobiliário e imobiliário;

II - Constituem obrigações do Município de CASTELO-ES:

a. Elaborar os projetos de engenharia necessários a eventuais reformas e/ou ampliações das instalações do Tiro de Guerra (sede e polígono de tiro), de modo a satisfazer as exigências do planejamento militar, mediante aprovação e acompanhamento técnico do Cmdo da 1ª RM.

b. Caso não possua imóvel residencial próprio, arcar com o ônus dos aluguéis da moradia do Instrutor, podendo realizar a contratualização de forma direta e ou mediante pagamento de bolsa auxílio moradia no valor médio de mercado em consonância com os princípios relativos a moradia e localização compatíveis com o cargo funcional de Instrutores de Tiro de Guerra.

c. Mobiliar e equipar as instalações necessárias ao funcionamento do Tiro de Guerra (sede e polígono de tiro), com material permanente (computadores, impressoras, mesas, cadeiras, armários, bebedouros, ar-condicionado e ventiladores).

d. Manter em boas condições as instalações construídas e/ou que vierem a ser, realizando manutenção das instalações, ao menos uma vez por ano, ou quando houver necessidade emergencial.

e. Assumir diretamente o custeio das despesas administrativas de material de consumo, expediente, de esportes e instrumentos para fanfarra, assim como custear as despesas havidas com consumo de energia elétrica, água, tarifas telefônicas e tarifas postais, pertinentes às atividades de serviço.

f. Prover o Tiro de Guerra com linha telefônica própria, incluso o aparelho telefônico e rede de transmissão de dados (servidor de internet).

g. Apoiar com servidores públicos municipais (secretários e serventes). O compartilhamento dos servidores deverá ser realizado por prazo determinado e para o desenvolvimento de atividade específica, sem o afastamento das suas funções.

h. Arcar com custeio das despesas destinadas a atender a participação do Tiro de Guerra em eventos militares, que tenham como objetivo a integração com os demais Tiros de Guerra do Comando Militar do Leste. Deverá ser prevista no orçamento municipal verba própria para atender a esta atividade.

i. Providenciar para que os Instrutores e dependentes, e os Atiradores possam ter assistência médico-hospitalar efetiva, por meio dos serviços públicos de saúde disponibilizados pelo Município.

j. Arcar com custeio das despesas provenientes de Inspeção de Saúde a ser realizada nos efetivos matriculados e licenciados anualmente. Deverá ser prevista no orçamento municipal verba própria para atender a esta atividade.

k. Prover a segurança das instalações do Tiro de Guerra, nos períodos compreendidos entre 10 (dez) dias antes do licenciamento dos Atiradores, 30 (trinta) dias após a matrícula da nova turma, no ano seguinte e, em outros períodos em que houver essa necessidade.

l. Quando necessário, por questão de deslocamento em serviço, ceder veículo com motorista e combustível para o atendimento a pedido do Chefe da Instrução, desde que para atender demandas do Chefe da Instrução e Atiradores em atividades como representações, solenidades, desfiles e afins, sendo realizada comunicação prévia não inferior a 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

m. Fornecimento de café da manhã, almoço e jantar para os Atiradores de Serviço.

n. Gratuidade no transporte coletivo, ao atirador devidamente fardado e em deslocamento para a instrução e serviço.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União e terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses. A renovação deverá observar a antecedência mínima de 6 (seis) meses, visando atender o prazo necessário ao cumprimento de todo o processo de apreciação pela

Consultoria Jurídica da União/Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro, Assessoria Jurídica do Comando da 1ª Região Militar, Procuradoria do Município e Estado-Maior do Exército.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
Não haverá repasse de recursos financeiros entre os partícipes, nem este Instrumento envolve qualquer pagamento entre as partes, seja a que título for, de uma a outra, em razão das atividades desenvolvidas em decorrência deste Instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas decorrentes do cumprimento do objeto deste Instrumento serão custeadas por conta de cada partícipe, no limite de suas obrigações.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO
Ficam assegurados ao Município, por meio do seu preposto e ao Comando da 1ª Região Militar, por meio do fiscal designado, o Controle e a Fiscalização da execução deste ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO TIRO DE GUERRA
Fica estabelecido que o Comando da 1ª Região Militar poderá suspender as atividades do Tiro de Guerra, obedecidos aos seguintes critérios:

a. não ter o Tiro de Guerra atingido o limite mínimo de Atiradores matriculados por Turma de Instrução;

b. falta de Instrutores;

c. deixar o Município de cumprir o acordado no presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA;

d. em razão da supremacia do interesse público, caso fortuito, força maior ou outro motivo que justifique o Comando da 1ª Região Militar.

O Município poderá rescindir e denunciar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, fundamentando seu interesse até o término do mês de abril do ano anterior ao ano de suspensão das atividades, para que não haja prejuízos com a seleção de novos Atiradores e nomeação de Instrutores.

Em caso de não funcionar por 2 (dois) anos consecutivos, o Tiro de Guerra poderá ser extinto, por Ato do Comandante do Exército.

CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS REMANESCENTES

Com exceção dos previstos no item I da Cláusula Terceira, os bens que tenham sido adquiridos, produzidos ou construídos em razão deste instrumento, remanescentes na data de término da vigência, bem como, em caso de suspensão ou extinção das atividades do Tiro de Guerra, retornarão à disponibilidade do Município nas condições que se encontrarem à época da devolução.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

As prorrogações, adições, prazos ou alterações nas cláusulas e anexos deste Instrumento, que porventura sejam necessárias, serão formalizados, a qualquer tempo, mediante TERMOS ADITIVOS, que deverão ser encaminhados para parecer jurídico técnico da AGU na forma do art. 38 da Lei 8.666/93, os quais passarão a fazer parte integrante do mesmo, vedado a alteração do objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, do Instrumento original.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Instrumento poderá ser rescindido no todo ou parte, a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes, imperiosos e alheios à vontade dos partícipes que tornem impossível o objeto deste Instrumento (inadimplemento, adição de normas ou legislação, outros), podendo, ainda, ser denunciado, a qualquer tempo, desde que haja a manifestação prévia e expressa, de uma parte a outra, com a antecedência mínima de sessenta dias, respeitadas as atividades que estiverem sendo desenvolvidas.

PARÁGRAFO ÚNICO - as responsabilidades decorrentes das obrigações assumidas durante a vigência deste Instrumento serão imputadas aos responsáveis no TERMO DE RESCISÃO, bem como o que caberá a cada uma das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PLENO FUNCIONAMENTO

O Tiro de Guerra só poderá funcionar, efetivamente, depois de cumpridas todas as formalidades constantes deste ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA E DA PUBLICAÇÃO

O Comando da 1ª Região Militar providenciará, às suas expensas, a publicação em Diário Oficial da União, como condição de eficácia, o presente Instrumento, por extrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas na execução deste ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, as partes se comprometem, previamente, a buscar uma solução administrativa na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF. Caso reste inviabilizada a conciliação, fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir conflitos, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, pela firmeza e validade do que foi acordado, por estarem justos e acertados, depois de lido e achado conforme, os partícipes firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, o qual vai assinado pelos representantes legais das partes na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, em juízo ou fora dele.

Castelo-ES, _____ de _____ de _____.

_____
General de Divisão

_____
Município de CASTELO-ES
Prefeitura de CASTELO-ES
TESTEMUNHAS:

_____

_____

Protocolo 1559373

LEI Nº 4.456, DE 26 DE MAIO DE 2025.

Altera o art. 2º da Lei 4.269, de 13 de junho de 2023, que dispõe sobre a criação da ajuda de custo denominada "Bolsa Atirador Castelense" destinada aos atiradores durante o período de instrução no Tiro de Guerra 01-006, sediado no Município de Castelo/ES, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, **NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI
Art. 1º O art. 2º da Lei 4.269, de 13 de junho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação: "***Art. 2º*** *Através do presente programa, ficam criadas 35 (trinta e cinco) bolsas no valor de R$200,00 (duzentos reais) mensais para cada atirador e 08 (oito) bolsas no valor de R$300,00 (trezentos reais) mensais para cada monitor."*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Castelo/ES, 26 de maio de 2025.
JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

Protocolo 1559379

Decreto

DECRETO Nº 20.751 DE 27 DE MAIO DE 2025.

TORNA SEM EFEITOS DECRETO Nº 20.705, DE 15 DE MAIO DE 2025 QUE DESLIGA SERVIDOR EFETIVO JOÃO BATISTA LOPES PIMENTA E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo.

DECRETA:
Art. 1º Torna sem efeitos o decreto n° 20.705 de 15 de maio de 2025, que desliga o servidor público municipal **JOÃO BATISTA LOPES PIMENTA**, do cargo efetivo de Motorista, nomeado através do Decreto n° 1.678 de 31 de outubro de 1990 e declaro vago o referido cargo, em virtude da aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 27 de Maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES

Protocolo 1559181

Portaria

PORTARIA SEME Nº 028, DE 27 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de servidor para fiscalização e acompanhamento de contrato para aquisição de compressores para serem utilizados na manutenção de bebedouros e geladeiras pertencentes a Secretaria Municipal de Educação.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nomeada pela Portaria nº 9.589, de 03 de janeiro de 2025, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Lei Municipal Nº 1.805/98, modificado pela Lei Nº 1.833/98, combinado com o inciso XI do artigo 60 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Castelo, RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Rogério Tassinari, Matrícula nº 024684, para atuar na fiscalização e acompanhamento do Contrato 1.03748/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 224/2023, formalizado com a empresa Castelo Refrigeração e Máquinas Ltda ME, que refere-se a adesão para aquisição de compressores para serem utilizados na manutenção de bebedouros e geladeiras pertencentes a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Ao fiscal de contratos incumbe:

I- representar a administração junto ao contrato, exceto para assinatura de instrumentos contratuais, aditivos;

II- adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato, inclusive notificando o contratado para corrigir irregularidades detectadas e registrando todos os acontecimentos relacionados com a execução do contrato, inclusive as soluções dadas a eventuais consultas;

III- determinar, por escrito, durante o acompanhamento e fiscalização do contrato, o que for necessário para regularizar falha ou inobservância de cláusulas do contrato;

IV- verificar se o contrato está sendo executado de acordo com as cláusulas pactuadas, conferindo prazos, especificações, valores, condições da proposta, etc;

V- prestar informações sobre a execução do contrato sob sua responsabilidade, encaminhando, sempre que solicitado, relatório circunstanciado;

VI- atestar a execução do contrato, na forma prevista nesta Portaria;

VII- anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

VIII- as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

IX- Exercer rigoroso controle sobre o cronograma

de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Castelo/ES, 27 de maio de 2025.

Elisângela de Souza Avansi
Secretária Municipal de Educação

Protocolo 1559045

Portaria nº 029, de 27 de maio de 2025.

Institui o Comitê de Estudos e Formação dos Profissionais da Educação de Castelo - CEFOCA, define suas atribuições, composição, funcionamento e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação de Castelo, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº.1.805/98, modificada pela Lei nº 1.833/98, combinado com o inciso II do artigo 60 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Castelo e,
Considerando:
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece a valorização dos profissionais da educação escolar básica como princípio fundamental;
A necessidade de promover a formação continuada como um processo permanente e articulado com a prática pedagógica, visando o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade da educação;
A importância de um planejamento estratégico e acompanhamento sistemático das ações de formação para garantir sua efetividade e alinhamento com as necessidades da Rede Municipal de Ensino;
O papel fundamental da Secretaria Municipal de Educação - SEME na coordenação e implementação de políticas educacionais que impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Comitê de Estudos e Formação dos Profissionais da Educação de Castelo - CEFOCA, órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação - SEME.
Art. 2º O CEFOCA tem por finalidade aprovar o planejamento, acompanhar e monitorar a execução e os resultados das ações de formação continuada dos profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, bem como emitir recomendações para a sua melhoria, de forma direta e indireta, contribuindo para o desenvolvimento profissional e a qualidade da educação no município de Castelo.
Art. 3º O Comitê de Estudos e Formação dos Profissionais da Educação de Castelo - CEFOCA, em articulação com o setor pedagógico da SEME, será responsável pela concepção, planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação dos processos formativos e da assessoria pedagógica oferecida às Unidades Escolares, em consonância com os indicativos legais e as diretrizes curriculares.
Art. 4º O Comitê de Estudos e Formação dos Profissionais da Educação de Castelo - CEFOCA terá a seguinte composição:
I - 1 (uma) Coordenadora Pedagógica da SEME, que o presidirá;
II - 1 (uma) Articuladora do Pacto pela Alfabetização no Espírito Santo (PAES)
III - 1 (uma) Articuladora RENALFA;
IV - 1 (uma) Coordenadora da Educação Especial
V - 2 (dois) representantes da Equipe Pedagógica da SEME;
VI - 1 (uma) Coordenadora da Educação Infantil;
VII - 1 (uma) Coordenadora das Escolas da Zona Urbana;
VIII - 1 (uma) Coordenadora das Escolas de Tempo Integral.

§ **1º** Os membros do CEFOCA serão designados por ato do Secretário(a) Municipal de Educação, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.
§ **2º** A participação no CEFOCA será considerada serviço público relevante e não ensejará remuneração adicional.
Art. 5º Compete ao Comitê de Estudos e Formação dos Profissionais da Educação de Castelo - CEFOCA:
I - Elaborar, implementar e avaliar a política municipal de formação continuada dos profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais;
II - Planejar, executar e avaliar programas e ações de formação continuada, presenciais e a distância, que atendam às necessidades identificadas e às prioridades da Rede Municipal de Ensino;
III - Desenvolver formações específicas e contextualizadas, direcionadas à melhoria da prática pedagógica dos professores, ao aprimoramento do aprendizado dos alunos e à inovação educacional;
IV - Promover a formação continuada com foco no desenvolvimento de competências de gestão, liderança e outras habilidades relevantes para o desempenho profissional no serviço público educacional;
V - Articular com instituições de ensino superior, órgãos públicos e outras entidades para a realização de parcerias e a oferta de programas de formação de qualidade;
VI - Incentivar e apoiar a participação dos profissionais da educação em programas de formação oferecidos por outras instâncias, buscando a articulação e o reconhecimento dessas atividades;
VII - Desenvolver estratégias para a formação continuada dos profissionais da Secretaria Municipal de Educação, visando a sua qualificação para o apoio pedagógico e administrativo às escolas;
VIII - Apoiar e incentivar projetos escolares e iniciativas pedagógicas inovadoras em todas as áreas do conhecimento, que contribuam para o desenvolvimento científico, tecnológico e a melhoria da qualidade da educação no município de Castelo;
IX - Coordenar, supervisionar e orientar as atividades relacionadas ao Comitê de Estudos e Formação dos Profissionais da Educação de Castelo - CEFOCA, garantindo o cumprimento de seus objetivos;
X - Elaborar e divulgar relatórios periódicos sobre as ações de formação realizadas, seus resultados e o impacto na prática pedagógica e no aprendizado dos alunos;
XI - Propor a realização de estudos, pesquisas e levantamentos para identificar as necessidades de formação dos profissionais da educação;
XII - Estabelecer mecanismos de avaliação da efetividade das ações de formação continuada, utilizando diferentes instrumentos e metodologias;
XIII - Zelar pela articulação entre as ações de formação continuada e as políticas educacionais do município, Estado e União;
XIV - Realizar outras atividades correlatas necessárias ao cumprimento de seus objetivos.

Art. 6º O CEFOCA reunir-se-á semestralmente e extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente ou por solicitação da maioria de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
Art. 7º As reuniões do CEFOCA serão realizadas preferencialmente na sede da Secretaria Municipal de Educação ou em outro local previamente definido na convocação.
Art. 8º O quórum mínimo para a realização das reuniões e para a deliberação será de maioria simples dos seus membros.
Art. 9º As decisões do CEFOCA serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade em caso de empate.
Art. 10 As reuniões serão registradas em atas, que deverão ser aprovadas pelos membros presentes e arquivadas em local próprio na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 11 O CEFOCA poderá constituir grupos de trabalho específicos para tratar de temas e projetos relacionados à formação continuada, definindo seus objetivos, composição e prazos.
Art. 12 A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento do CEFOCA e à execução de suas atividades.
Art. 13 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 15 Fica revogada a Portaria SEME nº 025, de 14 de maio de 2025.

Castelo/ES, 27 de maio de 2025.

ELISANGELA DE SOUZA AVANSI
Secretária Municipal de Educação
Protocolo 1559127

PORTARIA Nº 10.082, DE 22 DE MAIO DE 2025.

NOMEIA COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR E DELIBERATIVA.
O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no Estado do Espírito Santo, no uso da sua atribuição que lhe confere o art. 53, inc. XXVI da Lei Orgânica do Município de Castelo, combinado com a Lei nº 2.205/2004, Lei nº 3.428/2013 e de acordo com o que consta no processo nº 7900/2025.

R E S O L V E:
Art. 1º Fica nomeada uma Comissão Multidisciplinar composta pelos servidores abaixo relacionados, para deliberação da licença com vencimentos a fim de estudo:
Membros:
a) SILVANA COCCO DALVI;
b) DAYVISSON LUIS VITTORAZZI;
c) PATRÍCIA LUZÓRIO MARQUES DA SILVA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 22 de Maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES
Protocolo 1559377

PORTARIA Nº 02 DE 27 DE MAIO DE 2025
Dispõe sobre designação de servidor para gerir e acompanhamento do Processo nº 7495/2025 referente a parceria (lei 13.019//2014) Organização, divulgação e execução da Festa de Corpus Christi, que acontecerá nos dias 18 e 19 de junho de 2025, por meio da confecção de 1,2km de tapetes artísticos e passadeiras e celebrações do mais importante evento de Turismo Religioso do município.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, EVENTOS E CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 60° da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:
Art. 1º. Designar o Servidor EVANILDO GOMES DA SILVA - matrícula 025994 a atuar como gestor da Pareceria firmada por meio do Processo nº 7495/2025, referente a parceria (lei 13.019//2014) Organização, divulgação e execução da Festa de Corpus Christi, que acontecerá nos dias 18 e 19 de junho de 2025, por meio da confecção de 1,2km de tapetes artísticos e passadeiras e celebrações do mais importante evento de Turismo Religioso do município.
Art. 2º. Ao gestor de parceria incumbe:
I- verificar, para fins de celebração da parceria, a existência de contas rejeitadas, tendo em vista o disposto no art. 39, "caput da Lei 13.019/2014
II- Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria; informar ao superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
III- Realizar visita in loco para subsidiar o monitoramento das parcerias, emitindo Relatório de Visita Técnica in loco;
I. Emitir Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação quando da análise da prestação de contas anual, submetendo-o à homologação da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
II. Adotar as providências apontadas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, visando à homologação do Relatório de Monitoramento e Avaliação;
III. Emitir o Parecer Técnico Conclusivo quando da análise da prestação de contas final.
.Art. 3º. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Secretaria Municipal de Turismo, Eventos e Cultura, 27 de maio de 2025.
LÉIA RINGUIER NALI
Secretária Municipal de Turismo, Eventos e Cultura
Protocolo 1559438

Termos

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
CONTRATO Nº 214/2024

O **Município de Castelo**, com sede à Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 103, Centro, Castelo-ES, inscrito no CNPJ sob o n° 27.165.638/0001-39, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 1XX.XXX.XXX-X3, RG 1.XXX.XX0-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro

Centro, na Cidade de Castelo-ES, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, por intermédio de recursos oriundos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CASTELO**, com sede à Avenida Giovani Piassi, nº 245, Santa Fé, Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP. 29.360-000, inscrita no CNPJ sob o n° 30.784.898/0001-05, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Srª. **ELISANGELA DE SOUZA AVANSI**, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o nº 0XX.XXX.XXX-X9 e RG 1.XXX.XX1 - SPTC-ES, residente e domiciliada à Rua João Arcanjo Andreão, nº 64, Bairro Volta Redonda, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, resolve **RESCINDIR**, a pedido, o Contrato nº 214/2024, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, da Srª. **MARCÍLIA REIS MASCARELO**, brasileira, divorciada, professora, inscrita no CPF sob o nº 1XX.XXX.XXX-X0, CI 2.XXX. XX6-ES residente e domiciliada na Rua Antônio Jubini, nº 86, Santo Andrezinho, no Município de Castelo Estado do Espírito Santo. no Cargo de **Professor M - 25 h/a**, com início em 1º de fevereiro de 2025, do Processo Seletivo nº 04/2023, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, autorizado através do Processo Administrativo nº 008197/2025 a partir de 07 de maio de 2025.

E assim, assina o presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas igualmente signatárias.

Castelo/ES, 15 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 137/2024

O **Município de Castelo**, com sede à Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 103, Centro, Castelo-ES, inscrito no CNPJ sob o n° 27.165.638/0001-39, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 1XX.XXX.XXX-X3, RG 1.XXX.XX0-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo-ES, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, por intermédio de recursos oriundos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CASTELO**, com sede à Avenida Giovani Piassi, nº 245, Santa Fé, Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP. 29.360-000, inscrita no CNPJ sob o n° 30.784.898/0001-05, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Srª. **ELISANGELA DE SOUZA AVANSI**, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o nº 0XX.XXX.XXX-X9 e RG 1.XXX.XX1 - SPTC-ES, residente e domiciliada à Rua João Arcanjo Andreão, nº 64, Bairro Volta Redonda, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, resolve **RESCINDIR**, a pedido, o Contrato nº 137/2024, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, da Srª. **MARIA APARECIDA PRENHOLATO DA SILVA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 0XX.XXX.XX-X8, CI nº 3.XXX.XX3-ES, residente e domiciliada na localidade de Água Limpa, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, no Cargo de **Operador de Serviços de Apoio às Unidades Escolares**, com início em 1º de fevereiro de 2024, Processo Seletivo nº 06/2023, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, autorizado através do Processo Administrativo nº 007111/2025, a partir de 1º de maio de 2025.

E assim, assina o presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas igualmente signatárias.

Castelo/ES, 21 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:
1) _____

2) _____

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 121/2024

O **Município de Castelo**, com sede à Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 103, Centro, Castelo-ES, inscrito no CNPJ sob o n° 27.165.638/0001-39, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 1XX.XXX.XXX-X3, RG 1.XXX.XX0-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo-ES, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, por intermédio de recursos oriundos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CASTELO**, com sede à Avenida Giovani Piassi, nº 245, Santa Fé, Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP. 29.360-000, inscrita no CNPJ sob o n° 30.784.898/0001-05, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Srª. **ELISANGELA DE SOUZA AVANSI**, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o nº 0XX.XXX.XXX-X9 e RG 1.XXX.XX1 - SPTC-ES, residente e domiciliada à Rua João Arcanjo Andreão, nº 64, Bairro Volta Redonda, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, resolve **RESCINDIR**, a pedido, o Contrato nº 121/2024, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, da Srª. **JOSIANE AMBROZINI MARQUES**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 0XX.3XX.XX-X0, CI nº 1.XXX.XX1-ES, residente e domiciliada à Rua Jocarly Garcia, nº 767, Santo Andrezinho, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, no Cargo de **Operador de Serviços de Apoio às Unidades Escolares**, com início em 1º de fevereiro de 2024, Processo Seletivo nº 06/2023, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, autorizado através do Processo Administrativo nº 007239/2025, a partir de 1º de maio de 2025.

E assim, assina o presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas igualmente signatárias.

Castelo/ES, 21 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:
1) _____

2) _____

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 068/2025

O **Município de Castelo**, com sede à Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 103, Centro, Castelo-ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.638/0001-39, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 1XX.XXX.XXX-X3, RG 1.XXX.XX0-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo-ES, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, por intermédio de recursos oriundos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CASTELO**, com sede à Avenida Giovani Piassi, nº 245, Santa Fé, Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP. 29.360-000, inscrita no CNPJ sob o nº 30.784.898/0001-05, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Srª. **ELISANGELA DE SOUZA AVANSI**, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o nº 0XX.XXX.XXX-X9 e RG 1.XXX.XX1 - SPTC-ES, residente e domiciliada à Rua João Arcanjo Andreão, nº 64, Bairro Volta Redonda, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, resolve **RESCINDIR**, a pedido, o Contrato nº 068/2025, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, da Srª. **DANDARA PIANISSOLA BARBOSA**, brasileira, solteira, professora, inscrita no CPF sob o nº 1XX.XXX.XX-X7, CI 3.XXX.XX4-ES, residente e domiciliada à Rua Sargento Robson Sabino, nº 30, Nossa Senhora Aparecida, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, no Cargo de **Professor M - 25 h/a**, com início em 05 de fevereiro de 2025, do Processo Seletivo nº 04/2023, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, autorizado através do Processo Administrativo nº 008581/2025 a partir de 19 de maio de 2025.

E assim, assina o presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas igualmente signatárias.

Castelo/ES, 23 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:
1) _____

2) _____

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 403/2025

O **Município de Castelo**, com sede à Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 103, Centro, Castelo-ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.638/0001-39, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 1XX.XXX.XXX-X3, RG 1.XXX.XX0-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo-ES, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, por intermédio de recursos oriundos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CASTELO**, com sede à Avenida Giovani Piassi, nº 245, Santa Fé, Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP. 29.360-000, inscrita no CNPJ sob o nº 30.784.898/0001-05, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Srª. **ELISANGELA DE SOUZA AVANSI**, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o nº 0XX.XXX.XXX-X9 e RG 1.XXX.XX1 - SPTC-ES, residente e domiciliada à Rua João Arcanjo Andreão, nº 64, Bairro Volta Redonda, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, resolve **RESCINDIR**, a pedido, o Contrato nº 403/2025, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, da Srª. **REGINA CÉLIA DA SILVA**, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF 1XX.XXX.XXX-X0 sob o nº, CI 2.XXX.XX1-ES, residente e domiciliada à Rua Norival Carvalho dos Anjos, nº 72, Bairro Esplanada, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, no Cargo de **Professor M - 25 h/a**, com início em 1º de fevereiro de 2024, do Processo Seletivo nº 04/2023, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, autorizado através do Processo Administrativo nº 008766/2025 a partir de 21 de maio de 2025.

E assim, assina o presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas igualmente signatárias.

Castelo/ES, 23 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:
1) _____

2) _____

Protocolo 1559365

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 1.11720/2024.

Processo Administrativo Nº 011720/2024.
Pregão Presencial No 02/2024.

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE CASTELO - ES
CONTRATADO: ESTEVÃO LAQUINI VETTORAZZI ME

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido a partir do dia 19 de maio de 2025, o contrato nº **1**.11720/2024, tudo de acordo com o Processo Administrativo nº 011720/2024.

E, por estarem assim justos e contratados partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais.

Castelo-ES, 22 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1559640

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 1.11845/2024.

Processo Administrativo Nº 011845/2024.
Pregão Eletronico No 055/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASTELO - ES
CONTRATADO: **TIAGO RAIMUNDO DA SILVA - PRODUÇÕES TR**

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido a partir do dia 19 de maio de 2025, o contrato nº **1**.11845/2024, tudo de acordo com o Processo Administrativo nº 011845/2024.

E, por estarem assim justos e contratados partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais.

Castelo-ES, 22 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1559649

RESCISÃO CONTRATUAL

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 1.07670/2024 DE MOTORISTA D, QUE ENTRE SI FAZEM, MUNICÍPIO DE CASTELO E O SR. JOSÉ LUIZ LOUZADA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASTELO/ES
CONTRATADO: JOSÉ LUIS LOUZADA

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica rescindido a pedido, a partir do dia 21 de maio de 2025, o contrato nº 1.07670/2024, tudo de acordo com o Processo Administrativo nº 008709/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam mantidas inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

Por estarem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, que após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Castelo-ES, 26 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1559823

RESCISÃO CONTRATUAL

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 1.16991/2023 DE OPERADOR DE SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS, QUE ENTRE SI FAZEM, MUNICÍPIO DE CASTELO E O SR. CHARLES DOS SANTOS CHAVES.

CONTRATANTE: Município de Castelo/ES
CONTRATADO: CHARLES DOS SANTOS CHAVES

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica rescindido, a partir do dia 16 de maio de 2025, o contrato nº 1.16991/2023, tudo de acordo com o Processo Administrativo nº 008580/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam mantidas inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

Por estarem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, que após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Castelo-ES, 26 de maio de 2025

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1559833

Contrato

A Secretaria Municipal de Educação de Castelo cancela o CONTRATO SEME Nº 492/2025 - Prestação de Serviços por Designação Temporária no cargo de Motorista D - 40h, realizado entre o Município de Castelo e **JOÃO BATISTA LOPES PIMENTA** e assim torna sem efeito a publicação em referência, feita no DOM/ES, págs. 46/47, Edição n° 2.765 do dia 20/05/2025.

Protocolo 1559434

CONTRATO No 1.08159/2025.
Processo Administrativo nº 008159/2025.
Referente ao Pregão Eletrônico No 123/2024 - SRP (Processo Administrativo n° 14.866/2024).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASTELO/ES
CONTRATADA: LICITANDO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA UTLIZAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS DE REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CASTELO/ ES**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
PREÇO: O valor total da contratação é de **R$7.482,00 (sete mil quatrocentos e oitenta e dois reais).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária	Elemento de Despesa	Ficha	Origem
0070091236100442.104	33903000000	0450	SEME - 150000250000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - MDE

Castelo-ES, 22 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1559658

CONTRATO No 1.08161/2025.

Processo Administrativo nº 008161/2025.

Referente ao Pregão Eletrônico No 123/2024 - SRP (Processo Administrativo n° 14.866/2024).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASTELO/ES
CONTRATADA: CONSTRUSALES LTDA
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA UTLIZAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS DE REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CASTELO/ES**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
PREÇO: O valor total da contratação é de **R$12.464,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e quatro reais).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária	Elemento de Despesa	Ficha	Origem
0070091236500412.086	33903000000	0480	SEME - 150000250000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - MDE
0070091236500412.088	33903000000	0496	SEME - 150000250000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - MDE
0070091236100442.104	33903000000	0450	SEME - 150000250000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - MDE

Castelo-ES, 22 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1559743

CONTRATO No 1.08394/2025.

Processo Administrativo nº 008394/2025.

Referente ao Pregão Eletrônico No 024/2025 - SRP (Processo Administrativo n° 005976/2024).
CONTRATANTE: Município de Castelo/ES
CONTRATADA: **DM LICITA COMERCIO E ASSESSORIA LTDA**
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de toner/cartucho, visando o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2025 contados da sua publicação.
PREÇO: O valor total da contratação é de **R$ 11.241,00 (onze mil duzentos e quarenta e um reais).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária	Elemento de Despesa	Ficha	Origem
02101408244006642.212	33903000000	0954	SEMDSH - 266100000000 - Transferência de recursos dos fundos estaduais de assistência social
02101408244006642.212	33903000000	0954	SEMDSH - 266100000000 - Transferência de recursos dos fundos estaduais de assistência social
02101408243006652.232	33903000000	0854	SEMDSH - 166100000000 - Transferência de recursos dos fundos estaduais de assistência social
02101408244006642.620	33903000000	0984	SEMDSH - 266000009999 - Transferência de recursos do fundo nacional de assistência social
02101408244006642.620	33903000000	0984	SEMDSH - 266000009999 - Transferência de recursos do fundo nacional de assistência social
02101408244006632.615	33903000000	0925	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos
02101408244006632.613	33903000000	0904	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos

Castelo-ES, 22 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1559763

Aditivo

ADITIVO CONTRATUAL

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO No 1.00775/2024 DE AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA, QUE ENTRE SI FAZEM, MUNICÍPIO DE CASTELO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA PEISINO DISTRIBUIDORA LTDA.

CONTRATANTE: Município de Castelo/ES
CONTRATADA: **PEISINO DISTRIBUIDORA LTDA**

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes contratantes, de comum acordo, resolvem aditar o contrato nº 1.00775/2024, mediante as condições adiante pactuadas:

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica acrescido no Contrato original o valor de **R$255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais)**, em razão do Reequilibrio Econômico Financeiro concedido nos autos de nº 001756/2025, conforme demonstrativo abaixo:

Lote	Descrição	UN	QT.	Novo valor unitário	Diferença do Vl. Unit. (R$)	Vl. Total (R$)
01	Gás liquefeito de petróleo (GLP) P-13 kg recarga. Somente o líquido. Sendo suas condições de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 app, anp 14024 da ABNT.	UN	30	89,00	8,50	2.670,00
TOTAL:						2.670,00

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas previstas neste Termo Aditivo correrão à conta do Orçamento da Prefeitura:

Dotação Orçamentária	Elemento Despesa	Ficha	Fonte
0160011030100702.241	33904004000	0036	FMS - 160000009999 - Transferências fundo a fundo de recursos do SUS.
0160011030200712.249	33903000000	0069	FMS - 150000150000 - Receita de impostos e de transferência de impostos.
0160011012200692.237	33903004000	0009	FMS - 150000150000 - Receita de impostos e de transferência de impostos.

CLÁUSULA QUARTA - Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal não alcançadas pelo presente aditivo, sendo ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

Por estarem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Castelo-ES, 20 de maio de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1559627

ADITIVO CONTRATUAL

4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 1.07877/2024 DE OPERADOR DE SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS, QUE ENTRE SI FAZEM, MUNICÍPIO DE CASTELO E O SR. MATEUS DELECRODE RIBEIRO.

CONTRATANTE: Município de Castelo/ES
CONTRATADO: MATEUS DELECRODE RIBEIRO

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes contratantes, de comum acordo, resolvem aditar o contrato nº 1.07877/2024, mediante as condições adiante pactuadas:

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por 06 (seis) meses, iniciando-se em 11 de julho de 2025 e findando-se em 10 de janeiro de 2026, tudo de acordo com o Processo Administrativo nº 006658/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas decorrentes deste Aditivo Contratual correrão à conta da Dotação Orçamentária:

Dotação Orçamentária	Elemento Despesa	Ficha	Origem/Fonte
007001.1212200272.059	31900400	0234	SEME - 15000009999 - Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

Por estarem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, que após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Castelo-ES, 26 de maio de 2025

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1559854

Colatina

Decreto

DECRETO Nº 31.302, DE 26 DE MAIO DE 2025 .

Exonera servidor ocupante de cargo efetivo :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a decisão proferida no Processo Judicial nº 5006899-56.2025.8.08.0000 e atendendo solicitação contida no processo administrativo nº 11.470/2025, Decreta:
Art. 1º - Fica exonerada a servidora **ROWANA FLORES FALCÃO** - **Matrícula 113131** do cargo de PROCURADOR MUNICIPAL, do quadro de cargos e salários da Prefeitura Municipal de Colatina.
Art. 2º - Este ato entra em vigor na presente data, com efeitos retroativos a 22 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Colatina/ES, em 26 de maio de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1559285

DECRETO Nº 31.239, DE 14 DE MAIO DE 2025 .

Designa membros para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Colatina (CMAS/COLATINA)

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições e o disposto no artigo 3° da Lei n.º.4.358, de 15 de junho de 1.997 e atendendo solicitação contida no processo nº 10.286/2025, Decreta:
Art. 1º - Ficam designados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Colatina (CMAS/Colatina), para o biênio 2025/2027, os membros indicados pelas Entidades mencionadas, conforme se especifica:
REPRESENTANTES DO GOVERNO:
- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Sirlene Cravo
Suplente: Nilceia Aparecida Chiarelli Campanharo

- Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Vinícius Caetano Silva de Oliveira
Suplente: Erica da Silva Ribeiro Knupp
Titular: Tayslanna Tomazi Scarpa
Suplente: Mary Ellen Bonato

- Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Maria Margarete Zache
Suplente: Annne Caroline Sueth Cosendey Gama

- Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda:
Titular: Peter Haryson Campanharo
Suplente: Renata Sachet

- Representantes da Procuradoria Municipal Geral:
Titular: Brunella Marino Kuster Côgo
Suplente: Alexandre Pinheiro de Oliveira

- Representantes Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária:
Titular: Estevão Ferrari Bravin
Suplente: Layza Arese Vieira

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:
I - Titular: Daniel Mendes dos Santos - Centro de Acolhida
Suplente: Rosângela Aparecida Costa de Almeida - Lar Irma Scheila

II - Titular: Zulene Passos Avancini - APAE
Suplente: Raciley Maria Lopes - Lar Fabiano de Cristo

III - Titular Maria Amelia Sousa Ferreira - Càritas Diocesana de Colatina
Suplente: Maryule Damas Fazôlo - ADECOL

IV - Titular: Maria do Socorro Santana Reinoso - ACDV
Suplente: Leonan Miguel Duelle Rocha - ASSURCOL

V - Titular: José Carlos da Costa Moura - Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS
Suplente: Gisele Nunes da Silva - Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS

VI - Titular: Blendom Thomaz Ribeiro - Usuários do SUAS
Suplente: Maria Carolina Santos - Usuários do SUAS

VII - Titular: Gustavo Tineli - Usuários do SUAS
Suplente: Sthefany Alves Demoner - Usuários do SUAS

Art. 2º - Ficam revogados em todos os seus termos os Decretos nºs: 27.978, de 05 de abril de 2023; 29.180, de 03 de maio de 2024; 30.812, de 06 de março de 2025 e 30.918, de 21 de março de 2025.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Colatina/ES, em 14 de maio de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1559295

DECRETO Nº 31.242, DE 14 DE MAIO DE 2025
Designa membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Colatina

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições, em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 5.266, de 28 de dezembro de 2006 e atendendo solicitação contida no processo nº 10.285/2025, Decreta:

Art. 1º - Ficam designados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Colatina, para o biênio 2025/2027, os membros indicados pelas Entidades mencionadas, conforme se especifica:
REPRESENTANTES DO GOVERNO:
- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Maria Elisa Trevizani Pinotti
Suplente: Franciele do Amaral

- Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Vinícius Caetano Silva de Oliveira
Suplente: Erica da Silva Ribeiro Kinupp

- Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Ester Cardoso Santana
Suplente: Margareth Maria Zache

- Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda:
Titular: Kammilly Vieira Zen
Suplente: Taynara de Oliveira Bartelis

- Representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:
Titular: Dantas Campostrini Vieira
Suplente: Carlos Pascoal do Nascimento

- Representantes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:
Titular: Silvana Garcia Nogueira
Suplente: Adiel Alves Menezes

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:
Titular: Wyara Valandro - CIEE
Suplente: Natieli da Rocha Souza - CIEE

Titular: Maria do Socorro Santana Reinoso - ACDV
Suplente: Maria Carolina Santos - ACDV

Titular: Daniel Mendes dos Santos - Centro de Acolhida
Suplente: Almerinda Cecilia de Almeida Romano - Centro de Acolhida

Titular: Cristiane Valadão Polezi Vidal - Lar Fabiano de Cristo
Suplente: Raciley Maria Lopes - Lar Fabiano de Cristo

Titular: Leonam Durre Rocha - Assurcol
Suplente: Cristiano Francisco Pereira - Assurcol

Titular: Aline Costa Martins Meloti - Caritas Diocesana de Colatina
Suplente: Maria Amelia Souza Ferreira - Caritas Diocesana de Colatina

Art. 2º - Ficam revogados em todos os seus termos os Decretos nºs: 27.962, de 04 de abril de 2023; 28.003, de 14 de abril de 2023; 30.829, de 10 de março de 2025 e 30.919, de 21 de março de 2025.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Colatina/ES, em 14 de maio de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1559298

DECRETO Nº 31.265, DE 19 DE MAIO DE 2025

Faz cessar, a pedido, os efeitos do Decreto nº 22.503, de 02 de janeiro de 2019 :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e atendendo solicitação contida no processo nº 10.829/2025, Decreta:

Art. 1º - Faz cessar, a pedido, os efeitos do Decreto nº 22.503 de 02 de janeiro de 2019 que designou a servidora **Acleciana Zemke Bailke** - **Matrícula 38934** para ocupar o cargo de Diretor "A" - F.G.I, do CEIM São Marcos - Bruna Cassaro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na presente data.

Prefeitura Municipal de Colatina/ES, em 19 de maio de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1559301

DECRETO Nº 31.270, DE 20 DE MAIO DE 2025 .

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e atendendo a solicitação contida no processo protocolado sob o nº 5738/2025, DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada, a partir de 18/03/2025, a vacância do cargo público de CUIDADOR SOCIAL, ocupado pelo servidor **EVERSON ROLDI - MATRICULA 010038**, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 110 da Lei Complementar Municipal 129/2022.

Art. 2º - O servidor poderá retornar ao cargo anteriormente ocupado dentro do prazo de 04 (quatro) anos ou enquanto estiver submetido ao estágio probatório, sendo autorizado a exoneração do servidor se não houver manifestação de retorno dentro do prazo estabelecido, nos termos do Paragrafo Único do art. 110 da Lei Complementar Municipal 129/2022.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na presente data, com efeitos retroativos a 18 de março de 2025.

Prefeitura Municipal de Colatina/ES, em 20 de maio de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1559304

DECRETO Nº 31.271, DE 20 DE MAIO DE 2025 .

Exonera Coordenador-CC-6, da Secretaria Municipal da Fazenda :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e atendendo solicitação contida no processo nº 10.659/2025, Decreta:

Art. 1º - Fica exonerado **Ramon Gon Garoze** - **Matrícula 013005** do cargo de Coordenador-CC-6, localizado na Coordenadoria de Fiscalização, da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º -Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Colatina/ES, em 20 de maio de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1559306

DECRETO Nº 31.272, DE 20 DE MAIO DE 2025 .

Nomeia Coordenador-CC-6, da Secretaria Municipal da Fazenda :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar n.º 128/2022 e atendendo solicitação contida no processo nº 10.659/2025, Decreta:
Art. 1º - Fica nomeada **Júlia Maestri Domingues** para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador-CC-6, da Prefeitura Municipal de Colatina.
Art. 2º - A servidora exercerá suas atividades na Coordenadoria de Fiscalização Tributária, da Secretaria Municipal da Fazenda.
Art. 3º - A servidora, em posse deste decreto, deverá comparecer à Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas para posse e posteriormente entrar em exercício.
Parágrafo Único - Fica expressamente vedado que a data da posse e do exercício sejam registrados em data anterior a data de nomeação. Em regra ocorre a Nomeação, Posse e Exercício. E assim sendo, a data da nomeação deve ser anterior ou igual à data da posse, e esta anterior ou igual à data de exercício.
Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Colatina/ES, em 20 de maio de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1559311

DECRETO Nº 31.273, DE 20 DE MAIO DE 2025 .

Nomeia Superintendente-CC-5, da Secretaria Municipal da Fazenda :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e atendendo solicitação contida no processo nº 10.659/2025, Decreta:
Art. 1º - Fica nomeado **Ramon Gon Garoze** para ocupar o cargo de Superintendente-CC-5, da Prefeitura Municipal de Colatina.
Art. 2º - O servidor exercerá suas atividades na Superintendência de Prestação de Contas, da Secretaria Municipal da Fazenda.
Art. 3º - O servidor, em posse deste decreto, deverá comparecer à Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas para posse e posteriormente entrar em exercício.
Parágrafo Único - Fica expressamente vedado que a data da posse e do exercício sejam registrados em data anterior a data de nomeação. Em regra ocorre a Nomeação, Posse e Exercício. E assim sendo, a data da nomeação deve ser anterior ou igual à data da posse, e esta anterior ou igual à data de exercício.
Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Colatina/ES, em 20 de maio de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1559312

DECRETO Nº 31.274, DE 20 DE MAIO DE 2025 .

Dispõe sobre a aposentadoria compulsória, com rompimento de vínculo, de servidor público que atingiram 75 (setenta e cinco) anos de idade :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação contida no processo protocolado sob nº 11.066/2025, e

Considerando o disposto no artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 88/2015, que prevê aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar;

Considerando o artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 152/2015, segundo o qual serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações;

Considerando que o servidor público celetista, no Município de Colatina, é um servidor efetivo, não havendo nenhuma distinção de tratamento, para pior, em relação ao servidor público estatutário;

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido que a aposentadoria compulsória se destina a servidores públicos titulares de cargos efetivos em sentido estrito, como, reprise-se, é o caso dos servidores públicos celetistas do Município de Colatina;

Considerando o artigo 37, § 14, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº

103/2019, para o qual a aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarreta o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição;

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado, em maio de 2021, apontou a existência de 4 (quatro) indicativos de inconsistências, decorrentes de pagamentos realizados a servidores públicos com mais de 75 (setenta e cinco) anos de idade, o que pode levar à imposição de reprimendas ao Município de Colatina;

Considerando a Instrução Normativa SRH nº 01/2021, aprovada pelo Decreto nº 25.545, ambos de 24 de maio de 2021, que, em seu artigo 52, dispõe que todos os servidores de cargos efetivos do Município de Colatina, independentemente do regime jurídico, submeter-se-ão à aposentadoria compulsória ao completarem 75 (setenta e cinco) anos de idade;

Considerando a Notificação Recomendatória da Controladoria Geral do Município realizada por meio do processo nº 10.739/2023, o qual originou o processo nº 11.971/2023, **DECRETA:**

Art. 1º - A aposentadoria compulsória, com rompimento de vínculo, do servidor público abaixo relacionado:
1. JOSÉ ANTÔNIO MARGOTO
Matrícula nº 006375
Cargo: Médico
Data Nascimento: 21/06/1950

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01 de julho de 2025.

Prefeitura Municipal de Colatina/ES, em 20 de maio de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1559316

DECRETO Nº 31.219, DE 13 DE MAIO DE 2025.

Exonera, a pedido, Superintendente-CC-5 da Secretaria Municipal da Fazenda :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e atendendo solicitação contida no processo protocolado sob nº 9638/2025,
RESOLVE exonerar, a pedido, **Lucas Milanez Boone** do cargo de Superintendente, localizado na Superintendência de Prestação de Contas, da Secretaria Municipal da Fazenda.
Este ato entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Colatina/ES, em 13 de maio de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1559550

DECRETO Nº 31.246, DE 15 DE MAIO DE 2025 .

Exonera a servidora Crenilda Maria Carneiro Schultz - Matrícula 049980, ocupante do cargo efetivo de Ajudante de Serviço Público II :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação contida no processo nº 10656/2025 e,
CONSIDERANDO as disposições da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019,

CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária concedida pelo Instituto Nacional de Previdência Social ao referido servidor, DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora **CRENILDA MARIA CARNEIRO SCHULTZ - MATRICULA 049980**, ocupante do cargo de Ajudante de Serviço Público II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão da concessão de aposentadoria voluntária.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na presente data, gerando seus efeitos a partir de 02 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Colatina/ES, em 15 de maio de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1559555

Domingos Martins

Decreto

DECRETO NORMATIVO Nº 4875/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS - FUNDO CIDADES

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando os termos da CI/PMDM/SECGOV/Nº 1399/2025;
- Considerando os termos da Lei Municipal nº 2.562/2013, fundamentada no art. 11-C da Lei Complementar Estadual nº 712, de 13 de setembro de 2013;
- Considerando o art. 4º, inciso II, do Decreto Estadual nº 3.501-R, de 16 de janeiro de 2014;
- Considerando a Lei Municipal nº 2.962/2020;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o **Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo Municipal de Investimentos**, beneficiário dos repasses provenientes do Fundo Cidades.

I - Representantes do Poder Executivo Municipal
FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO

ANDERSON FERREIRA DA LUZ
NÁDIA AMÉLIA ULIANA ROSA

II- Representante do Poder Legislativo Municipal:
MARIA ZILDA STEIN SALLES

III - Representante da Sociedade Civil:
TONY DE AZEVEDO BENJAMIN

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558853

DECRETO NORMATIVO Nº 4874/2025

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA COMPRA DIRETA DE ALIMENTOS - CDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e;

- Considerando a Lei Municipal n° 3.150/2024 que cria os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar no município de Domingos Martins e define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

- Considerando a Lei Estadual nº 11.505, de 17 de dezembro de 2021 que cria a Política Estadual para Compras Institucionais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais - Programa Compra Direta de Alimentos - CDA;

- Considerando o Edital de Chamada Pública n° 001/2025 da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Domingos Martins;

- Considerando a análise da Comissão Julgadora Municipal do Programa CDA - Compra Direta de Alimentos aos pedidos de recurso dos candidatos indeferidos;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica divulgada, nos termos deste Decreto, a relação das inscrições deferidas no âmbito do Programa Compra Direta de Alimentos - CDA, referente ao exercício de 2025 (anexo 01).

Art. 2º As inscrições deferidas correspondem aos produtores e agricultores familiares que atenderam aos critérios estabelecidos no edital de chamamento público nº 001/2025, bem como aos candidatos indeferidos que apresentaram recurso e tiveram suas inscrições deferidas pela Comissão, estando aptos à celebração de contratos de fornecimento de gêneros alimentícios no âmbito do Programa.

Art. 3º A lista completa das inscrições deferidas e indeferidas encontra-se disponível no site oficial da Prefeitura (https://www.domingosmartins.es.gov.br/).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

ANEXO 01
LISTA DE INSCRITOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS

Nº DA PROPOSTA	P R O D U T O R (A) RURAL	SITUAÇÃO	MOTIVO
01	Iracema Schroeder Tesch	Deferida	-
02	Micaela Cleuza Tonoli Strey	Deferida	-
03	Wagner Ferreira Rébuli	Deferida	-
04	Maria Aparecida Velten Cabral	Deferida	-
05	Erildo Bartke	Deferida	-
06	Gabriel Bartke	Deferida	-
07	Valdir Lucas	Deferida	-
08	Aurindo Wruck	Deferida	-
09	Osni Jastrow	Deferida	-
10	Diana Kuhn Jastrow Sousa	Deferida	-
11	Everson Henrique Wruck	Deferida	-
12	Vera Lucia Pizzol	Deferida	-

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558861

DECRETO DE PESSOAL Nº 610/2025

NOMEIA O SERVIDOR SÉRGIO CÍCERO ALVES KOELHER NO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS - PEDRA AZUL.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECMADS/ Nº 863/2025, protocolada nesta municipalidade sob o nº 3813/2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado **Sérgio Cícero Alves Koelher**, para exercer o Cargo em Comissão de **Diretor do Centro de Referência de Assistência Social** - **CRAS** - **Pedra Azul**, constante no Quadro de Cargos de Provimento em Comissão - Anexo II à Lei Complementar nº 062/2023, Referência CC - 3, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a partir de **07 de abril de 2025.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 07 de abril de 2025.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559249

DECRETO NORMATIVO Nº 4877/2025

CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÁXI

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e;

- considerando o requerimento protocolado nesta municipalidade sob nº 002605/2025 em 12/03/2025, feito pelo Sr. Célio Broedel e as informações e documentos nele contidos;

- Considerando a legislação vigente neste Município;

- Considerando ainda todas as informações da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica concedida para CÉLIO BROEDEL, portador do CPF:072.***.***.97, a concessão para exploração de serviços de táxi no ponto localizado, próximo a COOPRAM no Distrito de Ponto Alto, Domingos Martins-ES, na Rua Doroteia Maria Hand, 35 - Ponto Alto, Domingos Martins - ES, 29260-000.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559271

DECRETO DE PESSOAL Nº 609/2025

SUBSTITUI E NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICENÇA PARA ATIVIDADES AMBULANTES - CPLAA

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e;

- Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.721/2015, que dispõe sobre o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e nos logradouros públicos do município de Domingos Martins;

- Considerando o disposto nos Arts. 5° e 6° da referida lei, que trata da criação e competência da Comissão Permanente de Licença para Atividades Ambulantes - CPLAA

D E C R E T A:

Art. 1º Fica substituída a servidora Mirian da Silva Gonçalves, representante da Secretaria Municipal de Planejamento de Desenvolvimento Urbano, do cargo de membro suplente da Comissão Permanente de Licença para Atividades Ambulantes - CPLAA, designada através do Decreto de Pessoal 177/2025, publicado na data de 29 de janeiro de 2025.

Art. 2º Fica nomeada a servidora Tamilis de Assis Fazolo para exercer a função de membro suplente da Comissão Permanente de Licença para Atividades Ambulantes - CPLAA, em substituição à servidora Mirian da Silva Gonçalves, representando a Secretaria Municipal de Planejamento de Desenvolvimento Urbano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e cumpra-se.

Domingos Martins, 26 de Maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559937

Portaria

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1964/2025

DETERMINA O DESCONTO DE FALTA EFETUADA PELA SERVIDORA VANDERLEIA SANTOS SOUZA - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI nº 001422/2025/ PMDM/SECSAU, protocolado nesta municipalidade sob nº 5788/2025;

- considerando os termos dos Art. 33 e 37 e seus incisos, § 2° da Lei Complementar n° 056/2022 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Domingos Martins.

R E S O L V E :

Art. 1º Fica determinado o desconto de 03 (três) dias da remuneração de **maio**/**2025**, da servidora **Vanderleia Santos Souza**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde - por motivo de falta ao serviço, nos dias: **05**, **06 e 07 de maio de 2025**, sem justificativa.

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos deverá providenciar as anotações na Ficha Individual da servidora, bem como o desconto da falta no pagamento da mesma.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 05 de maio de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558902

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1965/2025

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A ZILMAR DA SILVA LIMA - MOTORISTA.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECSAU/Nº 1421/2025, protocolado nesta municipalidade sob o nº 5756/2025;

- considerando os termos da Lei Municipal n° 1.777/2006 e Decreto Normativo n° 748/2006;

- considerando os Arts. 100 a 106 da Lei Complementar n° 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins;

- considerando os termos do Decreto Normativo nº 2.161/2012, que regulamenta a concessão do adicional de insalubridade aos Motoristas da Secretaria Municipal de Saúde e o que consta na LTCAT com referência às condições de trabalho e com relação ao adicional de insalubridade/ periculosidade, anexos.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido **Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento)**, sobre o vencimento estabelecido no Nível I, Classe I, Carreira A do Anexo IV da Lei Municipal n° 3.055/2022, a partir de **02 de junho de 2025**, a **Zilmar da Silva Lima**, lotado no âmbito da **Secretaria Municipal de Saúde** - por desempenhar atividades insalubres no exercício de suas funções, conforme disposto na Lei Municipal n° 1.777/2006 e Decreto Normativo n° 748/2006.
Parágrafo Único A Gerência de Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual do servidor, bem como à inclusão do adicional em seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura**.**

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558905

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1967/2025

AUTORIZA SÉRGIO CÍCERO ALVES KOELHER DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS.

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando que a concessão para dirigir será somente para atendimento às funções do cargo;

- considerando os termos da CI/ PMDM/SECMADS/ N° 1375/2025, protocolada nesta municipalidade sob o nº 5587/2025;

- considerando o disposto nos Arts. 67 e 68, Inc. VIII da Lei Orgânica do Município de Domingos Martins.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica autorizado o servidor **Sérgio Cícero Alves Koehler** - **Diretor do Centro de Referência de Assistência Social** - **CRAS** - **Pedra Azul**, portador da Carteira Nacional de Habilitação Registro Nº 07633377900, Categoria "AB", válida até 26/01/2026, a conduzir veículo de propriedade do Município de Domingos Martins-ES, conforme a categoria da CNH, pelo período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

MARLENE LUZ SOUZA
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, **Sérgio Cícero Alves Koehler**, brasileiro, Carteira Nacional de Habilitação Registro Nº 07633377900, Categoria "AB", válida até 26/01/2026, no cargo de Diretor do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - Pedra Azul, declaro que aceito o encargo de conduzir veículo, de propriedade do Município de Domingos Martins, conforme a categoria da CNH, pelo período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

SÉRGIO CÍCERO ALVES KOEHLER

Protocolo 1558906

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1968/2025

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A ALDERLAN DE JESUS ALVES - TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos do OFÍCIO/SECSAU Nº 1419/2025, protocolado nesta municipalidade sob nº 5753/2025;
- considerando o que consta no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) emitido pela empresa Medtrab Medicina e Segurança do Trabalho - LTDA - ME - Grupo Innovar, com referência às condições de trabalho e com relação ao adicional de insalubridade/ periculosidade, anexo;

- considerando os termos da Lei Municipal nº 1.777/2006 e Decreto Normativo nº 748/2006;
- considerando os Arts. 100 a 106 da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins;

- considerando o disposto na NR-15 da Portaria nº 3.214/78, anexo 14 do Ministério do Trabalho;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido **Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento)**, sobre o vencimento estabelecido no Nível I, Classe I, Carreira A do Anexo IV da Lei Municipal nº 3.055/2022, a partir de **02 de junho de 2025**, a **Alderlan de Jesus Alves**, lotado no âmbito da **Secretaria Municipal de Saúde** - por desempenhar atividades insalubres no exercício de suas funções, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.777/2006, Decreto Normativo nº 748/2006 e NR-15 da Portaria Nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.
Parágrafo Único A Gerência de Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual do servidor, bem como à inclusão do adicional em seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura**.**

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558909

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1969/2025

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A FABÍOLA NILCEIA RAMOS RIOS - TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos do OFÍCIO/SECSAU Nº 1419/2025, protocolado nesta municipalidade sob nº 5753/2025;
- considerando o que consta no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) emitido pela empresa Medtrab Medicina e Segurança do Trabalho - LTDA - ME - Grupo Innovar, com referência às condições de trabalho e com relação ao adicional de insalubridade/ periculosidade, anexo;
- considerando os termos da Lei Municipal nº 1.777/2006 e Decreto Normativo nº 748/2006;
- considerando os Arts. 100 a 106 da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins;

- considerando o disposto na NR-15 da Portaria nº 3.214/78, anexo 14 do Ministério do Trabalho;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido **Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento)**, sobre o vencimento estabelecido no Nível I, Classe I, Carreira A do Anexo IV da Lei Municipal nº 3.055/2022, a partir de **05 de junho de 2025**, a **Fabíola Nilceia Ramos Rios**, lotada no âmbito da **Secretaria Municipal de Saúde** - por desempenhar atividades insalubres no exercício de suas funções, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.777/2006, Decreto Normativo nº 748/2006 e NR-15 da Portaria Nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.
Parágrafo Único A Gerência de Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual da servidora, bem como à inclusão do adicional em seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura**.**

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558910

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1970/2025

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A LEILIANY PAIVA RANGEL - TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos do OFÍCIO/SECSAU Nº 1419/2025, protocolado nesta municipalidade sob nº 5753/2025;
- considerando o que consta no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) emitido pela empresa Medtrab Medicina e Segurança do Trabalho - LTDA - ME - Grupo Innovar, com referência às condições de trabalho e com relação ao adicional de insalubridade/ periculosidade, anexo;
- considerando os termos da Lei Municipal nº 1.777/2006 e Decreto Normativo nº 748/2006;
- considerando os Arts. 100 a 106 da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins;

- considerando o disposto na NR-15 da Portaria nº 3.214/78, anexo 14 do Ministério do Trabalho;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido **Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento)**, sobre o vencimento estabelecido no Nível I, Classe I, Carreira A do Anexo IV da Lei Municipal nº 3.055/2022, a partir de **02 de junho de 2025**, a **Leiliany Paiva Rangel**, lotada no âmbito da **Secretaria Municipal de Saúde** - por desempenhar atividades insalubres no exercício de suas funções, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.777/2006, Decreto Normativo nº 748/2006 e NR-15 da Portaria Nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.
Parágrafo Único A Gerência de Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual da servidora, bem como à inclusão do adicional em seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura**.**

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558911

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1973/2025

PRORROGA PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE GILBERTO PEDROZA PARA O CARGO DE MOTORISTA - POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/Nº 1446/2025, protocolado nesta municipalidade sob o nº 5885/2025;

- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

- considerando os termos da Lei Municipal nº 2.261/2010, que dispõe sobre a prorrogação da Lei nº 2.162/2009, contratação temporária.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica prorrogado até **18 de dezembro de 2025**, o prazo do contrato de trabalho de **Gilberto Pedroza** - para o cargo de **Motorista**, por meio da Portaria de Pessoal nº 399/2025, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558913

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1974/2025

PRORROGA PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE CHARLES DA SILVA MARQUES PARA O CARGO DE MOTORISTA - POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/Nº 1446/2025, protocolado nesta municipalidade sob o nº 5885/2025;

- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

- considerando os termos da Lei Municipal nº 2.261/2010, que dispõe sobre a prorrogação da Lei nº 2.162/2009, contratação temporária.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica prorrogado até **18 de dezembro de 2025**, o prazo do contrato de trabalho de **Charles da Silva Marques** - para o cargo de **Motorista**, por meio da Portaria de Pessoal nº 148/2025, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558915

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1975/2025

PRORROGA PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE IVOMAR ANTUNES DOS REIS PARA O CARGO DE MOTORISTA - POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/Nº 1446/2025, protocolado nesta municipalidade sob o nº 5885/2025;

- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

- considerando os termos da Lei Municipal nº 2.261/2010, que dispõe sobre a prorrogação da Lei nº 2.162/2009, contratação temporária.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica prorrogado até **18 de dezembro de 2025**, o prazo do contrato de trabalho de **Ivomar Antunes dos Reis** - para o cargo de **Motorista**, por meio da Portaria de Pessoal nº 045/2025, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558916

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1976/2025

PRORROGA PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE ADEMIR JOSE BUNGENSTAB PARA O CARGO DE MOTORISTA - POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/Nº 1446/2025, protocolado nesta municipalidade sob o nº 5885/2025;

- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

- considerando os termos da Lei Municipal nº 2.261/2010, que dispõe sobre a prorrogação da Lei nº 2.162/2009, contratação temporária.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica prorrogado até **18 de dezembro de 2025**, o prazo do contrato de trabalho de **Ademir Jose Bungenstab** - para o cargo de **Motorista**, por meio da Portaria de Pessoal nº 147/2025, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558917

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1977/2025

PRORROGA PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE DEYVSON CHEREIDER COELHO PARA O CARGO DE MOTORISTA - POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/Nº 1446/2025, protocolado nesta municipalidade sob o nº 5885/2025;

- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

- considerando os termos da Lei Municipal nº 2.261/2010, que dispõe sobre a prorrogação da Lei nº 2.162/2009, contratação temporária.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica prorrogado até **18 de dezembro de 2025**, o prazo do contrato de trabalho de **Deyvson Chereider Coelho** - para o cargo de **Motorista**, por meio da Portaria de Pessoal nº 149/2025, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558918

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1978/2025

PRORROGA PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE SAVIO MODOLO RAMOS DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE MOTORISTA - POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/Nº 1446/2025, protocolado nesta municipalidade sob o nº 5885/2025;

- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

- considerando os termos da Lei Municipal nº 2.261/2010, que dispõe sobre a prorrogação da Lei nº 2.162/2009, contratação temporária.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica prorrogado até **18 de dezembro de 2025**, o prazo do contrato de trabalho de **Savio Modolo Ramos de Oliveira** - para o cargo de **Motorista**, por meio da Portaria de Pessoal nº 146/2025, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558922

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1979/2025

AUTORIZA CONTRATAR TATIANE APARECIDA MARIANO ENDRINGER PARA O CARGO DE PSICÓLOGO - POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECDMAS/ Nº 865/2025, protocolada nesta municipalidade sob nº 3817/2025.

- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos autorizada a contratar, nos termos da Lei Municipal nº 2.162/2009, por tempo determinado **Tatiane Aparecida Mariano Endringer**, para o cargo de **Psicólogo**, pelo período de **07 de abril a 06 de julho de 2025**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 07 de abril de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558924

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1980/2025

AUTORIZA CONTRATAR CARLOS AUGUSTO CARVALHO PINTO PARA O CARGO DE MOTORISTA - POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECMADS/ Nº 897/2025, protocolado nesta municipalidade sob o nº 3870/2025;
- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos autorizada a contratar, nos termos da Lei Municipal nº 2.162/2009, por tempo determinado **Carlos Augusto Carvalho Pinto**, para o cargo de **Motorista**, pelo período de **07 de abril a 06 de julho 2025**, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558927

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1982/2025

AUTORIZA CONTRATAR PEDRO PAULO BATISTA DA SILVA PARA O CARGO DE PROFESSOR "B", EM CARÁTER DE EXCEPCIONALIDADE E POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 141/2025, protocolada nesta municipalidade sob o nº 5657/2025;
- considerando os Arts 194 a 198 da Lei Municipal nº 2.137/08 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério e Lei Municipal n° 3.056/2022 - Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público do Município de Domingos Martins, autorizam a contratação de professor por tempo determinado, para atender às necessidades temporárias e de excepcional interesse público;
- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E :

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos autorizada a contratar, nos termos das Leis Municipais nºs 2.137/08, 2.162/2009 e 3.056/2022, em caráter de excepcionalidade e por tempo determinado **Pedro Paulo Batista da Silva**, para o cargo de **Professor "B", com carga horária de 19 (dezenove) horas semanais**, pelo período de **02 de junho a 19 de agosto de 2025**, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único O contrato ora autorizado, será regido pelas disposições da legislação trabalhista e previdenciária, percebendo o contratado, salário referente ao **Padrão 1**, **Nível III**, **Classe "B"** do Quadro de Carreira do Magistério - anexo à Lei Municipal nº 3.056/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558928

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1983/2025

AUTORIZA CONTRATAR ZENITA GONÇALVES DE SOUZA PARA O CARGO DE SERVENTE - POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- Considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/ N° 1396/2025, protocolada nesta municipalidade sob o nº 3163/2025;

- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por

tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos autorizada a contratar, nos termos da Lei Municipal nº 2.162/2009, por tempo determinado **Zenita Gonçalves de Souza** para o cargo de **Servente**, pelo período de **02 de junho a 01 de setembro de 2025**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO

Protocolo 1558929

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1984/2025

AUTORIZA CONTRATAR KARINA CARNIELI CEZATI FACINI PARA O CARGO DE PROFESSOR "A", EM CARÁTER DE EXCEPCIONALIDADE E POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 480/2025, protocolada nesta municipalidade sob o nº 2639/2025;
- considerando os Arts 194 a 198 da Lei Municipal nº 2.137/08 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério e Lei Municipal n° 3.056/2022 - Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público do Município de Domingos Martins, autorizam a contratação de professor por tempo determinado, para atender às necessidades temporárias e de excepcional interesse público;
- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E :

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos autorizada a contratar, nos termos das Leis Municipais nºs 2.137/08, 2.162/2009 e 3.056/2022, em caráter de excepcionalidade e por tempo determinado **Karina Carnieli Cezati Facini**, para o cargo de **Professor** "**A**", **com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais**, pelo período de **17 de março a 16 de junho de 2025**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único O contrato ora autorizado, será regido pelas disposições da legislação trabalhista e previdenciária, percebendo o contratado, salário referente ao **Padrão 1**, **Nível III**, **Classe** "**A**" do Quadro de Carreira do Magistério - anexo à Lei Municipal nº 3.056/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 17 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558930

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1985/2025

RETIFICA A PORTARIA DE PESSOAL Nº 1733/2025 QUE CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A FRANCISCO JOÃO RENATO DA SILVA TEIXEIRA - TRABALHADOR BRAÇAL.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos do CI/PMDM/SECOBU Nº 1106/2055, protocolado nesta municipalidade sob nº 4657/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica retificado a Portaria de Pessoal nº 1733/2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

"***CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A JOÃO RENATO DA SILVA TEIXEIRA - TRABALHADOR BRAÇAL.***

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos do CI/PMDM/SECOBU Nº 1106/2055, protocolado nesta municipalidade sob nº 4657/2025;
- considerando o que consta no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) emitido pela empresa Medtrab Medicina e Segurança do Trabalho - LTDA - ME - Grupo Innovar, com referência às condições de trabalho e com relação ao adicional de insalubridade/ periculosidade, anexo;
- considerando os termos da Lei Municipal n° 1.777/2006 e Decreto Normativo n° 748/2006;
- considerando os Arts. 100 a 106 da Lei Complementar n° 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins;

- considerando o disposto na NR-15 da Portaria nº 3.214/78, anexo 14 do Ministério do Trabalho;

R E S O L V E:

***Art. 1º** Fica concedido **Adicional de Insalubridade de 40% (quarenta por cento)**, sobre o vencimento estabelecido no Nível I, Classe I, Carreira A do Anexo IV da Lei Municipal n° 3.055/2022, a partir de **06 de março de 2025**, a **João Renato da Silva Teixeira**, lotada no âmbito da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**- por desempenhar atividades insalubres no exercício de suas funções, conforme disposto na Lei Municipal n° 1.777/2006, Decreto Normativo n° 748/2006 e NR-15 da Portaria Nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.*

Parágrafo Único A Gerência de Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual da servidora, bem como à inclusão do adicional em seus vencimentos.

***Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 06 de março de 2025.*

***Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.*

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 09 de maio de 2025."

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 23 de maio de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558931

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1986/2025

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A LUCIENE RODRIGUES BERMUDES - TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos do OFÍCIO/SECSAU Nº 858/2025, protocolado nesta municipalidade sob nº 4513/2025;
- considerando o que consta no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) emitido pela empresa Medtrab Medicina e Segurança do Trabalho - LTDA - ME - Grupo Innovar, com referência às condições de trabalho e com relação ao adicional de insalubridade/ periculosidade, anexo;
- considerando os termos da Lei Municipal nº 1.777/2006 e Decreto Normativo nº 748/2006;
- considerando os Arts. 100 a 106 da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins;

- considerando o disposto na NR-15 da Portaria nº 3.214/78, anexo 14 do Ministério do Trabalho;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido **Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento)**, sobre o vencimento estabelecido no Nível I, Classe I, Carreira A do Anexo IV da Lei Municipal nº 3.055/2022, a partir de **01 de abril de 2025**, a **Luciene Rodrigues Bermudes**, lotada no âmbito da **Secretaria Municipal de Saúde** - por desempenhar atividades insalubres no exercício de suas funções, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.777/2006, Decreto Normativo nº 748/2006 e NR-15 da Portaria Nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.
Parágrafo Único A Gerência de Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual da servidora, bem como à inclusão do adicional em seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2025.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558933

PORTARIA PESSOAL Nº 1987/2025

DESIGNA A SERVIDORA MIRIAM MIERTSCHINK BERGER VAGO PARA RESPONDER PELO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE TESOURARIA.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECFIN/ Nº 1465/2025, protocolado nesta municipalidade sob o nº 5978/2025;

- considerando que a servidora a Sieglinde Miertschink está em gozo de férias no período de 20 de maio a 18 de junho de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Designa **Miriam Miertschink Berger Vago**, para responder interinamente pelo cargo em comissão de **Chefe de Tesouraria**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, pelo período de 20 de maio a 18 de junho de 2025, em substituição a titular Sieglinde Miertschink.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 20 de maio de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1558934

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1990/2025

AUTORIZA CONTRATAR REGINA MARIA MARTINS PETERLE PARA O CARGO DE PROFESSOR "A", EM CARÁTER DE EXCEPCIONALIDADE E POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 1341/2025, protocolada nesta municipalidade sob o nº 5383/2025;
- considerando os Arts 194 a 198 da Lei Municipal nº 2.137/08 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério e Lei Municipal nº 3.056/2022 - Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público do Município de Domingos Martins, autorizam a contratação de professor por tempo determinado, para atender às necessidades temporárias e de excepcional interesse público;
- considerando os termos da Lei Municipal nº 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade

temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E :

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos autorizada a contratar, nos termos das Leis Municipais nºs 2.137/08, 2.162/2009 e 3.056/2022, em caráter de excepcionalidade e por tempo determinado **Regina Maria Martins Peterle**, para o cargo de **Professor "A", com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais**, pelo período de **02 de junho a 02 de setembro de 2025**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único O contrato ora autorizado, será regido pelas disposições da legislação trabalhista e previdenciária, percebendo o contratado, salário referente ao **Padrão 1**, **Nível III**, **Classe** "**A**" do Quadro de Carreira do Magistério - anexo à Lei Municipal nº 3.056/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito
Protocolo 1559441

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1991/2025

AUTORIZA CONTRATAR TANIA MARA PEREIRA MARTINS LIMA PARA O CARGO DE PROFESSOR "A", EM CARÁTER DE EXCEPCIONALIDADE E POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 1341/2025, protocolada nesta municipalidade sob o nº 5383/2025;
- considerando os Arts 194 a 198 da Lei Municipal nº 2.137/08 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério e Lei Municipal n° 3.056/2022 - Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público do Município de Domingos Martins, autorizam a contratação de professor por tempo determinado, para atender às necessidades temporárias e de excepcional interesse público;
- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E :
Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos autorizada a contratar, nos termos das Leis Municipais nºs 2.137/08, 2.162/2009 e 3.056/2022, em caráter de excepcionalidade e por tempo determinado **Tania Mara Pereira Martins Lima**, para o cargo de **Professor "A", com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais**, pelo período de **02 de junho a 02 de setembro de 2025**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único O contrato ora autorizado, será regido pelas disposições da legislação trabalhista e previdenciária, percebendo o contratado, salário referente ao **Padrão 1**, **Nível III**, **Classe** "**A**" do Quadro de Carreira do Magistério - anexo à Lei Municipal nº 3.056/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito
Protocolo 1559447

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1292/2025

AUTORIZA CONTRATAR CLEIDE DOS SANTOS NETO BRANDÃO PARA O CARGO DE PROFESSOR "B", EM CARÁTER DE EXCEPCIONALIDADE E POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 1341/2025, protocolada nesta municipalidade sob o nº 5383/2025;
- considerando os Arts 194 a 198 da Lei Municipal nº 2.137/08 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério e Lei Municipal n° 3.056/2022 - Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público do Município de Domingos Martins, autorizam a contratação de professor por tempo determinado, para atender às necessidades temporárias e de excepcional interesse público;
- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E :
Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos autorizada a contratar, nos termos das Leis Municipais nºs 2.137/08, 2.162/2009 e 3.056/2022, em caráter de excepcionalidade e por tempo determinado **Cleide dos Santos Neto Brandão**, para o cargo de **Professor "B", com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais**, pelo período de **02 de junho a 02 de setembro de 2025**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único O contrato ora autorizado, será regido pelas disposições da legislação trabalhista e previdenciária, percebendo o contratado, salário referente ao **Padrão 1**, **Nível III**, **Classe** "**B**" do Quadro de Carreira do Magistério - anexo à Lei Municipal nº 3.056/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito
Protocolo 1559456

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1993/2025

AUTORIZA CONTRATAR GILMAR PEREIRA DE JESUS PARA O CARGO DE TRABALHADOR BRAÇAL - POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,
- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECOBU/ Nº 1432/2025;
- considerando os termos da Lei Municipal n° 2.162/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos autorizada a contratar, nos termos da Lei Municipal nº 2.162/2009, por tempo determinado **Gilmar Pereira de Jesus**, para o cargo de **Trabalhador Braçal**, pelo período de **02 de junho a 29 de dezembro de 2025**, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559461

PORTARIA DE PESSOAL Nº 1994/2025

AUTORIZA DISPENSA DO SERVIÇO, POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, À SERVIDORA GERLÂNIA MARIA FREDERICO TESCH - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando o requerimento encaminhado pela servidora Gerlânia Maria Frederico Tesch, protocolado nesta municipalidade sob o nº 5865/2025, onde consta a declaração de que esteve à disposição da justiça eleitoral nos dias 05/09/2024 e 06/10/2024, com direito a 04 (quatro) folgas compensatórias;

considerando que a servidora já foi dispensada no dia **23 de dezembro de 2024**, conforme Portaria de Pessoal nº 6108/2024;

- considerando o disposto no Inciso V, Art. 38 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar 056/2022;

R E S O L V E :

Art. 1º Fica a servidora **Gerlânia Maria Frederico Tesch** - **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, dispensada do serviço nos dias **23 e 26 de maio de 2025**, por motivo de folga compensatória decorrente de convocação da Justiça Eleitoral, nos termos do Art. 98 da Lei n° 9.504/1997 e do Inciso V, Art. 38 da Lei Complementar N° 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins - ES, restando o saldo de 01 (um) dia para ser usufruído posteriormente.

Art. 2° A Secretaria de lotação da servidora ficará responsável pelos devidos registros e controle dos dias de dispensa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 23 de maio de 2025

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559468

LE
PORTARIA DE PESSOAL Nº 2001/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ADRIANA CANAL - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **25 horas** para **40 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Adriana Canal** - **Professor A**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **14 de março de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 14 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559487

LE

PORTARIA DE PESSOAL Nº 2002/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR DOUGLAS ALMEIDA ALCURE - PROFESSOR B.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **37 horas** para **40 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Douglas Almeida Alcure** - **Professor B**, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **17 de março de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 17 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559496

LE

PORTARIA DE PESSOAL Nº 2003/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ALIXANDRA TENIS PLASTTER - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **24 horas** para **36 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Alixandra Tenis Plaster** - **Professor A**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **24 de março de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 24 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559501

LE

PORTARIA DE PESSOAL Nº 2004/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CHARLUZZA MAXIM CASSARO FIORIO - PROFESSOR B.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **15 horas** para **21 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Charluzza Maxim Cassaro Fiorio** - **Professor B**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **17 de março de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 17 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559516

LE

PORTARIA DE PESSOAL Nº 2005/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CRISLANE FAUSTHER WAGEMOHER - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº

056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **31 horas** para **32 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Crislane Fausther Wagemocher** - **Professor A**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **12 de fevereiro de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559522

LE
PORTARIA DE PESSOAL Nº 2006/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA JAMILE MARTINELLI PEÇANHA - PROFESSOR B.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **16 horas** para **20 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Jamile Martinelli Peçanha** - **Professor B**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **12 de fevereiro de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559529

LE
PORTARIA DE PESSOAL Nº 2007/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA KETIMA CRISTINA KUMM - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **24 horas** para **36 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Ketima Cristina Kumm** - **Professor A**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **03 de fevereiro de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559536

LE
PORTARIA DE PESSOAL Nº 2008/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA LARISSA DA SILVA GUARNIER - PROFESSOR B.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **27 horas** para **30 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Larissa da Silva Guarnier** - **Professor B**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **17 de março de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 17 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559541

LE

PORTARIA DE PESSOAL Nº 2009/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA NELCI SEIBEL COSTERMANI - PROFESSOR B.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **21 horas** para **28 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Nelci Seibel Costermani** - **Professor B**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **03 de fevereiro de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559585

LE

PORTARIA DE PESSOAL Nº 2010/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA NEUCI BATISTA LOBATO DA SILVA - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **24 horas** para **34 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Neuci Batista Lobato da Silva** - **Professor A**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **03 de fevereiro de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559588

LE

PORTARIA DE PESSOAL Nº 2011/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR RYAN FASSARELLA VIEIRA - PROFESSOR B.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **16 horas** para **24 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Ryan Fassarella Vieira** - **Professor B**, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **03 de fevereiro de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559594

LE

PORTARIA DE PESSOAL Nº 2012/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR PATRINE NUNES RASCH BRAUN - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **31 horas** para **32 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Patrine Nunes Rasch Braun** - **Professor A**, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **06 de março de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 06 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559596

LE

PORTARIA DE PESSOAL Nº 2013/2025

ESTENDE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA THAINA RIBET BATISTA PEREIRA - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas contribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/ PMDM/ SECEDU/ Nº 774/2025;

- considerando os termos do Art. 29 e seus incisos da Lei Complementar nº 056/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Estende de **24 horas** para **28 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Thaina Ribet Batista Pereira** - **Professor A**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **12 de fevereiro de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração deverá proceder às devidas anotações na Ficha Individual do servidor, bem como a alteração da remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559602

PORTARIA DE PESSOAL N° 1996/2025

REDUZ A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA LARISSA KLEIN CARDOSO - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/N° 901/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Reduz de **32 horas** para **24 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Larissa Klein Cardoso** - **Professor A** lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **07 de março de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual do servidor, bem como a alteração na remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 07 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559608

PORTARIA DE PESSOAL N° 1997/2025

REDUZ A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA VANESA CALOTE PEREIRA - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/N° 901/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Reduz de **36 horas** para **24 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Vanesa Calote Pereira** - **Professor A**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **01 de março de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual do servidor, bem como a alteração na remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 01 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559619

PORTARIA DE PESSOAL N° 1998/2025

REDUZ A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CINDY LUDTKE CANDIDO - PROFESSOR B.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/N° 901/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Reduz de **24 horas** para **18 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Cindy Ludtke Candido** - **Professor B**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **01 de março de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual do servidor, bem como a alteração na remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 01 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559623

PORTARIA DE PESSOAL N° 1999/2025

REDUZ A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA MICHELE PEREIRA - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/N° 901/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Reduz de **40 horas** para **21 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Michele Pereira** - **Professor A**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **14 de março de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual do servidor, bem como a alteração na remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 14 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559628

PORTARIA DE PESSOAL N° 1999/2025

REDUZ A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA MICHELE PEREIRA - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/N° 901/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Reduz de **40 horas** para **21 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Michele Pereira** - **Professor A**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **14 de março de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual do servidor, bem como a alteração na remuneração do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 14 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559636

PORTARIA DE PESSOAL N° 200/2025

REDUZ A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA MARCIA OLIVEIRA LIMA - PROFESSOR A.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/N° 901/2025;

R E S O L V E:
Art. 1º Reduz de **24 horas** para **18 horas** semanais, a carga horária de trabalho de **Marcia Oliveira Lima** - **Professor A**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a partir de **13 de fevereiro de 2025.**

Art. 2º A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos deverá proceder às devidas anotações na ficha individual do servidor, bem como a alteração na remuneração do mesmo.

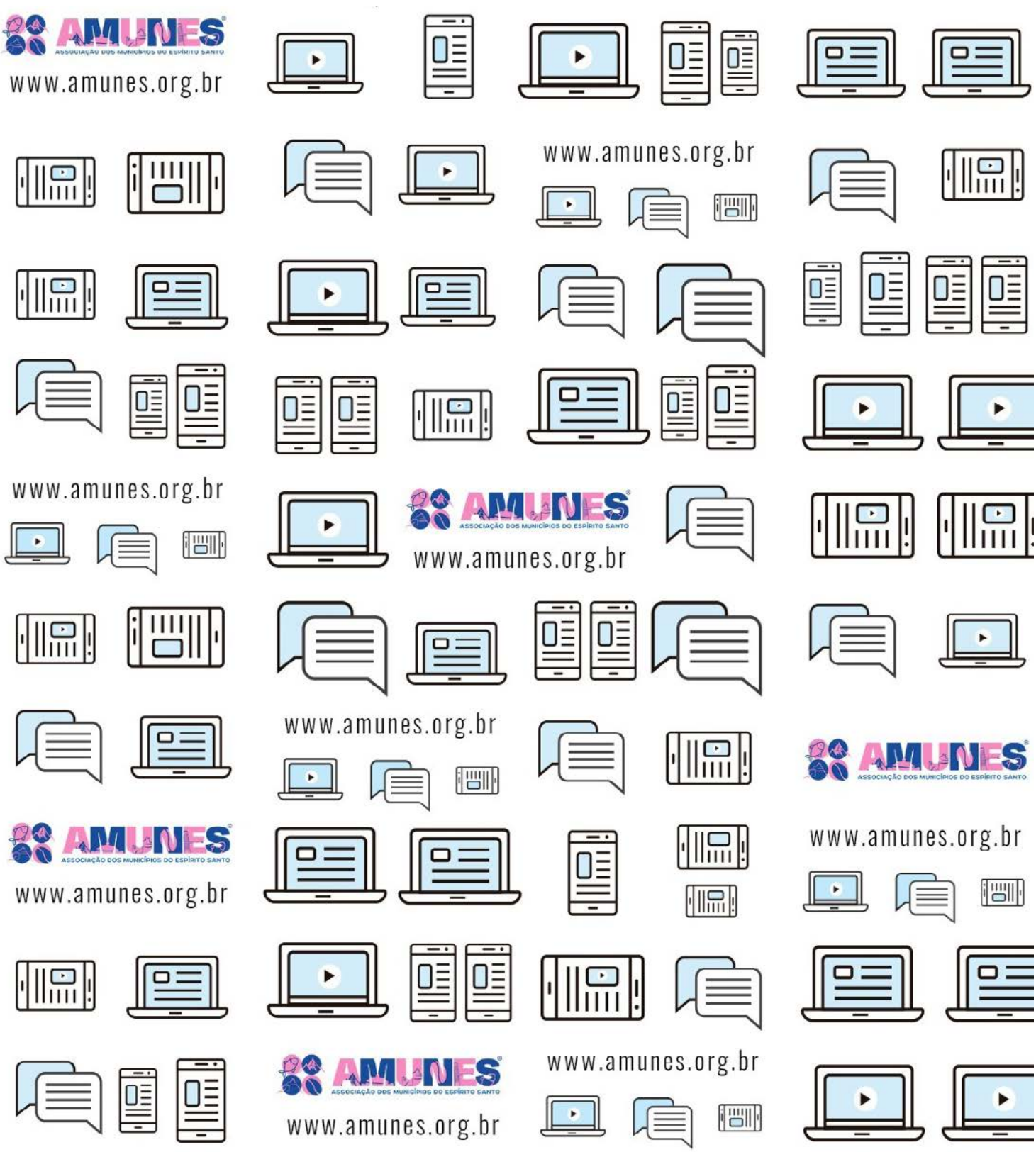
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 13 de fevereiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 26 de maio de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1559642



Relatórios

Municipio de Domingos Martins - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**220.006.904,88**	**220.064.504,88**	**43.005.359,48**	**19,54**	**80.457.297,77**	**36,56**	**139.607.207,11**
RECEITAS CORRENTES	219.916.904,88	219.974.504,88	42.470.936,50	19,31	78.880.145,79	35,86	141.094.359,09
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	30.302.355,50	30.302.355,50	4.445.269,60	14,67	8.759.952,66	28,91	21.542.402,84
Impostos	24.391.000,00	24.391.000,00	3.679.826,79	15,09	7.625.218,26	31,26	16.765.781,74
Taxas	5.911.355,50	5.911.355,50	765.442,81	12,95	1.134.734,40	19,20	4.776.621,10
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	5.984.344,47	5.984.344,47	1.084.101,68	18,12	2.109.663,59	35,25	3.874.680,88
Contribuições Sociais	3.584.344,47	3.584.344,47	709.362,50	19,79	1.360.115,76	37,95	2.224.228,71
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.400.000,00	2.400.000,00	374.739,18	15,61	749.547,83	31,23	1.650.452,17
RECEITA PATRIMONIAL	4.410.504,73	4.410.504,73	4.156.093,70	94,23	7.938.425,35	179,99	(3.527.920,62)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	4.410.504,73	4.410.504,73	4.156.093,70	94,23	7.938.425,35	179,99	(3.527.920,62)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	485.000,00	485.000,00	161.445,44	33,29	164.334,86	33,88	320.665,14
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	485.000,00	485.000,00	161.445,44	33,29	164.334,86	33,88	320.665,14
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	178.537.900,18	178.595.500,18	32.200.699,71	18,03	58.534.429,85	32,77	120.061.070,33
Transferências da União e de suas Entidades	67.897.016,18	67.897.016,18	12.110.689,64	17,84	23.560.126,54	34,70	44.336.889,64
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	69.640.884,00	69.698.484,00	12.829.898,04	18,41	20.721.697,02	29,73	48.976.786,98
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	41.000.000,00	41.000.000,00	7.260.112,03	17,71	14.252.606,29	34,76	26.747.393,71
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	196.800,00	196.800,00	423.326,37	215,10	1.373.339,48	697,84	(1.176.539,48)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	37.800,00	37.800,00	6.674,00	17,66	13.632,97	36,07	24.167,03
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	40.000,00	40.000,00	158.291,66	395,73	391.240,26	978,10	(351.240,26)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	119.000,00	119.000,00	258.360,71	217,11	968.466,25	813,84	(849.466,25)
RECEITAS DE CAPITAL	90.000,00	90.000,00	534.422,98	593,80	1.577.151,98	1.752,39	(1.487.151,98)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00			87.729,00	175,46	(37.729,00)
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00			87.729,00	175,46	(37.729,00)
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	534.422,98	1.781,41	1.489.422,98	4.964,74	(1.459.422,98)
Transferências da União e de suas Entidades	15.000,00	15.000,00			955.000,00	6.366,67	(940.000,00)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.000,00	15.000,00	534.422,98	3.562,82	534.422,98	3.562,82	(519.422,98)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**8.493.095,12**	**8.493.095,12**	**2.207.166,34**	**25,99**	**4.331.471,78**	**51,00**	**4.161.623,34**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**228.500.000,00**	**228.557.600,00**	**45.212.525,82**	**19,78**	**84.788.769,55**	**37,10**	**143.768.830,45**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	228.500.000,00	228.557.600,00	45.212.525,82	19,78	84.788.769,55	37,10	143.768.830,45
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	228.500.000,00	228.557.600,00	45.212.525,82	19,78	84.788.769,55	37,10	143.768.830,45
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	19.395.380,70	—	—	19.395.380,70	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	19.395.380,70	—	—	19.395.380,70	100,00	—

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**218.134.300,00**	**239.783.618,77**	**20.646.400,40**	**170.566.450,66**	**69.217.168,11**	**32.917.179,79**	**52.592.238,94**	**187.191.379,83**	**49.734.414,53**
DESPESAS CORRENTES	205.160.950,93	208.711.854,82	20.182.819,19	151.218.301,40	57.493.553,42	30.907.008,69	50.166.006,76	158.545.848,06	47.542.553,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.887.688,67	101.686.350,00	3.854.568,89	93.954.725,27	7.731.624,73	16.345.861,81	29.953.839,58	71.732.510,42	29.306.523,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.725,91	11.725,91			11.725,91			11.725,91	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	104.261.536,35	107.013.778,91	16.328.250,30	57.263.576,13	49.750.202,78	14.561.146,88	20.212.167,18	86.801.611,73	18.236.030,02
DESPESAS DE CAPITAL	9.264.009,48	27.362.424,36	463.581,21	19.348.149,26	8.014.275,10	2.010.171,10	2.426.232,18	24.936.192,18	2.191.860,87
INVESTIMENTOS	9.164.009,48	27.262.424,36	451.335,74	19.323.775,89	7.938.648,47	1.997.925,63	2.401.858,81	24.860.565,55	2.167.487,50
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	12.245,47	24.373,37	75.626,63	12.245,47	24.373,37	75.626,63	24.373,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.709.339,59	3.709.339,59			3.709.339,59			3.709.339,59	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**10.365.700,00**	**10.364.940,18**	**285,23**	**10.346.285,23**	**18.654,95**	**2.194.397,21**	**4.231.059,27**	**6.133.880,91**	**4.231.059,27**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**228.500.000,00**	**250.148.558,95**	**20.646.685,63**	**180.912.735,89**	**69.235.823,06**	**35.111.577,00**	**56.823.298,21**	**193.325.260,74**	**53.965.473,80**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	228.500.000,00	250.148.558,95	20.646.685,63	180.912.735,89	69.235.823,06	35.111.577,00	56.823.298,21	193.325.260,74	53.965.473,80

Municipio de Domingos Martins - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—		—	27.965.471,34		30.823.295,75
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	228.500.000,00	250.148.558,95	20.646.685,63	180.912.735,89	69.235.823,06	35.111.577,00	84.788.769,55	193.325.260,74	84.788.769,55
RESERVA DO RPPS			—	—			—		—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**8.493.095,12**	**8.493.095,12**	**2.207.166,34**	**25,99**	**4.331.471,78**	**51,00**	**4.161.623,34**
RECEITAS CORRENTES	8.493.095,12	8.493.095,12	2.207.166,34	25,99	4.331.471,78	51,00	4.161.623,34
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	8.493.095,12	8.493.095,12	2.207.166,34	25,99	4.331.471,78	51,00	4.161.623,34
Contribuições Sociais	8.493.095,12	8.493.095,12	2.207.166,34	25,99	4.331.471,78	51,00	4.161.623,34
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**10.365.700,00**	**10.364.940,18**	**285,23**	**10.346.285,23**	**18.654,95**	**2.194.397,21**	**4.231.059,27**	**6.133.880,91**	**4.231.059,27**
DESPESAS CORRENTES	10.365.700,00	10.364.940,18	285,23	10.346.285,23	18.654,95	2.194.397,21	4.231.059,27	6.133.880,91	4.231.059,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.349.400,00	10.349.400,00		10.346.000,00	3.400,00	2.194.111,98	4.230.774,04	6.118.625,96	4.230.774,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.300,00	15.540,18	285,23	285,23	15.254,95	285,23	285,23	15.254,95	285,23
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS									
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 21/05/2025 , às 08:46:07

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

BRUNO PEDRAZZI CORRÊA
CONTADOR - CRC 23.808/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**218.134.300,00**	**239.783.618,77**	**20.646.400,40**	**170.566.450,66**	**94,28**	**69.217.168,11**	**32.917.179,79**	**52.592.238,94**	**92,55**	**187.191.379,83**
Legislativa	**7.407.800,00**	**7.407.800,00**	**550.746,40**	**2.367.369,08**	**1,31**	**5.040.430,92**	**690.142,06**	**1.300.488,76**	**2,29**	**6.107.311,24**
Ação Legislativa	7.407.800,00	7.407.800,00	550.746,40	2.367.369,08	1,31	5.040.430,92	690.142,06	1.300.488,76	2,29	6.107.311,24
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária	**819.000,00**	**819.000,00**	**42.983,03**	**575.108,81**	**0,32**	**243.891,19**	**112.407,17**	**205.265,04**	**0,36**	**613.734,96**
Ação Judiciária	819.000,00	819.000,00	42.983,03	575.108,81	0,32	243.891,19	112.407,17	205.265,04	0,36	613.734,96
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**22.467.500,00**	**23.028.558,77**	**2.904.800,18**	**17.528.923,01**	**9,69**	**5.499.635,76**	**3.479.526,14**	**5.493.915,71**	**9,67**	**17.534.643,06**
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral	20.428.000,00	20.989.058,77	2.675.623,48	15.988.289,87	8,84	5.000.768,90	3.291.470,86	5.129.337,91	9,03	15.859.720,86
Administração Financeira										
Controle Interno	431.500,00	431.500,00	26.322,94	361.880,52	0,20	69.619,48	59.251,80	114.751,40	0,20	316.748,60
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial	552.000,00	404.000,00		217.114,84	0,12	186.885,16	15.317,42	18.874,84	0,03	385.125,16
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas	1.056.000,00	1.204.000,00	202.853,76	961.637,78	0,53	242.362,22	113.486,06	230.951,56	0,41	973.048,44
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções										
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública	**145.000,00**	**145.000,00**		**114.999,88**	**0,06**	**30.000,12**	**13.956,77**	**20.256,82**	**0,04**	**124.743,18**
Policiamento										
Defesa Civil	145.000,00	145.000,00		114.999,88	0,06	30.000,12	13.956,77	20.256,82	0,04	124.743,18
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**6.133.244,50**	**6.382.661,50**	**369.148,88**	**4.468.981,13**	**2,47**	**1.913.680,37**	**747.087,16**	**1.239.726,47**	**2,18**	**5.142.935,03**
Assistência ao Idoso	440.200,00	440.200,00		432.000,00	0,24	8.200,00	117.824,00	117.824,00	0,21	322.376,00
Assistência ao Portador de Deficiência	413.070,00	421.487,00		347.917,00	0,19	73.570,00	80.015,00	116.590,00	0,21	304.897,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	837.032,00	837.032,00	10.654,42	606.812,99	0,34	230.219,01	99.146,00	174.555,76	0,31	662.476,24
Assistência Comunitária	2.825.842,50	3.066.842,50	141.450,49	2.013.221,70	1,11	1.053.620,80	267.417,99	494.795,94	0,87	2.572.046,56
Administração Geral	1.441.600,00	1.441.600,00	217.043,97	951.529,44	0,53	490.070,56	169.522,11	305.185,00	0,54	1.136.415,00
Demais Subfunções	175.500,00	175.500,00		117.500,00	0,06	58.000,00	13.162,06	30.775,77	0,05	144.724,23
Previdência Social	**11.074.000,00**	**11.074.000,00**	**(4.729,21)**	**7.901.696,18**	**4,37**	**3.172.303,82**	**2.185.378,93**	**4.204.927,66**	**7,40**	**6.869.072,34**
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário	10.086.600,00	10.186.600,00	60.052,32	7.560.052,32	4,18	2.626.547,68	2.089.954,68	4.069.905,01	7,16	6.116.694,99
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral	987.400,00	887.400,00	(64.781,53)	341.643,86	0,19	545.756,14	95.424,25	135.022,65	0,24	752.377,35
Demais Subfunções										
Saúde	**43.278.190,00**	**46.339.189,55**	**3.928.416,52**	**32.123.435,04**	**17,76**	**14.215.754,51**	**7.078.026,50**	**11.988.891,83**	**21,10**	**34.350.297,72**
Atenção Básica	18.303.013,41	20.471.870,34	248.324,09	18.337.590,23	10,14	2.134.280,11	2.879.173,89	5.630.640,38	9,91	14.841.229,96
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	17.730.142,63	18.389.592,56	3.001.672,69	8.372.739,24	4,63	10.016.853,32	3.107.403,02	4.714.201,55	8,30	13.675.391,01
Suporte Profilático e Terapêutico	1.158.457,52	1.193.257,52	252.785,20	460.217,18	0,25	733.040,34	108.691,66	127.996,36	0,23	1.065.261,16
Vigilância Sanitária	297.964,00	297.964,00		276.200,00	0,15	21.764,00	45.300,82	87.722,62	0,15	210.241,38
Vigilância Epidemiológica	945.012,44	933.012,44	5.993,64	738.125,08	0,41	194.887,36	114.142,40	224.713,94	0,40	708.298,50
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	4.843.600,00	5.053.492,69	419.640,90	3.938.563,31	2,18	1.114.929,38	823.314,71	1.203.616,98	2,12	3.849.875,71
Demais Subfunções										
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**80.344.700,00**	**87.447.810,59**	**8.977.079,97**	**66.980.928,60**	**37,02**	**20.466.881,99**	**12.957.742,65**	**18.306.090,24**	**32,22**	**69.141.720,35**
Ensino Fundamental	53.262.000,00	53.776.046,78	1.976.291,08	39.660.452,53	21,92	14.115.594,25	8.574.051,53	11.716.676,07	20,62	42.059.370,71
Ensino Médio										
Ensino Profissional	44.000,00	44.000,00		25.401,68	0,01	18.598,32	6.067,24	9.149,59	0,02	34.850,41
Ensino Superior										
Educação Infantil	13.971.500,00	20.528.613,69	3.212.859,44	19.864.452,25	10,98	664.161,44	2.336.712,54	3.768.219,85	6,63	16.760.393,84
Educação de Jovens e Adultos	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00
Educação Especial	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00
Educação Básica										

IMPRESSÃO: Tarcilene Proscholdt

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Administração Geral	10.700.000,00	10.731.950,12	3.320.682,31	6.262.016,94	3,46	4.469.933,18	1.686.375,76	2.315.145,61	4,07	8.416.804,51
Demais Subfunções	2.355.200,00	2.355.200,00	467.247,14	1.168.605,20	0,65	1.186.594,80	354.535,58	496.899,12	0,87	1.858.300,88
Cultura	**3.481.500,00**	**4.252.232,21**	**97.652,76**	**2.780.923,85**	**1,54**	**1.471.308,36**	**365.775,05**	**1.146.702,91**	**2,02**	**3.105.529,30**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural	2.360.500,00	3.131.232,21	13.408,60	1.760.437,53	0,97	1.370.794,68	193.218,25	845.408,42	1,49	2.285.823,79
Administração Geral	1.121.000,00	1.121.000,00	84.244,16	1.020.486,32	0,56	100.513,68	172.556,80	301.294,49	0,53	819.705,51
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo	**14.487.000,00**	**19.629.779,51**	**1.909.304,42**	**14.306.858,15**	**7,91**	**5.322.921,36**	**2.243.315,16**	**3.916.688,97**	**6,89**	**15.713.090,54**
Infra-Estrutura Urbana	6.170.000,00	11.218.133,95	350.194,58	6.316.304,51	3,49	4.901.829,44	1.285.729,44	1.727.499,89	3,04	9.490.634,06
Serviços Urbanos	8.317.000,00	8.411.645,56	1.559.109,84	7.990.553,64	4,42	421.091,92	957.585,72	2.189.189,08	3,85	6.222.456,48
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação	**3.000,00**									
Habitação Rural										
Habitação Urbana	3.000,00									
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento	**1.774.000,00**	**1.774.000,00**	**19.500,00**	**1.524.720,00**	**0,84**	**249.280,00**	**293.347,38**	**429.758,46**	**0,76**	**1.344.241,54**
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano	1.774.000,00	1.774.000,00	19.500,00	1.524.720,00	0,84	249.280,00	293.347,38	429.758,46	0,76	1.344.241,54
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental	**1.792.000,00**	**1.822.885,41**	**109.517,48**	**1.136.889,48**	**0,63**	**685.995,93**	**216.384,44**	**451.056,78**	**0,79**	**1.371.828,63**
Preservação e Conservação Ambiental	599.000,00	598.791,85	20.844,37	61.744,37	0,03	537.047,48	17.844,37	58.744,37	0,10	540.047,48
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral	1.193.000,00	1.224.093,56	88.673,11	1.075.145,11	0,59	148.948,45	198.540,07	392.312,41	0,69	831.781,15
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	**4.078.500,00**	**5.170.215,76**	**158.611,64**	**3.908.024,69**	**2,16**	**1.262.191,07**	**385.719,33**	**704.790,85**	**1,24**	**4.465.424,91**
Abastecimento										
Extensão Rural	1.282.000,00	2.349.200,00	30.562,96	1.461.962,86	0,81	887.237,14	49.468,88	79.667,46	0,14	2.269.532,54
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
Administração Geral	2.796.500,00	2.821.015,76	128.048,68	2.446.061,83	1,35	374.953,93	336.250,45	625.123,39	1,10	2.195.892,37
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços										
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações	**635.000,00**	**635.000,00**	**909,40**	**579.142,08**	**0,32**	**55.857,92**	**87.180,21**	**157.685,75**	**0,28**	**477.314,25**
Comunicações Postais										
Telecomunicações	635.000,00	635.000,00	909,40	579.142,08	0,32	55.857,92	87.180,21	157.685,75	0,28	477.314,25
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia	**2.395.000,00**	**2.395.000,00**	**533.464,62**	**1.875.777,37**	**1,04**	**519.222,63**	**414.823,08**	**515.977,40**	**0,91**	**1.879.022,60**
Conservação de Energia										
Energia Elétrica	2.395.000,00	2.395.000,00	533.464,62	1.875.777,37	1,04	519.222,63	414.823,08	515.977,40	0,91	1.879.022,60
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte	**12.359.800,00**	**15.873.584,01**	**874.270,05**	**11.247.625,39**	**6,22**	**4.625.958,62**	**1.493.168,64**	**2.271.924,15**	**4,00**	**13.601.659,86**

IMPRESSÃO: Tarcilene Proscholdt

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral	1.841.000,00	1.841.000,00	409.946,42	1.538.557,74	0,85	302.442,26	271.009,78	438.885,73	0,77	1.402.114,27
Demais Subfunções	10.518.800,00	14.032.584,01	464.323,63	9.709.067,65	5,37	4.323.516,36	1.222.158,86	1.833.038,42	3,23	12.199.545,59
Desporto e Lazer	**1.638.000,00**	**1.765.835,96**	**162.478,79**	**1.120.674,55**	**0,62**	**645.161,41**	**140.953,65**	**213.717,77**	**0,38**	**1.552.118,19**
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário	1.638.000,00	1.765.835,96	162.478,79	1.120.674,55	0,62	645.161,41	140.953,65	213.717,77	0,38	1.552.118,19
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais	**111.725,91**	**111.725,91**	**12.245,47**	**24.373,37**	**0,01**	**87.352,54**	**12.245,47**	**24.373,37**	**0,04**	**87.352,54**
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna	111.725,91	111.725,91	12.245,47	24.373,37	0,01	87.352,54	12.245,47	24.373,37	0,04	87.352,54
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência	**3.709.339,59**	**3.709.339,59**	**----**	**----**	**----**	**3.709.339,59**	**----**	**----**	**----**	**3.709.339,59**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**10.365.700,00**	**10.364.940,18**	**285,23**	**10.346.285,23**	**5,72**	**18.654,95**	**2.194.397,21**	**4.231.059,27**	**7,45**	**6.133.880,91**
TOTAL (III) = (I + II)	**228.500.000,00**	**250.148.558,95**	**20.646.685,63**	**180.912.735,89**	**100,00**	**69.235.823,06**	**35.111.577,00**	**56.823.298,21**	**100,00**	**193.325.260,74**

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**10.365.700,00**	**10.364.940,18**	**285,23**	**10.346.285,23**	**5,72**	**18.654,95**	**2.194.397,21**	**4.231.059,27**	**7,45**	**6.133.880,91**
Legislativa	**313.000,00**	**313.000,00**		**310.000,00**	**0,17**	**3.000,00**	**32.372,62**	**58.235,13**	**0,10**	**254.764,87**
Ação Legislativa	313.000,00	313.000,00		310.000,00	0,17	3.000,00	32.372,62	58.235,13	0,10	254.764,87
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária	**16.500,00**	**16.500,00**		**16.000,00**	**0,01**	**500,00**	**5.423,66**	**11.554,95**	**0,02**	**4.945,05**
Ação Judiciária	16.500,00	16.500,00		16.000,00	0,01	500,00	5.423,66	11.554,95	0,02	4.945,05
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**1.807.000,00**	**1.806.500,00**		**1.804.000,00**	**1,00**	**2.500,00**	**405.027,20**	**760.792,53**	**1,34**	**1.045.707,47**
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral	1.736.500,00	1.736.000,00		1.734.000,00	0,96	2.000,00	389.453,46	730.992,31	1,29	1.005.007,69
Administração Financeira										
Controle Interno	70.500,00	70.500,00		70.000,00	0,04	500,00	15.573,74	29.800,22	0,05	40.699,78
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções										
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública										
Policiamento										
Defesa Civil										
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**226.700,00**	**226.700,00**		**226.000,00**	**0,12**	**700,00**	**64.127,86**	**121.126,01**	**0,21**	**105.573,99**
Assistência ao Idoso	200,00	200,00				200,00				200,00
Assistência ao Portador de Deficiência										
Assistência à Criança e ao Adolescente										
Assistência Comunitária										
Administração Geral	226.500,00	226.500,00		226.000,00	0,12	500,00	64.127,86	121.126,01	0,21	105.373,99
Demais Subfunções										
Previdência Social	**6.100,00**	**6.100,00**	**285,23**	**285,23**	**0,00**	**5.814,77**	**285,23**	**285,23**	**0,00**	**5.814,77**
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral	6.100,00	6.100,00	285,23	285,23	0,00	5.814,77	285,23	285,23	0,00	5.814,77
Demais Subfunções										
Saúde	**1.511.900,00**	**1.511.700,00**		**1.511.000,00**	**0,84**	**700,00**	**349.476,80**	**642.044,41**	**1,13**	**869.655,59**
Atenção Básica	1.292.400,00	1.292.300,00		1.292.000,00	0,71	300,00	314.925,90	572.763,75	1,01	719.536,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial										
Suporte Profilático e Terapêutico										
Vigilância Sanitária	67.100,00	67.100,00		67.000,00	0,04	100,00	14.482,18	27.109,91	0,05	39.990,09
Vigilância Epidemiológica	74.300,00	74.300,00		74.000,00	0,04	300,00	12.039,94	26.140,09	0,05	48.159,91
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	78.100,00	78.000,00		78.000,00	0,04		8.028,78	16.030,66	0,03	61.969,34
Demais Subfunções										
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**5.718.000,00**	**5.717.940,18**		**5.715.000,00**	**3,16**	**2.940,18**	**1.163.072,76**	**2.294.082,84**	**4,04**	**3.423.857,34**
Ensino Fundamental	3.427.000,00	3.427.000,00		3.425.000,00	1,89	2.000,00	707.576,88	1.400.047,80	2,46	2.026.952,20
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
Educação Infantil	1.935.500,00	1.935.500,00		1.935.000,00	1,07	500,00	384.197,94	749.619,40	1,32	1.185.880,60
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										
Educação Básica										

IMPRESSÃO: Tarcilene Proscholdt

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Administração Geral	355.500,00	355.440,18		355.000,00	0,20	440,18	71.297,94	144.415,64	0,25	211.024,54
Demais Subfunções										
Cultura	**154.500,00**	**154.500,00**		**154.000,00**	**0,09**	**500,00**	**27.962,08**	**53.820,27**	**0,09**	**100.679,73**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural										
Administração Geral	154.500,00	154.500,00		154.000,00	0,09	500,00	27.962,08	53.820,27	0,09	100.679,73
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo										
Infra-Estrutura Urbana										
Serviços Urbanos										
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação										
Habitação Rural										
Habitação Urbana										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento										
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental	**102.500,00**	**102.500,00**		**102.000,00**	**0,06**	**500,00**	**35.121,01**	**66.882,77**	**0,12**	**35.617,23**
Preservação e Conservação Ambiental										
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral	102.500,00	102.500,00		102.000,00	0,06	500,00	35.121,01	66.882,77	0,12	35.617,23
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	**235.500,00**	**235.500,00**		**235.000,00**	**0,13**	**500,00**	**34.377,11**	**72.054,90**	**0,13**	**163.445,10**
Abastecimento										
Extensão Rural										
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
Administração Geral	235.500,00	235.500,00		235.000,00	0,13	500,00	34.377,11	72.054,90	0,13	163.445,10
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços										
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte	**212.500,00**	**212.500,00**		**212.000,00**	**0,12**	**500,00**	**66.423,65**	**128.573,09**	**0,23**	**83.926,91**

IMPRESSÃO: Tarcilene Proscholdt

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral	212.500,00	212.500,00		212.000,00	0,12	500,00	66.423,65	128.573,09	0,23	83.926,91
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	**61.500,00**	**61.500,00**		**61.000,00**	**0,03**	**500,00**	**10.727,23**	**21.607,14**	**0,04**	**39.892,86**
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário	61.500,00	61.500,00		61.000,00	0,03	500,00	10.727,23	21.607,14	0,04	39.892,86
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais										
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência										
TOTAL DA INTRA	**10.365.700,00**	**10.364.940,18**	**285,23**	**10.346.285,23**	**5,72**	**18.654,95**	**2.194.397,21**	**4.231.059,27**	**7,45**	**6.133.880,91**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 21/05/2025 , às 08:49:16

BRUNO PEDRAZZI CORRÊA
CONTADOR - CRC 23.808/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MAIO DE 2024 A ABRIL DE 2025

STN/SICONFI

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2025
	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	**22.012.407,76**	**26.206.779,70**	**22.846.834,71**	**22.246.881,06**	**21.239.294,26**	**19.468.471,59**	**18.550.420,38**	**24.493.307,87**	**19.774.097,93**	**20.280.446,53**	**23.772.129,48**	**23.055.429,40**	**263.946.500,67**	**243.938.504,88**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.321.774,06	2.292.632,28	4.679.882,02	2.317.467,06	2.431.068,46	2.667.627,88	2.071.862,79	2.428.990,23	1.750.892,76	2.563.790,30	2.514.412,18	1.930.857,42	30.971.257,44	30.302.355,50
IPTU	388.578,07	596.090,87	2.234.684,43	261.001,82	211.619,14	179.496,15	152.735,56	102.282,02	30.339,87	98.408,88	108.456,67	153.879,05	4.517.572,53	5.110.000,00
ISS	1.072.216,84	1.012.781,02	1.311.563,22	1.083.635,50	1.147.914,52	1.200.377,47	1.186.983,38	1.397.748,53	1.009.747,82	1.176.632,72	1.091.381,27	993.076,11	13.684.058,40	12.862.000,00
ITBI	160.410,59	199.454,36	282.303,30	293.284,16	438.094,48	473.559,26	184.517,59	119.170,00	194.749,85	844.587,51	400.441,14	252.576,67	3.843.148,91	2.819.000,00
IRRF	472.316,62	103.872,57	293.283,23	296.814,88	305.696,57	523.765,70	307.553,02	451.833,67	318.883,15	272.041,67	347.490,07	332.525,81	4.026.076,96	3.600.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.228.251,94	380.433,46	558.047,84	382.730,70	327.743,75	290.429,30	240.073,24	357.956,01	197.172,07	172.119,52	566.643,03	198.799,78	4.900.400,64	5.911.355,50
Contribuições	665.374,72	208.251,20	496.228,83	469.238,43	462.193,54	755.648,31	480.216,82	491.538,42	512.531,56	513.030,35	534.954,90	549.146,78	6.138.353,86	5.984.344,47
Receita Patrimonial	1.530.091,60	1.030.204,07	1.940.524,10	1.689.601,34	1.349.629,12	1.607.982,19	1.239.012,77	1.415.369,31	2.122.922,00	1.659.409,65	1.710.851,65	2.445.242,05	19.740.839,85	4.410.504,73
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.530.091,60	1.030.204,07	1.940.524,10	1.689.601,34	1.349.629,12	1.607.982,19	1.239.012,77	1.415.369,31	2.122.922,00	1.659.409,65	1.710.851,65	2.445.242,05	19.740.839,85	4.410.504,73
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	35.321,20	26.844,96	26.049,65	23.786,00	22.433,54	25.135,72	22.931,59	28.101,97	802,37	2.087,05	9.600,46	151.844,98	374.939,49	485.000,00
Transferências Correntes	16.252.346,53	22.567.543,87	15.428.561,00	17.544.789,43	16.790.506,99	14.269.521,91	14.654.006,64	19.042.889,63	15.134.721,46	14.844.343,85	18.700.820,83	17.856.501,26	203.086.553,40	202.559.500,18
Cota-Parte do FPM	3.751.871,39	4.028.884,31	2.703.770,09	5.076.989,94	3.556.370,53	2.974.848,47	3.807.941,86	6.142.713,01	4.286.651,17	4.328.240,76	5.212.032,46	3.849.338,05	49.719.652,04	48.800.000,00
Cota-Parte do ICMS	5.090.739,90	5.467.969,84	5.668.106,01	5.387.618,75	5.167.516,74	5.307.652,07	5.396.924,62	5.353.657,30	4.843.384,90	4.047.289,32	5.002.190,27	4.727.175,25	61.460.224,97	67.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	570.458,29	438.527,52	423.234,18	395.281,98	384.357,51	247.934,88	112.309,71	103.405,32	246.962,16	329.693,42	569.423,03	2.250.340,73	6.071.928,73	6.500.000,00
Cota-Parte do ITR	8.608,64	2.720,51	3.354,28	3.615,09	13.591,82	45.729,78	3.144,70	3.499,15	2.581,84	5.555,91	1.324,63	1.130,12	94.856,47	70.000,00
Transferências da LC 61/1989	54.172,33	68.071,23	60.169,14	81.428,91	88.887,91	60.348,69	67.019,17	78.680,68	50.204,23	56.831,53	61.891,21	58.108,65	785.813,68	750.000,00
Transferências do FUNDEB	3.225.094,55	3.534.896,48	3.486.914,72	3.387.682,87	2.821.616,90	3.619.566,28	3.248.351,09	3.848.407,57	3.389.776,46	3.870.767,25	3.233.566,56	4.207.869,02	41.874.509,75	42.350.000,00
Outras Transferências Correntes	3.551.401,43	9.026.473,98	3.083.012,58	3.212.171,89	4.758.165,58	2.013.441,74	2.018.315,49	3.512.526,60	2.315.160,70	2.205.965,66	4.620.392,67	2.762.539,44	43.079.567,76	37.089.500,18
Outras Receitas Correntes	207.499,65	81.303,32	275.589,11	201.998,80	183.462,61	142.555,58	82.389,77	1.086.418,31	252.227,78	697.785,33	301.489,46	121.836,91	3.634.556,63	196.800,00
DEDUÇÕES (II)	**3.316.090,24**	**2.452.365,80**	**2.900.704,57**	**3.463.045,93**	**2.635.841,28**	**3.170.130,72**	**2.796.991,13**	**3.796.667,31**	**3.667.662,52**	**3.713.313,51**	**3.634.965,63**	**4.203.399,65**	**39.751.178,29**	**27.729.344,47**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	477.177,33	5.146,90	263.558,39	275.633,76	275.512,44	577.674,39	293.447,80	314.455,20	321.154,45	329.598,81	350.704,81	358.657,69	3.842.721,97	3.584.344,47
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	5.366,96	5.366,96	5.366,96	5.366,96	5.366,96	5.366,96	5.366,96	883.278,25	14.659,30	674.283,72	114.544,72	25.363,89	1.749.698,60	81.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	937.896,78	440.127,93	1.210.505,86	993.020,17	665.659,98	859.494,36	620.680,13	636.202,95	1.445.892,05	950.052,53	995.258,59	1.637.213,20	11.392.004,53	100.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.895.649,17	2.001.724,01	1.421.273,36	2.189.025,04	1.689.301,90	1.727.595,01	1.877.496,24	1.962.730,91	1.885.956,72	1.759.378,45	2.174.457,51	2.182.164,87	22.766.753,19	23.964.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**18.696.317,52**	**23.754.413,90**	**19.946.130,14**	**18.783.835,13**	**18.603.452,98**	**16.298.340,87**	**15.753.429,25**	**20.696.640,56**	**16.106.435,41**	**16.567.133,02**	**20.137.163,85**	**18.852.029,75**	**224.195.322,38**	**216.209.160,41**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**18.696.317,52**	**23.754.413,90**	**19.946.130,14**	**18.783.835,13**	**18.603.452,98**	**16.298.340,87**	**15.753.429,25**	**20.696.640,56**	**16.106.435,41**	**16.567.133,02**	**20.137.163,85**	**18.852.029,75**	**224.195.322,38**	**216.209.160,41**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)														
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	228.744,00	228.744,00	228.744,00	197.680,00	197.680,00	197.680,00	200.504,00	398.184,00	215.556,00	215.556,00	218.592,00	218.592,00	2.746.256,00	3.177.954,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**18.467.573,52**	**23.525.669,90**	**19.717.386,14**	**18.586.155,13**	**18.405.772,98**	**16.100.660,87**	**15.552.925,25**	**20.298.456,56**	**15.890.879,41**	**16.351.577,02**	**19.918.571,85**	**18.633.437,75**	**221.449.066,38**	**213.031.206,41**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 21/05/2025 , às 08:51:07

Municipio de Domingos Martins - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MAIO DE 2024 A ABRIL DE 2025

STN/SICONFI

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

BRUNO PEDRAZZI CORRÊA
CONTADOR - CRC 23.808/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**11.265.939,59**	**11.548.855,54**
Receita de Contribuições dos Segurados	3.583.144,47	1.360.115,76
Ativo	3.578.644,47	1.358.306,95
Inativo	2.500,00	1.423,37
Pensionista	2.000,00	385,44
Receita de Contribuições Patronais	7.550.795,12	4.331.471,78
Ativo	7.550.795,12	4.331.471,78
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	50.000,00	5.028.416,37
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	50.000,00	5.028.416,37
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	82.000,00	828.851,63
Compensação Financeira entre os Regimes	81.000,00	828.851,63
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes	1.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**11.265.939,59**	**11.548.855,54**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	**10.023.000,00**	**7.500.000,00**	**4.009.852,69**	**3.724.886,37**	**3.490.147,31**
Aposentadorias	8.501.000,00	6.500.000,00	3.581.197,72	3.302.516,64	2.918.802,28
Pensões por Morte	1.522.000,00	1.000.000,00	428.654,97	422.369,73	571.345,03
Outras Despesas Previdenciárias	**225.200,00**	**60.052,32**	**60.052,32**	**60.052,32**	
Compensação Financeira entre os Regimes	101.000,00	60.052,32	60.052,32	60.052,32	
Demais Despesas Previdenciárias	124.200,00				
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**10.248.200,00**	**7.560.052,32**	**4.069.905,01**	**3.784.938,69**	**3.490.147,31**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²	**1.017.739,59**	**3.988.803,22**	**7.478.950,53**	**7.763.916,85**	**8.058.708,23**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	104.806.937,30
Outros Bens e Direitos	109.737.541,58

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeiras entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Previdenciária entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²					

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	2.253.727,00
Recursos para Formação de Reserva	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	5.073,58

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes	993.500,00	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**993.500,00**	

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	784.500,00	341.929,09	135.307,88	126.472,33	206.621,21
Pessoal e Encargos Sociais	108.300,00	65.000,00	21.059,14	14.423,25	43.940,86
Demais Despesas Correntes	676.200,00	276.929,09	114.248,74	112.049,08	162.680,35
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	109.000,00				
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**893.500,00**	**341.929,09**	**135.307,88**	**126.472,33**	**206.621,21**

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	**100.000,00**	**(341.929,09)**	**(135.307,88)**	**(126.472,33)**	**(206.621,21)**

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	77.779,43
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Contribuições dos Servidores					
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2					

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 21/05/2025 , às 08:55:44

BRUNO PEDRAZZI CORRÊA
CONTADOR - CRC 23.808/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**24.391.000,00**	**7.625.218,26**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.110.000,00	391.084,47
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.819.000,00	1.692.355,17
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.862.000,00	4.270.837,92
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.600.000,00	1.270.940,70
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**123.620.000,00**	**40.004.005,98**
2.1 - Cota-Parte FPM	**48.800.000,00**	**17.676.262,44**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	45.000.000,00	17.676.262,44
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	3.800.000,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	67.000.000,00	18.620.039,74
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	750.000,00	227.035,62
2.4 - Cota-Parte ITR	70.000,00	10.592,50
2.5 - Cota-Parte IPVA	6.500.000,00	3.396.419,34
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	500.000,00	73.656,34
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**148.011.000,00**	**47.629.224,24**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**23.964.000,00**	**8.001.957,55**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**13.038.750,00**	**3.906.504,86**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**42.650.000,00**	**14.830.818,07**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**41.300.000,00**	**14.381.445,07**
6.1.1- Principal	41.000.000,00	14.252.606,29
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	300.000,00	128.838,78
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**150.000,00**	**162.378,78**
6.3.1- Principal	150.000,00	162.378,78
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	**1.200.000,00**	**286.994,22**
6.4.1- Principal	1.200.000,00	286.994,22
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)¹	**17.036.000,00**	**6.250.648,74**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**1.433.175,64**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.433.175,74
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	(0,10)

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**16.263.993,71**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**42.680.984,00**				
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**35.059.000,00**				
10.1.1 - Educação Infantil	9.511.500,00				
10.1.2- Ensino Fundamental	25.547.500,00				
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**7.621.984,00**				
10.2.1- Educação Infantil	2.912.710,00				
10.2.2- Ensino Fundamental	4.705.274,00				
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	2.000,00				
10.2.4- Educação Especial	2.000,00				
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

Municipio de Domingos Martins - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**40.352.969,23**	**12.034.022,26**	**12.001.679,70**	**28.318.946,97**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	40.352.969,23	12.034.022,26	12.001.679,70	28.318.946,97		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	35.057.000,00	10.141.028,67	10.141.028,67	24.915.971,33		
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	10.180.676,69	10.141.028,67	35.057.000,00	69,73
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	24.356,82			

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**1.483.081,81**	**2.796.795,81**	**2.796.795,81**	**1.313.714,00**	**18,86**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**4.092.024,64**	**609.807,45**			**609.807,45**	**609.807,45**
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.987.683,81	388.680,46			388.680,46	388.680,46
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	104.340,84	221.126,99			221.126,99	104.340,84

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**26.623.177,76**				
20.1- Educação Infantil	3.478.178,40				
20.2- Ensino Fundamental	12.990.900,00				
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial	7.121,60				
20.5- Administração Geral	10.146.977,76				
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEI

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**69.304.161,76**				
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**18.829.952,64**				
21.1.1- Creche	7.174.169,29				
21.1.2- Pré-escola	11.655.783,35				
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	50.474.209,12				

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	8.001.957,55
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	1.313.714,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	609.807,45
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	6.078.436,10

Municipio de Domingos Martins - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	11.907.306,06	6.078.436,10	12,76

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**1.243.287,85**	**114.049,92**	**1.178.943,60**		**64.344,25**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	215.000,94	77.712,09	180.529,54		34.471,40
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	1.028.286,91	36.337,83	998.414,06		29.872,85
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**12.117.000,00**	**4.151.264,95**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**4.807.000,00**	**2.001.630,68**
31.1.1 - Salário-Educação	2.800.000,00	1.282.842,67
31.1.2 - PDDE	32.000,00	286,91
31.1.3 - PNAE	755.000,00	276.160,13
31.1.4 - PNATE	980.000,00	407.527,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	240.000,00	34.813,97
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.310.000,00	2.149.634,27
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB		
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**23.790.389,01**				
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.562.603,69				
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	13.988.372,78				
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR					
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	44.000,00				
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	3.195.412,54				

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**93.165.750,77**	**72.695.928,60**	**20.600.173,08**	**19.929.248,88**	**52.095.755,52**
33.1- Despesas Correntes	**84.736.515,30**	**65.818.644,27**	**20.033.389,47**	**19.400.134,27**	**45.785.254,80**
33.1.1- Pessoal Ativo	49.293.500,00	48.726.928,65	14.136.803,19	14.096.334,73	34.590.125,46
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.1.4- Outras Despesas Correntes	35.443.015,30	17.091.715,62	5.896.586,28	5.303.799,54	11.195.129,34
33.2- Despesas de Capital	**8.429.235,47**	**6.877.284,33**	**566.783,61**	**529.114,61**	**6.310.500,72**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	8.429.235,47	6.877.284,33	566.783,61	529.114,61	6.310.500,72

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	2.528.853,55	2.398.385,60
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	14.830.818,07	1.282.842,67
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	13.165.207,64	42.709,16
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	4.194.463,98	3.638.519,11
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	4.194.463,98	3.638.519,11

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 21/05/2025 , às 09:27:37

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

BRUNO PEDRAZZI CORRÊA
CONTADOR - CRC 23.808/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**24.391.000,00**	**24.391.000,00**	**7.625.218,26**	**31,26**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.110.000,00	5.110.000,00	391.084,47	7,65
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	2.819.000,00	2.819.000,00	1.692.355,17	60,03
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.862.000,00	12.862.000,00	4.270.837,92	33,21
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.600.000,00	3.600.000,00	1.270.940,70	35,30
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**119.820.000,00**	**119.820.000,00**	**40.004.005,98**	**33,39**
Cota-Parte FPM	45.000.000,00	45.000.000,00	17.676.262,44	39,28
Cota-Parte ITR	70.000,00	70.000,00	10.592,50	15,13
Cota-Parte IPVA	6.500.000,00	6.500.000,00	3.396.419,34	52,25
Cota-Parte ICMS	67.000.000,00	67.000.000,00	18.620.039,74	27,79
Cota-Parte IPI - Exportação	750.000,00	750.000,00	227.035,62	30,27
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	500.000,00	500.000,00	73.656,34	14,73
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**144.211.000,00**	**144.211.000,00**	**47.629.224,24**	**33,03**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP EMPENHADAS		DESP LIQUIDADAS		DESP PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**12.037.375,41**	**13.975.469,87**	**12.661.455,78**	**90,60**	**3.624.056,84**	**25,93**	**3.485.616,32**	**24,94**
Despesas Correntes	11.529.875,41	11.492.887,72	10.681.648,40	92,94	3.598.835,39	31,31	3.460.394,87	30,11
Despesas de Capital	507.500,00	2.482.582,15	1.979.807,38	79,75	25.221,45	1,02	25.221,45	1,02
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**8.736.143,00**	**8.736.143,00**	**3.382.284,56**	**38,72**	**2.122.597,32**	**24,30**	**2.114.342,36**	**24,20**
Despesas Correntes	8.730.043,00	8.730.043,00	3.382.284,56	38,74	2.122.597,32	24,31	2.114.342,36	24,22
Despesas de Capital	6.100,00	6.100,00						
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**843.500,00**	**843.500,00**	**378.552,00**	**44,88**	**46.532,77**	**5,52**	**30.585,44**	**3,63**
Despesas Correntes	842.500,00	842.500,00	378.552,00	44,93	46.532,77	5,52	30.585,44	3,63
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00						
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**343.500,00**	**343.500,00**	**322.000,00**	**93,74**	**110.839,92**	**32,27**	**110.633,07**	**32,21**
Despesas Correntes	342.500,00	342.500,00	322.000,00	94,01	110.839,92	32,36	110.633,07	32,30
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00						
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**655.500,00**	**655.500,00**	**554.162,61**	**84,54**	**157.829,80**	**24,08**	**151.083,37**	**23,05**
Despesas Correntes	653.500,00	653.500,00	554.162,61	84,80	157.829,80	24,15	151.083,37	23,12
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00						
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**4.854.700,00**	**5.006.892,69**	**3.958.859,18**	**79,07**	**1.161.943,51**	**23,21**	**1.152.080,35**	**23,01**
Despesas Correntes	4.846.700,00	4.913.452,00	3.882.618,49	79,02	1.161.943,51	23,65	1.152.080,35	23,45
Despesas de Capital	8.000,00	93.440,69	76.240,69	81,59				
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**27.470.718,41**	**29.561.005,56**	**21.257.314,13**	**71,91**	**7.223.800,16**	**24,44**	**7.044.340,91**	**23,83**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**21.257.314,13**	**7.223.800,16**	**7.044.340,91**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**21.257.314,13**	**7.223.800,16**	**7.044.340,91**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			7.144.383,64
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	14.112.930,49	79.416,52	(100.042,73)
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	44,63	15,17	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025										
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021 e anteriores										

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)¹ (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**17.211.055,68**	**17.268.655,68**	**6.144.996,15**	**35,58**
Provenientes da União	17.084.505,68	17.084.505,68	6.042.944,58	35,37
Provenientes dos Estados	126.550,00	184.150,00	102.051,57	55,42
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)				
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**17.211.055,68**	**17.268.655,68**	**6.144.996,15**	**35,58**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESP. EMPENHADAS**		**DESP. LIQUIDADAS**		**DESP. PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c)x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c)x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c)x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**7.558.038,00**	**7.788.700,47**	**6.968.134,45**	**89,46**	**2.579.347,29**	**33,12**	**2.480.457,30**	**31,85**
Despesas Correntes	7.489.038,00	7.719.700,47	6.968.134,45	90,26	2.579.347,29	33,41	2.480.457,30	32,13
Despesas de Capital	69.000,00	69.000,00						
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**8.908.683,72**	**9.568.133,65**	**4.947.327,47**	**51,71**	**2.548.477,02**	**26,64**	**2.508.270,96**	**26,21**
Despesas Correntes	8.908.683,72	9.568.133,65	4.947.327,47	51,71	2.548.477,02	26,64	2.508.270,96	26,21
Despesas de Capital								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**314.957,52**	**349.757,52**	**81.665,18**	**23,35**	**81.463,59**	**23,29**	**81.463,59**	**23,29**
Despesas Correntes	314.957,52	349.757,52	81.665,18	23,35	81.463,59	23,29	81.463,59	23,29
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**21.564,00**	**21.564,00**	**21.200,00**	**98,31**	**3.992,61**	**18,52**	**2.917,16**	**13,53**
Despesas Correntes	21.564,00	21.564,00	21.200,00	98,31	3.992,61	18,52	2.917,16	13,53
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**363.812,44**	**351.812,44**	**257.962,47**	**73,32**	**93.024,23**	**26,44**	**89.637,62**	**25,48**
Despesas Correntes	363.812,44	351.812,44	257.962,47	73,32	93.024,23	26,44	89.637,62	25,48
Despesas de Capital								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**67.000,00**	**124.600,00**	**57.704,13**	**46,31**	**57.704,13**	**46,31**	**57.704,13**	**46,31**
Despesas Correntes	67.000,00	124.600,00	57.704,13	46,31	57.704,13	46,31	57.704,13	46,31
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**17.234.055,68**	**18.204.568,08**	**12.333.993,70**	**67,75**	**5.364.008,87**	**29,47**	**5.220.450,76**	**28,68**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESP. EMPENHADAS**		**DESP. LIQUIDADAS**		**DESP PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c)x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c)x100**	**Até o Bimestre (f)**	**(f/c)x100 %**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**19.595.413,41**	**21.764.170,34**	**19.629.590,23**	**58,44**	**6.203.404,13**	**49,28**	**5.966.073,62**	**48,64**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**17.644.826,72**	**18.304.276,65**	**8.329.612,03**	**24,80**	**4.671.074,34**	**37,11**	**4.622.613,32**	**37,69**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**1.158.457,52**	**1.193.257,52**	**460.217,18**	**1,37**	**127.996,36**	**1,02**	**112.049,03**	**0,91**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**365.064,00**	**365.064,00**	**343.200,00**	**1,02**	**114.832,53**	**0,91**	**113.550,23**	**0,93**
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**1.019.312,44**	**1.007.312,44**	**812.125,08**	**2,42**	**250.854,03**	**1,99**	**240.720,99**	**1,96**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**4.921.700,00**	**5.131.492,69**	**4.016.563,31**	**11,96**	**1.219.647,64**	**9,69**	**1.209.784,48**	**9,86**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**44.704.774,09**	**47.765.573,64**	**33.591.307,83**	**100,00**	**12.587.809,03**	**100,00**	**12.264.791,67**	**100,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 21/05/2025 , às 09:47:32

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

BRUNO PEDRAZZI CORRÊA
CONTADOR - CRC 23.808/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	228.500.000,00
Previsão Atualizada	228.557.600,00
Receitas Realizadas	84.788.769,55
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	19.395.381,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	228.500.000,00
Dotação Atualizada	250.148.558,95
Despesas Empenhadas	180.912.735,89
Despesas Liquidadas	56.823.298,21
Despesas Pagas	53.965.473,80
Superávit Orçamentário	27.965.471,34

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**180.912.735,89**
Despesas Liquidadas	**56.823.298,21**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	224.195.322,38
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	224.195.322,38
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	221.449.066,38

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	11.548.855,54
Despesas Previdenciárias Empenhadas	7.560.052,32
Despesas Previdenciárias Liquidadas	4.069.905,01
Despesas Previdenciárias Pagas	3.784.938,69
Resultado Previdenciário	7.478.950,53
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**(11.000.000,00)**	**14.869.339,23**	**(135,18)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		**19.523.727,03**	

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**2.873.358,71**		**2.799.698,46**	**73.660,25**
Poder Executivo	2.859.355,93		2.785.695,68	73.660,25
Poder Legislativo	14.002,78		14.002,78	
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**4.537.733,41**	**9.026,81**	**2.688.444,30**	**1.840.262,30**
Poder Executivo	4.510.825,19	9.026,81	2.684.710,02	1.817.088,36
Poder Legislativo	26.908,22		3.734,28	23.173,94
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**7.411.092,12**	**9.026,81**	**5.488.142,76**	**1.913.922,55**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	6.078.436,10	<18% / 25%>	12,76
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	10.141.028,67	70%	69,73
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		50%	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		15%	

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		**10.000,00**
Despesa de Capital Líquida	**19.348.149,26**	**8.014.275,10**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	**116.506,08**	**(44.506,08)**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	**115.650,73**	**72.000,00**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**7.223.800,16**	**15,00**	**15,17**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

BRUNO PEDRAZZI CORRÊA
CONTADOR - CRC 23.808/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**216.208.160,41**	**71.662.762,03**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.302.355,50	8.759.952,66
IPTU	5.110.000,00	391.084,47
ISS	12.862.000,00	4.270.837,92
ITBI	2.819.000,00	1.692.355,17
IRRF	3.600.000,00	1.270.940,70
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.911.355,50	1.134.734,40
Contribuições	2.400.000,00	749.547,83
Receita Patrimonial	4.310.504,73	2.910.008,98
Aplicações Financeiras (II)	4.310.504,73	2.910.008,98
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	178.595.500,18	58.534.429,85
Cota-Parte do FPM	39.800.000,00	14.141.010,10
Cota-Parte do ICMS	53.600.000,00	14.895.086,97
Cota-Parte do IPVA	5.200.000,00	2.716.923,76
Cota-Parte do ITR	56.000,00	8.474,05
Transferências da LC 61/1989	600.000,00	181.628,48
Transferências do FUNDEB	42.350.000,00	14.701.979,29
Outras Transferências Correntes	36.989.500,18	11.889.327,20
Demais Receitas Correntes	599.800,00	708.822,71
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	599.800,00	708.822,71
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**211.897.655,68**	**68.752.753,05**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	**12.158.439,59**	**6.520.439,17**
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	**101.000,00**	**5.028.416,37**
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**90.000,00**	**1.577.151,98**
Operações de Crédito (VIII)	10.000,00	
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	50.000,00	87.729,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	50.000,00	87.729,00
Transferências de Capital	30.000,00	1.489.422,98
Convênios	20.000,00	1.439.422,98
Outras Transferências de Capital	10.000,00	50.000,00
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**80.000,00**	**1.577.151,98**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**224.136.095,27**	**76.850.344,20**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**211.977.655,68**	**70.329.905,03**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**210.605.695,00**	**153.662.605,22**	**50.191.853,14**	**47.862.201,91**	**2.697.420,37**	**2.364.907,15**	**2.345.840,34**
Pessoal e Encargos Sociais	104.240.850,00	96.675.672,95	30.093.649,47	29.737.935,74	546.686,48		
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	11.725,91						
Outras Despesas Correntes	106.353.119,09	56.986.932,27	20.098.203,67	18.124.266,17	2.150.733,89	2.364.907,15	2.345.840,34
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	106.353.119,09	56.986.932,27	20.098.203,67	18.124.266,17	2.150.733,89	2.364.907,15	2.345.840,34
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**210.593.969,09**	**153.662.605,22**	**50.191.853,14**	**47.862.201,91**	**2.697.420,37**	**2.364.907,15**	**2.345.840,34**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	**8.471.100,00**	**7.901.981,41**	**4.205.212,89**	**3.911.411,02**	**9.533,61**	**47.732,76**	**47.732,76**
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**27.253.424,36**	**19.348.149,26**	**2.426.232,18**	**2.191.860,87**	**92.744,48**	**294.871,20**	**294.871,20**
Investimentos	27.153.424,36	19.323.775,89	2.401.858,81	2.167.487,50	92.744,48	294.871,20	294.871,20
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	100.000,00	24.373,37	24.373,37	24.373,37			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**27.153.424,36**	**19.323.775,89**	**2.401.858,81**	**2.167.487,50**	**92.744,48**	**294.871,20**	**294.871,20**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	**3.709.339,59**						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	109.000,00						
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**250.036.833,04**	**180.888.362,52**	**56.798.924,84**	**53.941.100,43**	**2.799.698,46**	**2.707.511,11**	**2.688.444,30**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**241.456.733,04**	**172.986.381,11**	**52.593.711,95**	**50.029.689,41**	**2.790.164,85**	**2.659.778,35**	**2.640.711,54**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**17.421.101,01**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**14.869.339,23**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(11.000.000,00)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	2.909.960,12
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**17.779.299,35**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/ 2024 (a)	Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**609.153,41**	**584.780,04**
DEDUÇÕES (XL)	**85.080.311,42**	**104.579.665,08**
Disponibilidade de Caixa	85.080.311,42	104.579.665,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	88.971.125,94	105.931.491,32
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.856.036,44	84.938,40
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.034.778,08	1.266.887,84
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(84.471.158,01)**	**(103.994.885,04)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**19.523.727,03**

IMPRESSÃO: Tarcilene Proscholdt

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(2.771.098,04)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	16.752.628,99

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**13.842.668,87**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**19.395.380,70**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	19.395.380,70
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 21/05/2025 , às 09:03:02

BRUNO PEDRAZZI CORRÊA
CONTADOR - CRC 23.808/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

STN/SICONFI

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2024 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Em exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2024 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)	**58.668,06**	**2.713.992,91**	**2.699.000,72**		**73.660,25**	**1.224.787,61**	**3.312.945,80**	**2.707.511,11**	**2.688.444,30**	**9.026,81**	**1.840.262,30**	**1.913.922,55**
PODER EXECUTIVO	58.668,06	2.699.990,13	2.684.997,94		73.660,25	1.224.787,61	3.286.037,58	2.703.776,83	2.684.710,02	9.026,81	1.817.088,36	1.890.748,61
PODER LEGISLATIVO		14.002,78	14.002,78				26.908,22	3.734,28	3.734,28		23.173,94	23.173,94
Câmara Municipal		14.002,78	14.002,78				26.908,22	3.734,28	3.734,28		23.173,94	23.173,94
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(II)		**100.697,74**	**100.697,74**									
TOTAL (III) = (I + II)	**58.668,06**	**2.814.690,65**	**2.799.698,46**		**73.660,25**	**1.224.787,61**	**3.312.945,80**	**2.707.511,11**	**2.688.444,30**	**9.026,81**	**1.840.262,30**	**1.913.922,55**

PODER/ÓRGÃO - INTRA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2024 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Em exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2024 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(II)		**100.697,74**	**100.697,74**									
PODER EXECUTIVO		100.697,74	100.697,74									
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 21/05/2025 , às 09:08:15

BRUNO PEDRAZZI CORRÊA
CONTADOR - CRC 23.808/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

IMPRESSÃO: Tarcilene Proschold

Protocolo 1559268

Municipio de Domingos Martins - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025 / BIMESTRE - MARÇO A ABRIL
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

STN/SICONFI

R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2025	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	218.095.644,04	216.209.160,41									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 21/05/2025 , às 09:51:13

BRUNO PEDRAZZI CORRÊA
CONTADOR - CRC 23.808/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559270

Dores do Rio Preto

Contrato

RESUMO DE CONTRATO
Nº 111/2025
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratada: D&M SAUDE LTDA.
CNPJ: 38.204.744/0001-09.
Objeto: Contrato da ATA 40/2024 de registro de preços para futura e eventual aquisição de fraldas para atender aos municípios consorciados do CIM POLO SUL.
Valor: R$ 36.840,00
Vigência: 23/05/2026.
Dores do Rio Preto, 27/05/2025.
THIAGO LOPES PESSOTTI Prefeito Municipal
Protocolo 1559575

Ecoporanga

Decreto

DECRETO Nº 10.154, de 29 de Abril de 2025.

CONVOCAÇÃO DA 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Art. 1º Fica convocada a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social (CRAS), a ser realizada no dia 23 de Maio de 2025, no Auditório da EEEFM Daniel Comboni (Escola Viva), no horário de 07:00h às 12:00h, tendo como tema: "**20 anos de SUAS: Construção, Proteção Social e Resistência".**

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Abril (04), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025)

JOSÉ LUIZ MENDES Prefeito Municipal	Publicado em: 29/04/2025 Órgão: Mural _____

Protocolo 1559467

DECRETO Nº. 10.157, DE 29 DE ABRIL 2025

REGULAMENTA O CONFLITO DE INTERESSE, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA/ES, NOS TERMOS DO ARTIGO 37º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E ARTIGO 11º DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 14.230/21).

Conforme vigência da Lei Federal de nº 14.230 de 25 de outubro de 2021, que dispõe sobre improbidade administrativa no âmbito da Administração Pública;

Considerando que o artigo 37º da Constituição Federal que dispõe sobre os princípios que regem a Administração Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ECOPORANGA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, conforme disposição legal da legislação municipal vigente, artigo nº 71, inciso IV da Lei Orgânica nº 001/1990, bem como, em observância à Lei Federal de nº 14.230/2021,

DECRETA:

Art.1º - Este decreto estabelece as regras para identificar conflitos de interesses de servidores e empregados do Poder Executivo Municipal, define as exigências e limitações para aqueles com acesso a informações confidenciais, trata das restrições após o término do exercício do cargo ou emprego, e determina as responsabilidades pela fiscalização, avaliação e prevenção dessas situações.

Art. 2º - Ficam submetidos a este decreto os ocupantes de cargos em comissão ou servidores em cargos de função gratificada.

Parágrafo Único. Este decreto também se aplica a servidores, funcionários e empregados municipais que, devido ao seu cargo ou função, tenham acesso a informações confidenciais que possam gerar benefícios financeiros ou econômicos para si ou para outras pessoas, além dos agentes públicos já citados no início deste artigo.

Art.3º- Para fins deste Decreto, considera-se:

I - conflito de interesse: configura conflito de interesses a circunstância em que interesses particulares se opõem aos públicos, podendo prejudicar o bem comum ou afetar indevidamente o exercício da função pública; e

II - Informação privilegiada: aquela confidencial ou importante para as decisões do Poder Executivo Municipal com impacto econômico ou financeiro, e que não é do conhecimento geral.
Art. 5º- Servidores e empregados do Poder Executivo Municipal devem atuar de forma a evitar ou impedir qualquer potencial conflito de interesses e proteger informações confidenciais.
§**1º** Caso haja dúvidas sobre como prevenir ou impedir situações que configurem conflito de interesse, o agente público deverá consultar o Código de Ética constituído pela Prefeitura Municipal ou consultar a Controladoria Geral do Município junto à Procuradoria Geral.

§**2º** A ocorrência do Conflito de Interesse

independe de qualquer existência de lesão ao patrimônio do Poder Executivo Municipal, bem como o recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro.

Art. 6º - Configura Conflito de Interesse no exercício do cargo ou função:

I - é proibido revelar ou utilizar informações confidenciais, obtidas em decorrência do trabalho, para benefício próprio ou de outras pessoas.

II - É vedado exercer qualquer atividade que envolva a prestação de serviços ou manter relações comerciais com indivíduos ou empresas que possuam interesses em decisões tomadas pelo agente público ou por qualquer grupo decisório do qual ele faça parte.

III - É proibido exercer, direta ou indiretamente, qualquer atividade cuja natureza seja incompatível com as responsabilidades do cargo ou emprego, incluindo atividades desenvolvidas em áreas ou assuntos relacionados.

IV - Mesmo de maneira informal, é vedado atuar como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses particulares perante órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo (federal, estadual, distrital ou municipal).

V - É proibido praticar qualquer ato que favoreça os interesses de empresas nas quais o agente público, seu cônjuge, companheiro(a) ou parentes (em linha reta ou colateral até o terceiro grau) possuam participação e que possam ser beneficiadas por suas ações ou influenciar suas decisões administrativas.

VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII - É proibido prestar serviços, mesmo que temporariamente, a empresas cujas atividades sejam controladas, fiscalizadas ou regulamentadas pelo órgão ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações de conflito de interesses descritas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no Artigo 2º, mesmo durante licenças ou afastamentos.

Art. 7º- Após deixar o cargo ou emprego no Poder Executivo Municipal, considera-se conflito de interesses:
I - Em qualquer momento, revelar ou utilizar informação confidencial adquirida durante o exercício das funções.
II - No período de seis meses a partir do desligamento (dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria), salvo autorização expressa da Comissão de Ética Pública ou da Controladoria-Geral, conforme o caso:
a) prestar, seja diretamente ou por meio de terceiros, qualquer tipo de serviço a indivíduos ou empresas com os quais desenvolveu uma relação significativa devido ao cargo ou emprego exercido;
b) aceitar cargo de direção ou consultivo, ou estabelecer vínculo profissional, com indivíduos ou empresas que atuem na área de responsabilidade do cargo ou emprego que ocupou;
c) firmar contratos de serviço, consultoria, assessoria ou atividades semelhantes com órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal, que estejam relacionados, mesmo que indiretamente, ao órgão ou entidade onde exerceu o cargo ou emprego; ou
d) atuar, seja diretamente ou por meio de terceiros, em defesa de interesses particulares perante o órgão ou entidade onde trabalhou ou com o qual manteve uma relação relevante em função do seu cargo ou emprego.
Art. 8º- A apuração de casos de Conflito de Interesses ficará a cargo do Gabinete do Prefeito, que designará a competência para a Secretaria devida, como Controladoria ou Procuradoria.
Art.9º- Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 29 (vinte e nove dia) dias do mês de abril(04), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

JOSÉ LUIZ MENDES
Prefeito Municipal

Protocolo 1559626

DECRETO Nº. 10.181, de 09 de Maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Ecoporanga/ES.

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido a Sra. **DHAIANE SANCHO DE ARAÚJO FREIRE**, do Cargo de Provimento em Comissão de **COODERNADOR DE TURNO**, conforme Lei Municipal nº 1.659/2014, padrão **CD-1**, da Estrutura Administrativa da Prefeitura deste Município de Ecoporanga-ES, com efeito a partir de 30/04/2025.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 09 (nove) dias do mês de maio (05), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

JOSÉ LUÍZ MENDES Prefeito Municipal		Publicado em: 09/05/2025 Órgão: Mural _____

Protocolo 1559647

DECRETO Nº 10.172, de 06 de Maio de 2025.

REVOGA O DECRETO QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ecoporanga/ES.

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar o seguinte Decreto:

- **Decreto nº 10.131, de 04 de abril de 2025**.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04/04/ 2025.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga Estado do Espírito Santo, aos 06 (seis) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

JOSÉ LUIZ MENDES Prefeito Municipal	Publicado em: 06/05/2025 Órgão: Mural _____

Protocolo 1559663

DECRETO Nº 10.154, de 29 de Abril de 2025.

CONVOCAÇÃO DA 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social (CRAS), a ser realizada no dia 23 de Maio de 2025, no Auditório da EEEFM Daniel Comboni (Escola Viva), no horário de 07:00h às 12:00h, tendo como tema: "**20 anos de SUAS: Construção, Proteção Social e Resistência".**

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Abril (04), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025)

JOSÉ LUIZ MENDES Prefeito Municipal	Publicado em: 29/04/2025 Órgão: Mural _____

Protocolo 1559674

DECRETO Nº 10.155, de 29 de Abril de 2025.

CONVOCAÇÃO DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.

O Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a 5ª Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CREAS), a ser realizada no dia 06 de Junho de 2025, no Auditório da EEEFM Daniel Comboni (Escola Viva), no horário de 07:00h às 12:00h, tendo como tema: "**Promover um espaço de democrático de discussão, reflexão e proposição de políticas públicas que garantam os direitos e o bem estar da população idosas".**

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Abril (04), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025)

JOSÉ LUIZ MENDES Prefeito Municipal	Publicado em: 29/04/2025 Órgão: Mural _____

Protocolo 1559682

DECRETO N.º 10.204, de 19 de Maio de 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Ecoporanga/ES.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, criado pela Lei Municipal nº 1.861, de 15 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Municipal nº 2.062, de 25 de maio de 2022:

I - Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

Elton Jhon Leandro dos Santos (titular)
Jedeone Silva de Oliveira (suplente)

II - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura:

Vanilson Rodrigues Ferreira (titular)
Geraldo Francisco Costa (suplente)

III - Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

Charleston Rodrigues Ferreira (titular)
Lucas Marques Fonseca (suplente)

IV - Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Débora Kristina Silva (titular)
Neiliene Oliveira Clara (suplente)

V - Representante da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal:

Edilon Ribeiro Caldeira (titular)
Edson Pereira dos Santos (suplente)

VI - Representante da Companhia Espírito-Santense de Saneamento - CESAN:

Jorcineia Luciano da Silva (titular)
Andreia Aparecida Mendes (suplente)

VII - Representante de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis:

Sirley Fernandes Gadiol (titular)
Silmara dos Santos Moraes (suplente)

VIII - Representante de Associação de Produtores Rurais - Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Pratinha e Barbosa:

Luiz Rogerio Lessa dos Santos (titular)
Vanildo Ferreira de Oliveira (suplente)

IX - Representante de Associação de Moradores - Associação de Moradores do Bairro Vale Encantado e Jardim Paulista:

Elias Teixeira dos Santos (titular)
Divino Peck da Silva (suplente)

X - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Ecoporanga - CDL:

Wanderson Vailant da Silva (titular)
Wesley Leblanck (suplente)

XI - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ecoporanga/ES:

Noé Batista dos Santos (titular)
José Galdino Pereira (suplente)

XII - Representante do Sindicato Rural Patronal de Ecoporanga:

Bruno Nogueira Soares (titular)
Venecy José Damascena (suplente)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 19 (dezenove) dias do mês de maio (05), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

JOSÉ LUIZ MENDES
Prefeito Municipal

		Publicado em: 19/05/2025
		Órgão: Mural
		_____

Protocolo 1559704

DECRETO Nº 10.145, de 17 de Abril de 2025.

O Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Ecoporanga/ES.

***R E S O L V E*:**

Art. 1º Exonerar a pedido do Sr. **RAYNER QUARESMA BARROS**, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DA ÁREA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS**, matrícula 407435, lotada na Secretária Municipal de Finança deste Município de Ecoporanga-ES, a partir de 17/04/2025.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 17 (dezessete) dias do mês de abril (04), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

JOSÉ LUIZ MENDES
Prefeito Municipal

Protocolo 1559731

DECRETO Nº 10.140, de 14 de Abril de 2025.

O Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Ecoporanga/ES.

***R E S O L V E*:**

Art. 1º Exonerar a pedido do Sr. **GILIARDISON SANTOS FREIRES**, do cargo de efetivo de OPERADOR DE COMPUTADOR, matrícula 406732, lotada na Secretária Municipal de Educação e Cultura deste Município de Ecoporanga-ES, a partir de **03/04/2025**.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 14 (quatorze) dias do mês de abril (04), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

JOSÉ LUIZ MENDES
Prefeito Municipal

Protocolo 1559739

DECRETO Nº 10.166 DE 05 DE Maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Ecoporanga/ES.

DECRETA:
Art. 1º Exonerar a pedido a Sra. **JANETE SEVERIANO DA SILVA MENDES**, do cargo de Provimento em Comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - INTERINA**, **padrão AP**, da Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de Ecoporanga ES, a parti de 05/05/2025.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revoga as disposições em contrário.
Registra-se, publique-se e Cumpra-se
Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 05 (cinco) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte de cinco 2025.

JOSÉ LUÍZ MENDES
PREFEITO MUNICIPAL DE ECOPORANGA

		Publicado em: 05/05/2025 Órgão: Mural

Protocolo 1559746

DECRETO Nº. 10.138, de 14 de abril de 2025.
O Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Ecoporanga/ES.

DECRETA:
Art. 1º Nomear o Sr. **KAUAN SIQUEIRA FERREIRA BARROS**, para ocupar o cargo em provimento em comissão de **MONITOR E CONTROLADOR DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, **PROGRAMAS**, **PROJETOS E BENEFICIOS**, conforme Lei Municipal nº 1896/2018, padrão CD-1, da Estrutura Administrativa da Prefeitura deste Município de Ecoporanga-ES, a partir do dia 14/04/2025.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14/04/2025.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 14 (quatorze) dias do mês de abril (04), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

JOSÉ LUÍZ MENDES Prefeito Municipal		Publicado em: 14/04/2025 Órgão: Mural

Protocolo 1559754

Portaria

PORTARIA Nº 100, de 21 de Fevereiro de 2025.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS INTEGRANTES DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.642, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ECOPORANGA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e considerando a necessidade de atualização da composição da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil,
RESOLVE:
Art. 1º - Revogar a **Portaria nº 003**, **de 10 de janeiro de 2025**, que designou o servidor **Marcelo Alves dos Santos** como Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, e nomear **Charleston Rodrigues Ferreira** para exercer a função de **Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 07 (sete) dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco (2025).
JOSÉ LUÍZ MENDES
Prefeito Municipal

		Publicado em: 07/03/2025 Órgão: Mural

Protocolo 1558964

PORTARIA N° 105, de 12 de Março de 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a Servidora Sra. **KÁTIA SOLEIDE DE OLIVEIRA RIOS**, matrícula 406531, ocupante

do cargo efetivo de **PROFESSOR MMPA V**, lotada para exercer a função de **COORDENADOR DO POLO - UAB- POLO EDUCACIONAL DE ECOPORANGA**, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de **03/02/2025**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos
12 (doze) dia do mês de (03) Março, do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

JOSÉ LUZ MENDES
Prefeito Municipal

Protocolo 1559453

PORTARIA Nº 195, de 16 de Maio de 2025

NOMEIA COMISSÃO DE TRABALHO PARA ESTUDOS E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA REFERENTE A ELABORAÇÃO DE REFORMULAÇÃO/ REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA/ES.

O Prefeito do Município de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão de trabalho para estudos e apresentação de proposta referente a elaboração de reformulação/reorganização da Estrutura Administrativa do Município de Ecoporanga/ES, composta pelos seguintes membros:

I - ZILMA RIBEIRO DA CRUZ MACHADO
II - JANETE SEVERIANO DA SILVA MENDES
III - IVAN ALVES SOARES
IV - EDUARDO ALVES MUQUY
V - GUMERCINO DE OLIVEIRA CANDIDO
VI - FÁBIO MACHADO DA COSTA
VII - ROSILANE GUEDES

Art. 2º O exercício do mandato de membros da Comissão é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo, aos 16 (dezesseis) dias do mês de Maio (05), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

JOSÉ LUÍZ MENDES Prefeito Municipal		Publicado em: 16/05/2025 Órgão: Mural _____

Protocolo 1559656

Fundão

Decreto

DECRETO Nº 611/2025
Dispõe sobre o cancelamento de Restos a Pagar Não Processados em Exercícios anteriores e dá outras providências

CONSIDERANDO o disposto no art. 70 do Decreto Federal n.º 93.872 de 23.12.1986 e no art. 206 da Lei Federal n.º 10.406 de 10.01.2002 e a alteração daquele conforme o art. 6º, inciso II do Decreto Federal n.º 9.428 de 28.06.2018.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº. 101 de 04.05.2000, só devem compor a dívida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito;
CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;
CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 359-F do Código Penal que tipifica como crime deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei com pena de detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos.
O Prefeito Municipal de Fundão - Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, e especialmente nos termos do disposto no art. 70 do Decreto Federal n.º 93.872 de 23.12.1986 e no art. 206 da Lei Federal n.º 10.406 de 10.01.2002 e a alteração daquele conforme o art. 6º, inciso II do Decreto Federal n.º 9.428 de 28.06.2018, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101 de 04.05.2000.
DECRETA:
Art. 1º. Fica o Secretário Municipal de Finanças e Planejamento autorizado cancelar integralmente os Restos a Pagar Não Processados decorrentes de saldos remanescentes de empenhos não devidos.
Art. 2º. A Contabilidade procederá o cancelamento contados da efetiva inscrição em Restos a Pagar Não Processados no valor de R$ 5.800,62 (Cinco mil oitocentos reais e sessenta e dois centavos) referente ao saldo do empenho nº 0183/2024 de 25/01/2024 em favor da Hélio Lofego Junior, CPF 880.XXX.XXX-91.

Parágrafo único. Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar Não Processados, o pagamento que vier a ser reclamado, desde que devidamente comprovada a inexistência de prescrição, nos termos do caput deste artigo, poderão ser atendidas à conta de dotação, constante da Lei Orçamentária Anual, como Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.
Art. 3º. O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida

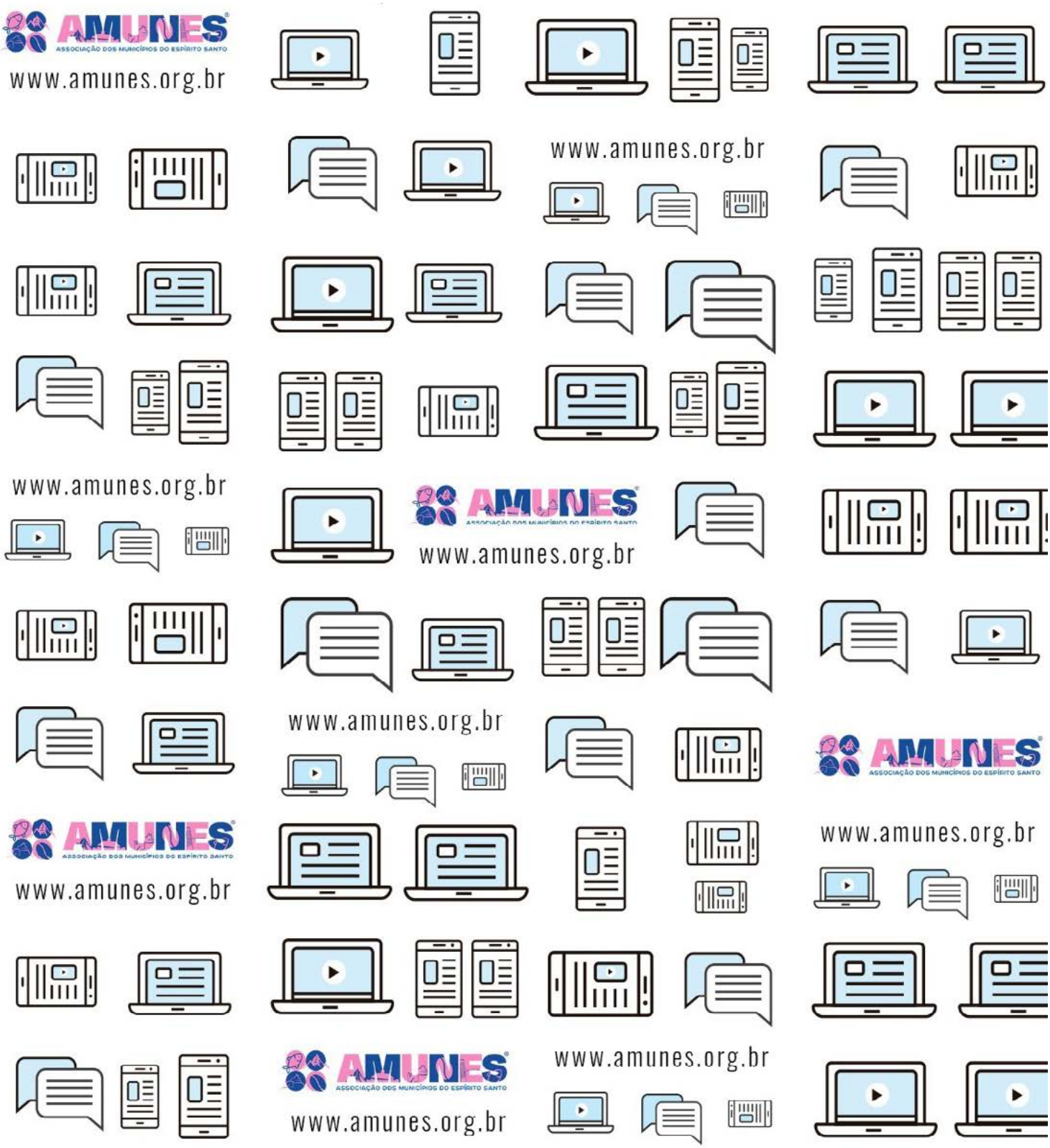
ou de exercícios anteriores, com fundamento no art. 37 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 4º. Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.
Art. 5º. Fica desde já notificado o credor do inteiro teor deste Decreto, para que no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias a contar da sua publicação, requerer junto à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento direito ao pagamento.
Art. 6º. Este Decreto terá prazo de vigência de sua publicação até o dia 31 de dezembro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito do Município de Fundão/ES,
Em 15 de maio de 2025
Eleazar Ferreira Lopes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria Municipal de Administração,
em 15 de maio de 2025.

Paulo Vitor Duarte Broetto
Secretário Municipal de Administração

Protocolo 1559741



Governador Lindenberg

Contrato

RESUMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, EM OBEDIÊNCIA À LEI 14.133/21.
CONTRATANTE: Município de Governador Lindenberg/ES. Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: GLAZAR RECUPERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME.
VALOR: R$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 12/2025.
CONTRATO: 012/2025
PROCESSO: 116.932/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Governador Lindenberg/ES, nas condições e especificações estabelecidas na Dispensa de Licitação n° 12/2025 e seus anexos.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de publicação, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
DATA: 27/05/2025
Valter Herpis Junior
Gestor do Fundo Municipal de Saùde

Protocolo 1559418

Guarapari

Lei

LEI Nº. 5.055, de 27 de maio de 2025.

DENOMINA COMO RUA DORACI FELICIANO DO NASCIMENTO, O LOGRADOURO, LOCALIZADO NO BAIRRO IPIRANGA, NESTE MUNICÍPIO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município - **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

L E I:

Art 1º. Fica denominado como **RUA DORACI FELICIANO DO NASCIMENTO**, o logradouro público atualmente não nominado, localizado no bairro Ipiranga, neste Município, compreendido entre as coordenadas - 20.677859, -40.508232, como demostrado no anexo I.

Art. 2º. Acompanha esta lei o Anexo I, indicado no artigo anterior, para efeitos de localização e de complementação de informações para o setor de cadastro do Município de Guarapari.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei, conforme o art. 22, XXV, da Lei Orgânica do Município de Guarapari.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Guarapari - ES., 27 de maio de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Projeto de Lei (PL)
Autoria do PL Nº. 053/2025: Wendel Sant'Ana **Lima**
Processo Administrativo Nº. 13.385/2025

ANEXO I



Protocolo 1560023

LEI Nº. 5.056, de 27 de maio de 2025

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município - **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

L E I:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), no orçamento vigente, na seguinte dotação orçamentária:

50.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
50.01 - Gabinete do Secretário

20.122.0104.1.755 - Emenda Parlamentar 40970001
4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
Vínculo - 2.706.0000.3110 - Transferência Especial da União.....R$ 180.000,00

Total do (s) Crédito (s) R$ 180.000,00

Art. 2º. O recurso, de que trata o Art. 1º, decorre da Emenda Parlamentar Individual Nº. 33120003, celebrado entre o Ministério da Economia, por intermédio da Caixa Econômica Federal - **CEF** e o Município de Guarapari.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari/ES., 27 de maio de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Projeto de Lei (PL)
Autoria do PL Nº. 068/2025: Poder Executivo Municipal
Processo Administrativo Nº. 13.383/2025

Guarapari - ES., 27 de maio de 2025.

Protocolo 1560028

Edital

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CMS/GRI Nº 006/2025
134ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde
Guarapari - ES, 27 de maio de 2025.

Prezados Conselheiros (as),
A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Guarapari, no uso de suas atribuições legais, convoca para a 134ª Reunião Ordinária do CMS/GRI .
Data: 03 de junho de 2025 (terça-feira)
Horário: 14:00hs
Local: Sala do Conselho, SEMSA - Av. Adamastor Antônio da Silva, s/nº - Muquiçaba
PAUTA:
Abertura e verificação de quorum;
Expediente e Informes;
Inclusões Extra-Pauta;
Tribuna Livre;
Ordem do dia;
a) Aprovação das Atas da 112ª Reunião Extraordinária de 29 de abril/2025 e da 133ª Reunião Ordinária de 06 de maio/2025; (5 min.)
b) Indicação de um Membro Titular e um Suplente do Conselho Municipal de Saúde de Guarapari, para composição do RAPS - Rede de Atenção Psicossocial; (5 min.)
c) Apresentação do funcionamento da Atenção Primária de Saúde pela Sub-Secretária Srª Simone Sepulcri de Moura; (15 min.)
d) Informação situacional dos problemas estruturais e recursos humanos das Unidades Arnaldo Magalhães e Roberto Calmon, bem como, todos os programas de saúde. Seguido de um plano de ação; (20 min.)
e) Resposta do Sub-Secretário da Atenção Especializada a Saúde de Guarapari, Srº Nilton Rosa Vieira Júnior ao MEMO/SEMSA/CMS/Nº012/2025, referente aos questionamentos do Conselheiro Mansour Cadais Filho, a demanda reprimida do oferecimento de RX e Risco Cirúrgico no Município; (10 min.)
Deliberações;
Assuntos Gerais;
Encerramento.

Atenciosamente,
LUCIANA RODRIGUES SIMÕES
Presidente do CMS/Gri

Protocolo 1559331

EDITAL SEMCULT Nº 005/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE RESTAURANTE, CERVEJARIAS ARTESANAIS E DRINKS VARIDOS NO FORMATO DE ILHAS GASTRONÔMICAS OU ESTANDES GASTRONÔMICOS, EM EVENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SEMCULT, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES, CONFORME NORMAS E CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL.

A Prefeitura Municipal de Guarapari, por meio da Secretaria Municipal da Cultura, doravante determinada SEMCULT, torna público o credenciamento para autorização de uso espaço público, para exploração de serviço alimentício e bebidas (restaurante, cervejarias artesanais e drinks variados no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos ou estandes gastronômicos), em eventos e manifestações culturais realizadas pela SEMCULT na cidade de Guarapari/ES, conforme nos termos da Lei nº 1258/1990, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com o processo administrativo nº 13642/2025 e as normas e critérios estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES:

1.1. Constitui objeto do presente Edital o credenciamento para concessão de autorização de uso, a título precário e oneroso, de espaço para exploração comercial de serviço alimentício (restaurante, cervejarias artesanais e drinks variados no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos ou estandes gastronômicos), nos locais especificados pela SEMCULT.

1.2. O presente edital visa ordenar, padronizar, dinamizar democratizar o uso dos espaços públicos da cidade, fomentar o empreendedorismo, economia criativa, gerando trabalho e renda e o desenvolvimento local por meio de políticas de inclusão produtiva.

1.3. O referido edital, não implicará em óbices para os demais comerciantes (fixos e ambulantes) e demais editais de credenciamento da Cidade de Guarapari. Tendo em vista, que se restringe aos eventos organizados, realizados e/ou apoiados pela SEMCULT.

1.4. Os interessados devem respeitar a definição dos pontos para o exercício de comércio, observando os limites mínimos e condições de instalação, conforme as seguintes categorias:

1.4.1. **Categoria A: RESTAURANTES** - comercialização de alimentos e bebidas em estruturas fixas no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos).

1.4.2. **Categoria B: CERVEJARIA ARTESANAL** - Comercialização de cervejas artesanais de fabricação própria. somente será permitida a participação de proponentes que comprovem a fabricação própria da cerveja. É expressamente vedada a participação de meros distribuidores ou revendedores de cerveja industrial ou artesanal de terceiros.

1.4.3. Categoria C: BEBIDAS DO TIPO DRINKS E COQUETÉIS - Comercialização de bebidas preparadas na forma de drinks ou coquetéis, caracterizadas pela mistura de ingredientes alcoólicos e/ou não alcoólicos, podendo incluir xaropes, frutas, ervas, especiarias e outros insumos.

2. DAS INSCRIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. As inscrições estarão abertas durante a vigência do presente Edital, e deverão ser realizadas exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.guarapari.es.gov.br ; aba EDITAIS DIVERSOS. LINK DA FICHA DE INSCRIÇÃO: XXX

2.2. Documentação que deve ser apresentada para habilitação:

2.2.1. Para PESSOA JURÍDICA:

a) Ficha de inscrição devidamente, preenchida, legível e assinada;
b) Cartão do CNPJ;
c) Contrato Social e suas alterações, devidamente registrado;
d) CPF, título de eleitor e documento de identidade com foto do responsável;
e) Comprovante de residência atualizado

(últimos três meses);
f) Alvará de Funcionamento em vigor;
g) Certidão de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal;
h) Licença sanitária atualizada;
i) Declaração de que não utiliza trabalho infantil ou mão de obra análoga à escravidão;
j) Portfólio e cardápio que pretende comercializar.
2.2.2. Para Micro Empreendedor Individual (MEI):
a) Ficha de inscrição devidamente preenchida, legível e assinada;
b) Cartão CNPJ;
c) Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (CCMEI)
d) CPF, título de eleitor e documento de identidade com foto do responsável;
e) Comprovante de residência (últimos três meses);
f) Cópia do protocolo ou licença sanitária atualizada;
g) Declaração de que não utiliza trabalho infantil ou mão de obra análoga à escravidão;
h) Portfólio e cardápio que pretende comercializar.
2.3. É de inteira responsabilidade do proponente a realização da inscrição dentro do prazo estabelecido e acompanhar todas as fases, comunicados, convocações e publicações referentes so edital, sob pena de indeferimento do credenciamento.
2.4. A ausência de qualquer documento ou apresentação fora dos padrões estabelecidos, implicará automáticamente no indeferimento da inscrição, não cabendo recurso neste caso.
2.5. A inscrição e o credenciamento são pessoais e intransferível.
2.6. É obrigatório informar endereço de e-mail e telefone para contato válidos e em funcionamento.
2.6.1. A ausência das informações para contato no momento da inscrição ou o não atendimento das tentativas de contato realizadas pela SEMCULT, implicará em imediata desclassificação do proponente.
2.7. É de inteira responsabilidade do proponente, sob as penas da lei, que todas as informações e documentos fornecidos sejam verdadeiros, completos e legítimos. Fica ciente de que a apresentação de informações inverídicas, adulteradas ou fraudulentas poderá acarretar a imediato indeferimento da inscrição ou credenciamento, sem prejuízo das sanções cíveis, administrativas e criminais cabíveis.

3. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO:

3.1. As vagas serão divididas entre os segmentos definidos no item 1.4 disponíveis por m2.
3.2. seleção dos permissionários observará o alinhamento com a proposta do evento (será considerada a adequação do objeto comercializado à natureza, temática e proposta do evento, visando garantir coerência com o perfil do público-alvo e a harmonização da experiência oferecida aos participantes); rodízio entre os credenciados, conforme listas de convocações anteriores.
3.3. A seleção dos permissionários observará ainda a seguinte ordem:
a) Empreendedores do município de Guarapari/ES;
b) Empreendedores dos municípios limítrofes do município de Guarapari/ES;
c) E os demais empreendedores do Estado do Espírito Santo.
3.4. A seleção dos permissionários seguirá o presente critério supracitado, visto que os eventos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT, onde os estabelecimentos gastronômicos conforme critério de priorização definido, visa a seleção para melhor logística e funcionamento do evento, buscando também a valorização do empreendedor local em oportunidade de priorização a demais empreendedores do Estado, evento este que é realizado pelo Município de Guarapari/ES, adotando critérios similares em editais realizados pelo Governo do Estado do Espírito Santo através da ADERES.
3.5. Não será permitido inscrição em mais de um segmento ofertado no presente edital, sendo constatado, ambas inscrições serão canceladas e o estabelecimento desclassificado.
3.6. A SEMCULT não se responsabilizará pelo transporte para deslocamento dos estabelecimentos e de seus produtos.

4. DA CONVOCAÇÃO DOS CREDENCIADOS:

4.1. A SEMCULT convocará os interessados CREDENCIADOS, de acordo com a necessidade da administração pública, observando os critérios de oportunidade e conveniência, bem como a programação dos eventos e manifestações artísticas realizados pela Secretaria, além critério de classificação previsto no item 3.2. A convocação será feita de acordo com a demanda específica de cada evento, sem a garantia convocação, participação mínima ou obrigatoriedade.
4.1.1. A SEMCULT poderá, a seu critério, convocar CREDENCIADOS também para atender a demanda de eventos que sejam co-realizados ou apoiados pela Secretaria, desde que estejam alinhados com os objetivos culturais e artísticos e sejam de interesse do Município.
4.2. Em cada período de convocação dos CREDENCIADOS, estima-se que os serviços a serem prestados dependerão do porte e características do evento institucionalmente demandado de forma que se possa diversificar os produtos oferecidos à comunidade que o prestigiará, bem como fomentar o desenvolvimento econômico local.
4.3. Para cada evento passível da presença de CREDENCIADOS, a SEMCULT buscará na lista de cadastrados, cujos produtos comercializados se relacionem de alguma maneira à temática do evento. Trata-se de escolha discricionária, que visa atender o interesse da administração pública.
4.4. Os credenciados contemplados para atuarem nos eventos serão convocados, preferencialmente, via e-mail.
4.5. É de exclusiva responsabilidade do CREDENCIADO informar corretamente os dados de contato com e-mail, telefone e whatsapp atualizados junto à SEMCULT, bem como acompanhar as publicações disponibilizadas em Diário Oficial e mídias oficiais da Prefeitura Municipal de Guarapari.
4.6. Os credenciados deverão se manifestar quanto ao interesse em participar do evento respondendo ao e-mail de convocação e/ou o whatsapp no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contadas do momento do envio da convocação.
4.7. Caso o convocado NÃO tenha interesse em participar do evento, deve comunicar SEMCULT no mesmo prazo do item anterior. A ausência de resposta ou resposta fora do prazo estabelecido será considerado como NÃO interessado.
4.8. Uma vez manifestado o interesse de participar do evento, compromete-se o CREDENCIADO ao pagamento da taxa diária, a estar presente e realizar

a atividade comercial para qual foi credenciado, com estrutura completa, em todos os dias de programação oficial do referido evento.

5. DAS CONTRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO:

5.1. Observar e cumprir o horário de vendas, montagem e desmontagem, de acordo com as especificações de cada evento e orientações da SEMCULT;

5.2. Os profissionais selecionados são responsáveis integralmente por levar suas estruturas, itens necessários, instalação e transporte para a realização da venda de seus produtos;

5.3. Todo o material necessário para a participação no evento é responsabilidade integral do proprietário (proponente), a SEMCULT não se responsabiliza pelos dados ou quaisquer outros prejuízos que possam ocorrer nos eventos;

5.4. Levar e respeitar todos os itens especificados nas declarações de concordância;

5.5. Respeitar o local demarcado para a instalação das mesas e cadeiras, que deverão ser de madeira, e deverão estar dispostas em conformidade com o mapa do evento e determinação da SEMCULT (não serão aceitas cadeiras e mesas plásticas). A quantidade de jogos de mesas e cadeiras máxima que poderão ser utilizadas por cada credenciado será determinada pela SEMCULT, conforme especificação de cada evento;

5.6. Armazenar os produtos de forma adequada, para não comprometer a qualidade;

5.7. Manter em perfeitas condições de limpeza, higiene e apresentação da área; utilizar uniformes e/ou roupas adequadas;

5.8. Todos os trabalhadores devem usar os equipamentos de higiene e segurança como luvas, toucas, etc.;

5.9. Para uso de energia elétrica, é OBRIGAÇÃO dos credenciados consorciar-se para locar, pelo período do evento, gerador de energia compatível com carga de consumo, bem como cabe aos credenciados arcarem com todos os custos de locação do referido gerador;

5.9.1. Caso a SEMCULT disponibilize ponto de energia elétrica, será de responsabilidade do credenciado a contratação de profissional eletricista habilitado para realização da instalação necessária, assim como o pagamento de taxas e tarifas junto a concessionária.

5.10. Providenciar lixeira se o recolhimento do lixo gerado pela sua atividade;

5.11. Os resíduos a serem descartados, sejam líquidos ou sólidos, deverão ter sua destinação correta e não poderão ser descartados em via pública ou bueiros e galerias ou lugares inadequados.

5.12. A tabela de preços deverá ser exposta em local de fácil visualização.

5.13. Não suspender suas atividades durante os dias e horários do funcionamento do evento.

5.14. Zelar pela área objeto de Autorização, inclusive mantendo a limpeza e organização do local.

5.15. O serviço de segurança, instalação elétrica, água e vigias serão de inteira responsabilidade do autorizado.

5.16. Permitir ao MUNICÍPIO, quando este julgar necessário, a inspeção do espaço objeto do presente instrumento, bem como avaliar o cumprimento a este edital.

5.17. Responsabilizar-se, em decorrência da atividade desenvolvida, pelos danos eventualmente causados a terceiros, bem como pelos provenientes da manutenção de redes de serviços públicos e pelo custo de seu remanejamento, quando for o caso;

5.18. Caso o credenciado não tenha interesse em participar do evento, deverá comunicar formalmente a Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT sobre a desistência, por meio do endereço de e-mail: semcult.pmg@guarapari.es.gov.br em até 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento. Caso contrário, o proponente terá que arcar com todos os custo e taxas previsto nesse edital.

6. DA TAXA E DO VALOR ARRECADADO:

6.1. Conforme Lei Complementar Municipal nº 008/2007, o CREDENCIADO selecionado para a comercialização de produtos deverá efetuar o pagamento de DAM identificado do valor estabelecido no item "6.3" por dia de evento, em seu respectivo mês.

6.2. Os valores arrecadados serão destinados integralmente ao Fundo Municipal de Cultura.

6.3. Tabela de taxa/valores:

Categoria	Estrutura	Local	Valor
A - RESTAURANTE	Ilha/Estande Gastronômico	Locais diversos	R$ 500,00 (diária)
B - CERVEJARIA ARTESANAL	Estande	Locais diversos	R$ 500,00 (diária)
C - BEBIDAS TIPO DRINKS E COQUETÉIS	Estande	Locais diversos	R$ 500,00 (diária)

6.4. O credenciado selecionado deverá realizar o pagamento do Documento de Arrecadação Municipal-DAM ao Fundo Municipal de Cultura de Guarapari/ES.

6.5. Até 72 (setenta e duas) horas antes do respectivo evento, o CREDENCIADO contemplado deverá apresentar o comprovante de depósito para a organização;

6.6. Em caso de desistência, o valor depositado no Fundo Municipal de Cultura, não será restituído.

6.7. Não haverá sob qualquer hipótese, restituição, devolução, cancelamento ou isenção da taxa.

7. DA COMISSÃO, DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO EDITAL:

7.1. Poderá ser constituída uma Comissão para resolver quaisquer questões não previstas neste edital.

7.2. A fiscalização e gestão do edital será realizada pelos seguintes servidores, ambos lotados na Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT: Fiscal: Genival Cavalcanti de Souza, ocupante do cargo Subsecretário, matrícula 320592, da Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT. Gestor: Peterson de Castro Cardoso, ocupante do cargo Secretário Municipal, matrícula 185216.

8. DAS PROIBIÇÕES:

O INTERESSADO não poderá:

8.1. Alienar, ceder, trocar, emprestar, sublocar ou utilizar para outra finalidade o espaço permitido, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO, representado pela comissão e por escrito, bem como iniciar as atividades comerciais no local da permissão sem observar as normas do presente edital;

8.2. Apregoar mercadoria em voz alta;

8.3. Ocupar espaço maior do que o que lhe foi autorizado/permitido;

8.4. Lançar, na área ou nos arredores das restaurante, cervejarias artesanais e drinks variados no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos, detrito, gordura, água servida ou lixo de qualquer natureza, bem como desrespeitar

norma de direito urbanístico ou ambiental;
8.5. Vender, expor ou acondicionar material fora da estrutura autorizada (engradados, isopor, caixa térmica etc..) fora das especificações de restaurante, cervejarias artesanais e drinks variados no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos;
8.6. Vender, expor ou acondicionar material proibidos, ilegais ou fora das especificações previstas neste edital;
8.7. Interferir na rede de energia elétrica, seja por qual motivo for. Em caso de algum problema ou dúvida em relação à rede de energia elétrica, deve-se procurar o responsável da comissão;
8.8. utilizar qualquer tipo de sonorização;
8.9. Alterar os preços de qualquer produto à venda durante o período de realização do evento, sob pena de advertência verbal, persistindo, advertência por escrito, multa e suspensão de participação em próximos eventos.
8.10. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão deste Edital.

9. DAS MULTAS E PENALIDADES:

9.1. Independentemente de prévia notificação, no valor correspondente a 02 (duas) vezes a taxa de licenciamento para o evento, podendo ser cumulada em caso de duas ou mais infrações e/ou reincidência.
9.2. O permissionário será, ainda, avaliado negativamente, com impedimento de participação em próximos eventos realizados pela municipalidade pelo prazo de 02 (dois) anos.
9.3. Do Contraditório e Ampla Defesa: Antes da aplicação das penalidades previstas neste item, será assegurado ao permissionário o exercício do contraditório e da ampla defesa, mediante a notificação formal para apresentar manifestação escrita no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.
§ 1º. A autoridade competente deverá analisar a defesa apresentada e proferir decisão fundamentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
§ 2º. Caso não seja apresentada defesa no prazo estipulado, as penalidades poderão ser aplicadas de forma imediata e definitiva.
§ 3º. Da decisão caberá um único recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, dirigido à autoridade superior, que decidirá em caráter definitivo.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. A simples inscrição para o credenciamento previsto neste edital pressupõe a aceitação e concordância com todos os termos do presente;
10.2. Os convites para participação dos eventos aos proponentes serão realizados de forma rotativa e escolhidos por conveniência e oportunidade do que a Secretária Municipal de Cultura deliberar;
10.3. A SEMCULT, determinará quando o evento é de pequeno, médio ou de grande porte, assim como o local do evento;
10.4. A SEMCULT reserva-se o direito de remanejar os horários, datas e períodos, número de vagas, caso seja necessário, podendo, inclusive, cancelar o evento em caso de impossibilidade de remanejamento, sem que isso gere direito a qualquer indenização aos profissionais credenciados/selecionados;
10.5. A equipe da Secretaria Municipal de Cultura, destina-se apenas à recepção e apoio local aos profissionais selecionados, que devem prever a operação de equipamentos, montagem e desmontagem com recursos próprios;
10.6. Os profissionais selecionados assumem toda e qualquer responsabilidade civil, criminal e trabalhista decorrente de reclamação, exigência ou questionamento judicial ou extrajudicial alusivos aos serviços prestados, bens e/ou produtos vendidos;
10.7. A SEMCULT reserva-se o direito de, a qualquer momento, excluir o inscrito que não observar as normas constantes deste edital e de acordo com o regulamento que será apresentado no ato do credenciamento;
10.8. Qualquer forma de coação ou ofensa direcionada aos funcionários da SEMCULT será suspenso de participar dos eventos, sem prejuízo as sanções cíveis e penais cabíveis;
10.9. O não cumprimento de quaisquer itens deste edital implicará na imediata desqualificação do profissional selecionado e incidência da multa e penalidades prevista no item 9 deste edital.
10.10. O Edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração pública;
10.11. O credenciamento do proponente não gera qualquer direito subjetivo à contratação, convocação ou participação nos eventos promovidos pela SEMCULT, tratando-se de procedimento administrativo de habilitação prévia, que visa apenas compor um cadastro de interessados aptos. A convocação dos credenciados será realizada de acordo com os critérios de oportunidade, conveniência e interesse público, observando as características de cada evento;
10.12. A SEMCULT reserva-se no direito de abrir novos editais de chamamento para credenciamento restaurante, cervejarias artesanais e drinks variados para a venda de produtos alimentícios e bebidas para eventos específicos;
10.13. Os casos omissos, relativos ao presente edital serão deliberados pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Guarapari/ES.
10.14. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3361-8226 ou e-mail semcult.pmg@guarapari.es.gov.br .

11. DA VIGÊNCIA DO PRESENTE EDITAL:

11.1. O presente edital terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data do início das inscrições.
INÍCIO DAS INSCRIÇÕES: 29/05/2025
ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES: 28/05/2026.

Guarapari/ES, 23 de maio de 2025.

PETERSON DE CASTRO CARDOSO
Secretário Municipal de Cultura/SEMCULT

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL SEMCULT Nº _____/2025 - FICHA DE INSCRIÇÃO CREDENCIAMENTO DE RESTAURANTE, CERVEJARIAS ARTESANAIS E DRINKS VARIADOS EM FORMATO DE ILHAS GASTRONÔMICAS OU ESTANDES GASTRONÔMICOS			INSCRIÇÃO Nº
CATEGORIA:	( ) A - RESTAURANTE	( )B-CERVEJARIA ARTESANAL	( ) C - DRINKS E COQUETEIS
NOME FANTASIA:			
RAZÃO SOCIAL:			
CNPJ Nº:			
ENDEREÇO:			
Nº:		BAIRRO:	
CIDADE/UF:		CEP:	

TELEFONE: ( )	WHATSAPP: ( )
E-MAIL:	
NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL:	
CPF DO RESPONSÁVEL LEGAL:	
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM COMERCIALIZADOS: (ANEXAR FOTOS DO PORTIFÓLIO E CARDÁPIO)	
ESTOU CIENTE DE QUE A ENERGIA UTILIZADA SERÁ PADRÃO: 220W. CARGA NECESSÁRIA: _____	
( ) DECLARO, para todos os fins, que as informações prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.	
Guarapari/ES, _____ de _____ de 2025.	
_____ ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL (assinar igual doc. identidade)	

OBS: É OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS ITENS DA FICHA. O PREENCHIMENTO INCOMPLETO PODERÁ RESULTARÁ EM ELIMINAÇÃO.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA

DECLARO, para fins de credenciamento junto à Secretaria Municipal de Cultura de Guarapari - SEMCULT, no processo referente ao EDITAL SEMCULT Nº _____/2025, que a empresa _____ _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, NÃO UTILIZA em suas atividades, direta ou indiretamente, mão de obra infantil, trabalho forçado ou em condições análogas à de escravidão, em conformidade com a legislação trabalhista vigente e os princípios fundamentais de direitos humanos.
Estou ciente de que a veracidade desta declaração poderá ser objeto de fiscalização e, em caso de falsidade, estarei sujeito às penalidades legais cabíveis.

Guarapari/ES, _____ de _____ de 2025.

_____
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL
NOME:
CPF:

ANEXO III
MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO - TPU

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº _____/2025
Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE GUARAPARI, inscrito no CNPJ nº 27.165.190/0001-53, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SEMCULT, com sede na Av. Munir Abud, nº 234, Praia do Morro, Guarapari/ES, doravante denominada PERMITENTE, neste ato representada por seu Secretário Municipal de Cultura, e de outro lado a empresa XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, com sede à XXX, neste ato representada por seu responsável legal XXX, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO, conforme **Edital SEMCULT Nº 005/2025**, processo administrativo nº XXX/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1. Constitui objeto deste termo a permissão de uso, a título precário e oneroso, de espaço público para a exploração comercial dos serviços de restaurante, cervejarias artesanais e drinks variados no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos durante o evento promovido pela SEMCULT, conforme estabelecido no EDITAL.
CATEGORIA: ( ) A - RESTAURANTE ( ) B - CERVEJARIA ARTESANAL ( ) C - DRINKS E COQUETEIS
EVENTO: XXX
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
2.1. O prazo de vigência da presente permissão será determinado por evento, conforme convocação da SEMCULT, respeitada a vigência do edital de chamamento.
DATA INÍCIO/ENCERRAMENTO: XXX
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:
3.1. A PERMISSIONÁRIA pagará à PERMITENTE o valor de **R$ 500,00 (quinhentos reais) por diária**, conforme Documento de Arrecadação Municipal (DAM) emitido, com destinação ao Fundo Municipal de Cultura. O DAM deverá ser quitado até a data do vencimento, sob pena de inscrição na dívida ativa municipal, descredenciamento do edital e demais sanções administrativas e judiciais cabíveis.
DIÁRIAS: XXX
VALOR TOTAL: XXX
CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA:
4.1. São obrigações da permissionária:
4.1.1. Zelar pela limpeza e conservação do espaço concedido;
4.1.2. Montar sua estrutura conforme os padrões definidos pela SEMCULT;
4.1.3. Obedecer à legislação sanitária, ambiental e demais normas vigentes;
4.1.4. Não transferir ou ceder a terceiros o uso do espaço concedido;
4.1.5. Desmontar e deixar o local limpo após o término do evento;
4.1.6. Não interromper ou suspender suas atividades durante os dias e horários do funcionamento do evento;
4.1.7. Cumprir integralmente todas as regras e disposições contidas no EDITAL.
CLÁUSULA QUINTA - DAS PROIBIÇÕES:
5.1. O INTERESSADO não poderá:
5.1.1. Alienar, ceder, trocar, emprestar, sublocar ou utilizar para outra finalidade o espaço permitido, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO, representado pela comissão e por escrito, bem como iniciar as atividades comerciais no local da permissão sem observar as normas do presente edital;
5.1.2. Apregoar mercadoria em voz alta;
5.1.3. Ocupar espaço maior do que o que lhe foi autorizado/permitido;
5.1.4. Lançar, na área ou nos arredores do restaurante, cervejarias artesanais e drinks variados no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos, detrito, gordura, água servida ou lixo de qualquer natureza, bem como desrespeitar norma de direito urbanístico ou ambiental;
5.1.5. Vender, expor ou acondicionar material fora da estrutura autorizada (engradados, isopor, caixa térmica etc..) fora das especificações de restaurante, cervejarias artesanais e drinks variados no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos;
5.1.6. Vender, expor ou acondicionar material proibidos, ilegais ou fora das especificações previstas neste edital;
5.1.7. Interferir na rede de energia elétrica, seja por qual motivo for. Em caso de algum problema ou dúvida em relação à rede de energia elétrica, deve-se procurar o responsável da comissão;

5.1.8. utilizar qualquer tipo de sonorização;
5.1.9. Alterar os preços de qualquer produto à venda durante o período de realização do evento, sob pena de advertência verbal, persistindo, advertência por escrito, multa e suspensão de participação em próximos eventos.
5.1.10. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Cultura.

CLÁUSULA SEXTA - DAS MULTAS E PENALIDADES:

6.1. O descumprimento de qualquer disposição do EDITAL ou deste TPU ensejará em:
6.1.1. Independentemente de prévia notificação, no valor correspondente a 02 (duas) vezes a taxa de licenciamento para o evento, podendo ser cumulada em caso de duas ou mais infrações e/ou reincidência.
6.1.2. O permissionário será, ainda, avaliado negativamente, com impedimento de participação em próximos eventos realizados pela municipalidade pelo prazo de 02 (dois) anos.
6.1.3. Do Contraditório e Ampla Defesa: Antes da aplicação das penalidades previstas neste item, será assegurado ao permissionário o exercício do contraditório e da ampla defesa, mediante a notificação formal para apresentar manifestação escrita no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.
6.1.4. § 1º. A autoridade competente deverá analisar a defesa apresentada e proferir decisão fundamentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
6.1.5. § 2º. Caso não seja apresentada defesa no prazo estipulado, as penalidades poderão ser aplicadas de forma imediata e definitiva.
6.1.6. § 3º. Da decisão caberá um único recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, dirigido à autoridade superior, que decidirá em caráter definitivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCAILIZAÇÃO E GESTÃO DO TPU:

7.1. Poderá ser constituída uma Comissão para resolver quaisquer questões não previstas neste edital.
7.2. A fiscalização e gestão do edital será realizada pelos seguintes servidores, ambos lotados na Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT: Fiscal: Genival Cavalcanti de Souza, ocupante do cargo Subsecretário, matrícula 320592, da Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT. Gestor: Peterson de Castro Cardoso, ocupante do cargo Secretário Municipal, matrícula 185216.

CLÁUSULA OITAVA - DA REVOGAÇÃO E RESCISÃO:

8.1. A presente permissão poderá ser revogada a qualquer tempo, por motivo de interesse público, conveniência administrativa ou descumprimento das cláusulas estabelecidas no EDITAL, sem que caiba à PERMISSIONÁRIA direito a qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1. O presente termo é celebrado em caráter precário, não implicando em qualquer vínculo entre as partes, tampouco gera direito à renovação automática.
9.2. A permissionária declara que conhece e cumprirá todas as cláusulas, obrigações, vedações do EDITAL e deste TPU, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
9.3. As partes elegem o foro da Comarca de Guarapari/ES, para dirimir as controvérsias que possam surgir em decorrência do EDITAL e deste TPU.
9.4. E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e forma.

Guarapari/ES, ___ de _____ de 2025.

_____
PERMITENTE - Secretaria Municipal de Cultura-SEMCULT

_____
PERMISSIONÁRIA

Protocolo 1559542

EDITAL SEMCULT Nº 006/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE RESTAURANTE NO FORMATO DE ILHAS GASTRONÔMICAS OU ESTANDES GASTRONÔMICOS, PARA O EVENTO FESTIVAL DE INVERNO 2025, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES, CONFORME NORMAS E CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL.

A Prefeitura Municipal de Guarapari, por meio da Secretaria Municipal da Cultura, doravante determinada SEMCULT, torna público o credenciamento para autorização de uso espaço público, para exploração de serviço alimentício (restaurante no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos ou estandes gastronômicos), em eventos e manifestações culturais realizadas pela SEMCULT na cidade de Guarapari/ES, nos termos da Lei nº 1258/1990, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as normas e critérios estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES:

1.1. Constitui objeto do presente Edital o credenciamento de pessoa jurídica para autorização de uso, a título precário e oneroso, de espaço para exploração comercial de serviço alimentício (restaurante no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos ou estandes gastronômicos), no Município de Guarapari, nos locais especificados pela SEMCULT.

EVENTO: FESTIVAL DE INVERNO 2025
LOCAL: RUA JOAQUIM DA SILVA LIMA, CENTRO
DATAS: 18,19,20,25,26,27 de julho de 2025

1.2. O presente edital vida, ordenar, padronizar, dinamizar democratizar o uso dos espaços públicos da cidade, fomentar o empreendedorismo, economia criativa, gerando trabalho e renda e o desenvolvimento local por meio de políticas de inclusão produtiva.
1.3. O referido edital, não implicará em óbices para os demais comerciantes (fixos e ambulantes) e demais editais de credenciamento da Cidade de Guarapari. Tendo em vista, que se restringe aos eventos organizados, realizados e/ou apoiados pela SEMCULT.
1.4. Os interessados devem respeitar a definição dos pontos para o exercício de comércio, observando os limites mínimos e condições de instalação, conforme as seguintes categorias:

1.4.1. Categoria A: RESTAURANTES - comercialização de alimentos e bebidas em estruturas fixas no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos).

2. DAS INSCRIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:
2.1. As inscrições estarão abertas durante a vigência do presente Edital, e deverão ser realizadas exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.guarapari.es.gov.br ; aba EDITAIS DIVERSOS.
2.2. Documentação que deve ser apresentada para habilitação:
2.2.1. Para PESSOA JURÍDICA:
a) Ficha de inscrição devidamente, preenchida, legível e assinada;
b) Cartão do CNPJ;
c) Contrato Social e suas alterações, devidamente registrado;
d) CPF, título de eleitor e documento de identidade com foto do responsável;
e) Comprovante de residência atualizado (últimos três meses);
f) Alvará de Funcionamento em vigor;
g) Certidão de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal;
h) Licença sanitária atualizada;
i) Declaração de que não utiliza trabalho infantil ou mão de obra análoga à escravidão;
j) Portfólio e cardápio que pretende comercializar.
2.2.2. Para Micro Empreendedor Individual (MEI):
a) Ficha de inscrição devidamente preenchida, legível e assinada;
b) Cartão CNPJ;
c) Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (CCMEI)
d) CPF, título de eleitor e documento de identidade com foto do responsável;
e) Comprovante de residência (últimos três meses);
f) Cópia do protocolo ou licença sanitária atualizada;
g) Declaração de que não utiliza trabalho infantil ou mão de obra análoga à escravidão;
h) Portfólio e cardápio que pretende comercializar.
2.3. É de inteira responsabilidade do proponente a realização da inscrição dentro do prazo estabelecido, sob pena de indeferimento.
2.4. A ausência de qualquer documento ou apresentação fora dos padrões estabelecidos, implicará automáticamente no indeferimento da inscrição, não cabendo recurso neste caso.
2.5. A inscrição e o credenciamento são pessoais e intransferível.
2.6. É obrigatório informar endereço de e-mail e telefone para contato válidos e em funcionamento.
2.6.1. A ausência das informações para contato no momento da inscrição ou o não atendimento das tentativas de contato realizadas pela SEMCULT, poderá resultar em imediata desclassificação do proponente, observando a possibilidade de correção de falhas formais (art. 14133/2021).
2.7. É de inteira responsabilidade do proponente, sob as penas da lei, que todas as informações e documentos fornecidos sejam verdadeiros, completos e legítimos. Fica ciente de que a apresentação de informações inverídicas, adulteradas ou fraudulentas poderá acarretar a imediato indeferimento da inscrição ou credenciamento, sem prejuízo das sanções cíveis, administrativas e criminais cabíveis.
3. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO:
3.1. As vagas serão divididas entre os segmentos definidos no item 1.4 disponíveis por m2.
3.2. A seleção dos permissionários deverá seguir nesta ordem, conforme critério de pontuação:
a) Empreendedores com estabelecimento com sede na Rua Joaquim da Silva Lima, Centro de Guarapari/ES;
b) Empreendedores do município de Guarapari/ES;
c) Empreendedores dos municípios limítrofes do município de Guarapari/ES;
d) E os demais empreendedores do Estado do Espírito Santo.
3.3. Da Pontuação: A classificação dos candidatos será realizada em ordem decrescente de pontos, sendo considerado melhor classificado aquele que obtiver a maior pontuação, conforme o quadro a seguir:

Critério	Pontuação
Sede na Rua Joaquim da Silva Lima, Centro de Guarapari/ES	+5 pontos
Sede no município de Guarapari/ES	+3 pontos
Sede em município limítrofe de Guarapari/ES	+2 pontos
Sede em outro município do Estado do Espírito Santo	+1 ponto

3.3.1. **O proponente deverá apresentar comprovante de endereço atualizado. Serão aceitos para fins de comprovação de endereço faturas de concessionárias de serviços do ponto comercial, contrato de locação do estabelecimento em nome da pessoa jurídica ou sócio acompanhando da declaração de endereço.**
3.4. A seleção dos permissionários seguirá o presente critério supracitado, visto que os eventos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT, onde os estabelecimentos gastronômicos conforme critério de priorização definido, visa a seleção para melhor logística e funcionamento do evento, buscando também a valorização do empreendedor local em oportunidade de priorização a demais empreendedores do Estado, evento este que é realizado pelo Município de Guarapari/ES, adotando critérios similares em editais realizados pelo Governo do Estado do Espírito Santo através da ADERES.
3.4.1. Em caso de empate, serão utilizados como critérios de desempate, nesta ordem:
a) Maior tempo de inscrição no CNPJ.
b) Persistindo o empate, Sorteio.
3.5. Não será permitido mais de uma inscrição em segmentos ofertado no presente edital, sendo constatado, ambas inscrições serão canceladas e o estabelecimento desclassificado.
3.6. A SEMCULT não se responsabilizará pelo transporte para deslocamento dos estabelecimentos e de seus produtos.
4. DA CONVOCAÇÃO DOS CREDENCIADOS:
4.1. A SEMCULT convocará os interessados CREDENCIADOS, de acordo com a necessidade da administração pública, observando os critérios de oportunidade e conveniência, bem como a programação do evento, além critério de classificação previsto no item "3". A convocação será feita de acordo com a demanda específica do evento, sem a garantia convocação, participação mínima ou obrigatoriedade.
4.1.1. Para convocação será observada a ordem classificatória prevista no item 3, sendo o primeiro colocado o que obtiver maior pontuação. Observado o critério de oportunidade e conveniência da administração pública, a SEMCULT poderá estabelecer

rodízio sequencial entre os credenciados, observando a ordem classificatória.
4.2. A SEMCULT buscará na lista de cadastrados, cujos produtos comercializados se relacionem de alguma maneira à temática do evento. Trata-se de escolha discricionária, que visa atender o interesse da administração pública.
4.3. Os credenciados contemplados para atuarem nos eventos serão convocados, preferencialmente, via e-mail.
4.4. É de exclusiva responsabilidade do CREDENCIADO informar corretamente os dados de contato com e-mail, telefone e whatsapp atualizados junto à SEMCULT, bem como acompanhar as publicações disponibilizadas em Diário Oficial e mídias oficiais da Prefeitura Municipal de Guarapari.
4.5. Os credenciados deverão se manifestar quanto ao interesse em participar do evento respondendo ao e-mail de convocação e/ou o whatsapp no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contadas do momento do **envio da convocação**.
4.6. Caso o convocado NÃO tenha interesse em participar do evento, deve comunicar SEMCULT no mesmo prazo do item anterior. A ausência de resposta ou resposta fora do prazo estabelecido será considerado como NÃO interessado.
4.7. Uma vez manifestado o interesse de participar do evento, compromete-se o CREDENCIADO ao pagamento da taxa, a estar presente e realizar a atividade comercial para qual foi credenciado, com estrutura completa, em todos os dias de programação oficial do evento.

5. DAS CONTRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO:

5.1. Observar e cumprir o horário de vendas, montagem e desmontagem, de acordo com as especificações do evento e orientações da SEMCULT;
5.2. Os profissionais selecionados são responsáveis integralmente por levar suas estruturas, itens necessários, instalação e transporte para a realização da venda de seus produtos;
5.3. Todo o material necessário para a participação no evento é responsabilidade integral do proprietário (proponente), a SEMCULT não se responsabiliza pelos dados ou quaisquer outros prejuízos que possam ocorrer nos eventos;
5.4. Levar e respeitar todos os itens especificados nas declarações de concordância;
5.5. Respeitar o local demarcado para a instalação das mesas e cadeiras, que deverão ser de madeira, e deverão estar dispostas em conformidade com o mapa do evento e determinação da SEMCULT (não serão aceitas cadeiras e mesas plásticas). A quantidade de jogos de mesas e cadeiras máxima que poderão ser utilizadas por cada credenciado será determinada pela SEMCULT, conforme especificação do evento;
5.6. Armazenar os produtos de forma adequada, para não comprometer a qualidade;
5.7. Manter em perfeitas condições de limpeza, higiene e apresentação da área; utilizar uniformes e/ou roupas adequadas;
5.8. Todos os trabalhadores devem usar os equipamentos de higiene e segurança como luvas, toucas, etc.;
5.9. Para uso de energia elétrica, é OBRIGAÇÃO dos credenciados consorciar-se para locar, pelo período do evento, gerador de energia compatível com carga de consumo, bem como cabe aos credenciados arcarem com todos os custos de locação do referido gerador;
5.9.1. Caso a SEMCULT disponibilize ponto de energia elétrica, será de responsabilidade do credenciado a contratação de profissional eletricista habilitado para realização da instalação necessária, assim como o pagamento de taxas e tarifas junto a concessionária.
5.10. Providenciar lixeira se o recolhimento do lixo gerado pela sua atividade;
5.11. Os resíduos a serem descartados, sejam líquidos ou sólidos, deverão ter sua destinação correta e não poderão ser descartados em via pública ou bueiros e galerias ou lugares inadequados.
5.12. A tabela de preços deverá ser exposta em local de fácil visualização.
5.13. Não suspender suas atividades durante os dias e horários do funcionamento do evento.
5.14. Zelar pela área objeto de Autorização, inclusive mantendo a limpeza e organização do local.
5.15. O serviço de segurança, instalação elétrica, água e vigias serão de inteira responsabilidade do autorizado.
5.16. Permitir ao MUNICÍPIO, quando este julgar necessário, a inspeção do espaço objeto do presente instrumento, bem como avaliar o cumprimento a este edital.
5.17. Responsabilizar-se, em decorrência da atividade desenvolvida, pelos danos eventualmente causados a terceiros, bem como pelos provenientes da manutenção de redes de serviços públicos e pelo custo de seu remanejamento, quando for o caso;
5.18. Caso o credenciado não tenha interesse em participar do evento, deverá comunicar formalmente a Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT sobre a desistência, por meio do endereço de e-mail: semcult.pmg@guarapari.es.gov.br em até 07 (sete) dias antes da realização do evento. Caso contrário, o proponente terá que arcar com todos os custo e taxas previsto nesse edital.

6. DA TAXA E DO VALOR ARRECADADO:

6.1. Conforme Lei Complementar Municipal nº 008/2007, o CREDENCIADO selecionado para a comercialização de produtos deverá efetuar o pagamento de DAM identificado do valor estabelecido no item "6.3".
6.2. Os valores arrecadados serão destinados integralmente ao Fundo Municipal de Cultura.
6.3. Tabela de taxa/valores:

Estrutura	Evento	Local	Valor
Ilha / Estande Gastronômico	Festival de Inverno	Rua Joaquim da Silva Lima, Centro, Guarapari/ES	R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

6.4. O credenciado selecionado deverá realizar o pagamento do Documento de Arrecadação Municipal-DAM ao Fundo Municipal de Cultura de Guarapari/ES.
6.5. Até 72 (setenta e duas) horas antes do respectivo evento, o CREDENCIADO contemplado deverá apresentar o comprovante de pagamento para a organização;
6.6. Em caso de desistência, o valor depositado no Fundo Municipal de Cultura, não será restituído.
6.7. Não haverá sob qualquer hipótese, restituição, devolução, cancelamento ou isenção da taxa.

7. DA COMISSÃO, DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO EDITAL:

7.1. Poderá ser constituída uma Comissão para resolver quaisquer questões não previstas neste edital.
7.2. A fiscalização e gestão do edital será realizada pelos seguintes servidores, ambos lotados na

Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT: Fiscal: Genival Cavalcanti de Souza, ocupante do cargo Subsecretário, matrícula 320592, da Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT. Gestor: Peterson de Castro Cardoso, ocupante do cargo Secretário Municipal, matrícula 185216.

8. DAS PROIBIÇÕES:

O INTERESSADO não poderá:

8.1. Alienar, ceder, trocar, emprestar, sublocar ou utilizar para outra finalidade o espaço permitido, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO, representado pela comissão e por escrito, bem como iniciar as atividades comerciais no local da permissão sem observar as normas do presente edital;

8.2. Apregoar mercadoria em voz alta;

8.3. Ocupar espaço maior do que o que lhe foi autorizado/permitido;

8.4. Lançar, na área ou nos arredores das restaurante no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos, detrito, gordura, água servida ou lixo de qualquer natureza, bem como desrespeitar norma de direito urbanístico ou ambiental;

8.5. Vender, expor ou acondicionar material fora da estrutura autorizada (engradados, isopor, caixa térmica etc..) fora das especificações de restaurante no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos;

8.6. Vender, expor ou acondicionar material proibidos, ilegais ou fora das especificações previstas neste edital;

8.7. Interferir na rede de energia elétrica, seja por qual motivo for. Em caso de algum problema ou dúvida em relação à rede de energia elétrica, deve-se procurar o responsável da comissão;

8.8. utilizar qualquer tipo de sonorização;

8.9. Alterar os preços de qualquer produto à venda durante o período de realização do evento, sob pena de advertência verbal, persistindo, advertência por escrito, multa e suspensão de participação em próximos eventos.

8.10. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão deste Edital.

9. DAS MULTAS E PENALIDADES:

9.1. Independentemente de prévia notificação, no valor correspondente a 02 (duas) vezes a taxa de licenciamento para o evento, podendo ser cumulada em caso de duas ou mais infrações e/ou reincidência.

9.2. O permissionário será, ainda, avaliado negativamente, com impedimento de participação em próximos eventos realizados pela municipalidade pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.3. Do Contraditório e Ampla Defesa: Antes da aplicação das penalidades previstas neste item, será assegurado ao permissionário o exercício do contraditório e da ampla defesa, mediante a notificação formal para apresentar manifestação escrita no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

§ 1º. A autoridade competente deverá analisar a defesa apresentada e proferir decisão fundamentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

§ 2º. Caso não seja apresentada defesa no prazo estipulado, as penalidades poderão ser aplicadas de forma imediata e definitiva.

§ 3º. Da decisão caberá um único recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, dirigido à autoridade superior, que decidirá em caráter definitivo.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. A simples inscrição para o credenciamento previsto neste edital pressupõe a aceitação e concordância com todos os termos do presente;

10.2. Os proponentes são escolhidos por conveniência e oportunidade do que a Secretário Municipal de Cultura deliberar;

10.3. A SEMCULT reserva-se o direito de remanejar os horários, datas e períodos, número de vagas, caso seja necessário, podendo, inclusive, cancelar o evento em caso de impossibilidade de remanejamento, sem que isso gere direito a qualquer indenização aos profissionais credenciados/selecionados;

10.4. A equipe da Secretaria Municipal de Cultura, destina-se apenas à recepção e apoio local aos profissionais selecionados, que devem prever a operação de equipamentos, montagem e desmontagem com recursos próprios;

10.5. Os profissionais selecionados assumem toda e qualquer responsabilidade civil, criminal e trabalhista decorrente de reclamação, exigência ou questionamento judicial ou extrajudicial alusivos aos serviços prestados, bens e/ou produtos vendidos;

10.6. A SEMCULT reserva-se o direito de, a qualquer momento, excluir o inscrito que não observar as normas constantes deste edital e de acordo com o regulamento que será apresentado no ato do credenciamento;

10.7. Qualquer forma de coação ou ofensa direcionada aos funcionários da SEMCULT será suspenso de participar dos eventos, sem prejuízo as sanções cíveis e penais cabíveis;

10.8. O não cumprimento de quaisquer itens deste edital implicará na imediata desqualificação do profissional selecionado e incidência da multa e penalidades prevista no item 9 deste edital.

10.9. O Edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração pública;

10.10. O credenciamento do proponente não gera qualquer direito subjetivo à contratação, convocação ou participação nos eventos promovidos pela SEMCULT, tratando-se de procedimento administrativo de habilitação prévia, que visa apenas compor um cadastro de interessados aptos. A convocação dos credenciados será realizada de acordo com os critérios de oportunidade, conveniência e interesse público, observando as características de cada evento;

10.11. A SEMCULT reserva-se no direito de abrir novos editais de chamamento para credenciamento restaurantes para a venda de produtos alimentícios e bebidas para eventos específicos;

10.12. Os casos omissos, relativos ao presente edital serão deliberados pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Guarapari/ES.

10.13. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3361-8226 ou e-mail semcult.pmg@guarapari.es.gov.br ;

11. **DO CRONOGRAMA:**

ABERTURA DAS INSCRIÇÕES: 29/05/2025
ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES: 13/06/2025
RESULTADO PRELIMINAR: 23/06/2025
RECURSO: 24/06/2025
RESULTADO FINAL: 27/06/2025.
Guarapari/ES, 23 de maio de 2025.

PETERSON DE CASTRO CARDOSO
Secretário Municipal de Cultura/SEMCULT

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL SEMCULT Nº _____/2025 - FICHA DE INSCRIÇÃO CREDENCIAMENTO DE RESTAURANTES EM FORMATO DE ILHAS GASTRONÔMICAS OU ESTANDES GASTRONÔMICOS	INSCRIÇÃO Nº
NOME FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ Nº:	
ENDEREÇO:	
Nº:	BAIRRO:
CIDADE/UF:	CEP:
TELEFONE: ( )	WHATSAPP: ( )
E-MAIL:	
NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL:	
CPF DO RESPONSÁVEL LEGAL:	
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM COMERCIALIZADOS: (ANEXAR FOTOS DO PORTIFÓLIO E CARDÁPIO)	
CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO: ( ) Empreendedores com estabelecimento com sede na Rua Joaquim da Silva Lima, Centro de Guarapari/ES; ( ) Empreendedores do município de Guarapari/ES; ( ) Empreendedores dos municípios limítrofes do município de Guarapari/ES; ( ) E os demais empreendedores do Estado do Espírito Santo. (SELECIONAR APENAS UMA OPÇÃO) (ANEXAR COMPROVANTES DE ENDEREÇO)	
ESTOU CIENTE DE QUE A ENERGIA UTILIZADA SERÁ PADRÃO: 220W. CARGA NECESSÁRIA: _____	
( ) DECLARO, para todos os fins, que as informações prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.	
Guarapari/ES, _____ de _____ de 2025.	
_____ ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL (assinar igual doc. identidade)	

OBS: É OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS ITENS DA FICHA. O PREENCHIMENTO INCOMPLETO PODERÁ RESULTARÁ EM ELIMINAÇÃO.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA

DECLARO, para fins de credenciamento junto à Secretaria Municipal de Cultura de Guarapari - SEMCULT, no processo referente ao EDITAL SEMCULT Nº _____/2025, que a empresa _____ _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, NÃO UTILIZA em suas atividades, direta ou indiretamente, mão de obra infantil, trabalho forçado ou em condições análogas à de escravidão, em conformidade com a legislação trabalhista vigente e os princípios fundamentais de direitos humanos.
Estou ciente de que a veracidade desta declaração poderá ser objeto de fiscalização e, em caso de falsidade, estarei sujeito às penalidades legais cabíveis.

Guarapari/ES, _____ de _____ de 2025.

_____
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL
NOME:
CPF:

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO
Eu, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], inscrito(a) no CPF sob o nº [CPF] e portador(a) do RG nº [RG], na qualidade de [cargo] da empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], DECLARO, para os devidos fins, que a referida empresa está sediada e em pleno funcionamento no seguinte endereço:
[**ENDEREÇO COMPLETO: rua, número, bairro, cidade, estado, CEP**].
Declaro, ainda, que este endereço é utilizado como sede administrativa e operacional da empresa.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para os fins que se fizerem necessários.
[Município], [data].

[Assinatura]
[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[Cargo na empresa]
[Telefone/e-mail para contato]

ANEXO IV
MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO - TPU

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº _____/2025
Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE GUARAPARI, inscrito no CNPJ nº 27.165.190/0001-53, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SEMCULT, com sede na Av. Munir Abud, nº 234, Praia do Morro, Guarapari/ES, doravante denominada PERMITENTE, neste ato representada por seu Secretário Municipal de Cultura, e de outro lado a empresa XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, com sede à XXX, neste ato representada por seu responsável legal XXX, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO, conforme Edital SEMCULT Nº 006/2025, processo administrativo nº XXX/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1. Constitui objeto deste termo a permissão de uso, a título precário e oneroso, de espaço público para a exploração comercial dos serviços de restaurante no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos durante o evento promovido pela SEMCULT, conforme estabelecido no EDITAL.
EVENTO: FESTIVAL DE INVERNO 2025
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
2.1. O prazo de vigência da presente permissão será determinado por evento, conforme convocação da SEMCULT, respeitada a vigência do edital de chamamento.
DATA INÍCIO/ENCERRAMENTO: xxxx
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:
3.1. A PERMISSIONÁRIA pagará à PERMITENTE o valor de **R$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, conforme Documento de Arrecadação Municipal (DAM) emitido, com destinação ao Fundo Municipal de Cultura. O DAM deverá ser quitado até a data do vencimento, sob pena de inscrição na dívida ativa municipal, descredenciamento do edital e demais sanções administrativas e judiciais cabíveis.
CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA:
4.1. São obrigações da permissionária:
4.1.1. Zelar pela limpeza e conservação do espaço concedido;
4.1.2. Montar sua estrutura conforme os padrões definidos pela SEMCULT;
4.1.3. Obedecer à legislação sanitária, ambiental e

demais normas vigentes;
4.1.4. Não transferir ou ceder a terceiros o uso do espaço concedido;
4.1.5. Desmontar e deixar o local limpo após o término do evento;
4.1.6. Não interromper ou suspender suas atividades durante os dias e horários do funcionamento do evento;
4.1.7. Cumprir integralmente todas as regras e disposições contidas no EDITAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PROIBIÇÕES:

5.1. O INTERESSADO não poderá:
5.1.1. Alienar, ceder, trocar, emprestar, sublocar ou utilizar para outra finalidade o espaço permitido, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO, representado pela comissão e por escrito, bem como iniciar as atividades comerciais no local da permissão sem observar as normas do presente edital;
5.1.2. Apregoar mercadoria em voz alta;
5.1.3. Ocupar espaço maior do que o que lhe foi autorizado/permitido;
5.1.4. Lançar, na área ou nos arredores do restaurante no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos, detrito, gordura, água servida ou lixo de qualquer natureza, bem como desrespeitar norma de direito urbanístico ou ambiental;
5.1.5. Vender, expor ou acondicionar material fora da estrutura autorizada (engradados, isopor, caixa térmica etc..) fora das especificações de restaurante no formato de ilhas gastronômicas ou estandes gastronômicos;
5.1.6. Vender, expor ou acondicionar material proibidos, ilegais ou fora das especificações previstas neste edital;
5.1.7. Interferir na rede de energia elétrica, seja por qual motivo for. Em caso de algum problema ou dúvida em relação à rede de energia elétrica, deve-se procurar o responsável da comissão;
5.1.8. utilizar qualquer tipo de sonorização;
5.1.9. Alterar os preços de qualquer produto à venda durante o período de realização do evento, sob pena de advertência verbal, persistindo, advertência por escrito, multa e suspensão de participação em próximos eventos.
5.1.10. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão deste Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DAS MULTAS E PENALIDADES:

6.1. O descumprimento de qualquer disposição do EDITAL ou deste TPU ensejará em:
6.1.1. Independentemente de prévia notificação, no valor correspondente a 02 (duas) vezes a taxa de licenciamento para o evento, podendo ser cumulada em caso de duas ou mais infrações e/ou reincidência.
6.1.2. O permissionário será, ainda, avaliado negativamente, com impedimento de participação em próximos eventos realizados pela municipalidade pelo prazo de 02 (dois) anos.
6.1.3. Do Contraditório e Ampla Defesa: Antes da aplicação das penalidades previstas neste item, será assegurado ao permissionário o exercício do contraditório e da ampla defesa, mediante a notificação formal para apresentar manifestação escrita no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.
6.1.4. § 1º. A autoridade competente deverá analisar a defesa apresentada e proferir decisão fundamentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
6.1.5. § 2º. Caso não seja apresentada defesa no prazo estipulado, as penalidades poderão ser aplicadas de forma imediata e definitiva.
6.1.6. § 3º. Da decisão caberá um único recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, dirigido à autoridade superior, que decidirá em caráter definitivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVOGAÇÃO E RESCISÃO:

7.1. A presente permissão poderá ser revogada a qualquer tempo, por motivo de interesse público, conveniência administrativa ou descumprimento das cláusulas estabelecidas no EDITAL, sem que caiba à PERMISSIONÁRIA direito a qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1. O presente termo é celebrado em caráter precário, não implicando em qualquer vínculo entre as partes, tampouco gera direito à renovação automática.
8.2. A permissionária declara que conhece e cumprirá todas as cláusulas, obrigações, vedações do EDITAL e deste TPU, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
8.3. As partes elegem o foro da Comarca de Guarapari/ES, para dirimir as controvérsias que possam surgir em decorrência do EDITAL e deste TPU.
8.4. E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e forma.

Guarapari/ES, ___ de _____ de 2025.

_____
PERMITENTE - Secretaria Municipal de Cultura-SEMCULT

_____
PERMISSIONÁRIA

Protocolo 1559549

Deliberação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
NOTIFICAÇÃO PÚBLICA

O Procon Municipal de Guarapari/ES, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Código de Defesa do Consumidor - Lei n.º 8.078/90 e do Decreto Federal n.º 2.181/97, vem, por meio desta, **NOTIFICAR** o fornecedor **COMPRE EM CASA CE C LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.103.065/0001-04, sobre reclamação registrada sob o **Número de Atendimento: 25.03.0239.0001.00187-3.**

RELATO DOS FATOS:

De acordo com a reclamação recebida, o consumidor declara que adquiriu, por meio da plataforma Facebook, alguns móveis, sendo eles: uma cama, um colchão e um criado-mudo. Relata que, no momento da entrega realizadas pelo entregador, efetuou o pagamento à vista, em dinheiro. Alguns dias após o recebimento dos produtos, o consumidor começou a perceber estalos e barulhos vindos da cama. Entrou em contato com o vendedor, que informou se tratar de uma situação normal. Com o passar do tempo, o forro de tecido na parte inferior da cama foi puxado por sua gata, momento em que o consumidor verificou que a madeira apresentada diversos trincados. Com isso, constatou que, desde o primeiro barulho, a estrutura da cama já estava se rompendo. Diante da situação, o consumidor tirou fotografias da avaria e as enviou ao vendedor, que, por sua vez, orientou-o a adquirir outro produto, sem qualquer proposta de acordo ou solução para o prejuízo causado. O consumidor, então realizou a compra de outra cama. Contudo, da mesma forma que a primeira, após um curto período de uso, voltou a perceber os mesmos

estalos característicos de madeira quebrando. Ao realizar nova verificação, constatou que a estrutura da cama também estava trincada. Além disso, o consumidor relata que o colchão adquirido para sua mãe, com poucos meses de uso, já se encontra com deformações e irregularidades, causando-lhe dores na coluna. O consumidor afirma que, ao procurar novamente o vendedor, foi informado de que nada poderia ser feito, mas que o caso seria comunicado ao fabricante.

Diante disso, **solicita-se esclarecimento quanto aos fatos narrados, bem como a adoção de providências para a adequada solução do prejuízo sofrido pelo consumidor.**

Em cumprimento à **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, as informações pessoais do consumidor foram preservadas e não constam nesta notificação pública. O fornecedor poderá obter mais detalhes da demanda entrando em contato com o **Procon Municipal de Guarapari**, pelos seguintes meios:

- **E-mail:** procon@guarapari.es.gov.br
- **Telefone:** (27) 3361-4929
- **Endereço:** Rua Manoel Lino Bandeira, 523 - Muquiçaba (atrás do Açougue São Pedro), CEP: 29215-015 - Guarapari - ES

O fornecedor tem o prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da data de publicação desta notificação, para apresentar manifestação por escrito, incluindo documentos pertinentes ao esclarecimento da demanda. A resposta poderá ser enviada via e-mail ou entregue presencialmente no Procon Municipal de Guarapari.

O não atendimento a esta notificação dentro do prazo estabelecido poderá resultar na formalização de Processo Administrativo, conforme previsto na Lei Federal nº 8.078/90 e no Decreto Federal nº 2.181/97, bem como na adoção de outras medidas cabíveis.

Guarapari, 26 de maio de 2025.

PROCON MUNICIPAL DE GUARAPARI - ES
Protocolo 1558872

AVISO DE COTAÇÃO PRÉVIA

Pelo presente aviso e em cumprimento a Lei nº **14.133/21** e suas alterações, o Município de Guarapari através do Setor de Compras comunica que está realizando cotação de preços, para elaboração do orçamento prévio para **Contratação de empresa ou profissional especializado para a construção de letreiros turísticos**, **confeccionado em chapa de aço**, **a serem instalados no município**. Conforme o disposto no Processo Administrativo nº **11.943** /**25**. As empresas interessadas terão um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação, para apresentação de orçamento prévio e poderão obter maiores informações junto ao Setor de Compras da Prefeitura de Guarapari, situada à Rua Alencar Moraes de Resende, 100, Jardim Boa Vista, Guarapari-ES, ou através do e-mail: **compras@guarapari.es.gov.br.**

Guarapari/ES, 27 de maio de 2025.

MAYKIELE MARTINS GALVANI
Técnico Administrativo e Contábil
Protocolo 1559463

Portaria

PORTARIA/SEMAD Nº. 131/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO EM PESSOA DA FAMILIA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da faculdade que lhe foi delegado, através do Decreto nº 26/2025,

Considerando o Parecer da Perícia Médica do Município, exarado às fls. 16 do Processo Administrativo nº. 11503/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA** a servidora **FLAVIA RODRIGUES ROSA TOLEDO**, ocupante do cargo efetiva de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO E CONTÁBIL**, **função Assistente Administrativo**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO**, **ASSISTENTE E CIDADANIA-SEMTAC**, por **15 (quinze) dias**, contados a partir do dia 22/04/2025, nos termos do Decreto Municipal nº 201/2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **22/04/2025.**

CUMPRA - SE

Dada e passada na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Recursos Humanos - SEMAD, Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RICARDO RIOS DO SACRAMENTO
Secretário Municipal de Administração - SEMAD
Protocolo 1559346

PORTARIA/SEMAD Nº. 130/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO EM PESSOA DA FAMILIA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da faculdade que lhe foi delegado, através do Decreto nº 26/2025,

Considerando o Parecer da Perícia Médica do Município, exarado às fls. 12 do Processo Administrativo nº. 12329/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA** a servidora **GRACIELE DA VITÓRIA ABREU**, ocupante do cargo temporário de **PROFESSOR MAPA V**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED**, por **15 (quinze) dias**, contados a partir do dia 05/05/2025, nos termos do Decreto Municipal nº 201/2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **05/05/2025.**

CUMPRA - SE

Dada e passada na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Recursos Humanos - SEMAD, Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RICARDO RIOS DO SACRAMENTO
Secretário Municipal de Administração - SEMAD
Protocolo 1559350

PORTARIA/SEMAD Nº. 128/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO EM PESSOA DA FAMILIA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da faculdade que lhe foi delegado, através do Decreto nº 26/2025,

Considerando o Parecer da Perícia Médica do Município, exarado às fls. 11 do Processo Administrativo nº. 12923/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA** a servidora **GLICIA TAVARES MORENO**, ocupante do cargo temporário de **PROFESSOR MAPA V**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED**, por **05 (cinco) dias**, contados a partir do dia 07/05/2025, nos termos do Decreto Municipal nº 201/2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **07/05/2025.**

CUMPRA - SE

Dada e passada na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Recursos Humanos - SEMAD, Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RICARDO RIOS DO SACRAMENTO
Secretário Municipal de Administração - SEMAD
Protocolo 1559356

PORTARIA/SEMAD Nº. 126/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO EM PESSOA DA FAMILIA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da faculdade que lhe foi delegado, através do Decreto nº 26/2025,

Considerando o Parecer da Perícia Médica do Município, exarado às fls. 08 do Processo Administrativo nº. 11451/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA** a servidora **SILVANA BARBOSA MORENO**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR MAPA V**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED**, por **15 (quinze) dias**, contados a partir do dia 22/04/2025, nos termos do Decreto Municipal nº 201/2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **22/04/2025.**

CUMPRA - SE

Dada e passada na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Recursos Humanos - SEMAD, Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RICARDO RIOS DO SACRAMENTO
Secretário Municipal de Administração - SEMAD
Protocolo 1559357

PORTARIA/SEMAD Nº. 127/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO EM PESSOA DA FAMILIA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da faculdade que lhe foi delegado, através do Decreto nº 26/2025,

Considerando o Parecer da Perícia Médica do Município, exarado às fls. 11 do Processo Administrativo nº. 12421/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA** a servidora **SILVANA BARBOSA MORENO**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR MAPA V**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED**, por **15 (quinze) dias**, contados a partir do dia 07/05/2025, nos termos do Decreto Municipal nº 201/2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **07/05/2025.**

CUMPRA - SE

Dada e passada na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Recursos Humanos - SEMAD, Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RICARDO RIOS DO SACRAMENTO
Secretário Municipal de Administração - SEMAD
Protocolo 1559363

PORTARIA/SEMAD Nº. 125/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO EM PESSOA DA FAMILIA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da faculdade que lhe foi delegado, através do Decreto nº 26/2025,

Considerando o Parecer da Perícia Médica do Município, exarado às fls. 11 do Processo Administrativo nº. 11718/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA** a servidora **JACKELINE DOS SANTOS LIBERATO**, ocupante do cargo temporário de **AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED**, por **04 (quatro) dias**, contados a partir do dia 22/04/2025, nos termos do Decreto Municipal nº 201/2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **22/04/2025.**

CUMPRA - SE

Dada e passada na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Recursos Humanos - SEMAD, Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RICARDO RIOS DO SACRAMENTO
Secretário Municipal de Administração - SEMAD
Protocolo 1559366

PORTARIA/SEMAD Nº. 129/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO EM PESSOA DA FAMILIA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, usando da faculdade que lhe foi delegado, através do Decreto nº 26/2025,

Considerando o Parecer da Perícia Médica do Município, exarado às fls. 10/11 do Processo Administrativo nº. 11518/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA** a servidora **FABIANA LOURENÇO GARCIA**, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇO OPERACIONAL**, **função AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED**, por **60 (sessenta) dias**, contados a partir do dia 19/04/2025, nos termos do Decreto Municipal nº 201/2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **19/04/2025.**

CUMPRA - SE

Dada e passada na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Recursos Humanos - SEMAD, Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RICARDO RIOS DO SACRAMENTO
Secretário Municipal de Administração - SEMAD
Protocolo 1559368

Termos

EXTRATO DO TERMO RESCISÃO UNILATERAL Nº. 207/2019

DISTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI-ES
DISTRATADO: ANTÔNIO ODIR RICIERI

OBJETO: RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 207/2019, CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DO IMÓVEL PARA ACOMODAR AS INSTALAÇÕES DAS PENDÊNCIAS DA PERÍCIA MÉDICA MUNICIPAL, CUJA VIGÊNCIA CONTRATUAL TEVE INÍCIO EM 22/11/2019.
A PRESENTE RESCISÃO ANTECIPADA NA FORMA DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, SE DÁ EM RAZÃO DO INTERESSE PÚBLICO, DE ALTA RELEVÂNCIA E AMPLO CONHECIMENTO, JUSTIFICADAS E DETERMINADAS PELO CONTRATANTE, RETROAGIINDO SEUS EFEITOS AO DIA 22/05/2025.

Protocolo 1558984

Aditivo

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 390/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9245/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTAC
CONTRATADA: ROSANGELA APARECIDA COELHO DIAS

OBJETO: A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMIISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 390/2024, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DE 27/05/2025 ATÉ A DATA DE 26/05/2026 EM RAZÃO DA MANUTENÇÃO DA NECESSIDADE TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Protocolo 1559386

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 85/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 7151/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES
CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO, COM COBERTURA TOTAL, PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES.
A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 85/2023.
O VALOR TOTAL DO CONTRATO É DE R$ 452.102,30 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL, CENTO E DOIS REAIS E TRINTA CENTAVOS).
OS CONTRATANTES RESOLVEM PRORROGAR POR MAIS 12 (DOZE) MESES O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 85/2023, COM INÍCIO EM 09 DE MAIO DE 2025 E TÉRMINO EM 08 DE MAIO DE 2026.

Protocolo 1559435

Errata

ERRATA DE AVISO DE DATA DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2025
ID TCE/ES: **2025.028E0700001.01.0001.**

O Município de Guarapari-ES, torna público para conhecimento dos interessados que, realizará licitação na modalidade de **CONCORRENCIA** na forma ELETRÔNICA, através da plataforma PORTAL DE COMPRAS PUBLICA, cujo objeto é **CONCESSÃO, MEDIANTE OUTORGA ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS CEMITERIAIS E FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, POR MEIO DA INICIATIVA PRIVADA, PELO PRAZO DE 25 (VINTE E CINCO) ANOS-SEMOP.**
ONDE SE LÊ:
ABERTURA DAS PROPOSTAS E ÍNICIO DA SESSÃO: ÀS **09 HORAS** DO DIA **28 DE MAIO DE 2025.**

LEA-SE:
ABERTURA DAS PROPOSTAS E ÍNICIO DA SESSÃO: ÀS **09 HORAS** DO DIA **18 DE JUNHO DE 2025.**
PERMANECEM INALTERADOS OS DEMAIS ATOS PUBLICADOS.

GUARAPARI/ES, 27 DE MAIO DE 2025.
RUTH ALVES PEREIRA RADAEL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO - PREGOEIRA

Protocolo 1559169

Ibatiba

Contrato

EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4054/2025
CONTRATADO: JONES RODRIGUÊS DA SILVA 08147288719
CNPJ Nº: 27.182.145/0001-07
OBJETO: Contratação de Show Artístico Musical para apresentação na 3ª Cavalgada da Apae de Ibatiba-ES, no dia 25 de maio de 2025.
VALOR: O presente contrato administrativo tem o valor global de **R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), DATA DE ASSINATURA:** 20/05/2025
ID CIDADES: 2025.029E0700001.10.0011

Protocolo 1559150

EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4189/2025
CONTRATADO: BOYASHA TRUPE DE TEATRO LTDA
CNPJ Nº: 15.210.683/0001-89
OBJETO: Contratação da Empresa BOYASHA TRUPE DE TEATRO LTDA para Apresentação Espetáculo Teatro Infanto Juvenil "A Árvore, no evento "Feira Verde", que será realizada no dia 05 de junho de 2025".
VALOR: O presente contrato administrativo tem o valor global de **R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), DATA DE ASSINATURA:** 16/05/2025
ID CIDADES: 2025.029E0700001.10.0012

Protocolo 1559192

Ibitirama

Decreto

DECRETO Nº 268/2025

Dispõe sobre a aprovação de Instrução Normativa SOV nº 01/2025, referente a procedimentos e rotinas de trabalho a serem observados pelos servidores da Prefeitura Municipal de Ibitirama/ES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBITIRAMA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e objetivando o atendimento ao disposto na Resolução do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo nº 227/2011, alterada pelas nº 257/2013 e nº 319/2018, que estabeleceu o prazo para a devida elaboração e aprovação do Manual de Procedimentos e Rotinas Internas, bem como, o Plano de Ação para implantação do Sistema de Controle Interno, Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle, elaboração e aprovação do Manual de Auditoria Interna e realização de Auditorias do Município de Ibitirama/ES, aprovado nos termos da Lei nº 801 de 27 de junho de 2012 e Lei nº 927 de 23 de janeiro de 2017.

DECRETA

Art. 1°- Fica aprovada os termos da Instrução Normativa SOV nº 01/2025, de responsabilidade da Controladoria Geral do Poder Executivo, por meio da Ouvidoria Municipal a seguir relacionada:

I - Instrução Normativa SOV Nº 01/2025, que dispõe sobre procedimentos e rotinas de trabalho a serem observados pelos servidores da Prefeitura Municipal de Ibitirama/ES.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito,

Ibitirama-ES, 26 de Maio de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SOV Nº 01/2025
Versão: 01.
Aprovado em: 26/05/2025.
Ato de aprovação: Decreto nº 268/2025.
Unidade Responsável: Controladoria Geral do Poder Executivo, por meio da Ouvidoria Municipal.

Dispõe sobre procedimentos e rotinas de trabalho a serem observados pelos servidores da Prefeitura Municipal de Ibitirama/ES.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I
DA FINALIDADE

Art. 1º. Cumpre esta Instrução Normativa, dentre outras finalidades, disciplinar os procedimentos e rotinas a serem observados pelos servidores da Prefeitura Municipal de Ibitirama/ES.

SEÇÃO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. A presente Instrução Normativa abrange toda a Administração Direta e Indireta, em especial a Ouvidoria Municipal, órgão central das atividades relacionadas ao acesso à informação.

SEÇÃO III
DOS CONCEITOS

Art. 3º. Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:
I. **SOV:** Sistema de Ouvidoria.
II. **SIC:** Serviço de Informação ao Cidadão (local físico de atendimento).
III. **e-SIC:** Sistema de Informação ao Cidadão (sistema informatizado de atendimento).
IV. **LAI:** Lei de Acesso a Informação (Lei Federal nº 12.527/11).
V. **Informação:** Dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

VI. **documento:** Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.
VII. **administração indireta:** Considera-se Administração Indireta além das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista.
VIII. **usuário**: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, dos serviços do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
IX. **serviço público**: atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública;
X. **agente público**: quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente ou sem remuneração;
XI. **ouvidoria**: instância de participação e controle social responsável pelo tratamento das manifestações relativas aos serviços públicos, com vistas à avaliação da efetividade e ao aprimoramento da gestão pública;
XII. **manifestações**: reclamações, notícias de irregularidades, sugestões, solicitações, elogios;
XIII. **reclamação**: manifestações que expressarem desagrado ou protesto em face de um serviço prestado pela Prefeitura Municipal de Ibitirama ou pela atuação ou omissão de servidor, estagiário ou colaborador no exercício de suas funções;
XIV. **sugestão**: manifestações que versarem sobre ideia ou proposta para o aprimoramento das atividades da Prefeitura Municipal de Ibitirama, as quais serão utilizadas como parâmetro para a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade;
XV. **solicitação**: manifestações que tratarem de pedido de esclarecimento, orientação ou providência acerca de matéria atinente à atuação ou ao funcionamento da Prefeitura Municipal de Ibitirama, e que não se enquadrem como consulta de natureza técnica e/ou jurídica que possuem procedimento próprio previsto em legislação específica;
XVI. **elogio**: manifestações que apresentarem reconhecimento, apreço ou satisfação em face de um serviço prestado pela Prefeitura Municipal de Ibitirama, ou pela atuação de servidor no exercício de suas funções;
XVII. **denúncia**: comunicação de prática de ilícito cuja solução dependa da atuação do órgão de controle interno ou interno;
XVIII. **resposta intermediária**: ato administrativo mediante o qual a Ouvidoria agradece a participação, solicita informações complementares e orienta ao usuário das etapas necessárias para que a resposta conclusiva da manifestação seja oferecida;
XIX. **decisão administrativa final**: ato administrativo mediante o qual a unidade organizacional da Prefeitura Municipal de Ibitirama põe termo ao procedimento da manifestação, indicando informações objetivas sobre a providência adotada ou sobre a sua impossibilidade;
XX. **resposta conclusiva**: ato administrativo mediante o qual a Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Ibitirama encaminha ao usuário as deliberações das unidades demandas sobre a manifestação, indicando informações objetivas sobre a providência adotada ou sobre a sua impossibilidade;
XXI. **linguagem cidadã**: linguagem simples, clara, concisa e objetiva, que considera o contexto sociocultural do usuário, de forma a facilitar a comunicação e o mútuo entendimento;
XXII. **pseudonimização**: tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.
XXIII. **Unidade organizacional ou demandada**: órgãos setoriais executores no âmbito da Prefeitura Municipal de Ibitirama, responsáveis por responder as manifestações encaminhadas pela Ouvidoria.

SEÇÃO IV DA BASE LEGAL

Art. 4º. O fundamento jurídico desta instrução normativa encontra respaldo nos seguintes preceitos normativos:
I. Constituição Federal de 1988, artigo 37, §3º, que assegura o direito de participação do usuário na

administração pública direta e indireta;
II. Lei Orgânica do Município de Ibitirama nº 01/2006;
III. Lei Complementar nº 022/2019 - Regulamenta a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal;
IV. Lei nº 025/1990 - Regulamenta o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibitirama;
V. Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação - LAI) - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;
VI. Lei Municipal nº 801/2012 - Estabelece o sistema da Controladoria Geral do Poder Executivo;
VII. Lei Federal nº 13.460/2017 - Dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
VIII. Lei Municipal nº 927/2017 - Regulamenta o acesso à informação pública no âmbito do Município de Ibitirama/ES;
IX. Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) - Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
X. Demais legislações pertinentes ao assunto.

SEÇÃO V
DAS ATRIBUIÇÕES DA OUVIDORIA E OUVIDOR

Art. 5º. A Ouvidoria Pública do Poder Executivo Municipal deverá observar as normas estabelecidas nesta Instrução Normativa.
Parágrafo único. Considera-se Ouvidoria Municipal a instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, denúncias, sugestões, elogios e outros, relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.
Art. 6º. A Ouvidoria terá como atribuições, além das previstas em regulamento próprio:
I - atuar na defesa dos princípios constitucionais inerentes à Administração Pública, dentre outros, da legalidade, da impessoalidade, da finalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da publicidade, do contraditório, da solução pacífica dos conflitos e da prevalência dos direitos humanos;
II - agir com presteza e imparcialidade;
III - divulgar à sociedade a missão da Ouvidoria, seus serviços e formas de acesso, como instrumento de controle social;
IV - promover e atuar diretamente na defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos perante a Prefeitura Municipal de Ibitirama, garantindo a coparticipação da sociedade na missão de controlar a correta aplicação de recursos públicos, bem como, uma maior transparência e visibilidade das ações do Poder Executivo;
V - receber, analisar e encaminhar às unidades competentes, nos termos desta Instrução Normativa, as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão pela área responsável;
VI - responder às manifestações a ela encaminhadas por usuários, adequando a uma linguagem simples e assertiva os termos da decisão administrativa final das unidades organizacionais da Prefeitura de Ibitirama;
VII - receber, analisar e responder as manifestações, para as quais já disponha de informações atualizadas das áreas da Prefeitura de Ibitirama;
VIII - Informar aos demandantes os resultados de suas manifestações encaminhadas a Prefeitura de Ibitirama, permitindo o fortalecimento da imagem institucional e, consequentemente, a aproximação do Poder Executivo com a sociedade e o exercício do controle social;
IX - exercer a articulação permanente com outras instâncias e mecanismos de participação e controle social;
X - promover em parceria com a Escola de Governo do Município a capacitação da sociedade acerca do Controle Social e da Transparência Pública;
XI - promover a sensibilização interna sobre a importância da comunicação e da cultura da transparência, fomentando a percepção dos serviços de Ouvidoria como sendo um produto da instituição;
XII - elaborar manuais de rotinas internas contendo, no mínimo, conceitos, princípios, canais de comunicação, classificação das manifestações quanto à natureza, procedimentos para atendimento com prazo de resposta, procedimentos para a classificação ou reclassificação da natureza das manifestações, procedimentos para a tramitação interna das manifestações, procedimentos para a elaboração de relatórios estatísticos e analíticos, com proposição de melhorias na prestação dos serviços;
XIII - definir metas e indicadores de desempenho, quanto ao prazo de atendimento das manifestações, satisfação do usuário, atuação em eventos de estímulo ao controle social e à transparência, e quantidade de pessoas capacitadas nos eventos de estímulo ao controle social e à transparência promovidos em parceria com a Escola de Governo;
XIV - avaliar o resultado de ações, metas e indicadores de desempenho, mediante a produção e análise de dados e informações sobre as atividades da ouvidoria, bem como propor e monitorar a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços por ela oferecidos;
XV - propor melhorias, objetivando o aprimoramento dos serviços oferecidos pela Prefeitura de Ibitirama;
XVI - contribuir para a melhoria da gestão pública;
XVII - divulgar e manter atualizada a Carta de Serviços ao Usuário da Prefeitura Municipal de Ibitirama, através do processamento de informações obtidas por meio das manifestações recebidas, e das pesquisas de satisfação realizadas com a finalidade de subsidiar a avaliação dos serviços prestados, visando o cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento estabelecidos;
XVIII - promover outras ações com a finalidade de ampliar a resolutividade das manifestações recebidas e melhorar a efetividade na prestação dos serviços oferecidos pela Prefeitura de Ibitirama;
XIX - exercer as atribuições de Serviço de Informação ao Cidadão, de que trata o inciso I do art. 9º da Lei 12.527/2011, quando assim designada;
XX - elaborar, anualmente, relatório circunstanciado das atividades realizadas no exercício anterior e apresentar a Controladoria Geral, até o dia 31 de janeiro de cada ano, bem como disponibilizar em sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Ibitirama.

Art. 7º. Compete ao Ouvidor:
I - assegurar o regular desenvolvimento do controle social da Administração Pública pelos cidadãos;
II - atender e orientar o público quanto ao acesso às informações no âmbito da Prefeitura de Ibitirama;
III - informar sobre a tramitação de processos ou documentos nas unidades da Prefeitura de Ibitirama, prestando as informações solicitadas, exceto quando protegidas por sigilo;
IV - receber, instruir e responder as denúncias encaminhadas por órgãos, cidadãos ou entidades, nos termos desta Instrução Normativa;
V - receber, instruir e responder as manifestações sobre os serviços prestados pela Prefeitura de Ibitirama, nos termos desta Instrução Normativa;
VI - responder aos questionamentos de qualquer cidadão, por ofício ou qualquer meio eletrônico;
VII - gerir as informações encaminhadas à Ouvidoria;
VIII - promover o arquivamento de manifestações expressamente inconsistentes;
IX - supervisionar as atividades da Ouvidoria e do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC);
X - coordenar a gestão dos pedidos de acesso à informação recebidos pelo SIC, nos termos da Lei nº 12.527/2011, zelando pelo cumprimento dos prazos de atendimento;
XI - apresentar à Controladoria Geral, até o dia 31 de janeiro de cada ano, relatório circunstanciado das atividades realizadas no exercício anterior, disponibilizando-o integralmente no portal da Ouvidoria, em atendimento a Lei Federal nº 13.460/2017, apontando falhas e sugerindo melhorias na prestação de serviços públicos, indicando, ao menos:
a) o número de manifestações recebidas no ano anterior;
b) as matérias das manifestações;
c) a análise dos pontos recorrentes; e
d) as providências adotadas pela Ouvidoria nas soluções apresentadas.
Parágrafo único. O Ouvidor poderá delegar a prática de atos de mero expediente e a expedição de comunicações aos servidores que prestam apoio exclusivo a Ouvidoria.

Art. 8º. Os sistemas informatizados da Prefeitura de Ibitirama deverão contemplar os trabalhos de Ouvidoria, no que couber, e integrá-la às rotinas eletrônicas, limitando o acesso apenas das partes envolvidas.

Art. 9º. O portal eletrônico da Ouvidoria, deverá conter ícone e identificação visual específica e em destaque para a Ouvidoria, de preferência na parte superior do portal, permitindo o rápido e livre acesso à sua página virtual por qualquer cidadão.

SEÇÃO VI
DAS ATIVIDADES

Art. 10 Com vistas à realização de seus objetivos, a Ouvidoria deverá:
I - Elaborar plano de ação anual, contemplando às ações a serem desenvolvidas, disponibilizando-o no portal do Ouvidoria;
II - Elaborar rotinas internas padronizadas;
III - Receber, analisar e encaminhar, nos termos desta Instrução Normativa, às unidades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão pela área responsável;
IV - Responder às manifestações a ela encaminhadas por usuários ou reencaminhadas por outras ouvidorias, adequando a uma linguagem simples e assertiva;
VI - Divulgar a Carta de Serviços ao usuário e manter atualização periódica, no mínimo a cada seis meses, e de permanente divulgação mediante publicação em sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Ibitirama.

SEÇÃO VII
DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA OUVIDORIA

Art. 11 Assiste a todo cidadão, órgão ou entidade o direito de utilizar os canais de comunicação disponibilizados pela Ouvidoria para apresentar a sua manifestação, de forma: I - identificada, sem solicitação de sigilo: quando o cidadão informa um meio de contato (endereço, número de telefone e/ou celular, e-mail) e autoriza sua identificação;
II - identificada, com solicitação de sigilo: quando o cidadão informa um meio de contato e solicita que seja guardado sigilo sobre a sua identificação, pedindo acesso restrito aos seus dados;
III - anônima: quando o cidadão não informa um meio de contato (endereço, e-mail, telefone fixo ou celular). Registrada a ocorrência anônima, o manifestante poderá acompanhar o andamento do seu pedido mediante o número de protocolo de atendimento gerado por meio do sistema informatizado de Ouvidoria. Quando a identidade do usuário for essencial à tomada de providências, tal situação deverá ser autorizada pelo usuário sendo que, havendo recusa, caberá o arquivamento do expediente.
§1º A manifestação tipificada como elogio deverá conter a identificação do usuário.
§2º Será assegurado o sigilo da autoria sempre que solicitado ou quando necessário, garantindo a todos os demandantes um caráter de discrição e de confidencialidade.

Art. 12 Todas as demandas encaminhadas à Ouvidoria, identificadas ou não, além daquelas grafadas com sigilo, serão registradas eletronicamente em sistema próprio de gerenciamento de dados, devendo se observar o disposto nesta Instrução Normativa como condição para encaminhamento e processamento perante outras unidades da Prefeitura Municipal de Ibitirama.

Art. 13 O registro de qualquer demanda gerará um número automático de protocolo de atendimento para acompanhamento no sistema informatizado de Ouvidoria, que será transmitido ao seu autor através do mesmo meio de comunicação por ele utilizado.

Art. 14 Serão colocadas à disposição de todos os usuários da Ouvidoria as providências adotadas em suas respectivas manifestações, ainda que não haja identificação do demandante,uma vez que o sistema informatizado de Ouvidoria permite o acompanhamento da manifestação via número de protocolo de atendimento.

Art. 15 O demandante não ficará sujeito a nenhuma sanção administrativa no âmbito deste Poder Executivo Municipal em decorrência de sua demanda, salvo em caso de comprovada má-fé.

SEÇÃO VIII
DO ACESSO INTERNO AO SISTEMA DE OUVIDORIA

Art. 16 A Ouvidoria utilizará sistemas informatizados que possibilitem o encaminhamento de manifestações e pedidos de acesso à informação, o encaminhamento das demandas e o fluxo de informações com as diversas unidades.
§ 1º Caberá aos servidores da Ouvidoria receber, manter sigilo, acompanhar e enviar resposta das manifestações recebidas, prestando as informações solicitadas e registrando o histórico documental através de sistema próprio.
§ 2º Caberá às chefias e servidores de cada unidade da Prefeitura Municipal de Ibitirama responder as manifestações encaminhadas ao setor, quando atendidos os requisitos para processamento definidos nesta Instrução Normativa, obedecendo os prazos e critérios de preservação da identificação dos demandantes.

Art. 17 O Ouvidor e Controlador Geral terão permissão de acesso a todas as manifestações registradas no sistema de Ouvidoria, encerradas ou não, bem como aos respectivos fluxos de informações.

SEÇÃO IX
DOS PROCEDIMENTOS NO TRATAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES DOS USUÁRIOS

Das regras gerais para tratamento das manifestações

Art. 18 A manifestação será dirigida à Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Ibitirama e poderá ou não conter a identificação do usuário.
§1º A identificação do requerente não conterá exigências que inviabilizem sua manifestação.
§2º Na hipótese de manifestação anônima, o tratamento deverá obedecer a todas as fases contidas no rol do parágrafo único do art. 26.
§3º A solicitação de certificação da identidade do usuário somente poderá ser exigida nos casos previstos em lei.

Art. 19 A Ouvidoria assegurará ao usuário a proteção de sua identidade e demais atributos de identificação.
Art. 20 Em nenhuma hipótese será recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 21 São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a Ouvidoria.

Art. 22 É vedada a cobrança de qualquer valor aos usuários referentes aos procedimentos de Ouvidoria, ressalvados os custos de reprodução de documentos, mídias digitais e correlatos. Parágrafo Único. Sendo necessária, a autenticação de documentos será realizada pelo próprio servidor da Ouvidoria, à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade.

Art. 23 O cidadão que se dirigir a qualquer unidade organizacional da Prefeitura Municipal de Ibitirama com alguma informação que possa vir a se configurar uma manifestação do usuário deve ser orientado a procurar a Ouvidoria.

Art. 24 A manifestação de que trata esta Instrução Normativa poderá ser feita por meio eletrônico (sistema informatizado), telefônico, correspondência convencional (caixas coletoras) e verbalmente, hipóteses em que deverão ser reduzidas a termo e inseridas no sistema informatizado pela Ouvidoria.
§ 1º As manifestações serão apresentadas, preferencialmente, em meio eletrônico, por meio de sistema informatizado.
§ 2º Sempre que a manifestação for recebida em meio físico, a Ouvidoria deverá promover a sua digitalização e a sua inserção imediata em sistema informatizado.
§ 3º O disposto neste artigo não se aplica a processos administrativos e de controle externo para os quais haja rito específico próprio, definido em ato normativo.

Art. 25 A Ouvidoria deverá coordenar o atendimento das manifestações dos usuários, por meio de formalização, análise, classificação, encaminhamento e sua resposta final ao usuário, em linguagem cidadã, simples, clara, concisa e objetiva.

Art. 26 Os procedimentos administrativos relativos à análise das manifestações observarão os princípios da eficiência e da celeridade, visando sua efetiva resolução.
Parágrafo único. A efetiva resolução das manifestações dos usuários compreende:
I - recepção da manifestação no canal de atendimento adequado;
II - emissão de número de protocolo da manifestação;
III - análise e obtenção de informações complementares, quando necessário;
IV - resposta intermediária;
V - resposta conclusiva.

Art. 27 A Ouvidoria deverá elaborar e apresentar resposta conclusiva às manifestações, encaminhando a decisão administrativa final ao usuário, no prazo de até 30 (trinta) dias,contados do seu recebimento, prorrogável por igual período uma única vez, mediante justificativa expressa.
§1º Recebida a manifestação, a Ouvidoria poderá, quando necessário, encaminhá-la às áreas internas responsáveis pelos esclarecimentos ou providências cabíveis. Todavia, essa manifestação será protocolada no sistema de processo administrativo eletrônico da Prefeitura Municipal de Ibitirama, disponibilizando a cópia da manifestação.
§2º As áreas internas responsáveis pelos esclarecimentos ou providências cabíveis da Prefeitura de Ibitirama deverão responder no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento da manifestação pela Ouvidoria, prorrogáveis uma única vez, por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa.
§3º Não sendo necessário o encaminhamento da manifestação às unidades internas da Prefeitura de Ibitirama aos responsáveis pelas providências cabíveis, a Ouvidoria tomará a decisão administrativa final e dará ciência ao usuário.
§4º Sempre que as informações apresentadas forem insuficientes para ensejar a análise da manifestação, a Ouvidoria deverá solicitar ao usuário complementação de informações, que deverá ser atendida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do envio de resposta intermediária com a solicitação de complementação, via sistema

informatizado de Ouvidoria.
§5º Não serão admitidos pedidos de complementação sucessivos, exceto se referentes a fatos novos alusivos à manifestação apresentada.
§6º O pedido de complementação de informações ao usuário interrompe o prazo previsto no *caput* deste artigo, que será reiniciado do zero, a partir da data do seu atendimento pelo usuário.
§ 7º A falta da complementação da informação pelo usuário no prazo estabelecido no § 4º deste artigo poderá acarretar o arquivamento da manifestação.
§ 8º A manifestação poderá ser encerrada quando o seu autor:
I - expuser os fatos faltando com a verdade;
II - não proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;
III - não prestar as informações que lhe forem solicitadas para o esclarecimento dos fatos.
§ 9º O prazo para resposta a pedidos de acesso a informações será regido nos termos desta Instrução Normativa.

Do recebimento, análise, encaminhamento e encerramento das manifestações

Art. 28 No exercício de sua competência, a Ouvidoria receberá manifestações da sociedade, por meio dos seguintes canais de atendimento, dentre outros:
I - presencialmente;
II - por telefone;
III - por e-mail;
IV - por sistema informatizado disponibilizado na rede mundial de computadores;
V - por correspondência (caixas coletoras).

Art. 29 As manifestações presenciais, telefônicas, por e-mail e por caixas coletoras, recebidas nos termos desta Instrução Normativa, serão inseridas no banco de dados do sistema informatizado próprio, por servidor exclusivo da Ouvidoria, que fornecerá o número do protocolo ao usuário para acompanhamento da demanda, ficando sob a responsabilidade do requerente o registro desse número de protocolo.
Parágrafo único. Na hipótese da impossibilidade temporária de inserção de dados no sistema de Ouvidoria, no momento do atendimento, a demanda deverá ser registrada em formulário próprio, com indicação de e-mail ou telefone do usuário, salvo se anônimo, para, oportunamente, ser fornecido o número de registro do protocolo de acesso ao usuário para acompanhamento da demanda.
Art. 30 Os documentos físicos constantes das manifestações presenciais e das recebidas por caixas coletoras deverão ser digitalizados e inseridos por servidor exclusivo da Ouvidoria no sistema informatizado próprio.
§ 1º Após a adoção do procedimento descrito no *caput*, os documentos físicos serão devolvidos ao interessado, no caso de atendimento presencial, ou eliminados, no caso de correspondência.
§ 2º Incluem-se, no conceito de correspondência, os formulários depositados pelos cidadãos em caixas coletoras disponibilizadas pela Ouvidoria.

Art. 31 A Ouvidoria, após o recebimento da manifestação, procederá à análise prévia do teor da demanda, e a classificará, quanto à sua natureza, em uma das seguintes tipologias:
I - elogio: manifestações que apresentarem reconhecimento, apreço ou satisfação em face de um serviço prestado pela Prefeitura Municipal de Ibitirama ou pela atuação de servidor no exercício de suas funções;
II - sugestão: manifestações que versarem sobre ideia ou proposta para o aprimoramento das atividades da Prefeitura Municipal de Ibitirama, as quais poderão vir a ser utilizadas como parâmetro para a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade;
III - solicitação: manifestações que tratarem de pedido de esclarecimento, orientação ou providência acerca de matéria atinente à atuação ou ao funcionamento da Prefeitura Municipal de Ibitirama, e que não se enquadrem como consulta de natureza técnica e/ou jurídica que possuem procedimento próprio previsto em legislação específica;
IV - reclamação: manifestações que expressarem desagrado ou protesto em face de um serviço prestado pela Prefeitura Municipal de Ibitirama ou pela atuação ou omissão de servidor, estagiário ou colaborador no exercício de suas funções;
V - Denúncia: manifestações que relatarem fatos que contiverem indícios de irregularidades, de prática de ato ilícito ou de ofensa aos princípios e normas que regem a Administração Pública, cuja averiguação for da competência do Controle Interno ou Externo. A denúncia poderá ser encerrada quando:
a. Estiver dirigida a órgão manifestamente incompetente para dar-lhe tratamento;
b. Não contenha elementos mínimos indispensáveis à sua apuração;
c. Se o autor descumprir os deveres de expor os fatos conforme a verdade, não proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, agir de modo temerário ou não prestar as informações que lhe forem solicitadas para o esclarecimento dos fatos;
d. Será considerado conclusivo o retorno que oferece ao interessado a resposta adequada a sua demanda, bem como, as medidas requeridas às áreas internas ou a justificativa no caso de impossibilidade de fazê-lo;
e. A Ouvidoria, após averiguação dos fatos junto a unidade demandada, deverá informar à Controladoria Geral a existência de denúncia contra agente público, desde que contenha elementos mínimos de autoria e materialidade.
VI - pedido de acesso à informação: pedidos formulados nos termos da Lei 12.527/2011, e demais regulamentações aplicáveis.

Art. 32 Após classificada a demanda, a Ouvidoria verificará se estão presentes na manifestação as informações suficientes para seu prosseguimento.

Art. 33 Terminada a análise prévia da demanda, sua classificação e a necessidade de encaminhamento da matéria a outra unidade da Prefeitura Municipal de Ibitirama para esclarecimentos ou providências, a unidade demandada deverá prestar as informações ou comunicar as providências adotadas nos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa, a contar da data do recebimento.
§ 1º Caso uma unidade demandada necessite repassar a manifestação a outra unidade, deverá ser observado o prazo limite originalmente estabelecido pela Ouvidoria.
§ 2º O encaminhamento de manifestações entre a Ouvidoria e unidades da Prefeitura de Ibitirama observará o disposto na legislação pertinente quanto as medidas gerais de salvaguarda à identidade de usuários.

Art. 34 O descumprimento injustificado pelas unidades da Prefeitura Municipal de Ibitirama dos prazos fixados para resposta às manifestações oriundas da Ouvidoria ocasionará a comunicação do fato à Controladoria Geral para as providências cabíveis.

Art. 35 A manifestação será sumariamente encerrada, a critério do Ouvidor, com o arquivamento promovido, quando:
I - trouxer conteúdo inapropriado;
II - contiver palavras de baixo calão;
III - apresentar conteúdo e autoria em duplicidade com demanda anteriormente registrada;
IV - for manifestamente inconsistente.

Art. 36 As demandas insuficientemente formuladas deverão ser complementadas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da ciência do seu autor.
§ 1º Será considerado como ciência ao autor o envio de resposta intermediária com a solicitação de complementação, via sistema informatizado de Ouvidoria.
§ 2º Decorrido o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, sem a devida complementação, inserida pelo demandante no sistema de Ouvidoria, a manifestação será encerrada por insuficiência de conteúdo.

Art. 37 Será considerada concluída a manifestação em que o demandante recebeu da Ouvidora resposta conclusiva fundamentada, de modo a permitir seu encerramento.

Do elogio, da reclamação, da sugestão, da solicitação e da denúncia
Art. 38 O elogio recebido será encaminhado pelo Ouvidor ao elogiado e à sua chefia imediata, que comunicará as providências adotadas à Ouvidoria no prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento da manifestação. Após, o Ouvidor encaminhará ao setor de Recursos Humanos para conhecimento e solicitação de registro na pasta do servidor.
Parágrafo Único. A resposta conclusiva do elogio deverá conter informação sobre o encaminhamento e cientificação ao responsável pela atividade ou serviço público prestado, e à sua chefia imediata e, posterior registro na pasta do servidor pelo setor de Recursos Humanos.

Art. 39 A reclamação recebida será encaminhada pelo Ouvidor à unidade competente pela prestação da atividade ou do serviço objeto da manifestação, para conhecimento e manifestação no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento por meio de processo administrativo eletrônico da Prefeitura Municipal de Ibitirama, prorrogável por mais 10 (dez) dias, mediante prévia justificativa dirigida ao Ouvidor.
I - As reclamações de solicitação de serviços, devem ser aceitas, desde que já possuam número do protocolo do primeiro nível de atendimento da Prefeitura Municipal de Ibitirama. II - A resposta conclusiva da reclamação apresentada deverá conter a manifestação da unidade competente.

Art. 40 A sugestão recebida será encaminhada pelo Ouvidor à unidade competente pela prestação da atividade ou do serviço objeto da manifestação, para conhecimento e manifestação no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento por meio de processo administrativo eletrônico da Prefeitura Municipal de Ibitirama, prorrogável por mais 10 (dez) dias, mediante prévia justificativa dirigida ao Ouvidor.
§ 1º A manifestação da unidade competente indicará a possibilidade ou não de acatamento da sugestão e, quando for o caso, informará a forma e os prazos de sua adoção.
§ 2º A resposta conclusiva da sugestão deverá conter a manifestação da unidade competente.

Art. 41 A solicitação recebida será encaminhada pelo Ouvidor à unidade competente pela prestação da atividade ou do serviço objeto da manifestação, para conhecimento e manifestação no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento por meio de processo administrativo eletrônico da Prefeitura Municipal de Ibitirama, prorrogável por mais 10 (dez) dias, mediante prévia justificativa dirigida ao Ouvidor.
§ 1º A resposta conclusiva da solicitação deverá conter a manifestação da unidade competente.
§ 2º Quando a solicitação contiver pedido de orientação ou de esclarecimento sobre matéria referente à área de atuação da Prefeitura Municipal de Ibitirama e depender exclusivamente do fornecimento de informações que constem dos sistemas e das bases de dados acessíveis às unidades da Prefeitura Municipa de Ibitirama, caberá à Ouvidoria responder ao seu usuário.
§ 3º Em se tratando de consulta sobre legislação do Poder Executivo, caberá à Ouvidoria orientar o usuário sobre a normatização aplicável à formalização de consulta, bem como sobre as ferramentas disponíveis para pesquisa de legislação.

Art. 42 Os pedidos de acesso à informação, formulados nos termos da Lei 12.527/2011, serão recebidos e tratados pela Ouvidoria nos termos da Lei nº 12.527/2011.

Art. 43 Em todos os casos, caberá à Ouvidoria encaminhar ao seu usuário a resposta conclusiva à manifestação.

Art. 44 A denúncia recebida pela unidade da Ouvidoria será conhecida na hipótese de conter elementos mínimos de autoria e materialidade, após, será encaminhada a unidade competente pela prestação da atividade ou do serviço objeto da denúncia, para conhecimento e manifestação no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento por meio de processo administrativo eletrônico da Prefeitura Municipal de Ibitirama, prorrogável por mais 10 (dez) dias, mediante prévia justificativa dirigida ao Ouvidor.

Art. 45 São requisitos de admissibilidade de denúncia sobre matéria de competência da Prefeitura Municipal de Ibitirama:
I - ser redigida com clareza;
II - conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;
III - estar acompanhada de indício de prova, preferencialmente;
§1º A denúncia não será conhecida quando não observados os requisitos de admissibilidade previstos neste artigo.
§2º Caberá à Controladoria Geral a análise dos elementos mínimos descritivos de irregularidade ou indícios que permitam a Administração Pública a chegar a tais elementos, após a apuração prévia

realizada pela Ouvidoria junto à unidade demandada;
§3º A Controladoria Geral poderá recomendar o ato de instauração da sindicância ou de processo administrativo disciplinar junto ao Chefe do Executivo.
Parágrafo único. A resposta conclusiva da denúncia conterá informação sobre o seu encaminhamento aos órgãos apuratórios competentes e sobre os procedimentos a serem adotados ou sobre o seu arquivamento, na hipótese de a denúncia não ser conhecida.

SEÇÃO X

DAS MEDIDAS GERAIS DE SALVAGUARDA À IDENTIDADE DE USUÁRIOS

Art. 46 A preservação da identidade do usuário da Ouvidoria, quando solicitada, dar-se-á com a proteção do nome, endereço e quaisquer elementos de identificação, que ficarão com acesso restrito e sob a guarda e responsabilidade da Ouvidoria. Dessa forma, quaisquer manifestações recebidas pelo sistema informatizado de Ouvidoria, presencial, por telefone ou e-mail e, que forem protocoladas, posteriormente, por meio de processo administrativo eletrônico da Prefeitura de Ibitirama devem ser registradas como sigilosas.
§1º Os sistemas informatizados que permitam o tratamento de manifestações com elementos de identificação deverão possuir controle de acesso, assim, somente o responsável pela unidade demandada poderá receber a manifestação, ficando a seu critério e responsabilidade indicar um responsável para receber qualquer manifestação encaminhada pela Ouvidoria.
§2º Observado o disposto no §1º, a Ouvidoria dará tratamento aos dados pessoais do usuário de forma que impeçam sua identificação, antes de enviar a manifestação às unidades para análise.
§3º O encaminhamento de manifestações entre a Ouvidoria e unidades da Prefeitura Municipal de Ibitirama observará o disposto na Lei 13.709/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais.

SEÇÃO XI DOS PRAZOS

Art. 47 A Ouvidoria encaminhará resposta conclusiva ao usuário, observado o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, de forma justificada.
Parágrafo único. Os pedidos de acesso à informação, formulados nos termos da Lei 12.527/2011, serão respondidos pela Ouvidoria observado o prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por 10 (dez) dias, de forma justificada.

Art. 48 A contagem dos prazos de que trata esta Instrução Normativa se faz em dias corridos, suspendendo-se durante o período de recesso de final de ano, regulamentado via decreto municipal.
§1º Os prazos da Ouvidoria começam a correr a partir da data do recebimento da manifestação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
§2º Os prazos das unidades (secretarias e gerências) da Prefeitura Municipal de Ibitirama começam a correr a partir da data do recebimento da manifestação pela Ouvidoria, excluindo- se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
§3º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

SEÇÃO XII

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 49 Caso o agente público se recuse a fornecer a informação requerida ou retarde deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa, dentre outras, poderá incorrer em condutas dispostas e sofrer as penalidades previstas na Lei Complementar Municipal nº 27/2012 ou no Decreto Municipal nº 6.247/2022, após apuração da responsabilidade do servidor público pela infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

SEÇÃO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50 No âmbito da Ouvidoria será utilizado, preferencialmente, o meio eletrônico de comunicação em todo o fluxo de informações originadas das demandas.

Art. 51 Os documentos, protocolos e processos recebidos ou em trâmite nas unidades da Prefeitura de Ibitirama que guardem natureza de denúncia, elogio, reclamação, sugestão e solicitação nos termos desta Instrução Normativa, serão encaminhados à Ouvidoria para análise e adoção de providências cabíveis.

Art. 52 No âmbito da Prefeitura Municipal de Ibitirama são interlocutores, para fins do cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o Prefeito Municipal, todos os Secretários e servidores subordinados a estes, aos quais cabem apresentar as respostas as manifestações e aos pedidos de acesso à informação quando demandados formalmente pela autoridade responsável pela Ouvidoria, observado o prazo consignado para resposta.

Art. 53 Compete aos interlocutores da Prefeitura:
I. Adotar todos os procedimentos no âmbito de sua unidade para atendimento tempestivo ao requerimento da informação, atento aos prazos e por meio da orientação na execução do levantamento da informação;
II. Prestar informações para subsidiar eventuais respostas a recursos que recaiam sobre decisões na sua área de atuação;
III. Apresentar justificativa expressa para o não cumprimento dos prazos e pedidos de prorrogação, quando necessário, bem como, para o indeferimento/recusa total ou parcial da informação ou do não fornecimento das razões da negativa de acesso;
IV. Guardar sigilo das informações das manifestações e dados pessoais dos usuários, quando identificados.
§ 1º. A decisão negativa de acesso deverá ser sempre fundamentada e a responsabilidade por justificar qualquer negativa deste acesso deve recair sobre a unidade a qual a informação foi solicitada.
§ 2º. Quando a resposta aos pedidos de informação estiver disponível em formato impresso ou digital, os interlocutores deverão informar a autoridade responsável pela Ouvidoria, a data, o local e o modo que o requerente realizará a consulta, efetuará a reprodução ou obtenção da certidão relativa à informação.

Art. 54 O acesso aos dados, informações e documentos respeitará os direitos constitucionais de proteção à intimidade e privacidade, as hipóteses de sigilo de correspondência, fiscal, financeiro, telefônico, de comunicação de dados, de segredo de justiça e demais previsões legais.

Art. 55 Esta Instrução Normativa visa assegurar a aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação, no que tange ao atendimento pelo Serviço e Sistema de Informação ao Cidadão, promovendo também maior transparência aos atos públicos.

Art. 56 No decorrer dos trabalhos poderão surgir demais competências que poderão ser resolvidas junto à Controladoria Geral do Município.

Art. 57 Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de manter o processo de melhoria contínua.

Art. 58 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Ibitirama/ES, 26 de maio de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito de Ibitirama/ES

PAULO ROBERTO FALEIRO
Controlador Geral Decreto nº. 36/2025

Protocolo 1559009

DECRETO N.º 269/2025

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 78, 79 e Incisos I a XXXVII da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o procedimento para participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela Administração Pública, previsto na Lei Federal nº 13.460/2017.

Art. 2º Para os fins deste decreto, consideram-se:
I - usuário: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, o serviço público;
II - serviço público: atividade administrativa de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da Administração Pública;
III - Administração Pública Municipal: órgão do Poder Executivo ou entidade integrante da Administração Pública Indireta Municipal;
IV - agente público: quem exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração; e
V - manifestações: reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços.

Art. 3º As informações prestadas pela administração deverão ser asseguradas ao cidadão mediante procedimentos objetivos e claros, em linguagem de fácil compreensão.

Art. 4º Com periodicidade mínima anual, o Poder Executivo Municipal publicará quadro geral dos serviços públicos prestados, que especificará os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados.

Art. 5º A prestação dos serviços públicos e o atendimento ao usuário deverão ser realizados de forma adequada, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.

Parágrafo único. Na prestação dos serviços públicos a que se refere o caput, deverão ser observados, além dos princípios, as seguintes diretrizes:
I - urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos usuários;
II - presunção de boa-fé do usuário;
III - atendimento por ordem de chegada, ressalvados casos de urgência e aqueles em que houver possibilidade de agendamento, asseguradas as prioridades legais às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas com crianças de colo;
IV - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções não previstas na legislação;
V - igualdade no tratamento aos usuários, vedado qualquer tipo de discriminação;
VI - cumprimento de prazos e normas procedimentais;
VII - definição, publicidade e observância de horários e normas compatíveis com o bom atendimento ao usuário;
VIII - adoção de medidas visando a proteção à saúde e a segurança dos usuários;
IX - autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade;
X - manutenção de instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento;
XI - eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;
XII - observância dos códigos de ética ou de conduta aplicáveis às várias categorias de agentes públicos;
XIII - aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao usuário e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações;
XIV - utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos;
XV - vedação da exigência de nova prova sobre fato já comprovado em documentação válida apresentada.

Art. 6º Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta deverão estabelecer política interna que assegure a garantia dos direitos básicos dos usuários, como:
I - participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;
II - obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;
III-acessoeobtençãodeinformaçõesrelativasàsua-pessoaconstantesderegistros ou banco de dados, observado o disposto no inciso X do caput do artigo 5º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 12.527/2011;
IV - proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011;
V - atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade;
VI - obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
a) horário de funcionamento das unidades administrativas;
b) serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
c) acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
d) situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado;
e) valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

Art. 7º São deveres do usuário:
I - utilizar adequadamente os serviços, procedendo com urbanidade e boa-fé;
II - fornecer as informações pertinentes ao serviço prestado, quando solicitadas;
III - colaborar para a adequada prestação do serviço;
IV - preservar as condições dos bens públicos, por meio dos quais lhe são prestados os serviços de que trata este decreto.

Art. 8º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, diretos e indiretos, divulgarão Carta de Serviços ao Usuário com objetivo de informar aos cidadãos sobreosserviçospúblicosquepodem serprestados, asformasdeacessoaessesserviços, os respectivos compromissos dos órgãos e entidades prestadores de serviços e os padrões de qualidade de atendimento ao público.

§ **1º** A Carta de Serviços ao Cidadão apresentará, com clareza e precisão, em relação a cada um dos serviços públicos prestados, as seguintes informações:
I - os serviços efetivamente oferecidos;
II - os requisitos, documentos, formas e informações necessários para acessar o serviço;
III - as principais etapas para o processamento do serviço;
IV - a previsão do prazo máximo para a prestação do serviço;
V - a forma de prestação do serviço;
VI - os locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço;
VII - as prioridades de atendimento;
VIII - a previsão de tempo de espera para atendimento;
IX - os mecanismos de comunicação com os usuários;
X - os procedimentos para receber e responder as manifestações dos cidadãos;
XI - os mecanismos de consulta, por parte dos cidadãos, acerca do andamento do serviço solicitado e para sua eventual manifestação.

§ **2º** A Carta de Serviços ao Cidadão ficará disponível no Portal Oficial da Prefeitura.
§ **3º** A atualização das informações constantes da Carta de Serviços ao Cidadão deverá ser feita pelo órgão e entidade responsável pela prestação de cada serviço público, de modo concomitante à sua implantação, sendo revisada constantemente, sempre que houver alteração do serviço.
§ **4º** A Carta de Serviços ao Cidadão utilizará linguagem simples, concisa, objetiva e em formato acessível, quando necessário, considerando o contexto sociocultural dos cidadãos interessados, de forma a facilitar a comunicação e o mútuo entendimento.

Art. 9º A Ouvidoria Municipal terá como atribuições precípuas, sem prejuízo de outras estabelecidas em regulamento específico:
I - promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;
II - acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;
III - propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;
IV - auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta Lei;
V - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei;
VI - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula; e
VII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes;
VIII - coordenar a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Usuário, interagindo com os órgãos da Administração Direta e Indireta.

Art. 10. Com vistas à realização de seus objetivos, a Ouvidoria deverá:
I - receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos; e
II - elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso I, e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.

Art. 11. Os órgãos e entidades da Administração Municipal Direta e Indireta ficarão incumbidos de divulgar relatório, com periodicidade mínima anual, pelo menos os seguintes dados sobre o respectivo atendimento:
I - o número total de manifestações por serviço público;
II - os motivos das manifestações;
III - a análise dos pontos recorrentes;
IV - as providências adotadas pela Administração nas soluções apresentadas;

Parágrafo único. O relatório de gestão será:
I - encaminhado à autoridade máxima do órgão a que pertence a unidade de ouvidoria; e
II - disponibilizado integralmente na internet.

Art. 12. Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão avaliar os serviços prestados, nos seguintes aspectos:
I - satisfação do usuário com o serviço prestado;
II - qualidade do atendimento prestado ao usuário;
III - cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;
IV - quantidade de manifestações de usuários; e
V - medidas adotadas pela administração pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.
§ **1º** A avaliação será realizada por pesquisa de satisfação feita, no mínimo, a cada um ano, ou por qualquer outro meio que garanta significância estatística aos resultados.
§ **2º** O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado no sítio do órgão ou entidade, e servirá de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Usuário.

Art. 13. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ **1º** Fica isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cidadão cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo.
§ **2º** Caso seja requerida justificadamente a concessão da cópia de documento, com autenticação, poderá ser designado um servidor para certificar que confere com o original.

Art. 14. O agente público que der causa ao descumprimento deste Decreto estará sujeito às medidas disciplinares na forma da lei.

Art. 15. Fica criado, no âmbito do Poder Executivo, o Agente Ouvidor, com as seguintes atribuições:
I - ser o responsável pelas demandas da Ouvidoria nos respectivos órgãos da Administração;
II - zelar pelo cumprimento dos prazos para apresentação de solução para as manifestações enviadas pela Ouvidoria;
III - atuar como interlocutor entre o órgão da Administração e a Ouvidoria Municipal;
IV - exercer outras atribuições correlatas.

Parágrafo único. Será de responsabilidade de cada secretaria e de cada gerência autônoma designar servidor público para atuar como Agente Ouvidor.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Ibitirama-ES, 26 de Maio de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559032

Contrato

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 021/2025.

Processo administrativo n° 1715/2023
CidadES: 2025.031E0700001.09.0027

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA - ES.

CONTRATADA: JONAS E GOMES LTDA.

CNPJ N° 14.025.942/0001-39

REPRESENTANTE DA EMPRESA: JOSÉ CARLOS GOMES.

OBJETO:
Contratação de Serviços de arbitragem, para atender a demanda de campeonatos e copas regionais a serem realizados no período de 18 de maio à 20 de julho de 2025, pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer. A Prestação dos Serviços deverá ser de acordo com a demanda requisitada pela setor solicitante e deverá ser executado conforme ORDEM DE SERVIÇO.

Fonte de Recursos: Próprio.

VALOR: R$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais).

Ibitirama-ES, 28 de Maio de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559439

Errata

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2025

NO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IBITIRAMA / ES E A EMPRESA MW NEGÓCIOS LTDA, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE IBITIRAMA / ES DO DIA 22/05/2025 - EDIÇÃO Nº 2.767 - PÁGINA 130 - PROTOCOLO 1556113:

ONDE SE LÊ:
"LOTES 20;21;31;32;33;34 E 35."
"VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 31.035,00 (trinta e um mil reais)".
LEIA-SE:
"LOTES 20;21;31 E 32."
"VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 21.186,80 (vinte e um mil, cento e oitenta e seis reais e oitenta centavos)".

Ibitirama/ES, 28 de Maio de 2025.

Protocolo 1559003

Relatórios

Municipio de Ibitirama - ES — **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**4.036.000,00**	**1.010.835,50**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	207.000,00	23.513,22
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	422.000,00	138.466,73
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.707.000,00	286.113,13
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.700.000,00	562.742,42
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**33.085.000,00**	**11.422.898,00**
2.1 - Cota-Parte FPM	**19.200.000,00**	**5.892.087,49**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.200.000,00	5.892.087,49
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	2.000.000,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	12.800.000,00	4.966.081,94
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	160.000,00	60.713,82
2.4 - Cota-Parte ITR	5.000,00	700,28
2.5 - Cota-Parte IPVA	920.000,00	479.677,86
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		23.636,61
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**37.121.000,00**	**12.433.733,50**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**6.213.000,00**	**2.284.766,61**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**3.063.250,00**	**823.853,77**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**15.152.000,00**	**5.972.685,93**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**12.352.000,00**	**4.554.797,82**
6.1.1- Principal	12.300.000,00	4.474.062,44
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	52.000,00	80.735,38
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**2.800.000,00**	**1.417.888,11**
6.3.1- Principal	2.800.000,00	1.417.888,11
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**6.087.000,00**	**2.189.295,83**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**1.139.823,60**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.139.823,60
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**7.112.509,53**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**16.088.540,97**	**3.891.752,90**	**3.891.752,90**	**3.891.752,90**	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**12.835.455,89**	**3.259.657,02**	**3.259.657,02**	**3.259.657,02**	
10.1.1 - Educação Infantil	5.977.706,00	1.343.967,51	1.343.967,51	1.343.967,51	
10.1.2- Ensino Fundamental	6.857.749,89	1.915.689,51	1.915.689,51	1.915.689,51	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**3.253.085,08**	**632.095,88**	**632.095,88**	**632.095,88**	
10.2.1- Educação Infantil	696.407,43	63.300,72	63.300,72	63.300,72	
10.2.2- Ensino Fundamental	2.451.827,42	568.795,16	568.795,16	568.795,16	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	400,00				
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral	104.450,23				
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

Municipio de Ibitirama - ES — **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**5.205.766,44**	**4.801.657,41**	**4.681.732,92**	**404.109,03**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.801.657,41	4.801.657,41	4.681.732,92			246.859,59
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	404.109,03			404.109,03		
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.037.610,64	4.037.610,64	3.931.120,86			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	404.109,03			404.109,03		

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.180.880,15	4.037.610,64	4.037.610,64	67,60
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	212.683,22		404.109,03	

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**597.268,59**	**1.171.028,52**	**1.171.028,52**	**1.276.099,30**	**19,61**
18.1- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício - Impostos e Transferências de Impostos	455.479,78	(246.859,59)	(246.859,59)		(5,42)
18.2- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	141.788,81	1.417.888,11	1.417.888,11	1.276.099,30	100,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**1.203.352,48**	**(66.123,64)**	**367.327,74**			
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.203.352,48	(66.123,64)	367.327,74			
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)						

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**3.753.557,74**	**1.197.922,22**	**716.220,76**	**600.736,41**	**481.701,46**
20.1- Educação Infantil	1.367.170,71	233.965,12	119.838,97	104.979,22	114.126,15
20.2- Ensino Fundamental	1.115.169,76	409.758,94	217.549,43	144.381,52	192.209,51
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral	1.271.217,27	554.198,16	378.832,36	351.375,67	175.365,80
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEI

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**19.791.046,61**	**5.069.114,37**	**4.593.918,98**	**4.479.453,27**	**475.195,39**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**8.519.742,81**	**1.833.928,05**	**1.658.827,21**	**1.634.420,77**	**175.100,84**
21.1.1- Creche	2.503.967,51	538.997,53	487.533,47	480.360,12	51.464,06
21.1.2- Pré-escola	6.015.775,30	1.294.930,52	1.171.293,74	1.154.060,65	123.636,78
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	11.271.303,80	3.235.186,32	2.935.091,77	2.845.032,50	300.094,55

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	716.220,76
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	2.284.766,61
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18.1(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	3.000.987,37

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	3.108.433,38	3.000.987,37	24,14

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**620.578,60**	**267.410,82**	**267.350,56**		**353.228,04**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	9.507,00				9.507,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	7.861,60	2.510,82	2.450,56		5.411,04
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	603.210,00	264.900,00	264.900,00		338.310,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**5.735.500,00**	**1.575.684,62**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**2.535.500,00**	**552.393,95**
31.1.1 - Salário-Educação	765.000,00	309.305,35
31.1.2 - PDDE	1.500,00	295,94
31.1.3 - PNAE	335.000,00	118.140,55
31.1.4 - PNATE	1.251.000,00	113.885,51
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	183.000,00	10.766,60
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.200.000,00	1.023.290,67

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**7.259.199,47**	**644.243,47**	**513.239,14**	**499.282,70**	**131.004,33**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.713.400,00	41.942,01	19.709,01	14.155,51	22.233,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	4.318.156,10	407.226,03	315.693,57	311.543,57	91.532,46
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR					
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	227.643,37	195.075,43	177.836,56	173.583,62	17.238,87

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**27.101.298,18**	**8.613.319,86**	**7.149.017,23**	**6.973.306,24**	**1.464.302,63**
33.1- Despesas Correntes	**25.960.326,09**	**7.668.338,76**	**7.109.036,13**	**6.933.325,14**	**559.302,63**
33.1.1- Pessoal Ativo	15.303.243,86	5.045.148,62	5.045.148,62	4.869.437,63	
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	100,00				
33.1.4- Outras Despesas Correntes	10.656.982,23	2.623.190,14	2.063.887,51	2.063.887,51	559.302,63
33.2- Despesas de Capital	**1.140.972,09**	**944.981,10**	**39.981,10**	**39.981,10**	**905.000,00**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.140.972,09	944.981,10	39.981,10	39.981,10	905.000,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.734.348,49	130.203,82
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.972.685,93	309.305,35
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.316.471,48	14.783,69
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.390.562,94	424.725,48
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.390.562,94	424.725,48

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento De Contabilidade E Orçamento, Emissão: 27/05/2025 , às 09:14:41

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**4.036.000,00**	**4.036.000,00**	**1.010.835,50**	**25,05**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	207.000,00	207.000,00	23.513,22	11,36
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	422.000,00	422.000,00	138.466,73	32,81
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.707.000,00	1.707.000,00	286.113,13	16,76
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.700.000,00	1.700.000,00	562.742,42	33,10
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**31.085.000,00**	**31.085.000,00**	**11.418.958,56**	**36,73**
Cota-Parte FPM	17.200.000,00	17.200.000,00	5.892.087,49	34,26
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	700,28	14,01
Cota-Parte IPVA	920.000,00	920.000,00	479.677,86	52,14
Cota-Parte ICMS	12.800.000,00	12.800.000,00	4.966.081,94	38,80
Cota-Parte IPI - Exportação	160.000,00	160.000,00	60.713,82	37,95
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			19.697,17	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**35.121.000,00**	**35.121.000,00**	**12.429.794,06**	**35,39**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP EMPENHADAS		DESP LIQUIDADAS		DESP PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**651.800,00**	**863.945,71**	**564.332,06**	**65,32**	**445.765,93**	**51,60**	**416.896,37**	**48,25**
Despesas Correntes	651.800,00	863.945,71	564.332,06	65,32	445.765,93	51,60	416.896,37	48,25
Despesas de Capital								
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**5.059.350,00**	**5.059.350,00**	**2.043.835,26**	**40,40**	**1.757.482,58**	**34,74**	**1.710.898,37**	**33,82**
Despesas Correntes	5.059.350,00	5.059.350,00	2.043.835,26	40,40	1.757.482,58	34,74	1.710.898,37	33,82
Despesas de Capital								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**337.100,00**	**303.417,57**	**243,00**	**0,08**				
Despesas Correntes	337.100,00	303.417,57	243,00	0,08				
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**193.500,00**	**218.415,88**	**162.566,01**	**74,43**	**125.815,03**	**57,60**	**122.928,30**	**56,28**
Despesas Correntes	193.500,00	218.415,88	162.566,01	74,43	125.815,03	57,60	122.928,30	56,28
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**81.000,00**	**81.000,00**						
Despesas Correntes	81.000,00	81.000,00						
Despesas de Capital								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**1.989.500,00**	**1.970.084,12**	**830.588,27**	**42,16**	**509.085,38**	**25,84**	**508.163,45**	**25,79**
Despesas Correntes	1.631.700,00	1.618.485,53	766.010,86	47,33	444.507,97	27,46	443.586,04	27,41
Despesas de Capital	357.800,00	351.598,59	64.577,41	18,37	64.577,41	18,37	64.577,41	18,37
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**8.312.250,00**	**8.496.213,28**	**3.601.564,60**	**42,39**	**2.838.148,92**	**33,40**	**2.758.886,49**	**32,47**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**3.601.564,60**	**2.838.148,92**	**2.758.886,49**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**3.601.564,60**	**2.838.148,92**	**2.758.886,49**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			1.864.469,11
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	1.737.095,49	973.679,81	894.417,38
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	28,98	22,83	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	1.864.469,11	2.838.148,92	973.679,81	842.678,11				842.678,11		973.679,81
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021 e anteriores										

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**			
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**		**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**6.505.000,00**	**6.505.000,00**	**1.325.586,83**	**20,38**
Provenientes da União	6.061.000,00	6.061.000,00	1.301.803,35	21,48
Provenientes dos Estados	444.000,00	444.000,00	23.783,48	5,36
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**30.000,00**	**30.000,00**	**6.572,06**	**21,91**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**6.535.000,00**	**6.535.000,00**	**1.332.158,89**	**20,38**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESP. EMPENHADAS**		**DESP. LIQUIDADAS**		**DESP. PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c)x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c)x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c)x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**2.986.400,00**	**2.774.254,29**	**890.491,12**	**32,10**	**836.783,43**	**30,16**	**831.391,46**	**29,97**
Despesas Correntes	2.986.400,00	2.774.254,29	890.491,12	32,10	836.783,43	30,16	831.391,46	29,97
Despesas de Capital								
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**2.966.500,00**	**2.966.500,00**	**2.076.292,84**	**69,99**	**846.009,21**	**28,52**	**846.009,21**	**28,52**
Despesas Correntes	2.966.500,00	2.966.500,00	2.076.292,84	69,99	846.009,21	28,52	846.009,21	28,52
Despesas de Capital								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**245.100,00**	**278.782,43**	**216.854,77**	**77,79**	**194.880,21**	**69,90**	**194.880,21**	**69,90**
Despesas Correntes	245.100,00	278.782,43	216.854,77	77,79	194.880,21	69,90	194.880,21	69,90
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**58.000,00**	**54.500,00**	**27.693,24**	**50,81**	**3.286,75**	**6,03**	**3.286,75**	**6,03**
Despesas Correntes	58.000,00	54.500,00	27.693,24	50,81	3.286,75	6,03	3.286,75	6,03
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**232.000,00**	**494.769,16**	**342.697,11**	**69,26**	**300.945,73**	**60,83**	**300.945,73**	**60,83**
Despesas Correntes	12.000,00	10.000,00	449,00	4,49	449,00	4,49	449,00	4,49
Despesas de Capital	220.000,00	484.769,16	342.248,11	70,60	300.496,73	61,99	300.496,73	61,99
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**6.488.000,00**	**6.568.805,88**	**3.554.029,08**	**54,10**	**2.181.905,33**	**33,22**	**2.176.513,36**	**33,13**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESP. EMPENHADAS**		**DESP. LIQUIDADAS**		**DESP PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c)x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c)x100**	**Até o Bimestre (f)**	**(f/c)x100 %**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**3.638.200,00**	**3.638.200,00**	**1.454.823,18**	**20,33**	**1.282.549,36**	**25,55**	**1.248.287,83**	**25,29**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**8.025.850,00**	**8.025.850,00**	**4.120.128,10**	**57,58**	**2.603.491,79**	**51,86**	**2.556.907,58**	**51,81**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**582.200,00**	**582.200,00**	**217.097,77**	**3,03**	**194.880,21**	**3,88**	**194.880,21**	**3,95**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**251.500,00**	**272.915,88**	**190.259,25**	**2,66**	**129.101,78**	**2,57**	**126.215,05**	**2,56**
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**81.000,00**	**81.000,00**						
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**2.221.500,00**	**2.464.853,28**	**1.173.285,38**	**16,40**	**810.031,11**	**16,14**	**809.109,18**	**16,39**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**14.800.250,00**	**15.065.019,16**	**7.155.593,68**	**100,00**	**5.020.054,25**	**100,00**	**4.935.399,85**	**100,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento De Contabilidade E Orçamento, Emissão: 27/05/2025 , às 09:20:09

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**64.892.000,00**	**64.951.320,16**	**12.612.177,53**	**19,42**	**22.566.270,08**	**34,74**	**42.385.050,08**
RECEITAS CORRENTES	64.492.000,00	64.546.000,00	11.312.177,53	17,53	21.265.883,19	32,95	43.280.116,81
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.835.000,00	4.835.000,00	751.881,45	15,55	1.191.543,72	24,64	3.643.456,28
Impostos	4.036.000,00	4.036.000,00	682.241,19	16,90	1.010.835,50	25,05	3.025.164,50
Taxas	793.000,00	793.000,00	69.548,49	8,77	180.564,88	22,77	612.435,12
Contribuição de Melhoria	6.000,00	6.000,00	91,77	1,53	143,34	2,39	5.856,66
CONTRIBUIÇÕES	600.000,00	600.000,00	94.226,51	15,70	193.477,89	32,25	406.522,11
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	600.000,00	600.000,00	94.226,51	15,70	193.477,89	32,25	406.522,11
RECEITA PATRIMONIAL	740.500,00	740.500,00	266.901,88	36,04	508.316,42	68,65	232.183,58
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	740.500,00	740.500,00	266.901,88	36,04	508.316,42	68,65	232.183,58
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	834.500,00	834.500,00	145.817,04	17,47	288.347,02	34,55	546.152,98
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	834.500,00	834.500,00	145.817,04	17,47	288.347,02	34,55	546.152,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.281.000,00	57.335.000,00	10.012.807,64	17,46	19.024.945,34	33,18	38.310.054,66
Transferências da União e de suas Entidades	29.792.000,00	29.846.000,00	3.920.762,22	13,14	8.698.074,18	29,14	21.147.925,82
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.189.000,00	15.189.000,00	3.813.009,11	25,10	5.852.808,72	38,53	9.336.191,28
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	12.300.000,00	12.300.000,00	2.279.036,31	18,53	4.474.062,44	36,37	7.825.937,56
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	201.000,00	201.000,00	40.543,01	20,17	59.252,80	29,48	141.747,20
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	42.000,00	42.000,00	5.456,75	12,99	11.332,85	26,98	30.667,15
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	150.000,00	150.000,00	30.394,11	20,26	37.756,14	25,17	112.243,86
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	9.000,00	9.000,00	4.692,15	52,13	10.163,81	112,93	(1.163,81)
RECEITAS DE CAPITAL	400.000,00	405.320,16	1.300.000,00	320,73	1.300.386,89	320,83	(895.066,73)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	400.000,00	400.000,00			386,89	0,10	399.613,11
Alienação de Bens Móveis	400.000,00	400.000,00					400.000,00
Alienação de Bens Imóveis					386,89		(386,89)
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		5.320,16	1.300.000,00	24.435,36	1.300.000,00	24.435,36	(1.294.679,84)
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital		5.320,16	1.300.000,00	24.435,36	1.300.000,00	24.435,36	(1.294.679,84)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**108.000,00**	**108.000,00**	**16.149,46**	**14,95**	**23.747,20**	**21,99**	**84.252,80**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**65.000.000,00**	**65.059.320,16**	**12.628.326,99**	**19,41**	**22.590.017,28**	**34,72**	**42.469.302,88**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	65.000.000,00	65.059.320,16	12.628.326,99	19,41	22.590.017,28	34,72	42.469.302,88
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	65.000.000,00	65.059.320,16	12.628.326,99	19,41	22.590.017,28	34,72	42.469.302,88
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	1.971.736,42	—	—	1.971.736,42	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	1.971.736,42	—	—	1.971.736,42	100,00	—

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**64.892.000,00**	**66.920.056,58**	**10.799.031,53**	**24.726.563,31**	**42.193.493,27**	**10.719.656,18**	**18.275.762,96**	**48.644.293,62**	**17.804.542,31**
DESPESAS CORRENTES	62.476.424,00	63.610.623,64	9.636.845,66	23.104.964,37	40.505.659,27	10.439.381,72	17.696.104,06	45.914.519,58	17.224.883,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.143.471,00	32.471.946,66	5.734.014,52	10.796.759,92	21.675.186,74	5.737.822,52	10.754.871,92	21.717.074,74	10.396.965,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100,00	100,00			100,00			100,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.332.853,00	31.138.576,98	3.902.831,14	12.308.204,45	18.830.372,53	4.701.559,20	6.941.232,14	24.197.344,84	6.827.917,99
DESPESAS DE CAPITAL	2.415.476,00	3.309.332,94	1.162.185,87	1.621.598,94	1.687.734,00	280.274,46	579.658,90	2.729.674,04	579.658,90
INVESTIMENTOS	2.341.476,00	3.235.332,94	1.162.185,87	1.550.199,22	1.685.133,72	280.274,46	508.259,18	2.727.073,76	508.259,18
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	74.000,00	74.000,00		71.399,72	2.600,28		71.399,72	2.600,28	71.399,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100,00	100,00			100,00			100,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**108.000,00**	**111.000,00**	**4.150,00**	**78.284,05**	**32.715,95**	**15.249,68**	**24.440,56**	**86.559,44**	**24.204,04**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**65.000.000,00**	**67.031.056,58**	**10.803.181,53**	**24.804.847,36**	**42.226.209,22**	**10.734.905,86**	**18.300.203,52**	**48.730.853,06**	**17.828.746,35**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	65.000.000,00	67.031.056,58	10.803.181,53	24.804.847,36	42.226.209,22	10.734.905,86	18.300.203,52	48.730.853,06	17.828.746,35

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—		—	4.289.813,76		4.761.270,93
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	65.000.000,00	67.031.056,58	10.803.181,53	24.804.847,36	42.226.209,22	10.734.905,86	22.590.017,28	48.730.853,06	22.590.017,28
RESERVA DO RPPS			—	—			—		—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**108.000,00**	**108.000,00**	**16.149,46**	**14,95**	**23.747,20**	**21,99**	**84.252,80**
RECEITAS CORRENTES	108.000,00	108.000,00	16.149,46	14,95	23.747,20	21,99	84.252,80
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	108.000,00	108.000,00	16.149,46	14,95	23.747,20	21,99	84.252,80
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	108.000,00	108.000,00	16.149,46	14,95	23.747,20	21,99	84.252,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**108.000,00**	**111.000,00**	**4.150,00**	**78.284,05**	**32.715,95**	**15.249,68**	**24.440,56**	**86.559,44**	**24.204,04**
DESPESAS CORRENTES	108.000,00	111.000,00	4.150,00	78.284,05	32.715,95	15.249,68	24.440,56	86.559,44	24.204,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS									
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	108.000,00	111.000,00	4.150,00	78.284,05	32.715,95	15.249,68	24.440,56	86.559,44	24.204,04
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS									
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento De Contabilidade E Orçamento, Emissão: 27/05/2025 , às 09:21:53

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**64.892.000,00**	**66.920.056,58**	**10.799.031,53**	**24.726.563,31**	**99,68**	**42.193.493,27**	**10.719.656,18**	**18.275.762,96**	**99,87**	**48.644.293,62**
Legislativa	**2.218.000,00**	**2.218.000,00**	**234.904,33**	**467.289,67**	**1,88**	**1.750.710,33**	**232.499,67**	**433.992,55**	**2,37**	**1.784.007,45**
Ação Legislativa	2.218.000,00	2.218.000,00	234.904,33	467.289,67	1,88	1.750.710,33	232.499,67	433.992,55	2,37	1.784.007,45
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária	**869.000,00**	**867.880,00**	**67.518,38**	**230.344,29**	**0,93**	**637.535,71**	**86.401,10**	**227.390,46**	**1,24**	**640.489,54**
Ação Judiciária	869.000,00	867.880,00	67.518,38	230.344,29	0,93	637.535,71	86.401,10	227.390,46	1,24	640.489,54
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**13.149.794,00**	**13.269.914,03**	**1.752.109,63**	**5.397.555,18**	**21,76**	**7.872.358,85**	**2.246.505,57**	**3.731.211,06**	**20,39**	**9.538.702,97**
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral	10.483.439,00	10.603.749,03	1.541.404,96	4.022.330,52	16,22	6.581.418,51	1.926.468,35	3.133.113,09	17,12	7.470.635,94
Administração Financeira	2.417.255,00	2.417.255,00	196.738,41	1.259.097,25	5,08	1.158.157,75	299.141,16	490.396,50	2,68	1.926.858,50
Controle Interno	175.000,00	174.810,00	13.966,26	44.727,69	0,18	130.082,31	20.896,06	36.301,75	0,20	138.508,25
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções	74.100,00	74.100,00		71.399,72	0,29	2.700,28		71.399,72	0,39	2.700,28
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública	**5.700,00**	**65.740,00**	**54.000,00**	**65.040,00**	**0,26**	**700,00**	**11.040,00**	**11.040,00**	**0,06**	**54.700,00**
Policiamento										
Defesa Civil	5.700,00	65.740,00	54.000,00	65.040,00	0,26	700,00	11.040,00	11.040,00	0,06	54.700,00
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**2.678.800,00**	**2.734.453,78**	**386.905,76**	**1.400.506,30**	**5,65**	**1.333.947,48**	**458.303,33**	**831.754,68**	**4,55**	**1.902.699,10**
Assistência ao Idoso	17.200,00	17.200,00		7.203,90	0,03	9.996,10	4.603,80	5.768,30	0,03	11.431,70
Assistência à Pessoa com Deficiência	500,00	500,00				500,00				500,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	368.500,00	368.500,00	45.026,09	105.602,32	0,43	262.897,68	48.837,60	95.734,29	0,52	272.765,71
Assistência Comunitária	1.609.000,00	1.584.626,89	129.753,60	836.385,42	3,37	748.241,47	255.059,03	469.589,71	2,57	1.115.037,18
Administração Geral	683.600,00	763.626,89	212.126,07	451.314,66	1,82	312.312,23	149.802,90	260.662,38	1,42	502.964,51
Demais Subfunções										
Previdência Social										
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saúde	**15.045.450,00**	**15.310.219,16**	**2.213.539,49**	**7.331.127,03**	**29,56**	**7.979.092,13**	**2.693.187,13**	**5.210.629,22**	**28,47**	**10.099.589,94**
Atenção Básica	3.638.200,00	3.638.200,00	683.101,66	1.454.823,18	5,87	2.183.376,82	760.113,43	1.282.549,36	7,01	2.355.650,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.301.050,00	8.301.050,00	1.033.960,90	4.315.661,45	17,40	3.985.388,55	1.350.722,89	2.799.025,14	15,30	5.502.024,86
Suporte Profilático e Terapêutico	582.200,00	582.200,00	243,00	217.097,77	0,88	365.102,23	66.095,69	194.880,21	1,06	387.319,79
Vigilância Sanitária	251.500,00	272.915,88	111.606,43	190.259,25	0,77	82.656,63	73.370,34	129.101,78	0,71	143.814,10
Vigilância Epidemiológica	81.000,00	81.000,00				81.000,00				81.000,00
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	2.191.500,00	2.434.853,28	384.627,50	1.153.285,38	4,65	1.281.567,90	442.884,78	805.072,73	4,40	1.629.780,55
Demais Subfunções										
Trabalho	**300,00**	**300,00**				**300,00**				**300,00**
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade	300,00	300,00				300,00				300,00
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**25.476.930,00**	**27.052.848,18**	**5.664.631,88**	**8.576.369,86**	**34,58**	**18.476.478,32**	**4.590.167,62**	**7.136.982,66**	**39,00**	**19.915.865,52**
Ensino Fundamental	13.039.549,00	14.712.903,17	3.985.569,40	5.552.579,04	22,39	9.160.324,13	2.954.227,13	4.408.046,26	24,09	10.304.856,91
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
Educação Infantil	10.996.031,00	10.742.684,14	1.246.399,68	2.176.935,82	8,78	8.565.748,32	1.200.348,35	2.072.639,10	11,33	8.670.045,04
Educação de Jovens e Adultos	400,00	400,00				400,00				400,00
Educação Especial										
Educação Básica										

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
Administração Geral	1.440.950,00	1.596.860,87	432.662,80	846.855,00	3,41	750.005,87	435.592,14	656.297,30	3,59	940.563,57
Demais Subfunções										
Cultura	**176.900,00**	**176.900,00**				**176.900,00**				**176.900,00**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	600,00	600,00				600,00				600,00
Difusão Cultural	176.300,00	176.300,00				176.300,00				176.300,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo	**2.866.826,00**	**2.853.501,40**	**27.114,67**	**303.721,61**	**1,22**	**2.549.779,79**	**107.300,62**	**187.008,06**	**1,02**	**2.666.493,34**
Infra-Estrutura Urbana	1.134.326,00	1.121.001,40	2.414,67	89.021,61	0,36	1.031.979,79	39.522,04	39.522,04	0,22	1.081.479,36
Serviços Urbanos	1.732.500,00	1.732.500,00	24.700,00	214.700,00	0,87	1.517.800,00	67.778,58	147.486,02	0,81	1.585.013,98
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação	**600,00**	**600,00**				**600,00**				**600,00**
Habitação Rural										
Habitação Urbana	600,00	600,00				600,00				600,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento	**1.000.700,00**	**1.000.700,00**	**192.732,00**	**393.482,84**	**1,59**	**607.217,16**	**198.162,33**	**342.339,47**	**1,87**	**658.360,53**
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano	174.800,00	174.800,00	54.161,29	69.955,97	0,28	104.844,03	54.161,29	69.955,97	0,38	104.844,03
Administração Geral	825.900,00	825.900,00	138.570,71	323.526,87	1,30	502.373,13	144.001,04	272.383,50	1,49	553.516,50
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental	**180.400,00**	**255.400,03**	**26.000,22**	**26.000,22**	**0,10**	**229.399,81**				**255.400,03**
Preservação e Conservação Ambiental	180.000,00	255.000,03	26.000,22	26.000,22	0,10	228.999,81				255.000,03
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas	400,00	400,00				400,00				400,00
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	**11.300,00**	**11.300,00**				**11.300,00**				**11.300,00**
Abastecimento										
Extensão Rural	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária	600,00	600,00				600,00				600,00
Defesa Agropecuária										
Administração Geral										
Demais Subfunções	5.700,00	5.700,00				5.700,00				5.700,00
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços	**517.200,00**	**515.200,00**	**6.000,00**	**6.000,00**	**0,02**	**509.200,00**	**6.000,00**	**6.000,00**	**0,03**	**509.200,00**
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo	517.200,00	515.200,00	6.000,00	6.000,00	0,02	509.200,00	6.000,00	6.000,00	0,03	509.200,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações	**300,00**	**300,00**				**300,00**				**300,00**
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral	300,00	300,00				300,00				300,00
Demais Subfunções										
Energia	**660.000,00**	**553.000,00**	**167.275,17**	**522.826,31**	**2,11**	**30.173,69**	**83.788,81**	**151.114,80**	**0,83**	**401.885,20**
Conservação de Energia										
Energia Elétrica	660.000,00	553.000,00	167.275,17	522.826,31	2,11	30.173,69	83.788,81	151.114,80	0,83	401.885,20
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte										

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Aquaviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	**33.700,00**	**33.700,00**	**6.300,00**	**6.300,00**	**0,03**	**27.400,00**	**6.300,00**	**6.300,00**	**0,03**	**27.400,00**
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário	33.700,00	33.700,00	6.300,00	6.300,00	0,03	27.400,00	6.300,00	6.300,00	0,03	27.400,00
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais										
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência	**100,00**	**100,00**	**----**	**----**	**----**	**100,00**	**----**	**----**	**----**	**100,00**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**108.000,00**	**111.000,00**	**4.150,00**	**78.284,05**	**0,32**	**32.715,95**	**15.249,68**	**24.440,56**	**0,13**	**86.559,44**
TOTAL (III) = (I + II)	**65.000.000,00**	**67.031.056,58**	**10.803.181,53**	**24.804.847,36**	**100,00**	**42.226.209,22**	**10.734.905,86**	**18.300.203,52**	**100,00**	**48.730.853,06**

Municipio de Ibitirama - ES ESTADO/TRIBUNAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**108.000,00**	**111.000,00**	**4.150,00**	**78.284,05**	**0,32**	**32.715,95**	**15.249,68**	**24.440,56**	**0,13**	**86.559,44**
Legislativa	**2.000,00**	**2.000,00**		**1.500,00**	**0,01**	**500,00**	**196,31**	**275,15**	**0,00**	**1.724,85**
Ação Legislativa	2.000,00	2.000,00		1.500,00	0,01	500,00	196,31	275,15	0,00	1.724,85
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**22.750,00**	**22.750,00**		**15.034,05**	**0,06**	**7.715,95**	**3.144,77**	**5.800,93**	**0,03**	**16.949,07**
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral	22.750,00	22.750,00		15.034,05	0,06	7.715,95	3.144,77	5.800,93	0,03	16.949,07
Administração Financeira										
Controle Interno										
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções										
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública										
Policiamento										
Defesa Civil										
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**7.800,00**	**7.800,00**		**4.800,00**	**0,02**	**3.000,00**	**793,37**	**1.371,53**	**0,01**	**6.428,47**
Assistência ao Idoso	2.000,00	2.000,00		1.200,00	0,00	800,00	173,44	331,12	0,00	1.668,88
Assistência à Pessoa com Deficiência										
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.900,00	1.900,00		1.200,00	0,00	700,00	323,24	402,08	0,00	1.497,92
Assistência Comunitária	3.900,00	3.900,00		2.400,00	0,01	1.500,00	296,69	638,33	0,00	3.261,67
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Previdência Social										
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saúde	**30.000,00**	**30.000,00**		**20.000,00**	**0,08**	**10.000,00**	**2.480,43**	**4.958,38**	**0,03**	**25.041,62**
Atenção Básica										
Assistência Hospitalar e Ambulatorial										
Suporte Profilático e Terapêutico										
Vigilância Sanitária										
Vigilância Epidemiológica										
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	30.000,00	30.000,00		20.000,00	0,08	10.000,00	2.480,43	4.958,38	0,03	25.041,62
Demais Subfunções										
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**45.450,00**	**48.450,00**	**4.150,00**	**36.950,00**	**0,15**	**11.500,00**	**8.634,80**	**12.034,57**	**0,07**	**36.415,43**
Ensino Fundamental	30.000,00	30.000,00		23.000,00	0,09	7.000,00	4.736,27	6.491,43	0,04	23.508,57
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
Educação Infantil	12.000,00	12.000,00		7.500,00	0,03	4.500,00	967,41	1.949,01	0,01	10.050,99
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										
Educação Básica										

Municipio de Ibitirama - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

ESTADO/TRIBUNAL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Administração Geral	3.450,00	6.450,00	4.150,00	6.450,00	0,03		2.931,12	3.594,13	0,02	2.855,87
Demais Subfunções										
Cultura										
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo										
Infra-Estrutura Urbana										
Serviços Urbanos										
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação										
Habitação Rural										
Habitação Urbana										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento										
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental										
Preservação e Conservação Ambiental										
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura										
Abastecimento										
Extensão Rural										
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços										
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte										

Municipio de Ibitirama - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Aquaviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer										
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário										
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais										
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência										
TOTAL DA INTRA	**108.000,00**	**111.000,00**	**4.150,00**	**78.284,05**	**0,32**	**32.715,95**	**15.249,68**	**24.440,56**	**0,13**	**86.559,44**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento De Contabilidade E Orçamento, Emissão: 27/05/2025 , às 09:24:37

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Iconha

Portaria

PORTARIA Nº 14 DE 27 DE MAIO DE 2025.

NOMEIA COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICONHA, Estado do Espirito Santo, no uso de duas atribuições legais, conforme determina o art.30 da Constituição Federal e no art.71, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a importância de fortalecer o ambiente de negócios local e promover o desenvolvimento econômico sustentável;

Considerando a adesão do Município ao Programa Cidade Empreendedora, implementado em parceria com o Sebrae;

Considerando a necessidade de instituir um espaço de governança participativa para acompanhar, monitorar e propor ações voltadas ao fomento do empreendedorismo local;

RESOLVE

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Programa Cidade Empreendedora, com o objetivo de coordenar, monitorar e propor ações que contribuam para a melhoria do ambiente de negócios no município, bem como articular parcerias, acompanhar indicadores, estimular a participação social e fortalecer o ecossistema empreendedor local.

Art. 2º - Ficam designados para compor o Comitê Gestor os seguintes membros:

Nome	Representação/Secretaria
Wanderson Wernek Nicolini	Secretaria Municipal de Finanças
Vitor Martins Caprini	Gabinete do Prefeito
Barbara Roveta Volponi	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Lazer.
Davi Adami Monteiro de Castro	Secretaria Municipal Meio de Ambiente
Marciania Garcia Anholleti	Procuradoria Jurídica
Izabel Maria Moneque Correia	Secretaria Municipal de Educação
Ediana Carla Curitiba	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Art. 3º - O Comitê Gestor terá as seguintes atribuições:

1. Elaborar e aprovar o plano de trabalho do Programa Cidade Empreendedora no município;

2. Monitorar as metas, os resultados e os indicadores do programa;

3. Propor ações para simplificação de processos e melhoria do ambiente de negócios;

4. Fomentar a articulação entre poder público, setor produtivo e sociedade civil;

5. Incentivar a participação da sociedade nas iniciativas relacionadas ao empreendedorismo;

6. Realizar reuniões periódicas para acompanhamento das atividades (mínimo bimestral);

7. Apresentar relatórios periódicos de andamento à gestão municipal e ao Sebrae;

8. Pensar ações para o desenvolvimento do pilar adotado dentro do Programa Cidade Empreendedor;

9. Promover políticas públicas para a melhoria do ambiente de negócio;

10. Promover ações de desenvolvimento com os setores produtivos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iconha/ES, 27 de maio de 2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GEDSON BRANDÃO PAULINO
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1558987

Contrato

EXTRATO DO CONTRATO N.º 107/2025

Processo Administrativo n.º 2025-BDSV4
ID CidadES: 2025.032E0700001.09.0011
Dispensa de Licitação: 022/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Iconha/ES - Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: JOUBERT LUIZ BARONE
CNPJ Nº: 12.019.799/0001-47
Objeto: Serviço de consultoria de perícia de cálculos trabalhistas.
Valor total: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº. 14.133/21.
Data de Assinatura: 22/05/2025.

GEDSON BRANDÃO PAULINO
Prefeito Municipal

Protocolo 1559788

Irupi

Portaria

PORTARIA N° 07, DE 16 DE MAIO DE 2025

CRIA COMISSÃO JULGADORA MUNICIPAL DOS PROJETOS EDUCACIONAIS REFERENTES AO PROGRAMA AGRINHO 2025 COM O TEMA: "FESTEJANDO A CONEXÃO CAMPOCIDADE".

Considerando o Edital n° 001/2025 para seleção e fomento de projetos educacionais Programa Agrinho 2025, a serem desenvolvidos por professores da rede municipal;

A Secretária Municipal de Educação Interina, Célia Aparecida de Andrade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e em cumprimento as regras determinadas no referido Edital,

RESOLVE
Art. 1º - Designar a Comissão Julgadora Municipal, para a realização da seleção dos projetos educacionais que promovam a integração entre o campo e a cidade, alinhados ao tema do Programa Agrinho 2025: "Festejando a conexão campocidade".
Art. 2º - A Comissão Julgadora Municipal será composta de 04 (quatro) membros, todos profissionais educação, sendo eles:
I - Flávia Nunes Barglini;
II - Fabiano Drumon Borge;
III - Verônica Carvalho da Costa;
IV - Luziana Maria Peixoto.

Art. 3º A Comissão Julgadora Municipal deverá seguir os Princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade a fim de garantir a lisura no julgamento dos projetos inscritos e selecionados do presente edital.

Art. 4º - A Comissão Julgadora Municipal deverá cumprir as regras e utilizar os mesmos critérios de avaliação definidos no Edital n° 001/2025 para seleção e fomento de projetos educacionais Programa Agrinho 2025.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua Publicação.

Irupi/ES, 16 de maio de 2025.

Célia Aparecida de Andrade
Secretária Municipal de Educação Interina
Portaria n° 469/2025

Protocolo 1559569

Itarana

Resolução

RESOLUÇÃO CMASI/ITARANA Nº 011/2025

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITARANA/ES-CMASI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇOES QUE LHE CONFERE A LEI MUNICIPAL N° 1.351/2020 E COM BASE NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA 5ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2025.
CONSIDERANDO o Caderno do IGD-M (Manual do Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único) e as normativas vigentes, em especial a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023;
CONSIDERANDO a Portaria MDS Nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024 e suas alterações, que estabelece ações, normas, critérios e procedimentos para o apoio à Gestão e à execução descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único;
CONSIDERANDO a necessidade de melhorar a infraestrutura física e tecnológica da Gestão do Cadastro Único e do PBF, visando garantir aos servidores que compõe a equipe da Gestão e execução descentralizada do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, bem como a equipe do PAIF, responsável pelo acompanhamento das condicionalidades do PBF, condições de trabalho, a fim de qualificar os atendimentos junto aos usuários, principalmente no que tange as novas exigências de configuração e requisitos mínimos recomendados em virtude da implantação do Novo Sistema de Gestão e operacionalização do Cadastro Único pelo DATAPREV;
CONSIDERANDO a apresentação do Plano de Trabalho IGD-M (PBF) Nº001/2025 referente à aquisição de equipamentos de informática e eletroeletrônicos para a Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, bem como para as equipes responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades PBF do PAIF, por meio do Recurso Financeiro Federal do IGD-M (IGD-PBF);
CONSIDERANDO as deliberações tomadas na 5ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Itarana/ES (CMASI).

RESOLVE:
Art. 1º - APROVAR o Plano de Trabalho IGD-M (PBF) Nº001/2025, por meio do qual a Gestão Municipal do CADÚNICO-PBF, juntamente com a Comissão Municipal Intersetorial do PBF, realize a aquisição de equipamentos de informática e eletroeletrônicos para a Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, bem como para as equipes responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades PBF do PAIF, por meio do Recurso Financeiro Federal do IGD-M (IGD-PBF), de acordo com a sua disponibilidade orçamentária e financeira, no Fundo Municipal de Assistência Social.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 07 de maio de 2025.

SUELI LAUVERS
Presidente do CMASI de Itarana/ES

Protocolo 1558970

Portaria

PORTARIA Nº 137/2025

PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE DA SERVIDORA THAÍS WINY PERIN JANUTH

O Prefeito do Município de Itarana, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 84, inciso V e 114, II, "a" da Lei nº 676/2002 - Lei Orgânica do Município.

Considerando a Lei Complementar nº 020/2016;

Considerando o processo administrativo n° 002406/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias a licença maternidade da servidora **THAÍS WINY PERIN JANUTH**, Assistente Administrativo, matrícula nº 006473, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças- SEMAF, sendo a prorrogação até o dia 28 de outubro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itarana/ES, 27 de maio de 2025.

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1559046

Termos

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 269/2025

Processo n° 002566/2025 de 26/05/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: NISDA GUAITOLINI

O Município de Itarana/ES, face ao requerimento, processo nº 002566/2025 de 26/05/2025 e com base na Cláusula Sétima, item 7.2 do Contrato de Trabalho nº 269/2025, efetua a presente rescisão amigável nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica rescindido, a pedido, o Contrato Administrativo de Trabalho nº 269/2025, da servidora **NISDA GUAITOLINI**, **MÉDICA**, a partir do dia **01/06/2025**, garantidos os direitos previstos em contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA
Os Contratantes dão plena, geral e irrevogável quitação recíproca das obrigações contratuais até esta rescisão.

Assinam os Contratantes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, acompanhado das testemunhas abaixo, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 27 de maio de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

VANESSA ARRIVABENE
Secretária Municipal de Saúde - SEMUS

CONTRATADA:

NISDA GUAITOLINI

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1559897

Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 401/2025

Processo n° 002558/2025 de 26/05/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itarananinha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: ELIZETE POSMOZER DELBONI, portadora do CPF n° 035.XXX.XXX-XX.

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal n° 840/2008 que "Autoriza ao executivo municipal celebrar contrato administrativo de prestação de serviço, por prazo determinado, para admissão, em caráter temporário, de profissionais para ocuparem os cargos de professores substitutos e/ou para programas educacionais", pela Lei Municipal n° 002/2008 que "Dispõe sobre o estatuto e o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Itarana, estabelece normas de enquadramento e diretrizes gerais para a avaliação de desempenho, institui tabelas de vencimentos e dá outras providências" e pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato", como **Professor A-PA**, nível III, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 30 (trinta) horas semanais, com vencimento base de R$ 3.435,42 (três mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: O pagamento será efetuado com recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - 70%.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 840/2008, ficam assegurados à CONTRATADA, os seguintes direitos:
3.1. Remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente constante do Plano de Cargos e Salários da categoria;
3.2. Férias remuneradas à razão de 1/12 por mês de trabalho se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.3. Décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.4. Licenças:
3.4.1. Para tratamento de saúde, com base em perícia médica;
3.4.2. Por motivo de acidente em trabalho;
3.4.3. A gestante ou paternidade, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA **não poderá**:
4.1. Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
4.2. Ser nomeada ou designada, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA está sujeita aos mesmos deveres e proibições, bem como, ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os servidores do Magistério Público Municipal e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei nº 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia **09 de junho de 2025 e termo final de acordo com o calendário escolar do ano letivo de 2025**.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:
7.1. O término do prazo contratual;
7.2. A iniciativa da CONTRATADA;
7.3. A conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
7.4. A conduta da CONTRATADA incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 27 de maio de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

CONTRATADA:

ELIZETE POSMOZER DELBONI

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1559479

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 402/2025

Processo n° 002559/2025 de 26/05/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: MARILEIDE NASCIMENTO COUTO DO ROSARIO, portadora do CPF n° 096. XXX.XXX-XX.

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal n° 840/2008 que "Autoriza ao executivo municipal celebrar contrato administrativo de prestação de serviço, por prazo determinado, para admissão, em caráter temporário, de profissionais para ocuparem os cargos de professores substitutos e/ou para programas educacionais", pela Lei Municipal n° 002/2008 que "Dispõe sobre o estatuto e o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Itarana, estabelece normas de enquadramento e diretrizes gerais para a avaliação de desempenho, institui tabelas de vencimentos e dá outras providências" e pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Tereza Fiorotti Rizzi" e EMEIEF "Baixo Sossego", como **Professor A-PA**, nível II, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 27 (vinte e sete) horas semanais, com vencimento base de R$ 3.091,88 (três mil e noventa e um reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: O pagamento será efetuado com recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - 70%.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 840/2008, ficam assegurados à CONTRATADA, os seguintes direitos:
3.1. Remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente constante do Plano de Cargos e Salários da categoria;
3.2. Férias remuneradas à razão de 1/12 por mês de trabalho se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.3. Décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.4. Licenças:
3.4.1. Para tratamento de saúde, com base em perícia médica;
3.4.2. Por motivo de acidente em trabalho;
3.4.3. A gestante ou paternidade, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA **não poderá**:
4.1. Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
4.2. Ser nomeada ou designada, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA está sujeita aos mesmos deveres e proibições, bem como, ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os servidores do Magistério Público Municipal e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei nº 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia **02 de junho de 2025 e termo final de acordo com o calendário escolar do ano letivo de 2025**.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:
7.1. O término do prazo contratual;
7.2. A iniciativa da CONTRATADA;
7.3. A conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
7.4. A conduta da CONTRATADA incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 27 de maio de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

CONTRATADA:

MARILEIDE NASCIMENTO COUTO DO ROSARIO

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1559589

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 403/2025

Processo n° 002568/2025 de 26/05/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: CRISTIANE SILVA MENEGHEL QUEIROZ, portadora do CPF n° 101.XXX.XXX-XX.

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal n° 840/2008 que "Autoriza ao executivo municipal celebrar contrato administrativo de prestação de serviço, por prazo determinado, para admissão, em caráter temporário, de profissionais para ocuparem os cargos de professores substitutos e/ou para programas educacionais", pela Lei Municipal n° 002/2008 que "Dispõe sobre o estatuto e o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Itarana, estabelece normas de enquadramento e diretrizes gerais para a avaliação de desempenho, institui tabelas de vencimentos e dá outras providências" e pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na EMEIEF "Luiza Grimaldi", como **Professor A-PA**, nível III, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 30 (trinta) horas semanais, com vencimento base de R$ 3.435,42 (três mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: O pagamento será efetuado com recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - 70%.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 840/2008, ficam assegurados à CONTRATADA, os seguintes direitos:
3.1. Remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente constante do Plano de Cargos e Salários da categoria;
3.2. Férias remuneradas à razão de 1/12 por mês de trabalho se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.3. Décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.4. Licenças:
3.4.1. Para tratamento de saúde, com base em perícia médica;
3.4.2. Por motivo de acidente em trabalho;
3.4.3. A gestante ou paternidade, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA **não poderá**:
4.1. Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
4.2. Ser nomeada ou designada, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA está sujeita aos mesmos deveres e proibições, bem como, ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os servidores do Magistério Público Municipal e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei nº 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia **02 de junho de 2025 e termo final em 03 de agosto de 2025**.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:
7.1. O término do prazo contratual;
7.2. A iniciativa da CONTRATADA;
7.3. A conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
7.4. A conduta da CONTRATADA incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 27 de maio de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

CONTRATADA:

CRISTIANE SILVA MENEGHEL QUEIROZ

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1559724

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 404/2025

Processo n° 002572/2025 de 27/05/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: INEIA FLEGLER CHIABAI, portadora do CPF nº 084.XXX.XXX-XX

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal n° 856/2008 que "Autoriza o executivo municipal a realizar contratação temporária de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do art. 37 da CF e dá outras providências" e pela Lei Municipal n° 813/2008, que "Dispõe sobre o plano de cargos e carreiras e define o sistema de vencimentos dos servidores públicos dos quadros de cargos do poder executivo e dá outras providências", que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na EMEIEF "Raul Berger", como **Auxiliar de Serviços Gerais**, nível I, padrão de vencimento A, com vencimento-base de R$ 1.518,00 (um mil e quinhentos e dezoito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: A carga horária da CONTRATADA será de 35 (trinta e cinco) horas semanais, e suas atribuições serão exercidas de acordo com o plano de trabalho a ser determinado pelo Secretário respectivo com observância da Lei Municipal n° 813/2008.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 856/2008, ficam assegurados à CONTRATADA, os seguintes direitos:
3.1. Jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno, nos termos da Lei;
3.2. Férias remuneradas à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.3. Décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.4. Licenças:
3.4.1. Para tratamento de saúde, com base em perícia médica;
3.4.2. Por motivo de acidente em trabalho;
3.4.3. A maternidade, na forma da Lei;
3.4.4. A paternidade, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA **não poderá:**
4.1. Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
4.2. Ser nomeada ou designada, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA está sujeita aos mesmos deveres e proibições, bem como ao mesmo regime de responsabilidade, vigente para os servidores públicos municipais e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia **02 de junho de 2025 e termo final em 29 de dezembro de 2025**.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:
7.1. O término do prazo contratual;
7.2. A iniciativa da CONTRATADA;
7.3. A conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
7.4. A conduta da CONTRATADA incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 27 de maio de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

CONTRATADA:

INEIA FLEGLER CHIABAI

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1559835

Aditivo

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 001/2024

Processo n°: 002406/2025 de 14/05/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Valentin de Martin n° 409, Centro - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: THAIS WINY PERIN JANUTH, portadora do CPF n° 127.XXX.XXX-XX.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula sexta do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia **07 de setembro de 2025 e termo final em 28 de outubro de 2025**.

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do dia 07 de setembro de 2025.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 27 de maio de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: THAIS WINY PERIN JANUTH

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1559092

Jaguaré

Lei

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
Estado Do Espírito Santo

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.841, DE 27 DE MAIO DE 2025.
"Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 1.834, de 19 de maio de 2025, para corrigir o percentual de progressão entre os níveis de classe na tabela de vencimentos dos servidores do Magistério Municipal."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ**, Estado do Espírito Santo, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.834, de 19 de maio de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Os níveis de vencimentos previstos no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 673, de 31 de outubro de 2006, correspondentes à Letra A, passará a vigorar com os seguintes valores:

NÍVEL DA CLASSE (2%)	A	B
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)

***Parágrafo único*.** Com o reajuste previsto no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar a tabela constante do Anexo III da LC descrita no *caput* deste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a **janeiro de 2025**, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil vinte e cinco (27.05.2025).

Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
Estado Do Espírito Santo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 045, DE 21 DE MAIO DE 2025.

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

NÍVEL DA CLASSE (2%)	PADRÃO (Diferença entre os padrões 5%)														
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
I	3.043,00	3.195,15	3.354,91	3.522,65	3.698,79	3.883,72	4.077,91	4.281,81	4.495,90	4.720,69	4.956,73	5.204,56	5.464,79	5.738,03	6.024,93
II	3.103,86	3.259,05	3.422,01	3.593,11	3.772,76	3.961,40	4.159,47	4.367,44	4.585,81	4.815,11	5.055,86	5.308,65	5.574,09	5.852,79	6.145,43
III	3.165,94	3.324,23	3.490,45	3.664,97	3.848,22	4.040,63	4.242,66	4.454,79	4.677,53	4.911,41	5.156,98	5.414,83	5.685,57	5.969,85	6.268,34
IV	3.229,26	3.390,72	3.560,25	3.738,27	3.925,18	4.121,44	4.327,51	4.543,89	4.771,08	5.009,64	5.260,12	5.523,12	5.799,28	6.089,24	6.393,71
V	3.293,84	3.458,53	3.631,46	3.813,03	4.003,68	4.203,87	4.414,06	4.634,77	4.866,50	5.109,83	5.365,32	5.633,59	5.915,27	6.211,03	6.521,58

Protocolo 1559448

Portaria

PORTARIA Nº 681, DE 23 DE MAIO DE 2025

"DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

MARCOS ANTÔNIO GUERRA WANDERMUREM, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÉ, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o que disciplina a Lei Orgânica do Município de Jaguaré/ES e a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 117, da Lei Federal nº 14.113, de 1º de Abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) que determina que "a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.";
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 001, de 02 de janeiro de 2024 que "DISPÕE SOBRE A LICITAÇÃO NAS MODALIDADES CONCORRÊNCIA E PREGÃO E A CONTRATAÇÃO DIRETA, PREVISTAS NA LEI 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ/ES. ";
CONSIDERANDO, ainda, que é dever da Administração Pública primar pela eficiência na gestão da coisa pública, exigindo a fiscalização e o fiel cumprimento dos contratos firmados;
CONSIDERANDO solicitação da Secretaria Municipal de Administração

RESOLVE:
Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto nos artigos 7º e 117, da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, e nos artigos 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 do Decreto Municipal n 0 001, de 02 de janeiro de 2024, para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização Processo 1497/2025 referente a aquisição de materiais de informática
I - **Gestor do Contrato:** Monique Carminati Sampaio
II - **Fiscal Titular do Contrato:** João Vitor Paganini
III - **Fiscal Suplente do Contrato:** Gabriela Sanches

Art. 2º. A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de Designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.
§ **1º.** Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscais.
§ **2º.** O substituto atuará na ausência ou em eventuais impedimentos legais do titular.
Art.3º. Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições.
Art. 4º. Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes.
Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.
Art. 5°. Autorizar o Departamento de Recursos Humanos a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.
Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco (23.05.2025).

Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal

Protocolo 1559376

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
Estado Do Espírito Santo

PORTARIA Nº 682, DE 06 DE MAIO DE 2025

"**Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares**"

MARCOS ANTÔNIO GUERRA WANDERMUREM, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÉ, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 104, da Lei Complementar 683/2006.

CONSIDERANDO solicitação do servidor e manifestação da Gerência de Recursos Humanos, constante no Ofício Secretaria de Planejamento Urbano nº 000115/2025.

RESOLVE:
Art. 1° - **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, ao servidor, **GERVÁSIO SILVA** matrícula nº 001390, estatutário no cargo de Coveiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Segurança Pública.
§ 1º. Fica concedido a conversão de 10 dias de férias em pecúnia, conforme previsto no § 1º do Art. 104 da Lei 683/2006.

§ 2º. As férias referem-se ao período aquisitivo de 02/10/2023 a 01/10/2024, com direito a gozo no período de 12/06/2025 a 01/07/2025.

Art. 2° - Autorizar o Departamento de Recursos Humanos a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.
Art. 3º - Fica revogada a parte da portaria 615 de de maio de 2025 que dispõe sobre férias regulamentares para o servidor Gervásio Silva
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco (06.05.2025).

Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal
Protocolo 1559380

PORTARIA Nº 683, DE 26 DE MAIO DE 2025

"**Dispõe sobre a designação de Comissão de elaboração do Plano Municipal de Saúde"**

MARCOS ANTÔNIO GUERRA WANDERMUREM, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÉ,
Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Saúde é um instrumento fundamental para a gestão da saúde pública, permitindo a definição de prioridades, metas e ações em conformidade com as necessidades e características da população do município de Jaguaré, ES. A sua elaboração e implementação são essenciais para:
PLANEJAMENTO: Estabelecer um arcabouço para a definição de políticas e estratégias de saúde, alinhando-as com as necessidades da população e com a legislação vigente;
GESTÃO: orientar as ações de saúde, otimizar a utilização de recursos e monitorar os resultados das intervenções. Acompanhamento: avaliar o impacto das ações de saúde e ajustar as estratégias conforme necessário, garantindo a melhoria contínua da qualidade de vida da população;
ENGAJAMENTO: promover a participação da sociedade civil na definição das prioridades e no acompanhamento da execução do plano
RESOLVE:
Art. 1° - **DESIGNAR**, os servidores abaixo para comporem comissão para elaboração do Plano Municipal de Saúde 2026/2029:

1. **Gilcilene Preta Cani**
2. **Gilcilene Morozini Dussoni**
3. **Cibele Altoé Marinato das Candeias**
4. **Raquel Pariz Backer Grippa**

5. **Rafael Pereira Costa**
6. **Nadia de Souza Torres**

7. **Shaferly Sherry Boninchenha**

8. **Magna Sartori Canal**
9. **Amanda das Neves Borges**
10. **Rodrigo Lavra Vignati**
11. **Erice Monteiro Reetz**
12. **Silmara Severo Neves**

13. **Leisimar Cristina Pereira Pezzim**

Art. 2° - Autorizar o Departamento de Recursos Humanos a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco (26.05.2025).

Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal
Protocolo 1559383

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
Estado Do Espírito Santo

PORTARIA Nº 684, DE 26 DE MAIO DE 2025

"**Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde"**

MARCOS ANTÔNIO GUERRA WANDERMUREM, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÉ, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 683/2006, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e que os servidores do Município de Jaguaré-ES são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social como sistema contributivo previdenciário oficial para a concessão de benefícios, aposentadoria e pensão.
CONSIDERANDO solicitação do servidor e atestado médico, constante no Processo Administrativo nº 003957/2025**.**

RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, por um período de 15 (quinze) dias, a **ELISANGELA MORETO COSTA**, matrícula nº 001469, estatutário no cargo de Professor PA, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22 de maio de 2025.
Art. 2° - Autorizar o Departamento de Recursos Humanos a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de maio de 2025

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco (26.05.2025).

Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal
Protocolo 1559387

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
Estado Do Espírito Santo

PORTARIA Nº 685, DE 27 DE MAIO DE 2025

"Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde"

MARCOS ANTÔNIO GUERRA WANDERMUREM, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÉ, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 683/2006, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e que os servidores do Município de Jaguaré-ES são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social como sistema contributivo previdenciário oficial para a concessão de benefícios, aposentadoria e pensão.
CONSIDERANDO solicitação do servidor e atestado médico, constante no Processo Administrativo nº 003963/2025**.**

RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, por um período de 15 (quinze) dias, a **ARLEI TEIXEIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 020094, contratado no cargo de Vigia, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22 de maio de 2025.
Art. 2° - Autorizar o Departamento de Recursos Humanos a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de maio de 2025

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco (23.04.2025).

Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal
Protocolo 1559391

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
Estado Do Espírito Santo

PORTARIA Nº 686, DE 27 DE MAIO DE 2025

"Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde"

MARCOS ANTÔNIO GUERRA WANDERMUREM, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÉ, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 683/2006, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e que os servidores do Município de Jaguaré-ES são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social como sistema contributivo previdenciário oficial para a concessão de benefícios, aposentadoria e pensão.
CONSIDERANDO solicitação do servidor e atestado médico, constante no Processo Administrativo nº 003970/2025**.**

RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, por um período de 15 (quinze) dias, a **MARLETE DOS SANTOS**, matrícula nº 020381, contratada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23 de maio de 2025.
Art. 2° - Autorizar o Departamento de Recursos Humanos a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de maio de 2025

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco (27.05.2025).

Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal
Protocolo 1559395

João Neiva

Edital

RESULTADO FINAL- ETAPA DE SELEÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB

O Município de João Neiva/ES, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, torna público, o RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA.

	PROPONENTE- CPF/CNPJ	NOME DO PROJETO	PONTU- AÇÃO	RESULTADO
01	INSTITUTO PRESERVARTE CNPJ: XXX	ARTESANATO PRESERVARTE	88	SELECIONADO
02	ASSOCIAÇÃO COLETIVA ABA TYBA CAT CNPJ: XXX	ECOLUZ: ONDE O CINEMA PLANTA CONSCIÊNCIA	86	SELECIONADO
03	BIANCA CASTOLDI FURLANI CPF: XXX (cota racial)	MÚSICA NA ESCOLA	83	SELECIONADO
04	EDICÉIA MENESES GASPARINI CPF: XXX	ARTESANATO COM AMOR	80	SELECIONADO
05	OEDES JOSÉ DE ALMEIDA JUNIOR CPF XXX (cota racial)	RODA CULTURAL: SAMBA DE JUNIOR ALMEIDA	80	SELECIONADO
06	VALTER PEREIRA DO ROSÁRIO CNPJ XXX	CAPOEIRA PARA TODOS	78	SELECIONADO
07	MIRELLY DOS SANTOS TEIXEIRA CNPJ XXX	ROSTO EM CORES: DESPERTANDO A SENSIBILIDADE QUE EXISTE EM TODA CRIANÇA!	78	SELECIONADO
08	RICARDO ALIPRANDI RODRIGUES CNPJ XXX	FIO A FIO: MEMÓRIAS	75	SELECIONADO
09	LUCAS DA SILVA NEVES CPF: XXX (cota racial)	MEMÓRIAS QUE VIVEM!	75	SELECIONADO
10	ANDRÉ COUTINHO DOS SANTOS BRASIL CPF XXX (cota racial)	HISTÓRIA AO SOM	74	SELECIONADO
11	IZABEL CRISTINA CIRILO SACCANI CPF XXX	ARTE EM MOVIMENTO	73	SELECIONADO
12	MARIA IZABEL BARRETO DOS SANTOS CPF XXX (cota racial)	IZ'ARTES	73	SELECIONADO
13	MARIA DA PENHA DOS SANTOS CPF: XXX	OFICINA DE FELTRO	70	SELECIONADO
14	DIOGO JOÃO DA PIEDADE JUNIOR CPF XXX (cota racial)	HISTÓRIA DA MINHA HISTÓRIA	71	SELECIONADO
15	LUAN ÉRICLIS DAMAZIO DA SILVA CPF XXX (cota racial)	FILMINUT	71	SELECIONADO
16	JOHN LENON DOS SANTOS DE JESUS CPF XXX	JHON E GABI	69	SELECIONADO
17	53.129.937 DEIVISON NEVES FIRMINO CNPJ: XXX	FORRÓ COM VEIVE D'LOVE	69	SELECIONADO
18	JULIO CESAR VESPER CNPJ XXX	2º WORKSHOP DE LUTERIA JOÃONEIVENSE	69	SELECIONADO
19	CREUZA DA SILVA CNPJ: XXX	RECICLAGEM E OUTROS	68	SELECIONADO
20	VALDIVIA DOS SANTOS LOUREIRO CPF XXX (COTA - PCD)	COMO PRODUZIR UM TUTORIAL DE MODA	59	SELECIONADO
21	RENATA ROSA GIACOMIM CPF: XXX	AULAS DE CROCHÊ E CRIATIVIDADE COM FIOS	67	SUPLENTE
22	JAQUELINE DA LUZ CPF. XXX (cota racial)	CINECLUBE DA NEGONA	67	SUPLENTE

23	HAPPY KIDS DIVERSÃO LTDA CNPJ XXX	HAPPY KIDS APRESENTA: O CIRCO CHEGOU!!	67	SUPLENTE
24	JONAS ROBERTO DE AMORIM LIMA CPF XXX	EXPOSIÇÃO EDUCAÇÃO TECNOLOGIA DE LEGO E ROBÓTICA	66	SUPLENTE
25	LAIS GOMES DA SILVA ROCHA CPF XXX	LAIS STONE	60	SUPLENTE
26	DORIO BISSI JUNIOR CNPJ XXX	DORIO E GABRIEL NA ESTRADA	58	SUPLENTE
27	ELISANGELA RUI PERUCHI NUNES CPF XXX	ARTES COM AS MÃOS	55	SUPLENTE
28	MARCIANO VESCOVI SACCANI CPF XXX	TONS DO BRASIL	55	SUPLENTE
29	WOLMER ANTONIO PINTO CPF XXX	DISCO PÉ NA PISTA	54	SUPLENTE
30	LEANDRO MODENESI DEVENS BAPTISTA CPF XXX	APRESENTAÇÃO MUSICAL DE ACORDEON	49	SUPLENTE
31	BRENO CARLOS MARQUES CPF XXX	BATALHA DOS NÔMADES	46	SUPLENTE

João Neiva/ES, 27 de maio de 2025.

Micaela Kuster
Presidente

Cristiana Ribeiro Tavares
Membro

Sirleia Ferrari
Membro

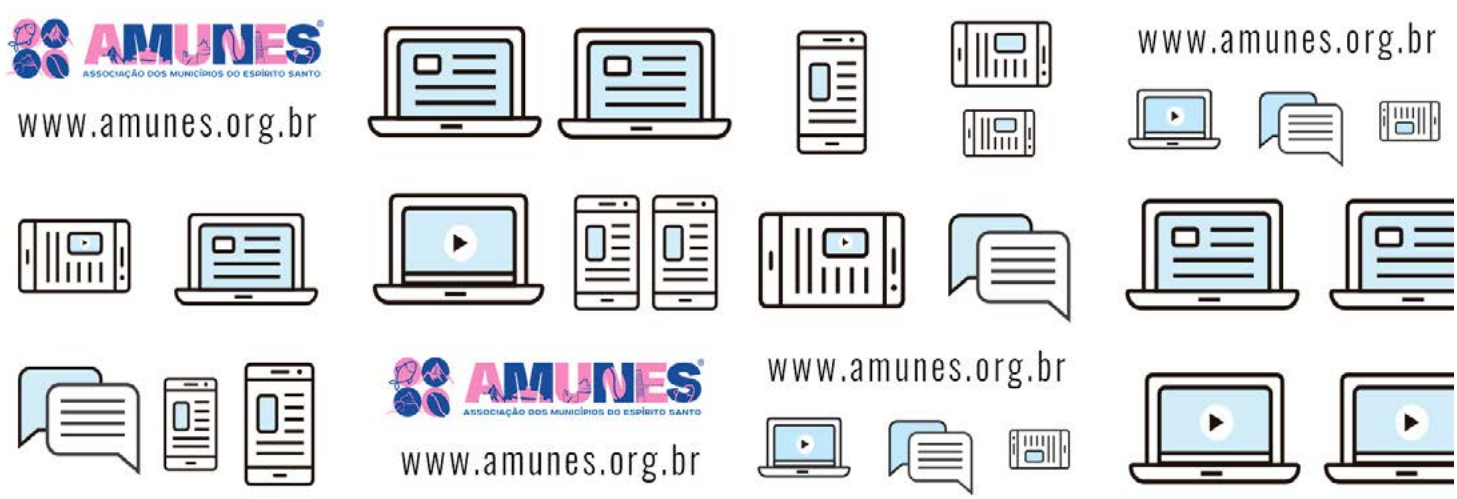
Protocolo 1559797

Laranja da Terra

Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025
ID TCE-ES: 2025.041E07000001.10.0010
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2116/2025 - INEXIGIBILIDADE N° 012/2025
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA
LOCADOR: FERNANDO SACHT
OBJETO: Locação de um imóvel na Rua Otto Maier, s/n, Centro, Laranja da Terra/ES, para ser utilizado como garagem/depósito de materiais de limpeza e diversos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 27/05/2025 a 27/05/2026
VALOR GLOBAL: R$ 9.120,96
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 108 - Secretaria Municipal de Educação;
Unidade Orçamentária: 108 - Secretaria Municipal de Educação;
Programa: 108108.1212200092.032 - Manut. e Administr. Da Secr. De Educação;
Elemento de Despesa: 33903600000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
Fonte de Recursos:
500 0025 - Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos- MDE
502 0025 - Recursos da Compensação de Impostos - Educação
576 0000 - Transferência de Recursos dos Estados Para Programas de Educação

Protocolo 1559359



Relatórios

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES — **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**98.841.284,41**	**98.841.284,41**	**12.499.732,87**	**12,65**	**23.945.383,63**	**24,23**	**74.895.900,78**
RECEITAS CORRENTES	80.777.471,00	80.777.471,00	12.450.082,68	15,41	23.895.733,44	29,58	56.881.737,56
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.166.100,00	6.166.100,00	419.529,46	6,80	816.348,52	13,24	5.349.751,48
Impostos	5.035.500,00	5.035.500,00	356.014,06	7,07	712.945,53	14,16	4.322.554,47
Taxas	1.130.500,00	1.130.500,00	63.515,40	5,62	103.402,99	9,15	1.027.097,01
Contribuição de Melhoria	100,00	100,00					100,00
CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	900.000,00	145.812,39	16,20	276.550,27	30,73	623.449,73
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	900.000,00	900.000,00	145.812,39	16,20	276.550,27	30,73	623.449,73
RECEITA PATRIMONIAL	1.372.321,00	1.372.321,00	371.398,73	27,06	653.324,58	47,61	718.996,42
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	1.372.321,00	1.372.321,00	371.398,73	27,06	653.324,58	47,61	718.996,42
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	31.500,00	31.500,00					31.500,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	31.500,00	31.500,00					31.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.854.050,00	71.854.050,00	11.505.769,63	16,01	22.117.743,05	30,78	49.736.306,95
Transferências da União e de suas Entidades	33.434.050,00	33.434.050,00	4.727.257,26	14,14	10.194.615,83	30,49	23.239.434,17
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	26.420.000,00	26.420.000,00	4.629.128,03	17,52	7.703.591,81	29,16	18.716.408,19
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	12.000.000,00	12.000.000,00	2.149.384,34	17,91	4.219.535,41	35,16	7.780.464,59
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	453.500,00	453.500,00	7.572,47	1,67	31.767,02	7,00	421.732,98
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	422.000,00	422.000,00	7.572,47	1,79	31.728,03	7,52	390.271,97
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	31.500,00	31.500,00					31.500,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes					38,99		(38,99)
RECEITAS DE CAPITAL	18.063.813,41	18.063.813,41	49.650,19	0,27	49.650,19	0,27	18.014.163,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	275.000,00	275.000,00					275.000,00
Alienação de Bens Móveis	275.000,00	275.000,00					275.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17.788.813,41	17.788.813,41	49.650,19	0,28	49.650,19	0,28	17.739.163,22
Transferências da União e de suas Entidades	4.471.304,06	4.471.304,06					4.471.304,06
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.317.509,35	13.317.509,35	49.650,19	0,37	49.650,19	0,37	13.267.859,16
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**98.841.284,41**	**98.841.284,41**	**12.499.732,87**	**12,65**	**23.945.383,63**	**24,23**	**74.895.900,78**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	98.841.284,41	98.841.284,41	12.499.732,87	12,65	23.945.383,63	24,23	74.895.900,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	98.841.284,41	98.841.284,41	12.499.732,87	12,65	23.945.383,63	24,23	74.895.900,78
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	378.055,07	—	—	378.055,07	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—		—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	378.055,07	—	—	378.055,07	100,00	—

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**98.841.284,41**	**99.219.339,48**	**10.256.684,27**	**40.045.365,37**	**59.173.974,11**	**7.905.066,48**	**13.187.378,93**	**86.031.960,55**	**10.892.751,39**
DESPESAS CORRENTES	74.409.400,52	77.291.848,48	9.413.614,63	35.137.198,23	42.154.650,25	7.872.871,48	13.123.860,62	64.167.987,86	10.829.233,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.782.843,18	36.794.361,90	4.510.581,95	11.704.649,84	25.089.712,06	5.037.813,61	9.237.840,39	27.556.521,51	7.202.860,03
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500,00	500,00			500,00			500,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.626.057,34	40.496.986,58	4.903.032,68	23.432.548,39	17.064.438,19	2.835.057,87	3.886.020,23	36.610.966,35	3.626.373,05
DESPESAS DE CAPITAL	23.624.109,18	21.119.716,29	843.069,64	4.908.167,14	16.211.549,15	32.195,00	63.518,31	21.056.197,98	63.518,31
INVESTIMENTOS	23.424.109,18	20.919.716,29	811.400,92	4.845.224,11	16.074.492,18	526,28	575,28	20.919.141,01	575,28
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	200.000,00	31.668,72	62.943,03	137.056,97	31.668,72	62.943,03	137.056,97	62.943,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	807.774,71	807.774,71			807.774,71			807.774,71	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**98.841.284,41**	**99.219.339,48**	**10.256.684,27**	**40.045.365,37**	**59.173.974,11**	**7.905.066,48**	**13.187.378,93**	**86.031.960,55**	**10.892.751,39**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	98.841.284,41	99.219.339,48	10.256.684,27	40.045.365,37	59.173.974,11	7.905.066,48	13.187.378,93	86.031.960,55	10.892.751,39

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—		—	10.758.004,70		13.052.632,24
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	98.841.284,41	99.219.339,48	10.256.684,27	40.045.365,37	59.173.974,11	7.905.066,48	23.945.383,63	86.031.960,55	23.945.383,63
RESERVA DO RPPS			—	—			—		—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES							
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS									
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS									
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 26/05/2025 , às 11:20:28

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

ERILDO RUTSATZ
Secretário. M. de Finanças

NÚBIA CAROLINE DE OLIVEIRA NAITZEL
Contadora-CRC/ES 024167/O

BRUNA PIO MARTINS
Controladora Interna

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**98.841.284,41**	**99.219.339,48**	**10.256.684,27**	**40.045.365,37**	**100,00**	**59.173.974,11**	**7.905.066,48**	**13.187.378,93**	**100,00**	**86.031.960,55**
Legislativa	**3.182.517,03**	**3.182.517,03**	**373.504,72**	**1.026.185,12**	**2,56**	**2.156.331,91**	**360.444,57**	**681.608,91**	**5,17**	**2.500.908,12**
Ação Legislativa	3.182.517,03	3.182.517,03	373.504,72	1.026.185,12	2,56	2.156.331,91	360.444,57	681.608,91	5,17	2.500.908,12
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**12.982.222,15**	**13.902.852,27**	**1.994.029,43**	**5.836.778,97**	**14,58**	**8.066.073,30**	**1.311.348,62**	**2.410.970,22**	**18,28**	**11.491.882,05**
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral	9.829.474,56	10.635.799,69	1.651.882,82	4.162.380,17	10,39	6.473.419,52	993.280,64	1.827.929,28	13,86	8.807.870,41
Administração Financeira	2.625.475,11	2.682.716,62	303.602,25	1.378.824,24	3,44	1.303.892,38	267.415,24	517.753,51	3,93	2.164.963,11
Controle Interno	119.160,00	149.065,16	38.544,36	66.766,24	0,17	82.298,92	19.782,74	34.417,43	0,26	114.647,73
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação	34.800,00	24.200,00				24.200,00				24.200,00
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos	28.400,00	28.400,00				28.400,00				28.400,00
Administração de Receitas	328.512,48	366.270,80		228.808,32	0,57	137.462,48	30.870,00	30.870,00	0,23	335.400,80
Administração de Concessões										
Comunicação Social	16.400,00	16.400,00				16.400,00				16.400,00
Demais Subfunções										
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública	**170.530,00**	**193.030,00**	**9.846,36**	**97.650,95**	**0,24**	**95.379,05**	**17.145,69**	**28.336,49**	**0,21**	**164.693,51**
Policiamento										
Defesa Civil	166.330,00	188.830,00	9.846,36	97.650,95	0,24	91.179,05	17.145,69	28.336,49	0,21	160.493,51
Informação e Inteligência										
Administração Geral	4.200,00	4.200,00				4.200,00				4.200,00
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**5.296.000,00**	**5.428.873,35**	**823.593,22**	**2.535.846,31**	**6,33**	**2.893.027,04**	**434.594,44**	**672.112,98**	**5,10**	**4.756.760,37**
Assistência ao Idoso	1.890.750,00	2.025.650,00	371.000,00	1.400.596,70	3,50	625.053,30	71.177,00	71.177,00	0,54	1.954.473,00
Assistência à Pessoa com Deficiência	33.150,00	53.150,00	50.000,00	50.000,00	0,12	3.150,00	10.000,00	10.000,00	0,08	43.150,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	463.783,50	464.187,28	55.698,58	150.411,00	0,38	313.776,28	31.667,66	64.947,64	0,49	399.239,64
Assistência Comunitária	2.908.316,50	2.885.886,07	346.894,64	934.838,61	2,33	1.951.047,46	321.749,78	525.988,34	3,99	2.359.897,73
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Previdência Social										
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saúde	**24.693.969,10**	**24.803.130,54**	**2.397.969,07**	**11.257.651,95**	**28,11**	**13.545.478,59**	**2.720.642,23**	**5.075.909,64**	**38,49**	**19.727.220,90**
Atenção Básica	23.375.136,86	23.484.298,30	2.150.481,19	10.931.297,10	27,30	12.553.001,20	2.596.175,09	4.931.404,90	37,39	18.552.893,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial										
Suporte Profilático e Terapêutico	730.700,00	730.700,00	227.450,28	286.279,65	0,71	444.420,35	104.429,54	104.429,54	0,79	626.270,46
Vigilância Sanitária	46.300,00	46.300,00				46.300,00				46.300,00
Vigilância Epidemiológica	193.200,00	193.200,00	20.037,60	40.075,20	0,10	153.124,80	20.037,60	40.075,20	0,30	153.124,80
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	348.632,24	348.632,24				348.632,24				348.632,24
Demais Subfunções										
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**30.043.786,75**	**30.176.408,23**	**2.272.974,92**	**11.941.119,62**	**29,82**	**18.235.288,61**	**2.352.960,12**	**3.493.179,91**	**26,49**	**26.683.228,32**
Ensino Fundamental	22.391.292,03	21.674.797,99	1.511.161,36	8.099.255,93	20,23	13.575.542,06	1.682.185,78	2.487.077,22	18,86	19.187.720,77
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
Educação Infantil	3.645.736,72	4.216.529,50	443.208,46	1.706.038,71	4,26	2.510.490,79	424.736,31	608.080,11	4,61	3.608.449,39
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial	11.248,00	11.248,00				11.248,00				11.248,00
Educação Básica										

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
Administração Geral	3.964.910,00	4.241.332,74	316.605,10	2.133.824,98	5,33	2.107.507,76	244.886,54	396.871,09	3,01	3.844.461,65
Demais Subfunções	30.600,00	32.500,00	2.000,00	2.000,00	0,00	30.500,00	1.151,49	1.151,49	0,01	31.348,51
Cultura	**2.884.200,00**	**2.904.450,00**	**630.000,00**	**651.000,00**	**1,63**	**2.253.450,00**				**2.904.450,00**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural	2.884.200,00	2.904.450,00	630.000,00	651.000,00	1,63	2.253.450,00				2.904.450,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo	**3.372.700,00**	**2.914.454,92**		**1.520.815,79**	**3,80**	**1.393.639,13**	**245.813,07**	**362.850,75**	**2,75**	**2.551.604,17**
Infra-Estrutura Urbana	1.289.600,00	831.104,92		50.050,00	0,12	781.054,92	8.302,00	8.302,00	0,06	822.802,92
Serviços Urbanos	2.083.100,00	2.083.350,00		1.470.765,79	3,67	612.584,21	237.511,07	354.548,75	2,69	1.728.801,25
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação	**900,00**	**900,00**				**900,00**				**900,00**
Habitação Rural										
Habitação Urbana	900,00	900,00				900,00				900,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento	**2.659.900,00**	**2.161.969,41**		**598.272,26**	**1,49**	**1.563.697,15**	**80.763,21**	**80.763,21**	**0,61**	**2.081.206,20**
Saneamento Básico Rural	767.600,00	269.669,41				269.669,41				269.669,41
Saneamento Básico Urbano	1.892.300,00	1.892.300,00		598.272,26	1,49	1.294.027,74	80.763,21	80.763,21	0,61	1.811.536,79
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental	**3.858.609,08**	**3.851.109,08**		**1.188.627,84**	**2,97**	**2.662.481,24**	**56.874,38**	**56.874,38**	**0,43**	**3.794.234,70**
Preservação e Conservação Ambiental	75.750,00	75.750,00		53.400,00	0,13	22.350,00	3.900,00	3.900,00	0,03	71.850,00
Controle Ambiental	26.200,00	26.200,00				26.200,00				26.200,00
Recuperação de Áreas Degradadas	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00
Recursos Hídricos	3.754.659,08	3.747.159,08		1.135.227,84	2,83	2.611.931,24	52.974,38	52.974,38	0,40	3.694.184,70
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	**3.151.532,98**	**3.096.383,93**	**875.000,00**	**1.688.083,33**	**4,22**	**1.408.300,60**	**211.809,29**	**211.809,29**	**1,61**	**2.884.574,64**
Abastecimento										
Extensão Rural	45.400,00	44.400,00		24.433,33	0,06	19.966,67	4.614,46	4.614,46	0,03	39.785,54
Irrigação	1.700,00	700,00				700,00				700,00
Promoção da Produção Agropecuária	3.104.432,98	3.051.283,93	875.000,00	1.663.650,00	4,15	1.387.633,93	207.194,83	207.194,83	1,57	2.844.089,10
Defesa Agropecuária										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços	**35.339,45**	**55.856,14**		**20.616,69**	**0,05**	**35.239,45**	**142,00**	**434,29**	**0,00**	**55.421,85**
Promoção Comercial	1.900,00	22.416,69		20.616,69	0,05	1.800,00	142,00	434,29	0,00	21.982,40
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo	33.439,45	33.439,45				33.439,45				33.439,45
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações	**2.100,00**	**1.600,00**				**1.600,00**				**1.600,00**
Comunicações Postais										
Telecomunicações	2.100,00	1.600,00				1.600,00				1.600,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte	**2.341.258,50**	**2.349.727,50**	**104.719,00**	**118.469,00**	**0,30**	**2.231.258,50**	**107.586,96**	**107.586,96**	**0,82**	**2.242.140,54**

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário	2.341.258,50	2.349.727,50	104.719,00	118.469,00	0,30	2.231.258,50	107.586,96	107.586,96	0,82	2.242.140,54
Transporte Ferroviário										
Transporte Aquaviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	**3.357.944,66**	**3.388.302,37**	**775.047,55**	**1.564.247,54**	**3,91**	**1.824.054,83**	**4.941,90**	**4.941,90**	**0,04**	**3.383.360,47**
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário	3.318.844,66	3.325.502,37	775.047,55	1.525.547,54	3,81	1.799.954,83	4.647,62	4.647,62	0,04	3.320.854,75
Lazer	39.100,00	62.800,00		38.700,00	0,10	24.100,00	294,28	294,28	0,00	62.505,72
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais										
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência	**807.774,71**	**807.774,71**	**----**	**----**	**----**	**807.774,71**	**----**	**----**	**----**	**807.774,71**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
TOTAL (III) = (I + II)	**98.841.284,41**	**99.219.339,48**	**10.256.684,27**	**40.045.365,37**	**100,00**	**59.173.974,11**	**7.905.066,48**	**13.187.378,93**	**100,00**	**86.031.960,55**

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
Legislativa										
Ação Legislativa										
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração										
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral										
Administração Financeira										
Controle Interno										
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções										
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública										
Policiamento										
Defesa Civil										
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social										
Assistência ao Idoso										
Assistência à Pessoa com Deficiência										
Assistência à Criança e ao Adolescente										
Assistência Comunitária										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Previdência Social										
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saúde										
Atenção Básica										
Assistência Hospitalar e Ambulatorial										
Suporte Profilático e Terapêutico										
Vigilância Sanitária										
Vigilância Epidemiológica										
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação										
Ensino Fundamental										
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
Educação Infantil										
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										
Educação Básica										

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Cultura										
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo										
Infra-Estrutura Urbana										
Serviços Urbanos										
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação										
Habitação Rural										
Habitação Urbana										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento										
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental										
Preservação e Conservação Ambiental										
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura										
Abastecimento										
Extensão Rural										
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços										
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte										

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Aquaviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer										
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário										
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais										
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência										

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 26/05/2025 , às 11:22:34

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

RILDO RUTSATZ
Secretário M. de Finanças

NÚBIA CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA NAITZEL
Contadora CRC/ES 024167/O

BRUNA PIO MARTINS
Controladora Interna

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**5.035.500,00**	**712.945,53**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.120.000,00	31.947,47
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	404.000,00	71.885,81
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.511.500,00	329.381,79
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.000.000,00	279.730,46
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**51.061.000,00**	**16.239.101,82**
2.1 - Cota-Parte FPM	**24.800.000,00**	**7.856.116,63**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.500.000,00	7.856.116,63
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	2.300.000,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	24.750.000,00	7.486.557,44
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	300.000,00	91.498,32
2.4 - Cota-Parte ITR	11.000,00	374,81
2.5 - Cota-Parte IPVA	1.200.000,00	768.933,26
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		35.621,36
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**56.096.500,00**	**16.952.047,35**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**9.752.200,00**	**3.246.665,38**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**4.271.925,00**	**990.191,47**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**14.300.500,00**	**5.323.847,32**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**12.300.500,00**	**4.306.817,78**
6.1.1- Principal	12.000.000,00	4.219.535,41
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	100.000,00	67.616,00
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	200.500,00	19.666,37
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**2.000.000,00**	**1.017.029,54**
6.3.1- Principal	2.000.000,00	1.017.029,54
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**2.247.800,00**	**972.870,03**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**(71.817,85)**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	(71.817,85)
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**5.252.029,47**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**14.291.766,77**	**5.585.923,50**	**1.828.358,22**	**1.828.358,22**	**3.757.565,28**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**10.091.266,77**	**2.777.862,74**	**1.804.088,71**	**1.804.088,71**	**973.774,03**
10.1.1 - Educação Infantil	2.695.395,00	500.338,63	334.142,16	334.142,16	166.196,47
10.1.2- Ensino Fundamental	7.395.871,77	2.277.524,11	1.469.946,55	1.469.946,55	807.577,56
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**4.200.500,00**	**2.808.060,76**	**24.269,51**	**24.269,51**	**2.783.791,25**
10.2.1- Educação Infantil	150.000,00				
10.2.2- Ensino Fundamental	4.050.500,00	2.808.060,76	24.269,51	24.269,51	2.783.791,25
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**6.492.367,51**	**2.767.944,44**	**1.999.824,10**	**3.724.423,07**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.966.152,08	2.325.478,78	1.674.151,61	3.640.673,30		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	526.215,43	442.465,66	325.672,49	83.749,77		
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.600.556,98	2.743.674,93	1.975.554,59	856.882,05		
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	526.215,43	442.465,66	325.672,49	83.749,77		
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.726.693,12	2.743.674,93	3.600.556,98	51,54
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		442.465,66	442.465,66	43,51
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	152.554,43			

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**532.384,73**	**2.555.902,88**	**2.555.902,88**	**2.023.518,15**	**48,01**
18.1- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício - Impostos e Transferências de Impostos	430.681,78	1.981.339,00	1.981.339,00	1.550.657,22	46,00
18.2- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	101.702,95	574.563,88	574.563,88	472.860,93	56,49

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**1.057.395,78**	**(248.513,16)**				
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.057.395,78	(248.513,16)				
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)						

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**4.475.416,93**	**1.442.651,20**	**430.975,66**	**430.414,45**	**1.011.675,54**
20.1- Educação Infantil	472.236,64	365.796,50	29.675,35	29.675,35	336.121,15
20.2- Ensino Fundamental	1.939.030,79	427.440,33	101.202,77	100.641,56	326.237,56
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial	5.575,36				
20.5- Administração Geral	2.058.574,14	649.414,37	300.097,54	300.097,54	349.316,83
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**18.767.183,70**	**7.028.574,70**	**2.259.333,88**	**2.258.772,67**	**4.769.240,82**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**4.071.459,04**	**1.103.301,26**	**473.413,13**	**473.413,13**	**629.888,13**
21.1.1- Creche	1.658.748,58	449.496,31	192.873,77	192.873,77	256.622,54
21.1.2- Pré-escola	2.412.710,46	653.804,95	280.539,36	280.539,36	373.265,58
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	14.695.724,66	5.925.273,44	1.785.920,75	1.785.359,54	4.139.352,69

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	430.975,66
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.246.665,38
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18.1(q)	1.550.657,22
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	2.126.983,82

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	4.238.011,84	2.126.983,82	12,55

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**245.453,90**	**45.335,91**	**151.124,77**		**94.329,13**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	111.275,07	35.821,31	55.645,32		55.629,75
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	134.146,33	9.514,60	95.479,45		38.666,88
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	32,50				32,50

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**10.982.451,75**	**953.168,65**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**1.401.010,00**	**414.626,76**
31.1.1 - Salário-Educação	675.000,00	266.602,78
31.1.2 - PDDE	7.000,00	622,82
31.1.3 - PNAE	331.500,00	49.336,85
31.1.4 - PNATE	217.500,00	86.337,37
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	170.010,00	11.726,94
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	978.476,06	2.836,50
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.602.965,69	535.705,39

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**11.409.224,53**	**3.755.407,43**	**171.000,98**	**171.000,98**	**3.584.406,45**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	899.872,50	592.876,78	64.189,61	64.189,61	528.687,17
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	8.321.895,43	1.879.363,52	106.341,81	106.341,81	1.773.021,71
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR					
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	4.698,00				
32.8- OUTRAS	2.182.758,60	1.283.167,13	469,56	469,56	1.282.697,57

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**30.176.408,23**	**11.941.119,62**	**3.493.179,91**	**2.614.853,49**	**8.447.939,71**
33.1- Despesas Correntes	**24.048.432,64**	**10.790.570,32**	**3.493.179,91**	**2.614.853,49**	**7.297.390,41**
33.1.1- Pessoal Ativo	12.865.000,00	4.029.847,69	3.074.929,42	2.226.095,57	954.918,27
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.1.4- Outras Despesas Correntes	11.183.432,64	6.760.722,63	418.250,49	388.757,92	6.342.472,14
33.2- Despesas de Capital	**6.127.975,59**	**1.150.549,30**			**1.150.549,30**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	6.127.975,59	1.150.549,30			

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	(524.529,02)	367.371,83
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.323.847,32	266.602,78
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.095.303,55	22.180,05
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.704.014,75	611.794,56
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.704.014,75	611.794,56

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 26/05/2025 , às 11:13:00

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

ERILDO RUTSATZ
Secretário M. de Finanças

NÚBIA CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA NAITZEL
Contadora CRC/ES 024167/O

BRUNA PIO MARTINS
Controladora Interna

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**5.035.500,00**	**5.035.500,00**	**712.945,53**	**14,16**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.120.000,00	1.120.000,00	31.947,47	2,85
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	404.000,00	404.000,00	71.885,81	17,79
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.511.500,00	1.511.500,00	329.381,79	21,79
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	2.000.000,00	2.000.000,00	279.730,46	13,99
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**48.761.000,00**	**48.761.000,00**	**16.233.164,93**	**33,29**
Cota-Parte FPM	22.500.000,00	22.500.000,00	7.856.116,63	34,92
Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	374,81	3,41
Cota-Parte IPVA	1.200.000,00	1.200.000,00	768.933,26	64,08
Cota-Parte ICMS	24.750.000,00	24.750.000,00	7.486.557,44	30,25
Cota-Parte IPI - Exportação	300.000,00	300.000,00	91.498,32	30,50
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			29.684,47	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**53.796.500,00**	**53.796.500,00**	**16.946.110,46**	**31,50**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP EMPENHADAS		DESP LIQUIDADAS		DESP PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**14.774.416,80**	**15.567.742,14**	**7.919.887,06**	**50,87**	**3.817.402,56**	**24,52**	**3.232.895,14**	**20,77**
Despesas Correntes	14.767.516,80	15.560.942,14	7.919.887,06	50,90	3.817.402,56	24,53	3.232.895,14	20,78
Despesas de Capital	6.900,00	6.800,00						
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**602.200,00**	**602.200,00**	**235.504,04**	**39,11**	**89.939,54**	**14,94**	**89.939,54**	**14,94**
Despesas Correntes	601.800,00	601.800,00	235.504,04	39,13	89.939,54	14,95	89.939,54	14,95
Despesas de Capital	400,00	400,00						
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**1.300,00**	**1.300,00**						
Despesas Correntes	800,00	800,00						
Despesas de Capital	500,00	500,00						
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**3.700,00**	**3.700,00**						
Despesas Correntes	3.200,00	3.200,00						
Despesas de Capital	500,00	500,00						
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**15.381.616,80**	**16.174.942,14**	**8.155.391,10**	**50,42**	**3.907.342,10**	**24,16**	**3.322.834,68**	**20,54**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**8.155.391,10**	**3.907.342,10**	**3.322.834,68**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**8.155.391,10**	**3.907.342,10**	**3.322.834,68**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.541.916,57
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	5.613.474,53	1.365.425,53	780.918,11
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	48,13	23,06	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	2.541.916.57	3.907.342.10	1.365.425,53	4.832.556,42				4.832.556,42		1.365.425,53
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021 e anteriores										

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**8.688.138,00**	**8.688.138,00**	**1.817.732,95**	**20,92**
Provenientes da União	8.572.638,00	8.572.638,00	1.788.789,62	20,87
Provenientes dos Estados	115.500,00	115.500,00	28.943,33	25,06
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**15.000,00**	**15.000,00**	**8.689,46**	**57,93**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**8.703.138,00**	**8.703.138,00**	**1.826.422,41**	**20,99**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP. EMPENHADAS		DESP. LIQUIDADAS		DESP. PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**8.439.115,00**	**7.754.951,10**	**2.849.804,98**	**36,75**	**1.060.133,98**	**13,67**	**930.182,71**	**11,99**
Despesas Correntes	6.410.477,00	6.106.241,47	2.802.323,61	45,89	1.060.133,98	17,36	930.182,71	15,23
Despesas de Capital	2.028.638,00	1.648.709,63	47.481,37	2,88				
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**128.500,00**	**128.500,00**	**50.775,61**	**39,51**	**14.490,00**	**11,28**	**14.490,00**	**11,28**
Despesas Correntes	128.500,00	128.500,00	50.775,61	39,51	14.490,00	11,28	14.490,00	11,28
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**45.000,00**	**45.000,00**						
Despesas Correntes	45.000,00	45.000,00						
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**189.500,00**	**189.500,00**	**40.075,20**	**21,15**	**40.075,20**	**21,15**	**31.690,95**	**16,72**
Despesas Correntes	189.500,00	189.500,00	40.075,20	21,15	40.075,20	21,15	31.690,95	16,72
Despesas de Capital								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**348.632,24**	**348.632,24**						
Despesas Correntes	218.532,24	218.532,24						
Despesas de Capital	130.100,00	130.100,00						
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**9.150.747,24**	**8.466.583,34**	**2.940.655,79**	**34,73**	**1.114.699,18**	**13,17**	**976.363,66**	**11,53**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP. EMPENHADAS		DESP. LIQUIDADAS		DESP PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	(f/c)x100 %
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**23.213.531,80**	**23.322.693,24**	**10.769.692,04**	**97,06**	**4.877.536,54**	**97,12**	**4.163.077,85**	**96,83**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**730.700,00**	**730.700,00**	**286.279,65**	**2,58**	**104.429,54**	**2,08**	**104.429,54**	**2,43**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**46.300,00**	**46.300,00**						
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**193.200,00**	**193.200,00**	**40.075,20**	**0,36**	**40.075,20**	**0,80**	**31.690,95**	**0,74**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**348.632,24**	**348.632,24**						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**24.532.364,04**	**24.641.525,48**	**11.096.046,89**	**100,00**	**5.022.041,28**	**100,00**	**4.299.198,34**	**100,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 26/05/2025 , às 11:24:18

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

ERILDO RUTSATZ
Secretário M. de Finanças

NÚBIA CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA NAITZEL
Contadora CRC/ES 024167/O

BRUNA PIO MARTINS
Controladora Interna

Mantenópolis

Contrato

PREFEITURA DE MANTENÓPOLIS-ES

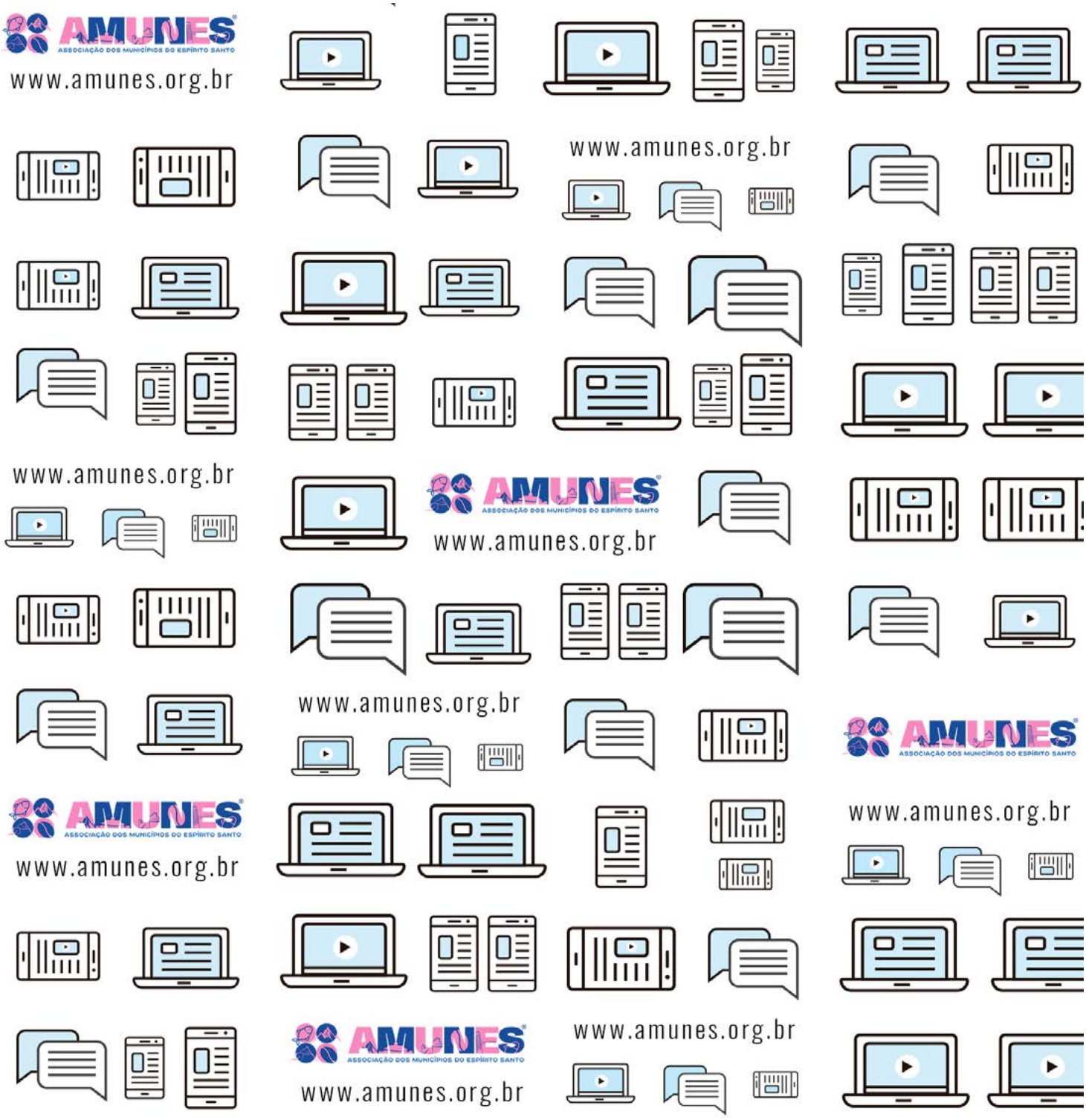
AVISO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO Nº 10/2025
ID 2025.043E0700001.16.0002

A Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES, através do Prefeito Municipal, torna público a anulação do Contrato nº 10/2025, firmado com a empresa Viavoz Ltda, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o serviço de engenharia e elaboração de projetos prediais e de infraestrutura em BIM. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (27) 3758 2916, bem como no endereço eletrônico: e-mail: licita@mantenopolis.es.gov.br

Mantenópolis/ES, 26 de maio de 2025.

Lúcio Marques de Morais
Prefeito Municipal

Protocolo 1559803



Relatórios

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**75.074.000,00**	**75.174.000,00**	**13.221.389,42**	**17,59**	**24.549.788,14**	**32,66**	**50.624.211,86**
RECEITAS CORRENTES	72.341.500,00	72.441.500,00	13.221.389,42	18,25	24.549.788,14	33,89	47.891.711,86
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.715.000,00	4.715.000,00	786.619,23	16,68	1.342.770,87	28,48	3.372.229,13
Impostos	4.065.000,00	4.065.000,00	706.796,13	17,39	1.220.969,61	30,04	2.844.030,39
Taxas	650.000,00	650.000,00	79.823,10	12,28	121.801,26	18,74	528.198,74
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	3.376.000,00	3.376.000,00	507.044,11	15,02	930.318,10	27,56	2.445.681,90
Contribuições Sociais	2.476.000,00	2.476.000,00	310.426,95	12,54	624.567,54	25,22	1.851.432,46
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	900.000,00	900.000,00	196.617,16	21,85	305.750,56	33,97	594.249,44
RECEITA PATRIMONIAL	274.003,00	274.003,00	137.196,06	50,07	275.010,34	100,37	(1.007,34)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	274.003,00	274.003,00	137.196,06	50,07	275.010,34	100,37	(1.007,34)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	51.000,00	51.000,00					51.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.000,00	1.000,00					1.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	50.000,00	50.000,00					50.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.033.697,00	63.133.697,00	11.781.541,84	18,66	21.881.589,31	34,66	41.252.107,69
Transferências da União e de suas Entidades	31.545.999,00	31.645.999,00	4.515.245,41	14,27	9.711.982,88	30,69	21.934.016,12
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.987.198,00	19.987.198,00	4.670.286,36	23,37	7.337.166,15	36,71	12.650.031,85
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	11.500.000,00	11.500.000,00	2.347.049,22	20,41	4.581.147,14	39,84	6.918.852,86
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes	500,00	500,00	248.960,85	49.792,17	251.293,14	50.258,63	(250.793,14)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	891.800,00	891.800,00	8.988,18	1,01	120.099,52	13,47	771.700,48
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	340.800,00	340.800,00	7.224,00	2,12	110.307,03	32,37	230.492,97
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	3.300,00	3.300,00					3.300,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	547.700,00	547.700,00	1.764,18	0,32	9.792,49	1,79	537.907,51
RECEITAS DE CAPITAL	2.732.500,00	2.732.500,00					2.732.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00					100.000,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00					100.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.632.500,00	2.632.500,00					2.632.500,00
Transferências da União e de suas Entidades	68.500,00	68.500,00					68.500,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.564.000,00	2.564.000,00					2.564.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**9.576.000,00**	**9.576.000,00**	**494.760,45**	**5,17**	**1.342.913,13**	**14,02**	**8.233.086,87**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**84.650.000,00**	**84.750.000,00**	**13.716.149,87**	**16,18**	**25.892.701,27**	**30,55**	**58.857.298,73**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	84.650.000,00	84.750.000,00	13.716.149,87	16,18	25.892.701,27	30,55	58.857.298,73
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	84.650.000,00	84.750.000,00	13.716.149,87	16,18	25.892.701,27	30,55	58.857.298,73
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	655.173,00	—	—	655.173,00	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	655.173,00	—	—	655.173,00	100,00	—

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**77.634.191,27**	**78.811.172,92**	**11.143.215,27**	**26.170.547,07**	**52.640.625,85**	**12.004.897,86**	**23.201.666,62**	**55.609.506,30**	**20.354.115,08**
DESPESAS CORRENTES	68.747.318,80	70.363.568,53	10.920.651,19	23.763.931,73	46.599.636,80	11.105.039,78	20.815.612,28	49.547.956,25	18.657.135,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.420.973,90	41.510.372,80	6.223.138,22	13.705.701,78	27.804.671,02	6.473.524,61	12.404.572,33	29.105.800,47	12.231.353,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.326.344,90	28.853.195,73	4.697.512,97	10.058.229,95	18.794.965,78	4.631.515,17	8.411.039,95	20.442.155,78	6.425.782,50
DESPESAS DE CAPITAL	7.793.872,47	7.354.604,39	222.564,08	2.406.615,34	4.947.989,05	899.858,08	2.386.054,34	4.968.550,05	1.696.979,13
INVESTIMENTOS	6.547.872,47	6.522.982,31	23.055,00	2.063.527,60	4.459.454,71	700.349,00	2.042.966,60	4.480.015,71	1.353.891,39
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.246.000,00	831.622,08	199.509,08	343.087,74	488.534,34	199.509,08	343.087,74	488.534,34	343.087,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.093.000,00	1.093.000,00			1.093.000,00			1.093.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**7.015.808,73**	**6.732.760,26**	**482.673,11**	**950.784,30**	**5.781.975,96**	**489.273,04**	**908.650,77**	**5.824.109,49**	**702.522,02**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**84.650.000,00**	**85.543.933,18**	**11.625.888,38**	**27.121.331,37**	**58.422.601,81**	**12.494.170,90**	**24.110.317,39**	**61.433.615,79**	**21.056.637,10**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	84.650.000,00	85.543.933,18	11.625.888,38	27.121.331,37	58.422.601,81	12.494.170,90	24.110.317,39	61.433.615,79	21.056.637,10

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—		—	1.782.383,88		4.836.064,17
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	84.650.000,00	85.543.933,18	11.625.888,38	27.121.331,37	58.422.601,81	12.494.170,90	25.892.701,27	61.433.615,79	25.892.701,27
RESERVA DO RPPS			—	—			—		—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**9.576.000,00**	**9.576.000,00**	**494.760,45**	**5,17**	**1.342.913,13**	**14,02**	**8.233.086,87**
RECEITAS CORRENTES	9.576.000,00	9.576.000,00	494.760,45	5,17	1.342.913,13	14,02	8.233.086,87
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	5.076.000,00	5.076.000,00	620.784,89	12,23	1.276.183,25	25,14	3.799.816,75
Contribuições Sociais	5.076.000,00	5.076.000,00	620.784,89	12,23	1.276.183,25	25,14	3.799.816,75
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.500.000,00	4.500.000,00	(126.024,44)	(2,80)	66.729,88	1,48	4.433.270,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	4.500.000,00	4.500.000,00	(126.024,44)	(2,80)	66.729,88	1,48	4.433.270,12
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**7.015.808,73**	**6.732.760,26**	**482.673,11**	**950.784,30**	**5.781.975,96**	**489.273,04**	**908.650,77**	**5.824.109,49**	**702.522,02**
DESPESAS CORRENTES	7.015.808,73	6.732.760,26	482.673,11	950.784,30	5.781.975,96	489.273,04	908.650,77	5.824.109,49	702.522,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.490.000,00	2.550.000,00	415.943,23	884.054,42	1.665.945,58	422.543,16	841.920,89	1.708.079,11	635.792,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.525.808,73	4.182.760,26	66.729,88	66.729,88	4.116.030,38	66.729,88	66.729,88	4.116.030,38	66.729,88
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS									
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Administração, Emissão: 27/05/2025 , às 10:21:50

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

WOLLMER CANDIDO DE PAULA
CONTADOR
CRC 016576/O-7

LUCIO MARQUES DE MORAIS
PREFEITO
CPF 726.437.737-72

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**77.634.191,27**	**78.811.172,92**	**11.143.215,27**	**26.170.547,07**	**96,49**	**52.640.625,85**	**12.004.897,86**	**23.201.666,62**	**96,23**	**55.609.506,30**
Legislativa	**3.199.820,11**	**3.128.808,04**	**144.554,50**	**2.039.841,05**	**7,52**	**1.088.966,99**	**363.557,21**	**699.517,67**	**2,90**	**2.429.290,37**
Ação Legislativa	3.199.820,11	3.128.808,04	144.554,50	2.039.841,05	7,52	1.088.966,99	363.557,21	699.517,67	2,90	2.429.290,37
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**6.339.000,00**	**6.487.991,88**	**1.106.306,71**	**2.622.148,75**	**9,67**	**3.865.843,13**	**1.084.264,83**	**2.520.714,32**	**10,45**	**3.967.277,56**
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral	5.248.000,00	5.123.653,14	908.993,87	1.973.958,61	7,28	3.149.694,53	886.951,99	1.872.524,18	7,77	3.251.128,96
Administração Financeira	990.000,00	1.261.338,74	176.412,77	607.178,60	2,24	654.160,14	176.412,77	607.178,60	2,52	654.160,14
Controle Interno	101.000,00	103.000,00	20.900,07	41.011,54	0,15	61.988,46	20.900,07	41.011,54	0,17	61.988,46
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções										
Defesa Nacional	**8.000,00**	**8.000,00**				**8.000,00**				**8.000,00**
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções	8.000,00	8.000,00				8.000,00				8.000,00
Segurança Pública										
Policiamento										
Defesa Civil										
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**3.479.700,00**	**4.119.900,00**	**1.127.314,40**	**2.030.261,53**	**7,49**	**2.089.638,47**	**1.109.255,70**	**1.996.313,74**	**8,28**	**2.123.586,26**
Assistência ao Idoso	36.500,00	27.000,00				27.000,00				27.000,00
Assistência à Pessoa com Deficiência										
Assistência à Criança e ao Adolescente	75.000,00	74.000,00	5.040,00	5.390,40	0,02	68.609,60	5.390,40	5.390,40	0,02	68.609,60
Assistência Comunitária	3.368.200,00	4.018.900,00	1.122.274,40	2.024.871,13	7,47	1.994.028,87	1.103.865,30	1.990.923,34	8,26	2.027.976,66
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Previdência Social	**12.256.000,00**	**12.256.000,00**	**1.189.644,92**	**2.337.132,79**	**8,62**	**9.918.867,21**	**1.189.644,92**	**2.337.132,79**	**9,69**	**9.918.867,21**
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário	11.210.000,00	11.210.000,00	1.131.110,97	2.234.017,97	8,24	8.975.982,03	1.131.110,97	2.234.017,97	9,27	8.975.982,03
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral	1.046.000,00	1.046.000,00	58.533,95	103.114,82	0,38	942.885,18	58.533,95	103.114,82	0,43	942.885,18
Demais Subfunções										
Saúde	**13.850.600,00**	**15.028.420,72**	**2.080.887,49**	**6.143.989,93**	**22,65**	**8.884.430,79**	**2.822.214,33**	**5.163.391,90**	**21,42**	**9.865.028,82**
Atenção Básica	5.992.595,97	6.123.972,70	695.327,71	1.553.614,13	5,73	4.570.358,57	670.664,25	1.412.066,67	5,86	4.711.906,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.534.387,03	5.321.133,38	658.389,59	3.362.560,16	12,40	1.958.573,22	1.437.040,39	2.566.251,13	10,64	2.754.882,25
Suporte Profilático e Terapêutico	161.004,00	175.147,90	12.705,69	24.777,51	0,09	150.370,39	12.705,69	24.777,51	0,10	150.370,39
Vigilância Sanitária	85.002,00	92.541,96	10.623,72	17.706,20	0,07	74.835,76	10.623,72	17.706,20	0,07	74.835,76
Vigilância Epidemiológica	347.602,00	417.370,00	129.951,07	206.798,47	0,76	210.571,53	129.951,07	206.798,47	0,86	210.571,53
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	2.730.009,00	2.898.254,78	573.889,71	978.533,46	3,61	1.919.721,32	561.229,21	935.791,92	3,88	1.962.462,86
Demais Subfunções										
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**22.548.200,00**	**22.698.373,00**	**3.705.096,05**	**7.419.411,21**	**27,36**	**15.278.961,79**	**3.506.159,24**	**7.103.390,40**	**29,46**	**15.594.982,60**
Ensino Fundamental	18.485.200,00	18.665.373,00	3.000.396,59	6.083.822,56	22,43	12.581.550,44	2.982.341,68	5.955.731,65	24,70	12.709.641,35
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior	408.000,00	378.000,00	1.396,00	1.396,00	0,01	376.604,00	1.396,00	1.396,00	0,01	376.604,00
Educação Infantil	1.975.000,00	1.975.000,00	274.058,21	551.198,93	2,03	1.423.801,07	274.058,21	551.198,93	2,29	1.423.801,07
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										
Educação Básica										

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
Administração Geral	830.000,00	830.000,00	148.282,42	390.862,55	1,44	439.137,45	152.190,42	390.862,55	1,62	439.137,45
Demais Subfunções	850.000,00	850.000,00	280.962,83	392.131,17	1,45	457.868,83	96.172,93	204.201,27	0,85	645.798,73
Cultura	**133.000,00**	**133.000,00**	**4.957,00**	**4.957,00**	**0,02**	**128.043,00**	**4.957,00**	**4.957,00**	**0,02**	**128.043,00**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural	133.000,00	133.000,00	4.957,00	4.957,00	0,02	128.043,00	4.957,00	4.957,00	0,02	128.043,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo	**9.955.913,48**	**9.462.198,85**	**966.350,42**	**2.189.204,44**	**8,07**	**7.272.994,41**	**1.160.074,60**	**2.107.001,48**	**8,74**	**7.355.197,37**
Infra-Estrutura Urbana	1.138.000,00	742.285,37				742.285,37				742.285,37
Serviços Urbanos	1.622.677,00	1.524.677,00	73.336,83	497.996,38	1,84	1.026.680,62	132.705,14	455.545,18	1,89	1.069.131,82
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral	7.195.236,48	7.195.236,48	893.013,59	1.691.208,06	6,24	5.504.028,42	1.027.369,46	1.651.456,30	6,85	5.543.780,18
Demais Subfunções										
Habitação	**5.000,00**	**5.000,00**				**5.000,00**				**5.000,00**
Habitação Rural										
Habitação Urbana	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento	**14.000,00**	**14.000,00**				**14.000,00**				**14.000,00**
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano	14.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental	**548.000,00**	**598.722,75**	**195.255,80**	**259.461,32**	**0,96**	**339.261,43**	**98.547,57**	**162.753,09**	**0,68**	**435.969,66**
Preservação e Conservação Ambiental	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00
Controle Ambiental	13.000,00	13.000,00				13.000,00				13.000,00
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral	495.000,00	545.722,75	195.255,80	259.461,32	0,96	286.261,43	98.547,57	162.753,09	0,68	382.969,66
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	**2.301.957,68**	**2.301.957,68**	**358.225,01**	**583.402,21**	**2,15**	**1.718.555,47**	**397.361,69**	**570.556,89**	**2,37**	**1.731.400,79**
Abastecimento	8.000,00	8.000,00				8.000,00				8.000,00
Extensão Rural	12.000,00	12.000,00				12.000,00				12.000,00
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária	60.000,00	60.000,00				60.000,00				60.000,00
Defesa Agropecuária										
Administração Geral	2.221.957,68	2.221.957,68	358.225,01	583.402,21	2,15	1.638.555,47	397.361,69	570.556,89	2,37	1.651.400,79
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços	**8.000,00**	**8.000,00**				**8.000,00**				**8.000,00**
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo	8.000,00	8.000,00				8.000,00				8.000,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte	**130.000,00**	**42.000,00**				**42.000,00**				**42.000,00**

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário	130.000,00	42.000,00				42.000,00				42.000,00
Transporte Ferroviário										
Transporte Aquaviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	**558.000,00**	**634.177,92**	**65.113,89**	**197.649,10**	**0,73**	**436.528,82**	**69.351,69**	**192.849,60**	**0,80**	**441.328,32**
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário	543.000,00	619.177,92	65.113,89	197.649,10	0,73	421.528,82	69.351,69	192.849,60	0,80	426.328,32
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções	15.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00
Encargos Especiais	**1.206.000,00**	**791.622,08**	**199.509,08**	**343.087,74**	**1,27**	**448.534,34**	**199.509,08**	**343.087,74**	**1,42**	**448.534,34**
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna	1.206.000,00	791.622,08	199.509,08	343.087,74	1,27	448.534,34	199.509,08	343.087,74	1,42	448.534,34
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência	**1.093.000,00**	**1.093.000,00**	**----**	**----**	**----**	**1.093.000,00**	**----**	**----**	**----**	**1.093.000,00**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**7.015.808,73**	**6.732.760,26**	**482.673,11**	**950.784,30**	**3,51**	**5.781.975,96**	**489.273,04**	**908.650,77**	**3,77**	**5.824.109,49**
TOTAL (III) = (I + II)	**84.650.000,00**	**85.543.933,18**	**11.625.888,38**	**27.121.331,37**	**100,00**	**58.422.601,81**	**12.494.170,90**	**24.110.317,39**	**100,00**	**61.433.615,79**

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**7.015.808,73**	**6.732.760,26**	**482.673,11**	**950.784,30**	**3,51**	**5.781.975,96**	**489.273,04**	**908.650,77**	**3,77**	**5.824.109,49**
Legislativa	**1.000,00**	**61.000,00**		**55.000,00**	**0,20**	**6.000,00**	**6.599,93**	**12.866,47**	**0,05**	**48.133,53**
Ação Legislativa	1.000,00	61.000,00		55.000,00	0,20	6.000,00	6.599,93	12.866,47	0,05	48.133,53
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**600.000,00**	**600.000,00**	**110.096,33**	**215.843,60**	**0,80**	**384.156,40**	**110.096,33**	**215.843,60**	**0,90**	**384.156,40**
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral	600.000,00	600.000,00	110.096,33	215.843,60	0,80	384.156,40	110.096,33	215.843,60	0,90	384.156,40
Administração Financeira										
Controle Interno										
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções										
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública										
Policiamento										
Defesa Civil										
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social										
Assistência ao Idoso										
Assistência à Pessoa com Deficiência										
Assistência à Criança e ao Adolescente										
Assistência Comunitária										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Previdência Social	**3.825.808,73**	**3.836.820,80**	**70.319,62**	**72.811,95**	**0,27**	**3.764.008,85**	**70.319,62**	**72.811,95**	**0,30**	**3.764.008,85**
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário	3.795.808,73	3.806.820,80	66.729,88	66.729,88	0,25	3.740.090,92	66.729,88	66.729,88	0,28	3.740.090,92
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral	30.000,00	30.000,00	3.589,74	6.082,07	0,02	23.917,93	3.589,74	6.082,07	0,03	23.917,93
Demais Subfunções										
Saúde	**1.150.000,00**	**795.939,46**	**80.873,35**	**151.814,13**	**0,56**	**644.125,33**	**80.873,35**	**151.814,13**	**0,63**	**644.125,33**
Atenção Básica	40.000,00	40.000,00	4.687,28	9.819,54	0,04	30.180,46	4.687,28	9.819,54	0,04	30.180,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	200.000,00	200.000,00	41.726,88	80.271,61	0,30	119.728,39	41.726,88	80.271,61	0,33	119.728,39
Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	10.000,00	1.802,20	3.659,12	0,01	6.340,88	1.802,20	3.659,12	0,02	6.340,88
Vigilância Sanitária	20.000,00	20.000,00	5.045,72	8.651,95	0,03	11.348,05	5.045,72	8.651,95	0,04	11.348,05
Vigilância Epidemiológica										
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	880.000,00	525.939,46	27.611,27	49.411,91	0,18	476.527,55	27.611,27	49.411,91	0,20	476.527,55
Demais Subfunções										
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**1.439.000,00**	**1.439.000,00**	**221.383,81**	**455.314,62**	**1,68**	**983.685,38**	**221.383,81**	**455.314,62**	**1,89**	**983.685,38**
Ensino Fundamental	1.160.000,00	1.160.000,00	183.320,03	375.221,44	1,38	784.778,56	183.320,03	375.221,44	1,56	784.778,56
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	31.042,66	63.329,32	0,23	136.670,68	31.042,66	63.329,32	0,26	136.670,68
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										
Educação Básica										

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Administração Geral	79.000,00	79.000,00	7.021,12	16.763,86	0,06	62.236,14	7.021,12	16.763,86	0,07	62.236,14
Demais Subfunções										
Cultura										
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo										
Infra-Estrutura Urbana										
Serviços Urbanos										
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação										
Habitação Rural										
Habitação Urbana										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento										
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental										
Preservação e Conservação Ambiental										
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura										
Abastecimento										
Extensão Rural										
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços										
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte										

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Aquaviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer										
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário										
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais										
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência										
TOTAL DA INTRA	**7.015.808,73**	**6.732.760,26**	**482.673,11**	**950.784,30**	**3,51**	**5.781.975,96**	**489.273,04**	**908.650,77**	**3,77**	**5.824.109,49**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Administração, Emissão: 27/05/2025 , às 10:23:21

WOLLMER CANDIDO DE PAULA
CONTADOR
CRC 016576/O-7

LUCIO MARQUES DE MORAIS
PREFEITO
CPF 726.437.737-72

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**4.065.000,00**	**1.220.969,61**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	961.000,00	185.096,35
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	501.000,00	157.503,36
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.503.000,00	702.852,40
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.100.000,00	175.517,50
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**45.954.000,00**	**15.987.581,05**
2.1 - Cota-Parte FPM	**31.200.000,00**	**9.398.141,95**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	29.000.000,00	9.398.141,95
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	2.200.000,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	13.000.000,00	5.489.238,96
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	64.442,18
2.4 - Cota-Parte ITR	4.000,00	1.125,29
2.5 - Cota-Parte IPVA	1.600.000,00	1.012.854,81
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		21.777,86
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**50.019.000,00**	**17.208.550,66**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**9.190.800,00**	**3.195.367,74**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**3.753.950,00**	**1.104.621,45**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**11.550.000,00**	**4.604.663,45**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**11.550.000,00**	**4.604.663,45**
6.1.1- Principal	11.500.000,00	4.581.147,14
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	50.000,00	23.516,31
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT		
6.3.1- Principal		
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**2.309.200,00**	**1.385.779,40**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**(940.756,80)**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	(945.119,06)
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	4.362,26

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**3.663.906,65**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**11.550.000,00**	**3.786.412,61**	**3.786.412,61**	**3.638.314,42**	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**11.550.000,00**	**3.786.412,61**	**3.786.412,61**	**3.638.314,42**	
10.1.1 - Educação Infantil	2.000.000,00	614.528,25	614.528,25	591.401,55	
10.1.2- Ensino Fundamental	9.550.000,00	3.171.884,36	3.171.884,36	3.046.912,87	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS					
10.2.1- Educação Infantil					
10.2.2- Ensino Fundamental					
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**3.786.412,61**	**3.786.412,61**	**3.638.314,42**			
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.786.412,61	3.786.412,61	3.638.314,42			
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.786.412,61	3.786.412,61	3.638.314,42			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.223.264,42	3.786.412,61	3.786.412,61	82,23
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL				

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**460.466,35**	**818.250,84**	**818.250,84**	**357.784,49**	**17,77**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**1.131.991,51**	**(222.346,22)**			**(222.346,22)**	
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.131.991,51	(222.346,22)			(222.346,22)	
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)						

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**6.305.026,77**	**1.643.080,85**	**1.631.616,91**	**1.458.324,47**	**11.463,94**
20.1- Educação Infantil	166.000,00				
20.2- Ensino Fundamental	5.230.026,77	1.235.454,44	1.223.990,50	1.195.544,16	11.463,94
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral	909.000,00	407.626,41	407.626,41	262.780,31	
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**17.855.026,77**	**5.429.493,46**	**5.418.029,52**	**5.096.638,89**	**11.463,94**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**2.438.700,00**	**736.816,17**	**736.816,17**	**670.235,64**	
21.1.1- Creche	686.232,00	207.331,92	207.331,92	188.599,05	
21.1.2- Pré-escola	1.752.468,00	529.484,25	529.484,25	481.636,59	
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	15.416.326,77	4.692.677,29	4.681.213,35	4.426.403,25	11.463,94

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.631.616,91
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.195.367,74
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	357.784,49
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	4.469.200,16

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	4.302.137,66	4.469.200,16	25,97

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**1.000.090,65**		**836.233,42**		**163.857,23**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	681.483,43		545.685,83		135.797,60
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	318.607,22		290.547,59		28.059,63
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**1.618.000,00**	**473.304,45**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**1.141.000,00**	**473.304,45**
31.1.1 - Salário-Educação	701.000,00	328.032,69
31.1.2 - PDDE	4.000,00	12,20
31.1.3 - PNAE	300.000,00	87.994,80
31.1.4 - PNATE	131.000,00	52.610,93
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	5.000,00	4.653,83
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	477.000,00	
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB		
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**6.282.346,23**	**2.445.232,37**	**2.140.675,50**	**1.422.498,89**	**304.556,87**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.000,00				
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	5.045.346,23	2.051.705,20	1.935.078,23	1.219.537,62	116.626,97
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR					
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	1.228.000,00	393.527,17	205.597,27	202.961,27	187.929,90

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**24.137.373,00**	**7.874.725,83**	**7.558.705,02**	**6.519.137,78**	**316.020,81**
33.1- Despesas Correntes	**22.005.722,13**	**6.480.048,62**	**6.164.027,81**	**5.809.964,78**	**316.020,81**
33.1.1- Pessoal Ativo	14.613.000,00	4.716.832,88	4.716.832,88	4.536.013,49	
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.1.4- Outras Despesas Correntes	7.392.722,13	1.763.215,74	1.447.194,93	1.273.951,29	316.020,81
33.2- Despesas de Capital	**2.131.650,87**	**1.394.677,21**	**1.394.677,21**	**709.173,00**	
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	2.131.650,87	1.394.677,21	1.394.677,21	709.173,00	

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	309.982,12	59.934,84
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	4.604.663,45	328.032,69
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.928.862,01	114.121,05
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	985.783,56	273.846,48
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	985.783,56	273.846,48

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Administração, Emissão: 27/05/2025 , às 10:10:57

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

WOLLMER CANDIDO DE PAULA
CONTADOR
CRC 016576/O-7

LUCIO MARQUES DE MORAIS
PREFEITO
CPF 726.437.737-72

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**4.065.000,00**	**4.065.000,00**	**1.220.969,61**	**30,04**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	961.000,00	961.000,00	185.096,35	19,26
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	501.000,00	501.000,00	157.503,36	31,44
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.503.000,00	1.503.000,00	702.852,40	46,76
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.100.000,00	1.100.000,00	175.517,50	15,96
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**43.754.000,00**	**43.754.000,00**	**15.987.581,05**	**36,54**
Cota-Parte FPM	29.000.000,00	29.000.000,00	9.398.141,95	32,41
Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	1.125,29	28,13
Cota-Parte IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	1.012.854,81	63,30
Cota-Parte ICMS	13.000.000,00	13.000.000,00	5.489.238,96	42,22
Cota-Parte IPI - Exportação	150.000,00	150.000,00	64.442,18	42,96
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			21.777,86	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**47.819.000,00**	**47.819.000,00**	**17.208.550,66**	**35,99**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP EMPENHADAS		DESP LIQUIDADAS		DESP PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**1.817.202,00**	**1.698.262,69**	**247.168,56**	**14,55**	**218.571,37**	**12,87**	**175.322,56**	**10,32**
Despesas Correntes	1.647.201,00	1.528.261,69	247.168,56	16,17	218.571,37	14,30	175.322,56	11,47
Despesas de Capital	170.001,00	170.001,00						
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**2.850.623,10**	**3.260.576,07**	**1.956.124,62**	**59,99**	**1.635.079,56**	**50,15**	**1.598.985,98**	**49,04**
Despesas Correntes	2.850.621,10	3.257.574,07	1.953.269,62	59,96	1.632.224,56	50,11	1.598.985,98	49,09
Despesas de Capital	2,00	3.002,00	2.855,00	95,10	2.855,00	95,10		
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**20.002,00**	**43.100,54**	**26.757,66**	**62,08**	**26.757,66**	**62,08**	**25.856,56**	**59,99**
Despesas Correntes	20.000,00	43.098,54	26.757,66	62,08	26.757,66	62,08	25.856,56	59,99
Despesas de Capital	2,00	2,00						
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**40.002,00**	**57.708,20**	**26.358,15**	**45,67**	**26.358,15**	**45,67**	**23.788,39**	**41,22**
Despesas Correntes	40.001,00	57.707,20	26.358,15	45,68	26.358,15	45,68	23.788,39	41,22
Despesas de Capital	1,00	1,00						
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**190.602,00**	**173.520,85**	**54.348,01**	**31,32**	**54.348,01**	**31,32**	**52.195,74**	**30,08**
Despesas Correntes	190.000,00	172.918,85	54.348,01	31,43	54.348,01	31,43	52.195,74	30,19
Despesas de Capital	602,00	602,00						
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**3.599.009,00**	**3.326.451,00**	**945.135,08**	**28,41**	**902.393,54**	**27,13**	**781.342,16**	**23,49**
Despesas Correntes	3.544.006,00	3.271.448,00	945.135,08	28,89	902.393,54	27,58	781.342,16	23,88
Despesas de Capital	55.003,00	55.003,00						
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**8.517.440,10**	**8.559.619,35**	**3.255.892,08**	**38,04**	**2.863.508,29**	**33,45**	**2.657.491,39**	**31,05**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**3.255.892,08**	**2.863.508,29**	**2.657.491,39**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**3.255.892,08**	**2.863.508,29**	**2.657.491,39**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.581.282,60
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	674.609,48	282.225,69	76.208,79
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	18,92	16,64	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	2.581.282.60	2.863.508.29	282.225,69	598.400,69				598.400,69		282.225,69
Empenhos de 2024	7.134.686,40	7.539.380,82	404.694,42	84.997,67			69.920,45	15.077,22		
Empenhos de 2023	6.201.337,32	6.449.417.15	248.079,83	111.984,80			111.984,80			
Empenhos de 2022	5.472.171.28	6.630.675.45	1.158.504,17	244.346,22			244.346,22			
Empenhos de 2021 e anteriores	25.344.754,66	57.423.764,09	32.079.009,43	301.735,89			301.732,41		3,48	(3,48)

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**6.400.000,00**	**6.500.000,00**	**1.753.951,48**	**26,98**
Provenientes da União	4.936.002,00	5.036.002,00	1.708.235,29	33,92
Provenientes dos Estados	1.463.998,00	1.463.998,00	45.716,19	3,12
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**60.000,00**	**60.000,00**	**21.237,90**	**35,40**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**6.460.000,00**	**6.560.000,00**	**1.775.189,38**	**27,06**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP. EMPENHADAS		DESP. LIQUIDADAS		DESP. PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**4.215.393,97**	**4.465.710,01**	**1.316.265,11**	**29,47**	**1.203.314,84**	**26,95**	**1.139.789,08**	**25,52**
Despesas Correntes	2.540.393,97	2.790.710,01	1.316.265,11	47,17	1.203.314,84	43,12	1.139.789,08	40,84
Despesas de Capital	1.675.000,00	1.675.000,00						
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**1.721.999,00**	**2.118.857,88**	**1.381.642,22**	**65,21**	**930.558,25**	**43,92**	**925.848,24**	**43,70**
Despesas Correntes	1.671.998,00	1.483.856,88	796.642,22	53,69	345.558,25	23,29	340.848,24	22,97
Despesas de Capital	50.001,00	635.001,00	585.000,00	92,13	585.000,00	92,13	585.000,00	92,13
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**151.002,00**	**142.047,36**	**1.678,97**	**1,18**	**1.678,97**	**1,18**	**1.134,70**	**0,80**
Despesas Correntes	151.002,00	142.047,36	1.678,97	1,18	1.678,97	1,18	1.134,70	0,80
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**65.000,00**	**54.833,76**						
Despesas Correntes	65.000,00	54.833,76						
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**157.000,00**	**243.849,15**	**152.450,46**	**62,52**	**152.450,46**	**62,52**	**149.523,13**	**61,32**
Despesas Correntes	157.000,00	243.849,15	152.450,46	62,52	152.450,46	62,52	149.523,13	61,32
Despesas de Capital								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**11.000,00**	**97.743,24**	**82.810,29**	**84,72**	**82.810,29**	**84,72**	**19.794,92**	**20,25**
Despesas Correntes	11.000,00	97.743,24	82.810,29	84,72	82.810,29	84,72	19.794,92	20,25
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**6.321.394,97**	**7.123.041,40**	**2.934.847,05**	**41,20**	**2.370.812,81**	**33,28**	**2.236.090,07**	**31,39**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP. EMPENHADAS		DESP. LIQUIDADAS		DESP PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	(f/c)x100 %
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**6.032.595,97**	**6.163.972,70**	**1.563.433,67**	**25,25**	**1.421.886,21**	**27,16**	**1.315.111,64**	**26,87**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**4.572.622,10**	**5.379.433,95**	**3.337.766,84**	**53,92**	**2.565.637,81**	**49,02**	**2.524.834,22**	**51,59**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**171.004,00**	**185.147,90**	**28.436,63**	**0,46**	**28.436,63**	**0,54**	**26.991,26**	**0,55**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**105.002,00**	**112.541,96**	**26.358,15**	**0,43**	**26.358,15**	**0,50**	**23.788,39**	**0,49**
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**347.602,00**	**417.370,00**	**206.798,47**	**3,34**	**206.798,47**	**3,95**	**201.718,87**	**4,12**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**3.610.009,00**	**3.424.194,24**	**1.027.945,37**	**16,60**	**985.203,83**	**18,82**	**801.137,08**	**16,37**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**14.838.835,07**	**15.682.660,75**	**6.190.739,13**	**100,00**	**5.234.321,10**	**100,00**	**4.893.581,46**	**100,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Administração, Emissão: 27/05/2025 , às 10:16:37

MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

WOLLMER CANDIDO DE PAULA
CONTADOR
CRC 016576/O-7

LUCIO MARQUES DE MORAIS
PREFEITO
CPF 726.437.737-72

Marechal Floriano

Resolução

RESOLUÇÃO - CMDI. Nº. 005/2025
TORNA PÚBLICA A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CMDI - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO, BIÊNIO 2024/2025.
O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1.262 de 19 de junho de 2013.
CONSIDERANDO a 02ª reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI no dia 21/05/2025, presencial no Auditório da Secretária de Educação.
RESOLVE:
Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA A COMPOSIÇÃO DA NOVA MESA DIRETORA**, biênio 2024/2025:
Presidente: Lígia Moreira de Souza;
Vice-Presidente: Miqueias Pereira da Silva;
Secretária Geral: Thielli Souza Castro Rosi.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Marechal Floriano - ES, 21 de maio de 2025.

MIQUEIAS PEREIRA DA SILVA
Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Marechal Floriano.
Protocolo 1559851

RESOLUÇÃO - CMDI. Nº. 004/2025

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO EM PLENÁRIA NA 2º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDI - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO, BIÊNIO 2024/2025.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1.262 de 19 de junho de 2013.

- **CONSIDERANDO** o ofício da Sou Feliz nº 031/2025, datado de 04 de Abril de 2025;
- **CONSIDERANDO** o 2º parecer da Comissão de Prestação de Contas, do dia 07/04/2025;
- **CONSIDERANDO** a 01º reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, no dia 19/05/2025.

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas trimestral, referente aos meses de janeiro, fevereiro, e março do ano de 2025, referente aos 30% dos benefícios previdenciário ou de assistência social, que é devido aos idosos institucionalizados na "Sou Feliz" Organização de Amparo a Idosos.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário. Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Marechal Floriano - ES, 21 de maio de 2025.

MIQUEIAS PEREIRA DA SILVA
Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Marechal Floriano
Protocolo 1559868

Contrato

EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA Nº067/2025
ID TCEES 2024.072E0700001.02.0038
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO/ES.
CONTRATADA: MONTE AZUL SERVIÇOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 23.112.157/0001-04
OBJETO: Aquisição de massa asfáltica e emulsão.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 298.300,00 (duzentos e noventa e oito mil trezentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO: Processo Administrativo nº 2440/2025.
DATA DA ASSINATURA: 27/05/2025.
Protocolo 1559713

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº066/2025
ID TCEES 2025.045E0500001.09.0031
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO/ES ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADA: TEFAC - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP, CNPJ 07.229.773/0001-93
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e limpeza de reservatório d'água nas unidades básicas de saúde.
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
VALOR: R$ 22.100,00 (vinte e dois mil e cem reais).
FUNDAMENTAÇÃO: Dispensa de licitação nº 037/2025.
DATA DA ASSINATURA: 27/05/2025.
Protocolo 1559780

Errata

RETIFICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº065/2025
Na publicação do DOM, do dia 27 de Maio de 2025:
Protocolo 1558394
Onde se lê:
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº065/2025
ID TCEES 2025.045E0700001.09.0023
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO/ES.
CONTRATADA: C Z BELSHOFF, CNPJ 17.569.364/0001-90
OBJETO: Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços Telefonia Móvel e Gestão.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 41.600,00 (quarenta e um mil seiscentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 022/2025.
DATA DA ASSINATURA: 26/05/2025.

Leia-se:
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº065/2025
ID TCEES 2025.045E0700001.09.0023
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO/ES.
CONTRATADA: C Z BELSHOFF, CNPJ 17.569.364/0001-90
OBJETO: *Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de limpeza de fossas nas comunidades do município.*
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 41.600,00 (quarenta e um mil seiscentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 022/2025.
DATA DA ASSINATURA: 26/05/2025.

Protocolo 1559904

Marilândia

Errata

Errata da publicação Protocolo 1558844
Contrato Administrativo n°060/2025
Pregão Eletrônico n°005/2025
Processo 7365/2025
Onde se lê:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Leia-se:
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
E onde se lê:
Augusto Astori Ferreira -Prefeito Municipal
Leia-se:
Alcione Boldrini Monechi -Fundo Municipal de Saúde
Marilândia, 21 de maio de 2025.

Protocolo 1559319



MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**83.015.750,00**	**87.825.455,89**	**15.465.174,70**	**17,61**	**30.268.853,00**	**34,46**	**57.556.602,89**
RECEITAS CORRENTES	77.015.750,00	80.701.957,74	14.187.678,53	17,58	27.145.488,07	33,64	53.556.469,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.150.820,00	4.150.820,00	741.703,97	17,87	1.374.777,05	33,12	2.776.042,95
Impostos	3.865.000,00	3.865.000,00	623.134,05	16,12	1.186.857,88	30,71	2.678.142,12
Taxas	285.820,00	285.820,00	118.569,92	41,48	187.919,17	65,75	97.900,83
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	420.000,00	420.000,00	73.544,57	17,51	147.179,56	35,04	272.820,44
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	420.000,00	420.000,00	73.544,57	17,51	147.179,56	35,04	272.820,44
RECEITA PATRIMONIAL	627.800,00	4.232.662,46	515.511,46	12,18	956.497,16	22,60	3.276.165,30
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.500,00	1.500,00					1.500,00
Valores Mobiliários	626.300,00	4.231.162,46	515.511,46	12,18	956.497,16	22,61	3.274.665,30
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	2.369.850,00	2.369.850,00	335.034,32	14,14	684.315,76	28,88	1.685.534,24
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.369.850,00	2.369.850,00	335.034,32	14,14	684.315,76	28,88	1.685.534,24
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69.419.440,00	69.500.785,28	12.496.686,78	17,98	23.876.394,14	34,35	45.624.391,14
Transferências da União e de suas Entidades	32.513.800,00	32.513.800,00	4.910.265,49	15,10	10.390.957,57	31,96	22.122.842,43
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	25.505.640,00	25.505.640,00	5.362.784,74	21,03	9.120.131,16	35,76	16.385.508,84
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	11.400.000,00	11.481.345,28	2.223.636,55	19,37	4.365.305,41	38,02	7.116.039,87
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.840,00	27.840,00	25.197,43	90,51	106.324,40	381,91	(78.484,40)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	21.890,00	21.890,00	17.783,44	81,24	74.054,77	338,30	(52.164,77)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	5.950,00	5.950,00	7.413,99	124,60	32.269,63	542,35	(26.319,63)
RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00	7.123.498,15	1.277.496,17	17,93	3.123.364,93	43,85	4.000.133,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS		956.968,46					956.968,46
Alienação de Bens Móveis		956.968,46					956.968,46
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.000.000,00	6.166.529,69	1.277.496,17	20,72	3.123.364,93	50,65	3.043.164,76
Transferências da União e de suas Entidades	800.000,00	837.376,98	573.000,00	68,43	645.460,11	77,08	191.916,87
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.000.000,00	2.129.152,71	632.772,00	29,72	2.232.772,00	104,87	(103.619,29)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas	3.200.000,00	3.200.000,00					3.200.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas			71.724,17		245.132,82		(245.132,82)
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**88.250,00**	**88.250,00**	**17.738,92**	**20,10**	**17.804,17**	**20,17**	**70.445,83**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**83.104.000,00**	**87.913.705,89**	**15.482.913,62**	**17,61**	**30.286.657,17**	**34,45**	**57.627.048,72**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	83.104.000,00	87.913.705,89	15.482.913,62	17,61	30.286.657,17	34,45	57.627.048,72
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	83.104.000,00	87.913.705,89	15.482.913,62	17,61	30.286.657,17	34,45	57.627.048,72
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	4.564.523,65	—	—	4.564.523,65	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	4.564.523,65	—	—	4.564.523,65	100,00	—

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**83.015.750,00**	**93.419.872,15**	**18.508.616,53**	**42.964.517,57**	**50.455.354,58**	**11.965.066,95**	**20.156.347,26**	**73.263.524,89**	**19.633.287,10**
DESPESAS CORRENTES	75.511.250,00	78.185.012,06	12.643.722,20	32.893.212,73	45.291.799,33	11.549.278,55	19.525.434,16	58.659.577,90	19.003.372,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.568.000,00	38.775.714,29	5.585.865,48	10.476.270,08	28.299.444,21	5.584.519,58	10.447.638,56	28.328.075,73	10.123.644,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	84.500,00	84.500,00	17.537,25	35.222,91	49.277,09	17.537,25	35.222,91	49.277,09	35.222,91
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.858.750,00	39.324.797,77	7.040.319,47	22.381.719,74	16.943.078,03	5.947.221,72	9.042.572,69	30.282.225,08	8.844.505,02
DESPESAS DE CAPITAL	7.469.200,00	15.199.560,09	5.864.894,33	10.071.304,84	5.128.255,25	415.788,40	630.913,10	14.568.646,99	629.915,10
INVESTIMENTOS	7.238.200,00	14.968.560,09	5.826.490,14	9.994.584,60	4.973.975,49	377.384,21	554.192,86	14.414.367,23	553.194,86
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	231.000,00	231.000,00	38.404,19	76.720,24	154.279,76	38.404,19	76.720,24	154.279,76	76.720,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	35.300,00	35.300,00			35.300,00			35.300,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**88.250,00**	**141.041,30**		**132.391,30**	**8.650,00**	**12.710,97**	**17.804,17**	**123.237,13**	**17.804,17**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**83.104.000,00**	**93.560.913,45**	**18.508.616,53**	**43.096.908,87**	**50.464.004,58**	**11.977.777,92**	**20.174.151,43**	**73.386.762,02**	**19.651.091,27**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	83.104.000,00	93.560.913,45	18.508.616,53	43.096.908,87	50.464.004,58	11.977.777,92	20.174.151,43	73.386.762,02	19.651.091,27

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—		—	10.112.505,74		10.635.565,90
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	83.104.000,00	93.560.913,45	18.508.616,53	43.096.908,87	50.464.004,58	11.977.777,92	30.286.657,17	73.386.762,02	30.286.657,17
RESERVA DO RPPS			—	—			—		—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**88.250,00**	**88.250,00**	**17.738,92**	**20,10**	**17.804,17**	**20,17**	**70.445,83**
RECEITAS CORRENTES	88.250,00	88.250,00	17.738,92	20,10	17.804,17	20,17	70.445,83
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	88.150,00	88.150,00	17.738,92	20,12	17.804,17	20,20	70.345,83
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	88.150,00	88.150,00	17.738,92	20,12	17.804,17	20,20	70.345,83
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100,00	100,00					100,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	50,00	50,00					50,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	50,00	50,00					50,00
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**88.250,00**	**141.041,30**		**132.391,30**	**8.650,00**	**12.710,97**	**17.804,17**	**123.237,13**	**17.804,17**
DESPESAS CORRENTES	88.250,00	141.041,30		132.391,30	8.650,00	12.710,97	17.804,17	123.237,13	17.804,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS									
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.250,00	141.041,30		132.391,30	8.650,00	12.710,97	17.804,17	123.237,13	17.804,17
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS									
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 15/05/2025 , às 22:30:11

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

STN/SICONFI

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**83.015.750,00**	**93.419.872,15**	**18.508.616,53**	**42.964.517,57**	**99,69**	**50.455.354,58**	**11.965.066,95**	**20.156.347,26**	**99,91**	**73.263.524,89**
Legislativa	**3.359.000,00**	**3.359.000,00**	**365.467,62**	**845.182,53**	**1,96**	**2.513.817,47**	**374.106,19**	**674.871,52**	**3,35**	**2.684.128,48**
Ação Legislativa	3.359.000,00	3.359.000,00	365.467,62	845.182,53	1,96	2.513.817,47	374.106,19	674.871,52	3,35	2.684.128,48
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**10.878.650,00**	**11.013.383,47**	**1.584.590,24**	**3.745.415,75**	**8,69**	**7.267.967,72**	**1.576.207,19**	**2.933.777,89**	**14,54**	**8.079.605,58**
Planejamento e Orçamento	222.630,00	238.548,57	48.633,87	96.522,69	0,22	142.025,88	48.633,87	96.522,69	0,48	142.025,88
Administração Geral	8.307.070,00	8.382.096,21	1.379.268,14	2.945.730,53	6,84	5.436.365,68	1.316.720,24	2.402.432,84	11,91	5.979.663,37
Administração Financeira	1.359.930,00	1.403.718,69	122.868,63	510.721,24	1,19	892.997,45	171.077,52	358.659,91	1,78	1.045.058,78
Controle Interno	243.250,00	243.250,00	21.519,60	45.465,93	0,11	197.784,07	22.973,00	39.652,33	0,20	203.597,67
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação	345.520,00	345.520,00	12.300,00	146.975,36	0,34	198.544,64	16.802,56	36.510,12	0,18	309.009,88
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas	250,00	250,00				250,00				250,00
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções	400.000,00	400.000,00				400.000,00				400.000,00
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública	**23.720,00**	**24.020,00**		**24.000,00**	**0,06**	**20,00**	**2.000,00**	**6.000,00**	**0,03**	**18.020,00**
Policiamento										
Defesa Civil	23.720,00	24.020,00		24.000,00	0,06	20,00	2.000,00	6.000,00	0,03	18.020,00
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**2.970.010,00**	**3.089.110,00**	**277.398,54**	**870.907,28**	**2,02**	**2.218.202,72**	**381.889,64**	**691.432,15**	**3,43**	**2.397.677,85**
Assistência ao Idoso	96.050,00	96.050,00				96.050,00				96.050,00
Assistência ao Portador de Deficiência	220.010,00	220.010,00		180.000,00	0,42	40.010,00	45.000,00	75.000,00	0,37	145.010,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	308.730,00	308.730,00	26.615,45	87.953,85	0,20	220.776,15	44.239,06	78.651,01	0,39	230.078,99
Assistência Comunitária	860.270,00	972.939,00	69.262,18	175.448,48	0,41	797.490,52	80.162,48	158.819,76	0,79	814.119,24
Administração Geral	1.484.950,00	1.491.381,00	181.520,91	427.504,95	0,99	1.063.876,05	212.488,10	378.961,38	1,88	1.112.419,62
Demais Subfunções										
Previdência Social	**50.000,00**	**50.000,00**	**3.461,04**	**10.383,12**	**0,02**	**39.616,88**	**3.461,04**	**10.383,12**	**0,05**	**39.616,88**
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	3.461,04	10.383,12	0,02	39.616,88	3.461,04	10.383,12	0,05	39.616,88
Demais Subfunções										
Saúde	**22.438.080,00**	**22.191.834,00**	**2.145.101,08**	**8.663.516,60**	**20,10**	**13.528.317,40**	**3.124.268,60**	**6.033.381,50**	**29,91**	**16.158.452,50**
Atenção Básica	10.514.990,00	10.597.694,00	1.239.642,57	2.708.086,89	6,28	7.889.607,11	1.294.237,74	2.487.115,55	12,33	8.110.578,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.038.360,00	6.740.797,00	334.118,02	3.992.886,47	9,26	2.747.910,53	1.093.158,67	1.877.844,26	9,31	4.862.952,74
Suporte Profilático e Terapêutico	750.010,00	750.010,00		520.425,76	1,21	229.584,24	62.287,95	473.447,47	2,35	276.562,53
Vigilância Sanitária										
Vigilância Epidemiológica	595.500,00	580.100,00	79.273,90	143.259,48	0,33	436.840,52	79.273,90	143.259,48	0,71	436.840,52
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	3.539.220,00	3.523.233,00	492.066,59	1.298.858,00	3,01	2.224.375,00	595.310,34	1.051.714,74	5,21	2.471.518,26
Demais Subfunções										
Trabalho	**834.230,00**	**834.230,00**		**820.000,00**	**1,90**	**14.230,00**	**130.331,04**	**239.439,10**	**1,19**	**594.790,90**
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	821.000,00	821.000,00		820.000,00	1,90	1.000,00	130.331,04	239.439,10	1,19	581.560,90
Relações de Trabalho										
Empregabilidade	13.230,00	13.230,00				13.230,00				13.230,00
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**31.646.760,00**	**32.055.124,14**	**7.686.990,19**	**14.310.028,54**	**33,20**	**17.745.095,60**	**4.381.366,21**	**6.440.031,10**	**31,92**	**25.615.093,04**
Ensino Fundamental	20.874.840,00	20.584.314,67	5.537.487,61	10.353.312,73	24,02	10.231.001,94	3.119.281,44	4.101.321,92	20,33	16.482.992,75
Ensino Médio	50,00	50,00				50,00				50,00
Ensino Profissional										
Ensino Superior	150,00	150,00				150,00				150,00
Educação Infantil	8.906.810,00	9.605.699,47	1.877.383,72	3.413.748,35	7,92	6.191.951,12	977.613,36	1.847.591,98	9,16	7.758.107,49
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										
Educação Básica										

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
Administração Geral	1.864.910,00	1.864.910,00	272.118,86	542.967,46	1,26	1.321.942,54	284.471,41	491.117,20	2,43	1.373.792,80
Demais Subfunções										
Cultura	**357.320,00**	**741.520,00**	**352.370,74**	**474.068,94**	**1,10**	**267.451,06**	**313.811,90**	**420.466,46**	**2,08**	**321.053,54**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural	357.320,00	741.520,00	352.370,74	474.068,94	1,10	267.451,06	313.811,90	420.466,46	2,08	321.053,54
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo	**1.032.120,00**	**5.311.674,11**	**4.138.157,59**	**4.531.417,95**	**10,51**	**780.256,16**	**223.873,63**	**284.178,21**	**1,41**	**5.027.495,90**
Infra-Estrutura Urbana	19.160,00	4.358.643,76	4.096.157,59	4.096.157,59	9,50	262.486,17				4.358.643,76
Serviços Urbanos	1.012.930,00	953.000,35	42.000,00	435.260,36	1,01	517.739,99	223.873,63	284.178,21	1,41	668.822,14
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções	30,00	30,00				30,00				30,00
Habitação	**100,00**	**100,00**				**100,00**				**100,00**
Habitação Rural										
Habitação Urbana	100,00	100,00				100,00				100,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento	**4.095.050,00**	**6.155.492,38**	**299.201,18**	**4.270.095,99**	**9,91**	**1.885.396,39**	**362.921,55**	**755.174,74**	**3,74**	**5.400.317,64**
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano	3.488.950,00	5.549.392,38	240.726,10	4.021.868,56	9,33	1.527.523,82	273.678,22	583.001,74	2,89	4.966.390,64
Administração Geral	606.100,00	606.100,00	58.475,08	248.227,43	0,58	357.872,57	89.243,33	172.173,00	0,85	433.927,00
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental	**425.030,00**	**477.821,33**	**164.945,18**	**238.480,72**	**0,55**	**239.340,61**	**164.945,18**	**189.744,73**	**0,94**	**288.076,60**
Preservação e Conservação Ambiental	120.710,00	120.710,00	120.000,00	120.000,00	0,28	710,00	120.000,00	120.000,00	0,59	710,00
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas	50,00	50,00				50,00				50,00
Recursos Hídricos	50,00	48.785,99		48.735,99	0,11	50,00				48.785,99
Meteorologia										
Administração Geral	304.220,00	308.275,34	44.945,18	69.744,73	0,16	238.530,61	44.945,18	69.744,73	0,35	238.530,61
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	**3.139.540,00**	**3.785.301,93**	**797.183,18**	**2.596.674,91**	**6,03**	**1.188.627,02**	**731.533,56**	**1.060.923,18**	**5,26**	**2.724.378,75**
Abastecimento										
Extensão Rural	205.250,00	1.269.598,29	501.854,98	1.256.835,79	2,92	12.762,50	199.817,73	301.628,07	1,50	967.970,22
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
Administração Geral	2.934.290,00	2.515.703,64	295.328,20	1.339.839,12	3,11	1.175.864,52	531.715,83	759.295,11	3,76	1.756.408,53
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços	**30,00**	**30,00**				**30,00**				**30,00**
Promoção Comercial	30,00	30,00				30,00				30,00
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações	**8.430,00**	**8.430,00**		**5.280,00**	**0,01**	**3.150,00**	**660,00**	**1.980,00**	**0,01**	**6.450,00**
Comunicações Postais										
Telecomunicações	8.430,00	8.430,00		5.280,00	0,01	3.150,00	660,00	1.980,00	0,01	6.450,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia	**519.030,00**	**607.436,30**	**40.678,00**	**387.619,30**	**0,90**	**219.817,00**	**78.785,15**	**116.985,83**	**0,58**	**490.450,47**
Conservação de Energia										
Energia Elétrica	519.030,00	607.436,30	40.678,00	387.619,30	0,90	219.817,00	78.785,15	116.985,83	0,58	490.450,47
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte										

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	**362.850,00**	**2.842.327,39**	**561.768,69**	**949.270,59**	**2,20**	**1.893.056,80**	**32.852,81**	**106.652,38**	**0,53**	**2.735.675,01**
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário	223.220,00	1.087.917,92	560.612,90	935.573,90	2,17	152.344,02	31.697,02	92.955,69	0,46	994.962,23
Lazer	139.430,00	948.110,03	1.155,79	13.696,69	0,03	934.413,34	1.155,79	13.696,69	0,07	934.413,34
Administração Geral										
Demais Subfunções	200,00	806.299,44				806.299,44				806.299,44
Encargos Especiais	**840.500,00**	**837.737,10**	**91.303,26**	**222.175,35**	**0,52**	**615.561,75**	**82.053,26**	**190.925,35**	**0,95**	**646.811,75**
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna	315.500,00	315.500,00	55.941,44	111.943,15	0,26	203.556,85	55.941,44	111.943,15	0,55	203.556,85
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais	300.000,00	300.000,00	8.040,82	29.069,20	0,07	270.930,80	8.040,82	29.069,20	0,14	270.930,80
Transferências para a Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções	225.000,00	222.237,10	27.321,00	81.163,00	0,19	141.074,10	18.071,00	49.913,00	0,25	172.324,10
Reserva de Contigência	**35.300,00**	**35.300,00**	**----**	**----**	**----**	**35.300,00**	**----**	**----**	**----**	**35.300,00**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**88.250,00**	**141.041,30**		**132.391,30**	**0,31**	**8.650,00**	**12.710,97**	**17.804,17**	**0,09**	**123.237,13**
TOTAL (III) = (I + II)	**83.104.000,00**	**93.560.913,45**	**18.508.616,53**	**43.096.908,87**	**100,00**	**50.464.004,58**	**11.977.777,92**	**20.174.151,43**	**100,00**	**73.386.762,02**

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**88.250,00**	**141.041,30**		**132.391,30**	**0,31**	**8.650,00**	**12.710,97**	**17.804,17**	**0,09**	**123.237,13**
Legislativa	**1.000,00**	**1.000,00**		**1.000,00**	**0,00**		**130,50**	**195,75**	**0,00**	**804,25**
Ação Legislativa	1.000,00	1.000,00		1.000,00	0,00		130,50	195,75	0,00	804,25
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração										
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral										
Administração Financeira										
Controle Interno										
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções										
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública										
Policiamento										
Defesa Civil										
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**4.200,00**	**5.100,00**		**4.900,00**	**0,01**	**200,00**	**670,80**	**1.039,20**	**0,01**	**4.060,80**
Assistência ao Idoso										
Assistência ao Portador de Deficiência										
Assistência à Criança e ao Adolescente										
Assistência Comunitária	1.200,00	1.200,00		1.000,00	0,00	200,00	130,50	228,75	0,00	971,25
Administração Geral	3.000,00	3.900,00		3.900,00	0,01		540,30	810,45	0,00	3.089,55
Demais Subfunções										
Previdência Social										
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saúde	**32.600,00**	**40.250,00**		**40.250,00**	**0,09**		**1.880,85**	**3.014,85**	**0,01**	**37.235,15**
Atenção Básica	30.600,00	39.500,00		39.500,00	0,09		1.748,84	2.817,59	0,01	36.682,41
Assistência Hospitalar e Ambulatorial										
Suporte Profilático e Terapêutico										
Vigilância Sanitária										
Vigilância Epidemiológica										
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	2.000,00	750,00		750,00	0,00		132,01	197,26	0,00	552,74
Demais Subfunções										
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**50.400,00**	**50.400,00**		**42.000,00**	**0,10**	**8.400,00**	**6.602,73**	**7.416,21**	**0,04**	**42.983,79**
Ensino Fundamental	12.000,00	12.500,00		12.500,00	0,03		1.784,09	2.033,63	0,01	10.466,37
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
Educação Infantil	38.400,00	37.900,00		29.500,00	0,07	8.400,00	4.818,64	5.382,58	0,03	32.517,42
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										
Educação Básica										

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Cultura										
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo										
Infra-Estrutura Urbana										
Serviços Urbanos										
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação										
Habitação Rural										
Habitação Urbana										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento										
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental										
Preservação e Conservação Ambiental										
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	**50,00**	**44.291,30**		**44.241,30**	**0,10**	**50,00**	**3.426,09**	**6.138,16**	**0,03**	**38.153,14**
Abastecimento										
Extensão Rural										
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
Administração Geral	50,00	44.291,30		44.241,30	0,10	50,00	3.426,09	6.138,16	0,03	38.153,14
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços										
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte										

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

STN/SICONFI

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer										
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário										
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais										
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência										
TOTAL DA INTRA	**88.250,00**	**141.041,30**		**132.391,30**	**0,31**	**8.650,00**	**12.710,97**	**17.804,17**	**0,09**	**123.237,13**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 15/05/2025 , às 22:31:34

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**3.865.000,00**	**1.186.857,88**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	475.800,00	53.392,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	300.000,00	137.738,06
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.759.200,00	527.313,27
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.330.000,00	468.414,55
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**54.188.350,00**	**18.300.812,42**
2.1 - Cota-Parte FPM	**25.625.000,00**	**7.856.116,63**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.125.000,00	7.856.116,63
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	3.500.000,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	26.091.750,00	8.835.922,28
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	269.000,00	107.959,47
2.4 - Cota-Parte ITR	18.000,00	5.241,58
2.5 - Cota-Parte IPVA	2.184.600,00	1.460.547,55
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		35.024,91
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**58.053.350,00**	**19.487.670,30**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**10.137.670,00**	**3.660.523,52**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**4.375.667,50**	**1.211.755,09**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**12.900.345,28**	**5.225.390,99**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**11.496.345,28**	**4.423.150,97**
6.1.1- Principal	11.481.345,28	4.365.305,41
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	15.000,00	57.845,56
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**1.404.000,00**	**802.240,02**
6.3.1- Principal	1.404.000,00	802.240,02
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**1.343.675,28**	**704.781,89**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**607.278,51**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	609.380,57
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	(2.102,06)

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**5.832.669,50**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**13.499.090,39**	**3.907.419,09**	**3.457.028,20**	**3.354.726,53**	**450.390,89**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**11.318.401,36**	**2.842.209,07**	**2.842.209,07**	**2.739.907,40**	
10.1.1 - Educação Infantil	4.859.300,00	1.214.190,04	1.214.190,04	1.173.155,08	
10.1.2- Ensino Fundamental	6.459.101,36	1.628.019,03	1.628.019,03	1.566.752,32	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**2.180.689,03**	**1.065.210,02**	**614.819,13**	**614.819,13**	**450.390,89**
10.2.1- Educação Infantil	701.695,25	99.245,90	99.245,90	99.245,90	
10.2.2- Ensino Fundamental	1.478.993,78	965.964,12	515.573,23	515.573,23	450.390,89
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**3.332.611,70**	**2.882.220,81**	**2.779.919,14**	**450.390,89**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.332.611,70	2.882.220,81	2.779.919,14	450.390,89		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.638.887,71	2.638.887,71	2.536.586,04			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.657.773,69	2.638.887,71	2.638.887,71	50,50
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	120.336,00			

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**522.539,10**	**2.343.170,18**	**2.343.170,18**	**1.820.631,08**	**44,84**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**1.344.026,23**	**611.324,06**	**574.807,39**		**36.516,67**	**36.516,67**
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.178.624,59	611.324,06	574.807,39		36.516,67	36.516,67
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	165.401,63					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**9.179.650,00**	**5.438.128,28**	**1.758.816,72**	**1.738.479,08**	**3.679.311,56**
20.1- Educação Infantil	2.026.940,50	776.897,04	510.465,08	499.096,19	266.431,96
20.2- Ensino Fundamental	7.152.659,50	4.661.231,24	1.248.351,64	1.239.382,89	3.412.879,60
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral					
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras	50,00				

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**22.678.740,39**	**9.345.547,37**	**5.215.844,92**	**5.093.205,61**	**4.129.702,45**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**7.587.954,94**	**2.090.332,98**	**1.823.901,02**	**1.771.497,17**	**266.431,96**
21.1.1- Creche	3.280.272,92	903.650,95	788.472,41	765.818,23	115.178,54
21.1.2- Pré-escola	4.307.682,02	1.186.682,03	1.035.428,61	1.005.678,94	151.253,42
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	15.090.785,45	7.255.214,39	3.391.943,90	3.321.708,44	3.863.270,49

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.758.816,72
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.660.523,52
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	1.820.631,08
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	36.516,67
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	3.562.192,49

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	4.871.917,58	3.562.192,49	18,28

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**536.244,45**	**92.851,61**	**479.164,85**		**57.079,60**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	238.731,01	13.053,99	232.229,92		6.501,09
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	177.513,44	327,47	167.464,78		10.048,66
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	120.000,00	79.470,15	79.470,15		40.529,85

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**1.186.000,00**	**510.038,88**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**1.186.000,00**	**510.038,88**
31.1.1 - Salário-Educação	720.000,00	352.464,62
31.1.2 - PDDE	10.000,00	226,51
31.1.3 - PNAE	300.000,00	124.664,88
31.1.4 - PNATE	156.000,00	32.681,89
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE		0,98
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB		
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**9.426.783,75**	**5.006.481,17**	**1.231.602,39**	**1.210.724,52**	**3.774.878,78**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.055.663,72	1.352.915,37	29.073,54	29.073,54	1.323.841,83
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	5.506.060,03	3.110.598,34	711.411,65	711.411,65	2.399.186,69
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR	150,00				
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	1.864.910,00	542.967,46	491.117,20	470.239,33	51.850,26

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**32.105.524,14**	**14.352.028,54**	**6.447.447,31**	**6.303.930,13**	**7.904.581,23**
33.1- Despesas Correntes	**28.245.966,94**	**12.689.806,49**	**6.164.490,27**	**6.020.973,09**	**6.525.316,22**
33.1.1- Pessoal Ativo	15.480.562,43	3.905.983,83	3.905.983,83	3.771.096,21	
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	270.060,00	270.000,00	75.000,00	75.000,00	195.000,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	12.495.344,51	8.513.822,66	2.183.506,44	2.174.876,88	6.330.316,22
33.2- Despesas de Capital	**3.859.557,20**	**1.662.222,05**	**282.957,04**	**282.957,04**	**1.379.265,01**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	3.859.557,20	1.662.222,05	282.957,04	282.957,04	1.379.265,01

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.071.525,69	427.692,96
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.225.390,99	352.464,62
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.601.675,87	74.413,51
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.695.240,81	705.744,07
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.695.240,81	705.744,07

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 15/05/2025 , às 22:32:27

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC-ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**3.865.000,00**	**3.865.000,00**	**1.186.857,88**	**30,71**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	475.800,00	475.800,00	53.392,00	11,22
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	300.000,00	300.000,00	137.738,06	45,91
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.759.200,00	1.759.200,00	527.313,27	29,97
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.330.000,00	1.330.000,00	468.414,55	35,22
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**50.688.350,00**	**50.688.350,00**	**18.300.812,42**	**36,10**
Cota-Parte FPM	22.125.000,00	22.125.000,00	7.856.116,63	35,51
Cota-Parte ITR	18.000,00	18.000,00	5.241,58	29,12
Cota-Parte IPVA	2.184.600,00	2.184.600,00	1.460.547,55	66,86
Cota-Parte ICMS	26.091.750,00	26.091.750,00	8.835.922,28	33,86
Cota-Parte IPI - Exportação	269.000,00	269.000,00	107.959,47	40,13
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			35.024,91	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**54.553.350,00**	**54.553.350,00**	**19.487.670,30**	**35,72**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP EMPENHADAS		DESP LIQUIDADAS		DESP PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**6.168.890,00**	**6.202.140,00**	**1.572.960,06**	**25,36**	**1.315.306,31**	**21,21**	**1.265.930,19**	**20,41**
Despesas Correntes	6.148.580,00	6.181.830,00	1.572.960,06	25,44	1.315.306,31	21,28	1.265.930,19	20,48
Despesas de Capital	20.310,00	20.310,00						
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**4.371.290,00**	**4.071.840,00**	**3.078.744,73**	**75,61**	**1.877.844,26**	**46,12**	**1.877.844,26**	**46,12**
Despesas Correntes	4.371.100,00	4.071.650,00	3.078.744,73	75,61	1.877.844,26	46,12	1.877.844,26	46,12
Despesas de Capital	190,00	190,00						
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**705.360,00**	**705.360,00**	**520.425,76**	**73,78**	**473.447,47**	**67,12**	**473.447,47**	**67,12**
Despesas Correntes	705.360,00	705.360,00	520.425,76	73,78	473.447,47	67,12	473.447,47	67,12
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**450.500,00**	**435.100,00**	**143.259,48**	**32,93**	**143.259,48**	**32,93**	**139.142,35**	**31,98**
Despesas Correntes	450.450,00	435.050,00	143.259,48	32,93	143.259,48	32,93	139.142,35	31,98
Despesas de Capital	50,00	50,00						
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**3.476.220,00**	**3.456.483,00**	**1.297.108,00**	**37,53**	**1.051.317,60**	**30,42**	**1.027.666,51**	**29,73**
Despesas Correntes	3.474.210,00	3.454.473,00	1.297.108,00	37,55	1.051.317,60	30,43	1.027.666,51	29,75
Despesas de Capital	2.010,00	2.010,00						
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**15.172.260,00**	**14.870.923,00**	**6.612.498,03**	**44,47**	**4.861.175,12**	**32,69**	**4.784.030,78**	**32,17**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**6.612.498,03**	**4.861.175,12**	**4.784.030,78**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**6.612.498,03**	**4.861.175,12**	**4.784.030,78**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.923.150,54
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	3.689.347,49	1.938.024,58	1.860.880,24
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	33,93	24,94	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	2.923.150.54	4.861.175.12	1.938.024,58	1.828.467,25				1.828.467,25		1.938.024,58
Empenhos de 2024	7.756.902.86	11.580.506.36	3.823.603,50	5.708.194,56			3.309.749,05	2.398.445,51		
Empenhos de 2023	6.585.411.20	12.039.448.29	5.454.037,09	4.212.683,35			3.253.706,10		958.977,25	(958.977,25)
Empenhos de 2022	6.117.506.80	10.395.427.33	4.277.920,53	4.456.855,74			3.910.794,29		546.061,45	(546.061,45)
Empenhos de 2021 e anteriores	26.033.916,50	62.610.001,56	36.576.085,06	8.496.380,17			7.471.568,75	1.309,00	1.023.502,42	(1.023.502,42)

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**6.737.060,00**	**6.737.060,00**	**2.112.703,05**	**31,36**
Provenientes da União	6.437.650,00	6.437.650,00	2.095.052,88	32,54
Provenientes dos Estados	299.410,00	299.410,00	17.650,17	5,89
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**254.760,00**	**254.760,00**	**104,25**	**0,04**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**6.991.820,00**	**6.991.820,00**	**2.112.807,30**	**30,22**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP. EMPENHADAS		DESP. LIQUIDADAS		DESP. PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**4.376.700,00**	**4.435.054,00**	**1.174.626,83**	**26,49**	**1.174.626,83**	**26,49**	**1.144.090,08**	**25,80**
Despesas Correntes	4.376.700,00	4.435.054,00	1.174.626,83	26,49	1.174.626,83	26,49	1.144.090,08	25,80
Despesas de Capital								
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**2.539.210,00**	**2.539.210,00**	**784.450,00**	**30,89**				
Despesas Correntes	2.539.210,00	2.539.210,00	784.450,00	30,89				
Despesas de Capital								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**44.650,00**	**44.650,00**						
Despesas Correntes	44.650,00	44.650,00						
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**145.000,00**	**145.000,00**						
Despesas Correntes	145.000,00	145.000,00						
Despesas de Capital								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**65.000,00**	**67.500,00**	**2.500,00**	**3,70**	**594,40**	**0,88**	**594,40**	**0,88**
Despesas Correntes	65.000,00	67.500,00	2.500,00	3,70	594,40	0,88	594,40	0,88
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**7.170.560,00**	**7.231.414,00**	**1.961.576,83**	**27,13**	**1.175.221,23**	**16,25**	**1.144.684,48**	**15,83**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP. EMPENHADAS		DESP. LIQUIDADAS		DESP PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	(f/c)x100 %
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**10.545.590,00**	**10.637.194,00**	**2.747.586,89**	**32,05**	**2.489.933,14**	**41,25**	**2.410.020,27**	**40,65**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**6.910.500,00**	**6.611.050,00**	**3.863.194,73**	**45,06**	**1.877.844,26**	**31,11**	**1.877.844,26**	**31,67**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**750.010,00**	**750.010,00**	**520.425,76**	**6,07**	**473.447,47**	**7,84**	**473.447,47**	**7,99**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**595.500,00**	**580.100,00**	**143.259,48**	**1,67**	**143.259,48**	**2,37**	**139.142,35**	**2,35**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**3.541.220,00**	**3.523.983,00**	**1.299.608,00**	**15,16**	**1.051.912,00**	**17,43**	**1.028.260,91**	**17,34**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**22.342.820,00**	**22.102.337,00**	**8.574.074,86**	**100,00**	**6.036.396,35**	**100,00**	**5.928.715,26**	**100,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 15/05/2025 , às 22:35:42

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC-ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

Comunicados

COMUNICADO
O Município de Marilândia, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marilândia, através do processo nº 3374/2025, a Licença Municipal de Regularização para a atividade de Garagem de Ônibus, Veículos Automotores, Incluindo Pátio de Estacionamento, com Atividade de Manutenção e/ou Lavagem Abastecimento de Veículos, localizada atrás do Estádio Municipal Cléber Roque Bertoldi, Rua Manoel Paixão de Morais e Rua Marina Gava, próximo a TV. São João Batista, n°30, Marilândia-ES.
27 de maio de 2025
Augusto Astori Ferreira - Prefeito Municipal

Protocolo 1559424

Montanha

Decreto

DECRETO Nº 4.908 DE 27 DE MAIO DE 2025.
Nomeia membro do Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.
A Prefeita Municipal de Montanha, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o inciso VIII, do art. 86 da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:
Art. 1º - Fica o Conselho Municipal de Educação com a seguinte composição:
I - 02 (dois) Representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia;
1 - Cleide Ribeiro de Souza Pereira - Titular
2 - Fabiana Brito dos Santos - Suplente
3 - Adriana da Silva Santos Teixeira - Titular
4 - Willian Barbosa Dutra - Suplente
II - 02 (dois) Representantes dos Professores da Educação Básica Pública que atuam na Rede Municipal de Ensino, indicados pela entidade sindical da categoria;
1-Eliane Aparecida Batista de Souza - Titular
2 - Zildete Alves dos Santos - Suplente
3 - Cleide Rodrigues Pereira Ferreira - Titular
4 - Leni Pereira Medina - Suplente
III - 01 (um) Representante de Diretor das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino;
1-Marcela Pereira Silva - Titular
2 - Romênia Gonçalves de Souza - Suplente
IV - 01 (um) Representante dos Servidores Técnicos-Administrativos das escolas da Rede Municipal de Ensino;
1 - Ana Paula Fernandes - Titular
2 - Cathianucy Lima Brito - Suplente
V - 02 (dois) Representantes de Pais de Estudantes da Educação Básica das Escolas da Rede Municipal de Ensino;
1 - Tecio Araujo de Oliveira Bueloni - Titular - **VICE-PRESIDENTE**
2 - Alaine Barbosa Vidal - Suplente
3 - Mayara Pimentel Caribé - Titular
4 - Patricia da Silva Santos - Suplente
VI - 02 (dois) Representantes de Estudantes da Rede de Educação Pública maiores de 18 anos ou emancipados observando seu artigo 4º - A, inciso 3 da presente Lei.
1-Laura dos Santos Oliveira - Titular
2- Flagner Guimarães Santos - Suplente -
3-Hemily dos Santos Fernandes - Titular -
4-Katharyna Cassilhas Bernardo - Suplente -
VII - 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - indicado por seus pares;
1-Maria José Rodrigues de Morais Miranda - Titular
2-Edmaria de Jesus - Suplente
VIII - 02 (dois) Representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs);
1 -Adilma Barreto Venefrides - Titular
2 - Júlio César Alves dos Santos - Suplente
3 - Douglas Bitencurt Vidal - Titular - **PRESIDENTE**
4- Wilton Antunes de Azevedo - Suplente
01 (um) Representante das Escolas do Campo.
1 - Elma Nunes de Figueredo - Titular
2 - Cleuza Calixto Silva Freitas - Suplente
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Montanha/ES, 27 de Maio de 2025.

Iracy Carvalho Machado Baltar Filha
Prefeita Municipal

Protocolo 1559275

DECRETO Nº 4.909 DE 27 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a designação dos Membros do Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do FUNDO CIDADES.

A Prefeita Municipal de MONTANHA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do art. 86 da Lei Orgânica Municipal;
DECRETA:
Art. 1º Ficam designados os membros do Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do **FUNDO CIDADES**, órgão permanente, deliberativo e consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, tendo a seguinte composição:
I - Representante da Sociedade Civil Organizada:
a) Gilson Geraldo Soprani Júnior;
II - Representante do Poder Legislativo Municipal:
a) Adivaldo Rodrigues de Souza;
III - Representante do Poder Executivo Municipal;
a) Leonardo Galvão de Oliveira;
b) Hélio Cruz da Rocha Júnior;
c) Anderson da Silva Barreiros;
Art. 2º Nos termos do parágrafo único, do art. 4º, da Lei Municipal nº 872, de 6 de março de 2014, o Secretário Municipal de Administração e Planejamento será membro nato do Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do FUNDO CIDADES.
Art. 3º As Atribuições dos Conselheiros do Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do FUNDO CIDADES são as definidas na Lei Municipal nº 872, de 6 de março de 2014.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 4.756 de 29 de Agosto de 2024.
Montanha/ES, 27 de Maio de 2025.

Iracy Carvalho Machado Baltar Filha
Prefeita Municipal

Protocolo 1559279

Termos

REGULAMENTO DA 2ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES DE MONTANHA/ES, EM 29 DE MAIO DE 2025 DAS 08 ÀS 18 HORAS NO CRAS.

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE

Art. 1º - O Objetivo deste regulamento é definir as regras de funcionamento para a 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha, convocada conforme o Decreto nº 4.899 de 05 de maio de 2025.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º - A 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha será realizada no dia 29 de maio de 2025 das 08 às 18 horas, no CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, situado à Rua Conceição da Barra, s/n - Bairro Decão - Montanha/ES e será presidida por Adilma Barreto Venefrides - Coordenadora dos Conselhos Municipais.

Art. 3º - A 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha será constituída por as seguintes atividades:

a) Abertura;
b) Palestra Inicial;
c) Mesa de Debates;
d) Grupos intersetoriais e temáticos;
e) Plenárias.

CAPITULO III - DO CREDENCIAMENTO

Art. 4º - O credenciamento para delegados titulares está sendo realizado desde o dia 23 de abril e acontecerá também no dia 29/05/2025 até às 10 horas.

CAPITULO IV - DO TEMÁRIO

Art. 5º - A 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha, conforme Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades, abordará o tema: "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".

Art. 6º - A 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha abordará os seguintes eixos temáticos:

a) **Eixo 1**: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas;
b) **Eixo 2** - Gestão estratégica e financiamento;
c) **Eixo 3** - Grandes temas transversais.

SEÇÃO I - DA MESA DE DEBATES

Art. 7º - A mesa de Debates tratará do tema: "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social", e tem como objetivo de:

a) Apresentar o texto Base;
b) Apresentar os Grupos Temáticos Escolhidos como prioritários pela Comissão Organizadora Municipal da 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha, conforme Art. 11 deste Regulamento;
c) Subsidiar o trabalho dos grupos.

SEÇÃO II - DOS GRUPOS INTERSETORIAIS E TEMÁTICOS

Art. 8º - Os grupos intersetoriais e temáticos serão compostos da seguinte forma:

a) Por delegados e delegadas com direito a voz e voto, conforme Regimento Interno Municipal;
b) Por convidados e convidadas com direito a voz, conforme Regimento Interno Municipal;
c) Por observadores e observadoras com direito a voz, conforme Regimento Interno Municipal;
d) Por um relator indicado pela Comissão Organizadora Municipal encarregado de relatar as conclusões dos grupos e participar dos encaminhamentos necessários para a consolidação do Relatório Sistematizado;
e) Por um monitor indicado pela Comissão Preparatória Municipal que terão a função de conduzir o debate, controlar o tempo e estimular a participação.

Art. 9º - Os Grupos Temáticos serão organizados pelas seguintes referências:

a) AS CIDADES QUE QUEREMOS: DIRETRIZES E PRIORIDADES DA PNDU. Grupo Temático: **Objetivo geral, diretrizes gerais da PNDU e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU)**;
b) Eixo 1 - Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas Grupo Temático: **As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU**;
c) Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas. Grupo Temático: **A Política de Saneamento Básico da PNDU**;
d) Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas. Grupo Temático: **A Política de Mobilidade Urbana da PNDU**;
e) Eixo 2: Gestão estratégica e financiamento. Grupo Temático: **Gestão interfederativa, cooperação e consórcios, Gestão das regiões metropolitanas e Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local**;
f) Eixo 2: Gestão estratégica e financiamento. Grupo Temático: **Controle social e gestão democrática das cidades**
g) Eixo 3: Grandes temas transversais. Grupo Temático: **Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas**;
h) Eixo 3: Grandes temas transversais. Grupo Temático: **Transformação digital e território e Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares**;

Art. 10. As intervenções dos membros dos grupos deverão ser pautadas:

a) Pelo texto base da 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES;
b) Pelas exposições realizadas na mesa de debates.

Parágrafo Único: Os participantes dos grupos deverão tratar das questões locais, estaduais e Nacionais e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo bem como deverão tratar o debate sobre as políticas urbanas de modo integrador e transversal.

Art. 11. A dinâmica do trabalho em grupo se dará da seguinte forma:

I - O monitor iniciará as discussões no grupo, com foco no tema escolhido previamente, conforme artigo 11 deste Regulamento;
II - As ideias deverão ser organizadas, respeitando o direito a voz e a voz e voto dos presentes, conforme artigo 10 deste Regulamento;
III - Após as discussões conforme grupo temático escolhido, o monitor compilará as ideias do grupo e lerá para que todos os presentes tenham ciência do texto aprovado em conjunto;
IV - Cada grupo deverá apresentar 04 (quatro) propostas para a esfera estadual, que deverão ser expostas em plenária.

Art. 12. Os Relatórios sistematizados dos grupos serão lidos pelo relator e votados em plenária, sendo escolhido as propostas prioritárias para serem cadastradas no Relatório Final da Conferência Municipal das Cidades.

Art. 13. Os resultados das Plenárias final da Conferência serão sistematizados por uma equipe de trabalho, que, no prazo de 10 (dez) dias, deverão ser cadastrados e submetidos para validação na plataforma Redus pelo ponto focal indicado pelo município à Comissão Estadual da 6ª Conferência das Cidades.
Art. 14. Participarão nas Plenárias:
a) Os delegados, com direito a voz e voto;
b) Os convidados com direito a voz;
c) Os observadores com direito a voz.
Art. 15. Será objeto de debate e votação nas plenárias as propostas consensuais ou que obtiverem 50% mais um dos votos dos delegados presentes dos grupos temáticos e intersetoriais.
Art. 16. As plenárias da 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha serão presididas por uma mesa eleita entre os membros da Comissão Organizadora da Etapa Municipal.
Art. 17. A apreciação do Relatório Sistematizado será encaminhada da seguinte forma:
a) Apresentação do Relatório Sistematizado;
b) Defesa de 03 minutos, improrrogáveis, e votação das questões não consensuais;
c) As propostas serão aprovadas por maioria dos votos.
Parágrafo Único: Havendo mais de duas propostas em votação será realizado segundo turno com as duas propostas mais votadas.
Art. 18. As moções serão encaminhadas exclusivamente por delegados e devem ser apresentadas à Secretária da 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha, até o final do dia 29/05/2025 (dia da Conferência Municipal).
§ **1°** Cada moção deverá ser assinada por, pelo menos XX delegados.
§ **2°** Encerrada a votação do relatório sistematizado a mesa colocará em votação as moções recebidas que serão aprovadas por maioria dos votos presentes.
Art. 19. A eleição/indicação dos delegados e delegadas para representar o município na etapa estadual se dará por segmento, respeitando as vagas determinadas em Regimento Interno Estadual (Portaria Concidades/ES nº 01, de 13 de dezembro de 2024 e suas alterações), a saber:
I - gestores, administradores públicos municipais - 01 (uma) vaga;
II - Movimentos populares - 01 (uma) vaga Associações devidamente cadastradas;
III - trabalhadores, por suas entidades sindicais - (Sindicatos)
IV - Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano; (CDL);
V - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais; e
VI - Organizações não governamentais com atuação na área do desenvolvimento urbano.
Parágrafo Único: O município de Montanha/ES tem direito a 01 vaga para o Poder Público; 01 vaga dos Movimentos Populares; e 01 vaga disputada entre trabalhadores e empresários, tendo um suplente para cada categoria.
Art.20. A eleição dos membros do Conselho Municipal das Cidades de Montanha será encaminhada por segmento e percentagem correspondente, conforme legislação em vigor.
§ **1°.** O Conselho Municipal das Cidades de Montanha será composto por representantes do poder público, da sociedade civil e de movimentos sociais e populares reconhecidos de caráter municipal.
§ **2°.** As entidades da Sociedade civil, o poder público e os movimentos sociais eleitos terão 30 minutos para indicar seus representantes para serem apresentados a 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha.
Seção IV - Disposições Gerais
Art. 21. Será assegurado, pela Mesa Coordenadora da Plenária, o direito à manifestação, "QUESTÃO DE ORDEM", aos delegados, sempre que qualquer um dos dispositivos deste regulamento não estiver sendo observado.
§ **1°.** A "Questão de Ordem" deverá ser feita em primeira instância a Mesa Diretora dos Trabalhos.
§ **2°.** As "QUESTÕES DE ORDEM" não serão permitidas durante o regime de votação.
Art. 22. Nos processos de votação em plenária, somente será feita a contagem de votos quando não for possível avaliar o resultado por contraste ou não houver acordo sobre o resultado na mesa coordenadora.
Art. 23. Os Casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Executiva Municipal.
Art. 24. O presente Regimento entrará em vigor após ser publicado.
MONTANHA/ES, 29 DE MAIO DE 2025.

REGULAMENTO
CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS
Art. 1º - A 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha/ES, convocada através do Decreto nº 4.899 de 05 de maio de 2025e publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06 de Maio de 2025, será realizada em 29 de maio de 2025 no CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, situado à Rua Conceição da Barra, s/n - Bairro Decão - Montanha/ES das 08 às 18 horas.
CAPÍTULO II
DA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICPAL
Art. 2º - A 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha/ES, será realizada em 29 de maio de 2025 das 08 às 18 horas no CRAS e tem como tema: "**Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas**, **democráticas**, **sustentáveis e com justiça social**" cujos objetivos:
I - promover a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos entes federativos, em seus três níveis, com os diversos segmentos da sociedade sobre os assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;
II - mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas e de metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades brasileiras;
III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade na formulação de proposições e na realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e das suas áreas estratégicas; e
IV - propiciar e estimular a organização de conferências das cidades como instrumento para a garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano nas regiões, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.
Art. 3º - A 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha/ES, terá como eixos temáticos:
EIXO I - ARTICULAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS SETORES URBANOS E COM O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS;
EIXO II - GESTÃO DEMOCRÁTICA E FINANCIAMENTO - Gestão Interfederativa, cooperação e consórcios;
EIXO III - GRANDES TEMAS TRANSVERSAIS:

Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Art. 4º - Para a realização de cada Conferência Municipal, deverá ser construída uma Comissão Organizadora pela Conferência Municipal das Cidades e, na sua ausência, pelo executivo municipal, com a participação de representantes dos diversos segmentos: Poder Público, movimentos populares, trabalhadores por suas entidades sindicais, empresários (CDL), entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais (UFES, IFES), organizações não governamentais.

Parágrafo Único - A programação da Conferência Municipal deverá prever tempo necessário para debater o temário com a seguinte carga horária mínima:

a) 08 horas nas cidades que não são capitais dos estados, excluindo a tempo da cerimônia de abertura para não haver prejuízo no conteúdo dos debates.

Art. 5º - Cabe à Comissão Organizadora Municipal:

I - elaborar o Regulamento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições deste regimento interno da conferência estadual;

II - planejar a infraestrutura para a realização da Etapa Municipal;

III - mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência Nacional das Cidades;

IV - elaborar o relatório final da Conferência Municipal da Cidade;

V - preencher o formulário da Conferência Municipal das Cidades;

Parágrafo Único - A Comissão Organizadora Municipal poderá constituir as Comissões de infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda organização e realização da Etapa Municipal.

Art.6º - Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pelas Comissões Preparatórias Municipais, cabendo recurso à Comissão Organizadora Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

Seção I

Dos Participantes da Conferência Municipal

Art. 7º - As Conferências Municipais serão públicas e acessíveis a todos os cidadãos, devendo ser respeitado o Regimento da respectiva Conferência Municipal.

Parágrafo Único - Mediante credenciamento, os participantes da conferência municipal deverão ser identificados por um segmento ou entidade.

Seção II

Do Relatório Final da Conferência Municipal

Art. 8º - O relatório final da Conferência Municipal deverá ser elaborado e publicado, conforme modelo definido pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

§ **1º** - O envio de relatório final da Conferência Municipal em desacordo com o modelo definido implicará na não incorporação das propostas estaduais no caderno de propostas da Etapa Estadual.

§ **2º** - O relatório final deverá ser encaminhado à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de 10 (dez) dias após a realização da Conferência Municipal.

§ **3º** - A Comissão Organizadora Municipal deverá preencher formulário eletrônico disponibilizado na forma definida em resolução do Conselho das Cidades.

Seção III

Da Eleição dos Delegados para Etapa Estadual

Art. 9º - O quantitativo de delegados municipais que participarão da Conferência Estadual das Cidades, bem como o processo de eleição destes delegados, deverá observar o disposto nos Regimentos Internos das Conferências de cada estado.

Parágrafo Único - A realização da Conferência Municipal é condição indispensável para a participação de delegadas e delegados municipais nas Conferências Estaduais.

Seção IV

Da Validação da Etapa Municipal

Art. 10 - A Conferência Municipal poderá ser validada, desde que comprove:

I - a realização da Conferência no período definido, com a participação de no mínimo quatro dos segmentos estabelecidos;

II - a realização da convocatória para a Conferência, em meio de divulgação oficial e/ou veículos de ampla divulgação;

III - que foi constituída Comissão Organizadora com a participação de no mínimo quatro dos segmentos estabelecidos;

IV - a publicação do Relatório Final da Conferência; e

V - que os delegados eleitos atendem aos parâmetros estabelecidos.

CAPÍTULO IV

DA ELEIÇÃO DA DELEGAÇÃO MUNICIPAL PARA A ETAPA ESTADUAL

Art. 11 - Na 2ª Conferência Municipal das Cidades de Montanha/ES, a composição de delegados deve respeitar os seguintes segmentos e respectivos percentuais:

I - gestores, administradores públicos;

II - movimentos populares;

III - empresários (CDL);

IV - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais;

V - organizações não governamentais.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 12 - As despesas para realização da Etapa Estadual da 6ª Conferência Nacional das Cidades assim como, das pessoas delegadas eleitas para representar o município de Montanha até o local do evento será por conta da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. As despesas de transporte e alimentação até o aeroporto de Vitória para 6ª Conferência Nacional das Cidades também ficará por conta da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 - Os casos omissos não tratados neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

MONTANHA/ES, 29 de maio de 2025.

Protocolo 1559966

Nova Venécia

Decreto

DECRETO Nº 21.340, DE 27 DE MAIO DE 2025

TORNA SEM EFEITO NOMEAÇÃO DE CANDIDATO DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA/ES, EDITAL Nº 001/2023.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais conferidas no Art. 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal, em atendimento ao Ofício nº 447-25/ SEAD/PNV, protocolizado sob o nº 613939, datado de 16 de maio de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato do Concurso Público - Edital nº 001/2023, realizada por meio do Decreto nº 21.080, de 13 de março de 2025, coforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
1º	Joilk da Costa Gomes	Agente de Vigilância Sanitária	Nível I-A	44 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 27 de maio de 2025.

Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1559634

Edital

EDITAL Nº 011/2025 - CONVOCAÇÃO PARA POSSE O CANDIDATO (A) DO QUADRO GERAL DA PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA

O MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2023, convoca o candidato (a) abaixo relacionado (a) para escolha e Posse no dia, horário e local estabelecido neste Edital, devendo no ato apresentar os documentos descritos no referido Edital:

Requisitos e CPF Autenticados

Declaração de acumulação ou não de cargo Público (firma reconhecida) modelo anexo.

LOCAL: Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito, na Av. Vitória, 347, bairro Centro, Nova Venécia-ES.

DIA: 02/06/2025

HORÁRIO: 9:00 Horas

Quadro Geral - Prefeitura Municipal

Decreto nº 21.333 de 20 de maio de 2025

Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
1º	Barbara Chiarelli	Professor Educação Infantil (Zona Rural)	MAP-IV A	25 horas semanais

OBS. OS DOCUMENTOS PODEM SER AUTENTICADOS NA PREFEITURA.

Nova Venécia-ES, 27 de maio de 2025

Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Valdinei José Favero
Secretário Municipal de Administração

Protocolo 1559947

Aditivo

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/2024 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 006/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 600189, DE 08/07/2024
CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2024.052E0700001.01.0019
PROCESSO Nº 611106/2025
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA.
CONTRATADA: ECO MONTAGEM E MANUTENÇÃO LTDA
CNPJ: 49.039.955/0001-41
DO ADITIVO:
O objeto do presente termo é:
Prorrogar, o prazo de vigência do contrato nº 168/2024 pelo período de 12/06/2025 a 27/07/2025, nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.
Prorrogar o prazo de execução do contrato nº 168/2024 pelo período 13/04/2025 a 27/07/2025, nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.
Reajustar pelo índice INCC 8,77%, do valor inicial atualizado do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, equivalente a R$ 28.508,02 (vinte e oito mil, quinhentos e oito reais e dois centavos), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
Data Assinatura: 22/04/2025.

Protocolo 1559510

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 91/2024 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 593180, DE 08/02/2024
CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2024.052E0700001.01.0005
PROCESSO Nº 608120/2025
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA.
CONTRATADA: ALMEIDA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 37.556.923/0001-34
DO ADITIVO:
O objeto do presente instrumento é:
Prorrogar o prazo de vigência do contrato 91/2024 pelo período de 31/01/2025 a 30/06/2025.
Prorrogar o prazo de execução do contrato nº 91/2024 pelo período de 31/01/2025 a 30/05/2025.
Data Assinatura: 30/01/2025.

Protocolo 1559557

Pedro Canário

Portaria

PORTARIA Nº 000477/2025
DESIGNA FISCAL DE CONTRATO
O Secretário Municipal de Educação, no uso das suas atribuições legais, designa como fiscal de contrato a servidora **NOHÁDYA CRULHE RODRIGUES** nos autos do Processo nº **2460/2025** que tem por objeto **AQUISIÇÃO**, **MANUTENÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Pedro Canário - ES, 26 de Maio de 2025 .**AMANDA LESSA MARTINS DE SOUZA JUFFO** SECRETÁRIA UNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Protocolo 1558866

PORTARIA Nº 09/2025 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO
O Secretário Municipal de Serviços Urbanos, no uso das suas atribuições legais, designa como fiscal titular de contrato a servidora SUELANE MARQUES DE NOVAIS Fiscal titular, nos autos do Processo nº 6585/2024 que tem por objeto Contratação de empresa especializada com fornecimento de materiais elétricos por Sistema de Ata de Registro de Preço, mediante demanda da Secretaria de Serviços Urbanos.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Pedro Canário - ES, 26 de maio de 2025.
ANDRÉ DE JESUS SILVA
Secretário de Serviços Urbanos

PORTARIA Nº 10/2025 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO
O Secretário Municipal de Serviços Urbanos, no uso das suas atribuições legais, designa como fiscal titular de contrato a servidora SUELANE MARQUES DE NOVAIS Fiscal titular, nos autos do Processo nº 304/2025 que tem por objeto Contratação de empresa especializada com fornecimento de materiais de construção por Sistema de Ata de Registro de Preço, mediante demanda da Secretaria de Serviços Urbanos.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Pedro Canário - ES, 26 de maio de 2025.
ANDRÉ DE JESUS SILVA
Secretário de Serviços Urbanos

Protocolo 1558896

Contrato

RESUMO DE CONTRATO
Contrato: 101/2025
Processo nº 001803/2025
Dispensa de Licitação
Objeto: prestação de serviços de arte visual.
Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Canário- ES.
Contratada: Biratinha Design Ltda.
Valor global: R$ 33.180,00 (trinta e três mil e cento e oitenta reais).
Assinatura: 27/05/2025.
Vigência: 12 (doze) meses
Pedro Canário - ES, 27 de maio de 2025.
KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1559775

Piúma

Decreto

DECRETO Nº 3.073, DE 26 DE MAIO DE 2025.
CONVOCA A XIV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PIÚMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PAULO CELSO COLA PEREIRA, Prefeito Municipal de Piúma/ES, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Piúma (COMASP), no uso de suas atribuições legais e,

considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para o fortalecimento e aprimoramento da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:
Art. 1º - Fica convocada a XIV Conferência Municipal de Assistência Social de Piúma, com a finalidade de avaliar a situação atual da Política de Assistência Social e propor novas diretrizes para seu aperfeiçoamento, em consonância com os avanços e desafios do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
Art. 2º - A XIV Conferência Municipal de Assistência Social será realizada no dia 18 de junho de 2025, na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, das 08h00min às 16h00min, tendo como tema central: "20 anos do SUAS: Construção, proteção social e resistência"
Art. 3º - Para a organização da XIV Conferência Municipal de Assistência Social, poderá ser instituída uma Comissão Organizadora, com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, conforme disposto em Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Piúma (COMASP).
Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria do órgão gestor municipal da Política de Assistência Social.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Piúma/ES, 26 de maio de 2025.

PAULO CELSO COLA PEREIRA
Prefeito Municipal de Piúma/ES
Protocolo 1558894

DECRETO Nº 3.074, DE 27 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE LOTE DE TERRENO.

PAULO CELSO COLA PEREIRA, Prefeito do Município de Piúma, Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 102, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o Processo Administrativo nº 1908/2025;

Considerando o atendimento dos requisitos da Lei nº 6.766/79;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do LOTE DE TERRAS DE Nº 01(UM), DA QUADRA "A", SITUADO NO LOTEAMENTO DO BAIRRO NITERÓI, neste município de Piúma-ES, medindo e confrontando-se do seguinte modo: 37:00 m de frente, com a Rua da Ladeira; 20:00 m do lado direito com Willians Sanches Serrato e 37:00 m dos fundos com Manoel Pedroza da Silva, totalizando uma área total de 740:00 m2, sob a matrícula Nº 4221, livro Nº 2, ficha 1, em data de 01 de março de 2007, cadastrado junto ao Município de Piúma sob a inscrição imobiliária nº 01-08-031-0187-001 de propriedade de LUCIANA VALIATTI PINTO e ATALIBA VIVACQUA SUTER JUNIOR, advindo de Escritura Pública de Compra e Venda, datada de 17 de março de 2015, lavrado no Cartório Volponi de Registro Civil e Tabelionato de Notas da cidade e comarca de Iconha-ES.

Art. 2º. A área de desmembramento de que dispõe artigo 1º deste Decreto fica dividido em 02 (dois) lotes, com as seguintes dimensões:

LOTE 01-A da QUADRA A: frente com a Rua Ladeira (25,00m), lado direito com o confrontante Willians Sanches Serrato (20,00m), lado esquerdo com o Lote 01B (20,00m), fundos com o confrontante Manoel Pedroza da Silva (25,00m), totalizando uma área de 500,00m ².

LOTE 01-B da QUADRA A: frente com a Rua Ladeira (12,00m), lado direito com o Lote 01A (20,00m), lado esquerdo a quem de direito (20,00m), fundos com o confrontante Manoel Pedroza da Silva (12,00m), totalizando uma área de 240,00m ².

Parágrafo único: o desmembramento de que trata o presente Decreto somente produzirá efeitos internos e terá efetiva alteração nos assentamentos cadastrais da municipalidade após a regularização registrada no Registro de Imóveis competente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Piúma/ES, 27 de maio de 2025.

PAULO CELSO COLA PEREIRA
Prefeito Municipal de Piúma/ES
Protocolo 1559234

DECRETO Nº 3.075, DE 27 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE LOTE DE TERRENO.

PAULO CELSO COLA PEREIRA, Prefeito do Município de Piúma, Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 102, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o Processo Administrativo nº 2953/2025;

Considerando o atendimento dos requisitos da Lei nº 6.766/79;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do "LOTE DE TERRAS DE Nº 27 (VINTE E SETE), DA QUADRA DE "O", SITUADO NA RUA BENEDITO GOMES TÁVORA, Nº 313, INTEGRANTE DO LOTEAMENTO JARDIM MAILY, NA CIDADE DE PIÚMA-ES, MEDINDO 12,37 M DE FRENTE, POR 22,30 M DE FUNDOS, OU SEJA, 275,85M², CONFRONTANDO-SE: FRENTE A COM A RUA BENEDITO GOMES TÁVORA; FUNDOS COM O LOTE DE Nº 31; LADO DIREITO COM O LOTE DE Nº 28; E LADO ESQUERDO COM O LOTE DE Nº 25", registrado junto ao Cartório de Registro Geral de Imóveis do Município de Piúma-ES, sob a matrícula nº 8848, Livro 2, Ficha 1, em data de 03/07/2024, cadastrado junto ao Município de Piúma-ES sob

a inscrição imobiliária 01040070169001, de propriedade de SAULO CARDOSO FERREIRA.

Art. 2º. A área de desmembramento de que dispõe artigo 1º deste Decreto fica dividido em 02 (dois) lotes, com as seguintes dimensões:

LOTE 27A da QUADRA O: frente com a Rua Benedito Gomes Távora (6,185m), lado direito com o Lote 27B (22,300m), lado esquerdo com o Lote 25 (22,300m), fundos com o Lote 31 (6,185m), totalizando uma área de 137,925m ².

LOTE 27B da QUADRA O: frente com a Rua Benedito Gomes Távora (6,185m), lado direito com o Lote 28 (22,300m), lado esquerdo com o Lote 27A (22,300m), fundos com o Lote 31 (6,185m), totalizando uma área de 137,925m ².

Parágrafo único: o desmembramento de que trata o presente Decreto somente produzirá efeitos internos e terá efetiva alteração nos assentamentos cadastrais da municipalidade após a regularização registrada no Registro de Imóveis competente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Piúma/ES, 27 de maio de 2025.

PAULO CELSO COLA PEREIRA
Prefeito Municipal de Piúma/ES

Protocolo 1559235

Edital

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025 - BOLSA ATLETA PIUMENSE

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 27.165.695/0001-18, com sede na Avenida Felicindo Lopes nº 238, Bairro Acaiaca, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER** - **SEMTEL**, com o objetivo de incentivar os (as) atletas e paratletas que competem pelo Município à prática de esportes, e com a finalidade de oferecer suporte para o treinamento e participação em competições regionais, nacionais e internacionais, por meio do programa municipal para apoio à prática do esporte, torna público processo seletivo para concessão da Bolsa Atleta Piumense, nos termos do Edital, com observância das disposições das Seguintes Leis e suas alterações, Lei nº 2099/2015 e a Lei nº 2.100/2015, devidamente aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Paulo Celso Cola Pereira. A presente Seleção será regida pela legislação vigente, bem como no presente Edital.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A concessão do Bolsa Atleta Piumense será regida por este edital e executada pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer - SEMTEL;

1.2 O valor recebido pelo atleta beneficiado com a Bolsa-Atleta Piumense deverá ser utilizado para cobrir gastos com: hospedagem, alimentação, transporte, participação em competições; aquisição em peças, equipamentos e vestimentas próprias, específicas para a competição e modalidade esportiva praticada pelo atleta; pagamento de taxas de inscrição e registro em federação, confederação ou entidade reguladora do esporte.

1.3 Para os efeitos do presente processo seletivo, adotam-se as seguintes definições:

I. Consideram-se modalidades que fazem parte do programa olímpico ou paraolímpico aquelas indicadas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paraolímpico Internacional (CPI), respectivamente, e, administradas no Brasil por entidades vinculadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), conforme o caso;

II. Consideram-se modalidades que não integram o programa olímpico ou paraolímpico aquelas não indicadas no programa olímpico do Comitê Internacional (COI) e do Comitê Paraolímpico Internacional (CPI), respectivamente, e cuja prática seja realizada de forma distinta das modalidades dos programas olímpicos e paraolímpicos;

III. Atleta em plena atividade esportiva: atleta que se encontra na efetiva prática esportiva buscando favorecer as competências pessoais, sócias, produtivas, e cognitivas, privilegiando a formação de valores, com a cooperação, a participação, a solidariedade, a autonomia, a criatividade, entre outros;

IV. Atleta da categoria máster: atleta praticante de atividade esportiva acima da idade máxima permitida na categoria principal de sua respectiva modalidade, bem como pela participação em competições do tipo veteranos (as) ou divididos (as) em categorias conforme a idade, competindo somente entre seus pares nas faixas etárias acima da categoria adulta;

V. Competição máxima da temporada nacional: são as competições de maior relevância, no caso da categoria adulta, no calendário da confederação de cada modalidade. No caso de campeonatos realizados em etapas, para efeito presencial, da concessão, será primeiro computado o resultado final do ranking de todas as competições que compõe o campeonato após a realização de todas as etapas do calendário anual. Não são reconhecidas como competições máximas: torneios, etapas, circuitos ou campeonatos que não integram o calendário máximo da modalidade e não constam oficialmente no mesmo;

VI. Fase de preparação para as futuras competições: período em que as equipes estão voltadas aos treinamentos físicos, técnicos e táticos relativos a preparar capacitar os (as) respectivos (as) atletas para as próximas competições relevantes de cada modalidade, seja em âmbito estadual, nacional ou internacional;

VII. Melhores atletas nas modalidades coletivas: atletas que foram identificados(as) como destaques ou selecionados (as) em competições oficiais para fazerem parte da Seleção Brasileira da modalidade. Podem ser identificados como os (as) melhores jogadores (as) por posição na equipe. Ex.: Levantador (a), ala, goleiro (a), armador (a) e etc.;

VIII. Atleta de rendimento: atleta que prática esporte com treinamento específico da modalidade, participando regularmente de competições federadas, representando seu município, estado ou seu país. Enquadra-se na categoria Atleta de Rendimento o atleta que tenha participado de competição esportiva oficial em âmbito nacional e, que esteja ranqueado entre os três melhores do Estado, na entidade de administração da modalidade. E tenha sido campeão, vice-campeão ou terceiro colocado no campeonato estadual realizado pela entidade de administração da modalidade.

IX. Subcategoria intermediária: categoria de faixa de idade abaixo da categoria principal e acima da categoria iniciante;

X. Subcategoria iniciante: categoria faixa de idade de participação de atletas na fase inicial de escolarização.

XI. Categoria Atleta de Base: O atleta de esporte individual: Que seja campeão, vice-campeão, vice-campeão ou terceiro colocado no campeonato estadual realizado pela entidade estadual de administração de sua modalidade nas categorias iniciante; ranqueado entre os 3 (três) melhores do estado pela entidade estadual de administração de sua modalidade na sua categoria; campeão, vice-campeão ou terceiro colocado dos jogos Escolares do Espírito Santo e que tenha sido convocado para a disputa dos Jogos Escolares da Juventude; que obteve destaque em eventos nacionais estudantis, reconhecidos pelo Ministério do Esporte; que obteve reconhecido destaque em competições nacionais de sua modalidade, regulamentado pela entidade nacional de administração do esporte em questão e reconhecido pelo Ministério do Esporte.

2. DOS EVENTOS QUE PERMITEM A CONTEMPLAÇÃO

2.1 Somente serão aceitos eventos esportivos que atendam aos seguintes critérios: Ano de realização. Os eventos devem ter sido realizados no ano de 2024. Das Entidades Organizadoras: Entidades de administração esportiva Estaduais ou Nacionais (confederações), reconhecidas oficialmente pelo: Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Comprovação de documentos oficial: Emitidos por entidades desportivas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, conforme o caso, que tornam apto (a) o (a) atleta ou paratleta a pleitear o benefício.

3. DAS CATEGORIAS DE BOLSA E DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Para fins de concessão deste benefício, o (as) atletas serão subdivididos (as) nas seguintes **categorias**:

I - **Atleta de Base**: benefício financeiro no montante de 960 (novecentos e sessenta) UFMPs - Unidades Fiscais do Município de Piúma, a ser pago em prestações mensais de 80 (oitenta) UFMPs;

II - **Atleta de Rendimento**: benefício financeiro no montante de 1.920 (mil novecentos e vinte) UFMPs, a ser pago em prestações mensais de 160 (cento e sessenta) UFMPs.

§1° A Bolsa Atleta Piumense será concedida independentemente de gênero;

§2° Das Bolsas a serem concedidas, 15% (quinze por cento) serão destinadas a pessoas com deficiência (PDC); caso não sejam inscritos portadores com deficiência que atinjam o percentual reservado, o montante não atingido serão destinados à ampla concorrência.

3.2 - Serão concedidas anualmente até 22 (vinte e duas) bolsas, sendo até 12 (doze) na categoria Atleta de Base e até 10 (dez) na categoria Atleta de Rendimento.

3.3 - Enquadram-se na categoria Atleta Base

I - **O atleta de desporto individual:**

a) que seja campeão, vice-campeão ou terceiro colocado no campeonato estadual realizado pela entidade estadual de administração da sua modalidade nas categorias iniciantes;

b) ranqueado entre os 3 (três) melhores do estado pela entidade estadual de administração de sua modalidade na sua categoria.

c) campeão, vice-campeão ou terceiro colocado dos Jogos Escolares do Espirito Santo e que tenha sido convocado para a disputa dos Jogos Escolares da Juventude;

d) que obteve destaque em eventos nacionais estudantis, reconhecidos pelo Ministério do Esporte;

e) que obteve reconhecido destaque em competições nacionais de sua modalidade, regulamentado pela entidade nacional de administração do esporte em questão e reconhecido pelo Ministério do Esporte;
II. **o atleta de desporto coletivo:**

a) campeão, vice-campeão ou terceiro colocado no campeonato estadual realizado pela entidade estadual de administração de sua modalidade e obtenha reconhecido destaque individual ou convocação para a seleção estadual de sua modalidade;

b) campeão, vice-campeão ou terceiro colocado nos Jogos Escolares do Espirito Santo e obtenha reconhecido destaque individual ou convocação para a seleção estadual da respectiva modalidade;

c) que obteve destaque em eventos nacionais estudantis, reconhecidos pelo Ministério do Esporte.

3.4 Enquadra-se na categoria Atleta de Rendimento o atleta que tenha participado de competição esportiva oficial em âmbito nacional:

I- E que esteja ranqueado entre os três melhores do Estado, na entidade de administração da modalidade;

II - E tenha sido campeão, vice-campeão ou terceiro colocado no campeonato estadual, nacional ou internacional realizado pela entidade de administração da modalidade.

3.5 A concessão da Bolsa Atleta não gera qualquer vínculo entre os atletas beneficiados e a administração pública municipal.

4. PARA PLEITEAR A CONCESSÃO DO BOLSA ATLETA

4.1 Para pleitear a concessão da Bolsa Atleta, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos para concessão do benefício os determinados no artigo 6º da Lei Municipal nº 2100/15, entre eles estar domiciliado há no mínimo 02 (dois) anos no Município de Piúma/ES, a ser comprovado por meio de apresentação do registro do sistema de Saúde da Família Municipal.

Art. 5º da Lei Municipal nº 2100/15; para pleitear a concessão do incentivo previsto nesta lei, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Estar em plena atividade esportiva;

II - Ter alcançado destaque atual em nível estadual, nacional ou internacional na atividade em que esteja atuando, e participar de competições oficiais realizados pela federação, confederação ou entidades reguladoras do esporte o qual pratica.

III - participar, obrigatoriamente, de entrevista com o órgão gestor do esporte;

IV - Ser federado ou associado à entidade fiscalizadora do seu esporte e, ainda, ser referendado pelo órgão gestor do esporte;

V - Estar domiciliado há, no mínimo, 2 (dois) anos no Município, condição que se comprovará mediante apresentação do registro no Sistema de Saúde da Família Municipal;

VI - Manter uma boa imagem perante a sociedade, e não ser condenado em quaisquer dos crimes que geram impedimento ao exercício de função pública, ou contratação com os Poderes Públicos;

VII - comprometer-se a representar o Município de Piúma, em sua modalidade e categoria, em competições oficiais e eventos promovidos por entidades privadas, sempre que convocado pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer ou pelo setor de Esporte Educacional da Secretaria Municipal de Educação;

VIII - não cumprir nenhum tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva, liga, federação ou confederação das modalidades correspondentes;

IX - Ceder os direitos de imagem ao Município de Piúma e usar, obrigatoriamente, em seu uniforme, o brasão oficial do mesmo.

4.2 Estar vinculado aos projetos e programas esportivos ou esportivos educacionais do Município, quando a modalidade for ofertada pelos mesmos ou, quando não houver oferta da modalidade, estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva ou à entidade estadual de administração da modalidade;

I - Comprovar, quando estudante, que está matriculado em instituição de ensino público ou privado e ter bom rendimento escolar;

II - Ter anuência dos responsáveis, quando menor;

III - comprometer-se a representar o município de Piúma, em sua modalidade e categoria, em competições oficiais e eventos promovidos por entidades privadas, sempre que convocado pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer ou pelo setor de Esporte Educacional da Secretaria Municipal de Educação.

IV - Não cumprir nenhum tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva, Liga, Federação ou Confederação das modalidades correspondentes;

V - No caso de atleta de modalidades que sejam contempladas através dos projetos esportivos do Município, comparecer e ter assiduidade aos treinamentos do respectivo projeto esportivo, comprovados através de relatórios e declarações do professor/técnico da modalidade;

VI - Ceder os direitos de imagem ao Município de Piúma e usar, obrigatoriamente, em seu uniforme, o brasão oficial do mesmo;

VII - no caso de Bolsa Atleta de Base:

a) estar enquadrado no artigo 3º Lei 2099/2015;

b) possuir idade mínima de 12 anos (doze) anos e máxima de 18 (dezoito) anos, até o término das inscrições

VIII - no caso de Bolsa Atleta de Rendimento:

a) estar enquadrado no art. 4º Lei 2099/2015;

b) possuir idade mínima de 16 (dezesseis) anos, até o término das inscrições;

4.3 Considera-se com bom rendimento escolar o aluno que não foi reprovado no ano letivo da concessão do incentivo e que tenha ótima conduta disciplinar, comprovados através de boletim ou relatório da escola;

4.4 A Bolsa Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em 12 (doze) parcelas mensais.

5.DAS INCRIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

5.1 A inscrição do (a) atleta candidato (a) deverá ser efetivada no período de **28 de maio de 2025 até 11 de junho de 2025, das 09:00 h às 16:00 h**, exclusivamente através da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, no Protocolo Geral da Prefeitura de Piúma.

5.1.1 As inscrições realizadas fora do período e horário acima estabelecidos serão indeferidas.

5.2 O (a) candidato (a) protocolar os documentos listados abaixo em **ordem numérica**, respeitando os prazos estabelecidos deste edital: Apenas o candidato ou seu representante legal podem realizar a inscrição.

I. Ficha de Inscrição;

II. Cópia do documento de identidade;

III. Cópia do CPF;

IV. Comprovante de residência fixa e atual (conta de água, luz, telefone, condomínio, contrato de locação,

outro.) No caso de atletas nascidos (as) no Município de Piúma também deverão enviar comprovante de residência de dois anos atrás. No caso de atletas não nascidos (as) no Município de Piúma também deverão enviar comprovante de residência de 3 anos atrás;

a) No caso de o comprovante de residência não estar no nome do (a) atleta, o (a) mesmo (a) poderá apresentar cópia autenticada de documento oficial que comprove vínculo com o titular da conta do imóvel ou outro documento expedido por órgão público que identifique a vinculação residencial.

V. Declaração de conhecimento do cumprimento dos requisitos para os quais a Bolsa Atleta Piumense deverá ser utilizada conforme estipulado, sendo dispensada no caso de bolsa atleta na categoria atleta base.

VI. Declaração da entidade de prática desportiva (clube), sendo dispensada no caso de bolsa atleta na categoria atleta base atestando que o (a) atleta:

a) está vinculado a ele e se encontra em plena atividade esportiva;

b) Participa regularmente de treinamento para futuras competições nacionais ou internacionais;

c) Não sofreu nenhuma penalidade imposta por Superior Tribunal de Justiça Desportiva e Tribunais de Justiça Desportiva

VII. Declaração da entidade estadual de administração do desporto (federação) no Espirito Santo, reconhecida pela confederação da respectiva modalidade, dispensada no caso de bolsa atleta na categoria atleta base e também no caso de não existência de federação local da modalidade atestado que o (a) atleta:

a) Está regularmente inscrito junto a ela;

b) Participou e obteve a primeira, segunda ou terceira colocação na competição esportiva de âmbito estadual, nacional ou internacional.

VIII Declaração de entidade nacional de administração do desporto (confederação) da respectiva modalidade, com resultado parcial que habilita o (a) atleta, bem como, se for o caso, o ranking final do campeonato participado, sendo dispensado no caso de bolsa atleta na categoria atleta base atestando que o (a) atleta:

a) Está regularmente inscrito junto a ela;

b) É afiliado à entidade estadual de administração do esporte (federação);

c) Participou e obteve a primeira, segunda ou terceira colocação na competição esportiva de âmbito nacional ou internacional, conforme o caso, indicada no processo de inscrição, referente ao ano base;

IX - A declaração no item anterior deverá estar acompanhada de cópia do registro oficial da competição, tipo súmula ou chaveamento da competição, constando: o quantitativo de equipes ou competidores, todas as equipes ou atletas enfrentados, todos os resultados e escores dos confrontos, sendo dispensada na categoria Olímpico/ Paralímpico.

X - Autorização para participação no programa Bolsa Atleta Capixaba (quando atletas menores de idade.

XI - Atestado médico (emitidos até 60 dias antes do início da data das inscrições) certificando que o (a) candidato (a) está apto (a) à prática de atividades físicas e desportivas;

XII. Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal e Estadual, sendo dispensada no caso de bolsa atleta na categoria atleta base;

XIII - Em caso de inscrição realizada através de procurador (a), a procuração terá que ser original, com poderes específicos para representar o (a) candidato (a) no presente processo seletivo, e devidamente registrada em cartório ou órgão consular;

5.3 Não será permitida a inclusão de documentos complementares após a entrega dos documentos no Protocolo Geral da Prefeitura. A apresentação de qualquer documento além do prazo estabelecido ou a realização de nova inscrição para alteração ou complementação da documentação gerará a desclassificação do (a) candidato (a);

5.4 Processos que não apresentem toda a documentação necessária conforme exigido por esse edital não serão analisados pela Comissão de avaliação do Bolsa Atleta Piumense;

5.5 Os pedidos de esclarecimentos referente ao processo seletivo devem ser feitos à Comissão de Avaliação do Bolsa Atleta Piumense através do e-mail: turismo@piuma.es.gov.br, devendo a Comissão de Avaliação prestar os esclarecimentos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do pedido de esclarecimento;

5.6 Até a data fixada para início das inscrições do presente processo seletivo, qualquer pessoa poderá impugnar, sem efeito suspensivo, o presente edital;

5.7 Caberá a Comissão de Avaliação do Bolsa Atleta Piumense, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;

5.8 Caso a Comissão de Avaliação decida pela improcedência da impugnação ao edital, deverá encaminhar o processo para autoridade competente - Secretário de Turismo, Esporte e Lazer - a quem competirá, neste caso, ratificar ou não ratificar a decisão da Comissão de Avaliação, caso o Secretário fique impedido de opinar, a decisão será do Prefeito;

5.9 Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do processo seletivo;

5.10 Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a competitividade no presente processo seletivo;

5.11 Cada atleta ou paratleta poderá encaminhar apenas 01 (um) pedido de Bolsa Atleta Piumense;

5.12 Encerrado o prazo de inscrição, a Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer - SEMTEL, analisará a documentação apresentada pelos atletas e publicará o resultado preliminar, com os contemplados e lista de espera, em conformidade com o estabelecido;

5.13 Eventuais consultas ou pedidos de esclarecimentos sobre o processo seletivo não suspendem o prazo para a inscrição e apresentação de documentos previstos neste edital;

5.14 A SEMTEL não se responsabilizará por solicitação de inscrição feita fora do prazo estabelecido no presente edital, sendo que todos as inscrições fora do prazo serão desclassificadas;

5.15 As informações prestadas na solicitação da inscrição serão de inteira responsabilidade do (a) atleta candidato (a), dispondo a SEMTEL do direito de invalidar ou desconsiderar o pleito daquele (a) que não a fizer de forma completa e correta, não possuindo a SEMTEL qualquer discricionariedade a esse respeito;

6. DA ESCOLHA DOS ATLETAS

6.1 Na hipótese de haver mais atletas pleiteantes do que a quantidade de bolsas previstas neste edital, terão prioridade, na escolha dos atletas beneficiados, aqueles;

I - de modalidades olímpicas e paralímpicas ;

II - cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);

III - que obtiveram, no ano anterior à concessão da bolsa;

a) melhores resultados a nível nacional, na ordem do melhor resultado para o pior;

b) melhores resultados a nível estadual na ordem do melhor resultado para o pior;

IV - de modalidades ofertadas pelos projetos esportivos do Município

6.2 No caso de modalidades não olímpicas, será levada em consideração a cultura esportiva do Município, tendo prioridade os esportes de praia e areia, como futevôlei e o beach soccer;

6.3 Serão desligados do Programa os atletas que:

I - quando convocados, não participarem das competições sem justificativa;

II - se transferirem para outro município, estado ou país;

III- forem dispensados de seleções representativas de Piúma ou do Estado, por indisciplina ou a seu pedido; IV- demonstrarem grave incontinência de conduta;

V - sejam condenados, em sentença transitada em julgado, em quaisquer crimes que geram impedimento ao exercício de funções públicas ou contratação de Poderes Públicos;

VI - tenham utilizado de documentos ou declarações falsos para obtenção do benefício;

VII - estejam utilizando-se de drogas ilícitas, anabolizantes ou qualquer substância condenada nos meios esportivos;

VIII - deixarem de cumprir quaisquer das condições exigidas por este edital.

7. COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO BOLSA ATLETA PIUMENSE

7.1 A seleção dos atletas a serem inseridos nos contextos de benefícios estabelecidos por este Edital caberá a Comissão de Análise do Programa Bolsa Atleta Piumense;

7.2 A Comissão será integrada por 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) representante do órgão gestor do esporte, 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e 3 (três) profissionais de Educação Física, efetivos na rede municipal de Piúma, sendo instituída através de decreto do Prefeito;

7.3 O membro da comissão de Avaliação do Bolsa Atleta Piumense que tenha grau de parentesco até o terceiro grau com o atleta pleiteante do incentivo, deverá declarar-se impedido de avaliar e, em caso de recusa, poderá ser impugnada a avaliação se comprovado o parentesco;

7.4 Não participará da Avaliação o membro da Comissão de Avaliação que mantiver relação pessoal ou profissional com o (a) atleta pleiteante do incentivo do Bolsa Atleta Piumense.

8. PROCESSO E PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

8.1 O processo de avaliação das inscrições e documentos respectivos será realizado em 30 (trinta) dias após o prazo final de entrega das inscrições e dos documentos respectivos, podendo ser prorrogado. As bolsas serão distribuídas em igual proporção entre as modalidades coletivas e individuais, do total de atletas habilitados em cada categoria em relação ao número de bolsas disponíveis;

9. DO CRONOGRAMA PERÍODO DE DIVULGAÇÃO DO EDITAL

DIVULGAÇÃO DO EDITAL PUBLICAÇÃO	28/05/2025
IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	28/05/2025 a 30/05/2025 (até às 16h00min)
RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO	30/05/2025
PERÍODO DE INSCRIÇÃO Inscrição com envio da documentação no protocolo da Prefeitura Municipal de Piúma, realizada até às 17h:00 horas do último dia de inscrição. Inscrições e documentos recebidos após este horário e esta data não serão aceitos.	28/05/2025 ao dia 11/06/2025
PERÍODO DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO	12/06/2025 a 16/06/2025
RESULTADO PARCIAL - PUBLICAÇÃO DOS HABILITADOS	17/06/2025

RECURSOS	18/05/2025 a 23/06/2025 (até às 16h00min)
PERÍODO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DO RECURSO	24/06/2025 à 25/06/2025
RESULTADO FINAL	27/06/2025

10. DO RESULTADO FINAL

10.1 Deferida a concessão aos (às) atletas aptos (as) conforme o disposto neste edital e após publicação de seus nomes no Diário Oficial da AMUNES, estes (as) serão considerados (as) atletas contemplados (as);

10.2 A concessão da bolsa atleta somente gerará efeitos financeiros para cada atleta contemplado (a) após a publicação do termo de adesão, devidamente assinado pelo (a) beneficiário (a) ou seu (sua) responsável legal;

10.3 Os (as) atletas contemplados (as) que assinarem o termo de adesão no prazo regulamentar e tiverem seus nomes publicados no extrato de adesão na imprensa oficial, serão considerados (as) atletas bolsistas.

11. DOS RECURSOS

11.1 O (A) atleta pleiteante que se sentir prejudicado (a) com a decisão proferida pela Comissão de Avaliação poderá interpor recurso administrativo, com efeito suspensivo, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação da decisão no Diário Oficial da AMUNES, sendo-lhe assegurado (a) vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

11.2 O recurso deverá ser protocolado no setor de Protocolo Geral da Prefeitura de Piúma;

11.3 Somente serão analisados os recursos que tenham sido protocolados dentro do prazo legal e durante horário normal de funcionamento do setor de protocolo do último dia de prazo, não sendo aceitos recursos após esta data;

11.4 Caberá a Comissão de Avaliação, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre recursos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da sua interposição;
11.5 Deferido o resultado, o (a) atleta deverá trazer a cópia do extrato bancário ou outro comprovante bancário, onde conste o nome e número do banco, da agência bancária e da contacorrente onde deverá ser depositado o benefício, em caso de contemplação.

12. DA ASSINATURA DO TERMO DE ADESÃO

12.1 O (A) atleta ou seu (sua) representante legal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para assinatura do termo de adesão após a divulgação do resultado final no Diário Oficial da AMUNES, sob a pena de perda do direito ao benefício, podendo, o prazo aludido, ser dilatado por igual período pela SEMTEL, mediante requerimento justificado da parte interessada;

12.2 O termo de adesão terá suas cláusulas e condições conforme anexo I deste edital;

12.3 O extrato com o nome dos (as) atletas que assinaram o termo de adesão será publicado no Diário Oficial da AMUNES e divulgado no sítio institucional da Prefeitura de Piúma;

12.4 O (A) atleta que não assinar o termo de adesão nos prazos fixados no item 12.1 terá o seu benefício cancelado;

12.5 A SEMTEL não realizará contato com os participantes via e-mail ou por telefone para alertá-los quanto aos prazos de assinatura do termo de adesão, sendo de responsabilidade do atleta o acompanhamento do Diário Oficial da AMUNES bem como nas publicações no sítio institucional e os prazos previstos neste edital.

13. DO PEDIDO DE DESLIGAMENTO DO PROGRAMA

13.1 O (A) atleta ou paratleta, ou seu responsável legal, no caso de menor de 18 anos (dezoito) anos, poderá solicitar o desligamento do Programa Bolsa Atleta Piumense. Ao fazê-lo, o atleta, ou paratleta ou seu responsável legal deverá estar ciente das parcelas ainda a vencer. Além disso, deverá prestar contas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do pedido de desligamento, conforme descrito neste edital.

A não prestação de contas no prazo estabelecido ou, quando apresentada, não for aprovada, implicará na devolução total dos recursos disponibilizados, atualizados monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicada aos débitos para a fazenda Pública Municipal, devidamente corrigidos, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da notificação do devedor, contados da publicação do resumo da decisão final na AMUNES, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

14. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS - BOLSA ATLETA PIUMENSE

14.1 Obrigações da Prestação de Contas conforme art. 17 da Lei 2100/15; Art. 17. O atleta contemplado deverá prestar contas do auxílio financeiro recebido através de documentos oficiais e notas fiscais.

§ 1º A prestação deverá ser aprovada pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, em conjunto com o setor de Esporte Educacional da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Fica definido o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas pelo atleta, ficando consignado que novo auxílio somente será concedido após o mesmo prestar contas daquele anteriormente recebido.

§ 3º Não será concedido novo auxílio financeiro ao atleta que não prestar contas, que tiver suas contas rejeitadas ou que deixar de atender às condições impostas por esta lei.

§ 4º O atleta bolsista deverá apresentar, à comissão de Análise de Programa Bolsa Atleta, prestação de contas em até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela, a qual deverá conter;

I - Declaração própria, ou do responsável se menor

de 18 (dezoito) anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa Atleta foram utilizados para custear despesas de manutenção pessoal e esportiva do atleta beneficiado;

II - Declaração da respectiva entidade desportiva, ou da instituição de ensino caso da categoria estudantil, atestando estar o atleta beneficiado em plena atividade esportiva.

a) 1° Caso de prestação de contas não seja apresentada no prazo estabelecido ou, apresentada, não seja aprovada, o atleta não concorrerá a um novo pleito até que seja regularizada a pendência.

b) 2° Não sendo aprovada a prestação de contas, o atleta ou seu responsável legal deverá restituir os valores recebidos indevidamente, atualizados monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicada aos débitos para a fazenda Pública Municipal, devidamente corrigidos, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da notificação do devedor, contados da publicação do resumo da decisão final na AMUNES, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

§ 5º Fica o atleta responsável por constituir seu portfólio e acervo fotográfico, bem como encaminhá-lo à Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer e ao setor de Esporte Educacional da Secretaria Municipal de Educação, como elemento integrante do procedimento de prestação de contas.

14.2 O valor recebido pelo atleta beneficiado com o Bolsa Atleta Piumense deverá ser utilizado para cobrir gastos com alimentação, assistência médica, odontológica, psicológica, nutricional e fisioterápica, medicamentos, suplementos alimentares, transporte urbano ou para participar de treinamentos e competições, aquisição de material esportivo, vestimenta, pagamento de técnicos e pagamento de mensalidade de academia de ginástica credenciada pelo Conselho Regional de Educação Física;

15. LIMITES FINANCEIROS

15.1 As despesas decorrentes do presente processo seletivo correrão a conta do orçamento próprio da SEMTEL, a cargo da conta de atividade: 00010002.2781200322.089 - CONCESSÃO DE BOLSA ATLETA PIUMENSE / 33504100000 - CONTRIBUIÇÕES / FONTE - 15300000000 / FICHA - 0000435

15.2 A concessão do benefício aos (às) atletas está limitada a existência de dotação orçamentária no exercício correspondente;

15.3 A dotação orçamentária poderá sofrer alterações de acordo com a disponibilidade financeira da administração pública municipal.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A participação no programa Bolsa Atleta Piumense não constituirá vínculo empregatício com o Município de Piúma, nem qualquer outra obrigação de natureza trabalhista;

16.2 Os (As) atletas e paratletas beneficiados (as) por este programa dedicar-se-ão aos estudos enquanto forem discentes, e a prática de esportes;

16.3 É vedada a concessão de mais de 1 (uma) bolsa atleta para o (a) mesmo (a) atleta ou paratleta;

16.4 Os (As) atletas e paratletas que forem beneficiados (as) por este programa deverão assinar um termo de adesão, ou, no caso de menor de 18 (dezoito) anos, seu (sua responsável legal, onde cederá seus direitos de uso de sua imagem e voz para fins específicos de publicidade esportiva ao Município de Piúma, ES para o uso de propagandas e peças promocionais nas mídias que forem produzidas (impressa, eletrônica, digital e funcional; auditiva, visual e audiovisual; interna e externa) enquanto durar seu vínculo com o programa Bolsa Atleta Piumense, abrindo mão de toda e qualquer remuneração a título de contraprestação pela licença de uso de imagem e voz, e se comprometerá a utilizar o brasão do Município de Piúma em seu uniforme, bem como participar de competições e eventos promovidos direta ou indiretamente pela SEMTEL;

16.5 Os casos não previstos neste edital serão decididos pela Comissão de Avaliação do Bolsa Atleta Piumense, sendo a sua decisão soberana e irreversível;

16.6 A simples participação no presente processo seletivo não gera direito a qualquer tipo de indenização ou ressarcimento ao candidato;

16.7 Todos os (as) atletas, antes de sua inscrição, deverão tomar conhecimento da legislação pertinente à matéria, no caso a Lei n° 2.099/2015, com as alterações da Lei n° 2.100/2015, na Lei nº 2.503/2022 e Lei nº 2.519/2022.

16.8 Fica eleito o foro da Comarca de Piúma, Estado do Espírito Santo para serem dirimidas quaisquer questões decorrentes do presente Edital.

Piúma, Es 27 de maio de 2025.

Juares Nery Taylor Neto
Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Lazer

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO nº XXX/2025

Termo de Adesão que entre si celebram, de um lado, o Município de Piúma, Estado do Espírito Santo por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL, adiante denominado Contratante, órgão da Administração Direta do Poder Executivo Municipal inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.695/0001-18, com sede na Avenida Felicindo Lopes nº 238 - Acaiaca Piúma/ES, por meio do Sr.° Secretário de Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, Sr.° Juares Nery Taylor Neto portador da carteira de identidade nº xxxxxxxx, expedida pelo MM/RJ, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxx e de, outro, o Sr.° __ _____ _____, Portador do documento de identidade nº _____ inscrito (a) no CPF sob o nº _____ _____, reside à Rua _____ _____ _____ - ES doravante denominado ATLETA, de acordo com a Lei Municipal nº 2099/2015, que institui o Programa Bolsa Atleta,

aplicáveis subsidiariamente, em conformidade com o processo nº xxxxx/2025, para a concessão de incentivo econômico (Bolsa Atleta), observadas as condições a seguir que, desde já, o (a) ATLETA conhece e aceita a integralmente.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo de adesão à disciplina dos direitos e obrigações do Município, por meio da SEMTEL, e do ATLETA beneficiado com a Bolsa Atleta, na categoria, no valor mensal de R$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxx) visando a regular fruição do incentivo, de modo a possibilitar a continuidade do treinamento e à plena atividade esportiva pelo ATLETA, nos termos da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 Constituem obrigações da SEMTEL:

I - Transferir os recursos financeiros previstos no presente termo de adesão ao ATLETA, observadas as parcelas e a periodicidade contidas no presente instrumento;

II - Apoiar e prestar assistência ao ATLETA;

III - Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução do presente termo de adesão;

IV - Analisar e aprovar as prestações de contas dos recursos transferidos por força deste termo de adesão.

2.2 Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas no edital, constituem obrigações do ATLETA:

I - Executar as ações necessárias à concessão do presente termo de adesão, visando à continuidade do treinamento e à plena atividade esportiva;

II - Aplicar os recursos transferidos pela SEMTEL na execução do objeto do presente termo de adesão;

III - Apresentar à SEMTEL, sempre que solicitado, informações e relatórios das atividades esportivas desenvolvidas pelo ATLETA;

IV - Manter os recursos transferidos pela SEMTEL em conta bancária individualizada e abertos exclusivamente para esse fim;

V - Comunicar imediatamente à SEMTEL qualquer fato que altere as condições iniciais do ALETA para a concessão do incentivo;

VI - Prestar contas à SEMTEL dos recursos que lhe forem transferidos em razão do presente termo de adesão;
VII - Permitir o uso de sua imagem em mensagens publicitárias, anúncios oficiais e participação nos projetos sociais, bem como ostentar os símbolos representativos do Município de Piúma, em seus uniformes e nos demais materiais de divulgação e markenting.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 O valor total dos recursos a serem transferidos pela SEMTEL ao ATLETA está de acordo com o art. 1º da Lei 2099/2015:

Art. 1º Fica instituído a Bolsa Atleta Piumense, destinada aos atletas residentes no Município, participante prioritariamente de esportes olímpicos ou paraolímpico, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades esportivas regulamentadas e reconhecidas pelo Ministério do Esporte.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste artigo, ficam criadas as seguintes categorias de Bolsa Atleta:

I - **Atleta de Base**: benefício financeiro no montante de 960 (novecentos e sessenta) UFMPs - Unidades Fiscais do Município de Piúma, a ser pago em prestações mensais de 80 (oitenta) UFMPs;

II - **Atleta de Rendimento**: benefício financeiro no montante de 1.920 (mil novecentos e vinte) UFMPs, a ser pago em prestações mensais de 160 (cento e sessenta) UFMPs.

III - O valor correspondente ao benefício será encaminhado ao atleta, a serem depositados na conta corrente nº xxxxx, Agência nº xxxxx, do Banco xxxxxx a ser realizada em favor do titular a partir da vigência do presente termo de adesão.

3.2 As despesas decorrentes do presente instrumento correrão á conta do orçamento próprio da SEMTEL, a cargo da conta de atividade 000010002.2781200322.091 - CONCESSÃO DE BOLSA ATLETA PIUMENSE / 33504100000 - CONTRIBUIÇÕES / FONTE - 10010000000 / FICHA - 0000421

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente termo de adesão vigerá por 12 meses, a partir do primeiro dia seguinte a sua assinatura, mantidas as condições iniciais do ATLETA para o recebimento do incentivo;

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

5.1 O presente termo de adesão poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

5.2 Não é permitida a celebração de aditamento deste termo de adesão com alteração substancial do seu objeto.

5.3 As alterações ao presente termo de adesão, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria-Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhado em prazo hábil para análise e parecer.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 Os beneficiários pelo Programa Bolsa Atleta Piumense, prestarão contas dos recursos financeiros recebidos e despendidos a qualquer tempo, quando solicitado pela Comissão de Avaliação do Programa Bolsa Atleta, e, obrigatoriamente, ao término da

bolsa atleta, no prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com as determinações do art. 17 da Lei 2100/15.

Art. 17. Da Lei 2100/15: O atleta contemplado deverá prestar contas do auxílio financeiro recebido através de documentos oficiais e notas fiscais.

§ 1° Fica o atleta responsável por constituir seu portfólio e acervo fotográfico, bem como encaminhá-lo à Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer e ao setor de Esporte Educacional da Secretaria Municipal de Educação, como elemento integrante do procedimento de prestação de contas.

§ 2° A prestação deverá ser aprovada pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, em conjunto com o setor de Esporte Educacional da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3° Fica definido o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a apresentação da prestação de contas pelo atleta, ficando consignado que novo auxílio somente será concedido após o mesmo prestar contas daquele anteriormente recebido.

§ 4° Não será concedido novo auxílio financeiro ao atleta que não prestar contas, que tiver suas contas rejeitadas ou que deixar de atender às condições impostas por esta lei.

6.2 Os gastos da prestação de contas devem estar em conformidade, o valor recebido pelo atleta beneficiado com a Bolsa Atleta Piumense deverá ser utilizado para cobrir os gastos com alimentação, assistência médica, odontológica, psicológica, nutricional e fisioterapia, medicamentos, suplementos alimentares, transporte urbano ou para participar de treinamentos e competições, aquisição de material esportivo, vestimenta, pagamentos de técnicos e pagamento de mensalidade de academia de ginástica credenciada pelo Conselho Regional de Educação Física.

6.3 a prestação de contas deverá conter:

1) Declaração própria, ou do pai ou do responsável, se menor de 18 (dezoito) anos, de que os recursos recebidos a título do Bolsa Atleta foram utilizados para custear as despesas do atleta ou paratleta beneficiado com sua manutenção desportiva;

2) Declaração da respectiva entidade estadual de administração do desporto atestando os resultados obtidos durante o recebimento do benefício, dispensada no caso de Bolsa Atleta na categoria estudantil.

3) No caso de bolsa atleta olímpico/paralímpico apresentar declaração da respectiva entidade nacional de administração do desporto, atestando estar o atleta ou paratleta beneficiado em plena atividade esportiva.

4) Declaração da instituição de ensino atestando frequência do atleta ou paratleta beneficiado, bem como o seu aproveitamento escolar, se for menor de 18 (dezoito) anos ou comprovante de matrícula atual ou do ano do benefício da bolsa;

5) Relatório fotográfico das competições e treinamentos que participou;

6) Ficha Financeira de Gastos Mensal;

6.4. Caso a prestação de contas não seja apresentada no prazo e na forma estabelecida no item 6.1 e 6.2 ou, uma vez apresentada não for aprovada, o atleta beneficiado será intimado, por meio do Diário Oficial da AMUNES, para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação da intimação, recorrer da decisão ou sanar as irregularidades existentes.

6.5. Superando o prazo previsto no item 6.3, caso não sejam sanadas as irregularidades, o benefício (bolsa) será extinto, por meio da decisão motivada da SEMTEL, com o ressarcimento integral à Administração Pública Municipal dos valores recebidos pelo atleta beneficiado, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicada aos débitos para com a Fazenda Pública, devidamente corrigidos, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da notificação do devedor, a contar da publicação do resumo da decisão no Diário Oficial da AMUNES.

6.6. As decisões proferidas pela Comissão de Avaliação no que se refere a aprovação da prestação de contas serão publicadas no Diário Oficial da AMUNES e divulgadas no sítio institucional da Prefeitura de Piúma, devidamente ratificadas pelo ordenador de despesas.

6.7. Compete à Comissão de Avaliação apreciar a justificativa apresentada pelo beneficiário, devendo a decisão ser ratificada pelo ordenador de despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO TERMO DE ADESÃO

7.1. O presente termo de adesão extinguir-se à pela conclusão de seu objeto ou pelo decurso do prazo de sua vigência.

7.2. Também constituem motivo para a extinção do presente termo de adesão, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

I - O ATLETA deixar de satisfazer a quaisquer dos requisitos exigidos para a concessão da Bolsa Atleta;

II - O ATLETA deixar de prestar contas do incentivo recebido, na forma e nos prazos estabelecido;

III - O ATLETA for condenado, por meio de decisão irrecorrível, por uso de ‘’doping’’

IV - For comprovada a utilização de documento ou declaração falsa para obtenção ou manutenção do incentivo

V - Quando forem verificadas quaisquer outras práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública;

VI - A superveniência de norma legal ou regulamentar que torne formal ou materialmente inexequível a continuidade do presente termo de adesão;

7.3. Aplica-se o disposto nesta cláusula sem prejuízo do disposto nas cláusulas sexta e sétima.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As decisões proferidas pela SEMTEL serão publicadas no Diário Oficial da AMUNES e divulgadas no sítio institucional da Prefeitura

8.2. Das decisões proferidas pela SEMTEL, poderá o ATLETA interpor recurso administrativo, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da decisão no Diário Oficial da AMUNES, sendo-lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.3. Os recursos deverão ser dirigidos à Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer devidamente protocolados no protocolo geral da prefeitura.

8.4. A concessão da Bolsa Atleta não gera qualquer vínculo laboral, empregatício, trabalhista, previdenciário ou tributário entre o ATLETA beneficiado e o Município de Piúma.
8.5. Fica eleito o foro da Comarca de Piúma, ES, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente. E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Piúma, ES, XX de XXXX de 2025.

PAULO CELSO COLA
Pereira Prefeito Municipal

JUARES NERY TAYLOR NETO
Secretário Municipal De Turismo, Esporte E Lazer

NOME DO ATLETA CONTEMPLADO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS

Eu, _____ _____ DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº _____, inscrito sob o CPF nº _____, declaro cumprir os requisitos do Edital Bolsa Atleta Piumense, bem como as Leis

Piúma, ES, _____ de _____ de 2025.

_____
ASSINATURA DO ATLETA/PARATLETA

ANEXO IV

AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA BOLSA ATLETA
(Especifico para atletas/paratletas menores de 18 (dezoito) anos)

Eu, _____ _____ (Pais ou responsáveis), DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO nº _____ (data de emissão, órgão expedidor/UF), inscrito sob o CPF nº _____, (pais/responsável por _____ _____ (nome do atleta/paratleta), DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO nº _____ (data de emissão, órgão expedidor/UF), inscrito sob o CPF nº _____, atleta/paratleta da modalidade _____ (modalidade), autorizo a sua candidatura ao Programa Bolsa Atleta Piumense para Apoio à Prática do Esporte, reconhecendo e acatando todas as normas da Lei nº Lei nº 2.099/2015, com as alterações da Lei nº 2.100/2015, na Lei nº 2.503/2022 e Lei nº 2.519/2022, com alterações da Lei nº 2.129/2016 e consoante o Edital nº 01/2022 da Prefeitura Municipal de Piúma, Estado do Espirito Santo.

Piúma, ES, _____de_____ de 2025.

_____
ASSINATURA DO PAI OU RESPONSÁVEL

Protocolo 1559244

Portaria

PORTARIA Nº 26, DE 26 DE MAIO DE 2025.
Dispõe sobre instauração de Processo Administrativo Disciplinar

Piúma/ES, 26 de maio de 2025.
PAULO CELSO COLA PEREIRA
Prefeito Municipal de Piúma/ES

Protocolo 1558879

PORTARIA N.º 27, DE 26 DE MAIO DE 2025.

NOMEIA ENCARREGADOS SETORIAIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

PAULO CELSO COLA PEREIRA, Prefeito Municipal de Piúma, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 102 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 2.693/2023 que "Dispõe sobre a regulamentação no âm- bito do Poder Executivo do Município de Piúma, a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), aprovada pela Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 e dá outras providências;

CONSIDERANDO o art. 7° do Decreto Municipal n.º 2.693/2023 que definiu a estrutura necessária para a implantação e operacionalização da LGPD no Poder Executivo de Piúma/ES.
RESOLVE:

Art.1°. NOMEAR, para fins do art. 41 da Lei Federal n.º 13.709/2018 e em atendimento ao art. 7° do Decreto Municipal n.º 2.693/2023, os Encarregados Setoriais de Proteção de Dados, do Município de Piúma/ES.
Secretaria Municipal de Administração
Titular: José Eduardo Junca - Matrícula n.º 11.036.
Suplente: Tarcício Fernandes Cardoso Bezerra - Matrícula n.º 11.044.
Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento
Titular: Tamires Rodrigues Vieira Martins - Matrícula

n.º 11.851. Suplente: João Otávio de Carvalho Andrade - Matrícula n.º 11.150.

Secretaria Municipal de Educação
Titular: Cathia Muniz Ribeiro - Matrículas n.º. 1182 e 3473.
Suplente: Samiria Ramalhete Rodrigues - Matrícula n.º 11.131.

Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Fabrício Lima Figueiredo - Matrícula n.º 11.138.
Suplente: Mariana Metri Miranda - Matrícula n.º 11.308.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural
Titular: Antônio Alfredo de Angelis - Matrícula n.º 5249.
Suplente: Cleberson de Senna Barboza - Matrícula n.º5214.

Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer
Titular: Angélica de Oliveira Machado - Matrícula n.º 11.657.
Suplente: Regina Lúcia Guimarães Pimentel - Matrícula n.º 4113.

Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Melquisedeque Oliveira Martin - Matrícula n.º 11.093.
Suplente: João Pedro Eduardo Pires Dias - Matrícula n.º 11.077.

Secretaria Municipal de Cultura
Titular: Marcus Vinicius Marinho Pereira dos Santos - Matrícula n.º 11.082.
Suplente: Maria Fernanda de Freitas Barros - Matrícula n.º 11.221.

Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
Titular: Ana Paula Ribeiro - Matrícula n.º 5353.
Suplente: Kétyla Bayerl Marafoni - Matrícula n.º 1608.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento
Titular: Juliana Araújo Teixeira - Matrícula n.º 5.008.
Suplente: Leonardo Nascimento Bourguignon - Matrícula n.º 11.068.

Secretaria Municipal de Governo
Titular: Rayane Gianesele Cardoso do Nascimento - Matrícula n.º 11.135. Suplente: Ícaro Alvarenga do Amaral - Matrícula n.º 11.106.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Titular: Joselaine Vanessa Silveira Costa - Matrícula n.º 11.387.
Suplente: Adenildo Soares Silva Júnior - Matrícula n.º 11.384.

Procuradoria-Geral
Titular: Letícia dos Santos de Oliveira Lopes - Matrícula n.º 11.028.
Suplente: Diego Lopes Martinelli - Matrícula n.º 11.790.

Piúma/ES, 26 de maio de 2025.

PAULO CELSO COLA PEREIRA
Prefeito Municipal de Piúma/ES

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
_____/_____/_____
_____

Protocolo 1558936

PORTARIA N.º 28, DE 26 DE MAIO DE 2025.

NOMEIA O COMITÊ EXECUTIVO DE PROTEÇÃO DE DADOS - CEPD.

PAULO CELSO COLA PEREIRA, Prefeito Municipal de Piúma, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 102 da Lei Orgâ- nica Municipal e,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 2.693/2023 que "Dispõe sobre a regulamentação no âmbito do Poder Executivo do Município de Piúma, a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), aprovada pela Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 e dá outras providências;

CONSIDERANDO o art. 7°, III do Decreto Municipal n.º 2.693/2023 que definiu a estrutura necessária para a implantação e operacionalização da LGPD no Poder Executivo de Piúma/ES.

RESOLVE:
Art.1°. NOMEAR, para fins do art. 41 da Lei Federal n.º 13.709/2018 e em atendimento ao art. 7°, III do Decreto Municipal n.º 2.693/2023, o Comitê Executivo de Proteção de Dados - CEPD.

Secretaria Municipal de Educação
Titular: Cathia Muniz Ribeiro - Matrículas n.º. 1182 e 3473.
Suplente: Samiria Ramalhete Rodrigues - Matrícula n.º 11.131.

Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Fabrício Lima Figueiredo - Matrícula n.º 11.138.
Suplente: Mariana Metri Miranda - Matrícula n.º 11.308.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural
Titular: Antônio Alfredo de Angelis - Matrícula n.º 5249.
Suplente: Cleberson de Senna Barboza - Matrícula n.º 5214.

Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Melquisedeque Oliveira Martin - Matrícula n.º 11.093.
Suplente: João Pedro Eduardo Pires Dias - Matrícula n.º 11.077.

Secretaria Municipal de Administração
Titular: Yasmin Ciciliotti Leite - Matrícula n.º 11.075.
Suplente: João Otávio de Carvalho Andrade - Matrícula n.º 11.150.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria N° 13, de 26 de outubro de 2023.

Piúma/ES, 26 de maio de 2025.

PAULO CELSO COLA PEREIRA
Prefeito do Município de Piúma/ES

Protocolo 1558937

PORTARIA Nº 030 de 26 de maio de 2025
Dispõe sobre a criação da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e execução do Programa Bolsa Atleta no âmbito da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer.
O Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Lazer do município de Piúma, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições legais.
RESOLVE: CONSIDERANDO a necessidade da organização e monitoramento do processo para concessão de recursos do Programa Bolsa Atleta pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, nos termos do Edital 004/2025,
Art. 1º Institui a **Comissão de Acompanhamento e Execução do Programa Bolsa Atleta** no âmbito da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer - SEMTEL.
Art. 2º Designa os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão:
Membros:
MEMBRO: ANDRÉ DA SILVA DE ALVARENGA - Matrícula: nº 5021;
MEMBRO: ELLEN ITALA CARRERA - Matrícula: nº 1167
MEMBRO: JAILSON GONÇALVES MARVILLA - Matrícula: nº 3524
MEMBRO: THAIS BATISTA DE ALMEIDA - Matrícula: nº 11133
MEMBRO: PHILIPPE RIOS WANDERMUREM THOMPSON - Matrícula: nº 5022
Art. 3º SÃO DE RESPONSABILIDADE DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA DOS CAMPEONATO:
I - A comissão de monitoramento do Bolsa Atleta é responsável por acompanhar e avaliar a execução do programa do início ao fim;
II - Acompanhar o processo da Inscrição, Seleção e Publicação dos habilitados para a concessão do Bolsa Atleta;
III - Verificar se os atletas estão cumprindo os requisitos e se os recursos estão sendo utilizados de forma adequada;
IV - Analisar e atestar a prestação de contas de acordo com o manual de prestação de contas do Programa Bolsa Atleta;
V - Colaborar com a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, na organização e fiscalização do processo da concessão do Bolsa Atleta;
VI - Emitir parecer técnico Atas e relatórios quando necessário;
Art. 4º A Comissão poderá se reportar diretamente e a qualquer tempo a Controladoria Geral do Município - CGM e Procuradoria Geral do Município.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Piúma/ES, 26 de maio de 2025.
Juares Nery Taylor Neto
Matrícula 5265
SECRETARIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER

Protocolo 1559191

PORTARIA Nº 29, DE 27 DE MAIO DE 2025
Dispõe sobre a continuidade do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 23, de 30 de abril de 2025, com alteração temporária na composição da Comissão.
Piúma/ES, 27 de maio de 2025.
PAULO CELSO COLA PEREIRA
Prefeito Municipal de Piúma

Protocolo 1559258

Contrato

CONTRATO Nº 84/2025
ID. CIDADES: 2025.056E0700001.10.0069
PROCESSO Nº 3700/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 069/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIÚMA - CNPJ Nº 27.165.695/0001-18
CONTRATADA: MARQUIELES ALVES SILVA - CPF Nº 054.***.***-**
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Oficineiro, na qualidade de Professor/Instrutor, para atuação nas atividades do Novo Projeto Juntos, conforme habilitação obtida através do Edital de Credenciamento nº 001/2025 e seus anexos.
Valor Mensal: R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)
Valor Global: R$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais)
Vigência: 12 (doze) meses
Piúma/ES, 26 de maio de 2025
Paulo Celso Cola Pereira
Prefeito Municipal

Protocolo 1559751

Outros Atos Oficiais

JUSTIFICATIVA

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Art. 31 da Lei 13.019/20214
Inexigibilidade de Chamamento Público, visando à celebração do Termo de Fomento entre o MUNICÍPIO DE PIÚMA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, tendo por objeto a subvenção para realizar a Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender aos alunos/usuários, com objetivo de intervir na realidade das famílias melhorando a qualidade de vida da pessoa com deficiência através de um atendimento especializado, integrando a vida social e comunitária, com fundamento no Art. 3, caput da Lei 13.019/2024.

Protocolo 1559977

Ponto Belo

Decreto

Decreto de Exoneração n°
DEXE 043/ 2025

Prefeito Municipal de Ponto Belo, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Permissivo constante do art. 86, inciso III da Lei Orgânica Municipal, considerando, o que dispõe o art. 7º § 2º e o art. 51 § 2º, alínea a da Lei n° 04, de 07 de janeiro de 31 de janeiro de 1997, e Lei nº 13 de 24 de março de 1997 e Lei nº 48 de 15 de abril de 1998, DECRETA:

Art. 1° - Fica **Exonerado(a)**, a pedido, do cargo **EFETIVO** que ocupa, a partir de: **16 de maio de 2025**, o(a) servidor(a) abaixo relacionado:

Nome: Patricia Vieira Mota Duarte
Cargo: Ajudante de Serviços Publicos

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponto Belo, 16 de maio de 2025
Marcos Coutinho Sant'Aguida do Nascimento
Prefeito Municipal

Protocolo 1559278

Decreto de Exoneração n°
DEXE 044/ 2025

Prefeito Municipal de Ponto Belo, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Permissivo constante do art. 86, inciso III da Lei Orgânica Municipal, considerando, o que dispõe o art. 7º § 2º e o art. 51 § 2º, alínea a da Lei n° 04, de 07 de janeiro de 31 de janeiro de 1997, e Lei nº 13 de 24 de março de 1997 e Lei nº 48 de 15 de abril de 1998, DECRETA:

Art. 1° - Fica **Exonerado(a)**, de oficio, do cargo **EFETIVO** que ocupa, a partir de: **01 de maio de 2025**, o(a) servidor(a) abaixo relacionado:

Nome: Dejuita Maria dos Santos
Cargo: Ajudante de Serviços Publicos

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponto Belo, 01 de maio de 2025
Marcos Coutinho Sant'Aguida do Nascimento
Prefeito Municipal

Protocolo 1559284

Decreto de Exoneração n°
DEXE 045/ 2025

Prefeito Municipal de Ponto Belo, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Permissivo constante do art. 86, inciso III da Lei Orgânica Municipal, considerando, o que dispõe o art. 7º § 2º e o art. 51 § 2º, alínea a da Lei n° 04, de 07 de janeiro de 31 de janeiro de 1997, e Lei nº 13 de 24 de março de 1997 e Lei nº 48 de 15 de abril de 1998, DECRETA:

Art. 1° - Fica **Exonerado**, de oficio, do cargo **COMISSIONADO** que ocupa, a partir de: **01 de maio de 2025**, o(a) servidor(a) abaixo relacionado:

Nome: Jamily Trindade Sampaio
Cargo: Assessor Especial de Gabinete

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponto Belo, 01 de maio de 2025

Marcos Coutinho Sant'Aguida do Nascimento
Prefeito Municipal

Protocolo 1559286

Decreto de Nomeação Comissionados
DECN 052/2025

O Prefeito Municipal de Ponto Belo, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei n° 04, de 07 de janeiro de 1997, e Lei nº 13 de 24 de março de 1997 e Lei nº 48 de 15 de abril de 1998, DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o servidor abaixo relacionado, a partir de: **01 de maio de 2025** para exercer o seguinte cargo Comissionado:

Nome: Lara Freitas Matias
Código:
Cargo: Sub Secretaria

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponto Belo, 01 de maio de 2025

Marcos Coutinho Sant'Aguida do Nascimento
Prefeito Municipal

Protocolo 1559291

Decreto de Nomeação Comissionados

DECN 053/2025

O Prefeito Municipal de Ponto Belo, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei n° 04, de 07 de janeiro de 1997, e Lei nº 13 de 24 de março de 1997 e Lei nº 48 de 15 de abril de 1998, DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o servidor abaixo relacionado, a partir de: **01 de maio de 2025** para exercer o seguinte cargo Comissionado:

Nome: Jamily Trindade Sampaio
Código:
Cargo: Chefe de Divisão

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponto Belo, 01 de maio de 2025

Marcos Coutinho Sant'Aguida do Nascimento
Prefeito Municipal

Protocolo 1559293

Contrato

RESUMO DE CONTRATO Nº 033/2025

Id. Cidades: 2025.057E0700001.16.0002
Processo nº: 055/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO/ES.

REFERENTE: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2025 MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA/ES

CONTRATADO: METRATON EQUIPAMENTOS DE SOM, EVENTOS E LOCAÇÕES EIRELLI EPP, CNPJ nº 08.964.656/0001-36

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PALCO/ESTRUTURAS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO DO PRESENTE CONTRATO.

VALOR GLOBAL: *R$ 178.788,50 (cento e setenta e oito mil setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).*

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 27 DE MAIO DE 2025.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATO Nº 035/2025

Id. Cidades: 2025.057E0700001.16.0003
Processo nº: 055/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO/ES.

REFERENTE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2025 MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA/ES

CONTRATADO:
LEONARDO CAETANO LTDA, CNPJ nº 08.936.394/0001-04

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO DO PRESENTE CONTRATO

VALOR GLOBAL:
R$ 79.911,00 (setenta e nove mil novecentos e onze reais).

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 26 DE MAIO DE 2025.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATO Nº 034/2025

Id. Cidades: 2025.057E0700001.16.0001
Processo nº: 055/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO/ES.

REFERENTE: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2025 MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA/ES

CONTRATADO:
JOELZA BOLDRINI CRISTO FERRARI ME, CNPJ nº 04.101.779/0001-92

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO DO PRESENTE CONTRATO

VALOR GLOBAL: *R$ 192.091,00 (cento e noventa e dois mil e noventa e um reais)*

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 26 DE MAIO DE 2025.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal

Protocolo 1559973

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO/ES

CONTRATO Nº. 0036/2025

REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0022/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 000043

CONTRATADA: WC LOCACOES E SERVICOS LTDA, inscrito no CNPJ: 50.048.589/0001-76

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Locação de Banheiros Químicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, durante a primeira edição do "Festival da Morena - a verdadeira carne de sol do Brasil", a ser realizado nos dias 06,07 e 08 de junho, no Munícipio de Ponto Belo/ES.

VALOR: R$: 43.470,00 (Quarenta e três mil, quatrocentos e setenta reais).
Data da assinatura do contrato: 27/05/2025
Período de vigência: Este contrato vigorará até 31/07/2025 a partir da data de publicação.

PONTO BELO - ES
DATA: 27/05/2025
MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal de Ponto Belo - ES

Protocolo 1559972



Relatórios

MUNICIPIO DE PONTO BELO - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**3.131.000,00**	**555.502,09**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	121.000,00	19.792,45
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.505.000,00	152.126,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.005.000,00	291.038,88
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	92.544,76
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**29.920.000,00**	**10.967.292,99**
2.1 - Cota-Parte FPM	**18.000.000,00**	**5.892.087,49**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.000.000,00	5.892.087,49
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	1.000.000,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	10.800.000,00	4.561.904,03
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	120.000,00	57.720,66
2.4 - Cota-Parte ITR	20.000,00	8.052,77
2.5 - Cota-Parte IPVA	980.000,00	447.528,04
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**33.051.000,00**	**11.522.795,08**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**7.230.000,00**	**2.194.750,08**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**2.478.750,00**	**687.240,17**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**7.532.000,00**	**2.653.760,55**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**7.532.000,00**	**2.653.760,55**
6.1.1- Principal	7.500.000,00	2.632.381,67
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	32.000,00	21.378,88
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT		
6.3.1- Principal		
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**270.000,00**	**437.631,59**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**(6.446,12)**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	(2.648,50)
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	(3.797,62)
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**2.647.314,43**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**7.474.725,32**	**1.145.172,44**	**1.145.172,44**	**1.095.062,77**	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**6.171.500,00**	**1.014.402,93**	**1.014.402,93**	**964.293,26**	
10.1.1 - Educação Infantil	2.471.500,00	460.019,41	460.019,41	433.978,99	
10.1.2- Ensino Fundamental	3.700.000,00	554.383,52	554.383,52	530.314,27	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**1.303.225,32**	**130.769,51**	**130.769,51**	**130.769,51**	
10.2.1- Educação Infantil	83.000,00				
10.2.2- Ensino Fundamental	1.220.225,32	130.769,51	130.769,51	130.769,51	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

MUNICIPIO DE PONTO BELO - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i) (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**1.806.567,77**	**1.806.567,77**	**1.761.564,11**			
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.806.567,77	1.806.567,77	1.761.564,11			
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.412.802,70	1.412.802,70	1.367.799,04			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.857.632,38	1.412.802,70	1.412.802,70	53,24
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL				

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**265.376,05**	**847.192,78**	**847.192,78**	**581.816,73**	**31,92**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**722.268,69**	**(919.417,77)**			**(919.417,77)**	
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	722.268,69	(919.417,77)			(919.417,77)	
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)						

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**4.924.182,04**	**1.088.867,53**	**984.579,78**	**931.478,83**	**104.287,75**
20.1- Educação Infantil	1.582.180,00	193.377,70	176.782,40	168.950,99	16.595,30
20.2- Ensino Fundamental	2.353.400,00	270.875,79	184.938,34	161.270,94	85.937,45
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral	972.602,04	624.614,04	622.859,04	601.256,90	1.755,00
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras	16.000,00				

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**12.398.808,50**	**2.233.977,51**	**2.129.689,93**	**2.026.481,47**	**104.287,58**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**4.538.447,87**	**907.240,26**	**889.931,72**	**847.280,78**	**17.308,54**
21.1.1- Creche	2.075.898,55	414.979,59	407.062,64	387.553,83	7.916,94
21.1.2- Pré-escola	2.462.549,32	492.260,67	482.869,08	459.726,95	9.391,59
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	7.860.360,63	1.326.737,25	1.239.758,21	1.179.200,69	86.979,04

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	984.579,78
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	2.194.750,08
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	581.816,73
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	2.597.513,13

MUNICIPIO DE PONTO BELO - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.880.698,77	2.597.513,13	22,54

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**1.806,52**				**1.806,52**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos					
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	1.806,52				1.806,52
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**790.000,00**	**277.678,94**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**730.000,00**	**271.480,95**
31.1.1 - Salário-Educação	451.000,00	199.017,77
31.1.2 - PDDE	11.000,00	14,10
31.1.3 - PNAE	132.000,00	51.793,54
31.1.4 - PNATE	75.000,00	18.055,76
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	61.000,00	2.599,78
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.000,00	6.197,99
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB		
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**1.391.302,18**	**352.517,62**	**297.552,88**	**255.362,73**	**54.964,74**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	210.820,00	40.134,53	18.051,23	18.051,23	22.083,30
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	650.584,22	160.726,74	131.913,30	89.723,15	28.813,44
32.3- ENSINO MÉDIO	431.000,00	136.038,53	136.038,53	136.038,53	
32.4- ENSINO SUPERIOR	80.000,00				
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	18.897,96	15.617,82	11.549,82	11.549,82	4.068,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**13.794.709,54**	**4.012.243,35**	**3.924.310,85**	**3.838.674,15**	**87.932,50**
33.1- Despesas Correntes	**13.079.925,32**	**3.966.459,13**	**3.878.526,63**	**3.792.889,93**	**87.932,50**
33.1.1- Pessoal Ativo	9.785.000,00	2.517.370,33	2.517.370,33	2.436.971,63	
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	86.400,00	72.000,00	18.000,00	18.000,00	54.000,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	3.208.525,32	1.377.088,80	1.343.156,30	1.337.918,30	33.932,50
33.2- Despesas de Capital	**714.784,22**	**45.784,22**	**45.784,22**	**45.784,22**	
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	714.784,22	45.784,22	45.784,22	45.784,22	

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	(842.312,54)	15.778,36
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.653.760,55	199.017,77
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.761.564,11	73.684,14
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	49.883,90	141.111,99
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	49.883,90	141.111,99

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Controle Social, Emissão: 26/05/2025 , às 14:54:14

MUNICIPIO DE PONTO BELO - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Teodorico Santos de Oliveira Filho
Técnico Contábil

Teodorico Santos de Oliveira Filho
Contador

Teodorico Santos de Oliveira Filho
Contador

MUNICIPIO DE PONTO BELO - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	48.429.826,19
Previsão Atualizada	51.562.909,01
Receitas Realizadas	20.654.693,51
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	4.119.616,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	46.429.826,19
Dotação Atualizada	53.682.524,53
Despesas Empenhadas	17.990.614,69
Despesas Liquidadas	16.880.759,15
Despesas Pagas	16.352.562,41
Superávit Orçamentário	3.773.934,36

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**17.990.614,69**
Despesas Liquidadas	**16.880.759,15**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	47.327.315,87
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	47.327.315,87
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	47.327.315,87

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**8.075.438,69**	**3.904.980,46**	**48,36**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	**(280.421,91)**	**3.650.072,67**	**(1.301,64)**

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**4.758,13**			**4.758,13**
Poder Executivo	4.758,13			4.758,13
Poder Legislativo				
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**4.758,13**			**4.758,13**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	2.597.513,13	<18% / 25%>	22,54
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.412.802,70	70%	53,24
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		50%	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		15%	

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	**4.070.282,50**	**7.591.783,38**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				

MUNICIPIO DE PONTO BELO - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

STN/SICONFI

Em Reais

Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	**96,80**	**59.903,20**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		**2.359,03**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**2.756.646,46**	**15,00**	**23,92**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Teodorico Santos de Oliveira Filho
Técnico Contábil

Teodorico Santos de Oliveira Filho
Contador

Teodorico Santos de Oliveira Filho
Contador

Santa Teresa

Decreto

DECRETO Nº 234/2025

DISPÕE SOBRE A CENTRALIZAÇÃO DAS COMPRAS E INSTITUI A COMISSÃO CENTRALIZADA DE COMPRAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 60, inciso IV, da Lei Orgânica nº 973, de 05 de abril de 1990, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece as diretrizes para criação da centralização das compras junto a Gerência de Compras e institui a Comissão Centralizada de Compras do Município de Santa Teresa/ES.

§ **1º** A centralização das compras abrange o planejamento das aquisições relativas às contratações regidas pela Lei 14.133/21 voltadas aos órgãos e entidades da Administração Pública direta do Poder Executivo Municipal.

§ **2º** A centralização das compras não abrangerá os processos de contratação de obras e serviços de engenharia e os processos regulamentados pela Lei 13.019/14.

Art. 2º A centralização de compras objetiva:

I. A prestação de serviços de processamento de compras, de forma ágil, organizada e padronizada, em favor dos órgãos e das entidades demandantes;
II. A redução de custos e a ampliação da eficiência e da transparência na gestão de compras públicas;
III. Assegurar o mesmo padrão de qualidade, tempo de execução e transparência para atendimento das demandas dos órgãos e das entidades demandantes;
IV. A padronização dos processos, fluxos e procedimentos na realização de compras públicas no âmbito dos órgãos e das entidades abrangidos.

Art. 3º A Secretaria de Administração e Recursos Humanos é o órgão responsável pela instituição da Comissão Centralizada de Compras, competente pela condução e coordenação do planejamento dos processos de compras, atendendo às demandas dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
§ **1º** A Comissão Centralizada de Compras será composta por:
I. Gerente de compras;
II. 06 membros permanentes, designados pela Administração Municipal;

§ **2º** A atuação da Comissão Centralizada de Compras junto às secretarias requisitantes terá início mediante instituição formal por meio de portaria, com a devida nomeação de seus respectivos membros.

Art. 4º Compete a Comissão Centralizada de Compras a execução das seguintes funções:

I. Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, quando couber;
II. Elaboração de Termo de Referência;
III. Gerenciamento do calendário de compras;
IV. Controle das compras compartilhadas encaminhando os e-mails solicitando às secretarias o quantitativo a ser contratado para compras comuns;
V. Atuação junto à Controladoria Geral do Município, fornecendo relatórios, certidões, pareceres e outras informações necessárias para fiscalização;
VI. Desempenho de outras atividades correlatas, quando requisitado pelo Superior Hierárquico.

Art. 5º A Secretaria de Administração e Recursos Humanos e a Procuradoria Jurídica poderão editar normas complementares, expedir orientações e solucionar os casos omissos para o cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 27 de maio de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559778

DECRETO Nº 235/2025

DISPÕE SOBRE AS REGRAS DE ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, DA EQUIPE DE APOIO, DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, DA COMISSÃO CENTRALIZADA DE COMPRAS, DO SETOR DE COMPRAS, DAS SECRETARIAS SOLICITANTES, NO QUE DIZ RESPEITO ÀS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 60, inciso IV, da Lei Orgânica nº 973, de 05 de abril de 1990, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 8º da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º A atuação do agente de contratação, do pregoeiro, da equipe de apoio, da comissão de contratação, da Comissão Centralizada de Compras, da Gerência de Compras, das Secretarias solicitantes no âmbito da administração direta e indireta e das entidades vinculadas ou controladas direta ou indiretamente pelo Poder Executivo, obedecerá ao disposto neste decreto no que diz respeito ao processo de contratação pública, seja por dispensa, inexigibilidade ou licitação.

Art. 2º Para as contratações com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, a utilização das regras e procedimentos da regulamentação federal será obrigatória, exceto

nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa.

CAPÍTULO II
DA DESIGNAÇÃO

Art. 3º O agente de contratação, o pregoeiro, a equipe de apoio e os respectivos substitutos, bem como a comissão de contratação, serão designados, em caráter permanente ou especial, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, observados os requisitos previstos nos arts. 9º e 10 deste Decreto.

Art. 4º A critério da autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, o agente de contratação, o pregoeiro, a equipe de apoio e a comissão de contratação poderão ser designados para uma licitação ou contratação direta específica, para um período determinado ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

Art. 5º Em licitação ou contratação direta que envolva bens ou serviços especiais, o agente de contratação e o pregoeiro poderão ser substituídos por comissão de contratação.

Art. 6º A comissão de contratação será formada por, no mínimo, 3 (três) membros, e será presidida por um deles.

Art. 7º Na licitação na modalidade diálogo competitivo, a comissão de contratação será composta por, no mínimo, 3 (três) membros que sejam, preferencialmente, servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da administração municipal, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico.

Art. 8º Nas contratações que envolvam bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar o agente público responsável pela condução da licitação ou contratação direta.
§ 1º A empresa ou o profissional especializado contratado nos termos do caput assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva do agente de contratação, pregoeiro ou da comissão de contratação, quando esta o substituir.
§ 2º A contratação de terceiros não eximirá a responsabilidade do agente de contratação, pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Art. 9º Os agentes públicos designados para o cumprimento das funções de agente de contratação, pregoeiro, membro da equipe de apoio e membro da comissão de contratação deverão preencher os seguintes requisitos:

I - ser preferencialmente efetivo nos termos da Lei nº 14.133/2021;

II - possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional;

III - não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem ter com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º Para fins do disposto no inciso III, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com o órgão ou com a entidade evidencie significativa probabilidade de novas contratações.

§ 2º A vedação de que trata o inciso III incide sobre o agente público que atue em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento.

§ 3º No caso de agente de contratação ou pregoeiro deverá ser preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da administração pública, devendo ser justificada a impossibilidade de fazê-lo caso exista.

Art. 10 O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:

I - será avaliada na situação fática processual;

II - poderá ser ajustada em razão:
a) da consolidação das linhas de defesa;
b) das características do caso, tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

III - observará as seguintes regras:
a) o agente que atua na fase de planejamento da contratação não atuará na elaboração de minuta de edital e condução do certame;
b) o agente que conduz a licitação não atuará como fiscal do contrato originado de uma licitação que conduziu;
c) o agente que fiscaliza o contrato não atuará na autorização do pagamento daquele contrato do qual é fiscal.

Art. 11 O agente público designado para atuar na fase externa de licitação ou contratação direta e o terceiro que o auxilie, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no art. 9º da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO III
DA SECRETARIA REQUISITANTE

Art. 12 Caberá à Secretaria requisitante, além de outras atribuições descritas em lei, dar início ao

processo administrativo, contendo os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda;

II - pedido de compras formalizado via sistema de gestão.

III - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de pesquisa simplificada de preços com base no valor já executados por anos anteriores com correção de índice inflacionário ou por meio de pesquisa no mercado;

IV - desempenho de outras atividades correlatas.

§ 1º O DFD deve ser elaborado e assinado pelo servidor administrativo da Secretaria requisitante, mediante aprovação do respectivo secretário da pasta.

§ 2º A responsabilidade pela abertura dos processos seguirá a seguinte regra:

I - SMAR - Material de expediente, gráfica, café e açúcar, limpeza, higiene e descartáveis, água mineral, gás de cozinha, móveis de escritório e equipamentos de informática, serviços de locação de impressoras, lanches, equipamentos de proteção individual para servidores.

II - SMOI - Material de construção, elétricos, manilhas, tubos de esgoto, pintura em geral, ferramentas, marmitex, locação de máquinas pesadas e caminhões, uniformes para servidores.

III - SMTR - Combustíveis, lubrificantes, pneus, peças e serviços de manutenção de veículos, contratação de seguros veiculares, placas e vistorias de veículos.

IV - SMED - Merenda escolar, placas e vistoria de ônibus escolares, uniformes e kits escolares e materiais específicos para escolas.

V - SMSA - Medicamentos, materiais odontológicos, materiais médico hospitalares, equipamentos para serviços de saúde, uniformes e materiais para agentes de saúde, placas e vistorias de veículos do transporte sanitário.

VI - SMAS - Cestas básicas, materiais de expediente para programas específicos, oficinas/projetos, fraldas, material de enxoval, serviços e urnas funerárias.

VII - SMTC- Sonorização, banheiros químicos, palco, cadeiras, toldos e estrutura para eventos.

VIII - SMEL - Materiais esportivos, premiações, troféus e medalhas.

IX - SMPE - Obras e Serviços de engenharia.

§ 3º Nos casos de compras comuns as demais secretarias serão responsáveis por encaminhar os seus respectivos Documentos de Formalização de Demandas no prazo de 02 (dois) dias corridos sob pena de responsabilização de servidor responsável pelo setor.

§ 4º Caso o objeto da contratação não se enquadre naqueles descritos no §2º será considerado responsável pela abertura do processo a Secretaria que detiver a competência da prestação de serviço que se relacione com a necessidade em suas atribuições legais.

CAPÍTULO IV
DA COMISSÃO CENTRALIZADA DE COMPRAS

Art. 13 Após o Recebimento do DFD elaborado pela secretaria requisitante, deverá a Comissão Centralizada de Compras dar continuidade ao processo administrativo, elaborando os seguintes documentos:

I - Estudo técnico preliminar, quando couber,

II - Termo de referência;

III - Desempenho de outras atividades correlatas.

§ 2º O ETP deve ser elaborado e assinado pelo membro da comissão e aprovado pelo respectivo Secretário da Pasta.

§ 3º O Termo de Referência deve ser elaborado pelo membro da comissão e aprovado pelo respectivo Secretário da Pasta.

§ 4º Nos casos de compras que demandem conhecimento técnico específico, tais como, informática, sistema, alimentos, medicamentos, entre outros, o servidor responsável pela área técnica, quando não elaborar os documentos da fase do planejamento, aprovará o ETP e TR previamente à aprovação do secretário.

Art. 14 Caberá também a Comissão de Centralização de compras o exercício das seguintes funções:
I - Gerenciar o calendário de compras;

II - Controlar as compras compartilhadas encaminhando os e-mails solicitando às secretarias o quantitativo a ser contratado para compras comuns;

III - Atuar junto à Controladoria Geral do Município, fornecendo relatórios, certidões, pareceres e outras informações necessárias para fiscalização;

IV - Executar outras tarefas afins do Setor de Compras e da Administração Pública;

V - Desempenho de outras atividades correlatas.

Parágrafo único: Após envio do e-mail solicitando os quantitativos, caberá às secretarias responderem no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos.

CAPÍTULO V
DA GERÊNCIA DE COMPRAS

Art. 15 A Gerência de Compras caberá, além de outras atribuições previstas, a elaboração de:
I - Coleta de preços;

II - Mapa de preços;

III - Autorização de empenho e,

IV - Anulação de Autorização de empenho,

V - Desempenho de outras atividades correlatas.

CAPÍTULO VI
DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Art. 16 Caberá à comissão de contratação:
I - substituir o agente de contratação e pregoeiro, no exercício das atribuições constantes no art. 17, quando a licitação ou contratação direta envolver a contratação de bens ou serviços especiais e se for a ela delegada, desde que atendidos os requisitos estabelecidos nos arts. 5º, 9º e 10;

II - conduzir a licitação, na modalidade diálogo competitivo, observado o disposto no art. 17,

III - Desempenho de outras atividades correlatas.

Parágrafo único. Quando substituírem o agente de contratação e pregoeiro, na forma prevista no inciso I do caput, os membros da comissão de contratação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, exceto o membro que expressar posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

CAPÍTULO VII
DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

Art. 17 Caberá ao agente de contratação e pregoeiro tomar decisões, acompanhar o trâmite, dar impulso e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento da fase externa, do certame ou aviso de contratação direta até a homologação, promovendo as seguintes ações:

I - elaborar a minuta de edital ou aviso de contratação direta e remeter o edital ou aviso de contratação direta com sua assinatura para publicação;

II - coordenar os trabalhos da equipe de apoio vinculada ao procedimento licitatório ou contratação direta de sua responsabilidade;

II - requisitar medidas de saneamento, junto à equipe da fase preparatória, destinadas a corrigir impropriedades na documentação ou complementar a instrução do processo, quando necessário;

III - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital ou aviso de contratação direta e aos seus anexos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, ao demandante da licitação ou aviso de contratação direta e ao profissional especializado, quando necessário;

IV - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e dispensa;

V - receber e julgar as propostas da dispensa de licitação;

VI - negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o detentor da melhor proposta;

VII - verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital ou aviso de contratação;

VIII - verificar e julgar as condições de habilitação;

IX - realizar diligências a fim de sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos de habilitação e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e atribuir-lhes eficácia para fins de classificação e habilitação;

X - complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

XI - declarar o vencedor do certame;

XII - receber os recursos interpostos em face de suas decisões, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar sua decisão, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade máxima do órgão ou da entidade para decisão nos termos do §2º do art. 165 da Lei federal nº 14.133, de 2021;

XIII - divulgar e dar ciência aos interessados das decisões adotadas nos procedimentos, encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade máxima do órgão ou da entidade para adjudicação e para homologação;

XIV - propor à autoridade máxima do órgão ou da entidade a revogação, a anulação da licitação e dispensa, ou a aplicação de sanções, quando for o caso;

XV - publicar a ratificação da inexigibilidade, e

XVI - Desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 18 O agente de contratação e o pregoeiro, serão auxiliados pela equipe de apoio, e responderão individualmente pelos atos que praticarem, exceto quando induzidos a erro pela atuação da equipe.

Art. 19 O agente de contratação e o pregoeiro, poderão solicitar esclarecimentos ou manifestação técnica de servidores ou empregados públicos ou de setores do órgão ou da entidade, a fim de embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação e proposta.

§ 1º Os servidores ou empregados públicos, quando demandados, prestarão informações em documentos apartados e devidamente assinados, e responderão pela veracidade e pela precisão de seu conteúdo;

§ 2º O não atendimento das diligências do agente de contratação ou pregoeiro ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo;

§ 3º As diligências de que trata o §2º observarão as normas internas do órgão ou da entidade, inclusive quanto ao fluxo procedimental;

§ 4º A atuação dos servidores ou empregados públicos, de que trata o caput, não eximirá de responsabilidade o agente de contratação e o pregoeiro, exceto quando induzido a erro pelos esclarecimentos ou manifestações recebidas.

Art. 20 O agente de contratação e o pregoeiro,

quando solicitados, prestarão apoio técnico, por meio de informações relevantes, colaborando com o desenvolvimento da fase preparatória da licitação ou aviso de contratação direta.

Art. 21 Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação e o pregoeiro, no exercício de suas atribuições.

CAPÍTULO XIII
DO AUXÍLIO DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO E DE CONTROLE INTERNO

Art. 22 O agente de contratação, o pregoeiro, a equipe de apoio, a comissão centralizada de compras e setor de compras, bem como a comissão de contratação, no desempenho de suas funções, contarão com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

§ 1º - O auxílio de que trata o caput se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas do órgão ou da entidade quanto ao fluxo procedimental;

§ 2º - Sem prejuízo do disposto no §1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterá, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida;

§ 3º - Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação, o pregoeiro e a comissão de contratação deverão considerar eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, as quais somente poderão ser rejeitadas de forma motivada, ressalvados os casos de vinculação expressa do gestor, na forma da lei.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando, parcialmente, o Decreto nº 160/2023, no que se refere aos artigos 4º a 11, bem como as demais disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 27 de maio de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559785

DECRETO Nº 232/2025

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE SANTA TERESA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando o disposto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e estabelece, entre as condicionalidades para o recebimento da complementação-VAAR, a observância de critérios técnicos de mérito e desempenho ou a participação da comunidade escolar na escolha de gestores escolares;

Considerando a Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022, do Ministério da Educação, que define as metodologias de aferição das condicionalidades para fins de distribuição da referida complementação às redes públicas de ensino;

Considerando a solicitação constante do processo interno nº 005700/2025 protocolado pela Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os critérios de seleção para a função de Diretor de unidade de ensino da rede pública municipal de Santa Teresa.

§ **1º** O provimento da função dar-se-á por meio de processo de seleção, conforme disposto no art. 2º deste Decreto.

§ **2º** O cronograma do processo de seleção de Diretor de unidade de ensino será definido por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, do qual deve constar, necessariamente, a constituição de Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo.

§ **3º** As atribuições do Diretor de unidade de ensino são aquelas previstas na Lei Municipal n.º 2.722/2018.

Art. 2º O processo de seleção para a função de Diretor de unidade de ensino envolverá as seguintes etapas:
I - inscrição dos candidatos;
II - comprovação dos requisitos legais e da qualificação profissional,
III - apresentação de Plano de Gestão Escolar, abrangendo os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, conforme modelo constante no Anexo I deste Decreto;
IV- entrevista realizada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Poderão participar do processo seletivo os profissionais do magistério público municipal que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I - ser servidor efetivo da rede municipal de ensino;
II - ter no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício na docência na rede pública municipal de ensino de Santa Teresa/ES;
III - possuir:
a) Licenciatura Plena em Pedagogia;
b) ou Licenciatura Plena em Pedagogia, regulamentada pela Resolução CNE/CP n.º 1, de 15/05/2006;
c) ou Curso Normal Superior com habilitação específica para o magistério.

Parágrafo único. Poderá igualmente assumir a função de Diretor de unidade de ensino, o profissional portador de habilitação de nível superior em áreas da Educação, voltadas à Educação Infantil ou ao Ensino Fundamental.

Art. 4º Estará impedido de participar do processo para a função de Diretor de unidade de ensino o profissional que se enquadrar em qualquer das seguintes situações:
I - não cumprir os prazos estabelecidos no Edital de Seleção;
II - estiver em readaptação funcional provisória e/ou definitiva;
III - estiver licenciado ou afastado para qualquer fim;
IV - tiver sido penalizado com advertência ou suspensão nos 03 (três) anos anteriores à publicação do Edital;
V - tiver sido destituído de cargo de direção após processo administrativo com decisão definitiva;
VI - possuir pendências na prestação de contas de recursos financeiros oriundos das esferas federal, estadual ou municipal.
VII - estiver em estágio probatório.

Art. 5º Os candidatos aprovados para a função de Diretor de unidade de ensino serão nomeados, pelo Chefe do Poder Executivo, respeitada a ordem de classificação, para um mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução por igual período, sem necessidade de novo processo seletivo.

§ **1º** Em caso de desistência, será convocado o candidato habilitado imediatamente subsequente.

§ **2º** Esgotada a lista de aprovados, o Chefe do Executivo poderá nomear, em caráter excepcional e temporário, profissional do magistério que atenda aos requisitos do art. 3º, até a realização de novo processo seletivo.

Art. 6º O Diretor de unidade de ensino perderá o mandato nas seguintes hipóteses:
I - descumprimento das atribuições previstas no § 3º do art. 1º deste Decreto;
II - renúncia;
III - aposentadoria;
IV - falecimento;
V - aplicação de penalidade por meio de processos administrativos;
VI - exoneração;
VII - recebimento de 2 (duas) penalidades de advertência motivadas pelo descumprimento das atribuições, deveres e obrigações previstas no presente Decreto, no Regimento Interno Escolar, na Lei Municipal nº 1.340/2000 e em outras legislações educacionais em vigor, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto n.º 486/2022.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 26 de maio de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I
ESTRUTURA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

I - APRESENTAÇÃO
O Plano de Gestão é um acordo de responsabilização do(a) Diretor(a) Escolar perante a unidade de ensino e a Secretaria Municipal de Educação. É um instrumento que serve de base para a gestão e deverá traduzir as expectativas do candidato para a escola, tendo como parâmetro as dimensões: pedagógica, administrativa e financeira.

Ao elaborar o ***Plano de Gestão*** é fundamental que:
a) Cada candidato à função de Diretor Escolar esteja atento às especificidades da unidade de ensino pleiteada, suas demandas e expectativas;
b) O Plano seja articulado e em consonância com as políticas educacionais da rede municipal;
c) O Plano deve ser elaborado de forma clara e concisa, baseado em diagnóstico da realidade educativa e nos desafios da escola para a qual é candidato. Importante revisitar reflexivamente os resultados pedagógicos da escola na perspectiva de dar respostas aos fatores críticos evidenciados pelos indicadores e que favoreçam o compromisso com o ensino e com os resultados na aprendizagem de todos os estudantes.
d) O Plano explicite o compromisso do(a) candidato(a) com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem dos estudantes desta unidade de ensino. Importante também incluir o relacionamento com os grupos pertencentes à comunidade escolar como a equipe pedagógica e administrativa, o conselho de escola, as famílias e outros.

O Plano de Gestão deverá ser apresentado em papel A4, ter no máximo 15 laudas, devendo ser escrito conforme as normas gerais da ABNT. O texto deve ser escrito em letra Arial, fonte 12, espaçamento de 1,0 cm entre linhas, justificado. Os quadros, gráficos e tabelas devem ser apresentados em fonte Arial 10.

O Plano de Gestão deverá conter:

PLANO DE GESTÃO
I- IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE AO CARGO DE DIRETOR ESCOLAR Nome: _____ Formação acadêmica: _____ Contato telefônico: ( ) _____ E-mail: _____ _____
II- IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO Nome da unidade de ensino: _____ Código Inep: _____ Endereço:_____ Contato telefônico: ( ) _____ E-mail: _____ Etapas e modalidades de ensino ofertadas: Matrícula total: _____ Quantidade de turmas por etapas e modalidades de ensino e turno: Matutino: Vespertino:
III - DIAGNÓSTICO / ÁREAS DE INTERVENÇÃO a) Identificar forças/fragilidades da gestão e sua relação com os resultados da aprendizagem dos estudantes; b) Elencar os Programas/Projetos (federal e municipal) existentes na unidade de ensino.

IV- METAS PROGRAMADAS Descrever as metas programadas da Gestão definindo estratégias e/ou ações de melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos e da comunidade escolar. Em cada dimensão o candidato poderá incluir mais metas inserindo os quadros de acordo com a necessidade. DIMENSÃO: Pedagógica META: AÇÕES: OBJETIVO: PÚBLICO-ALVO: PERÍODO: RECURSOS: AVALIAÇÃO:
DIMENSÃO: Administrativa META: AÇÕES: OBJETIVO: PÚBLICO-ALVO: PERÍODO: RECURSOS: AVALIAÇÃO:
DIMENSÃO: Financeira META: AÇÕES: OBJETIVO: PÚBLICO-ALVO: PERÍODO: RECURSOS: AVALIAÇÃO:
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS: _____
REFERÊNCIAS

Protocolo 1559836

Portaria

PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 100/2025

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL EDITAL/SMAR/Nº 014/2023.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, por meio do SETOR DE RECURSOS HUMANOS, do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.° Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Engenheiro Civil, Edital/SMAR/nº 014/2023, a comparecer no Setor de Recursos Humanos, localizado na Sede da Prefeitura Municipal, Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, 2º andar, Centro, Santa Teresa/ES, **no dia 30 de maio de 2025, pontualmente às 13:00h**, munidos OBRIGATORIAMENTE dos documentos, conforme lista constante nos Anexos desta Portaria, objetivando a contratação em regime de designação temporária.

CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICADOS
32º	Miguel Faé Linhares
33º	Liliane Silva Augusto
34º	Kennedy Aliprandi Santos
35º	Cauan Lucas Silva Santana
36º	Leonel Ulisses Santos Cabral
37º	Lafaete Júnior Fernandes Martins
38º	Djeiny Frohlich Loss

Art. 2.º A convocação visa preencher 01 (uma) vaga de Engenheiro Civil na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 27 de maio de 2025.

FRANCIANE RIBEIRO MALAVASI
SUBSECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Elaborada pela Comissão de Avaliação de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria/SEGOV/Nº 431/2024 , alterada pela Portaria/SEGOV/Nº 215/2025.

ANEXO I DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 100/2025

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA ADMISSÃO
OBRIGATÓRIO APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO NA ORDEM INFORMADA

No ato da contratação, o candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, deverá apresentar OBRIGATORIAMENTE cópia dos seguintes documentos:

- Número de conta (**agência do Município de Santa Teresa**) (Banco do Brasil, Banestes ou Caixa Econômica Federal)
- 01 (uma) Fotos 3x4
- Carteira de Identidade
- CPF do contratado
- PIS/PASEP
- Título de Eleitor e os últimos comprovantes de votação ou Declaração do Cartório Eleitoral
- Carteira de Trabalho (folha onde consta a foto e o verso)
- Comprovante de Residência
- Certificado de Reservista ou Atestado de desobrigado
- Carteira de Motorista (para o cargo de motorista)
- Certidão de Nascimento ou Casamento
- Carteira de vacinação - 2 vias (sendo uma a ser entregue no Setor de Medicina do Trabalho)

- Certidão dos filhos menores de 21 anos
- CPF dos dependentes
- Carteira de vacinação dos filhos até 07 anos
- Declaração de matrícula e frequência escolar dos filhos até 14 anos
- Diploma ou Histórico Escolar
- Inscrição no Conselho Regional de Classe (para cargos de nível superior e técnicos)
- Comprovante de Quitação com o Conselho de Classe
- Atestado de Bons Antecedentes (site: www.sesp.es.gov.br) e se a Carteira de Identidade for de outro Estado, é necessário procurar a Polícia Civil para solicitar o Atestado) ou/ no site www.tjes.jus.br
- Certidão Negativa de Débitos do Município de Santa Teresa (site: www.santateresa.es.gov.br);
- Comprovante de experiência profissional;
- Comprovante de qualificação profissional;
- Número de telefone para contato.

OBS: ***Caso a contratada altere seu nome na Certidão de Casamento***, ***favor apresentar toda documentação atualizada***.
Após o cadastro em folha de pagamento, só serão aceitas alterações de conta bancária para recebimento, mediante apresentação de uma declaração de que não possui débitos no banco atual através de requerimento protocolado pelo funcionário.

ANEXO II DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 100/2025
DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro estar ciente dos Direitos e Obrigações na forma de legislação vigente.

Em cumprimento ao disposto no Artigo 37, incisos XVI e XVII, e na forma disposta no § 10 da Constituição Federal/88, declaro para os devidos fins de direito que:

( ) não exerço cargo, emprego ou função pública na União, nos Estados ou em outros Municípios, respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público.

( ) **NÃO** percebo proventos decorrentes de aposentadoria.
( ) percebo proventos decorrentes de aposentadoria, a partir de ____/_____/____

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro ocupar cargo/função na Administração Pública:
( ) Ativo ( ) Inativo (aposentadoria)
Identificação do Empregador: _____
Vínculo _____ Natureza _____
Local de Exercício ou prestação de serviço _____
Carga horária _____
Escala de Trabalho _____
Data de Posse/Contratação_____

Especificar o(s) cargo(s) que ocupa: _____
_____

Especificar possíveis licenças/afastamentos_____
_____
_____

POR SER verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."
Santa Teresa/ES, ___ de _____de 20___.

_____
Assinatura do(a) servidor(a)

ANEXO III DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 100/2025

DECLARAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Declaro estar ciente dos Direitos e Obrigações na forma de legislação vigente.

Em cumprimento ao disposto no Artigo 19, § 5° da Lei Municipal n° 1.800/07 (estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Teresa), declaro para os devidos fins de direito que:

( ) não possuo bens em meu nome.

( ) possuo bens

Especificar o bem / os bens que possui: _____
_____

POR SER verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

Santa Teresa/ES, ___ de _____de 20___.

_____
Assinatura do(a) servidor(a)

ANEXO IV DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 100/2025
FICHA DE CADASTRAMENTO DE SERVIDOR

Dados Pessoais
Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____
Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
Endereço Residencial: _____
_____Nº_____
Bairro: _____
Cidade:_____ UF:_____
Telefone: (__)_____ E-mail: _____
Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Separado ( ) Viúvo
Cor/Raça: ( ) Nenhuma ( ) Branca ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Preta ( )Viúvo
Escolaridade:_____
Filiação: Pai:_____
Mãe: _____
Conta: Banco:_____ Ag: _____ Op: ( )
Salário ( ) Corrente ( ) Outra:_____

Dependentes
Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: _____ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:_____
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: _____ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:_____
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: _____ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:_____
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: _____ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:_____
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Documentação Pessoal
RG.: nº _____ UF:_____Órgão Emissor:_____ Data da Expedição: ___/___/_____
CPF: _____ Reservista (sexo masculino): _____
CTPS: nº _____ Serie:_____
UF:_____ Data de Emissão: ___/___/_____
Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____ Data da Expedição:___/___/_____
Carteira de Trabalho: nº_____
Série:_____ Data de Emissão: _____/_____/___
P I S / P A S E P : _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ C N H : _____ Categoria: _____ Emissão: ___/___/

Nº do Registro do Conselho: _____
Emissão:___/___/___ Validade: ___/_____/_____

CONTINUAÇÃO DO ANEXO IV DA PORTARIA/ SMAR/SUB.RH Nº 100/2025

Dados Funcionais
Data de Admissão/Posse: ___/___/_____
Cargo:_____
Função:_____
_____ Zona: ( ) Urbana ( ) Rural
Descrição sucinta das atividades desenvolvidas:___
_____
Vínculo: ( ) Efetivo ( ) Comissionado ( ) Contratado ( ) Celetista ( ) Estagiário/Bolsista
Secretaria:_____
Setor:_____
Endereço:_____
_____Nº:_____
Bairro: _____ Cidade: _____ UF.: _____
Telefone: ( ) _____ E-mail: _____
Carga Horária Semanal: ( ) 20 hrs ( ) 30 hrs. ( ) 40 hrs. ( ) Outros: _____
Horário de Expediente: Entrada: ___:___ Saída: ____:____
Intervalo de Almoço: Saída: ___:____ Retorno: ____:____
Turno: ( ) Diurno ( ) Noturno Escala: ( ) Sim ( ) Não Tipo:_____

TERMO DE RESPONSABILIDADE, CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA
Eu, _____ _____, portador do CPF nº_____, lotado na _____ _____ afirmo que todas as informações acima são verdadeiras e me responsabilizo a atualizar os meus dados cadastrais, junto ao Setor de Recursos Humanos ou Setor de Medicina do Trabalho da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, sempre que houver alterações tais como: estado civil e atualização de documentação pessoal, escolaridade, mudança de setor e afins. Sob pena incorrer nas sanções penais previstas no art. 299 do Decreto Lei nº 2.848 de 1940 (Código Penal Brasileiro).
Declaro ainda que estou ciente e concordo com as disposições contidas no Código de Ética do Servidor Público Municipal - Decreto Municipal nº 505/2021.

Santa Teresa - ES, _____ de _____ de 20____

_____
Assinatura do Servidor

Observações:
Todas as informações preenchidas neste formulário deverão ser comprovadas mediante cópias dos documentos e os dados pessoais do(a) servidor(a) na Certidão de Casamento/Nascimento deverão conferir com os documentos pessoais.
Para comprovar o número do PIS/PASEP deverá ser apresentado o extrato previdenciário disponibilizado pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou INSS.
• Dependentes
É obrigatório apresentação das cópias da certidão de nascimento e do CPF.
Para os dependentes de IRRF acima de 21 (vinte e um) anos, deverão ser apresentados documentos que

comprovem o vínculo escolar, no caso de dependente estudante, ou qualquer documento que comprove a situação de dependente para fins de IRRF previsto em Lei.
Para os dependentes para fins de pagamento de Salário Família, deverá ser entregue a cópia da carteira de vacinação das crianças de 0 (zero) a 07 (sete) anos e cópia de declaração de matricula e frequência escolar.

Protocolo 1559242

PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 101/2025

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL EDITAL/SMAR/Nº 007/2024.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, por meio do SETOR DE RECURSOS HUMANOS, do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.° Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Assistente Social Edital/SMAR/nº 007/2024, a comparecer no Setor de Recursos Humanos, localizado na Sede da Prefeitura Municipal, Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, 2º andar, Centro, Santa Teresa/ES **no dia 02 de junho de 2025**, **pontualmente no horário disposto abaixo**, munidos OBRIGATORIAMENTE dos documentos, conforme lista constante nos Anexos desta Portaria, objetivando a contratação em regime de designação temporária.

ASSISTENTE SOCIAL	
HORÁRIO: 09:00 HORAS	Vagas Disponibilizadas: 02 vagas
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS
33º	Maria da Penha dos Santos Feu
34º	Marisley Santana de Jesus
35º	Valesca Entringer
36º	Rosa Amelia Speroto
37º	Sara Samir Subhi Jadalla
38º	Teyliana Ribett Tavares
39º	Bárbara de Souza Lima
40º	Paulo Cezar Ribeiro Pereira
41º	Maria da Penha Alves de Oliveira
42º	Carlos Rodolfo Gonçalves Fruhch
43º	Alexia Matos Cardoso Vilela
44º	Natália de Souza Brito
45º	Maria da Penha Rangel

Art. 2.º A convocação visa preencher 02 (duas) vagas de Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 27 de maio de 2025.
FRANCIANE RIBEIRO MALAVASI
SUBSECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

Elaborada pela Comissão de Avaliação de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria/SEGOV/Nº 431/2024, alterada pela Portaria/SEGOV/Nº215/2025.

ANEXO I DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 101/2025

No ato da contratação, o candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:
- Número de conta (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Banestes)
- 01 (uma) Fotos 3x4
- Carteira de Identidade
- CPF do contratado
- PIS/PASEP
- Título de Eleitor e os últimos comprovantes de votação ou Declaração do Cartório Eleitoral
- Carteira de Trabalho (folha onde consta a foto e o verso)
- Comprovante de Residência
- Certificado de Reservista ou Atestado de desobrigado
- Carteira de Motorista (para o cargo de motorista)
- Certidão de nascimento ou casamento
- Carteira de vacinação - 2 vias (sendo uma a ser entregue no Setor de Medicina do Trabalho)
- Certidão dos filhos menores de 21 anos
- CPF dos dependentes
- Carteira de vacinação dos filhos até 07 anos
- Declaração de matrícula e frequência escolar dos filhos até 14 anos
- Diploma ou Histórico Escolar
- Inscrição no Conselho Regional de Classe (para cargos de nível superior e técnicos)
- Comprovante de Quitação com o Conselho de Classe
- Certificado na área específica
- Atestado de Bons Antecedentes (site: **www.sesp.es.gov.br**) e se a Carteira de Identidade for de outro Estado, é necessário procurar a Polícia Civil para solicitar o Atestado) ou/ no site **www.tjes.jus.br**
- Certidão Negativa de Débitos do Município de Santa Teresa (site: www.santateresa.es.gov.br)
- Número de telefone para contato

OBS: ***Caso a contratada altere seu nome na Certidão de Casamento, favor apresentar toda documentação atualizada***.

ANEXO II DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 101/2025
DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro estar ciente dos Direitos e Obrigações na forma de legislação vigente.

Em cumprimento ao disposto no Artigo 37, incisos XVI e XVII, e na forma disposta no § 10 da Constituição Federal/88, declaro para os devidos fins de direito que:

( ) não exerço cargo, emprego ou função pública na União, nos Estados ou em outros Municípios, respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público.

( ) **NÃO** percebo proventos decorrentes de aposentadoria.
( ) percebo proventos decorrentes de aposentadoria, a partir de ___/_____/___

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro ocupar cargo/função na Administração Pública:
( ) Ativo ( ) Inativo (aposentadoria)
Identificação do Empregador: _____
Vínculo _____ Natureza _____
Local de Exercício ou prestação de serviço _____
Carga horária _____
Escala de Trabalho _____
Data de Posse/Contratação_____

Especificar o(s) cargo(s) que ocupa: _____
_____

Especificar possíveis licenças/afastamentos_____
_____
_____

POR SER verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

Santa Teresa/ES, ___ de _____de 20___.

_____
Assinatura do(a) servidor(a)

ANEXO III DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 101/2025

DECLARAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Declaro estar ciente dos Direitos e Obrigações na forma de legislação vigente.

Em cumprimento ao disposto no Artigo 19, § 5° da Lei Municipal n° 1.800/07 (estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Teresa), declaro para os devidos fins de direito que:

( ) não possuo bens em meu nome.

( ) possuo bens

Especificar o bem / os bens que possui: _____
_____

POR SER verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

Santa Teresa/ES, ___ de _____de 20___.

_____
Assinatura do(a) servidor(a)

ANEXO IV DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 101/2025

FICHA DE CADASTRAMENTO DE SERVIDOR

Dados Pessoais
Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____
Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
Endereço Residencial: _____
_____Nº_____
Bairro: _____
Cidade:_____ UF:_____
Telefone: (__)_____ E-mail: _____
Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Separado ( ) Viúvo
Cor/Raça: ( ) Nenhuma ( ) Branca ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Preta ( )Viúvo
Escolaridade:_____
Filiação: Pai:_____
Mãe: _____
Conta: Banco:_____ Ag: _____ Op: ( )
Salário ( ) Corrente ( ) Outra:_____

Dependentes
Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: _____ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:_____
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: _____ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:_____
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: _____ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:_____
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: _____ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:_____
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Documentação Pessoal
RG.: nº _____ UF:_____Órgão Emissor:_____ Data da Expedição: ___/___/_____
CPF: _____ Reservista (sexo masculino): _____
CTPS: nº _____ Serie:_____
UF:_____ Data de Emissão: ___/___/_____
Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____ Data da Expedição:___/___/_____
Carteira de Trabalho: nº_____
Série:_____ Data de Emissão: _____/_____/___
P I S / P A S E P : _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ C N H : _____ Categoria: _____ Emissão: ___/___/
Nº do Registro do Conselho: _____
Emissão:___/___/___ Validade: ___/_____/_____

CONTINUAÇÃO DO ANEXO IV DA PORTARIA/ SMAR/SUB.RH Nº 101/2025

Dados Funcionais
Data de Admissão/Posse: ___/___/_____
Cargo:_____
Função:_____ _____ Zona: ( ) Urbana ( ) Rural
Descrição sucinta das atividades desenvolvidas:___ _____
_____
Vínculo: ( ) Efetivo ( ) Comissionado ( ) Contratado ( ) Celetista ( ) Estagiário/Bolsista
Secretaria:_____
Setor:_____
Endereço:_____ _____Nº:_____
Bairro: _____ Cidade: _____ UF.: _____
Telefone: ( ) _____ E-mail: _____
Carga Horária Semanal: ( ) 20 hrs ( ) 30 hrs. ( ) 40 hrs. ( ) Outros: _____
Horário de Expediente: Entrada: ___:___ Saída: ____:____
Intervalo de Almoço: Saída: ___:____ Retorno: ____:____
Turno: ( ) Diurno ( ) Noturno Escala: ( ) Sim ( ) Não Tipo:_____

TERMO DE RESPONSABILIDADE, CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA
Eu, _____ _____, portador do CPF nº_____, lotado na _____ _____ afirmo que todas as informações acima são verdadeiras e me responsabilizo a atualizar os meus dados cadastrais, junto ao Setor de Recursos Humanos ou Setor de Medicina do Trabalho da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, sempre que houver alterações tais como: estado civil e atualização de documentação pessoal, escolaridade, mudança de setor e afins. Sob pena incorrer nas sanções penais previstas no art. 299 do Decreto Lei nº 2.848 de 1940 (Código Penal Brasileiro).
Declaro ainda que estou ciente e concordo com as disposições contidas no Código de Ética do Servidor Público Municipal - Decreto Municipal nº 505/2021.

Santa Teresa - ES, _____ de _____ de 20____

_____
Assinatura do Servidor

Observações:
Todas as informações preenchidas neste formulário deverão ser comprovadas mediante cópias dos documentos e os dados pessoais do(a) servidor(a) na Certidão de Casamento/Nascimento deverão conferir com os documentos pessoais.
Para comprovar o número do PIS/PASEP deverá ser apresentado o extrato previdenciário disponibilizado pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou INSS.
• Dependentes
É obrigatório apresentação das cópias da certidão de nascimento e do CPF.
Para os dependentes de IRRF acima de 21 (vinte e um) anos, deverão ser apresentados documentos que comprovem o vínculo escolar, no caso de dependente estudante, ou qualquer documento que comprove a situação de dependente para fins de IRRF previsto em Lei.
Para os dependentes para fins de pagamento de Salário Família, deverá ser entregue a cópia da carteira de vacinação das crianças de 0 (zero) a 07 (sete) anos e cópia de declaração de matricula e frequência escolar.

Protocolo 1559245

Aditivo

RESUMO DO DÉCIMO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº003/2016

LOCADOR: O Município de Santa Teresa/ES.
LOCADOR: Jair Ruberto Goroncio.
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência contratual, constante da Cláusula Segunda do Contrato de Locação 003/2016, que passará a ser de 20 de maio de 2025 e término em 19 de maio de 2026, podendo ser prorrogado a critério da administração, observando o que dispõe a legislação pertinente.
VALOR: Receberá o valor global de R$ 22.371,65 (vinte e dois mil trezentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), em 12 (doze) parcelas, mensais e consecutivas no valor de R$ 1.864,30 (um mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos), deduzidos os encargos legais.
PROCESSO Nº: 4729/2025.
Santa Teresa/ES, 19 de maio de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559124

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2022
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES, Instituição Financeira de Economia Mista.
OSC: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES - "IPGC".

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da redação da cláusula referente à VIGÊNCIA da cooperação estabelecida.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA
2.1. A CLÁUSULA SÉTIMA passará a vigorar com a seguinte dicção:
"7.1 - O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante comum acordo entre as PARTES, nos termos das normas legais pertinentes."
2.2. Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência estendida por mais 36 meses adicionais, contados a partir da data de encerramento do acordo principal, permanecendo vigente, portanto, até o dia 28 de novembro de 2027.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS
3.1. Todas as demais cláusulas e condições estipuladas no acordo original que não conflitarem com o presente termo aditivo permanecerão inalteradas e em pleno vigor durante o período de prorrogação estabelecido.
Santa Teresa/ES, 12 de novembro de 2024.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1559206

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 078/2024
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADA: GESTTO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorrogar o prazo de vigência contratual, inicialmente pactuado entre as partes, por mais 1 (um) ano, de 18 de maio de 2025 para até 17 de maio de 2026, podendo ser prorrogado a critério da administração.
PROCESSO Nº: 4806/2025.
Santa Teresa/ES, 16 de maio de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1559208

www.amunes.org.br
AMUNES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO

Relatórios

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**159.486.600,00**	**159.573.390,00**	**24.492.587,68**	**15,35**	**49.776.638,25**	**31,19**	**109.796.751,75**
RECEITAS CORRENTES	154.225.000,00	154.311.790,00	24.318.370,04	15,76	49.127.928,19	31,84	105.183.861,81
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	17.055.895,00	17.055.895,00	1.963.742,01	11,51	4.020.445,87	23,57	13.035.449,13
Impostos	16.130.340,00	16.130.340,00	1.868.192,18	11,58	3.845.153,59	23,84	12.285.186,41
Taxas	925.555,00	925.555,00	95.549,83	10,32	175.292,28	18,94	750.262,72
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1.760.370,00	1.760.370,00	301.099,61	17,10	595.836,85	33,85	1.164.533,15
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.760.370,00	1.760.370,00	301.099,61	17,10	595.836,85	33,85	1.164.533,15
RECEITA PATRIMONIAL	3.719.361,04	3.719.361,04	1.087.188,33	29,23	2.093.122,78	56,28	1.626.238,26
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	3.690.835,74	3.690.835,74	1.082.714,39	29,34	2.083.780,99	56,46	1.607.054,75
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au	28.525,30	28.525,30	4.473,94	15,68	9.341,79	32,75	19.183,51
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	288.281,47	288.281,47	38.359,10	13,31	88.596,65	30,73	199.684,82
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	288.281,47	288.281,47	38.359,10	13,31	88.596,65	30,73	199.684,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	131.249.692,49	131.336.482,49	20.915.389,07	15,93	42.211.911,46	32,14	89.124.571,03
Transferências da União e de suas Entidades	67.035.798,70	67.122.588,70	9.338.811,91	13,91	19.796.253,55	29,49	47.326.335,15
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	41.321.770,94	41.321.770,94	7.628.843,28	18,46	14.580.446,04	35,29	26.741.324,90
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	806.171,00	806.171,00	84.985,52	10,54	252.098,57	31,27	554.072,43
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	22.085.951,85	22.085.951,85	3.862.748,36	17,49	7.583.113,30	34,33	14.502.838,55
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	151.400,00	151.400,00	12.591,92	8,32	118.014,58	77,95	33.385,42
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			916,96		916,96		(916,96)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	150.400,00	150.400,00	11.674,96	7,76	117.097,62	77,86	33.302,38
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00					1.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.261.600,00	5.261.600,00	174.217,64	3,31	648.710,06	12,33	4.612.889,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	441.600,00	441.600,00					441.600,00
Alienação de Bens Móveis	441.600,00	441.600,00					441.600,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.820.000,00	4.820.000,00	174.217,64	3,61	648.710,06	13,46	4.171.289,94
Transferências da União e de suas Entidades	1.240.000,00	1.240.000,00					1.240.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.580.000,00	3.580.000,00	174.217,64	4,87	648.710,06	18,12	2.931.289,94
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**159.486.600,00**	**159.573.390,00**	**24.492.587,68**	**15,35**	**49.776.638,25**	**31,19**	**109.796.751,75**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	159.486.600,00	159.573.390,00	24.492.587,68	15,35	49.776.638,25	31,19	109.796.751,75
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	159.486.600,00	159.573.390,00	24.492.587,68	15,35	49.776.638,25	31,19	109.796.751,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	9.831.227,83	—	—	9.831.227,83	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	9.831.227,83	—	—	9.831.227,83	100,00	—

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**159.486.600,00**	**169.404.617,83**	**14.635.357,77**	**77.663.660,19**	**91.740.957,64**	**21.534.733,24**	**35.937.963,85**	**133.466.653,98**	**35.263.919,77**
DESPESAS CORRENTES	140.282.758,77	142.216.792,83	14.543.579,44	67.753.256,53	74.463.536,30	19.385.916,78	33.559.158,47	108.657.634,36	32.932.758,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	62.001.687,10	62.335.158,22	8.838.697,37	17.161.311,89	45.173.846,33	8.785.212,74	16.426.302,64	45.908.855,58	15.946.920,61
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	20.000,00	(13.897,99)	6.102,01	13.897,99	3.070,02	6.102,01	13.897,99	6.102,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	78.261.071,67	79.861.634,61	5.718.780,06	50.585.842,63	29.275.791,98	10.597.634,02	17.126.753,82	62.734.880,79	16.979.735,57
DESPESAS DE CAPITAL	17.661.591,23	25.645.575,00	91.778,33	9.910.403,66	15.735.171,34	2.148.816,46	2.378.805,38	23.266.769,62	2.331.161,58
INVESTIMENTOS	17.541.591,23	25.525.575,00	175.343,74	9.873.969,07	15.651.605,93	2.130.509,12	2.342.370,79	23.183.204,21	2.294.726,99
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	120.000,00	120.000,00	(83.565,41)	36.434,59	83.565,41	18.307,34	36.434,59	83.565,41	36.434,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.542.250,00	1.542.250,00			1.542.250,00			1.542.250,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**159.486.600,00**	**169.404.617,83**	**14.635.357,77**	**77.663.660,19**	**91.740.957,64**	**21.534.733,24**	**35.937.963,85**	**133.466.653,98**	**35.263.919,77**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	159.486.600,00	169.404.617,83	14.635.357,77	77.663.660,19	91.740.957,64	21.534.733,24	35.937.963,85	133.466.653,98	35.263.919,77

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—		—	13.838.674,40		14.512.718,48
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	159.486.600,00	169.404.617,83	14.635.357,77	77.663.660,19	91.740.957,64	21.534.733,24	49.776.638,25	133.466.653,98	49.776.638,25
RESERVA DO RPPS			—	—			—		—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES							
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS									
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS									
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Gabinete Do Prefeito, Emissão: 20/05/2025 , às 12:56:44

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

FL	**RUBRICA**
Nº PROCESSO	

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

STN/SICONFI

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**159.486.600,00**	**169.404.617,83**	**14.635.357,77**	**77.663.660,19**	**100,00**	**91.740.957,64**	**21.534.733,24**	**35.937.963,85**	**100,00**	**133.466.653,98**
Legislativa	**6.442.120,70**	**6.442.120,70**	**1.144.771,71**	**2.141.308,53**	**2,76**	**4.300.812,17**	**649.165,64**	**1.285.335,12**	**3,58**	**5.156.785,58**
Ação Legislativa	6.442.120,70	6.442.120,70	1.144.771,71	2.141.308,53	2,76	4.300.812,17	649.165,64	1.285.335,12	3,58	5.156.785,58
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**17.886.343,00**	**19.320.712,23**	**1.807.793,89**	**8.473.660,60**	**10,91**	**10.847.051,63**	**2.345.909,39**	**4.198.425,36**	**11,68**	**15.122.286,87**
Planejamento e Orçamento	1.431.000,00	1.477.758,56	133.505,55	214.523,88	0,28	1.263.234,68	88.264,70	159.283,03	0,44	1.318.475,53
Administração Geral	10.125.568,00	10.591.989,18	789.216,08	4.366.846,55	5,62	6.225.142,63	1.447.444,79	2.665.511,86	7,42	7.926.477,32
Administração Financeira	1.149.400,00	1.149.730,00	94.482,51	334.293,06	0,43	815.436,94	127.603,73	266.227,59	0,74	883.502,41
Controle Interno	159.475,00	157.635,00	27.230,15	53.993,08	0,07	103.641,92	27.230,15	53.993,08	0,15	103.641,92
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos	11.000,00	12.546,00		6.546,00	0,01	6.000,00	6.546,00	6.546,00	0,02	6.000,00
Administração de Receitas	958.400,00	1.200.831,53	127.352,76	362.947,26	0,47	837.884,27	124.326,20	229.851,43	0,64	970.980,10
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções	4.051.500,00	4.730.221,96	636.006,84	3.134.510,77	4,04	1.595.711,19	524.493,82	817.012,37	2,27	3.913.209,59
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública	**163.650,00**	**163.650,00**	**13.401,70**	**26.421,27**	**0,03**	**137.228,73**	**13.401,70**	**26.421,27**	**0,07**	**137.228,73**
Policiamento										
Defesa Civil	103.450,00	103.450,00	13.401,70	26.421,27	0,03	77.028,73	13.401,70	26.421,27	0,07	77.028,73
Informação e Inteligência	60.200,00	60.200,00				60.200,00				60.200,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**5.853.965,00**	**7.796.069,24**	**679.224,01**	**4.166.616,15**	**5,36**	**3.629.453,09**	**883.119,69**	**1.757.196,62**	**4,89**	**6.038.872,62**
Assistência ao Idoso	286.000,00	285.200,00	34.438,86	71.601,34	0,09	213.598,66	35.020,71	69.661,33	0,19	215.538,67
Assistência ao Portador de Deficiência	660.215,00	660.215,00		615.687,00	0,79	44.528,00		307.843,50	0,86	352.371,50
Assistência à Criança e ao Adolescente	114.800,00	130.611,75	14.825,95	33.937,70	0,04	96.674,05	15.230,95	31.042,70	0,09	99.569,05
Assistência Comunitária	574.200,00	604.200,00	37.020,00	254.341,59	0,33	349.858,41	38.623,50	68.847,00	0,19	535.353,00
Administração Geral	2.068.900,00	3.589.989,36	203.004,15	2.377.526,40	3,06	1.212.462,96	461.635,93	665.917,76	1,85	2.924.071,60
Demais Subfunções	2.149.850,00	2.525.853,13	389.935,05	813.522,12	1,05	1.712.331,01	332.608,60	613.884,33	1,71	1.911.968,80
Previdência Social										
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saúde	**45.294.733,51**	**47.271.337,25**	**2.282.371,80**	**30.220.607,09**	**38,91**	**17.050.730,16**	**6.536.462,57**	**11.511.778,60**	**32,03**	**35.759.558,65**
Atenção Básica	9.691.101,00	10.636.805,52	1.320.394,72	3.568.780,36	4,60	7.068.025,16	1.384.778,52	2.717.681,90	7,56	7.919.123,62
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	31.095.976,87	32.220.885,71	474.018,85	24.586.776,23	31,66	7.634.109,48	4.431.530,13	7.490.289,27	20,84	24.730.596,44
Suporte Profilático e Terapêutico	513.899,00	513.899,00	51.297,17	209.813,15	0,27	304.085,85	87.724,80	142.694,18	0,40	371.204,82
Vigilância Sanitária	570.100,00	564.083,65	46.875,21	244.552,60	0,31	319.531,05	66.558,10	123.303,31	0,34	440.780,34
Vigilância Epidemiológica	1.365.528,04	1.460.485,87	186.596,97	571.905,88	0,74	888.579,99	203.519,49	360.744,12	1,00	1.099.741,75
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	2.053.128,60	1.870.177,50	203.188,88	1.038.778,87	1,34	831.398,63	362.351,53	677.065,82	1,88	1.193.111,68
Demais Subfunções	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**45.293.997,66**	**47.466.883,36**	**4.028.913,94**	**16.566.423,03**	**21,33**	**30.900.460,33**	**6.761.209,03**	**10.201.002,08**	**28,39**	**37.265.881,28**
Ensino Fundamental	23.970.519,98	24.456.788,95	1.764.734,51	7.096.867,77	9,14	17.359.921,18	3.404.200,49	5.331.859,95	14,84	19.124.929,00
Ensino Médio	1.900.000,00	1.980.353,59	118.000,00	646.357,29	0,83	1.333.996,30	281.994,06	281.994,06	0,78	1.698.359,53
Ensino Profissional										
Ensino Superior	570.875,00	570.875,00	58.545,64	258.759,95	0,33	312.115,05	78.631,86	128.731,58	0,36	442.143,42
Educação Infantil	13.509.980,60	15.283.082,24	998.137,18	5.696.253,43	7,33	9.586.828,81	2.220.345,00	3.248.476,97	9,04	12.034.605,27
Educação de Jovens e Adultos	50.800,00	50.800,00				50.800,00				50.800,00
Educação Especial	1.206.100,00	1.206.100,00	169.559,71	318.828,57	0,41	887.271,43	195.685,40	297.835,27	0,83	908.264,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Educação Básica										
Administração Geral	3.055.440,08	2.215.675,42	360.887,11	1.179.146,97	1,52	1.036.528,45	436.912,62	736.327,65	2,05	1.479.347,77
Demais Subfunções	1.030.282,00	1.703.208,16	559.049,79	1.370.209,05	1,76	332.999,11	143.439,60	175.776,60	0,49	1.527.431,56
Cultura	**587.365,15**	**597.365,15**		**10.000,00**	**0,01**	**587.365,15**		**10.000,00**	**0,03**	**587.365,15**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	194.265,15	204.265,15		10.000,00	0,01	194.265,15		10.000,00	0,03	194.265,15
Difusão Cultural	393.100,00	393.100,00				393.100,00				393.100,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo	**15.343.796,68**	**16.950.300,83**	**2.324.535,17**	**5.818.910,14**	**7,49**	**11.131.390,69**	**1.667.912,67**	**2.654.388,62**	**7,39**	**14.295.912,21**
Infra-Estrutura Urbana	3.845.226,68	5.451.730,83	257.874,02	1.488.097,70	1,92	3.963.633,13	256.700,55	256.700,55	0,71	5.195.030,28
Serviços Urbanos	11.498.570,00	11.498.570,00	2.066.661,15	4.330.812,44	5,58	7.167.757,56	1.411.212,12	2.397.688,07	6,67	9.100.881,93
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação	**1.000,00**	**1.000,00**				**1.000,00**				**1.000,00**
Habitação Rural										
Habitação Urbana	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento	**1.946.000,00**	**1.886.000,00**		**1.422.467,95**	**1,83**	**463.532,05**	**331.009,01**	**697.381,12**	**1,94**	**1.188.618,88**
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano										
Administração Geral										
Demais Subfunções	1.946.000,00	1.886.000,00		1.422.467,95	1,83	463.532,05	331.009,01	697.381,12	1,94	1.188.618,88
Gestão Ambiental	**1.032.965,00**	**1.252.444,04**	**313.159,89**	**440.443,80**	**0,57**	**812.000,24**	**211.735,79**	**294.819,70**	**0,82**	**957.624,34**
Preservação e Conservação Ambiental	1.012.565,00	1.072.565,00	153.680,85	280.964,76	0,36	791.600,24	152.050,85	235.134,76	0,65	837.430,24
Controle Ambiental	20.200,00	179.679,04	159.479,04	159.479,04	0,21	20.200,00	59.684,94	59.684,94	0,17	119.994,10
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções	200,00	200,00				200,00				200,00
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	**1.691.100,00**	**1.996.676,61**	**281.199,58**	**718.386,40**	**0,92**	**1.278.290,21**	**185.306,18**	**384.246,14**	**1,07**	**1.612.430,47**
Abastecimento										
Extensão Rural	206.300,00	500.430,61		45.078,58	0,06	455.352,03				500.430,61
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária	288.400,00	288.400,00	120.000,00	260.100,00	0,33	28.300,00	44.205,60	44.205,60	0,12	244.194,40
Defesa Agropecuária										
Administração Geral	1.196.400,00	1.207.846,00	161.199,58	413.207,82	0,53	794.638,18	141.100,58	340.040,54	0,95	867.805,46
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços	**4.981.200,00**	**5.143.597,49**	**642.884,38**	**1.154.196,63**	**1,49**	**3.989.400,86**	**590.508,70**	**1.030.355,45**	**2,87**	**4.113.242,04**
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo	4.981.200,00	5.143.597,49	642.884,38	1.154.196,63	1,49	3.989.400,86	590.508,70	1.030.355,45	2,87	4.113.242,04
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
Demais Subfunções										
Transporte	**4.630.000,00**	**4.774.756,01**	**883.802,34**	**4.032.483,15**	**5,19**	**742.272,86**	**859.953,42**	**1.050.233,62**	**2,92**	**3.724.522,39**
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário	99.000,00	99.000,00				99.000,00				99.000,00
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral	4.531.000,00	4.675.756,01	883.802,34	4.032.483,15	5,19	643.272,86	859.953,42	1.050.233,62	2,92	3.625.522,39
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	**2.950.300,68**	**2.948.390,68**	**323.347,59**	**624.919,39**	**0,80**	**2.323.471,29**	**208.443,66**	**322.560,25**	**0,90**	**2.625.830,43**
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário	2.430.200,68	2.441.641,48	345.774,62	529.414,87	0,68	1.912.226,61	185.693,96	299.810,55	0,83	2.141.830,93
Lazer	520.100,00	506.749,20	(22.427,03)	95.504,52	0,12	411.244,68	22.749,70	22.749,70	0,06	483.999,50
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais	**3.845.812,62**	**3.851.064,24**	**(90.048,23)**	**1.846.816,06**	**2,38**	**2.004.248,18**	**290.595,79**	**513.819,90**	**1,43**	**3.337.244,34**
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna	140.000,00	140.000,00	(97.463,40)	42.536,60	0,05	97.463,40	21.377,36	42.536,60	0,12	97.463,40
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais	3.705.812,62	3.711.064,24	7.415,17	1.804.279,46	2,32	1.906.784,78	269.218,43	471.283,30	1,31	3.239.780,94
Transferências para a Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência	**1.542.250,00**	**1.542.250,00**	**----**	**----**	**----**	**1.542.250,00**	**----**	**----**	**----**	**1.542.250,00**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
TOTAL (III) = (I + II)	**159.486.600,00**	**169.404.617,83**	**14.635.357,77**	**77.663.660,19**	**100,00**	**91.740.957,64**	**21.534.733,24**	**35.937.963,85**	**100,00**	**133.466.653,98**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
Legislativa										
Ação Legislativa										
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração										
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral										
Administração Financeira										
Controle Interno										
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções										
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública										
Policiamento										
Defesa Civil										
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social										
Assistência ao Idoso										
Assistência ao Portador de Deficiência										
Assistência à Criança e ao Adolescente										
Assistência Comunitária										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Previdência Social										
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saúde										
Atenção Básica										
Assistência Hospitalar e Ambulatorial										
Suporte Profilático e Terapêutico										
Vigilância Sanitária										
Vigilância Epidemiológica										
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação										
Ensino Fundamental										
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
Educação Infantil										
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Cultura										
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo										
Infra-Estrutura Urbana										
Serviços Urbanos										
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação										
Habitação Rural										
Habitação Urbana										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento										
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental										
Preservação e Conservação Ambiental										
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura										
Abastecimento										
Extensão Rural										
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços										
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Demais Subfunções										
Transporte										
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer										
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário										
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais										
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência										

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Gabinete Do Prefeito, Emissão: 20/05/2025 , às 12:59:06

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

Protocolo 1559079

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**16.130.340,00**	**3.845.153,59**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.829.810,00	106.945,98
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.376.000,00	610.691,08
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.414.530,00	2.546.397,12
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.510.000,00	581.119,41
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**85.870.338,39**	**27.743.410,22**
2.1 - Cota-Parte FPM	**46.184.113,30**	**13.748.204,09**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	41.995.084,55	13.748.204,09
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	4.189.028,75	
2.2 - Cota-Parte ICMS	35.151.258,89	11.551.676,85
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	372.178,00	141.095,53
2.4 - Cota-Parte ITR	65.891,13	6.088,57
2.5 - Cota-Parte IPVA	4.078.397,07	2.250.570,06
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	18.500,00	45.775,12
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**102.000.678,39**	**31.588.563,81**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**16.336.261,94**	**5.548.681,52**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**9.163.907,67**	**2.348.458,91**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**22.386.790,00**	**8.096.822,21**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**22.300.000,00**	**7.674.695,93**
6.1.1- Principal	22.085.951,85	7.583.113,30
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	214.048,15	91.582,63
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**86.790,00**	**422.126,28**
6.3.1- Principal	86.790,00	422.126,28
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**5.749.689,91**	**2.034.431,78**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**1.226.684,20**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.192.707,26
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	33.976,94

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**9.323.506,41**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**23.613.474,20**	**6.992.369,14**	**6.770.253,94**	**6.591.946,79**	**222.115,20**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**22.300.000,00**	**5.765.685,88**	**5.543.570,68**	**5.365.263,53**	**222.115,20**
10.1.1 - Educação Infantil	8.146.500,00	1.948.282,92	1.850.089,96	1.792.708,33	98.192,96
10.1.2- Ensino Fundamental	13.057.600,00	3.560.474,39	3.436.552,15	3.325.855,79	123.922,24
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	200,00				
10.1.4- Educação Especial	1.095.700,00	256.928,57	256.928,57	246.699,41	
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**1.313.474,20**	**1.226.683,26**	**1.226.683,26**	**1.226.683,26**	
10.2.1- Educação Infantil	693.332,94	606.542,94	606.542,94	606.542,94	
10.2.2- Ensino Fundamental	620.141,26	620.140,32	620.140,32	620.140,32	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i) (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**5.765.685,88**	**5.543.570,68**	**5.365.263,53**	**222.115,20**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.765.685,88	5.543.570,68	5.365.263,53	222.115,20		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.765.685,88	5.543.570,68	5.365.263,53	222.115,20		
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.667.775,55	5.543.570,68	5.765.685,88	68,47
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	63.318,94			

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**809.682,22**	**2.553.251,53**	**2.553.251,53**	**1.743.569,31**	**31,53**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**2.220.880,42**	**1.191.738,37**	**1.226.683,26**		**(34.944,89)**	
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.220.880,42	1.191.738,37	1.226.683,26		(34.944,89)	
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)						

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**15.407.557,06**	**6.099.484,19**	**2.227.056,39**	**2.215.835,36**	**3.872.427,80**
20.1- Educação Infantil	5.009.247,35	2.957.319,54	698.776,79	698.659,99	2.258.542,75
20.2- Ensino Fundamental	8.477.605,06	2.314.942,96	1.050.183,80	1.049.481,00	1.264.759,16
20.3- Educação de Jovens e Adultos	50.600,00				
20.4- Educação Especial	97.052,97	54.465,81	35.993,80	35.993,80	18.472,01
20.5- Administração Geral	1.773.051,68	772.755,88	442.102,00	431.700,57	330.653,88
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEI

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**39.021.031,26**	**13.091.853,33**	**8.997.310,33**	**8.807.782,15**	**4.094.543,00**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**14.788.149,32**	**5.849.641,38**	**3.384.222,78**	**3.320.302,04**	**2.465.418,60**
21.1.1- Creche	5.706.654,30	2.257.343,36	1.305.949,03	1.281.282,65	951.394,33
21.1.2- Pré-escola	9.081.495,02	3.592.298,02	2.078.273,75	2.039.019,40	1.514.024,27
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	24.232.881,94	7.242.211,95	5.613.087,55	5.487.480,11	1.629.124,40

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.227.056,39
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	5.548.681,52
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	1.743.569,31
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	6.032.168,60

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	7.897.140,95	6.032.168,60	19,10

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**96.857,98**	**93.391,24**	**93.317,19**		**3.540,79**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	96.677,98	93.391,24	93.137,19		3.540,79
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	180,00		180,00		
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**2.387.737,01**	**993.601,36**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**2.387.137,01**	**993.601,36**
31.1.1 - Salário-Educação	1.493.938,03	671.423,37
31.1.2 - PDDE	6.812,94	59,63
31.1.3 - PNAE	431.982,00	160.733,04
31.1.4 - PNATE	315.570,12	153.220,34
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	138.833,92	8.164,98
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	600,00	
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB		
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**8.440.570,73**	**3.474.569,70**	**1.203.691,75**	**1.163.956,77**	**2.270.877,95**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.447.248,98	191.542,22	97.980,18	97.980,18	93.562,04
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	2.296.261,26	601.310,10	224.983,68	224.983,68	376.326,42
32.3- ENSINO MÉDIO	1.980.353,59	646.357,29	281.994,06	281.994,06	364.363,23
32.4- ENSINO SUPERIOR	570.875,00	258.759,95	128.731,58	126.196,27	130.028,37
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	2.145.831,90	1.776.600,14	470.002,25	432.802,58	1.306.597,89

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**47.466.883,36**	**16.566.423,03**	**10.201.002,08**	**9.971.738,92**	**6.365.420,95**
33.1- Despesas Correntes	**42.671.116,64**	**14.317.708,90**	**9.480.775,40**	**9.251.512,24**	**4.836.933,50**
33.1.1- Pessoal Ativo	25.369.358,28	6.306.467,14	5.975.103,83	5.783.859,94	331.363,31
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	360.660,00				
33.1.4- Outras Despesas Correntes	16.941.098,36	8.011.241,76	3.505.671,57	3.467.652,30	4.505.570,19
33.2- Despesas de Capital	**4.795.766,72**	**2.248.714,13**	**720.226,68**	**720.226,68**	**1.528.487,45**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	4.795.766,72	2.248.714,13	720.226,68	720.226,68	1.528.487,45

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.227.765,88	1.075.856,37
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	8.096.822,21	671.423,37
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	6.592.126,79	223.991,65
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.732.461,30	1.523.288,09
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.732.461,30	1.523.288,09

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Smfa - Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 27/05/2025 , às 07:04:33

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) R$ 1,00

DESPESA COM MDE EXECUTADA EM CONSÓRCIO PÚBLICOS

Prefeitura Municipal de Santa Teresa	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
		Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x100	
EDUCAÇÃO INFANTIL (I)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO FUNDAMENTAL (II)	**2.659.944,02**					
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.639.392,98					
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	20.551,04					
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO MÉDIO (III)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO SUPERIOR (IV)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR (V)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE VII = (I + II + III + IV + V)	**2.659.944,02**					

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) R$ 1,00

DESPESA COM MDE EXECUTADA EM CONSÓRCIO PÚBLICOS

Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
		Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x100	
EDUCAÇÃO INFANTIL (I)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO FUNDAMENTAL (II)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO MÉDIO (III)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO SUPERIOR (IV)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR (V)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE VII = (I + II + III + IV + V)						

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) R$ 1,00

DESPESA COM MDE EXECUTADA EM CONSÓRCIO PÚBLICOS

Câmara Municipal de Santa Teresa	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
		Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x100	
EDUCAÇÃO INFANTIL (I)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO FUNDAMENTAL (II)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO MÉDIO (III)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO SUPERIOR (IV)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR (V)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE VII = (I + II + III + IV + V)						

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
STN/SICONFI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)
1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**16.130.340,00**	**16.130.340,00**	**3.845.153,59**	**23,84**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.829.810,00	1.829.810,00	106.945,98	5,84
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	2.376.000,00	2.376.000,00	610.691,08	25,70
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.414.530,00	10.414.530,00	2.546.397,12	24,45
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.510.000,00	1.510.000,00	581.119,41	38,48
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**81.681.309,64**	**81.681.309,64**	**27.743.410,22**	**33,97**
Cota-Parte FPM	41.995.084,55	41.995.084,55	13.748.204,09	32,74
Cota-Parte ITR	65.891,13	65.891,13	6.088,57	9,24
Cota-Parte IPVA	4.078.397,07	4.078.397,07	2.250.570,06	55,18
Cota-Parte ICMS	35.151.258,89	35.151.258,89	11.551.676,85	32,86
Cota-Parte IPI - Exportação	372.178,00	372.178,00	141.095,53	37,91
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	18.500,00	18.500,00	45.775,12	247,43
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**97.811.649,64**	**97.811.649,64**	**31.588.563,81**	**32,30**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP EMPENHADAS		DESP LIQUIDADAS		DESP PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**3.445.238,00**	**4.363.053,24**	**2.084.915,52**	**47,79**	**1.371.875,31**	**31,44**	**1.305.779,30**	**29,93**
Despesas Correntes	3.194.938,00	4.112.753,24	2.046.762,34	49,77	1.339.891,25	32,58	1.273.795,24	30,97
Despesas de Capital	250.300,00	250.300,00	38.153,18	15,24	31.984,06	12,78	31.984,06	12,78
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**7.562.329,13**	**7.735.722,27**	**5.622.139,11**	**72,68**	**2.070.610,81**	**26,77**	**2.045.244,93**	**26,44**
Despesas Correntes	6.170.345,00	6.343.738,14	5.622.139,11	88,63	2.070.610,81	32,64	2.045.244,93	32,24
Despesas de Capital	1.391.984,13	1.391.984,13						
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**300.000,00**	**300.000,00**	**150.536,48**	**50,18**	**118.409,58**	**39,47**	**100.732,28**	**33,58**
Despesas Correntes	300.000,00	300.000,00	150.536,48	50,18	118.409,58	39,47	100.732,28	33,58
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**532.900,00**	**526.883,65**	**223.552,60**	**42,43**	**119.011,76**	**22,59**	**116.511,55**	**22,11**
Despesas Correntes	532.900,00	526.883,65	223.552,60	42,43	119.011,76	22,59	116.511,55	22,11
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**1.056.988,00**	**1.052.274,47**	**403.741,46**	**38,37**	**261.116,81**	**24,81**	**252.160,89**	**23,96**
Despesas Correntes	1.056.888,00	1.052.174,47	403.741,46	38,37	261.116,81	24,82	252.160,89	23,97
Despesas de Capital	100,00	100,00						
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**2.052.928,60**	**1.869.777,50**	**1.038.478,87**	**55,54**	**677.065,82**	**36,21**	**667.630,47**	**35,71**
Despesas Correntes	2.052.728,60	1.869.577,50	1.038.478,87	55,55	677.065,82	36,21	667.630,47	35,71
Despesas de Capital	200,00	200,00						
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**14.950.383,73**	**15.847.711,13**	**9.523.364,04**	**60,09**	**4.618.090,09**	**29,14**	**4.488.059,42**	**28,32**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**9.523.364,04**	**4.618.090,09**	**4.488.059,42**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**9.523.364,04**	**4.618.090,09**	**4.488.059,42**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			4.738.284,57
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	4.785.079,47	(120.194,48)	(250.225,15)
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	30,15	14,62	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	4.738.284,57	4.618.090,09		5.035.304,62				5.035.304,62		
Empenhos de 2024	13.322.970,23	13.422.405,26	99.435,03	1.978.479,96		1.879.045,00	1.343.088,33	635.391,63		99.435,03
Empenhos de 2023	11.414.338,63	12.580.836,30	1.166.497,67	304.453,29			302.560,89	1.892,40		1.166.497,67
Empenhos de 2022	10.742.106,64	12.498.840,54	1.756.733,90	773.380,00			773.380,00			1.756.733,90
Empenhos de 2021 e anteriores	46.347.439,77	192.393.670,21	158.681.022,98	8.722.503,31			4.797.212,49	3.109.884,33	815.406,49	157.865.616,49

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**29.272.929,00**	**29.272.929,00**	**8.780.095,45**	**29,99**
Provenientes da União	22.996.683,00	22.996.683,00	6.616.431,94	28,77
Provenientes dos Estados	6.276.246,00	6.276.246,00	2.163.663,51	34,47
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**861.971,00**	**861.971,00**	**330.393,48**	**38,33**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**30.134.900,00**	**30.134.900,00**	**9.110.488,93**	**30,23**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESP. EMPENHADAS**		**DESP. LIQUIDADAS**		**DESP. PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c)x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c)x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c)x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**6.245.863,00**	**6.273.752,28**	**1.483.864,84**	**23,65**	**1.345.806,59**	**21,45**	**1.345.806,59**	**21,45**
Despesas Correntes	6.165.763,00	6.088.700,28	1.483.864,84	24,37	1.345.806,59	22,10	1.345.806,59	22,10
Despesas de Capital	80.100,00	185.052,00						
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**23.324.297,96**	**24.297.141,06**	**18.777.807,14**	**77,28**	**5.232.848,48**	**21,54**	**5.183.020,91**	**21,33**
Despesas Correntes	23.223.797,96	22.880.176,17	18.031.986,72	78,81	4.735.785,64	20,70	4.733.601,87	20,69
Despesas de Capital	100.500,00	1.416.964,89	745.820,42	52,64	497.062,84	35,08	449.419,04	31,72
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**213.899,00**	**213.899,00**	**59.276,67**	**27,71**	**24.284,60**	**11,35**	**20.086,99**	**9,39**
Despesas Correntes	213.899,00	213.899,00	59.276,67	27,71	24.284,60	11,35	20.086,99	9,39
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**37.200,00**	**37.200,00**	**21.000,00**	**56,45**	**4.291,55**	**11,54**	**4.291,55**	**11,54**
Despesas Correntes	37.100,00	37.100,00	21.000,00	56,60	4.291,55	11,57	4.291,55	11,57
Despesas de Capital	100,00	100,00						
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**308.540,04**	**408.211,40**	**168.164,42**	**41,20**	**99.627,31**	**24,41**	**99.627,31**	**24,41**
Despesas Correntes	308.540,04	408.211,40	168.164,42	41,20	99.627,31	24,41	99.627,31	24,41
Despesas de Capital								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**200,00**	**400,00**	**300,00**	**75,00**				
Despesas Correntes	200,00	400,00	300,00	75,00				
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**30.130.000,00**	**31.230.603,74**	**20.510.413,07**	**65,67**	**6.706.858,53**	**21,48**	**6.652.833,35**	**21,30**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESP. EMPENHADAS**		**DESP. LIQUIDADAS**		**DESP PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c)x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c)x100**	**Até o Bimestre (f)**	**(f/c)x100 %**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**9.691.101,00**	**10.636.805,52**	**3.568.780,36**	**11,88**	**2.717.681,90**	**24,00**	**2.651.585,89**	**23,80**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**30.886.627,09**	**32.032.863,33**	**24.399.946,25**	**81,24**	**7.303.459,29**	**64,49**	**7.228.265,84**	**64,88**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**513.899,00**	**513.899,00**	**209.813,15**	**0,70**	**142.694,18**	**1,26**	**120.819,27**	**1,08**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**570.100,00**	**564.083,65**	**244.552,60**	**0,81**	**123.303,31**	**1,09**	**120.803,10**	**1,08**
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**1.365.528,04**	**1.460.485,87**	**571.905,88**	**1,90**	**360.744,12**	**3,19**	**351.788,20**	**3,16**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**2.053.128,60**	**1.870.177,50**	**1.038.778,87**	**3,46**	**677.065,82**	**5,98**	**667.630,47**	**5,99**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**45.080.383,73**	**47.078.314,87**	**30.033.777,11**	**100,00**	**11.324.948,62**	**100,00**	**11.140.892,77**	**100,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Smfa - Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 27/05/2025 , às 06:51:23

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35 e Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA Prefeitura Municipal de Santa Teresa	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
		Até o Período (b)	% (b/a) x 100	Até o Período (c)	% (c/a) x 100	Até o Período (d)	% (d/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (I)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)							

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)			
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (X)			
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)			
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)			

Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35 e Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
		Até o Período (b)	% (b/a) x 100	Até o Período (c)	% (c/a) x 100	Até o Período (d)	% (d/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (I)		**2.084.915,52**		**1.371.875,31**		**1.305.779,30**	**95,18**
Despesas Correntes		2.046.762,34		1.339.891,25		1.273.795,24	95,07
Despesas de Capital		38.153,18		31.984,06		31.984,06	100,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)		**5.622.139,11**		**2.070.610,81**		**2.045.244,93**	**98,77**
Despesas Correntes		5.622.139,11		2.070.610,81		2.045.244,93	98,77
Despesas de Capital							
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)		**150.536,48**		**118.409,58**		**100.732,28**	**85,07**
Despesas Correntes		150.536,48		118.409,58		100.732,28	85,07
Despesas de Capital							
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)		**223.552,60**		**119.011,76**		**116.511,55**	**97,90**
Despesas Correntes		223.552,60		119.011,76		116.511,55	97,90
Despesas de Capital							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)		**403.741,46**		**261.116,81**		**252.160,89**	**96,57**
Despesas Correntes		403.741,46		261.116,81		252.160,89	96,57
Despesas de Capital							
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)		**1.038.478,87**		**677.065,82**		**667.630,47**	**98,61**
Despesas Correntes		1.038.478,87		677.065,82		667.630,47	98,61
Despesas de Capital							
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)		**9.523.364,04**		**4.618.090,09**		**4.488.059,42**	**97,18**

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)			
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (X)			
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)			
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)	**9.523.364,04**	**4.618.090,09**	**4.488.059,42**

Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35 e Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA Câmara Municipal de Santa Teresa	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
		Até o Período (b)	% (b/a) x 100	Até o Período (c)	% (c/a) x 100	Até o Período (d)	% (d/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (I)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)							
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)							

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)			
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (X)			
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)			
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)			

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

Santa Maria de Jetibá

Decreto

DECRETO Nº 098/2025

PRORROGA O PRAZO DO DECRETO Nº DECRETO Nº 504/2022, ALTERADO PELO DECRETO Nº 026/2025 QUE INSTAURA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR OS FATOS NARRADOS NO PROCESSO Nº 8348/2020.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o Decreto nº 504/2022, alterado pelo Decreto nº 026/2025 que instaura Sindicância para apurar os fatos narrados no processo nº 8348/2020;

- considerando o parecer da Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar das Secretarias Municipais, anexado ao processo 8348/2020, às fls. 231;

- considerando as prerrogativas do Art. 228, da Lei Complementar nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria de Jetibá);

- considerando os Arts 71 e 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, e leis pertinentes a matéria.

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, para conclusão da Sindicância Administrativa para apurar os fatos e informações narrados no processo nº **8348/2020**, conforme Decreto nº 504/2022, alterado pelo Decreto nº 026/2025, com base no Art. 228 da Lei Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 08/05/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 21 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559909

DECRETO Nº 099/2025

AUTORIZA A ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - PROCESSO Nº 2008/2024.
O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a solicitação da Secretaria de Meio Ambiente no processo nº 2008/2024, requerendo a anulação de empenhos de restos a pagar referente ao empenho nº 8997/2024;
- considerando a existência de dotações orçamentárias empenhadas sob o título de restos a pagar;

- considerando o disposto no Artigo 38 da Lei Federal nº 4320/64 e ainda, o disposto nos Artigos 71 e 72, Incs. VI e XVI da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica a Secretaria de Fazenda autorizada a anular as dotações orçamentárias empenhadas sob o título de restos a pagar, referente ao empenho nº 8997/2024.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 22 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559944

DECRETO Nº 100/2025

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 136/2022, QUE NOMEIA O CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o processo nº 1031/2022, protocolizado em 27/01/2022 pela Secretaria de Planejamento e Projetos, relacionado a criação do Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM;

- considerando a Lei Municipal nº 1613, de 29 de Outubro de 2013, que institui o Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM;

- considerando a Lei Municipal nº 2541, de 22 de Fevereiro de 2022, que cria o Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM;
- considerando o parecer às fls 79, solicitando a alteração de membros do Conselho de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo de Desenvolvimento Municipal;

- considerando ainda o disposto nos Arts. 71 e 72, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

D E C R E T A:
Art. 1º. Fica alterado o Artigo 1º do Decreto nº 136/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 1º**. Ficam nomeados, nos termos da Lei Municipal nº 2541, de 22 de fevereiro de 2022, os membros para compor o Conselho de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo de Desenvolvimento Municipal, conforme abaixo:*

Representantes do Poder Executivo Municipal:

1. *Luiz Ricardo de Souza Altoé - Gestor do Fundo de Desenvolvimento Municipal*;
2. *Valdecir Jacob - Presidente do Conselho de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo de Desenvolvimento Municipal*;
3. *Bruno Augusto Vieira Pagel - Secretário do Conselho de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo de Desenvolvimento Municipal*;

Representantes da Sociedade Civil Organizada:

1. *Hoquécio Pinheiro Lopes - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria de Jetibá*;
2. *Edeilson da Silva Soares - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo."*

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos 062/2024, Decreto nº 103/2024 e Decreto nº 024/2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 23 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559961

Convocação

PORTARIA N° 1508/2025

NOMEAÇÃO PARA EXERCEREM CARGOS EFETIVOS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o Concurso Público Municipal Edital nº 001/2023, cuja homologação foi publicada em 23/04/2024 no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo;

- considerando o disposto nos Arts, 8, Inc. I e 10, Inc. I, § 1º e § 2º do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá, Lei Complementar nº 2802/2024 de 03/04/2024;

- considerando o disposto no Art. 37, Inc. II e Art. 41 "caput" da Constituição Federal de 1988;
- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do inciso I do artigo 10 da Lei Complementar 2802, de 03 de abril de 2024, os candidatos abaixo relacionados, habilitados em Concurso Público realizado pelo Edital nº 001/2023.

CARGO: ALMOXARIFE

Classificação Final	Candidato(a)
8º	Sonelia Jastrow Braun

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Classificação Final	Candidato(a)
26º	Dagmara Ortolan
27º	Adriano De Souza

CARGO: MOTORISTA

Classificação Final	Candidato(a)
92º	Delemar Reisen
93º	Anderson Arnholz

CARGO: PSICÓLOGO

Classificação Final	Candidato(a)
13º	Amanda Stafanato Verediano
14º	Fernanda Sena Chagas De Oliveira

CARGO: PSICÓLOGO - (Aprovado Negro)

Classificação Final	Candidato(a)
3º	Juliana Barcellos Da Silva Ribeiro

Art. 2º. Os candidatos nomeados deverão comparecerem nos dias e horários discriminados no ANEXO I para realização de Avaliação psicológica (LAUDO PSICOLÓGICO) no Endereço: no Centro de Especialidades Médicas, localizado na Rua Henrique Eggert, s/n, São Sebastião do Meio, Santa Maria de Jetibá-ES.

Art. 3º. Os candidatos nomeados deverão providenciar os exames e os laudos especializados listados abaixo para, após submeter-se à avaliação admissional da inspeção médica oficial do Município que será realizada na sede da Prefeitura Municipal, localizada no seguinte endereço: Rua Dalmácio Espíndula, 115, Centro - Santa Maria de Jetibá - ES, nos dias e horários discriminados no ANEXO I.

I - Exames de rotina: hemograma/plaquetas, glicemia jejum, grupo sanguíneo e fator RH, colesterol total e frações, triglicérides, VDRL, TGO/TGP, gama GT, urina (EAS), ureia/creatinina, ácido úrico, PCR, TSH/T4 livre, fezes (parasitológico) e PSA para homem acima de 40 anos

II - Exames com Laudos: sanidade mental laudo psiquiátrico, RX de tórax com laudo e laudo ortopédico, RX de coluna lombosacra com laudo ortopédico, eletrocardiograma com laudo cardiológico, audiometria tonal com laudo otorrinolaringológico e laudo oftalmológico

III - Laudos especializados por cargo:
a) Jardineiro: colinesterase plasmático;
b) Motorista, Operador de Máquinas, Jardineiro, Pedreiro e Eletricista: eletroencefalograma com laudo;
c) Profissionais da Área da Saúde: exames de sorologia para hepatites B E C (HBs Ag, anti-HBs, anti-HCV)

§ **1º.** Todos os laudos deverão ter o carimbo do médico especialista de cada área, com o devido Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) no Conselho Regional de Medicina (CRM).

§ **2º.** Todos os candidatos deverão entregar cópia e apresentar cartão de vacinação com comprovação de vacinação atualizada e os profissionais da área da saúde deverão também apresentar comprovação de vacinação contra hepatite b;

§ 3º. Os exames laboratoriais e os laudos têm validade de 90 dias.

§ **4º.** Poderão ser solicitados outros laudos ou exames durante o exame admissional, a critério médico.

Art. 4º Após a realização da perícia médica admissional, os candidatos deverão atender aos requisitos básicos para investidura no cargo e apresentar-se na Gerência de Recursos Humanos com os documentos listados abaixo, AUTENTICADOS EM CARTÓRIO, até o dia 10 de Junho de 2025, no horário de 8h00 às 16h.

Local: na sede da Prefeitura Municipal, localizada no seguinte endereço: Rua Dalmácio Espíndula, 115, Centro - Santa Maria de Jetibá - ES:

1. Uma Foto 3x4 recente;
2. Ficha de cadastro de funcionários devidamente preenchida (modelo fornecido pela Prefeitura);
3. Ficha de cadastro de Dados Bancários (modelo fornecido pela Prefeitura) e cópia do Cartão da Conta Bancária, caso possuir, não sendo permitida Conta Poupança;
4. Declaração de acúmulo legal ou não acumulação de cargos em funções públicas;
5. Em casos de acumulação legal apresentar Termo de Posse e Declaração do empregador informando Cargo, Carga Horária, turno e data de efetivo exercício. Se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início;
6. Declaração de Bens Móveis e Imóveis (modelo fornecido pela Prefeitura);
7. Cópia do Comprovante de Residência;
8. Certidão negativa de tributos municipais, emitida pelo Setor de Tributação do Município de Santa Maria de Jetibá; (site da prefeitura de Santa Maria de Jetibá);
9. Certidão Judicial Cível (site da Justiça Federal-SJES);
10. Certidão Judicial Criminal (site da Justiça Federal-SJES);
11. Certidão Judicial Eleitoral (site da Justiça Federal-SJES);
12. Justiça Estadual (1º instância de natureza cível e criminal) - (site Justiça Estadual-TJES);
13. Justiça Estadual (2º instância de natureza cível e criminal) - (site Justiça Estadual-TJES);
14. Atestado de Antecedentes Criminais fornecido pela Policia Civil (site da Polícia Civil);
15. Atestado de Antecedentes Criminais fornecido pelas Policia Federal (site da Polícia Federal);
16. Atestado de Sanidade Física e Mental;
17. Atestado de Saúde Ocupacional (os exames deverão ser específicos para cada cargo de acordo com o PCMSO da Prefeitura);
18. Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
19. Cópia da Carteira de Identidade - RG;
20. Extrato de inscrição do PIS/PASP emitido pela Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil- (aplicativo "Caixa Trabalhador");
21. Cópia do Diploma ou Certificado de conclusão do Curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo;
22. Cópia do Histórico correspondente à escolaridade exigida para o cargo;
23. Residência na área afim, fornecido por Instituição de Ensino Oficial reconhecida pelo Ministério da Educação;
24. Cópia do Certificado de Reservista ou documento equivalente - Lei nº 4.375 de 17/08/1964, se do sexo masculino;
25. Cópia do Título de Eleitor;
26. Cópia do Comprovante de ter votado na última eleição;
27. Cópia da Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento, ou com as respectivas averbações (se separado judicialmente ou divorciado);
28. Cópia da Carteira de Trabalho (Páginas: Foto e qualificação civil);
29. Registro Profissional no Conselho Regional respectivo, para as profissões regulamentadas e sujeitas à fiscalização do exercício profissional;
30. Comprovante de quitação anual atualizado do respectivo Conselho Regional;
31. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH para os Cargos em que o Edital assim o exigir;
32. Para os cargos que exigirem a Carteira Nacional de Habilitação, apresentar Certidão de "Nada Consta" na CNH, emitida pelo DETRAN;
33. Autodeclaração de Informações Previdenciárias (modelo fornecido pela Prefeitura)
34. Termo de Adesão e Compromisso ao Código de Ética Municipal (modelo fornecido pela Prefeitura)
35. Cópia completa da última Declaração de Imposto de Renda (IRRF), se for declarante;
36. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 21 anos de idade;
37. Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar:
a. Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as páginas c/ carimbos das vacinas);
b. Para cada dependente maior de 07 anos, apresentar comprovante de matrícula escolar e declaração de presença.
38. Declaração que não possui condenação criminal transitada em julgado.

Art. 5º. Os Candidatos serão convocados para a posse através de edital específico publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e no site da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 28 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

ANEXO I

INSPEÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA OFICIAL AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Candidato(a)	Cargo	Avaliação Psicológica	Inspeção Médica Oficial
Sonelia Jastrow Braun	Almoxarife	03 de junho de 2025 - às 07h00	10 de junho de 2025 - às 07h30
Dagmara Ortolan	Auxiliar De Enfermagem	03 de junho de 2025 - às 07h00	10 de junho de 2025 - às 07h30
Adriano de Souza	Auxiliar De Enfermagem	03 de junho de 2025 - às 07h00	10 de junho de 2025 - às 07h30
Delemar Reisen	Motorista	03 de junho de 2025 - às 07h00	10 de junho de 2025 - às 07h30
Anderson Arnholz	Motorista	03 de junho de 2025 - às 07h00	10 de junho de 2025 - às 07h30
Amanda Stafanato Verediano	Psicólogo	03 de junho de 2025 - às 07h00	10 de junho de 2025 - às 07h30
Fernanda Sena Chagas de Oliveira	Psicólogo	03 de junho de 2025 - às 07h00	10 de junho de 2025 - às 07h30
Juliana Barcellos da Silva Ribeiro	Psicólogo	03 de junho de 2025 - às 07h00	10 de junho de 2025 - às 07h30

Protocolo 1559416

Portaria

PORTARIA Nº 1394/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA DOLORES MAJESKI LAUVERS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **DOLORES MAJESKI LAUVERS** - matrícula: **50542** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **24/03/2025**, **10/04/2025**, **07/04/2025 a 09/04/2025**, **11/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEF João Lauvers, ministrando aulas em substituição as professoras: Sandra Paula Xavier de Oliveira (atestado médico), Ana Paula Feu Souza (atestado médico e folgas Eleições 2024), Tais Bravim Uliana Mendonça (atestado médico).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **24/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559044

PORTARIA Nº 1395/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA DEISE COSTA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **DEISE COSTA** - matrícula: **52741**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **32** (trinta e duas) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **14/04/2025 a 17/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Ronald Berger, ministrando 05 aulas vagas turno vespertino da disciplina de Musicalização, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **14/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559048

PORTARIA Nº 1396/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA EDNAYNE DE OLIVEIRA BOTELHO KURTH.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **EDNAYNE DE OLIVEIRA BOTELHO KURTH** - matrícula: **53101**, de **36** (trinta e seis) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **14/04/2025 a 17/05/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Ronald Berger, ministrando 03 aulas vagas turno matutino da disciplina de Arte, em substituição a professora Leticia Bernardo E. de Oliveira Martins (licença médica).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **14/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559049

PORTARIA Nº 1397/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ELIANA APARECIDA TESCH STELSER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ELIANA APARECIDA TESCH STELSER** - matrícula: **52362**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **31/03/2025**, **07/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEIEF Recreio, ministrando 03 aulas vagas da disciplina de Musicalização, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **31/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559051

PORTARIA Nº 1398/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ELIANA GUMS LAUVERS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ELIANA GUMS LAUVERS** - matrícula: **52621** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **20/03/2025 a 21/03/2025**, **14/04/2025 a 16/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Petronella Lauvers Guilherme, ministrando 05 aulas em substituição a professora Rosiane Broedel (atestado médico), e ministrando 10 aulas vagas de Língua Pomerana por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **20/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559052

PORTARIA Nº 1399/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ELISANGELA BERGER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ELISANGELA BERGER** - matrícula: **52757** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **25/03/2025 a 28/03/2025**, **21/03/2025**, **31/03/2025 a 02/04/2025**, **03/04/2025 a 05/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEF Vila de Jetibá, ministrando aulas em substituição as professoras: Silvana De Zam Bridi (atestado médico), Gabrielly Nascimento Souza (rescisão antecipada de contrato), e ministrando 05 aulas vagas de Língua Pomerana por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **21/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559055

PORTARIA Nº 1400/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ELISETE BRAUN HARCKBART.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ELISETE BRAUN HARCKBART** - matrícula: **52595**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **28** (vinte e oito) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **22/04/2025 a 22/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Petronella Lauvers Guilherme, ministrando 02 aulas semanais turno matutino da disciplina de Língua Pomerana, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **22/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559060

PORTARIA Nº 1401/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ELIZANGELA MARIA G. BARBOSA NEVES.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ELIZANGELA MARIA G. BARBOSA NEVES** - matrícula: **53105** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **17/03/2025 a 03/04/2025**, **24/03/205 a 25/03/2025**, **07/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEIEF Recreio, ministrando 04 aulas de Musicalização e 01 aula de Língua Pomerana, ambas por falta de professor. Ministrando 50 aulas como regente, em substituição a professora Sandeleia Friedrich Schultz (licença com vencimentos). Também fez atuação no CMEI Nilza Coutinho Holz, ministrando 05 aulas como regente, em substituição a professora Fernanda Raquel Mendes (rescisão antecipada de contrato).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **17/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559066

PORTARIA Nº 1402/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ERINÉIA STEIN.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ERINÉIA STEIN** - matrícula: **53019** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025**, **08/04/2025**, **10/04/2025**, **01/04/2025 a 03/04/2025**, **08/04/2025 a 09/04/2025**, **19/04/2025 a 25/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Rayane Luiza Berger, ministrando aulas em substituição aos professores: Andeson B. Gomes Godinho (atestado médico), Neuza Naimeke Marçal Rosa (folga aniversário), Rayane Leticia Barbosa (atestado médico), Franciele Schmidt Marquardt (atestado médico), e ministrando aulas vagas de Língua Pomerana por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559072

PORTARIA Nº 1403/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ERLANDE DE FÁTIMA CORREIA DE SOUZA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ERLANDE DE FÁTIMA CORREIA DE SOUZA** - matrícula: **53191** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/02/2025 a 28/02/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 08 aulas vagas na Creche Integral, da disciplina de Musicalização, por falta de professor durante o mês de fevereiro/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559077

PORTARIA Nº 1404/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA EUGENIA BRANDT STREY.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **EUGENIA BRANDT STREY** - matrícula: **53358** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **31/03/2025 a 04/04/2025**, **07/04/2025 a 11/04/2025**, **14/04/2025 a 30/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEIEF Antônio Gonçalves, ministrando 26 aulas da disciplina de História, em substituição a professora Rubiana Prata Fernandes (atestados médicos), e ministrando 17 aulas vagas de Geografia, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **31/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559080

PORTARIA Nº 1405/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DO PROFESSOR EVANDRO KURTH.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária do Professor **EVANDRO KURTH** - matrícula: **53204**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **27** (vinte e sete) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **14/04/2025 a 17/05/2025**, tendo em vista a atuação do mesmo na Creche Municipal Ronald Berger, ministrando 01 aulas vaga turno vespertino da disciplina de Arte, em substituição a professora Leticia Bernardo E. de Oliveira Martins (licença médica).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **14/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559086

PORTARIA Nº 1406/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA FATIMA ZUMMACH BERGER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **FATIMA ZUMMACH BERGER** - matrícula: **53165** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 30/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMPEIEF Rio das Pedras, ministrando 02 aulas semanais de Arte (10 aulas no total), por falta de professor. Ministrando 05 aulas vagas de Musicalização, por falta de professor no período de abril de 2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559093

PORTARIA Nº 1407/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA FLOREZA MARIA ANHERT AUER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **FLOREZA MARIA ANHERT AUER** - matrícula: **52355**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **27** (vinte sete) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 19/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Jetibá, ministrando mais 01 aula da disciplina de Musicalização, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559095

PORTARIA Nº 1408/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA GRACIELA RODRIGUES DOS SANTOS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **GRACIELA RODRIGUES DOS SANTOS** - matrícula: **53349**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **07/04/2025**, **15/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMPEIEF Santa Luzia, ministrando aulas em substituição aos professores: Sergio Luiz Pozzatti Junior (folga aniversario), e Gabriel Diego Venke (rescisão antecipada de contrato).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **07/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559096

PORTARIA Nº 1409/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA HELOISA GUARNIERI COVRE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **HELOISA GUARNIERI COVRE** - matrícula: **53206**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **50** (cinquenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **11/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Ronald Berger, ministrando 05 aulas em substituição a professora Deise Costa (atestado médico).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **11/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559097

PORTARIA Nº 1410/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA IANDRA YASSARA HELL.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **IANDRA YASSARA HELL** - matrícula: **53327**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **31/03/2025**, **01/04/2025**, **17/03/2025 a 19/03/2025**, **28/03/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Klainekiner Schaul, ministrando aulas em substituição as professoras: Rafaela Rocon Plaster (folga Eleições 2024), Sara Delai (atestado médico), Solange Lins (folga aniversário).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **17/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559099

PORTARIA Nº 1411/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA JAKELINE APARECIDA COVRE BORGUE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **JAKELINE APARECIDA COVRE BORGUE** - matrícula: **52745** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/02/2025 a 28/02/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 04 aulas vagas da disciplina de Musicalização, por falta de professor durante o mês de fevereiro/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559101

PORTARIA Nº 1412/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA JANISMERY SCHMIDT SUSSAI BERGER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **JANISMERY SCHMIDT SUSSAI BERGER** - matrícula: **50533** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025**, **03/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Rayane Luiza Berger, ministrando 01 aula da disciplina de Musicalização, em substituição ao professor Anderson B. Gomes Godinho (atestado médico), e ministrando 02 aulas de Língua Pomerana por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559104

PORTARIA Nº 1413/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA JESSICA BRANDT STORCK MADALON.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **JESSICA BRANDT STORCK MADALON** - matrícula: **53198**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **18/03/2025**, **27/03/2025**, **24/03/2025 a 28/03/2025**, **02/04/2025 a 04/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Nilza Coutinho Holz, ministrando aulas em substituição as professoras: Lea Aparecida Delai (atestados médicos), Fernanda Raquel Mendes (rescisão antecipada de contrato).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **18/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559108

PORTARIA Nº 1414/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA JESSICA SCHULZ WUTKE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **JESSICA SCHULZ WUTKE** - matrícula: **53341**, de **33** (trinta e três) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **04/04/2025 a 22/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMPEIEF Cabeceira do Rio Lamego, ministrando mais 01 aula semanal da disciplina de Musicalização, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **04/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559110

PORTARIA Nº 1415/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA JOANETE SCHMIDT SUSSAI.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **JOANETE SCHMIDT SUSSAI** - matrícula: **52509**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **24/03/2025**, **10/04/2025**, **24/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Pommern, ministrando aulas em substituição aos professores: Wagner Butzke (atestados médicos), Tereza Senna Schwanz (folga aniversário).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **24/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559114

PORTARIA Nº 1416/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA JOCELINA LAGASS LOOSE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **JOCELINA LAGASS LOOSE** - matrícula: **52597** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/02/2025 a 28/02/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 04 aulas vagas da disciplina de Musicalização, por falta de professor durante o mês de fevereiro/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559117

PORTARIA Nº 1417/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA JULIANA CAETANO SCHWAMBACH.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **JULIANA CAETANO SCHWAMBACH** - matrícula: **53345** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/02/2025 a 28/02/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 08 aulas vagas na Creche Integral da disciplina de Musicalização, por falta de professor durante o mês de fevereiro/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559118

PORTARIA Nº 1418/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA LENDINA KRAUSE DA COSTA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **LENDINA KRAUSE DA COSTA** - matrícula: **50630**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **07/04/2025 a 11/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Nilza Coutinho Holz, ministrando 15 aulas em substituição a professora Fernanda Raquel Mendes (rescisão antecipada de contrato).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **07/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559121

PORTARIA Nº 1419/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA LENDINA KRAUSE DA COSTA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **LENDINA KRAUSE DA COSTA** - matrícula: **50630**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **10/04/2025 a 15/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEIEF São Sebastião, ministrando 11 aulas de Língua Pomerana por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **10/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559125

PORTARIA Nº 1420/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA LETICIA LORENZON GALÃO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **LETICIA LORENZON GALÃO** - matrícula: **53516** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/02/2025 a 28/02/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 04 aulas vagas da disciplina de Musicalização, por falta de professor durante o mês de fevereiro/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559128

PORTARIA Nº 1421/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA LETICIA LORENZON GALÃO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **LETICIA LORENZON GALÃO** - matrícula: **53516** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **06/03/2025**, **13/03/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEIEF São Sebastião, ministrando 02 aulas vagas da disciplina de Musicalização e 04 aulas de Arte, ambas por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **06/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559133

PORTARIA Nº 1422/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA LETICIA LORENZON GALÃO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **LETICIA LORENZON GALÃO** - matrícula: **53516** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **39** (trinta e nove) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 19/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 05 aulas da disciplina de Musicalização e 05 aulas de Xadrez, ambas por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559135

PORTARIA Nº 1423/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA LUCIANA GONÇALVES LIMA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **LUCIANA GONÇALVES LIMA** - matrícula: **53070** de **36** (trinta e seis) horas semanais, para **39** (trinta e nove) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **22/04/2025 a 22/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Petronella Lauvers Guilherme, ministrando 02 aulas semanais da disciplina de Língua Pomerana, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da

Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **22/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559136

PORTARIA Nº 1424/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA LUCIENE DORDENINI TAVARES OLIVEIRA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **LUCIENE DORDENINI TAVARES OLIVEIRA** - matrícula: **53194**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **27** (vinte e sete) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 19/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Jetibá, ministrando mais 01 aula semanal da disciplina de Musicalização, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559139

PORTARIA Nº 1425/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA LUSIANE GOZZER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **LUSIANE GOZZER** - matrícula: **53350**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **28/03/2025**, **31/03/2025**, **07/04/2025**, **08/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEIEF Recreio, ministrando 10 aulas vagas da disciplina de ALE, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **28/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559149

PORTARIA Nº 1426/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA LUSIANE GOZZER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **LUSIANE GOZZER** - matrícula: **53350**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional

ao aumento da carga horária, no(s) dia(s), **01/04/2025 a 02/04/2025**, **08/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEF Vila de Jetibá, ministrando 09 aulas vagas da disciplina de ALE, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559153

PORTARIA Nº 1427/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA LUSIANE GOZZER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **LUSIANE GOZZER** - matrícula: **53350**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **29** (vinte e nove) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s), **14/04/2025 a 22/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEIEF Recreio, ministrando 03 aulas semanais da disciplina de Musicalização, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **14/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559156

PORTARIA Nº 1428/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARCELIA AIGNER JACOB.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARCELIA AIGNER JACOB** - matrícula: **53330** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 30/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMPEIEF Rio das Pedras, ministrando 02 aulas semanais de Arte (10 aulas no total), por falta de professor. Ministrando 05 aulas vagas de Xadrez, por falta de professor no período de abril de 2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559160

PORTARIA Nº 1429/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARCELIA MUTZ VERDIN.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARCELIA MUTZ VERDIN** - matrícula: **53320** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **11/03/2025 a 12/03/2025**, **01/04/2025**, **07/04/2025**, **08/04/2025**, **02/04/2025 a 04/04/2025**, **10/04/2025**, **11/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Klainekiner Schaul, ministrando aulas em substituição as professoras: Iandra Yassara Hell (atestado médico), Rafaela Rocon Plaster (folgas Eleições 2024), Juliana Hoffmann S. Rogge (atestado médico). Também fez atuação no CMEI Pommern em substituição a professora Mirelia Klitzke Hartwig (folga Eleição 2022).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **11/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559163

PORTARIA Nº 1430/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DO PROFESSOR MARCIO JAIR DA CUNHA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária do Professor **MARCIO JAIR DA CUNHA** - matrícula: **52790**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **30** (trinta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s), **08/04/2025 a 30/04/2025**, tendo em vista a atuação do mesmo na EMPEIEF Cabeceira do Rio Santa Maria, ministrando 04 aulas vagas da disciplina de Xadrez, por falta de professor no período de abril de 2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **08/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559164

PORTARIA Nº 1431/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARIANA DALTIO HOLZ.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARIANA DALTIO HOLZ** - matrícula: **52434**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **15/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMPEIEF Santa Luzia, ministrando 02 aulas em substituição ao professor Sergio Luiz Pozzatti Junior (folga aniversário).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **15/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559178

PORTARIA Nº 1432/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARIANA DALTIO HOLZ.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARIANA DALTIO HOLZ** - matrícula: **52434**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **30** (trinta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 22/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMPEIEF Santa Luzia, ministrando 01 aula semanal de Musicalização por falta de professor. Ministrando 02 aulas semanais de Xadrez em substituição ao professor Gabriel Diego Venke (rescisão antecipada de contrato).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559183

PORTARIA Nº 1433/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARIANA DE PAULO MACHADO ANGELI.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARIANA DE PAULO MACHADO ANGELI** - matrícula: **53036**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 09/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEIEF Luiz Potratz, ministrando 25 aulas de Língua Pomerana e 02 aulas de Arte, ambas por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559186

PORTARIA Nº 1434/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARIANA VIGANO RIZZI.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARIANA VIGANO RIZZI** - matrícula: **53164**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/02/2025 a 28/02/2025**, **01/04/2025 a 30/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 08 aulas vagas de Musicalização, por falta de professor durante os meses de fevereiro e abril/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559194

PORTARIA Nº 1435/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARIANA VIGANO RIZZI.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARIANA VIGANO RIZZI** - matrícula: **53164**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **38** (trinta e oito) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 19/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 09 aulas vagas de Musicalização, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559195

PORTARIA Nº 1436/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARIA SERAFINA TEIXEIRA FERRARI.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARIA SERAFINA TEIXEIRA FERRARI** - matrícula: **53039**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **04/04/2025**, **07/04/2025**, **08/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando aulas em substituição aos professores Dayana Lichtenheld da Silva (atestados médicos), e Valcenir da Silva Borgue (atestados médicos).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **04/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559198

PORTARIA Nº 1437/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARILENE STUHR BERGER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARILENE STUHR BERGER** - matrícula: **52463**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/02/2025 a 28/02/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 08 aulas vagas de Musicalização, por falta de professor durante o mês de fevereiro/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559199

PORTARIA Nº 1438/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARILZA APARECIDA DE SOUSA FERREIRA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARILZA APARECIDA DE SOUSA FERREIRA** - matrícula: **53197**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **05/02/2025 a 27/02/2025**, **06/03/2025 a 27/03/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Ronald Berger, ministrando 24 aulas vagas de Língua Pomerana e 12 aulas de Musicalização, ambas por falta de professor durante os meses de fevereiro e março/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **05/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559207

PORTARIA Nº 1439/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARILZA APARECIDA DE SOUSA FERREIRA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARILZA APARECIDA DE SOUSA FERREIRA** - matrícula: **53197**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **34** (trinta e quatro) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **14/04/2025 a 17/05/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Ronald Berger, ministrando 06 aulas vagas turno vespertino da disciplina de Arte, em substituição a professora Leticia Bernardo E. de Oliveira Martins (licença médica).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **14/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559210

PORTARIA Nº 1440/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARISTELA BERGER AMORIM.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MARISTELA BERGER AMORIM** - matrícula: **53329**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s)

dia(s) **01/02/2025 a 28/02/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 04 aulas vagas de Musicalização, por falta de professor durante o mês de fevereiro/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559213

PORTARIA Nº 1441/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MIRIAN CANDIDA FERREIRA ARAUJO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MIRIAN CANDIDA FERREIRA ARAUJO** - matrícula: **53113**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **28** (vinte e oito) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **22/04/2025 a 22/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Petronella Lauvers Guilherme, ministrando 02 aulas semanais de Língua Pomerana, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **22/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559217

PORTARIA Nº 1442/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MIRIAN HUBNER RAMOS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MIRIAN HUBNER RAMOS** - matrícula: **53209**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **03/04/2025 a 09/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Ronald, ministrando 21 aulas em substituição a professora Heloisa Guarnieri Covre (atestado médico).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **03/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559219

PORTARIA Nº 1443/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MIRIAN HUBNER RAMOS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MIRIAN HUBNER RAMOS** - matrícula: **53209**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **08/04/2025 e 09/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Ronald Berger, ministrando 04 aulas em substituição a professora Heloisa Guarnieri Covre (atestado médico).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **08/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559289

PORTARIA Nº 1444/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MONALISA NADIR SILVA SOARES ALEIXO SOBRINHO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MONALISA NADIR SILVA SOARES ALEIXO SOBRINHO** - matrícula: **53361**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025**, **03/04/2025**, **27/03/2025**, **04/04/2025**, **07/04/2025 a 08/04/2025**, **10/04/2025 a 11/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando aulas em substituição as professoras: Mariana Vigano Rizzi (folga Eleições 2024), Dayana Lichtenheld da Silva (atestados médicos), Valcenir da Silva Borgue (atestados médicos). Também atuação no CMEI Pommern, em substituição a professora Vaudirene Kuster Schultz (atestado médico).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **27/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559296

PORTARIA Nº 1445/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MONICA SOARES DE OLIVEIRA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **MONICA SOARES DE OLIVEIRA** - matrícula: **50534**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025**, **02/04/2025 a 04/04/2025**, **22/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Nilza Coutinho Holz, ministrando aulas em substituição aos professores: Sergio Reis Oliveira Rangel (atestado médico e folga aniversário), Juliana Hoffmann Schvanz Rogge (atestado médico).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559299

PORTARIA Nº 1446/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA NATHALIA DA PENHA SOTELLE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **NATHALIA DA PENHA SOTELLE** - matrícula: **53367**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **28** (vinte e oito) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 19/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Jetibá, ministrando 02 aulas de Arte, devido abertura de turma Pré 02 nesta Escola.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559300

PORTARIA Nº 1447/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA NEUZA NAIMEKE MARÇAL ROSA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **NEUZA NAIMEKE MARÇAL ROSA** - matrícula: **53515**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **30** (trinta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **31/03/2025**, **04/04/2025**, **07/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Rayane Luiza Berger, ministrando 03 aulas de Língua Pomerana por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **31/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559302

PORTARIA Nº 1448/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA OMBELINA SCHWANZ.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **OMBELINA SCHWANZ** - matrícula: **52458**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **30** (trinta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Rayane Luiza Berger, ministrando 01 aula de Musicalização, em substituição ao professor Anderson B. Gomes Godinho (atestado médico).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559305

PORTARIA Nº 1449/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DO PROFESSOR RAFAEL SOARES DIAS DE CARVALHO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária do Professor **RAFAEL SOARES DIAS DE CARVALHO** - matrícula: **53373**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **03/04/2025**, **08/04/2025**, tendo em vista a atuação do mesmo na EMEIEF Recreio, ministrando aulas em substituição aos professores: Dilza Helena Stuhr Jacob (rescisão antecipada de contrato), Natan Holz (folga aniversário).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **03/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559309

PORTARIA Nº 1450/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA RAQUEL APARECIDA HOLZ.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **RAQUEL APARECIDA HOLZ** - matrícula: **53340**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 16/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Ronald Berger, ministrando 47 aulas vagas turno matutino da disciplina de Arte, em substituição a professora Leticia Bernardo E. de Oliveira Martins (licença médica).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559313

PORTARIA Nº 1451/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA RAQUEL APARECIDA HOLZ.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **RAQUEL APARECIDA HOLZ** - matrícula: **53340**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **39** (trinta e nove) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **14/04/2025 a 17/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Ronald Berger, ministrando 10 aulas vagas turno matutino da disciplina de musicalização, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **14/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559317

PORTARIA Nº 1452/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA RENATA SCHWAMBACH PORFÍRIO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **RENATA SCHWAMBACH PORFÍRIO** - matrícula: **53344**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **06/03/225 a 31/03/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Vila de Jetibá, ministrando 33 aulas vagas no mês de março da disciplina de Musicalização, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **06/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559318

PORTARIA Nº 1453/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA RENATA SCHWAMBACH PORFÍRIO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **RENATA SCHWAMBACH PORFÍRIO** - matrícula: **53344**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 04/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Vila de Jetibá, ministrando 11 aulas vagas no mês de abril da disciplina de Musicalização, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559321

PORTARIA Nº 1454/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA RITA DE CASSIA P. DAS POSSES ANDRADE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **RITA DE CASSIA P. DAS POSSES ANDRADE** - matrícula: **52525**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com

a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **07/04/2025 a 09/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEF Vila de Jetibá, ministrando 10 aulas vagas da disciplina de Língua Portuguesa, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **07/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559325

PORTARIA Nº 1455/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ROSA HELENA DE ALMEIDA THOMAZ.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ROSA HELENA DE ALMEIDA THOMAZ** - matrícula: **53192**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/02/2025 a 28/02/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 08 aulas vagas da disciplina de Musicalização, por falta de professor no mês de fevereiro/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559326

PORTARIA Nº 1456/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ROSIANE BROEDEL.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ROSIANE BROEDEL** - matrícula: **53522**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 25/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Petronella Lauvers Guilherme, atuando em turma vaga como Regente, em substituição a professora Veronica Vanessa Viana (férias após licença maternidade).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559328

PORTARIA Nº 1457/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ROSIANE BROEDEL.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ROSIANE BROEDEL** - matrícula: **53522**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **28** (vinte e oito) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **22/04/2025 a 22/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Petronella Lauvers Guilherme, ministrando 02 aulas de Língua Pomerana, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **22/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559334

PORTARIA Nº 1458/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ROSIANE SOARES PONATH.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ROSIANE SOARES PONATH** - matrícula: **52747**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **11/03/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMUEF Adolpho Pagung, ministrando 02 aulas de Arte, em substituição a professora Marina Gums de Oliveira (atestado médico).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **11/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559337

PORTARIA Nº 1459/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ROSIANE SOARES PONATH.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ROSIANE SOARES PONATH** - matrícula: **52747**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **27** (vinte e sete) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 22/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMUEF Adolpho Pagung, ministrando 01 aula de Musicalização, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559339

PORTARIA Nº 1460/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ROSINEIA TREICHEL PLASTER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo

opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ROSINEIA TREICHEL PLASTER** - matrícula: **52352**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **17/02/2025 a 20/02/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEI Fazenda Emilio Schroeder, ministrando 10 aulas como regente, em substituição a professora Rosane da Conceição Pereira (rescisão antecipada de contrato).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **17/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559343

PORTARIA Nº 1461/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ROZANGELA DIAS TORRENTE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ROZANGELA DIAS TORRENTE** - matrícula: **53205** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **19/03/2025**, **28/03/2025**, **07/04/2025 a 20/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Petronella Lauvers Guilherme, ministrando aulas em substituição as professoras Eliana Gums Lauvers (atestado médico), Crislaine Caetano da Rocha (folgas Eleição e atestados médicos), ministrando aulas vagas de Língua Pomerana, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **19/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559347

PORTARIA Nº 1462/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA ROZANGELA DIAS TORRENTE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **ROZANGELA DIAS TORRENTE** - matrícula: **53205** de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **28** (vinte e oito) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **22/04/2025 a 22/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Petronella Lauvers Guilherme, ministrando 02 aulas de Língua Pomerana, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **22/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559354

PORTARIA Nº 1463/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA SILVANA SASSEMBURG BERGER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **SILVANA SASSEMBURG BERGER** - matrícula: **52740**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 30/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMPEIEF Alcides Pimentel, ministrando 10 aulas vagas de Arte e 05 aulas de Xadrez, por falta de professor durante o mês de abril/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559360

PORTARIA Nº 1464/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA SILVANIA BERGER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **SILVANIA BERGER** matrícula: **52345**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 12/04/2025**, **14/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMPEIEF Fazenda Franz Schneider, ministrando 35 aulas como regente, em substituição a professora Lorrane Eliza Berger (rescisão antecipada de contrato). Ministrando 02 aulas de Arte, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559364

PORTARIA Nº 1465/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA SIMONE BRANDT RAMOS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **SIMONE BRANDT RAMOS** matrícula: **52743**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **04/04/2025**, **08/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMPEIEF Fazenda Arthur Plaster, ministrando aulas em substituição aos professores Edneia Reinke dos Reis (atestado médico), Arthur Moreira (atestado médico).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **04/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559367

PORTARIA Nº 1466/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA SOLANGE LINS CANDIDO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **SOLANGE LINS CANDIDO** - matrícula:**53364**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **17/03/2025 a 21/03/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Municipal Klainekiner Schaul, ministrando 15 aulas em substituição a professora Sara Delai (atestado médico).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **17/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559372

PORTARIA Nº 1467/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA TAISLAINE STORCH HENKE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **TAISLAINE STORCH HENKE** - matrícula: **53410**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **24/03/2025 a 25/03/2025**, **01/04/2025 a 08/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEIEF Recreio, ministrando 25 aulas de Língua Pomerana, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **24/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559375

PORTARIA Nº 1468/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA TAISLAINE STORCH HENKE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **TAISLAINE STORCH HENKE** - matrícula: **53410**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 02/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMEF Vila de Jetiba, ministrando 05 aulas de Arte, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559385

PORTARIA Nº 1469/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA TAISLAINE STORCH HENKE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **TAISLAINE STORCH HENKE** - matrícula: **53410**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 30/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMUEF Alto Recreio, ministrando 04 aulas de Xadrez, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559389

PORTARIA Nº 1470/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA THAIZES TURETA SCALZER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **THAIZES TURETA SCALZER** - matrícula: **53333**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 30/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMUEF Alto Recreio, ministrando 04 aulas de Xadrez, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559393

PORTARIA Nº 1471/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DO PROFESSOR THALES FELIPPE V. FERNANDES.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária do Professor **THALES FELIPPE V. FERNANDES** matrícula: **53426**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **28/03/2025**, **30/03/2025**, **04/04/2025**, **08/04/2025**, tendo em vista a atuação do mesmo na

EMEIF Recreio, ministrando aulas em substituição as professoras Angela Sipolatti Ortelan (folgas Eleições 2024), Dilza Helena S. Jacob (rescisão de contrato).

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **28/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559396

PORTARIA Nº 1472/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA THATIANA KRAUSE BERGER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **THATIANA KRAUSE BERGER** - matrícula: **52338**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **30** (trinta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **31/03/2025**, **04/04/2025**, **07/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma no CMEI Rayane Luiza Berger, ministrando 03 aulas de Língua Pomerana, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **31/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559400

PORTARIA Nº 1473/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DO PROFESSOR VALCENIR DA SILVA BORGUE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária do Professor **VALCENIR DA SILVA BORGUE** matrícula: **53359**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **35** (trinta e cinco) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/02/2025 a 28/02/2025**, tendo em vista a atuação do mesmo na Creche Evelina Buss Stinguel, ministrando 04 aulas vagas de Musicalização, por falta de professor em fevereiro/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/02/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559412

PORTARIA Nº 1474/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA VANDERLY GONÇALVES AMARAL.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **VANDERLY GONÇALVES AMARAL** - matrícula: **52598**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **06/03/2025 a 27/03/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Ronald Berger, ministrando 12 aulas vagas de Arte e 06 aulas de Musicalização, ambas por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **06/03/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559421

PORTARIA Nº 1475/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA VANUSA SAICK KRUGER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **VANUSA SAICK KRUGER** - matrícula: **52457**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **01/04/2025 a 30/04/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na EMPEIEF Alcides Pimentel, ministrando 10 aulas vagas de Arte e 05 aulas de Xadrez, por falta de professor durante o mês de abril/2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **01/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559427

PORTARIA Nº 1476/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PROFESSORA VERONICA VANESSA VIANA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 199/2025, autuada sob nº 2025-VV6JL em 30/04/2025;

- considerando o parecer jurídico no processo opinando pela possibilidade da extensão da carga horária;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Professora **VERONICA VANESSA VIANA** - matrícula: **52764**, de **25** (vinte cinco) horas semanais, para **28** (vinte e oito) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no(s) dia(s) **29/04/2025 a 22/12/2025**, tendo em vista a atuação da mesma na Creche Petronella Lauvers Guilherme, ministrando 02 aulas de Língua Pomerana, por falta de professor.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **29/04/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 14 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559432

PORTARIA Nº 1477/2025

EXONERA MESSIAS MARCOS DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE FROTA DE VEÍCULOS - REF. CC-6.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a CI/PMSMJ/SECTRAN/N°049/2025, Processo 2025-9QXTH;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:
Art. 1º. Exonerar **MESSIAS MARCOS DA SILVA** do Cargo em Comissão de **Gerente de Frota de Veículos** - **Ref. CC-6** em **02 de maio de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 02/05/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES,15 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559433

PORTARIA Nº 1478/2025

NOMEIA FABRICIO SALATI DOS SANTOS NO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE FROTA DE VEÍCULOS - REF. CC-6.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a CI/PMSMJ/SECTRAN/N°049/2025, Processo 2025-9QXTH;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear **FABRICIO SALATI DOS SANTOS** no Cargo em Comissão de **Gerente de Frota de Veículos** - **Ref. CC-6** em **02 de maio de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 02/05/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES,15 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559437

PORTARIA Nº 1479/2025

NOMEIA LAYZE FOERSTE HOLZ NO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA - REF. CC-10 - SECSAU.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a CI/SECSAU/Nº. 386/2025 - Processo 2025-8ZRZS - solicitando a nomeação da servidora;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear **LAYZE FOERSTE HOLZ**, no Cargo em Comissão de **Assessora** - **Ref. CC-10** em **15 de maio de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 15 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559440

PORTARIA Nº 1480/2025

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, EM FACE AO SERVIDOR N.B. PROCESSO 2025 7KGG9.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o conteúdo da CI/PMSMJ/SECINT/Nº 103/2025, Processo **2025 7KGG9**, comunicando a constatação de irregularidade no transporte e destinação de saibro;

- considerando a edição da Portaria nº 1153/2025 e o parecer da Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar com fulcro no Art. 230 da Lei 2802/2024, convolado a sindicância administrativa em processo administrativo sancionador;

- considerando que a Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar das Secretarias Municipais foi criada por meio do Decreto nº 014/2025 de 03 de fevereiro de 2025, conforme Lei Municipal nº 1364/2011 e alterações conforme Lei Municipal nº 1786/2015;

- considerando o disposto no Artigo 71 e 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, c/c Artigo 225 e seguintes da Lei Complementar n.º 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá).

R E S O L V E:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar as informações contidas no Processo nº Processo **2025 7KGG9**, com respaldo no Art. 228, § 2º da Lei Municipal n.º 2802/2024.

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar criada para a apuração é a que consta no Decreto nº 014/2025 de 03 de fevereiro de 2025**.**

Art. 3º. O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período pela autoridade que tiver determinado a instauração do inquérito, nos casos de força maior, a requerimento do Presidente da Comissão.

Art. 4º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar NOTIFICARÁ o servidor W.T., na forma estabelecida pelo Artigo 243, § 1º e 2º da Lei Municipal nº 2802/2024, para que no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa escrita e rol de testemunhas.

Art. 5º. Fica assegurado, ao servidor processado, o direito à ampla defesa e a constituição de advogado para acompanhamento do processo.

Art. 6º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar, obedecerá, no que cabível, ao disposto nos Artigo 225 e seguintes da Lei Municipal n.º 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá).

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se. Santa Maria de Jetibá-ES, 15 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559444

PORTARIA Nº 1481/2025

EXONERA A PEDIDO, ROSANE FROMHOLZ HORTELAN DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE TESOURARIA - REF. CC-6.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando o requerimento formulado pela servidora, Processo 2025-90J3Q, solicitando a sua exoneração em 15/05/2025;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar a pedido, **ROSANE FROMHOLZ HORTELAN** do Cargo em Comissão de **Gerente de Tesouraria** - **Ref. CC-6** em **15 de maio de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 15 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559450

PORTARIA Nº 1482/2025

EXONERA A PEDIDO, CARLOS AUGUSTO MANTHAY SCHULTZ DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR - REF. CC-10- SECINT.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o requerimento formulado pelo Servidor - Processo 2025-X2TP6, solicitando a sua exoneração em 09 de maio de 2025;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar a pedido, **CARLOS AUGUSTO MANTHAY SCHULTZ**, do Cargo em Comissão de **Assessor** - **Ref. CC-10** em **12 de maio de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 12/05/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 15 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559458

PORTARIA Nº 1483/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA DESENHISTA SANTUZA JACOB DE MAGALHÃES.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a CI/PMSMJ/SECPLA/N°065/2025, autuada em 30/04/2025 sob n° 2025-86XNZ, relatando a necessidade de extensão da carga horária da servidora Desenhista Santuza Jacob de Magalhães, a fim de ampliar a capacidade de atendimento as demandas da Secretaria;

- considerando parecer da Secretaria Jurídica constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Desenhista **SANTUZA JACOB DE MAGALHÃES**, matrícula: **052234**, de **30** (trinta) horas semanais, para **36** (trinta e seis) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no período de **05/05/2025 a 04/11/2025**, a fim de ampliar a capacidade de atendimento as demandas da Secretaria.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 05/05/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 15 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559474

PORTARIA Nº 1484/2025

REDUZ A CARGA HORARIA DA PROFESSORA GRACIELA RODRIGUES DOS SANTOS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 218/2025 autuada sob nº 2025-CLJ3C em 08/05/2025;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica reduzida a carga horária da Professora **GRACIELA RODRIGUES DOS SANTOS** - matrícula: **53349** de **33** (trinta e três) horas semanais, para **25** (vinte e cinco) horas semanais, a partir de **06/05/2025**, devido à redução em ministrar 04 aulas no turno matutino e 02 aulas no turno vespertino da disciplina de Arte na EMPEIEF Santa Luzia.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **06/05/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 15 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559484

PORTARIA Nº 1485/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DO AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL THIAGO GONÇALVES GOMES.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a CI/PMSMJ/SECEDU/SPN°.216/2025, autuada em 06/05/2025 sob o n° 2025-CGTK7, relatando a necessidade de extensão da carga horária do servidor Auxiliar de Educação Especial Thiago Gonçalves Gomes, para atendimento ao estudante da turma de Creche 04 no turno matutino na Creche Evelina Buss Stinguel durante o ano letivo de 2025, conforme solicitação feita pelo Centro de Referência de Educação Inclusiva - CREI;

- considerando parecer da Secretaria Jurídica constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária do Auxiliar de Educação Especial 25 horas **THIAGO GONÇALVES GOMES**, matrícula: **053479**, de **25** (vinte e cinco) horas semanais, para **40** (quarenta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no período de **06/05/2025 a 17/12/2025**, para atendimento ao estudante da turma de Creche 04 no turno matutino na Creche Evelina Buss Stinguel durante o ano letivo de 2025, conforme solicitação feita pelo Centro de Referência de Educação Inclusiva - CREI.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 06/05/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 15 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559493

PORTARIA Nº 1486/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA ASSISTENTE SOCIAL GIANNA MARIA ALMEIDA MARQUES.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a CI/PMSMJ/SETDAS/CREAS/ N°080/2025, autuada em 23/04/2025 sob n° 2025-ZB5FW, relatando a necessidade de extensão da carga horária da servidora Assistente Social Gianna Maria Almeida Marques, para atendimento ao Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, objetivando subsidiar as atividades e os compromissos que os adolescentes realizarão de acordo com sua medida, além de auxiliar o adolescente a não cometer mais atos infracionais, buscando construir um novo projeto de vida;

- considerando parecer da Secretaria Jurídica constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Assistente Social **GIANNA MARIA ALMEIDA MARQUES** matrícula: **053557**, de **20** (vinte) horas semanais, para **24** (vinte e quatro) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no período de **02/05/2025 a 01/11/2025**, para atendimento ao Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, objetivando subsidiar as atividades e os compromissos que os adolescentes realizarão de acordo com sua medida, além de auxiliar o adolescente a não cometer mais atos infracionais, buscando construir um novo projeto de vida, da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 02/05/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 15 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559502

PORTARIA Nº 1487/2025

EXONERA, A PEDIDO, PEDRO HENRIQUE VALERIO QUINTELLA DO CARGO EFETIVO DE ANALISTA DE COMPRAS CONTRATO E LICITAÇÕES.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a nomeação do Servidor no cargo efetivo de Analista de Compras Contrato e Licitações através da Portaria nº 1160/2024;

- considerando o requerimento, Processo 2025-GHLK, formulado pelo servidor solicitando a sua exoneração em 14/05/2025;

- considerando as demais informações no Processo 2025-GHLKF;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, **PEDRO HENRIQUE VALERIO QUINTELLA**, do cargo efetivo de **ANALISTA DE COMPRAS CONTRATO E LICITAÇÕES** em 25/04/2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a data de 12/05/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 19 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559509

PORTARIA Nº 1488/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PSICÓLOGA MARIANA SOARES BERGER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a CI/PMSMJ/SETDAS/CREAS/ N°079//2025, autuada em 23/04/2025 sob n° 2025-0748J, relatando a necessidade de extensão da carga horária da servidora Psicóloga Mariana Soares Berger, para atendimento ao Projeto "Homem que é Homem" e também no Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, para atendimento a adolescentes infratores;

- considerando parecer da Secretaria Jurídica constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Psicóloga **MARIANA SOARES BERGER**, matrícula:**053430**, de **20** (vinte) horas semanais, para **28** (vinte e oito) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no período de **02/05/2025 a 01/11/2025**, para atendimento ao Projeto "Homem que é Homem" e também no Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, para atendimento a adolescentes infratores, da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 02/05/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 19 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559520

PORTARIA Nº 1489/2025

EXONERA FLÁVIA LORIATO PAGANI DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS - REF. CC-2.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, **FLÁVIA LORIATO PAGANI** do Cargo em Comissão de **Secretária de Planejamento e Projetos** - **Ref. CC-2** em **19 de maio de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES 19 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559525

PORTARIA Nº 1490/2025

DESIGNA COMISSÃO PARA REALIZAR O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a CI/PMSMJ/SECEDU/ Nº174/2025, Processo 2025-SKMB7, justificando a necessidade de abertura de processo seletivo simplificado para os profissionais do Magistério da Secretaria de Educação;
- considerando a Lei Municipal nº 2041/2017, que autoriza a concessão de gratificação por processo seletivo, por cada servidor público membro de comissão de processo seletivo destinados a contratações temporárias, porém a composição deverá conter no máximo 05 (cinco) servidores;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72 Incs. VI e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir comissão para realizar o Processo Seletivo Simplificado para profissionais do Magistério da Secretaria de Educação, composta pelos Servidores Públicos abaixo relacionados:

Presidente: **Leoni Stuhei** - Matrícula: 052.213.
1º Membro: **Rúbia Aparecida Vittore** - Matrícula: 52.433
2º Membro: **Cassiano Emanuel Candeia** - Matrícula: 52.610.

Art. 2º. A Comissão deverá proceder a elaboração do Edital, submeter a revisão do mesmo a Secretaria Jurídica antes da publicação, acompanhamento gerencial executando/acompanhando serviços de registro, classificação, publicações, arquivamento, guarda e conservação de documentos, exercer demais atividades correlatas, bem como fiscalização do Processo Seletivo durante a vigência do mesmo.
Art.3º. A gratificação aos membros da comissão é fixada em R$ 1.000,00 (um mil reais) para cada um dos participantes, a ser paga em parcela única, após a homologação do resultado final do processo seletivo, conforme Lei nº 2041/2017.
Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 19 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559531

PORTARIA Nº 1491/2025

NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PREENCHER VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a CI/PMSMJ/SECESP/Nº 139/2025, 2025-7T59K, informando a necessidade de elaboração de Processo Seletivo Simplificado;

- considerando a necessidade da constituição de uma Comissão para realizar o Processo Seletivo para a vaga de Assistente Esportivo na modalidade balé, para contratação temporária em Projetos da Secretaria de Esportes e Lazer;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão para realizar o Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vaga, para o cargo de **Assistente Esportivo na modalidade balé**, composta pelos Servidores Públicos abaixo relacionados:

Presidente: Lara Discher, matrícula 055424;
1º Membro: Jean Fabian Freire, matrícula 052239.

Art. 2º. A Comissão Coordenadora deverá proceder à elaboração do Edital, acompanhamento gerencial e fiscalização do Processo Seletivo Público, observando as legislações vigentes.

Art. 3º. São atribuições da Comissão:

I - Elaboração de edital, encaminhamento para a Secretaria Jurídica, e Prefeito Municipal, dar publicidade junto ao setor competente nas fases necessárias, executar todos os registros, recebimento de documentos, classificação e outras atividades correlatas.

Art. 4º. A Comissão terá direito a gratificação, a qual é fixada em R$ 1.000,00 (mil reais) para cada

um dos participantes, a ser paga em parcela única, após a homologação do resultado final do processo seletivo, conforme Lei nº 2041/2017.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 19 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559540

PORTARIA Nº 1492/2025

NOMEIA ROSANE FROMHOLZ HORTELAN NO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE TESOURARIA - REF. CC-6.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando CI/PMSMJ/SECFAZ N° 27/2025, Processo 2025-X93LH, solicitando a nomeação da servidora;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear **ROSANE FROMHOLZ HORTELAN** no Cargo em Comissão de **Gerente de Tesouraria** - **Ref. CC-6** em **19 de maio de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 19/05/2025.
.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 20 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559545

PORTARIA Nº 1493/2025

EXONERA, LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOÉ DO CARGO EM COMISSÃO DE SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS - REF. CC-3.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a CI/PMSMJ/SECPLA/N°. 078/2025, processo 2025-6TJW4;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, **LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOÉ** do Cargo em Comissão de **Subsecretário de Planejamento e Projetos** - **Ref. CC-3** em **19 de maio de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 19/05/2025.
.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 20 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559553

PORTARIA Nº 1494/2025

NOMEIA, LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOÉ NO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS - REF. CC-2.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a CI/PMSMJ/SECPLA/N°. 078/2025, processo 2025-6TJW4;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, **LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOÉ** no Cargo em Comissão de **Secretário de Planejamento e Projetos** - **Ref. CC-2** em **19 de maio de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 19/05/2025.
.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 20 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559559

PORTARIA SECADM Nº 043/2025

LOCALIZA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILEZIA SCHULZ BOLDT.

O Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o Decreto Municipal nº 074/2025, que delega competências ao Secretário de Administração e dá outras providências;

- considerando despacho do Secretário de Saúde ao Processo 2025-7KNRD, solicitando a localização da servidora na Secretaria de Saúde - SECSAU;

- considerando que a referida servidora estava localizada na Secretaria de Planejamento e Projetos;

- considerando o disposto nos arts. 78 e 80 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Localizar a Servidora Pública Municipal **SILEZIA SCHULZ BOLDT**, Matrícula: 52186, no cargo de **Merendeira**, na **Secretaria de Saúde - SECSAU**, a partir de **02/06/2025.**

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/06/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 27 de maio de 2025.

VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO
Secretário de Administração
Portaria nº 014/2025

Protocolo 1559583

PORTARIA SECADM Nº 044/2025

ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 1577/2023, QUE DESIGNA SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) MUNICIPAL(IS) PARA ACOMPANHAR(EM) E FISCALIZAR(EM) A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO (PRODUTOS CASEIROS) - PROCESSO Nº 11237/2022- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023 - SRP E REVOGA A PORTARIA 365/2025.

O Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o Decreto Municipal nº 074/2025, que delega competências ao Secretário de Administração e dá outras providências;

- considerando que foi editada a Portaria nº 1577/2023, designando fiscais para acompanharem e fiscalizarem a aquisição de material de consumo de gênero alimentício (produtos caseiros);

- considerando o aceite anexado pela Secretaria de Saúde no processo nº 15508/2023, solicitando a alteração dos servidores designados como fiscal titular e fiscal suplente;

- considerando o disposto nos Arts. 78 e 80 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 1º da Portaria nº 1577/2023, passando a ter a seguinte redação:

"**Art. 1º.** Designar o(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionado(s), para acompanhar(em) e fiscalizar(em) a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO (PRODUTOS CASEIROS)**, em cumprimento a(s) Ata(s) de Registro de Preços **nº(s) 141/2023 a 142/2023 e Contrato(s) decorrente(s) da(s) mesma(s)** - Pregão Eletrônico **nº 081/2023**, em conformidade com as especificações, os quantitativos, a qualidade, a forma de entrega/prazo e outras que integram os documentos constantes no **processo administrativo nº 11237/2022** e seus anexos.

Titular	Suplente	Secretaria
Vamberto F. de Souza Junior - Mat.: 53398	Andriw Uriel V. Pinto - Mat.: 53040	SETDAS
Eliana dos Santos Galon - Mat.: 53050	Bruna Dopke Berger - Mat.: 53230	SECSAU
Veronica Schulz Holz - Mat.: 52039	Andressa Sperandio Busteke - Mat.: 50590	SECAGR
Felix Berger Neto - Mat.: 52938	Silvania Schultz Gumes - Mat.: 52253	SECPLA
Hilderson Jacob - Mat.: 55423	Tales Roberto Plantikow - Mat.: 55544	SECTUR

(...)"

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 365/2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 27 de maio de 2025.

VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO
Secretário de Administração
Portaria nº 014/2025

Protocolo 1559593

PORTARIA SECADM N° 045/2025

DESIGNA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO - PROCESSO 2025-H1DCN.

O Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o Decreto Municipal nº 074/2025, que delega competências ao Secretário de Administração e dá outras providências;

- considerando o Documento de Formalização de Demanda, autuado em 13/05/2025 sob o processo 2025-H1DCN, pela Secretaria de Obras - SECOBR;

- considerando o disposto no Art. 6, inciso XX e XXV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que determina a realização dos estudos técnicos preliminares;

- considerando o disposto no Decreto Municipal 359/2023, que regulamenta a Lei 14.133/2021 no âmbito do Poder Executivo Municipal;

- considerando que a fase de planejamento das contratações deve ser atualizada às boas práticas inserindo a análise de sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais à composição do Termo de Referência ou do Projeto Básico, regulamentando procedimentos padronizados;

- considerando o disposto nos Arts. 78 e 80, da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, em atendimento ao disposto no art. 8º, V da Instrução Normativa nº 003/2021 os servidores abaixo relacionados ao desempenho das funções para compor a Equipe de Planejamento da Contratação nos autos do Processo 2025-H1DCN, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÕES COM BLOQUETES INTERTRAVADOS EM ESTRADAS RURAIS.

Equipe de Planejamento de Contratação
Willian César Ciurlleti - Mat.: 53168
Fernando Scardua Binda - Mat.: 55521
Dionathan Pereira Quirino - Mat.: 55494

Parágrafo Único. Os servidores acima designados devem atuar de forma harmônica e eficaz a fim de produzir o melhor resultado ao interesse do município, devendo prestigiar a ética e não se distanciar dos princípios constitucionais regentes das contratações públicas, em especial o da legalidade, da eficiência, da primazia do interesse público e o da razoabilidade, com o objetivo da entrega do Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Pesquisa de Preços nos termos da Instrução Normativa nº 003/2021.

Art. 2º. O Planejamento da Contratação será realizado a partir dos procedimentos que já integram a fase de planejamento das licitações do município, visando materializar atos imprescindíveis às contratações, devendo culminar no relatório de viabilidade ou não da contratação.

Art. 3º. A Equipe de Planejamento ora constituída fica autorizada a consultar servidores ou contratados que detenham conhecimentos específicos e possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, bem como requisitar documentos que entenda pertinentes a qualquer setor da estrutura do órgão.

Parágrafo Único. Caso o servidor demandado se recuse a prestar as informações ou oferecer os documentos solicitados pela Equipe ou obstaculize a realização dos trabalhos pertinentes, a chefia imediata deverá ser comunicada para providenciar o atendimento da demanda e apurar a omissão ocorrida.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 27 de maio de 2025.

VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO
Secretário de Administração
Portaria nº 014/2025

Protocolo 1559597

PORTARIA Nº 1497/2025

ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 977/2025 QUE CONTITUI COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando os termos da Lei Municipal 2237/2019 que dispõe sobre os procedimentos de Regularização Fundiária Urbana, denominada "Regulariza Santa Maria";

- considerando a criação de comissão de regularização fundiária do município de Santa Maria de Jetibá, por meio da Lei Municipal nº 2251/2019, alterada pela Lei Municipal nº 2888/2025;

- considerando a solicitação para alteração nos membros da comissão de regularização fundiária, constante às fls 037 do Processo nº 1497/2025;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inc. VI e XV da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o artigo 1º da Portaria nº 977/2025 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 1º****. Fica constituída a Comissão de Regularização Fundiária Urbana denominada "Regulariza Santa Maria", por 01(um) membro de cada secretaria/segmento, conforme Lei 2888/2025, como segue:*

I - Secretaria de Planejamento e Projetos:
Santuza Jacob Magalhães- matrícula: 52.234

II - Secretaria de Jurídica:
Carolina Envangelista Friedrich - matrícula:55.552

III - Secretaria de Obras e Infraestrutura:
Jecilane Maier Schulz - matrícula: 55.495

IV - Secretaria de Meio Ambiente:
Leonardo Novelli Faian - matrícula: 52.282

V - Defesa Civil:
Clystheres de Freitas - matrícula: 52.449"

(...)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 21 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559689

PORTARIA Nº 1498/2025

DESIGNA INTERINAMENTE LOURILDO WRUCK PARA O CARGO DE GERENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - REF. CC-6, EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR KAYTON DE SOUZA KUSTER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando que o Gerente de Vigilância Sanitária, encontra-se de licença paternidade e gozará férias remanescentes, até a data de 09/07/2025;

- considerando o disposto no Inc. IX do Art. 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE

Art. 1º. Designar **interinamente** para o Cargo de **GERENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA** - **REF. CC-6**, **LOURILDO WRUCK**, em **21 de maio de 2025**, em substituição ao Gerente de Vigilância Sanitária, que se encontra de licença paternidade e férias.

Parágrafo Único. A designação será válida até o retorno do servidor titular.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações na Ficha Funcional Individual para o controle Conforme o Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 21/05/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 22 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559694

PORTARIA Nº 1499/2025

EXONERA, A PEDIDO, VIVELLI PASSAMANI DALLA BECALI DO CARGO EFETIVO DE ODONTÓLOGO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o requerimento, Processo 2025-NQ43C, formulado pela servidora solicitando a sua exoneração em 15/05/2025;

- considerando as demais informações no Processo 2025-NQ43C;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, **VIVELLI PASSAMANI DALLA BECALI**, do cargo efetivo de Odontólogo em 15/05/2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 15/05/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 22 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559703

PORTARIA Nº 1500/2025

EXONERA, NALANDA KRAUSE ZAAGER DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - REF. CC-8.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando as informações contidas no Processo 2025-R7J3S;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, **NALANDA KRAUSE ZAAGER** do Cargo em Comissão de **Coordenadora de Destinação de Resíduos Sólidos** - **Ref. CC-8** em **15 de maio de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 15/05/2025.
.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 22 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559712

PORTARIA Nº 1501/2025

EXONERA, A PEDIDO, DOUGLAS WEIRICH HANSTENREITER RONQUE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o requerimento, Processo 2025-R9HNX, formulado pelo servidor solicitando a sua exoneração em 16/05/2025;

- considerando as demais informações no Processo 2025-R9HNX;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, **DOUGLAS WEIRICH HANSTENREITER RONQUE**, do cargo efetivo de Motorista em 16/05/2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 16/05/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 22 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559723

PORTARIA Nº 1502/2025

REDUZ A CARGA HORARIA DA PROFESSORA CLAUDIA MARIA CORBELARI CONCEIÇÃO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 230/2025 autuada sob nº 2025-B7JMC em 20/05/2025;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica reduzida a carga horária da Professora **CLAUDIA MARIA CORBELARI CONCEIÇÃO** - matrícula: **53532** de **32** (trinta e duas) horas semanais, para **31** (trinta e uma) horas semanais, a partir de **19/05/2025**, devido à redução de carga horária fixa, em ministrar 01 aula no turno vespertino da disciplina de Xadrez na EMEF Vila de Jetibá.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **19/05/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 22 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559734

PORTARIA Nº 1503/2025

REDUZ A CARGA HORARIA DA PROFESSORA EDNAYNE DE OLIVEIRA BOTELHO KURTH.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 230/2025 autuada sob nº 2025-B7JMC em 20/05/2025;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica reduzida a carga horária da Professora **EDNAYNE DE OLIVEIRA BOTELHO KURTH** - matrícula: **53101** de **40** (quarenta) horas semanais, para **25** (vinte e cinco) horas semanais, a partir de **12/05/2025**, deixando de ministrar 08 aulas no turno vespertino da disciplina de Musicalização no CMEI Vila de Jetibá, e também deixando de ministrar 03 aulas no turno vespertino da disciplina de Arte na Creche Municipal Ronald Berger.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **12/05/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 22 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559748

PORTARIA Nº 1504/2025

REDUZ A CARGA HORARIA DO PROFESSOR EVANDRO KURTH.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a solicitação da Secretaria de Educação, CI/PMSMJ/SECEDU/SP/Nº 230/2025 autuada sob nº 2025-B7JMC em 20/05/2025;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica reduzida a carga horária do Professor **EVANDRO KURTH** - matrícula: **53204** de **27** (vinte e sete) horas semanais, para **25** (vinte e cinco) horas semanais, a partir de **12/05/2025**, deixando de ministrar 01 aula no turno vespertino da disciplina de Musicalização no CMEI Vila de Jetibá.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a **12/05/2025.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 22 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559770

PORTARIA Nº 1505/2025
ATRIBUI AO SERVIDOR CASSIANO EMANUEL CANDEIA, EFETIVO NO CARGO DE TÉCNICO EM INFORMÁTICA, A FUNÇÃO GRATIFICADA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - REF. FGGA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

RESOLVE:

Art. 1º. Atribuir ao servidor **CASSIANO EMANUEL CANDEIA**, efetivo no cargo de **Técnico em Informática** - Matrícula 52.610 a **Função Gratificada de Gestão Administrativa** - **Ref. FGGA**, a partir de **23 de maio de 2025.**

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, procederá às anotações pertinentes na Ficha Funcional Individual do servidor, na forma do Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 23 de maio de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559781

PORTARIA Nº 1506/2025

ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 634/2025 QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO PARA OS SERVIDORES QUE DESEMPENHAM ATIVIDADE DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO, LOTADOS NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 2303/2019.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a Lei Municipal nº 2303/2019, que institui gratificação pelo exercício da função de Fiscalização e Licenciamento no âmbito da Vigilância Sanitária, para os integrantes da equipe de Vigilância Sanitária que estejam exercendo de fato a atividade de licenciamento sanitário;

- considerando o Processo 2025-3WT91 que encaminha a certidão de óbito do servidor efetivo no cargo de Vigilante Sanitário Alaélio Braz Daleprane;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incs. VI e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o artigo 1º da Portaria nº 634/2025 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 1º****. Concede gratificação para os integrantes da equipe de Vigilância Sanitária, nos termos da Lei Municipal nº 2303/2019, composta pelos seguintes servidores:*

- ***André Bolonha Soares*** - ***Vigilante Sanitário*** - *matrícula: 52.611*;
- ***Cristiane Boldt Schwanz*** - ***Vigilante Sanitária*** - *matrícula: 52.481*;
- ***Kayton de Souza Kuster*** - ***Vigilante Sanitário*** - *matrícula: 52.329*;
- ***Luzia de Fátima de Souza Ribeiro*** - ***Farmacêutica***- *matrícula: 53.073*;
- ***Lourildo Wruck*** - ***Vigilante Sanitário*** - *matrícula: 52.328*;
- ***Luciana Costa Brum*** - ***Médica Veterinária*** - *matrícula: 52.135*;
- ***Maiara Ferreira Silva*** - ***Nutricionista*** - *matrícula: 53.449*;
- ***Wanuza Schultz Friedrich*** - ***Vigilante Sanitária*** - *matrícula: 52.634*."

(...)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá, 23 de maio de 2025.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559787

Contrato

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000207/2025: Contratada: SILK BRINDES COMUNICAÇÃO VISUAL, PUBLICIDADE, PROP - CNPJ: 19.814.481/0001-05. Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VISUAL, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 054/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 000004/2025. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.02.0051**. **Valor total:** R$ 10.300,00. **Prazo:** O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando imediatamente a partir da publicação do contrato, sendo prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. **Dotação:** 37-150000000001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (062E070000100300104122000 22.00333 90390000015000000). **Processo 2025-BT7SC.**
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1558868

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000210/2025: Contratada: JBF DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 58.030.893/0001-06. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SECOS PARA MERENDA ESCOLAR, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 031/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 000008/2025. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2025.062E00001.02.0001**. **Valor total:** R$ 49.446,59. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, iniciando imediatamente a partir da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. **Dotação:** 238-150000000001 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (062E0700001007 0011212200162.022339032000000015000000). **Processo 2025-NK8JL**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1558869

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000219/2025: Contratada: ORIGINAL CONSTRUTORA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 34.390.461/0001-30. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E COLETIVOS (EPCS), CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 038/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 000013/2025. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2025.062E0700001.02.0005. Valor total:** R$ 345,15. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do(a) publicação do contrato, sendo prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. **Dotação:** 112-150000000001 - MATERIAL DE CONSUMO (062E07000010050011312200 142.028339030000015000000). **Processo 2025-99PG3.**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1558871

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000221/2025: Contratada: ARGUS ATACADISTA LTDA - CNPJ: 27.874.317/0001-03. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E COLETIVOS (EPCS), CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 046/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 000013/2025. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2025.062E0700001.02.0005. Valor total: R$ 1.927,00. Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do(a) publicação do contrato, sendo prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. **Dotação:** 112-150000000001 - MATERIAL DE CONSUMO (062E07000010050011312200 142.028339030000015000000). **Processo 2025-1XCDK.**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1558873

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000167/2025: Contratada: MMV PAPELARIAEIRELI-CNPJ:32.193.726/0001-84. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (PAPELARIA), CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 082/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO 000053/2024. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.02.0039. Valor total:** R$ 15.991,01. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é até **22 de dezembro de 2025**, iniciando imediatamente a partir da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. **Dotação:** 237-150000250000 - MATERIAL DE CONSUMO (062E0700001007001121220016 2.022339030000015000025), 260-155000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (062E0700001007 0011236100162.023339030000015500000), 284-155000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (0 62E0700001007001123650016 2.026339030 000015500000). **Processo Requerimento Nº 002573/2025.**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1558921

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000215/2025: Contratada: J.B COMERCIO E SERVICOS EIRELI - CNPJ: 11.923.577/0001-91. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - CARNE, HORTIFRUTI, FRIOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 017/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 000010/2025. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2025.062E00001.02.0001**. **Valor total:** R$ 26.068,24. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, iniciando imediatamente a partir da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. **Dotação:** 238-150000000001 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (062E0700001007001121220016 2.022339032 0000015000000). **Processo 2025-BK0BP.**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1559039

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000211/2025: Contratada: J.B COMERCIO E SERVICOS EIRELI - CNPJ: 11.923.577/0001-91. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SECOS PARA MERENDA

ESCOLAR, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 032/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 000008/2025. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2025.062E00001.02.0001**. **Valor total:** R$ 106.301,24**. Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, iniciando imediatamente a partir da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. **Dotação:** 238-150000000001 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (062E070000100700112122001620223390320 000015000000). **Processo 2025-BSJQS.**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1559042

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000214/2025: Contratada: VITÓRIA FOODS LTDA - CNPJ: 27.647.929/0001-63. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - CARNE, HORTIFRUTI, FRIOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 016/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 000010/2025. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2025.062E0700001.02.0003**. **Valor total:** R$ 10.543,02. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, iniciando imediatamente a partir da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. **Dotação:** 238-150000000001 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (062E070000100700112122001620223390320 000015000000). **Processo 2025-F8SDL.**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1559100

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000222/2025: Contratada: DEBRUM MOVEIS CORPORATIVOS LTDA - CNPJ: 53.448,772/0001-57. Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 029/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 000058/2024. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.02.0044. Valor total:** R$ 580,00**. Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação do contrato. **Dotação:** 18-150000000001 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (06 2E070000100200104122004 02.0674490520 000015000000). **Processo: 2025-D1G8C.**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1559113

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000218/2025: Contratada: CITY CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 48.256.518/0001-17. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E COLETIVOS (EPCS), CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 044/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 000013/2025. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2025.062E0700001.02.0005. Valor total:** R$ 450,00. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do(a) publicação do contrato, sendo prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. **Dotação:** 112-150000000001 - MATERIAL DE CONSUMO (062E070000100500113 12200142.028339030000000 15000000). **Processo 2025-Z6PG3.**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1559485

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato FMS nº 000040/2025: Contratada: FABRIK SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 12.691.335/0001-82. Objeto: AQUISIÇÃO DE BOMBAS D'ÁGUA, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 013/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.02.0050. Valor total:** R$ 5.512,00. **Prazo:** O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando imediatamente a partir da publicação do contrato. **Dotação:** 27-150000150000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (062E050000101500110 12200422.072449052000001 5000015). **Processo 2025-X6HLH.**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1559768

Aditivo

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, torna público que firmou o Acordo de Cooperação, que segue:
Resumo do 1º Aditivo ao Acordo de Cooperação n° 012/2023, com a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGRÍCOLAS DE CARAMURU - APAC, inscrita no CNPJ sob nº. 03.750.021/0001-12. **Objeto:** Fica excluído o Item 1.1.1. da Cláusula Primeira do Acordo de Cooperação nº 0012/2023, o seguinte equipamento: Batedeira Cereais MFW, modelo BCO. 30 MAX - universal MCM 84335200 NF 1956 MSW - Ano 2018, Patrimônio nº 28702" do Acordo de Cooperação nº 012/2023, por solicitação da ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGRÍCOLAS DE CARAMURU - APAC**. Processo** 2025-1PB4S.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1559154

O município de Santa Maria de Jetibá-ES, em cumprimento ao Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021, e com respaldo no Art. 124, I, "b" da Lei Federal nº 14.133/2021, firmou o que segue:

003º Termo aditivo ao Contrato nº 000462/2024. Contratada: PÓRTICO ENGENHARIA E CONSULTORIA. CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.01.0026. Objeto: Decréscimo de 2.531 m² do item PROJETO COMPLETO DE MURO DE GABIÃO, totalizando um decréscimo no valor de R$ 88.331,90, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE MUROS DE CONTENÇÃO, PROJETOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO CADASTRAL E SONDAGEM DE SOLO, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO.
004º Termo aditivo ao Contrato nº 000462/2024. Contratada: PÓRTICO ENGENHARIA E CONSULTORIA. CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.01.0026. Objeto: Acréscimo de 566,58 m² de quantitativo ao item PROJETO DE MURO DE CONTENÇÃO, totalizando um acréscimo no valor de R$ 21.530,04 (vinte e um mil, quinhentos e trinta reais e quatro centavos), que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE MUROS DE CONTENÇÃO, PROJETOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO CADASTRAL E SONDAGEM DE SOLO, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO.
Processo: 16116/2023.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá

Protocolo 1559227

São Domingos do Norte

Ordem de Serviço

ORDEM DE SERVIÇO DO CONTRATO Nº 31/2025 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6708/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025 - FMS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2025 - FMS

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 13.953.742/0001-83, com sede na Travessa Sebastião Valeriano Pagani, Centro, São Domingos do Norte/ES, CEP 29745-000, representada legalmente por sua Secretária, a Sra. **Marta Martins Sossai**, e pela Prefeita Municipal a Sra. **Ana Izabel Malacarne de Oliveira**, aqui denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **JRS CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 49.008.604/0001-73, estabelecida na Avenida Conceição da Barra, nº 2.266, Bairro Shell, Linhares/ES, CEP 29.901-590, e-mail: jrs.construtora.es@hotmail.com, tel.: (027) 99937-4599, representada neste ato pela Sra. **Gilda Maria Rebonato Soeiro**, designada abreviadamente de **CONTRATADA**, para execução do objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia para contratação de empresa de Engenharia para promover de forma reforma e adequação da ESF "Francisco Aragão" localizada na Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Niterói, no Município de São Domingos do Norte/ES. Tudo conforme proposta e planilhas que seguem em anexo.
Localidade atendida: Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Niterói, no Município de São Domingos do Norte/ES.
Pelo presente autorizo a Contratada supracitada a iniciar os serviços, objeto do contrato acima epigrafado, a partir da ciência e data de recebimento desta ordem.
São Domingos do Norte/ES, 23 de maio de 2025.

Ana Izabel Malacarne de Oliveira
Prefeita Municipal
CONTRATANTE

Marta Martins Sossai
Secretária Municipal de Saúde
Município de São Domingos do Norte/ES
CONTRATANTE

Gilda Maria Rebonato Soeiro
JRS CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

Protocolo 1559535

Aditivo

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2023

O **MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**, Estado do Espírito Santo, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediado na Rod. Gether Lopes de Farias, s/nº, São Domingos do Norte/ES, CEP 29745-000, inscrito no CNPJ sob o nº 36.350.312/0001-72, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. **Ana Izabel Malacarne de Oliveira**, aqui denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **CONTATO DIÁRIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.501.722/0001-18, situada na Avenida AB, Quadra 33-A, Bairro Manoel Plaza, Serra/ES, CEP 29160-450, Telefones: 0800-0057075, (27) 3347-1139, (27) 98151-7450, e-mail: contato@contatodiario.com.br, representada neste ato por seu representante legal, o Sr. **Oedson Laurindo Marques**, doravante denominada **CONTRATADA**, com base no Processo Administrativo protocolado sob o nº 3119/2025 e de conformidade com a nos termos da Lei nº 8.666/93, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do contrato nº 87/2023, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO
2.2. Fica prorrogado a vigência do contrato a partir de **30/05/2025** até **29/05/2026.**

CLÁUSULA TERCEIRA: DO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. A dotação orçamentaria a ser utilizada será: PROGER - Ficha: 065 Fonte: 150000000000.

Em tudo mais fica perfeitamente ratificado o Contrato nº 87/2023, em todas as suas cláusulas e condições, do qual o presente fica fazendo parte integrante e inseparável.

E, por estarem contratados, assinam em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.
São Domingos do Norte/ES, 27 de maio de 2025.

Ana Izabel Malacarne de Oliveira Oedson Laurindo Marques
Prefeita Municipal
Representante Legal
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
2- _____

Protocolo 1559949

São Gabriel da Palha

Decreto

DECRETO Nº 5.135/2025
ESTENDE CARGA-HORÁRIA DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SERVIDORA THAIS PIMENTA NUNES

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando que a jornada básica de trabalho dos profissionais da educação, que é de vinte e cinco (25) horas semanais, podendo ser estendida em até quinze (15) horas no máximo, em caráter excepcional, para atender as necessidades da rede municipal de ensino, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 2.743 de 20 de Junho de 2018.
Considerando o Processo Administrativo nº 3.825 de 22 de Maio de 2025 da Secretaria Municipal de Educação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estendida em cinco (05) horas diárias, a carga-horária da Servidora THAIS PIMENTA NUNES, Matrícula 4089, Professora A MAPA - Ensino Fundamental, no dia 20/05/2025, no CMEI "Pequeno Principe", passando sua jornada de trabalho de cinco (05) horas diárias, para dez (10) horas diárias, em atendimento a Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo Seus efeitos a partir de 20 de Maio de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559950

DECRETO Nº 5.136/2025
ESTENDE CARGA-HORÁRIA DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SERVIDORA THAIS PIMENTA NUNES

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando que a jornada básica de trabalho dos profissionais da educação, que é de vinte e cinco (25) horas semanais, podendo ser estendida em até quinze (15) horas no máximo, em caráter excepcional, para atender as necessidades da rede municipal de ensino, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 2.743 de 20 de Junho de 2018.
Considerando o Processo Administrativo nº 3.825 de 22 de Maio de 2025 da Secretaria Municipal de Educação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estendida em cinco (05) horas diárias, a carga-horária da Servidora THAIS PIMENTA NUNES, Matrícula 4089, Professora A MAPA - Ensino Fundamental, no dia 21/05/2025, na EMEF "Profº Carlos Dias Miranda Cunha", passando sua jornada de trabalho de cinco (05) horas diárias, para dez (10) horas diárias, em atendimento a Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo Seus efeitos a partir de 21 de Maio de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559957

Edital

RELAÇÃO DE ARTISTAS CREDENCIADOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS MUSICAIS LOCAIS PARA APRESENTAÇÕES EM EVENTOS REALILZADOS OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ARTE - SEMCULT - SGP

Nº	ARTISTA	PROCESSO	CATEGORIA
01	LEANDRO MESSA	2554/2025	BANDA
02	MODÃO DU BOM	2639/2025	BANDA
03	BOSCO E JOSMAR	2863/2025	DUPLA
04	VOXCOR	2681/2025	BANDA
05	GABRIEL FONTANA	2418/2025	BANDA
06	DJ. LORENZO PAIVA	2429/2025	SOLO
07	BANDA EDWARD KANNA	2629/2025	BANDA
08	SIMONE & GIOVANNY	2923/2025	DUPLA
09	SILAS CAMPOS	2647/2025	BANDA
10	ZÉ CARLOS	2903/2025	DUPLA
11	DAYANE OLIVEIRA	2883/2025	BANDA

12	XANDÃO	3052/2025	SOLO
13	JOÃO MARCOS E VINICIUS	3091/2025	BANDA
14	PAGODE D PRIMEIRA	3854/025	BANDA
15	BANDA RETROVISOR	3868/2025	BANDA

São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

CÁSSIO P. XAVIER DA SILVA
Presidente da Comissão Especial
Portaria nº 9.694/2024

JOSÉ LUIZ VIAL
Secretário Municipal de Cultura e Arte

Protocolo 1559445

EDITAL Nº 057/2025 CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO CELETISTA

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 3.261/2022, que homologou o resultado do Processo Seletivo Público nº 001/2022, conduzido pela Comissão Especial designada pela Portaria nº 5.456/2021,
convoca candidato(a) aprovado(a) no referido processo seletivo, para fins de contratação, em regime celetista, no cargo de Técnico em Enfermagem, para atendimento das demandas da Secretaria.

R E S O L V E:

Art. 1.º - Convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo nº 001/2022, conforme relação constante no Anexo Único que integra este Edital, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, no prédio da Prefeitura Municipal, situado à Praça Vicente Glazar, N.º 159, Bairro Glória, nesta Cidade, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, no horário de 12h (doze horas) às 18h (dezoito horas) de segunda-feira a quinta-feira e no horário de 7h (sete horas) às 13h (treze horas) na sexta-feira, para apresentar os documentos exigidos..
Art. 2.º - O não comparecimento do candidato no prazo de quarenta e oito (48) horas, contados da data da convocação, implicará na sua reclassificação, assumindo o último lugar na lista de aprovados de cada cargo.
Art. 3.º - No ato da convocação o candidato deverá entregar cópia simples dos seguintes documentos, munidos dos originais:
- Uma Foto 3x4 recente;
- Atestado de Saúde Ocupacional;
- Cópia do CPF com Comprovante de Situação Cadastral;
- Cópia do Documento de Identidade;
- Cópia do Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
- Cópia da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social (frente e verso);
- Cópia do Cartão PIS/PASEP (se possuir);
- Cópia da CNH - Carteira Nacional de Habilitação (Observar Categoria - Cargos que exigem);
- Cópia Comprovante de Residência;
- Comprovante de Conta Bancária (Banestes, Caixa Econômica, Sicoob, Banco Brasil);
- Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para o Cargo;
- Cópia do Registro no Conselho de Classe (Cargos que exigem);
- Cópia do Certificado de Reservista (sexo masculino);
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos
- Cópia do CPF dos Dependentes Menores de 18 Anos;
- Cópia do Cartão de Vacina dos Filhos Menores de 18 Anos;
- Certidão Negativa de Dívida à Fazenda Municipal; (Site da Prefeitura);
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal, Estadual ou do Distrito Federal e Militar dos lugares onde resistiu nos últimos 5 (cinco) anos;
- Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia Civil Estadual ou do Distrito Federal onde resistiu nos últimos 5 (cinco) anos;
- Certidão de inexistência de crime eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral;
- Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral;
- Certidão Emitida pelo Conselho Nacional de Justiça no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade que comprove a inexistência de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade.
- Número de Telefone;
- Declaração de Nepotismo;
- Declaração de não Acumulação de Cargo Público;
- Declaração de Bens que constituem seu Patrimônio;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda;
- Cópia do Cartão de Vacina Atualizado.
- Qualificação cadastral E-Social.

Art. 4.º - O candidato selecionado para o exercício temporário do cargo terá o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para assumir suas atividades, findo o qual perderá o direito de ser contratado, passando a figurar na última colocação entre os classificados.

São Gabriel da Palha ES, 27 de maio de 2025.

MARCELLA FERREIRA ROSSONI ROCHA
Secretária Municipal de Saúde

Anexo Único do Edital nº 057/2025 de Convocação para Contratação Celetista

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
T A T I A N A F E R R E I R A SANTANA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	3º

Protocolo 1559671

Resolução

RESOLUÇÃO - CMDCA 02/2025

Dispõe sobre aprovar curso de capacitação e qualificação profissional ofertado para adolescentes

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA/SGP, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Complementar nº 51/2016 e a Lei Complementar nº62/2019.

Considerando reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 23 de maio de 2025, na qual foi apresentado pelo CIEE- Centro de Integração Empresa-Escola solicitação para validar curso de capacitação e qualificação profissional com duração de 23 meses com carga horária de 736 horas teóricas e 1.104 horas práticas para adolescentes com idade entre 14 anos e 17 anos e 11 meses conforme Ata nº 13/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar curso de capacitação e qualificação profissional com duração de 23 meses com carga horária de 736 horas teóricas e 1.104 horas práticas para adolescentes com idade entre 14 anos e 17 anos e 11 meses através do CIEE.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Gabriel da Palha - ES, 26 de maio de 2025.

ILZA GONÇALVES TERRA
Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA
Protocolo 1558908

Portaria

PORTARIA Nº 10.040/2025

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EDITAL PARA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

Considerando o Processo Administrativo nº 3.736 de 20 de Maio de 2025, do Departamento de Recursos Humanos.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear Comissão Especial de elaboração e acompanhamento de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de técnico em segurança do trabalho, composta pelos Servidores: HEITOR RAMALHO MIRANDA - Presidente, WEDERSON FERREIRA DE PAIVA e WILLIAN FISCHER DE MOURA - Membros.
Art. 2º - A referida Comissão terá a duração de sessenta (60) dias, a partir da publicação desta Portaria.
Parágrafo Único - Os Servidores nomeados serão remunerados pelos serviços prestados com três (03) valores de referência de São Gabriel da Palha - VRSGP, pagos ao final dos trabalhos realizados pela Comissão, mediante apresentação de relatório no Departamento de Recursos Humanos**.**
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 26 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1558849

PORTARIA Nº. 038/2025 - SEMUS DESIGNA SERVIDOR

MARCELLA FERREIRA ROSSONI ROCHA, Secretária Municipal de Saúde interina, usando das atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 e Parágrafos da
Lei Nº. 8.666/93;

CONSIDERANDO que as Secretarias ficam no dever de remeter, mensalmente, ao Chefe do Poder Executivo Municipal Relatórios de todos os contratos firmados sob sua gestão, indicando seu número, nome do contrato, objeto, valor do contrato e o nome do respectivo Fiscal do Contrato;
CONSIDERANDO que deverá ser designado servidor que disponha de perfil para o perfeito desempenho da função,

R E S O L V E:
Art. 1º. - **DESIGNAR**, o servidor Willian Moronari - Mat. 9141 - Diretor de departamento, para atuar como fiscal do Contrato nº. 123/2024 com a Empresa DROGARIA E PERFUMARIA FARMAVIDA LTDA, tem como objeto fornecimento de medicamentos não padronizados, conforme receita médica, atendendo as demandas de ordens judiciais e demais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento ao disposto no Art. 67 e Parágrafos da Lei N.º 8.666/93.

Art. 2º - É dever do Fiscal do Contrato exercer com total eficiência as funções de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, tendo total responsabilidade pelos resultados, devendo observar o cumprimento, pela contratada, das regras técnicas, científicas ou artísticas previstas no instrumento contratual.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Saúde, em 27 de maio de 2025.
MARCELLA FERREIRA ROSSONI ROCHA
Secretária Municipal de Saúde
Protocolo 1559177

PORTARIA Nº. 39/2025 - SEMUS DESIGNA SERVIDORES

MARCELLA FERREIRA ROSSONI ROCHA, **Secretária Municipal de Saúde**, usando das atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 e Parágrafos da Lei N.º 14.133/2021;

CONSIDERANDO que as Secretarias ficam no dever de remeter, mensalmente, ao Chefe do Poder Executivo Municipal Relatórios de todos os contratos firmados sob sua gestão, indicando seu número, nome do contrato, objeto, valor do contrato e o nome do respectivo Fiscal do Contrato;
CONSIDERANDO que deverá ser designado servidor que disponha de perfil para o perfeito desempenho da função,

R E S O L V E:

Art. 1º. - **DESIGNAR**, a servidora, MARIANNA RIBEIRO CRIZOSTOMO LOVO, Enfermeira, Matrícula 5955 - Titular, para atuar como fiscal do contrato nº 55/2025, firmado com a empresa CIBOX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, que tem como objeto a prestação de serviços de implementação de parque gráfico terceirizado, com disponibilização dos elementos e logística necessários, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento ao disposto no Art. 117 e Parágrafos da Lei N.º 14.133/2021.

Art. 2º - É dever do Fiscal do Contrato exercer com total eficiência as funções de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, tendo total responsabilidade pelos resultados, devendo observar o cumprimento, pela contratada, das regras técnicas, científicas ou artísticas previstas no instrumento contratual.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revoga-se as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Saúde, em 27 de maio de 2025.

MARCELLA FERREIRA ROSSONI ROCHA
Secretária Municipal de Saúde
Protocolo 1559180

PORTARIA Nº 10.041/2025
SUSPENDE PERIODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA ADRIANA TAUFER DE ASSIS PESSIN

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o período de férias da Servidora ADRIANA TAUFER DE ASSIS PESSIN, Mat. 6325, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, conforme períodos abaixo.

Ferias Suspensas	Ano/Período	Gozo das Ferias
02/05/2025 a 31/05/2025	2024/2025	30 dias - Em momento oportuno

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1559491

PORTARIA Nº 10.042/2025
SUSPENDE PERIODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA GHYSLAINE FAGUNDES OLIVEIRA SCHULZE

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando Memorando nº 03 da Controladoria Geral do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o período de férias da Servidora GHYSLAINE FAGUNDES OLIVEIRA SCHULZE, Mat. 8221, Coordenadora Técnica de Auditória, lotada na Controladoria Geral do Município, conforme períodos abaixo.

Ferias Suspensas	Ano/Período	Gozo das Ferias
02/05/2025 a 31/05/2025	2024/2025	30 dias - Em momento oportuno

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1559506

PORTARIA Nº 10.043/2025
SUSPENDE PERIODO DE FÉRIAS DO SERVIDOR DIEGO SOARES DO NASCIMENTO

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando Memorando nº 28 da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o período de férias do Servidor DIEGO SOARES DO NASCIMENTO, Mat. 8787, Professor B MAPB - Educação Física-DT, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme períodos abaixo.

Ferias Suspensas	Ano/Período	Gozo das Ferias
02/05/2025 a 31/05/2025	2024/2025	30 dias-22/012/2025 a 20/01/2026

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559519

PORTARIA Nº 10.044/2025
SUSPENDE PERIODO DE FÉRIAS DO SERVIDOR EDILSON CARLOS GONCALVES

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando Memorando nº 28 da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o período de férias do Servidor EDILSON CARLOS GONCALVES, Mat. 8786, Professor B MAPB - Educação Física-DT, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme períodos abaixo.

Ferias Suspensas	Ano/Período	Gozo das Ferias
02/05/2025 a 31/05/2025	2024/2025	30 dias-22/012/2025 a 20/01/2026

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559528

PORTARIA Nº 10.045/2025
SUSPENDE PERIODO DE FÉRIAS DO SERVIDOR JEUBER FERREIRA DA CUNHA

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando Memorando nº 28 da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o período de férias do Servidor JEUBER FERREIRA DA CUNHA, Mat. 8788, Professor B MAPB - Educação Física-DT, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme períodos abaixo.

Ferias Suspensas	Ano/Período	Gozo das Ferias
02/05/2025 a 31/05/2025	2024/2025	30 dias-22/012/2025 a 20/01/2026

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559532

PORTARIA Nº 10.046/2025
SUSPENDE PERIODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA MARIA LUIZA SCHMIDT CAMILLO

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando Memorando nº 28 da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o período de férias da Servidora MARIA LUIZA SCHMIDT CAMILLO, Mat. 8789, Professor B MAPB - Educação Física-DT, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme períodos abaixo.

Ferias Suspensas	Ano/Período	Gozo das Ferias
02/05/2025 a 31/05/2025	2024/2025	30 dias-22/012/2025 a 20/01/2026

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559538

PORTARIA Nº 10.047/2025

LOCALIZA NA EMEIEF JOÃO GABRIEL A SERVIDORA GLEICE MALIA BARBOSA DOS SANTOS

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 3.493 de 08 de Maio de 2025, da Secretaria Municipal de Educação.

R E S O L V E:

Art. 1º - Localizar a Servidora GLEICE MALIA BARBOSA DOS SANTOS, Matrícula 6777, Auxiliar de Secretaria, na EMEIEF "João Gabriel", a partir de 22 de Abril de 2025.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo Seus efeitos a partir de 22 de Abril de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1559970

PORTARIA Nº 10.048/2025

LOCALIZA NA EMEF PROFª ANNA CAVATTI COLOMBI A SERVIDORA MARIA EDUARDA ROCHA LIBERATO

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 3.493 de 08 de Maio de 2025, da Secretaria Municipal de Educação.

R E S O L V E:

Art. 1º - Localizar a Servidora MARIA EDUARDA ROCHA LIBERATO, Matrícula 9384, Auxiliar de Secretaria, na EMEF "Profª Anna Cavatti Colombi", a partir de 22 de Abril de 2025.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo Seus efeitos a partir de 22 de Abril de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1559980

PORTARIA Nº 10.049/2025

LOCALIZA NA EMEF BERTOLO MALACARNE A SERVIDORA VALQUIRIA RIBEIRO DE JESUS

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 3.493 de 08 de Maio de 2025, da Secretaria Municipal de Educação.

R E S O L V E:
Art. 1º - Localizar a Servidora VALQUIRIA RIBEIRO DE JESUS, Matrícula 9540, Auxiliar de Secretaria, na EMEF "Bertolo Malacarne", a partir de 05 de Maio de 2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo Seus efeitos a partir de 05 de Maio de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1559991

PORTARIA Nº 10.050/2025

LOCALIZA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A SERVIDORA TYARA ROMUALDO JUREWSKI TAVARES

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 3.493 de 08 de Maio de 2025, da Secretaria Municipal de Educação.

R E S O L V E:

Art. 1º - Localizar a Servidora TYARA ROMUALDO JUREWSKI TAVARES, Matrícula 3134, Auxiliar de Secretaria, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de Maio de 2025.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo Seus efeitos a partir de 12 de Maio de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1560004

PORTARIA Nº 10.051/2025

LOCALIZA NA EMEIEF VILA FARTURA A SERVIDORA EDILHA ALVES DA CRUZ

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 3.493 de 08 de Maio de 2025, da Secretaria Municipal de Educação.

R E S O L V E:

Art. 1º - Localizar a Servidora EDILHA ALVES DA CRUZ, Matrícula 6630, Cuidadora, na EMEIEF "Vila Fartura", a partir de 06 de Maio de 2025.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo Seus efeitos a partir de 06 de Maio de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1560015

PORTARIA Nº 10.052/2025
CONCEDE LICENÇA CASAMENTO A SERVIDORA MARILUCIA PEREIRA COUTINHO

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 3.582 de 13 de Maio de 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Servidora MARILUCIA PEREIRA COUTINHO, Mat. 2952, Agente de Serviços de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, o direito a afastamento de oito (08) dias, no período de 23/05/2025 a 30/05/2025, por motivo de Seu casamento no dia 23/05/2025, de acordo com o art. 119, IV, 'a' da Lei Complementar nº 44. de 19 de novembro de 2015.
Art. 2º - Fica a referida Servidora responsável para, após a licença, apresentar ao Departamento de Recursos Humanos cópia autenticada da Certidão de Casamento para ser arquivada em sua pasta funcional.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo Seus efeitos a partir de 23 de Maio de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1560024

PORTARIA Nº 10.053/2025
CONCEDE LICENÇA CASAMENTO AO SERVIDOR JOSE ANTONIO GRATKY

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo nº 3.583 de 13 de Maio de 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao Servidor JOSE ANTONIO GRATKY, Mat. 5444, Motorista da ESF, da Secretaria Municipal de Saúde, o direito a afastamento de oito (08) dias, no período de 23/05/2025 a 30/05/2025, por motivo de Seu casamento no dia 23/05/2025, de acordo com o art. 119, IV, 'a' da Lei Complementar nº 44. de 19 de novembro de 2015.

Art. 2º - Fica o referida Servidor responsável para, após a licença, apresentar ao Departamento de Recursos Humanos cópia autenticada da Certidão de Casamento para ser arquivada em sua pasta funcional.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo Seus efeitos a partir de 23 de Maio de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1560033

Aditivo

Publicação em Resumo do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. 159/2024

Processo nº: 002653/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES
Contratado: INSTITUTO VIDA E SAÚDE - INVISA
Objeto do Aditivo: **CLÁUSULA PRIMEIRA** -Em conformidade com art. 124 da Lei nº 14133/2021 altera-se a cláusula quarta do contrato, **acrescentando o valor de R$ 354.666,98 (trezentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos)**, ao valor total do contrato, destinados aos procedimentos cirúrgicos eletivos, conforme cronograma de execução financeira.
Ratificação: Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar do mesmo, a fim de que juntos produzam um só efeito.
Data da emissão: 23 de maio de 2025

TIAGO ROCHA
Prefeito Municipal
Protocolo 1558899

AMUNES ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO
www.amunes.org.br
www.amunes.org.br

São José do Calçado

Decreto

DECRETO Nº 8.065/2025

"IMPLEMENTA O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO a necessidade de sustentação do equilíbrio financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José do Calçado - ES (IPESC);

CONSIDERANDO o déficit técnico atuarial do Grupo Previdenciário do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José do Calçado - ES (IPESC), conforme apurado em relatório da avaliação atuarial elaborado em 08/03/2025 dos planos de benefícios administrados pela referida autarquia;

CONSIDERANDO a possibilidade de equacionamento do déficit atuarial por meio do financiamento por *duration* e aplicação de alíquotas suplementares;

CONSIDERANDO os critérios definidos na Instrução Normativa n° 7/2018 e as alterações trazidas pela Portaria n° 14.816/2020, ambas do Ministério da Economia;

CONSIDERANDO as exigibilidades impostas pela Portaria nº 204/2008, que dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, particularmente a do art. 73, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Para fins de implementação do Plano de Amortização do Déficit Atuarial (35 ANOS) e com aportes crescentes nos anos 2025 a 2028 seguindo as diretrizes da Portaria MPS nº 861/23, conforme apurado no relatório da avaliação atuarial elaborado em 08/03/2025 dos planos de benefícios administrados pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José do Calçado - ES (IPESC), ficam estabelecidas as seguintes alíquotas suplementares, a cargo do Município:

ANO	PERCENTUAL	BASE DE CÁLCULO	SALDO INICIAL	JUROS	(-) PAGAMENTO	SALDO
2025	3,19%	9.320.622,80	17.994.737,64	892.538,99	297.513,00	18.589.763,63
2026	4,85	9.506.103,20	18.589.763,63	922.052,28	461.026,14	19.050.789,77
2027	7,31%	9.695.274,65	19.050.789,77	944.919,17	708.689,38	19.287.019,56
2028	9,67%	9.888.210,62	19.287.019,56	956.636,17	956.636,17	19.287.019,56
2029	9,64%	10.084.986,01	19.287.019,56	956.636,17	972.076,79	19.271.578,94
2030	9,64%	10.285.677,23	19.271.578,94	955.870,32	991.421,12	19.236.028,14
2031	9,64%	10.490.362,21	19.236.028,14	954.107,00	1.011.150,40	19.178.984,74
2032	9,64%	10.699.120,41	19.178.984,74	951.277,64	1.031.272,29	19.098.990,09
2033	9,64%	10.912.032,91	19.098.990,09	947.309,91	1.051.794,61	18.994.505,39
2034	9,64%	11.129.182,36	18.994.505,39	942.127,47	1.072.725,32	18.863.907,54
2035	9,64%	11.350.653,09	18.863.907,54	935.649,81	1.094.072,56	18.705.484,79
2036	9,64%	11.576.531,09	18.705.484,79	927.792,05	1.115.844,60	18.517.432,24
2037	9,64%	11.806.904,06	18.517.484,79	918.464,64	1.138.049,91	18.297.846,97
2038	9,64%	12.041.861,45	18.297.846,97	907.573,21	1.160.697,10	18.044.723,08
2039	9,64%	12.281.494,49	18.044.723,08	895.018,26	1.183.794,97	17.755.946,37
2040	9,64%	12.525.896,23	17.755.946,37	880.694,94	1.207.352,49	17.429.288,82
2041	9,64%	12.775.161,57	17.429.288,82	864.492,73	1.231.378,81	17.062.402,74
2042	9,64%	13.029.387,28	17.062.402,74	846.295,18	1.255.883,25	16.652.814,67
2043	9,64%	13.288.672,09	16.652.814,67	825.979,61	1.280.875,32	16.197.918,96
2044	9,64%	13.553.116,66	16.197.918,96	803.416,78	1.306.364,74	15.694.971,00
2045	9,64%	13.822.823,69	15.694.917,00	778.470,56	1.332.361,40	15.141.080,16
2046	9,64%	14.097.897,88	15.141.080,16	750.997,58	1.358.875,39	14.533.202,34
2047	9,64%	14.378.446,05	14.533.202,34	720.846,84	1.385.917,01	13.868.132,17
2048	9,64%	14.664.577,12	13.868.132,17	687.859,36	1.413.496,76	13.142.494,76

2049	9,64%	14.956.402,21	13.142.494,76	651.867,74	1.441.625,35	12.352.737,16
2050	9,64%	15.254.034,61	12.352.737,16	612.695,76	1.470.313,69	11.495.119,23
2051	9,64%	15.557.589,90	11.495.119,23	570.157,91	1.499.572,93	10.565.704,21
2052	9,64%	15.867.185,94	10.565.704,21	524.058,93	1.529.414,43	9.560.348,71
2053	9,64%	16.182.942,94	9.560.348,71	474.193,30	1.559.849,78	8.474.692,22
2054	9,64%	16.504.983,50	8.474.692,22	420.344,73	1.590.890,79	7.304.146,16
2055	9,64%	16.833.432,67	7.304.146,16	362.285,65	1.622.549,52	6.043.882,30
2056	9,64%	17.168.417,98	6.043.882,30	299.776,56	1.1654.838,25	4.688.820,60
2057	9,64%	17.510.069,50	4.688.820,60	232.565,50	1.687.769,53	3.233.616,57
2058	9,64%	17.858.519,89	3.233.616,57	160.387,38	1.721.356,15	1.672.647,80
2059	9,64%	18.213.904,43	1.672.647,80	82.963,33	1.755.611,14	-

Art. 2º. Seja notificado o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José do Calçado - ES (IPESC) e a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças acerca do aqui disposto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, aos 26(vinte seis) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e cinco(2025).

ANTONIO COIMBRA DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559483

DECRETO Nº 8.061/2025

DECRETA FERIADO MUNICIPAL EM RAZÃO DA FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO/ES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Considerando ser data móvel o feriado municipal em comemoração a Emancipação Política do Município, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.289/2005;

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO-ES**, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 73, VIII e XIV da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Decretar feriado municipal no dia **02/06/2025 (segunda-feira)**, em virtude dos festejos da Emancipação Política do Município de São José do Calçado, que irão acontecer nos dias 30, 31 de maio e 01 de junho de 2025.

Art. 2º. Comunique-se aos Secretários Municipais para as providências necessárias.

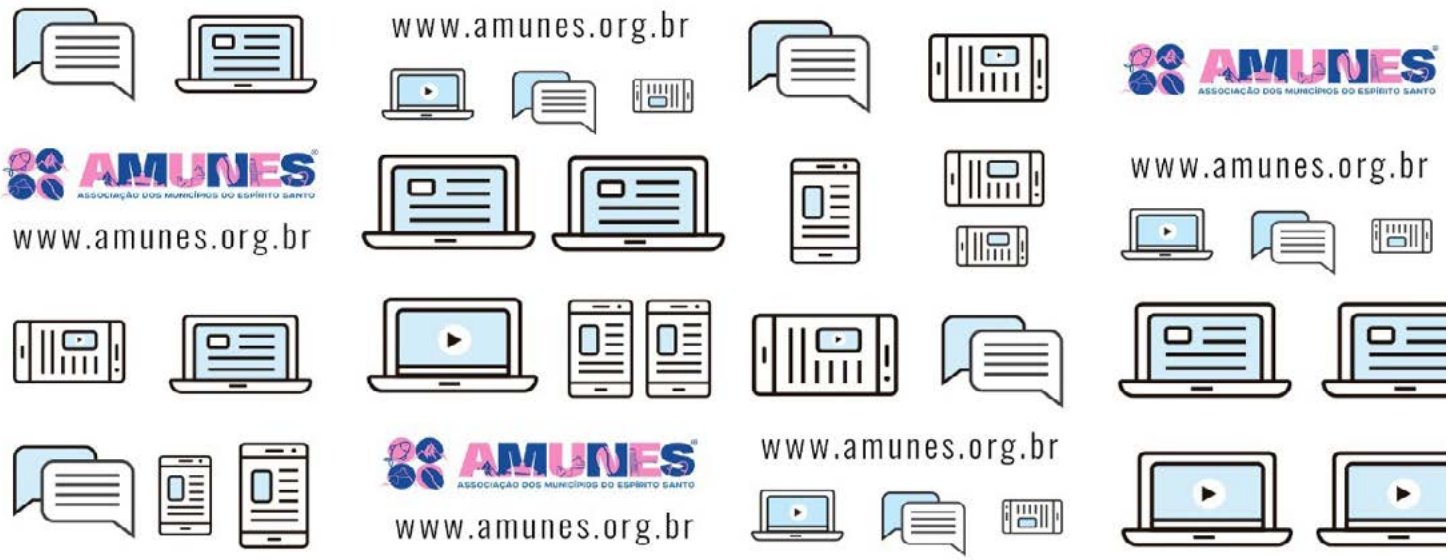
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, aos vinte um (21) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

ANTONIO COIMBRA DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559495



São Mateus

Relatórios

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1° QUADRIMESTRE DE 2025 - JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	MAIO 2024	JUNHO 2024	JULHO 2024	AGOSTO 2024	SETEMBRO 2024	OUTUBRO 2024	NOVEMBRO 2024	DEZEMBRO 2024	JANEIRO 2025	FEVEREIRO 2025	MARÇO 2025	ABRIL 2025	TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS (Últimos 12 Meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.499.374,97	16.042.950,23	16.248.385,25	15.782.863,75	15.243.159,62	16.273.628,70	21.643.167,98	29.270.539,26	12.160.624,03	16.527.903,61	16.946.848,18	17.305.853,07	207.945.298,65	23.749,51
Pessoal Ativo	13.994.683,47	15.539.592,51	15.318.424,14	15.279.972,30	14.743.974,82	15.850.631,03	20.216.109,68	28.449.479,73	11.610.909,47	15.977.677,90	16.395.313,43	16.748.347,52	200.125.116,00	23.749,51
Pessoal Inativo e Pensionistas	504.691,50	503.357,72	929.961,11	502.891,45	499.184,80	422.997,67	1.427.058,30	821.059,53	549.714,56	550.225,71	551.534,75	557.505,55	7.820.182,65	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	470.811,97	619.973,40	739.978,17	660.419,72	303.412,00	1.313.094,23	451.611,16	6.797.025,46	187.139,97	1.172.424,85	183.777,49	717.831,11	13.617.499,53	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	263.217,45	342.872,61	312.450,06	421.476,47	170.833,15	1.021.616,33	174.548,84	6.797.025,46	187.139,97	1.172.424,85	183.777,49	255.567,39	11.302.950,07	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	166.165,57	277.100,79	427.528,11	238.943,25	132.578,85	291.477,90	277.062,32	0,00	0,00	0,00	0,00	462.263,72	2.273.120,51	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	41.428,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.428,95	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.028.563,00	15.422.976,83	15.508.407,08	15.122.444,03	14.939.747,62	14.960.534,47	21.191.556,82	22.473.513,80	11.973.484,06	15.355.478,76	16.763.070,69	16.588.021,96	194.327.799,12	23.749,51

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% S/ A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	587.495.645,28	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) e de bancada (art. 166, § 16 da CF) (V)	8.242.332,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (IV - V)	579.253.313,28	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	194.351.548,63	33,55
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	312.796.789,17	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	297.156.949,71	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	281.517.110,25	48,60

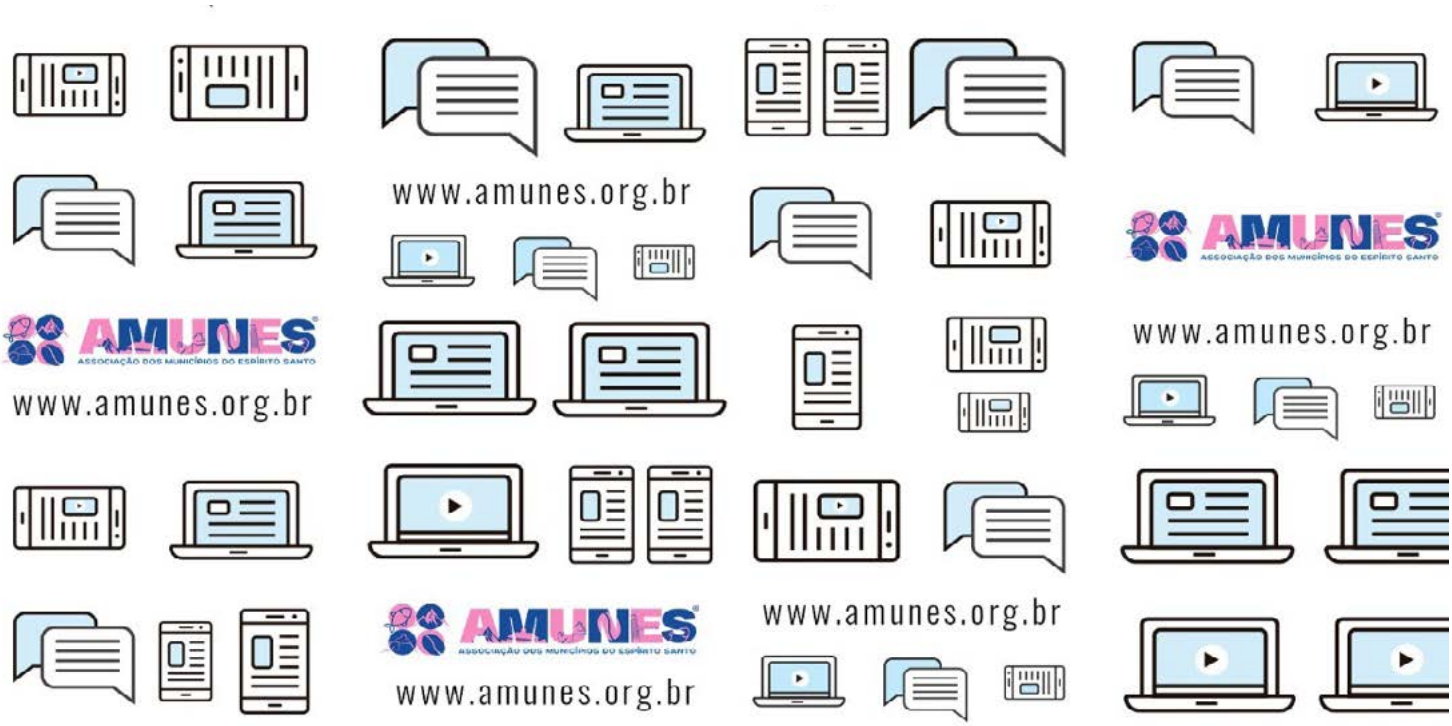
FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, unidade Responsável Secretaria Municipal de Finanças

MARCUS AZEVEDO BATISTA
PREFEITO MUNICIPAL

VANUZA PERTEL
CONTADORA CRC-ES 021045/O

FERNANDA CUNHA NICO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Protocolo 1559953



MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2025 - JANEIRO A ABRIL DE 2025
RGF - ANEXO II (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	30.662.248,48	29.172.414,98		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00		
Dívida Contratual	30.662.248,48	29.172.414,98		
Empréstimos	0,00	0,00		
Internos	0,00	0,00		
Externos	0,00	0,00		
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00		
Financiamentos	0,00	0,00		
Internos	0,00	0,00		
Externos	0,00	0,00		
Parcelamento e Renegociação de dívidas	30.662.248,48	29.172.414,98		
De Tributos	0,00	0,00		
De Contribuições Previdenciárias	30.160.616,26	28.670.782,76		
De Demais Contribuições Sociais	501.632,22	501.632,22		
Do FGTS	0,00	0,00		
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00		
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00		
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00		
Outras Dívidas	0,00	0,00		
DEDUÇÕES (II)	**80.061.482,92**	**143.067.783,42**		
Disponibilidade de Caixa	80.055.952,69	143.062.253,19		
Disponibilidade de Caixa Bruta	88.067.689,95	149.383.813,29		
(-) Restos a Pagar Processados	4.915.497,13	194.305,27		
(-) Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	3.096.240,13	6.127.254,83		
Demais Haveres Financeiros	5.530,23	5.530,23		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**-49.399.234,44**	**-113.895.368,44**		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	572.182.692,39	587.495.645,28		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	1.570.000,00	1.570.000,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	570.612.692,39	585.925.645,28		
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	5,37	5,04		
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-8,66	-19,69		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	684.735.230,87	694.284.979,87		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	616.261.707,78	632.799.696,90		

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000				
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	4.218.972,51	4.218.972,51		
PASSIVO ATUARIAL	55.427.255,43	55.427.255,43		
RP NÃO-PROCESSADOS	24.755.912,81	10.701.314,30		
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO				
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP				
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS				

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças

MARCUS AZEVEDO BATISTA
Prefeito Municipal

VANUZA PERTEL
Contadora CRC/ES Nº. 021.045/O

FERNANDA CUNHA NICO
Secretária Municipal de Finanças
Decreto 8.970/2017

Protocolo 1559958

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2025 - JANEIRO A ABRIL DE 2025

ESTADO/TRIBUNAL

RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º)

R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º quadrimestre	Até o 2º quadrimestre	Até o 3º quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	572.182.692,39	587.495.645,28		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	1.570.000,00	1.570.000,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	570.612.692,39	585.925.645,28		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	125.534.792,33	128.903.641,96		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	112.981.313,10	116.013.277,76		

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º quadrimestre	Até o 2º quadrimestre	Até o 3º quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)				

MEDIDAS CORRETIVAS

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 21/05/2025 , as 16:20:44

Marcus Azevedo Batista
Prefeito Municipal

Fernanda Cunha Nico
Secretária Municipal de Finanças

Vanuza Pertel
Contadora CRC Nº 021.045/O-4

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2025 - JANEIRO A ABRIL DE 2025
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

ESTADO/TRIBUNAL

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	587.495.645,28	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	1.570.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	585.925.645,28	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	93.748.103,24	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	84.373.292,92	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	41.014.795,17	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Demais Contribuições Sociais		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 21/05/2025 , as 16:24:06

Marcus Azevedo Batista
Prefeito Municipal

Fernanda Cunha Nico
Secretária Municipal de Finanças

Vanuza Pertel
Contadora CRC Nº 021.045/O-4

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2025 - JANEIRO A ABRIL DE 2025
LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	587.495.645,28
Receita Corrente Líquida Ajustada	579.253.313,28

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	194.351.548,63	33,55
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00 %	312.796.789,17	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30 %	297.156.949,71	51,30
Limite de Alerta (inciso II do & 1° do art. 59 da LRF) - 48,60 %	281.517.110,25	48,60

DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-113.895.368,44	5,04
Limite Definido por Resolução do Senado Federal - 120,00 %	694.284.979,87	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal - 22,00%	128.903.641,96	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas - 16,00%	93.748.103,24	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por antecipação de receita - 7,00%	41.014.795,17	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
VALOR TOTAL		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças

MARCUS AZEVEDO BATISTA
Prefeito Municipal

VANUZA PERTEL
Contadora CRC/ES Nº. 021.045/O

FERNANDA CUNHA NICO
Secretária Municipal de Finanças

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**610.657.500,00**	**610.657.500,00**	**103.724.005,99**	**16,99**	**196.014.014,51**	**32,10**	**414.643.485,49**
RECEITAS CORRENTES	551.724.500,00	551.724.500,00	99.033.742,40	17,95	189.245.016,63	34,30	362.479.483,37
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	99.324.000,00	99.324.000,00	16.524.484,40	16,64	31.274.872,15	31,49	68.049.127,85
Impostos	91.122.000,00	91.122.000,00	15.149.469,89	16,63	28.478.584,06	31,25	62.643.415,94
Taxas	8.202.000,00	8.202.000,00	1.375.014,51	16,76	2.796.288,09	34,09	5.405.711,91
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	18.710.000,00	18.710.000,00	3.096.492,22	16,55	6.119.629,08	32,71	12.590.370,92
Contribuições Sociais	210.000,00	210.000,00	39.081,64	18,61	58.622,46	27,92	151.377,54
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	18.500.000,00	18.500.000,00	3.057.410,58	16,53	6.061.006,62	32,76	12.438.993,38
RECEITA PATRIMONIAL	3.774.000,00	3.774.000,00	3.730.401,84	98,84	5.339.390,77	141,48	(1.565.390,77)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	3.774.000,00	3.774.000,00	3.730.401,84	98,84	5.339.390,77	141,48	(1.565.390,77)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	35.505.000,00	35.505.000,00	5.630.894,58	15,86	10.993.576,11	30,96	24.511.423,89
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	34.000,00	34.000,00	1.934,54	5,69	5.333,83	15,69	28.666,17
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	35.471.000,00	35.471.000,00	5.628.960,04	15,87	10.988.242,28	30,98	24.482.757,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	393.356.000,00	393.356.000,00	69.974.591,88	17,79	135.397.006,25	34,42	257.958.993,75
Transferências da União e de suas Entidades	161.081.000,00	161.081.000,00	23.396.247,50	14,52	51.540.390,72	32,00	109.540.609,28
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	109.075.000,00	109.075.000,00	23.785.521,28	21,81	39.111.132,41	35,86	69.963.867,59
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	123.200.000,00	123.200.000,00	22.792.823,10	18,50	44.745.483,12	36,32	78.454.516,88
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.055.500,00	1.055.500,00	76.877,48	7,28	120.542,27	11,42	934.957,73
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	8.500,00	8.500,00	911,00	10,72	911,00	10,72	7.589,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	385.000,00	385.000,00	24.739,35	6,43	52.132,87	13,54	332.867,13
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	662.000,00	662.000,00	51.227,13	7,74	67.498,40	10,20	594.501,60
RECEITAS DE CAPITAL	58.933.000,00	58.933.000,00	4.690.263,59	7,96	6.768.997,88	11,49	52.164.002,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	110.000,00	110.000,00					110.000,00
Alienação de Bens Móveis	110.000,00	110.000,00					110.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	58.813.000,00	58.813.000,00	4.690.263,59	7,97	6.768.997,88	11,51	52.044.002,12
Transferências da União e de suas Entidades	39.159.000,00	39.159.000,00	626.172,56	1,60	826.754,84	2,11	38.332.245,16
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.653.000,00	19.653.000,00	4.064.091,03	20,68	5.942.243,04	30,24	13.710.756,96
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas	1.000,00	1.000,00					1.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**645.500,00**	**645.500,00**	**135.036,65**	**20,92**	**226.292,95**	**35,06**	**419.207,05**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**611.303.000,00**	**611.303.000,00**	**103.859.042,64**	**16,99**	**196.240.307,46**	**32,10**	**415.062.692,54**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	611.303.000,00	611.303.000,00	103.859.042,64	16,99	196.240.307,46	32,10	415.062.692,54
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	611.303.000,00	611.303.000,00	103.859.042,64	16,99	196.240.307,46	32,10	415.062.692,54
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	21.801.187,98	—	—	21.801.187,98	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	21.801.187,98	—	—	21.801.187,98	100,00	—

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**610.139.000,00**	**635.091.352,17**	**98.557.937,70**	**244.921.022,64**	**390.170.329,53**	**76.902.251,21**	**124.907.357,34**	**510.183.994,83**	**121.080.740,80**
DESPESAS CORRENTES	532.215.065,00	558.946.726,30	89.505.699,29	232.729.025,37	326.217.700,93	74.076.534,26	120.512.354,31	438.434.371,99	116.685.737,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	253.006.465,00	259.674.114,28	37.480.939,97	69.775.721,20	189.898.393,08	37.468.542,97	69.610.378,37	190.063.735,91	67.325.272,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	200.000,00			200.000,00			200.000,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	279.008.600,00	299.072.612,02	52.024.759,32	162.953.304,17	136.119.307,85	36.607.991,29	50.901.975,94	248.170.636,08	49.360.464,88
DESPESAS DE CAPITAL	72.405.200,00	70.625.890,87	9.052.238,41	12.191.997,27	58.433.893,60	2.825.716,95	4.395.003,03	66.230.887,84	4.395.003,03
INVESTIMENTOS	68.735.200,00	66.955.890,87	8.302.640,24	10.702.163,77	56.253.727,10	2.076.118,78	2.905.169,53	64.050.721,34	2.905.169,53
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.670.000,00	3.670.000,00	749.598,17	1.489.833,50	2.180.166,50	749.598,17	1.489.833,50	2.180.166,50	1.489.833,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.518.735,00	5.518.735,00			5.518.735,00			5.518.735,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**1.164.000,00**	**1.309.886,47**	**805.798,01**	**1.082.928,38**	**226.958,09**	**206.565,28**	**212.336,68**	**1.097.549,79**	**140.285,80**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**611.303.000,00**	**636.401.238,64**	**99.363.735,71**	**246.003.951,02**	**390.397.287,62**	**77.108.816,49**	**125.119.694,02**	**511.281.544,62**	**121.221.026,60**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	611.303.000,00	636.401.238,64	99.363.735,71	246.003.951,02	390.397.287,62	77.108.816,49	125.119.694,02	511.281.544,62	121.221.026,60

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—		—	71.120.613,44		75.019.280,86
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	611.303.000,00	636.401.238,64	99.363.735,71	246.003.951,02	390.397.287,62	77.108.816,49	196.240.307,46	511.281.544,62	196.240.307,46
RESERVA DO RPPS			—	—			—		—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**645.500,00**	**645.500,00**	**135.036,65**	**20,92**	**226.292,95**	**35,06**	**419.207,05**
RECEITAS CORRENTES	645.500,00	645.500,00	135.036,65	20,92	226.292,95	35,06	419.207,05
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	645.500,00	645.500,00	135.036,65	20,92	226.292,95	35,06	419.207,05
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	645.500,00	645.500,00	135.036,65	20,92	226.292,95	35,06	419.207,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**1.164.000,00**	**1.309.886,47**	**805.798,01**	**1.082.928,38**	**226.958,09**	**206.565,28**	**212.336,68**	**1.097.549,79**	**140.285,80**
DESPESAS CORRENTES	1.164.000,00	1.309.886,47	805.798,01	1.082.928,38	226.958,09	206.565,28	212.336,68	1.097.549,79	140.285,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS									
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.164.000,00	1.309.886,47	805.798,01	1.082.928,38	226.958,09	206.565,28	212.336,68	1.097.549,79	140.285,80
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS									
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 21/05/2025 , às 12:06:11

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Marcus Azevedo Batista
Prefeito Municipal

Fernanda Cunha Nico
Secretária Municipal de Finanças

Vanuza Pertel
Contadora CRC Nº 021.045/O-4

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**610.139.000,00**	**635.091.352,17**	**98.557.937,70**	**244.921.022,64**	**99,56**	**390.170.329,53**	**76.902.251,21**	**124.907.357,34**	**99,83**	**510.183.994,83**
Legislativa	**18.980.000,00**	**18.980.000,00**	**2.011.489,35**	**5.738.407,97**	**2,33**	**13.241.592,03**	**2.243.158,86**	**4.502.197,05**	**3,60**	**14.477.802,95**
Ação Legislativa	18.980.000,00	18.980.000,00	2.011.489,35	5.738.407,97	2,33	13.241.592,03	2.243.158,86	4.502.197,05	3,60	14.477.802,95
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça	**8.233.000,00**	**6.989.390,66**	**448.234,05**	**833.560,70**	**0,34**	**6.155.829,96**	**448.234,05**	**833.012,43**	**0,67**	**6.156.378,23**
Defesa da Ordem Jurídica	8.233.000,00	6.989.390,66	448.234,05	833.560,70	0,34	6.155.829,96	448.234,05	833.012,43	0,67	6.156.378,23
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**57.384.265,00**	**65.424.734,83**	**13.368.829,68**	**24.449.872,32**	**9,94**	**40.974.862,51**	**7.787.962,15**	**12.689.527,94**	**10,14**	**52.735.206,89**
Planejamento e Orçamento	1.130.000,00	1.130.000,00	112.494,60	204.028,74	0,08	925.971,26	106.344,60	197.878,74	0,16	932.121,26
Administração Geral	42.313.000,00	50.317.174,36	10.893.086,81	19.048.531,90	7,74	31.268.642,46	5.671.361,51	9.144.612,77	7,31	41.172.561,59
Administração Financeira	7.111.265,00	7.287.714,00	1.644.625,65	3.533.616,49	1,44	3.754.097,51	1.295.532,14	2.246.937,42	1,80	5.040.776,58
Controle Interno	1.379.000,00	1.389.000,00	149.605,15	291.718,89	0,12	1.097.281,11	166.405,15	289.162,89	0,23	1.099.837,11
Normatização e Fiscalização	1.038.000,00	1.038.000,00	122.082,08	214.644,76	0,09	823.355,24	107.930,95	196.143,63	0,16	841.856,37
Tecnologia da Informação	2.233.000,00	2.233.000,00	119.210,31	374.823,77	0,15	1.858.176,23	139.370,31	224.183,77	0,18	2.008.816,23
Ordenamento Territorial	200.000,00	200.000,00				200.000,00				200.000,00
Formação de Recursos Humanos	100.000,00	100.000,00	6.993,00	6.993,00	0,00	93.007,00	6.993,00	6.993,00	0,01	93.007,00
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social	1.880.000,00	1.729.846,47	320.732,08	775.514,77	0,32	954.331,70	294.024,49	383.615,72	0,31	1.346.230,75
Demais Subfunções										
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública	**13.269.000,00**	**13.366.252,48**	**2.378.525,52**	**4.363.750,12**	**1,77**	**9.002.502,36**	**2.060.311,00**	**4.045.535,60**	**3,23**	**9.320.716,88**
Policiamento	10.882.000,00	11.023.252,48	2.083.905,72	3.795.009,17	1,54	7.228.243,31	1.766.905,72	3.478.009,17	2,78	7.545.243,31
Defesa Civil	1.501.000,00	1.457.000,00	294.619,80	568.740,95	0,23	888.259,05	293.405,28	567.526,43	0,45	889.473,57
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções	886.000,00	886.000,00				886.000,00				886.000,00
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**15.334.000,00**	**15.022.207,10**	**1.484.915,00**	**4.546.656,21**	**1,85**	**10.475.550,89**	**1.542.387,31**	**2.644.718,28**	**2,11**	**12.377.488,82**
Assistência ao Idoso										
Assistência ao Portador de Deficiência										
Assistência à Criança e ao Adolescente	378.000,00	374.878,40	44.971,20	107.898,41	0,04	266.979,99	43.431,33	86.369,83	0,07	288.508,57
Assistência Comunitária	10.461.000,00	10.442.150,15	759.131,46	2.932.479,86	1,19	7.509.670,29	901.346,44	1.473.432,97	1,18	8.968.717,18
Administração Geral	4.428.000,00	4.138.178,55	680.812,34	1.506.277,94	0,61	2.631.900,61	597.609,54	1.084.915,48	0,87	3.053.263,07
Demais Subfunções	67.000,00	67.000,00				67.000,00				67.000,00
Previdência Social	**6.735.000,00**	**6.735.000,00**	**1.015.887,92**	**2.024.087,81**	**0,82**	**4.710.912,19**	**1.015.887,92**	**2.024.087,81**	**1,62**	**4.710.912,19**
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário	6.633.000,00	6.633.000,00	1.015.887,92	2.022.675,81	0,82	4.610.324,19	1.015.887,92	2.022.675,81	1,62	4.610.324,19
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral	102.000,00	102.000,00		1.412,00	0,00	100.588,00		1.412,00	0,00	100.588,00
Demais Subfunções										
Saúde	**95.638.500,00**	**95.884.607,24**	**12.136.463,46**	**35.419.866,04**	**14,40**	**60.464.741,20**	**11.266.487,83**	**19.238.323,83**	**15,38**	**76.646.283,41**
Atenção Básica	28.350.000,00	27.621.818,16	3.906.371,91	8.579.348,37	3,49	19.042.469,79	2.915.355,30	5.786.400,63	4,62	21.835.417,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	44.016.500,00	44.485.785,61	3.699.803,63	17.807.814,71	7,24	26.677.970,90	4.242.429,64	6.713.856,27	5,37	37.771.929,34
Suporte Profilático e Terapêutico	4.735.000,00	4.763.650,00	1.016.896,06	1.465.010,79	0,60	3.298.639,21	232.139,16	289.014,53	0,23	4.474.635,47
Vigilância Sanitária	1.639.000,00	1.664.000,00	299.414,99	532.534,86	0,22	1.131.465,14	273.914,99	486.442,69	0,39	1.177.557,31
Vigilância Epidemiológica	6.129.000,00	5.965.655,94	753.734,75	1.976.152,18	0,80	3.989.503,76	1.103.572,01	1.802.448,81	1,44	4.163.207,13
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	10.759.000,00	11.373.697,53	2.460.242,12	5.059.005,13	2,06	6.314.692,40	2.499.076,73	4.160.160,90	3,32	7.213.536,63
Demais Subfunções	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00
Trabalho	**200.000,00**	**200.000,00**				**200.000,00**				**200.000,00**
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho	200.000,00	200.000,00				200.000,00				200.000,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**211.594.000,00**	**219.663.594,98**	**37.089.149,47**	**79.883.504,44**	**32,47**	**139.780.090,54**	**29.411.605,17**	**45.413.164,23**	**36,30**	**174.250.430,75**
Ensino Fundamental	130.759.200,00	134.701.680,86	22.544.593,59	46.853.431,33	19,05	87.848.249,53	15.973.489,90	25.742.871,88	20,57	108.958.808,98
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
Educação Infantil	62.472.200,00	65.733.276,54	11.850.751,18	20.700.391,35	8,41	45.032.885,19	8.229.887,40	13.500.295,64	10,79	52.232.980,90
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial	106.000,00	106.000,00				106.000,00				106.000,00
Educação Básica										

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
Administração Geral	8.046.600,00	8.912.637,58	1.933.758,85	3.740.636,10	1,52	5.172.001,48	1.642.122,07	2.603.890,91	2,08	6.308.746,67
Demais Subfunções	10.210.000,00	10.210.000,00	760.045,85	8.589.045,66	3,49	1.620.954,34	3.566.105,80	3.566.105,80	2,85	6.643.894,20
Cultura	**3.721.000,00**	**5.975.074,27**	**2.576.029,08**	**3.281.382,92**	**1,33**	**2.693.691,35**	**1.916.263,81**	**2.142.529,65**	**1,71**	**3.832.544,62**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.000,00	2.150.657,24	2.140.627,33	2.140.627,33	0,87	10.029,91	1.001.774,10	1.001.774,10	0,80	1.148.883,14
Difusão Cultural	3.720.000,00	3.824.417,03	435.401,75	1.140.755,59	0,46	2.683.661,44	914.489,71	1.140.755,55	0,91	2.683.661,48
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo	**79.183.000,00**	**87.242.699,91**	**17.182.594,25**	**50.273.710,65**	**20,44**	**36.968.989,26**	**7.883.788,56**	**14.245.143,03**	**11,39**	**72.997.556,88**
Infra-Estrutura Urbana	32.727.000,00	36.339.320,41	5.603.903,97	14.005.005,47	5,69	22.334.314,94	1.978.721,73	2.807.772,48	2,24	33.531.547,93
Serviços Urbanos	46.456.000,00	50.903.379,50	11.578.690,28	36.268.705,18	14,74	14.634.674,32	5.905.066,83	11.437.370,55	9,14	39.466.008,95
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação	**5.002.000,00**	**4.728.788,14**	**40.155,22**	**40.155,22**	**0,02**	**4.688.632,92**	**9.726,51**	**9.726,51**	**0,01**	**4.719.061,63**
Habitação Rural										
Habitação Urbana	5.002.000,00	4.728.788,14	40.155,22	40.155,22	0,02	4.688.632,92	9.726,51	9.726,51	0,01	4.719.061,63
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento	**28.210.000,00**	**27.110.000,00**	**2.968.525,63**	**10.129.452,93**	**4,12**	**16.980.547,07**	**2.033.491,06**	**4.323.577,35**	**3,46**	**22.786.422,65**
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano	28.210.000,00	27.110.000,00	2.968.525,63	10.129.452,93	4,12	16.980.547,07	2.033.491,06	4.323.577,35	3,46	22.786.422,65
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental	**1.026.500,00**	**1.026.500,00**	**19.936,44**	**72.415,73**	**0,03**	**954.084,27**	**22.579,05**	**34.781,46**	**0,03**	**991.718,54**
Preservação e Conservação Ambiental										
Controle Ambiental	455.500,00	455.500,00	19.936,44	72.415,73	0,03	383.084,27	22.579,05	34.781,46	0,03	420.718,54
Recuperação de Áreas Degradadas	571.000,00	571.000,00				571.000,00				571.000,00
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	**29.598.000,00**	**29.712.064,42**	**3.595.762,40**	**10.590.157,21**	**4,30**	**19.121.907,21**	**3.510.914,03**	**4.946.371,38**	**3,95**	**24.765.693,04**
Abastecimento	1.155.000,00	1.155.000,00				1.155.000,00				1.155.000,00
Extensão Rural	25.499.000,00	25.456.650,20	3.277.185,15	9.805.394,24	3,99	15.651.255,96	3.148.826,21	4.315.107,88	3,45	21.141.542,32
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
Administração Geral	2.944.000,00	3.100.414,22	318.577,25	784.762,97	0,32	2.315.651,25	362.087,82	631.263,50	0,50	2.469.150,72
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços	**12.461.000,00**	**12.460.703,14**	**1.354.741,94**	**5.483.675,41**	**2,23**	**6.977.027,73**	**3.751.097,94**	**4.174.626,41**	**3,34**	**8.286.076,73**
Promoção Comercial	362.000,00	362.000,00				362.000,00				362.000,00
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo	11.619.000,00	11.618.703,14	1.339.154,28	5.458.126,25	2,22	6.160.576,89	3.735.510,28	4.149.077,25	3,32	7.469.625,89
Administração Geral	480.000,00	480.000,00	15.587,66	25.549,16	0,01	454.450,84	15.587,66	25.549,16	0,02	454.450,84
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte	**283.000,00**	**1.283.000,00**				**1.283.000,00**				**1.283.000,00**

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Transporte Aéreo	261.000,00	261.000,00				261.000,00				261.000,00
Transporte Rodoviário	22.000,00	1.022.000,00				1.022.000,00				1.022.000,00
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	**4.551.000,00**	**4.551.000,00**	**136.633,19**	**940.066,53**	**0,38**	**3.610.933,47**	**327.411,07**	**495.972,56**	**0,40**	**4.055.027,44**
Desporto de Rendimento	3.000,00	3.000,00				3.000,00				3.000,00
Desporto Comunitário	4.033.000,00	4.278.000,00	136.633,19	940.066,53	0,38	3.337.933,47	327.411,07	495.972,56	0,40	3.782.027,44
Lazer	515.000,00	270.000,00				270.000,00				270.000,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais	**13.217.000,00**	**13.217.000,00**	**750.065,10**	**6.850.300,43**	**2,78**	**6.366.699,57**	**1.670.944,89**	**3.144.061,82**	**2,51**	**10.072.938,18**
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna	3.870.000,00	3.870.000,00	749.598,17	1.489.833,50	0,61	2.380.166,50	749.598,17	1.489.833,50	1,19	2.380.166,50
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais	9.347.000,00	9.347.000,00	466,93	5.360.466,93	2,18	3.986.533,07	921.346,72	1.654.228,32	1,32	7.692.771,68
Transferências para a Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência	**5.518.735,00**	**5.518.735,00**	**----**	**----**	**----**	**5.518.735,00**	**----**	**----**	**----**	**5.518.735,00**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**1.164.000,00**	**1.309.886,47**	**805.798,01**	**1.082.928,38**	**0,44**	**226.958,09**	**206.565,28**	**212.336,68**	**0,17**	**1.097.549,79**
TOTAL (III) = (I + II)	**611.303.000,00**	**636.401.238,64**	**99.363.735,71**	**246.003.951,02**	**100,00**	**390.397.287,62**	**77.108.816,49**	**125.119.694,02**	**100,00**	**511.281.544,62**

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**1.164.000,00**	**1.309.886,47**	**805.798,01**	**1.082.928,38**	**0,44**	**226.958,09**	**206.565,28**	**212.336,68**	**0,17**	**1.097.549,79**
Legislativa	**20.000,00**	**20.000,00**		**15.000,00**	**0,01**	**5.000,00**	**2.347,47**	**3.134,77**	**0,00**	**16.865,23**
Ação Legislativa	20.000,00	20.000,00		15.000,00	0,01	5.000,00	2.347,47	3.134,77	0,00	16.865,23
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**48.000,00**	**67.186,00**		**42.566,86**	**0,02**	**24.619,14**	**27.620,10**	**28.931,55**	**0,02**	**38.254,45**
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral	40.000,00	59.186,00		34.592,30	0,01	24.593,70	27.100,47	28.411,92	0,02	30.774,08
Administração Financeira										
Controle Interno										
Normatização e Fiscalização	8.000,00	8.000,00		7.974,56	0,00	25,44	519,63	519,63	0,00	7.480,37
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções										
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública										
Policiamento										
Defesa Civil										
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**66.000,00**	**151.390,96**	**80.390,96**	**109.390,96**	**0,04**	**42.000,00**	**5.884,87**	**9.384,72**	**0,01**	**142.006,24**
Assistência ao Idoso										
Assistência ao Portador de Deficiência										
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.000,00	6.000,00	4.000,00	6.000,00	0,00		345,60	518,40	0,00	5.481,60
Assistência Comunitária	40.000,00	76.000,00	31.000,00	58.000,00	0,02	18.000,00	5.539,27	8.866,32	0,01	67.133,68
Administração Geral	24.000,00	69.390,96	45.390,96	45.390,96	0,02	24.000,00				69.390,96
Demais Subfunções										
Previdência Social										
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saúde	**147.000,00**	**188.012,65**		**103.768,91**	**0,04**	**84.243,74**	**31.122,62**	**31.122,62**	**0,02**	**156.890,03**
Atenção Básica	120.000,00	120.000,00		40.507,56	0,02	79.492,44	15.860,90	15.860,90	0,01	104.139,10
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.000,00	42.865,25		39.967,10	0,02	2.898,15	8.851,06	8.851,06	0,01	34.014,19
Suporte Profilático e Terapêutico	2.000,00	2.000,00		1.555,20	0,00	444,80	345,60	345,60	0,00	1.654,40
Vigilância Sanitária										
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00		1.591,65	0,00	1.408,35	510,75	510,75	0,00	2.489,25
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	12.000,00	20.147,40		20.147,40	0,01		5.554,31	5.554,31	0,00	14.593,09
Demais Subfunções										
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**761.000,00**	**761.000,00**	**721.190,25**	**721.190,25**	**0,29**	**39.809,75**	**133.187,21**	**133.187,21**	**0,11**	**627.812,79**
Ensino Fundamental	477.000,00	474.032,40	443.059,65	443.059,65	0,18	30.972,75	79.531,78	79.531,78	0,06	394.500,62
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
Educação Infantil	280.000,00	282.967,60	276.206,70	276.206,70	0,11	6.760,90	52.301,80	52.301,80	0,04	230.665,80
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										
Educação Básica										

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Administração Geral	4.000,00	4.000,00	1.923,90	1.923,90	0,00	2.076,10	1.353,63	1.353,63	0,00	2.646,37
Demais Subfunções										
Cultura	**8.000,00**	**8.000,00**				**8.000,00**				**8.000,00**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural	8.000,00	8.000,00				8.000,00				8.000,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo										
Infra-Estrutura Urbana										
Serviços Urbanos										
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação										
Habitação Rural										
Habitação Urbana										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento										
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental	**5.000,00**	**5.000,00**	**4.216,80**	**4.508,80**	**0,00**	**491,20**	**178,67**	**178,67**	**0,00**	**4.821,33**
Preservação e Conservação Ambiental										
Controle Ambiental	5.000,00	5.000,00	4.216,80	4.508,80	0,00	491,20	178,67	178,67	0,00	4.821,33
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	**2.000,00**	**2.000,00**		**819,00**	**0,00**	**1.181,00**	**230,40**	**230,40**	**0,00**	**1.769,60**
Abastecimento										
Extensão Rural										
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
Administração Geral	2.000,00	2.000,00		819,00	0,00	1.181,00	230,40	230,40	0,00	1.769,60
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços	**2.000,00**	**2.296,86**		**382,81**	**0,00**	**1.914,05**	**115,20**	**115,20**	**0,00**	**2.181,66**
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo	2.000,00	2.296,86		382,81	0,00	1.914,05	115,20	115,20	0,00	2.181,66
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte	**5.000,00**	**5.000,00**		**1.415,41**	**0,00**	**3.584,59**	**353,84**	**526,64**	**0,00**	**4.473,36**

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Transporte Aéreo	5.000,00	5.000,00		1.415,41	0,00	3.584,59	353,84	526,64	0,00	4.473,36
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	**100.000,00**	**100.000,00**		**83.885,38**	**0,03**	**16.114,62**	**5.524,90**	**5.524,90**	**0,00**	**94.475,10**
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário	100.000,00	100.000,00		83.885,38	0,03	16.114,62	5.524,90	5.524,90	0,00	94.475,10
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais										
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência										
TOTAL DA INTRA	**1.164.000,00**	**1.309.886,47**	**805.798,01**	**1.082.928,38**	**0,44**	**226.958,09**	**206.565,28**	**212.336,68**	**0,17**	**1.097.549,79**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 21/05/2025 , às 12:08:07

Marcus Azevedo Batista
Prefeito Municipal

Fernanda Cunha Nico
Secretária Municipal de Finanças

Vanuza Pertel
Contadora CRC Nº 021.045/O-4

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MAIO DE 2024 A ABRIL DE 2025

ESTADO/TRIBUNAL

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2025
	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	**54.105.611,54**	**57.088.061,90**	**52.299.153,42**	**49.192.070,80**	**48.100.692,48**	**48.140.216,13**	**45.536.473,25**	**72.923.216,90**	**48.440.426,65**	**49.529.322,68**	**52.287.250,01**	**54.797.818,34**	**632.440.314,10**	**596.971.500,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.479.156,99	11.770.357,09	8.424.221,80	8.777.446,99	8.790.627,56	10.503.859,13	8.048.379,81	10.099.822,79	7.558.506,82	7.191.880,93	8.117.827,90	8.406.656,50	107.168.744,31	99.324.000,00
IPTU	1.472.679,99	1.894.483,60	850.917,78	788.429,05	653.720,15	539.969,01	295.688,55	366.379,37	280.143,04	359.533,64	549.784,24	996.865,26	9.048.593,68	7.320.000,00
ISS	5.432.993,31	7.230.547,44	4.741.487,82	5.315.395,59	5.501.988,45	6.903.229,63	5.331.663,17	5.197.776,74	5.516.171,24	4.255.312,05	5.057.360,18	4.759.658,45	65.243.584,07	61.601.000,00
ITBI	559.177,75	614.208,33	681.089,48	502.105,38	631.180,02	1.258.053,67	449.362,81	556.289,14	474.708,61	632.655,14	643.648,95	608.916,22	7.611.395,50	6.701.000,00
IRRF	1.378.425,33	1.375.701,74	1.426.696,24	1.530.121,87	1.362.652,63	1.549.953,27	1.459.503,22	3.028.600,52	573.480,02	1.237.110,43	1.182.837,59	1.350.399,00	17.455.481,86	15.500.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	635.880,61	655.415,98	724.030,48	641.395,10	641.086,31	252.653,55	512.162,06	950.777,02	714.003,91	707.269,67	684.196,94	690.817,57	7.809.689,20	8.202.000,00
Contribuições	1.508.201,89	1.595.042,63	1.487.099,59	1.450.739,94	1.476.811,41	1.337.829,11	1.454.189,02	1.372.784,35	1.469.545,81	1.553.591,05	1.503.679,90	1.592.812,32	17.802.327,02	18.710.000,00
Receita Patrimonial	676.798,73	609.193,15	792.599,61	1.089.950,91	609.669,18	760.121,05	588.663,97	691.136,65	708.852,30	900.136,63	2.600.133,07	1.130.268,77	11.157.524,02	3.774.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	676.798,73	609.193,15	792.599,61	1.089.950,91	609.669,18	760.121,05	588.663,97	691.136,65	708.852,30	900.136,63	2.600.133,07	1.130.268,77	11.157.524,02	3.768.000,00
Outras Receitas Patrimoniais														6.000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	3.280.046,32	2.820.025,21	2.854.829,45	2.545.174,79	2.472.297,00	2.446.414,07	2.355.714,76	2.705.320,15	2.501.875,63	2.860.805,90	2.931.732,51	2.699.162,07	32.473.397,86	35.505.000,00
Transferências Correntes	39.108.617,02	40.230.972,97	38.652.837,17	35.279.720,02	34.328.098,68	32.905.461,00	32.907.421,35	57.963.043,50	36.169.692,82	37.011.196,65	37.098.222,01	40.927.695,82	462.582.979,01	438.603.000,00
Cota-Parte do FPM	8.360.955,70	8.978.616,49	9.730.021,64	7.614.084,69	7.908.662,15	6.628.937,31	8.486.771,45	13.687.977,70	8.573.302,33	11.504.381,77	7.576.164,65	7.698.676,07	106.748.551,95	104.800.000,00
Cota-Parte do ICMS	8.233.156,10	7.474.864,04	9.194.519,43	8.713.052,24	8.357.229,58	8.610.228,54	8.728.082,86	8.658.110,22	9.059.875,24	7.615.541,98	9.189.777,46	8.893.499,22	102.727.936,91	108.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	1.672.205,74	2.816.072,81	1.448.409,45	1.240.963,86	1.333.527,73	953.100,38	523.656,53	588.647,47	972.401,14	803.171,39	1.519.578,65	5.056.403,48	18.928.138,63	20.000.000,00
Cota-Parte do ITR	1.054,68	1.737,91			521.645,81	242.232,86	9.744,10	8.298,89	5.229,23	4.552,68	4.950,64	2.971,74	802.418,54	80.000,00
Transferências da LC 61/1989	87.609,26	110.087,04	97.308,04	131.689,68	143.752,41	97.597,86	108.385,61	127.244,95	94.452,02	106.920,32	116.439,35	107.962,02	1.329.448,56	1.100.000,00
Transferências do FUNDEB	10.898.980,38	11.934.586,42	11.779.157,33	11.504.091,49	9.832.322,09	12.444.729,63	11.242.238,67	13.179.465,86	12.766.641,66	12.182.138,43	10.184.402,43	13.868.487,88	141.817.242,27	137.900.000,00
Outras Transferências Correntes	9.854.655,16	8.915.008,26	6.403.421,28	6.075.838,06	6.230.958,91	3.928.634,42	3.808.542,13	21.713.298,41	4.697.791,20	4.794.490,08	8.506.908,83	5.299.695,41	90.229.242,15	66.723.000,00
Outras Receitas Correntes	52.790,59	62.470,85	87.565,80	49.038,15	423.188,65	186.531,77	182.104,34	91.109,46	31.953,27	11.711,52	35.654,62	41.222,86	1.255.341,88	1.055.500,00
DEDUÇÕES (II)	**3.862.227,86**	**3.976.207,89**	**3.411.625,97**	**3.621.804,04**	**3.493.727,67**	**3.323.770,78**	**3.580.152,37**	**3.806.728,73**	**3.752.776,32**	**4.025.239,60**	**3.710.463,17**	**4.379.944,42**	**44.944.668,82**	**46.537.000,00**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	10.373,27	8.988,79	8.988,79	3.595,51	14.382,07	16.894,04	8.988,79	25.296,15	11.724,50	7.816,32	19.540,82	19.540,82	156.129,87	210.000,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência														
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.671.765,85	3.877.174,73	3.312.592,81	3.540.350,26	3.312.040,27	3.306.876,74	3.571.163,58	3.781.432,58	3.741.051,82	4.017.423,28	3.690.922,35	4.360.403,60	44.183.197,87	45.247.000,00
Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem (Art. 1º da EC 127/2022).	180.088,74	90.044,37	90.044,37	77.858,27	167.305,33								605.341,08	1.080.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**50.243.383,68**	**53.111.854,01**	**48.887.527,45**	**45.570.266,76**	**44.606.964,81**	**44.816.445,35**	**41.956.320,88**	**69.116.488,17**	**44.687.650,33**	**45.504.083,08**	**48.576.786,84**	**50.417.873,92**	**587.495.645,28**	**550.434.500,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	200.000,00		1.170.000,00					200.000,00					1.570.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**50.043.383,68**	**53.111.854,01**	**47.717.527,45**	**45.570.266,76**	**44.606.964,81**	**44.816.445,35**	**41.956.320,88**	**68.916.488,17**	**44.687.650,33**	**45.504.083,08**	**48.576.786,84**	**50.417.873,92**	**585.925.645,28**	**550.434.500,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)														
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	513.968,00	508.320,00	508.320,00	508.320,00	508.320,00	508.320,00	508.320,00	1.016.640,00	543.444,00	531.300,00	519.156,00	497.904,00	6.672.332,00	6.420.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**49.529.415,68**	**52.603.534,01**	**47.209.207,45**	**45.061.946,76**	**44.098.644,81**	**44.308.125,35**	**41.448.000,88**	**67.899.848,17**	**44.144.206,33**	**44.972.783,08**	**48.057.630,84**	**49.919.969,92**	**579.253.313,28**	**544.014.500,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 21/05/2025 , às 12:19:23

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MAIO DE 2024 A ABRIL DE 2025

ESTADO/TRIBUNAL

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

Marcus Azevedo Batista
Prefeito Municipal

Fernanda Cunha Nico
Secretária Municipal de Finanças

Vanuza Pertel
Contadora CRC Nº 021.045/O-4

Protocolo 1559987

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES
STN/SICONFI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)
1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**91.122.000,00**	**91.122.000,00**	**28.478.584,06**	**31,25**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.320.000,00	7.320.000,00	2.186.326,18	29,87
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	6.701.000,00	6.701.000,00	2.359.928,92	35,22
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	61.601.000,00	61.601.000,00	19.588.501,92	31,80
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	15.500.000,00	15.500.000,00	4.343.827,04	28,02
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**226.235.000,00**	**226.235.000,00**	**79.044.825,17**	**34,94**
Cota-Parte FPM	97.000.000,00	97.000.000,00	35.352.524,82	36,45
Cota-Parte ITR	80.000,00	80.000,00	17.704,29	22,13
Cota-Parte IPVA	20.000.000,00	20.000.000,00	8.351.554,66	41,76
Cota-Parte ICMS	108.000.000,00	108.000.000,00	34.758.693,90	32,18
Cota-Parte IPI - Exportação	1.100.000,00	1.100.000,00	425.773,71	38,71
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	55.000,00	55.000,00	138.573,79	251,95
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**317.357.000,00**	**317.357.000,00**	**107.523.409,23**	**33,88**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP EMPENHADAS		DESP LIQUIDADAS		DESP PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**11.436.000,00**	**10.539.701,28**	**1.359.707,00**	**12,90**	**950.337,97**	**9,02**	**892.086,49**	**8,46**
Despesas Correntes	10.026.000,00	9.414.701,28	1.359.707,00	14,44	950.337,97	10,09	892.086,49	9,48
Despesas de Capital	1.410.000,00	1.125.000,00						
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**32.019.500,00**	**32.042.688,36**	**11.521.841,28**	**35,96**	**3.960.702,45**	**12,36**	**3.882.215,83**	**12,12**
Despesas Correntes	32.014.500,00	32.037.688,36	11.521.841,28	35,96	3.960.702,45	12,36	3.882.215,83	12,12
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00						
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**4.067.000,00**	**3.973.354,17**	**1.351.834,16**	**34,02**	**195.714,30**	**4,93**	**195.572,42**	**4,92**
Despesas Correntes	4.043.000,00	3.949.354,17	1.351.834,16	34,23	195.714,30	4,96	195.572,42	4,95
Despesas de Capital	24.000,00	24.000,00						
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**1.172.000,00**	**1.141.323,27**	**133.085,57**	**11,66**	**107.181,81**	**9,39**	**85.806,59**	**7,52**
Despesas Correntes	1.128.000,00	1.097.323,27	133.085,57	12,13	107.181,81	9,77	85.806,59	7,82
Despesas de Capital	44.000,00	44.000,00						
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**3.995.000,00**	**3.664.338,62**	**597.275,40**	**16,30**	**441.571,68**	**12,05**	**441.571,68**	**12,05**
Despesas Correntes	3.841.000,00	3.510.338,62	597.275,40	17,01	441.571,68	12,58	441.571,68	12,58
Despesas de Capital	154.000,00	154.000,00						
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**10.474.000,00**	**11.315.350,11**	**5.000.027,58**	**44,19**	**4.146.890,26**	**36,65**	**4.003.223,71**	**35,38**
Despesas Correntes	10.464.000,00	11.305.350,11	5.000.027,58	44,23	4.146.890,26	36,68	4.003.223,71	35,41
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00						
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**63.163.500,00**	**62.676.755,81**	**19.963.770,99**	**31,85**	**9.802.398,47**	**15,64**	**9.500.476,72**	**15,16**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**19.963.770,99**	**9.802.398,47**	**9.500.476,72**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**19.963.770,99**	**9.802.398,47**	**9.500.476,72**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			16.128.511,38
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	3.835.259,61	(6.326.112,91)	(6.628.034,66)
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	18,57	9,12	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	16.128.511.38	9.802.398.47		10.463.294,27				10.463.294,27		
Empenhos de 2024	46.946.239,71	48.856.180,64	1.909.940,93	29.429.977,74			16.758.067,79	10.649.014,37	2.022.895,58	(2.022.895,58)
Empenhos de 2023	39.673.086,61	45.188.266,03	5.515.179,42	28.320.208,04			25.250.837,39	476.664,00	2.592.706,65	(2.592.706,65)
Empenhos de 2022	34.880.174.44	54.608.599.38	19.728.424,94	28.203.708,47			20.923.847,93	24.000,60	7.255.859,94	(7.255.859,94)
Empenhos de 2021 e anteriores	160.515.631,98	285.462.593,12	124.946.961,14	71.377.634,26			32.335.542,79	16.145.209,36	22.896.882,11	(22.896.882,11)

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)¹ (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**31.642.000,00**	**31.642.000,00**	**10.224.008,88**	**32,31**
Provenientes da União	29.821.000,00	29.821.000,00	9.506.955,62	31,88
Provenientes dos Estados	1.821.000,00	1.821.000,00	717.053,26	39,38
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**555.000,00**	**555.000,00**	**13.329,55**	**2,40**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**32.197.000,00**	**32.197.000,00**	**10.237.338,43**	**31,80**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESP. EMPENHADAS**		**DESP. LIQUIDADAS**		**DESP. PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c)x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c)x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c)x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**17.034.000,00**	**17.202.116,88**	**7.260.148,93**	**42,20**	**4.851.923,56**	**28,21**	**4.795.654,73**	**27,88**
Despesas Correntes	15.342.000,00	15.225.116,88	5.736.071,55	37,68	4.799.714,68	31,52	4.743.445,85	31,16
Despesas de Capital	1.692.000,00	1.977.000,00	1.524.077,38	77,09	52.208,88	2,64	52.208,88	2,64
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**11.582.000,00**	**11.799.075,47**	**5.644.053,52**	**47,83**	**2.762.004,88**	**23,41**	**2.753.786,10**	**23,34**
Despesas Correntes	11.582.000,00	11.772.275,47	5.633.853,62	47,86	2.762.004,88	23,46	2.753.786,10	23,39
Despesas de Capital		26.800,00	10.199,90	38,06				
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**670.000,00**	**792.295,83**	**114.731,83**	**14,48**	**93.645,83**	**11,82**	**93.645,83**	**11,82**
Despesas Correntes	670.000,00	763.645,83	93.645,83	12,26	93.645,83	12,26	93.645,83	12,26
Despesas de Capital		28.650,00	21.086,00	73,60				
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**467.000,00**	**522.676,73**	**399.449,29**	**76,42**	**379.260,88**	**72,56**	**379.260,88**	**72,56**
Despesas Correntes	467.000,00	522.676,73	399.449,29	76,42	379.260,88	72,56	379.260,88	72,56
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**2.137.000,00**	**2.304.317,32**	**1.380.468,43**	**59,91**	**1.361.387,88**	**59,08**	**1.326.635,56**	**57,57**
Despesas Correntes	2.137.000,00	2.304.317,32	1.380.468,43	59,91	1.361.387,88	59,08	1.326.635,56	57,57
Despesas de Capital								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**307.000,00**	**88.494,82**	**79.124,95**	**89,41**	**18.824,95**	**21,27**	**18.824,95**	**21,27**
Despesas Correntes	307.000,00	88.494,82	79.124,95	89,41	18.824,95	21,27	18.824,95	21,27
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**32.197.000,00**	**32.708.977,05**	**14.877.976,95**	**45,49**	**9.467.047,98**	**28,94**	**9.367.808,05**	**28,64**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESP. EMPENHADAS**		**DESP. LIQUIDADAS**		**DESP PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c)x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c)x100**	**Até o Bimestre (f)**	**(f/c)x100 %**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**28.470.000,00**	**27.741.818,16**	**8.619.855,93**	**24,74**	**5.802.261,53**	**30,11**	**5.687.741,22**	**30,14**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**43.601.500,00**	**43.841.763,83**	**17.165.894,80**	**49,27**	**6.722.707,33**	**34,89**	**6.636.001,93**	**35,17**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**4.737.000,00**	**4.765.650,00**	**1.466.565,99**	**4,21**	**289.360,13**	**1,50**	**289.218,25**	**1,53**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**1.639.000,00**	**1.664.000,00**	**532.534,86**	**1,53**	**486.442,69**	**2,52**	**465.067,47**	**2,46**
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**6.132.000,00**	**5.968.655,94**	**1.977.743,83**	**5,68**	**1.802.959,56**	**9,36**	**1.768.207,24**	**9,37**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**10.781.000,00**	**11.403.844,93**	**5.079.152,53**	**14,58**	**4.165.715,21**	**21,62**	**4.022.048,66**	**21,32**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**95.360.500,00**	**95.385.732,86**	**34.841.747,94**	**100,00**	**19.269.446,45**	**100,00**	**18.868.284,77**	**100,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 21/05/2025 , às 13:56:14

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

Marcus Azevedo Batista
Prefeito Municipal

Fernanda Cunha Nico
Secretária Municipal de Finanças

Vanuza Pertel
Contadora CRC Nº 021.045/O-4

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**91.122.000,00**	**28.478.584,06**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	**7.320.000,00**	**2.186.326,18**
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	**6.701.000,00**	**2.359.928,92**
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	**61.601.000,00**	**19.588.501,92**
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	**15.500.000,00**	**4.343.827,04**
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**188.799.000,00**	**79.072.539,93**
2.1 - Cota-Parte FPM	85.400.000,00	35.352.524,82
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	77.600.000,00	35.352.524,82
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	7.800.000,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	86.400.000,00	34.758.693,90
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	880.000,00	425.773,71
2.4 - Cota-Parte ITR	64.000,00	17.704,29
2.5 - Cota-Parte IPVA	16.000.000,00	8.351.554,66
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensação Financeira Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	55.000,00	166.288,55
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**279.921.000,00**	**107.551.123,99**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**36.199.800,00**	**15.809.801,05**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2)+ (2.6)+ (2.7))	**33.780.450,00**	**11.073.273,02**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	**138.400.000,00**	**49.715.615,63**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	123.700.000,00	45.459.428,35
6.1.1- Principal	123.200.000,00	44.745.483,12
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	500.000,00	713.945,23
6.1.3- Ressarcimento de recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	8.700.000,00	3.647.084,73
6.3.1- Principal	8.700.000,00	3.647.084,73
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	6.000.000,00	609.102,55
6.4.1- Principal	6.000.000,00	609.102,55
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**87.000.200,00**	**28.935.682,07**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**6.654.382,51**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	6.654.382,51
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**56.369.998,14**

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**140.761.784,11**	**40.664.701,22**	**37.285.625,98**	**36.096.293,18**	**3.379.075,24**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**120.812.426,67**	**33.332.838,74**	**33.332.838,74**	**32.145.890,34**	**0,00**
10.1.1 - Educação Infantil	40.600.200,00	11.530.748,12	11.530.748,12	11.129.537,78	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	80.212.226,67	21.069.063,95	21.069.063,95	20.304.990,81	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Adminstração Geral	0,00	733.026,67	733.026,67	711.361,75	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	**19.949.357,44**	**7.331.862,48**	**3.952.787,24**	**3.950.402,84**	**3.379.075,24**
10.2.1 - Educação Infantil	6.474.383,39	3.873.376,25	1.453.126,20	1.453.126,20	2.420.250,05
10.2.2 - Ensino Fundamental	13.382.324,47	3.365.836,65	2.407.011,46	2.407.011,46	958.825,19
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Adminstração Geral	92.649,58	92.649,58	92.649,58	90.265,18	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA (h)	DESPESAS EMPENHADAS/LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**34.010.318,71**	**30.631.243,47**	**29.441.910,67**	**3.379.075,24**	**0,00**	**0,00**
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	34.010.318,71	30.631.243,47	29.441.910,67	3.379.075,24	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União -VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**26.678.456,23**	**26.678.456,23**	**25.491.507,83**	**0,00**	**0,00**	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT DESPESA DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	34.374.559,16	26.678.456,23	26.678.456,23	54,33
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	1.938.060,83	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	547.062,71	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	4.971.561,57	15.705.296,92	15.705.296,92	10.733.735,36	38,39
18.1 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício - Impostos e Transferências de Impostos	4.545.942,84	11.449.109,64	11.449.109,64	6.903.166,81	32,62
18.2 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício - Complementação da União (VAAF+VAAT+VAAR)	425.618,73	4.256.187,28	4.256.187,28	3.830.568,55	100,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VARLOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE NO EXERCÍCIO ATUAL (x) (x)
19- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	**11.619.215,34**	**6.654.382,51**	**6.654.382,51**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	12.925.659,36	6.654.382,51	6.654.382,51	0,00	0,00	
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT+VAAR)	1.093.024,43	0,00	0,00	0,00	0,00	

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE-RECEITAS DE IMPOSTOS-EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**44.415.859,39**	**24.399.405,02**	**2.359.392,66**	**2.133.140,49**	**22.040.012,36**
20.1 - Educação Infantil	12.379.040,69	4.767.722,38	509.658,80	481.608,52	4.258.063,58
20.2 - Ensino Fundamental	24.378.990,38	17.489.866,32	845.053,00	683.821,53	16.644.813,32
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	95.675,60	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Adminstração Geral	7.558.152,72	2.141.816,32	1.004.680,86	967.710,44	1.137.135,46
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE-RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**185.177.643,50**	**58.954.982,55**	**33.535.714,95**	**32.045.826,34**	**25.419.267,60**
21.1-EDUCAÇÃO INFANTIL	61.657.859,99	19.448.636,04	12.446.869,89	11.985.284,81	7.001.766,15
21.1.1.-Creche	21.111.817,43	6.659.272,58	4.261.843,46	4.103.794,29	2.397.429,12
21.1.2.-Pré-Escola	40.546.042,56	12.789.363,46	8.185.026,43	7.881.490,51	4.604.337,03
21.2-ENSINO FUNDAMENTAL	123.519.783,51	39.506.346,51	21.088.845,06	20.060.541,53	18.417.501,45

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS =L20(d ou e)	2.359.392,66
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	15.809.801,05
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)	10.282.242,05
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1 (x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af)+L30.2 (af))	183.699,33
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23-24-25-26-27)	**7.703.252,33**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	26.880.852,31	7.703.252,33	7,16

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)=(ac)-(ae)-(af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**5.561.436,16**	**2.194.452,37**	**4.379.670,90**	**183.699,33**	**998.065,93**
30.1 - Executadas com recursos de impostos e transferências de impostos	3.392.457,35	1.301.069,11	2.830.916,80	113.589,53	447.951,02
30.2 - Executadas com recursos du FUNDEB - impostos	1.964.799,15	893.383,26	1.344.574,44	70.109,80	550.114,91
30.3 - Executadas com recursos do FUNDEB - complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	204.179,66	0,00	204.179,66	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA Até o Bimestre (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**35.368.000,00**	**7.252.736,48**
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	29.915.000,00	5.373.801,41
31.1.1 - Salário-Educação	9.160.000,00	3.745.306,86
31.1.2 - PDDE	0,00	290,30
31.1.3 - PNAE	2.371.000,00	705.991,75
31.1.4 - PNATE	795.000,00	278.966,93
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	17.589.000,00	643.245,57
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	8.583,17
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	1.515.000,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.938.000,00	1.870.351,90

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA Até o Bimestre (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**35.246.951,48**	**14.995.329,63**	**5.356.253,98**	**5.356.253,98**	**9.639.075,65**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.572.944,46	804.751,30	59.064,32	59.064,32	745.686,98
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	18.238.198,41	5.371.724,06	1.501.275,25	1.501.275,25	3.870.448,81
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7-EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	10.435.808,61	8.818.854,27	3.795.914,41	3.795.914,41	5.022.939,86

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA Até o Bimestre (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**220.424.594,98**	**80.604.694,69**	**45.546.351,44**	**44.056.462,83**	**35.058.343,25**
33.1- Despesas Correntes	**210.000.446,66**	**79.934.228,56**	**45.340.777,73**	**43.850.889,12**	**34.593.450,83**
33.1.1- Pessoal Ativo	138.425.394,26	34.724.764,15	34.724.584,15	33.430.885,62	180,00
33.1.2- Pessoal Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	1.000,00	1.565.932,89	15.000,00	15.000,00	1.550.932,89
33.1.4- Outras Despesas Correntes	71.574.052,40	43.643.531,52	10.601.193,58	10.405.003,50	33.042.337,94
33.2- Despesas de Capital	**10.424.148,32**	**670.466,13**	**205.573,71**	**205.573,71**	**464.892,42**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	10.424.148,32	670.466,13	205.573,71	205.573,71	464.892,42

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO(ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**11.984.564,57**	**2.867.882,77**
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	**49.715.615,63**	**3.745.306,86**
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	**37.645.047,28**	**4.441.496,99**
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	**24.055.132,92**	**2.171.692,64**
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	**566.317,20**	**0,00**
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	**0,00**	**0,00**
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (saldo bancário)	**24.621.450,12**	**2.171.692,64**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças e Fazenda

MARCUS AZEVEDO BATISTA
PREFEITO MUNICIPAL

VANUZA PERTEL
CONTADORA CRC-ES 021045/O

FERNANDA CUNHA NICO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

Protocolo 1559997

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**210.000,00**	**60.527,53**
Receita de Contribuições dos Segurados	80.000,00	35.173,46
Ativo	80.000,00	35.173,46
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais	130.000,00	23.449,00
Ativo	130.000,00	23.449,00
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		1.905,07
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		1.905,07
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**210.000,00**	**60.527,53**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	**108.000,00**				
Aposentadorias	108.000,00				
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias	**101.900,00**	**1.412,00**	**1.412,00**	**1.412,00**	
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias	101.900,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**209.900,00**	**1.412,00**	**1.412,00**	**1.412,00**	

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²	**100,00**	**59.115,53**	**59.115,53**	**59.115,53**	**60.527,53**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeiras entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	**6.392.000,00**	**1.975.777,81**	**1.975.777,81**	**1.975.777,81**	
Aposentadorias	4.692.000,00	1.488.614,57	1.488.614,57	1.488.614,57	
Pensões por Morte	1.700.000,00	487.163,24	487.163,24	487.163,24	
Outras Despesas Previdenciárias	**130.000,00**	**46.898,00**	**46.898,00**	**35.173,50**	
Compensação Previdenciária entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias	130.000,00	46.898,00	46.898,00	35.173,50	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**6.522.000,00**	**2.022.675,81**	**2.022.675,81**	**2.010.951,31**	

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²	**(6.522.000,00)**	**(2.022.675,81)**	**(2.022.675,81)**	**(2.010.951,31)**	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	133.000,00	46.898,00	46.898,00	35.173,50	
Pessoal e Encargos Sociais	133.000,00	46.898,00	46.898,00	35.173,50	
Demais Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)					
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**133.000,00**	**46.898,00**	**46.898,00**	**35.173,50**	

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	**(133.000,00)**	**(46.898,00)**	**(46.898,00)**	**(35.173,50)**	

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Contribuições dos Servidores					
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2					

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 21/05/2025 , às 12:19:51

Marcus Azevedo Batista
Prefeito Municipal

Fernanda Cunha Nico
Secretária Municipal de Finanças

Vanuza Pertel
Contadora CRC Nº 021.045/O-4

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**552.160.000,00**	**189.410.782,05**
Impostos, Taxas e Contrinuições de Melhoria	99.324.000,00	31.274.872,15
IPTU	7.320.000,00	2.186.326,18
ISS	61.601.000,00	19.588.501,92
ITBI	6.701.000,00	2.359.928,92
IRRF	15.500.000,00	4.343.827,04
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.202.000,00	2.796.288,09
Contribuições	18.500.000,00	6.061.006,62
Receita Patrimonial	3.774.000,00	5.337.485,70
Aplicações Financeiras (II)	3.768.000,00	5.337.485,70
Outras Receitas Patrimoniais	6.000,00	
Transferências Correntes	393.356.000,00	135.397.006,25
Cota-Parte do FPM	85.400.000,00	28.282.020,02
Cota-Parte do ICMS	86.400.000,00	27.805.434,59
Cota-Parte do IPVA	16.000.000,00	6.680.839,19
Cota-Parte do ITR	64.000,00	14.163,47
Transferências da LC 61/1989	880.000,00	341.707,82
Transferências do FUNDEB	137.900.000,00	49.001.670,40
Outras Transferências Correntes	66.712.000,00	23.271.170,76
Demais Receitas Correntes	37.206.000,00	11.340.411,33
Outras Receitas Financeiras (III)	285.000,00	6.707,75
Receitas Correntes Restantes	36.921.000,00	11.333.703,58
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**548.107.000,00**	**184.066.588,60**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	**393.566.000,00**	**135.455.628,71**
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		**1.905,07**
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**58.933.000,00**	**6.768.997,88**
Operações de Crédito (VIII)	10.000,00	
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	110.000,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	110.000,00	
Transferências de Capital	58.813.000,00	6.768.997,88
Convênios	29.818.000,00	2.152.896,73
Outras Transferências de Capital	28.995.000,00	4.616.101,15
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**58.923.000,00**	**6.768.997,88**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**1.000.596.000,00**	**326.291.215,19**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**607.030.000,00**	**190.835.586,48**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**560.046.812,77**	**233.810.541,75**	**120.723.278,99**	**116.824.611,57**	**3.416.807,07**	**7.363.521,72**	**7.363.521,72**
Pessoal e Encargos Sociais	259.565.914,28	69.775.721,20	69.610.378,37	67.325.272,89	2.322.353,00	3.749,51	3.749,51
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	200.000,00						
Outras Despesas Correntes	300.280.898,49	164.034.820,55	51.112.900,62	49.499.338,68	1.094.454,07	7.359.772,21	7.359.772,21
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	300.280.898,49	164.034.820,55	51.112.900,62	49.499.338,68	1.094.454,07	7.359.772,21	7.359.772,21
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**559.846.812,77**	**233.810.541,75**	**120.723.278,99**	**116.824.611,57**	**3.416.807,07**	**7.363.521,72**	**7.363.521,72**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	**209.800,00**	**1.412,00**	**1.412,00**	**1.412,00**			
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**70.625.690,87**	**12.191.997,27**	**4.395.003,03**	**4.395.003,03**	**1.301.880,67**	**4.675.858,33**	**4.675.858,33**
Investimentos	66.955.690,87	10.702.163,77	2.905.169,53	2.905.169,53	1.301.880,67	4.675.858,33	4.675.858,33
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	3.670.000,00	1.489.833,50	1.489.833,50	1.489.833,50			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**66.955.690,87**	**10.702.163,77**	**2.905.169,53**	**2.905.169,53**	**1.301.880,67**	**4.675.858,33**	**4.675.858,33**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	**5.518.735,00**						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	200,00						
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**632.531.238,64**	**244.514.117,52**	**123.629.860,52**	**119.731.193,10**	**4.718.687,74**	**12.039.380,05**	**12.039.380,05**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**632.321.238,64**	**244.512.705,52**	**123.628.448,52**	**119.729.781,10**	**4.718.687,74**	**12.039.380,05**	**12.039.380,05**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**189.801.954,30**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**54.347.737,59**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(8.487.133,33)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	5.337.485,70
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**59.685.223,29**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/ 2024 (a)	Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**30.662.248,48**	**29.172.414,98**
DEDUÇÕES (XL)	**80.100.222,66**	**143.119.662,18**
Disponibilidade de Caixa	80.094.692,43	143.114.131,95
Disponibilidade de Caixa Bruta	88.067.689,95	149.383.813,29
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	4.914.419,04	194.305,27
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.058.578,48	6.075.376,07
Demais Haveres Financeiros	5.530,23	5.530,23
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(49.437.974,18)**	**(113.947.247,20)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**64.509.273,02**

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

ESTADO/TRIBUNAL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(8.671.333,33)**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(4.720.113,77)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	59.789.159,25

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**54.451.673,55**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**21.801.187,98**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	21.801.187,98
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 21/05/2025 , às 14:01:04

Marcus Azevedo Batista
Prefeito Municipal

Fernanda Cunha Nico
Secretária Municipal de Finanças

Vanuza Pertel
Contadora CRC Nº 021.045/O-4

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

STN/SICONFI

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2024 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Em exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2024 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)	**0,20**	**4.898.434,82**	**4.701.625,63**	**2.777,12**	**194.032,27**	**246.332,00**	**24.138.479,68**	**11.971.010,77**	**11.971.010,77**	**1.868.498,53**	**10.545.302,38**	**10.739.334,65**
PODER EXECUTIVO	0,20	4.898.434,82	4.701.625,63	2.777,12	194.032,27	246.332,00	24.064.759,95	11.899.934,46	11.899.934,46	1.867.424,62	10.543.732,87	10.737.765,14
PODER LEGISLATIVO							73.719,73	71.076,31	71.076,31	1.073,91	1.569,51	1.569,51
Câmara Municipal							73.719,73	71.076,31	71.076,31	1.073,91	1.569,51	1.569,51
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(II)		**17.062,11**	**17.062,11**				**376.001,13**	**68.369,28**	**68.369,28**	**151.619,93**	**156.011,92**	**156.011,92**
TOTAL (III) = (I + II)	**0,20**	**4.915.496,93**	**4.718.687,74**	**2.777,12**	**194.032,27**	**246.332,00**	**24.514.480,81**	**12.039.380,05**	**12.039.380,05**	**2.020.118,46**	**10.701.314,30**	**10.895.346,57**

PODER/ÓRGÃO - INTRA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2024 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Em exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2024 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(II)		**17.062,11**	**17.062,11**				**376.001,13**	**68.369,28**	**68.369,28**	**151.619,93**	**156.011,92**	**156.011,92**
PODER EXECUTIVO		17.062,11	17.062,11				376.001,13	68.369,28	68.369,28	151.619,93	156.011,92	156.011,92
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 21/05/2025 , às 14:10:17

Marcus Azevedo Batista
Prefeito Municipal

Fernanda Cunha Nico
Secretária Municipal de Finanças

Vanuza Pertel
Contadora CRC Nº 021.045/O-4

IMPRESSÃO: Antonio Carlos Loureiro da Cunha

Protocolo 1560006

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025 / BIMESTRE - MARÇO A ABRIL
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

STN/SICONFI

R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2025	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	572.968.122,21	551.514.500,00									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 21/05/2025 , às 14:10:46

Marcus Azevedo Batista
Prefeito Municipal

Fernanda Cunha Nico
Secretária Municipal de Finanças

Vanuza Pertel
Contadora CRC Nº 021.045/O-4

Protocolo 1560009

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MATEUS - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) — Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	611.303.000,00
Previsão Atualizada	611.303.000,00
Receitas Realizadas	196.240.307,46
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	21.801.188,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	611.303.000,00
Dotação Atualizada	636.401.238,64
Despesas Empenhadas	246.003.951,02
Despesas Liquidadas	125.119.694,02
Despesas Pagas	121.221.026,60
Superávit Orçamentário	71.120.613,44

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**246.003.951,02**
Despesas Liquidadas	**125.119.694,02**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	587.495.645,28
Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento	585.925.645,28
Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites da Despesa com Pessoal	579.253.313,28

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	60.527,53
Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.412,00
Despesas Previdenciário Liquidadas	1.412,00
Despesas Previdenciário Pagas	1.412,00
Resultado Previdenciário	59.115,53
Fundo em repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	2.022.675,81
Despesas Previdenciário Liquidadas	2.022.675,81
Despesas Previdenciário Pagas	2.010.951,31
Resultado Previdenciário	-2.022.675,81
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receita realizada	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	-8.487.133,33	54.347.737,59	-640,35
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Acima da Linha	-8.671.333,33	59.685.223,29	-688,31

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até	Pagamento Até	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**4.915.497,13**	**2.777,12**	**4.718.687,74**	**194.032,27**
Poder Executivo	4.915.497,13	2.777,12	4.718.687,74	194.032,27
Poder Legislativo				
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**24.760.812,81**	**2.020.118,46**	**12.039.380,05**	**10.701.314,30**
Poder Executivo	24.687.093,08	2.019.044,55	11.968.303,74	10.699.744,79
Poder Legislativo	73.719,73	1.073,91	71.076,31	1.569,51
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**29.676.309,94**	**2.022.895,58**	**16.758.067,79**	**10.895.346,57**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	**7.703.252,34**	**25,00**	**7,16**
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	**26.678.456,23**	**70,00**	**54,33**
Percentual de 50% da complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	**0,00**	**50,00**	**0,00**
Percentual de 15% da complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesa de capital	**0,00**	**15,00**	**0,00**

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		**-40.000,00**
Despesa de Capital Líquida	**12.191.997,27**	**58.433.893,60**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				

Resultado associado às Pensões e aos Inativos Militares			
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Saldo Não Realizado**
Receita de Alienação dos Ativos	**26.761,99**		**83.238,01**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	**0,00**		**110.000,00**
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**	
		% Mínimo a	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**9.802.398,47**	**15,00**	**9,12**
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado No Exercício Corrente**		
Total das Despesas / RCL (%)			

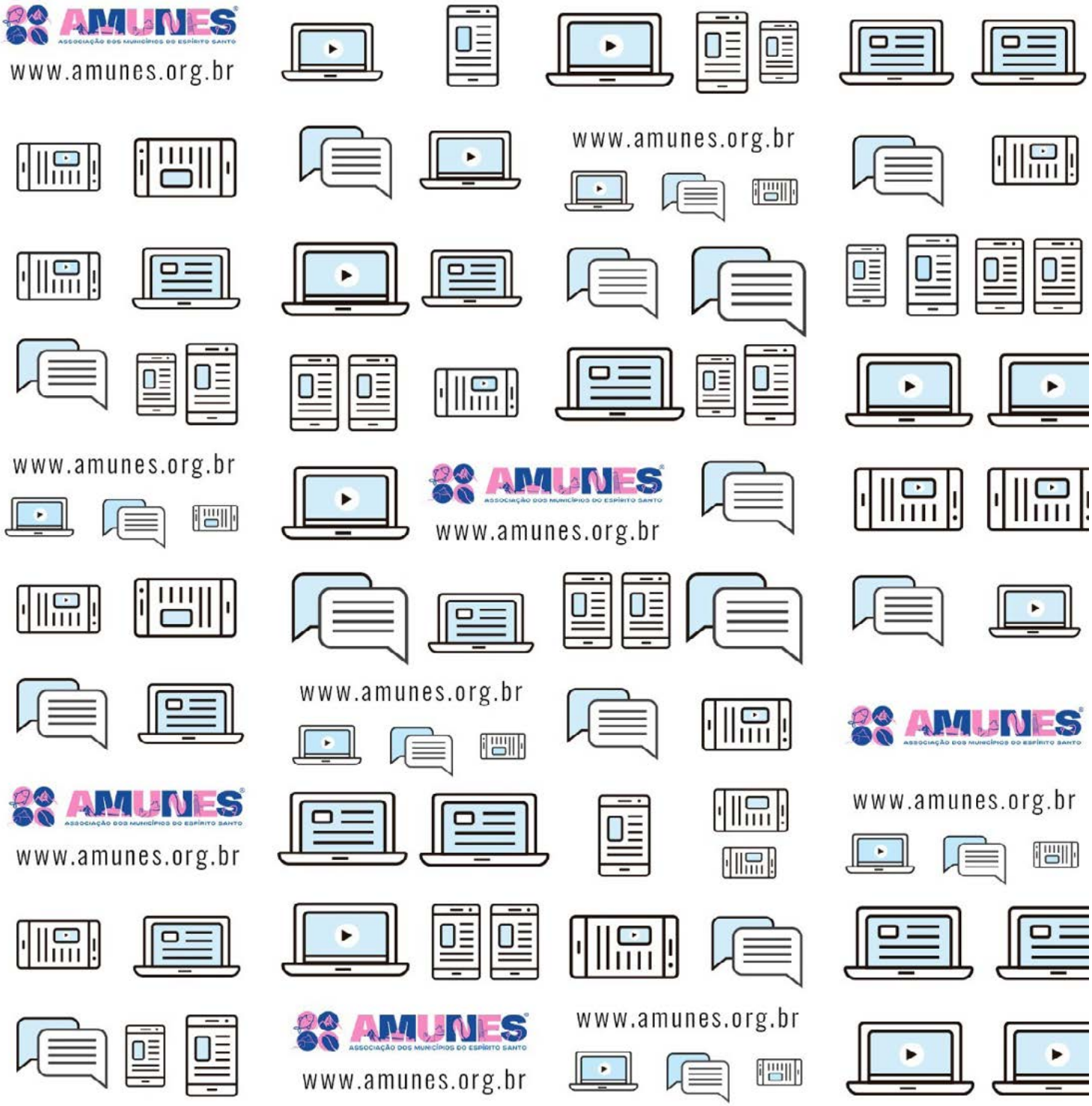
FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças,

MARCUS AZEVEDO BATISTA
Prefeito Municipal

VANUZA PERTEL
Contadora CRC Nº 021.045/O-4

FERNANDA CUNHA NICO
Secretária Municipal de Finanças

Protocolo 1560013



São Roque do Canaã

Decreto

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
ESPIRITO SANTO
01.612.865/0001-71
DECRETO Nº 0007685/2025
Data 27/05/2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de SAO ROQUE DO CANAA, no Estado do ESPIRITO SANTO, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0001115/2024.DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 133.440,00 (cento e trinta e três mil quatrocentos e quarenta reais), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000059	0401.1212200072.007 31909600000	Gestão da Secretaria Municipal de Educação RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	150000250000	2.000,00
0000090	0401.1236100072.010 33903900000	Manutenção da Rede Escolar - Ensino FUNDAMENTAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000250000	524,53
0000094	0401.1236100072.010 33909300000	Manutenção da Rede Escolar - Ensino FUNDAMENTAL INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	154200300000	22.252,51
0000116	0401.1236500072.011 33909300000	Manutenção da Rede Escolar - Ensino INFANTIL pré escola INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	154200300000	22.252,52
0000142	0401.1278500072.014 33909300000	Transporte Escolar INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	159900000001	79.720,92
0000388	0501.0412200172.015 33903900000	Gestão das Atividades do Sistema de Controle Interno OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	6.689,52
TOTAL:				**133.440,00**

Art. 2º.Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 133.440,00 (cento e trinta e três mil quatrocentos e quarenta reais)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000062	0401.1212200072.007 33903000000	Gestão da Secretaria Municipal de Educação MATERIAL DE CONSUMO	150000250000	2.000,00
0000112	0401.1236500072.011 33903900000	Manutenção da Rede Escolar - Ensino INFANTIL pré escola OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000250000	524,53
0000112	0401.1236500072.011 33903900000	Manutenção da Rede Escolar - Ensino INFANTIL pré escola OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	154200300000	44.505,03
0000141	0401.1278500072.014 33903900000	Transporte Escolar OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	159900000001	79.720,92
0000384	0501.0412200172.015 31901100000	Gestão das Atividades do Sistema de Controle Interno VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000000000	6.689,52
TOTAL:				**133.440,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. SAO ROQUE DO CANAA, 28 maio de 2025

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

Portaria

PORTARIA N.º 277/2025
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO RAINHA DO RODEIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ - 2025 "ONDE A BELEZA ENCONTRA A ARENA" - LEI N.º 1.130/2025.
O PREFEITO MUNICIPAL de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 57, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e considerando os artigos 6º e 215 da Constituição Federal, 12, inciso III, 188 e 194 da Lei Orgânica Municipal que disciplinam respectivamente:

a) "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição";

b) "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais";

c) "Ao Município compete, em comum com a União e Estado: facilitar o acesso à educação, à cultura e à ciência";

d) "O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais e folclóricas";

e) "O Município incentivará o lazer como forma de promoção social"; e

Considerando o conteúdo constante na Lei Municipal n.º 1.130/2025 e no Decreto n.º 7.673/2025.

RESOLVE:
Art. 1º. A organização do concurso é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de São Roque do Canaã, e contará com a participação de 1 (um) representante do Conselho Municipal de Política Pública e o Fundo Municipal de Cultural - CMPCSRC.

Art. 2º. Designar os (as) servidores (as) abaixo para compor a Comissão Organizadora do Concurso Rainha do Rodeio - São Roque do Canaã 2025, que tem por objetivo a eleição da Rainha, da Princesa e da Garota Encanto da Arena:

- **Presidente:** Rúbia Carla Buzzato - representante do executivo municipal;
- **Membro:** Fernanda Alves da Silva Ferrari - representante do executivo municipal;
- **Membro:** Amanda Mielke Souza - representante do executivo municipal;
- **Membro:** Sônia Regina Vergínio Pereira - representante do Conselho Municipal de Política Pública e o Fundo Municipal de Cultural - CMPCSRC; e
- **Membro:** Julio José Priori - representante do Conselho Municipal de Política Pública e o Fundo Municipal de Cultural - CMPCSRC.

Art. 3º. Caberá à Comissão Organizadora zelar pelo cumprimento das normas previstas no regulamento, Decreto n.º 7.673/2025, bem como resolver possíveis casos omissos.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 233, de 16 de maio de 2025.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 2 de maio de 2025.

Gabinete do Prefeito, 27 de maio de 2025.

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559159

PORTARIA N.º 039/2025

DISPÕE SOBRE LICENÇA A SERVIDOR POR RESPONSABILIDADE DO INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO em exercício de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

a) o art. 96 e ss. da Lei Municipal n.º 564/2009; e

b) a Comunicação de Decisão, emitida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social,

RESOLVE:

Art. 1º. Comunicar que o servidor **MARCOS ROBERTO FORMENTINI** permanecerá em gozo de **Auxílio por Incapacidade Temporária Previdenciário**, no período de **08/04/2025 a 06/06/2025**, sob total responsabilidade do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08 de abril de 2025.

Secretaria Municipal de Administração, 27 de maio de 2025.

NAYANE ALLINE DA SILVA MALAVASI
Secretária Municipal de Administração

Protocolo 1559333

PORTARIA N.º 040/2025

DISPÕE SOBRE LICENÇA A SERVIDOR POR RESPONSABILIDADE DO INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO em exercício de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

a) o art. 96 e ss. da Lei Municipal n.º 564/2009; e

b) a Comunicação de Decisão, emitida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social,
RESOLVE:

Art. 1º. Comunicar que a servidora **DAYENE CRISTINA CORADINI GASPARINI** permanecerá em gozo de **Auxílio por Incapacidade Temporária Previdenciário**, no período de **27/04/2025 a 10/07/2025**, sob total responsabilidade do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27 de abril de 2025.

Secretaria Municipal de Administração, 27 de maio de 2025.
NAYANE ALLINE DA SILVA MALAVASI
Secretária Municipal de Administração
Protocolo 1559414

Contrato

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2025

Processo Administrativo nº: 001957/2025.
Pregão Eletrônico nº: 052/2024 - CIM POLINORTE
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ/ES.
Contratada: J.B. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Objeto: Constitui objeto do presente instrumento aquisição de PRODUTOS DE LIMPEZA, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de São Roque do Canaã/ES.
Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses a contar da data de sua publicação na Imprensa Oficial do Município.
Data da Assinatura: 27/05/2025.
Valor: R$ 659,06 (seiscentos e cinquenta e nove reais e seis centavos).
Dotação Orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
0301.0412200042..004 - 33903000000 - FR 150000000000 - F 0000034	R $ 165,06
0301.0412200042..004 - 33903000000 - FR 150000000000 - F 0000034	R $ 494,00

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559082

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2025

Processo Administrativo nº: 001962/2025.
Pregão Eletrônico nº: 052/2024 - CIM POLINORTE
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ/ES.
Contratada: J.B. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Objeto: Constitui objeto do presente instrumento aquisição de PRODUTOS DE LIMPEZA, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de São Roque do Canaã/ES.
Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses a contar da data de sua publicação na Imprensa Oficial do Município.
Data da Assinatura: 27/05/2025.
Valor: R$ 338,70 (trezentos e trinta e oito reais e setenta centavos).
Dotação Orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
0707.1545100102.019 - 33903000000 - FR 150000000000 - F 0000209	R$ 91,70
0707.1545100102.019 - 33903000000 - FR 150000000000 - F 0000209	R $ 247,00

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559089

EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2025

Processo Administrativo nº: 001887/2025.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO ROQUE DO CANAÃ/ES.
Contratada: ABC FARMACÊUTICO LTDA.
Objeto: Aquisição de medicamentos injetáveis, para suprir as necessidades ao tratamento farmacológico dos usuários de forma a garantir o abastecimento da Farmácia Básica Municipal, das Unidades de Saúde da Família e do Pronto Atendimento 24 Horas com a finalidade da manutenção e garantia da continuidade do atendimento à população do Município de São Roque do Canaã/ES.
Vigência: O prazo de vigência da presente contratação inicia-se a partir da data de sua assinatura, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2025.
Data da assinatura: 27/05/2025
Valor: R$ 830,00 (oitocentos e trinta reais).
Dotação Orçamentária:
I. Secretaria Municipal de Saúde:
a) 1515.1030300082.043 - 33903200000 - FR.: 150000150000 - F.: 089 (R$ 830,00)
GABRIEL FORÇA SILVESTRE
Secretário Municipal de Saúde
Protocolo 1559736

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2025

Processo Administrativo nº: 001958/2025.
Pregão Eletrônico nº: 052/2024 - CIM POLINORTE
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ/ES.
Contratada: JCP COMERCIAL DESKART ME.
Objeto: Constitui objeto do presente instrumento aquisição de PRODUTOS DE LIMPEZA, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de São Roque do Canaã/ES.
Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses a contar da data de sua publicação na Imprensa Oficial do Município.
Data da Assinatura: 27/05/2025.
Valor: R$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais).
Dotação Orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
0301.0412200042.004 - 33903000000 - FR 150000000000 - F 0000034	R$ 272,00

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559883

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2025

Processo Administrativo nº: 001963/2025.
Pregão Eletrônico nº: 052/2024 - CIM POLINORTE
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ/ES.
Contratada: JCP COMERCIAL DESKART ME.
Objeto: Constitui objeto do presente instrumento aquisição de PRODUTOS DE LIMPEZA, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de São Roque do Canaã/ES.
Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses a contar da data de sua publicação na Imprensa Oficial do Município.
Data da Assinatura: 27/05/2025.
Valor: R$ 127,00 (cento e vinte e sete reais).
Dotação Orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
0707.1545100102.019 - 33903000000 - FR 150000000000 - F 0000209	R$ 127,00

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1559902

Relatórios

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES — **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**72.663.395,41**	**75.503.189,34**	**11.734.787,66**	**15,54**	**24.513.616,74**	**32,47**	**50.989.572,60**
RECEITAS CORRENTES	63.781.988,92	64.806.695,91	11.734.787,66	18,11	22.836.594,05	35,24	41.970.101,86
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.599.300,88	4.599.300,88	806.344,87	17,53	1.437.657,41	31,26	3.161.643,47
Impostos	4.096.263,88	4.096.263,88	759.102,71	18,53	1.349.511,45	32,94	2.746.752,43
Taxas	503.037,00	503.037,00	47.242,16	9,39	88.145,96	17,52	414.891,04
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	627.000,00	627.000,00	120.914,05	19,28	235.170,25	37,51	391.829,75
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	627.000,00	627.000,00	120.914,05	19,28	235.170,25	37,51	391.829,75
RECEITA PATRIMONIAL	723.628,98	728.035,99	347.583,02	47,74	712.837,20	97,91	15.198,79
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.150,00	1.150,00	787,05	68,44	1.925,75	167,46	(775,75)
Valores Mobiliários	722.478,98	726.885,99	346.795,97	47,71	710.911,45	97,80	15.974,54
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	1.110,00	1.110,00					1.110,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	110,00	110,00					110,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	1.000,00	1.000,00					1.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.828.389,06	58.848.689,04	10.450.664,68	17,76	20.419.767,00	34,70	38.428.922,04
Transferências da União e de suas Entidades	27.856.604,06	28.861.544,04	4.840.090,35	16,77	10.668.787,79	36,97	18.192.756,25
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	18.191.785,00	18.207.145,00	3.572.911,82	19,62	5.750.774,07	31,59	12.456.370,93
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	11.780.000,00	11.780.000,00	2.037.662,51	17,30	4.000.205,14	33,96	7.779.794,86
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.560,00	2.560,00	9.281,04	362,54	31.162,19	1.217,27	(28.602,19)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.300,00	2.300,00			1.215,91	52,87	1.084,09
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	160,00	160,00	9.281,04	5.800,65	29.946,28	18.716,42	(29.786,28)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	100,00	100,00					100,00
RECEITAS DE CAPITAL	8.881.406,49	10.696.493,43			1.677.022,69	15,68	9.019.470,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.881.406,49	10.696.493,43			1.677.022,69	15,68	9.019.470,74
Transferências da União e de suas Entidades	2.514.826,66	2.514.826,66			35.083,13	1,40	2.479.743,53
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.366.579,83	8.181.666,77			1.641.939,56	20,07	6.539.727,21
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**72.663.395,41**	**75.503.189,34**	**11.734.787,66**	**15,54**	**24.513.616,74**	**32,47**	**50.989.572,60**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	72.663.395,41	75.503.189,34	11.734.787,66	15,54	24.513.616,74	32,47	50.989.572,60
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	72.663.395,41	75.503.189,34	11.734.787,66	15,54	24.513.616,74	32,47	50.989.572,60
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	15.501.247,96	—	—	15.501.247,96	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	15.501.247,96	—	—	15.501.247,96	100,00	—

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**72.663.395,41**	**92.069.604,87**	**11.192.033,84**	**50.018.176,61**	**42.051.428,26**	**14.755.790,93**	**26.289.879,47**	**65.779.725,40**	**23.963.551,73**
DESPESAS CORRENTES	61.450.102,54	65.873.657,57	8.943.069,86	32.209.021,05	33.664.636,52	10.741.051,10	20.468.958,06	45.404.699,51	19.053.650,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.010.128,61	30.630.815,86	4.997.900,39	9.506.395,88	21.124.419,98	5.044.814,56	9.452.417,80	21.178.398,06	9.184.835,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.380.055,00	1.380.055,00		1.366.000,00	14.055,00	254.040,50	550.012,73	830.042,27	498.225,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.059.918,93	33.862.786,71	3.945.169,47	21.336.625,17	12.526.161,54	5.442.196,04	10.466.527,53	23.396.259,18	9.370.589,49
DESPESAS DE CAPITAL	10.413.292,87	25.395.947,30	2.248.963,98	17.809.155,56	7.586.791,74	4.014.739,83	5.820.921,41	19.575.025,89	4.909.901,40
INVESTIMENTOS	9.640.292,87	24.622.947,30	2.248.963,98	17.036.155,56	7.586.791,74	3.885.396,23	5.516.071,84	19.106.875,46	4.669.723,63
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	773.000,00	773.000,00		773.000,00		129.343,60	304.849,57	468.150,43	240.177,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	800.000,00	800.000,00			800.000,00			800.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**72.663.395,41**	**92.069.604,87**	**11.192.033,84**	**50.018.176,61**	**42.051.428,26**	**14.755.790,93**	**26.289.879,47**	**65.779.725,40**	**23.963.551,73**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	72.663.395,41	92.069.604,87	11.192.033,84	50.018.176,61	42.051.428,26	14.755.790,93	26.289.879,47	65.779.725,40	23.963.551,73

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—		—			550.065,01
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	72.663.395,41	92.069.604,87	11.192.033,84	50.018.176,61	42.051.428,26	14.755.790,93	26.289.879,47	65.779.725,40	24.513.616,74
RESERVA DO RPPS			—	—			—		—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES							
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS									
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS									
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 14/05/2025 , às 08:56:28

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

ESTADO/TRIBUNAL

Em Reais

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

ALANA RODRIGUES GRAMLICH
Gerente de Contabilidade

MARIA MADALENA BARATELLA
Controladora Geral

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**72.663.395,41**	**92.069.604,87**	**11.192.033,84**	**50.018.176,61**	**100,00**	**42.051.428,26**	**14.755.790,93**	**26.289.879,47**	**100,00**	**65.779.725,40**
Legislativa	**2.100.000,00**	**2.100.000,00**	**372.725,17**	**843.908,88**	**1,69**	**1.256.091,12**	**327.778,70**	**635.781,48**	**2,42**	**1.464.218,52**
Ação Legislativa	2.100.000,00	2.100.000,00	372.725,17	843.908,88	1,69	1.256.091,12	327.778,70	635.781,48	2,42	1.464.218,52
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração	**7.493.890,15**	**6.719.254,15**	**1.017.613,03**	**3.251.253,51**	**6,50**	**3.468.000,64**	**1.174.018,08**	**2.401.395,33**	**9,13**	**4.317.858,82**
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral	7.453.560,15	6.678.924,15	1.017.613,03	3.251.253,51	6,50	3.427.670,64	1.174.018,08	2.401.395,33	9,13	4.277.528,82
Administração Financeira										
Controle Interno										
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções	330,00	330,00				330,00				330,00
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública	**13.420,00**	**13.420,00**		**10.808,79**	**0,02**	**2.611,21**	**1.876,62**	**2.803,41**	**0,01**	**10.616,59**
Policiamento										
Defesa Civil	13.420,00	13.420,00		10.808,79	0,02	2.611,21	1.876,62	2.803,41	0,01	10.616,59
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social	**3.287.356,04**	**4.716.255,56**	**1.259.987,71**	**2.231.515,14**	**4,46**	**2.484.740,42**	**646.918,02**	**1.049.564,19**	**3,99**	**3.666.691,37**
Assistência ao Idoso	50,00	50,00				50,00				50,00
Assistência ao Portador de Deficiência	214.745,22	213.745,22		195.138,00	0,39	18.607,22		97.569,00	0,37	116.176,22
Assistência à Criança e ao Adolescente	603.015,00	835.794,76	125.331,67	341.017,00	0,68	494.777,76	139.118,26	234.231,87	0,89	601.562,89
Assistência Comunitária	1.972.160,82	3.238.468,58	1.048.353,45	1.525.376,70	3,05	1.713.091,88	422.027,43	558.857,66	2,13	2.679.610,92
Administração Geral	497.385,00	428.197,00	86.302,59	169.983,44	0,34	258.213,56	85.772,33	158.905,66	0,60	269.291,34
Demais Subfunções										
Previdência Social										
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saúde	**13.536.829,84**	**16.237.506,21**	**1.698.116,17**	**10.011.331,55**	**20,02**	**6.226.174,66**	**2.992.901,88**	**6.499.574,87**	**24,72**	**9.737.931,34**
Atenção Básica	5.891.200,00	8.171.240,46	1.203.124,42	4.622.204,20	9,24	3.549.036,26	1.460.354,52	3.176.942,72	12,08	4.994.297,74
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.461.516,27	5.861.100,04	140.628,89	4.631.342,35	9,26	1.229.757,69	1.186.896,79	2.657.670,22	10,11	3.203.429,82
Suporte Profilático e Terapêutico	440.596,00	440.596,00	55.588,93	148.376,75	0,30	292.219,25	45.021,83	112.292,97	0,43	328.303,03
Vigilância Sanitária	277.270,00	277.270,00	48.553,57	107.362,32	0,21	169.907,68	48.273,57	107.082,32	0,41	170.187,68
Vigilância Epidemiológica	314.360,00	335.712,14	34.259,70	58.786,06	0,12	276.926,08	34.809,10	47.642,56	0,18	288.069,58
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral	1.151.667,57	1.151.367,57	215.960,66	443.259,87	0,89	708.107,70	217.546,07	397.944,08	1,51	753.423,49
Demais Subfunções	220,00	220,00				220,00				220,00
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	**22.084.478,08**	**25.803.663,40**	**4.723.797,67**	**9.218.814,09**	**18,43**	**16.584.849,31**	**3.956.070,95**	**6.219.457,63**	**23,66**	**19.584.205,77**
Ensino Fundamental	11.546.848,08	11.915.066,44	2.774.067,34	4.214.936,02	8,43	7.700.130,42	2.247.834,96	3.411.240,68	12,98	8.503.825,76
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior	199.710,00	199.710,00	30.822,67	58.114,20	0,12	141.595,80	30.822,67	58.114,20	0,22	141.595,80
Educação Infantil	4.972.050,00	6.128.472,92	790.517,10	2.123.976,75	4,25	4.004.496,17	903.397,14	1.713.256,36	6,52	4.415.216,56
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										
Educação Básica										

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Administração Geral	1.629.125,00	2.452.125,00	191.305,22	1.557.416,21	3,11	894.708,79	335.746,69	538.152,42	2,05	1.913.972,58
Demais Subfunções	3.736.745,00	5.108.289,04	937.085,34	1.264.370,91	2,53	3.843.918,13	438.269,49	498.693,97	1,90	4.609.595,07
Cultura	**1.823.960,00**	**1.823.960,00**		**980.125,00**	**1,96**	**843.835,00**		**331.625,00**	**1,26**	**1.492.335,00**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural	640,00	640,00				640,00				640,00
Administração Geral										
Demais Subfunções	1.823.320,00	1.823.320,00		980.125,00	1,96	843.195,00		331.625,00	1,26	1.491.695,00
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo	**8.801.459,95**	**14.639.698,20**	**846.965,60**	**10.513.509,89**	**21,02**	**4.126.188,31**	**2.547.056,94**	**4.303.146,29**	**16,37**	**10.336.551,91**
Infra-Estrutura Urbana	8.801.239,95	14.639.478,20	846.965,60	10.513.509,89	21,02	4.125.968,31	2.547.056,94	4.303.146,29	16,37	10.336.331,91
Serviços Urbanos										
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções	220,00	220,00				220,00				220,00
Habitação	**2.200,00**	**2.200,00**				**2.200,00**				**2.200,00**
Habitação Rural										
Habitação Urbana										
Administração Geral										
Demais Subfunções	2.200,00	2.200,00				2.200,00				2.200,00
Saneamento	**540,00**	**434.252,28**		**433.232,97**	**0,87**	**1.019,31**				**434.252,28**
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano	540,00	434.252,28		433.232,97	0,87	1.019,31				434.252,28
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental	**425.035,91**	**515.035,91**	**140.995,05**	**291.502,70**	**0,58**	**223.533,21**	**83.276,59**	**146.995,03**	**0,56**	**368.040,88**
Preservação e Conservação Ambiental	424.650,91	514.650,91	140.995,05	291.502,70	0,58	223.148,21	83.276,59	146.995,03	0,56	367.655,88
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos	385,00	385,00				385,00				385,00
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	**6.973.544,74**	**10.709.441,07**	**1.031.192,24**	**5.458.366,13**	**10,91**	**5.251.074,94**	**1.322.814,27**	**2.085.101,94**	**7,93**	**8.624.339,13**
Abastecimento										
Extensão Rural	4.229.355,00	5.099.674,65	928.393,10	3.371.309,80	6,74	1.728.364,85	1.222.564,49	1.925.852,16	7,33	3.173.822,49
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária	1.589.050,56	2.111.050,56		59.000,00	0,12	2.052.050,56		59.000,00	0,22	2.052.050,56
Defesa Agropecuária										
Administração Geral										
Demais Subfunções	1.155.139,18	3.498.715,86	102.799,14	2.028.056,33	4,05	1.470.659,53	100.249,78	100.249,78	0,38	3.398.466,08
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços										
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte										

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	**2.340.460,70**	**4.573.198,09**	**100.641,20**	**3.807.587,96**	**7,61**	**765.610,13**	**1.202.413,09**	**1.553.637,45**	**5,91**	**3.019.560,64**
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário	2.340.460,70	4.573.198,09	100.641,20	3.807.587,96	7,61	765.610,13	1.202.413,09	1.553.637,45	5,91	3.019.560,64
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais	**2.980.220,00**	**2.981.720,00**		**2.966.220,00**	**5,93**	**15.500,00**	**500.665,79**	**1.060.796,85**	**4,04**	**1.920.923,15**
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna	2.980.220,00	2.981.720,00		2.966.220,00	5,93	15.500,00	500.665,79	1.060.796,85	4,04	1.920.923,15
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência	**800.000,00**	**800.000,00**	**----**	**----**	**----**	**800.000,00**	**----**	**----**	**----**	**800.000,00**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
TOTAL (III) = (I + II)	**72.663.395,41**	**92.069.604,87**	**11.192.033,84**	**50.018.176,61**	**100,00**	**42.051.428,26**	**14.755.790,93**	**26.289.879,47**	**100,00**	**65.779.725,40**

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
Legislativa										
Ação Legislativa										
Controle Externo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Judiciária										
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Essencial à Justiça										
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Administração										
Planejamento e Orçamento										
Administração Geral										
Administração Financeira										
Controle Interno										
Normatização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social										
Demais Subfunções										
Defesa Nacional										
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Segurança Pública										
Policiamento										
Defesa Civil										
Informação e Inteligência										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Relações Exteriores										
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Assistência Social										
Assistência ao Idoso										
Assistência ao Portador de Deficiência										
Assistência à Criança e ao Adolescente										
Assistência Comunitária										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Previdência Social										
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário										
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saúde										
Atenção Básica										
Assistência Hospitalar e Ambulatorial										
Suporte Profilático e Terapêutico										
Vigilância Sanitária										
Vigilância Epidemiológica										
Alimentação e Nutrição										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Trabalho										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação										
Ensino Fundamental										
Ensino Médio										
Ensino Profissional										
Ensino Superior										
Educação Infantil										
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										
Educação Básica										

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Cultura										
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico										
Difusão Cultural										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania										
Custódia e Reintegração Social										
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo										
Infra-Estrutura Urbana										
Serviços Urbanos										
Transportes Coletivos Urbanos										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitação										
Habitação Rural										
Habitação Urbana										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento										
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Gestão Ambiental										
Preservação e Conservação Ambiental										
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura										
Abastecimento										
Extensão Rural										
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços										
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia										
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte										

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer										
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário										
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Encargos Especiais										
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Reserva de Contigência										

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 14/05/2025 , às 09:00:30

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

ALANA RODRIGUES GRAMLICH
Gerente de Contabilidade

MARIA MADALENA BARATELLA
Controladora Geral

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA-ES
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARÇO E ABRIL 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	4.096.263,88		1.349.511,45
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Prop. Predial e Territorial Urbana – IPTU	308.524,00		23.809,66
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	80.050,00		66.401,40
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.708.689,88		852.842,52
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	999.000,00		406.457,87
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	42.101.600,00		13.979.889,08
2.1- Cota-Parte FPM	24.400.000,00		7.856.116,63
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.300.000,00		7.856.116,63
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.100.000,00		0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	16.250.000,00		5.252.829,15
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	145.000,00		64.134,35
2.4- Cota-Parte ITR	6.600,00		1.305,53
2.5- Cota-Parte IPVA	1.300.000,00		784.696,55
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro			0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-		20.806,87
2.7.1- Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022			0,00
2.7.2- Cota-Parte da Transf. da Comp Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS -	-		20.806,87
2.7.3- Transferências Decorrentes de Partem Outras Receitas de Impostos da União, Estados e DF			0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)		46.197.863,88	15.329.400,53
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equiv. a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]		8.000.320,00	2.796.244,25
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))		3.549.145,97	1.036.373,69

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	12.850.000,00	5.892.341,28
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	11.850.000,00	4.062.709,30
6.1.1- Principal	11.780.000,00	4.000.205,14
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	70.000,00	62.504,16
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.000.000,00	1.604.405,86
6.3.1- Principal	1.000.000,00	1.604.405,86
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	225.226,12	225.226,12
6.4.1- Principal	225.226,12	225.226,12
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	3.849.680,00	1.203.960,89

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	427.686,13
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	427.686,13
8.1.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	427.686,13
8.1.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF / VAAT / VAAR	427.686,13
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	6.320.027,41

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	14.110.266,28	4.004.620,93	3.805.044,13	3.258.972,25	199.576,80
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	12.836.529,21	3.285.188,41	3.285.188,41	3.087.282,52	
10.1.1 - Educação Infantil	4.098.876,65	1.052.221,07	1.052.221,07	985.396,24	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	8.737.652,56	2.232.967,34	2.232.967,34	2.101.886,28	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	-	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial		0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral		0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.273.737,07	719.432,52	519.855,72	171.689,73	199.576,80
10.2.1- Educação Infantil	704.778,39	166.724,32	166.724,32	29.673,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	568.958,68	552.708,20	353.131,40	142.016,73	199.576,80
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos		0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial		0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral		0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)		0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	-	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA-ES
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARÇO E ABRIL 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO[5,9] (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**3.576.934,80**	**3.377.358,00**	**2.394.134,18**	**199.576,80**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.108.476,24	3.001.765,82	2.364.214,94	106.710,42		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Compl da União - VAAF				-		
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Compl da União - VAAT	468458,56	375592,18	29.919,24	92.866,38		
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Compl da União - VAAR				-		
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROF DA EDUC BÁSICA	**2.948.354,20**	**2.948.354,20**	**2.326.342,86**	-		
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	**137.051,32**	**137.051,32**		-		
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	**0,00**					

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO[10 (m)]
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REM.DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.966.980,61	2.948.354,20	2.948.354,20	52,03
16 - PERCENTUAL DE 42,97% DA COMPL DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (**PortariaMEC/MF n 104/2024**)	689.413,20	137.051,32	137.051,32	8,54
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPL DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	240.660,88	-	0,00	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO L6(b) - [L11(d ou e) - L11(i)]	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**589.234,13**	**2.087.297,15**	**2.087.297,15**	**1.498.063,02**	**35,42**
18.1- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício - Impostos e Transf. Impostos	406.270,93	780.838,78	780.838,78	**374.567,85**	19,22
18.2- Total da Receita Recebida e não Aplic Exerc - Compl. União (VAAF+VAAT+VAAR)	182.963,20	1.306.458,37	1.306.458,37	1.123.495,17	71,41

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR APLICADO NO EXERCICIO ATUAL
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**427.686,13**	**427.686,13**	**427.686,13**	-	-	-
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transf. Impostos	280.104,70	280.104,70	280.104,70		-	-
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	147.581,43	147.581,43	147.581,43			

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**4.539.735,05**	**2.987.623,33**	**1.330.221,99**	**1.280.643,87**	**1.657.401,34**
20.1- Educação Infantil	1.008.121,97	433.608,81	276.619,98	275.320,26	156.988,83
20.2- Ensino Fundamental	1.166.143,08	996.598,31	515.449,59	482.948,87	481.148,72
20.3- Educação de Jovens e Adultos					-
20.4- Educação Especial					-
20.5- Administração Geral	2.365.415,00	1.557.416,21	538.152,42	522.374,74	1.019.263,79
20.6- Transporte (Escolar)					-
20.7- Outras	55,00				-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESP COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**18.874.198,47**	**6.992.244,26**	**5.135.266,12**	**4.491.792,29**	**1.856.978,14**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**6.500.257,76**	**2.390.439,47**	**1.755.594,11**	**1.337.223,29**	**634.845,36**
21.1.1- Creche	2.654.179,74	1.150.030,74	844.609,21	713.807,08	305.421,53
21.1.2- Pré-escola	3.846.078,02	1.240.408,73	910.984,90	623.416,21	329.423,83
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	**12.373.940,71**	**4.601.804,79**	**3.379.672,01**	**3.154.569,00**	**1.222.132,78**

18.874.198,47 0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.330.221,99
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	2.796.244,25
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	374.567,85
25- (-)VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS[4] VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)	**3.751.898,39**

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA-ES
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE - MARÇO E ABRIL 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2 e 5]	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	3.832.617,93	3.751.898,39	**24,48**

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**559.042,96**	**156.282,26**	**559.042,95**		**0,01**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	107.412,29	50.110,18	107.412,28		0,01
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	395.720,24	106.172,08	395.720,24		-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Comp União (VAAT + VAAF + VAAR)	55.910,43		55.910,43		-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANC. DO ENSINO	**4.773.880,00**	**1.109.507,62**
31.1- RECEITA DE TRANSF. DO FNDE (INCLUINDO REND. DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.039.070,00	**457.442,24**
31.1.1- Salário-Educação	693.910,00	310.538,77
31.1.2- PDDE		0,00
31.1.3- PNAE	204.400,00	85.785,34
31.1.4 - PNATE	140.760,00	55.957,80
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	90,00	5.160,33
31.2- RECEITA DE TRANSF. DE CONVÊNIOS		
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DEST À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPER DE CRÉD VINC EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINAN DO ENSINO	**3.734.810,00**	**652.065,38**

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**6.979.254,93**	**2.226.569,83**	**1.084.161,51**	**622.586,39**	**1.142.408,32**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	517.622,56	471.422,55	217.690,99	217.690,99	253.731,56
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	353.941,93	253851,93	250.205,79	105.840,42	3.646,14
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	199.710,00	58.114,20	58.114,20	56.346,54	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	93.716,21	51810,63	12.876,11	0,00	38.934,5200
32.8- EDUCAÇÃO BASICA	0,00	0,00	0,00	0,00	-
32.9- OUTRAS	5.814.264,23	1391370,52	545.274,42	242.708,44	846.096,10

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**23.949.245,52**	**9.218.814,09**	**6.219.457,63**	**5.457.928,11**	**2.999.356,46**
33.1- Despesas Correntes	**22.995.680,52**	8.705.198,13	5.947.424,54	5.185.895,02	2.757.773,59
33.1.1- Pessoal Ativo	13.571.179,49	3.746.306,56	3.746.306,56	3.625.069,70	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transf. às instituições comum., confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	81.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	9.342.701,03	4.958.891,57	2.201.117,98	1.560.825,32	2.757.773,59
33.2- Despesas de Capital	**953.565,00**	**513.615,96**	**272.033,09**	**272.033,09**	241.582,87
33.2.1- Transf às inst com, conf ou filant. s/fins lucrativos	0	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	953.565,00	513.615,96	272.033,09	272.033,09	241.582,87

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**927.140,63**	**542.883,86**
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.892.341,28	310.538,77
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.710.602,92	139.016,93
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	3.108.878,99	**714.405,70**
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇ.)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	**3.108.878,99**	**714.405,70**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria municipal de Finanças, Emissão: 18/02/2025 , às 10:13:57

Nota: Dos percentuais e valores apurados para fins de limites legais e constitucionais foram expurgados os recursos do Convênio de Muncipalização nº 9008/2024 - Processo 2023-1P3PZ

Elaborado conforme metodologia do TCEES para fins de limite legal e constitucional em educação

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

ALANA RODRIGUES GRAMLICH
Gerente de Contabilidade

MARIA MADALENA BARATELLA
Controladora Geral

Protocolo 1559870

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) — 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**4.096.263,88**	**4.096.263,88**	**1.349.511,45**	**32,94**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	308.524,00	308.524,00	23.809,66	7,72
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	80.050,00	80.050,00	66.401,40	82,95
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.708.689,88	2.708.689,88	852.842,52	31,49
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	999.000,00	999.000,00	406.457,87	40,69
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**40.001.600,00**	**40.001.600,00**	**13.979.889,08**	**34,95**
Cota-Parte FPM	22.300.000,00	22.300.000,00	7.856.116,63	35,23
Cota-Parte ITR	6.600,00	6.600,00	1.305,53	19,78
Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	784.696,55	60,36
Cota-Parte ICMS	16.250.000,00	16.250.000,00	5.252.829,15	32,33
Cota-Parte IPI - Exportação	145.000,00	145.000,00	64.134,35	44,23
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			20.806,87	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**44.097.863,88**	**44.097.863,88**	**15.329.400,53**	**34,76**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESP EMPENHADAS		DESP LIQUIDADAS		DESP PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c)x100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**3.432.400,00**	**3.776.758,35**	**2.021.480,40**	**53,52**	**1.326.931,76**	**35,13**	**1.301.098,10**	**34,45**
Despesas Correntes	3.431.795,00	3.342.675,00	1.593.812,05	47,68	906.253,41	27,11	880.419,75	26,34
Despesas de Capital	605,00	434.083,35	427.668,35	98,52	420.678,35	96,91	420.678,35	96,91
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**4.490.910,27**	**4.400.425,47**	**3.776.099,63**	**85,81**	**1.953.681,87**	**44,40**	**1.740.931,35**	**39,56**
Despesas Correntes	4.490.305,27	4.293.179,77	3.671.815,83	85,53	1.849.398,18	43,08	1.636.647,66	38,12
Despesas de Capital	605,00	107.245,70	104.283,80	97,24	104.283,69	97,24	104.283,69	97,24
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**330.000,00**	**330.000,00**	**129.945,66**	**39,38**	**102.292,08**	**31,00**	**101.758,56**	**30,84**
Despesas Correntes	330.000,00	330.000,00	129.945,66	39,38	102.292,08	31,00	101.758,56	30,84
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**236.220,00**	**236.220,00**	**85.878,67**	**36,36**	**85.878,67**	**36,36**	**83.122,19**	**35,19**
Despesas Correntes	236.110,00	236.110,00	85.878,67	36,37	85.878,67	36,37	83.122,19	35,20
Despesas de Capital	110,00	110,00						
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**139.310,00**	**147.310,00**	**45.427,66**	**30,84**	**34.284,16**	**23,27**	**32.150,42**	**21,83**
Despesas Correntes	139.255,00	147.255,00	45.427,66	30,85	34.284,16	23,28	32.150,42	21,83
Despesas de Capital	55,00	55,00						
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**1.119.265,00**	**1.118.965,00**	**410.637,30**	**36,70**	**376.195,67**	**33,62**	**365.346,06**	**32,65**
Despesas Correntes	1.119.155,00	1.118.855,00	410.637,30	36,70	376.195,67	33,62	365.346,06	32,65
Despesas de Capital	110,00	110,00						
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**9.748.105,27**	**10.009.678,82**	**6.469.469,32**	**64,63**	**3.879.264,21**	**38,76**	**3.624.406,68**	**36,21**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**6.469.469,32**	**3.879.264,21**	**3.624.406,68**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**6.469.469,32**	**3.879.264,21**	**3.624.406,68**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.299.410,08
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	4.170.059,24	1.579.854,13	1.324.996,60
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	42,20	25,31	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025										
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021 e anteriores										

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**			
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**		**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**3.756.102,00**	**3.756.102,00**	**1.474.922,89**	**39,27**
Provenientes da União	3.500.656,00	3.500.656,00	1.461.627,25	41,75
Provenientes dos Estados	255.446,00	255.446,00	13.295,64	5,20
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)				
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**3.756.102,00**	**3.756.102,00**	**1.474.922,89**	**39,27**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESP. EMPENHADAS**		**DESP. LIQUIDADAS**		**DESP. PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c)x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c)x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c)x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**2.458.800,00**	**4.394.482,11**	**2.600.723,80**	**59,18**	**1.850.010,96**	**42,10**	**1.731.755,47**	**39,41**
Despesas Correntes	2.458.700,00	3.911.817,11	2.198.158,80	56,19	1.850.010,96	47,29	1.731.755,47	44,27
Despesas de Capital	100,00	482.665,00	402.565,00	83,40				
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**970.606,00**	**1.460.674,57**	**855.242,72**	**58,55**	**703.988,35**	**48,20**	**701.521,39**	**48,03**
Despesas Correntes	970.556,00	1.435.224,57	842.842,72	58,73	703.988,35	49,05	701.521,39	48,88
Despesas de Capital	50,00	25.450,00	12.400,00	48,72				
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**110.596,00**	**110.596,00**	**18.431,09**	**16,67**	**10.000,89**	**9,04**	**9.135,36**	**8,26**
Despesas Correntes	110.596,00	110.596,00	18.431,09	16,67	10.000,89	9,04	9.135,36	8,26
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**41.050,00**	**41.050,00**	**21.483,65**	**52,34**	**21.203,65**	**51,65**	**21.203,65**	**51,65**
Despesas Correntes	41.050,00	41.050,00	21.483,65	52,34	21.203,65	51,65	21.203,65	51,65
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**175.050,00**	**188.402,14**	**13.358,40**	**7,09**	**13.358,40**	**7,09**	**13.358,40**	**7,09**
Despesas Correntes	175.050,00	188.402,14	13.358,40	7,09	13.358,40	7,09	13.358,40	7,09
Despesas de Capital								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**3.756.102,00**	**6.195.204,82**	**3.509.239,66**	**56,64**	**2.598.562,25**	**41,94**	**2.476.974,27**	**39,98**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESP. EMPENHADAS**		**DESP. LIQUIDADAS**		**DESP PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c)x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c)x100**	**Até o Bimestre (f)**	**(f/c)x100 %**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**5.891.200,00**	**8.171.240,46**	**4.622.204,20**	**46,32**	**3.176.942,72**	**49,04**	**3.032.853,57**	**49,71**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**5.461.516,27**	**5.861.100,04**	**4.631.342,35**	**46,41**	**2.657.670,22**	**41,03**	**2.442.452,74**	**40,03**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**440.596,00**	**440.596,00**	**148.376,75**	**1,49**	**112.292,97**	**1,73**	**110.893,92**	**1,82**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**277.270,00**	**277.270,00**	**107.362,32**	**1,08**	**107.082,32**	**1,65**	**104.325,84**	**1,71**
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**314.360,00**	**335.712,14**	**58.786,06**	**0,59**	**47.642,56**	**0,74**	**45.508,82**	**0,75**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**1.119.265,00**	**1.118.965,00**	**410.637,30**	**4,12**	**376.195,67**	**5,81**	**365.346,06**	**5,99**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**13.504.207,27**	**16.204.883,64**	**9.978.708,98**	**100,00**	**6.477.826,46**	**100,00**	**6.101.380,95**	**100,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 14/05/2025 , às 08:03:56

MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO CANAA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º BIMESTRE DE 2025 - MARÇO A ABRIL DE 2025
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

ALANA RODRIGUES GRAMLICH
Gerente de Contabilidade

MARIA MADALENA BARATELLA
Controladora Geral

Sooretama

Ordem de Serviço

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DIRETA
N° 162/2025
PREGÃO ELETRÔNICO 005/2025
Ata CIMPOLINORTE Nº 031/2025
Contratante: Município de Sooretama-ES
Objeto: Registro de preços para prestação de serviços de agenciamento de viagens, no modelo de governança regional, compreendendo o fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, de quaisquer companhias aéreas.
Recurso/Ficha: 6
Processo Adm.: 4266/2025
EMPRESA: LIT TRIP LTDA
CNPJ: 49.941.418/0001-92
VALOR GLOBAL: R$ 8.877,19 (oito mil oitocentos e setenta e sete reais e dezenove centavos)
PREFEITO MUNICIPAL
FERNANDO CAMILETTI

Protocolo 1559065

Aditivo

2º ADITIVO CONTRATO N°134/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOORETAMA/ES.
CONTRATADO: POLYANA DA CONCEICAO DA SILVA
CNPJ: 105.xxx.xxx-24
Objeto: renovação de prazo e reajuste de valor do contrato Nº 134/2024
VALOR: R$: 44.777,28 (quarenta e quatro mil setecentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos).
FICHA: 333
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. **PROCESSO**: 4830/2025
ID CIDADES:
2024.070E0700001.10.0015

Protocolo 1559189

Venda Nova do Imigrante

Aditivo

PUBLICAÇÃO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO
RESUMO DO APOSTILAMENTO 01 /2025 AO CONTRATO Nº 000038/2022

Conforme Art. 61 da Lei 8.666/93 c/c com o Art. 92, caput e § Único da Lei Orgânica Municipal.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.
CONTRATADO: VITRAN ENGENHARIA LTDA - EPP
OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REGULARIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL PERANTE OS ÓRGÃOS FISCALIZADORES, ENGLOBANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VISTORIA MECÂNICA E DE INSPEÇÃO TÉCNICA PARA A EMISSÃO DE LAUDOS AVALIATIVOS DAS CONDIÇÕES DE CONFORTO E SEGURANÇA DOS VEÍCULOS E PASSAGEIROS, A FIM DE SE OBTER O CERTIFICADO DE VISTORIA DA CETURB E O TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO DETRAN PARA CADA VEÍCULO, CONSIDERANDO AS EXIGÊNCIAS DO DECRETO N.º 4.090-N DE 26/02/1997, QUE TRATA DO REGULAMENTO DE SERVIÇO DO SISTEMA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, E CONSIDERANDO TAMBÉM AS EXIGÊNCIAS DAS INSTRUÇÕES DE SERVIÇO Nº 093/2016, 194/2017 E 05/2021 DO DETRAN-ES, QUE REGULAMENTA O TRANSPORTE ESCOLAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
VALOR SUPRIMIDO: R$ 9.992,99 (nove mil novecentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos.
DATA DE ASSINATURA: 02 de abril de 2025.
DALTON PERIM
Prefeito

Protocolo 1559369

PUBLICAÇÃO DE SUPRESSÃO DE CONTRATO
RESUMO DA SUPRESSÃO 03 /2025 AO CONTRATO Nº 000039 SMS/2022

Conforme Art. 61 da Lei 8.666/93 c/c com o Art. 92, caput e § Único da Lei Orgânica Municipal.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.
CONTRATADO: VITRAN ENGENHARIA LTDA - EPP
OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REGULARIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL PERANTE OS ÓRGÃOS FISCALIZADORES, ENGLOBANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VISTORIA MECÂNICA E DE INSPEÇÃO TÉCNICA PARA A EMISSÃO DE LAUDOS AVALIATIVOS DAS CONDIÇÕES DE CONFORTO E SEGURANÇA DOS VEÍCULOS E PASSAGEIROS, A FIM DE SE OBTER O CERTIFICADO DE VISTORIA DA CETURB E O TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO DETRAN PARA CADA VEÍCULO, CONSIDERANDO AS EXIGÊNCIAS DO DECRETO N.º 4.090-N DE 26/02/1997, QUE TRATA DO REGULAMENTO DE SERVIÇO DO SISTEMA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, E CONSIDERANDO TAMBÉM AS EXIGÊNCIAS DAS INSTRUÇÕES DE SERVIÇO Nº 093/2016, 194/2017 E 05/2021 DO DETRAN-ES, QUE REGULAMENTA O TRANSPORTE ESCOLAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
VALOR SUPRIMIDO: R$ 4.365,49 (quatro mil trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)
DATA DE ASSINATURA: 02 de abril de 2025.

DALTON PERIM
Prefeito

Protocolo 1559401

PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE CONTRATO

RESUMO DO ADITIVO/SUPRESSAO Nº 003/2025 AO CONTRATO Nº 000040 ASS/2022

Conforme Art. 61 da Lei 8.666/93 c/c com o Art. 92, caput e § Único da Lei Orgânica Municipal.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.

CONTRATADO: VITRAN ENGENHARIA LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REGULARIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL PERANTE OS ÓRGÃOS FISCALIZADORES, ENGLOBANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VISTORIA MECÂNICA E DE INSPEÇÃO TÉCNICA PARA A EMISSÃO DE LAUDOS AVALIATIVOS DAS CONDIÇÕES DE CONFORTO E SEGURANÇA DOS VEÍCULOS E PASSAGEIROS, A FIM DE SE OBTER O CERTIFICADO DE VISTORIA DA CETURB E O TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO DETRAN PARA CADA VEÍCULO, CONSIDERANDO AS EXIGÊNCIAS DO DECRETO N.º 4.090-N DE 26/02/1997, QUE TRATA DO REGULAMENTO DE SERVIÇO DO SISTEMA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, E CONSIDERANDO TAMBÉM AS EXIGÊNCIAS DAS INSTRUÇÕES DE SERVIÇO Nº 093/2016, 194/2017 E 05/2021 DO DETRAN-ES, QUE REGULAMENTA O TRANSPORTE ESCOLAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

CLAUSULA PRIMEIRA- DA SUPRESSÃO

VALOR SUPRIMIDO: **R$ 1.193,07 (hum mil cento e noventa e três reais e sete centavos).**

DATA DE ASSINATURA: 02 de maio de 2025

DALTON PERIM
Prefeito

Protocolo 1559405

PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE CONTRATO

RESUMO DO ADITIVO Nº 004/2025 AO CONTRATO Nº 000039 SMS/2022

Conforme Art. 61 da Lei 8.666/93 c/c com o Art. 92, caput e § Único da Lei Orgânica Municipal.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.

CONTRATADO: VITRAN ENGENHARIA LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REGULARIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL PERANTE OS ÓRGÃOS FISCALIZADORES, ENGLOBANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VISTORIA MECÂNICA E DE INSPEÇÃO TÉCNICA PARA A EMISSÃO DE LAUDOS AVALIATIVOS DAS CONDIÇÕES DE CONFORTO E SEGURANÇA DOS VEÍCULOS E PASSAGEIROS, A FIM DE SE OBTER O CERTIFICADO DE VISTORIA DA CETURB E O TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO DETRAN PARA CADA VEÍCULO, CONSIDERANDO AS EXIGÊNCIAS DO DECRETO N.º 4.090-N DE 26/02/1997, QUE TRATA DO REGULAMENTO DE SERVIÇO DO SISTEMA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, E CONSIDERANDO TAMBÉM AS EXIGÊNCIAS DAS INSTRUÇÕES DE SERVIÇO Nº 093/2016, 194/2017 E 05/2021 DO DETRAN-ES, QUE REGULAMENTA O TRANSPORTE ESCOLAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1 O presente **Termo Aditivo** tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 00039 SMS/2022, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme autorização prevista na sua Cláusula Sexta a contar **do dia 04 de maio de 2025 até o dia 04 de maio de 2026**, conforme protocolo GED Nº 10158/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O presente **Termo Aditivo** tem por objeto a alteração do Contrato nº 00038/2022 para renovação do seu objeto no valor de **R$ 3.256,24 (três mil duzentos e cinquenta e seis reais a vinte e quatro centavos)**, a partir do dia 04 de maio de 2025, nos termos do art. 65, §2º, II da Lei nº 8.666/93, conforme protocolo GED Nº 10158/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A liberação dos recursos financeiros far-se-á mediante publicação deste Termo Aditivo no DOM/ES (DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESPIRITO SANTO), de acordo com as disponibilidades financeiras da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrito abaixo:

006003.1030200142.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - 33903900000- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA - 150000150000- RECEITA DE IMPOSTOS E TRANFERENCIA DE IMPOSTOS SAUDE. FICHA 63.

DATA DE ASSINATURA: 02 de maio de 2025

DALTON PERIM
Prefeito

Protocolo 1559420

PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE CONTRATO

RESUMO DO ADITIVO Nº 004/2025 AO CONTRATO Nº 000040/2022 ASS

Conforme Art. 61 da Lei 8.666/93 c/c com o Art. 92, caput e § Único da Lei Orgânica Municipal.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.

CONTRATADO: VITRAN ENGENHARIA LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REGULARIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL PERANTE OS ÓRGÃOS FISCALIZADORES, ENGLOBANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VISTORIA MECÂNICA E DE INSPEÇÃO TÉCNICA PARA A EMISSÃO DE LAUDOS AVALIATIVOS DAS CONDIÇÕES DE CONFORTO E SEGURANÇA DOS

VEÍCULOS E PASSAGEIROS, A FIM DE SE OBTER O CERTIFICADO DE VISTORIA DA CETURB E O TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO DETRAN PARA CADA VEÍCULO, CONSIDERANDO AS EXIGÊNCIAS DO DECRETO N.º 4.090-N DE 26/02/1997, QUE TRATA DO REGULAMENTO DE SERVIÇO DO SISTEMA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, E CONSIDERANDO TAMBÉM AS EXIGÊNCIAS DAS INSTRUÇÕES DE SERVIÇO Nº 093/2016, 194/2017 E 05/2021 DO DETRAN-ES, QUE REGULAMENTA O TRANSPORTE ESCOLAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1 O presente **Termo Aditivo** tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 00040 ASS/2022, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme autorização prevista na sua Cláusula Sexta a contar **do dia 04 de maio de 2025 até o dia 04 de maio de 2026**, conforme protocolo GED Nº 10158/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O presente **Termo Aditivo** tem por objeto a alteração do Contrato nº 00040 ASS/2022 para renovação do seu objeto no valor de **R$ 813,98(otiocentos e treze reais e noventa e oito centavos)**, a partir do dia 04 de maio de 2025, nos termos do art. 65, §2º, II da Lei nº 8.666/93, conforme protocolo GED Nº 10158/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A liberação dos recursos financeiros far-se-á mediante publicação deste Termo Aditivo no DOM/ES (DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESPIRITO SANTO), de acordo com as disponibilidades financeiras da Secretaria Municipal de Assistencia Social, Trabalho e Direitos Humanos , conforme descrito abaixo:

010003.0824100292.067 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO ATENDIMENTO DO IDOSO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - 33903900000- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA - 150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS. FICHA 35.

DATA DE ASSINATURA: 02 de maio de 2025

DALTON PERIM
Prefeito

Protocolo 1559443

PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE CONTRATO
RESUMO DO ADITIVO Nº 003/2025 AO CONTRATO Nº 000038/2022
Conforme Art. 61 da Lei 8.666/93 c/c com o Art. 92, caput e § Único da Lei Orgânica Municipal.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.

CONTRATADO: VITRAN ENGENHARIA LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REGULARIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL PERANTE OS ÓRGÃOS FISCALIZADORES, ENGLOBANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VISTORIA MECÂNICA E DE INSPEÇÃO TÉCNICA PARA A EMISSÃO DE LAUDOS AVALIATIVOS DAS CONDIÇÕES DE CONFORTO E SEGURANÇA DOS VEÍCULOS E PASSAGEIROS, A FIM DE SE OBTER O CERTIFICADO DE VISTORIA DA CETURB E O TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO DETRAN PARA CADA VEÍCULO, CONSIDERANDO AS EXIGÊNCIAS DO DECRETO N.º 4.090-N DE 26/02/1997, QUE TRATA DO REGULAMENTO DE SERVIÇO DO SISTEMA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, E CONSIDERANDO TAMBÉM AS EXIGÊNCIAS DAS INSTRUÇÕES DE SERVIÇO Nº 093/2016, 194/2017 E 05/2021 DO DETRAN-ES, QUE REGULAMENTA O TRANSPORTE ESCOLAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 00038/2022, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme autorização prevista na sua Cláusula Sexta a contar do dia 04 de maio de 2025 até o dia 04 de maio de 2026, conforme protocolo GED Nº 10158/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do Contrato nº 00038/2022 para renovação do seu objeto no valor de R$ 32.700,04 (trinta e dois mil setecebtos reais e quatro centavos), a partir do dia 04 de maio de 2025, nos termos do art. 65, §2º, II da Lei nº 8.666/93, conforme protocolo GED Nº 10158/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A liberação dos recursos financeiros far-se-á mediante publicação deste Termo Aditivo no DOM/ES (DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO ESPIRITO SANTO), de acordo com as disponibilidades financeiras da Secretaria Municipal de Educação, conforme descrito abaixo:

005003.1236100092.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO TRANSPORTE ESCOLAR - 33903900000- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA - 155300000000000 - TRANSPORTE DE RECURSOS DO FNDE REFERENTE AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR; FICHA 126.

DATA DE ASSINATURA: 02 de abril de 2025

DALTON PERIM
Prefeito

Protocolo 1559451

Viana

Lei

LEI Nº 3.457, DE 27 DE MAIO DE 2025

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS - CMDH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA**, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono, na forma do art. 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Viana a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

Art. 1º Cria o Conselho Municipal de Direitos Humanos - CMDH, como órgão propositivo, fiscalizador e articulador das políticas de direitos humanos, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal responsável pela política pública de Direitos Humanos, com a finalidade de promover e defender os direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas e reparadoras desses direitos.

§1º Constituem direitos humanos, sob a proteção do CMDH, os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais, previstos na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Espírito Santo, na Lei Orgânica do Município de Viana ou nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil.

§2º A defesa dos direitos humanos pelo CMDH independe de provocação das pessoas ou das coletividades ofendidas, devendo o Conselho agir de ofício.

Art. 2º O Conselho Municipal de Direitos Humanos será paritário, constituído por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, sendo dirigido por uma mesa diretora e presidido pela presidência e vice-presidência, que serão eleitos dentre conselheiros.

§1º O mandato dos conselheiros será de 02 anos.

§2º A presidência será ocupada alternadamente por 1 ano pelo poder público e 1 ano pela sociedade civil.

§3º Quando a presidência estiver na responsabilidade do Poder Público, a presidência será ocupada por servidor da secretaria responsável pela política pública de Direitos Humanos.

§4º Em casos de ausência de conselheiro representante da sociedade civil interessado na presidência, aplica-se a recondução do mandato.

CAPÍTULO II
Da Competência

Art. 3º O CMDH é o órgão incumbido de promover a proteção e a reparação dos direitos humanos por parte dos poderes públicos, dos serviços de relevância pública e da sociedade em geral, competindo-lhe:

I - propor diretrizes para a formulação política municipal de direitos humanos;
II - articular os conselhos, as secretarias municipais e a sociedade civil, para a implementação de políticas públicas, visando a efetividade dos direitos humanos;
III - propor medidas necessárias à prevenção e reparação das condutas e situações contrárias aos direitos humanos, previstas nas constituições, tratados, convenções e atos nacionais e internacionais, ratificadas pelo Brasil;
IV - fiscalizar a execução da política municipal de direitos humanos, devendo sugerir e propor diretrizes para a sua efetivação;
V - receber denúncias de violações, condutas ou situações contrárias aos direitos humanos e encaminhar aos órgãos competentes para devidas sanções legais;
VI - dar visibilidade aos casos de violação de direitos humanos que forem acompanhados pelo Conselho, desde que não fira os princípios da inviolabilidade;
VII - articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais encarregados da proteção e defesa dos direitos humanos;
VIII - manter intersetorialidade e cooperação com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, com o objetivo de promover a efetividade dos direitos humanos;
IX - opinar sobre atos normativos, administrativos e legislativos de interesse da política municipal dos direitos humanos;
X - propor a realização de estudos e pesquisas sobre direitos humanos e promover ações visando à divulgação da importância do respeito a esses direitos;
XI - encaminhar aos programas de proteção pessoas vítimas de ameaças, perseguições ou atentados aos direitos humanos;
XII representar à autoridade competente, para a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo, visando à apuração da responsabilidade por violações aos direitos humanos ou por descumprimento de suas promoções;
XIII - pronunciar-se, por deliberação expressa da maioria absoluta de seus Conselheiros, através de Moção, sobre situações que envolvam a afirmação da cidadania e promoção dos direitos humanos;
XIV - elaborar seu regimento interno.

Art. 4º Para cumprir suas finalidades institucionais, o Conselho, no exercício das respectivas atribuições, mediante deliberação, poderá:
I - requerer dos órgãos públicos: certidões, atestados, informações, cópias de documentos e de expedientes ou processos administrativos;
II - propor às autoridades municipais, estaduais e federais a instauração de sindicâncias, inquéritos e processos administrativos ou judiciais para apuração de responsabilidade pela violação dos direitos humanos;
III - realizar em qualquer unidade ou instalação pública municipal acompanhamento de diligências, vistorias, exames e inspeções;

Parágrafo único. Os pedidos de informações ou providências do Conselho deverão ser respondidos pelas autoridades municipais, no prazo trinta dias, renovado por mais trinta dias, sob pena de práticas e sanções previstas na legislação ordinária.

CAPÍTULO III
Da Composição

Art. 5º O Conselho Municipal de Direitos Humanos - CMDH será composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 5 (cinco) representantes do Poder Público e 5 (cinco) representantes da Sociedade Civil, conforme segue:

I - Poder Público:
a) Secretaria Municipal responsável pela política pública de Direitos Humanos;
b) Secretaria Municipal responsável pela política pública de Defesa Social;
c) Secretaria Municipal responsável pela política pública de Educação;
d) Secretaria Municipal responsável pela política pública de Saúde;
e) Secretaria Municipal de Governo ou outra que ela indicar.

II - Sociedade Civil:
a) Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, indicado pela 22ª Subseção de Viana;
b) Um representante do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, indicado pela Promotoria de Justiça com atuação no Município;
c) Dois representantes de entidades da sociedade civil com atuação na promoção e defesa dos direitos humanos no Município de Viana, eleitos em assembleia geral, conforme processo seletivo definido no regimento interno do Conselho;
d) Um representante da sociedade civil sem vinculação institucional, eleito em assembleia geral, conforme processo seletivo definido no regimento interno do Conselho.

§1º O processo seletivo para eleição dos representantes referidos nas alíneas "c" e "d" será deflagrado por Comissão Eleitoral composta por dois representantes da sociedade civil - um da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Subseção de Viana, e um do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - e por dois representantes do Poder Executivo Municipal, assegurando-se paridade na composição e deliberação.

§2º A atuação da Comissão Eleitoral observará critérios de publicidade, isonomia, transparência e participação democrática, sendo os procedimentos e critérios objetivos definidos no regimento interno do Conselho.

§3º Cada entidade, tanto do Poder Público quanto da Sociedade Civil, deverá indicar um suplente para sua representação titular.

§4º A estrutura de composição do Conselho poderá ser revista por deliberação do Plenário, mediante quórum qualificado, observado o princípio da paridade e mediante previsão expressa no regimento interno.

CAPÍTULO IV
Da Estrutura Organizacional

Art. 6º São órgãos do CMDH:

I - o Plenário;
II - a Mesa Diretora;
III - as Comissões e Grupos de Trabalho;
IV - a Secretaria Executiva.

Art. 7º O Plenário é o órgão supremo de decisões, formado por todos os conselheiros, com direito a voz e voto e reunirá mensalmente, com pauta previamente definida, da seguinte forma:

I - ordinariamente, por convocação da Presidência e/ou da Mesa Diretora, na forma do regimento interno;
II - extraordinariamente, por iniciativa da Presidência ou de um terço dos membros titulares.

Art. 8º Compete ao Plenário:

a) eleger a Mesa Diretora;
b) alterar e aprovar as atas de reuniões;
c) discutir e aprovar resoluções, moções e outras normas;
d) criar e aprovar o regimento interno.

Art. 9º A Mesa Diretora é órgão gestor e organizador do Conselho, eleita em sessão plenária convocada para este fim.

Art. 10. A Mesa Diretora será composta por:

I - Presidência;
II - Vice-Presidência;
III - Secretaria Geral.

Art. 11. Compete à Mesa Diretora:

I - aprovar ad referendum do Plenário em questões emergenciais;
II - preparar pauta de sessões;
III - submeter a plenária atas de reuniões ordinárias e extraordinárias;
IV - acompanhar os trabalhos das Comissões e dos Grupos de Trabalho.

Art. 12. Compete à Presidência do CMDH:

I - representar o CMDH nas questões em que for demandada;
II - convocar e presidir as sessões do Plenário e da Mesa Diretora;
III - assinar, encaminhar e zelar pelo cumprimento das resoluções do CMDH.

Parágrafo único. Compete à Vice-Presidência substituir a Presidência quando esta se ausentar.

Art. 13. Compete à Secretaria Geral:

I - elaborar atas de reuniões;
II - manter armazenado e atualizado a documentação do CMDH.

Parágrafo único. A presença da Secretaria Geral não substitui a inclusão de uma Secretaria Executiva para cuidar dos aspectos formais dos trabalhos do Conselho.

Art. 14. As Comissões serão criadas pelo Pleno do Conselho, podendo ser permanentes e/ou temporárias.

Art. 15. Os Grupos de Trabalho serão formados de acordo com a necessidade do Conselho.

CAPÍTULO V
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 16. Compete à Secretaria Municipal responsável pela política pública de Direitos Humanos garantir recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao funcionamento do Conselho.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Viana/ES, 27 de maio de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1559572

Decreto

DECRETO Nº 113/2025

APROVA O PARCELAMENTO DO SOLO CARACTERIZADO COMO REMEMBRAMENTO E DESMEMBRAMENTO DE TRÊS ÁREAS DE TERRENO MEDINDO 22.751,16M², SITUADA NA RODOVIA GOVERNADOR MÁRIO COVAS, BAIRRO MARCÍLIO DE NORONHA, NESTE MUNICÍPIO, A REQUERIMENTO DE CASA IMOBILIÁRIA LTDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, em suas atribuições conferidas pelo inciso IV, art. 60, da Lei Orgânica Municipal, considerando disposições da Lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e, da Lei Municipal 2.829, de 27 de dezembro de 2016; considerando Processo Administrativo protocolado sob nº 15522/2024, e, considerando Parecer Técnico nº **010/2024** da Gerência de Aprovação de Projetos.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o parcelamento do solo caracterizado como remembramento e desmembramento de 03 (três) áreas de terreno, situados na Rodovia Governador Mário Covas, bairro Marcílio de Noronha, neste Município, a requerimento de Casa Imobiliária LTDA, em conformidade com o documento apresentado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Viana, através das Matrículas nº 6.198, nº 17.067 e nº 17.068, do livro 02, e planta aprovada pela Gerência de Aprovação de Projetos.

Art. 2º A situação atual das Áreas de terreno, que totalizam **22.599,37m²**, a serem remembradas e desmembradas, compreendem a seguinte forma e confrontação:

I - Área 01 possuindo **9.349,15m²** - Matrícula nº 6.198:
a) Frente: Com a Rodovia BR262/101, em um segmento de reta medindo 78,44m (setenta e oito metros e quarenta e quatro centímetros);
b) Fundos: Com Carlos Renato Fabris, em um segmento de reta medindo 76,95m (setenta e seis metros e noventa e cinco centímetros);
c) Lado Direito: Com Motel CQ Sabe, em um segmento de reta medindo 120,00m (cento e vinte metros);
d) Lado Esquerdo: Com Engeplan Transportes LTDA, em um segmento de reta medindo 121,61m (cento e vinte e um metros e sessenta e um centímetros);
e) Perímetro: 397,00m (trezentos e noventa e sete metros);
f) Área: 9.349,15m² (nove mil e trezentos e quarenta e nove metros e quinze decímetros quadrados);

II - Área 02 possuindo **9.750,22m²** - Matrícula nº 17.067:
a) Frente: Com a Rua Espírito Santo, em um segmento de reta medindo 44,00m (quarenta e quatro metros);
b) Fundos: Com Casa Imobiliária, em um segmento de reta medindo 120,00m (cento e vinte metros);
c) Lado Direito: com a Rodovia Governador Mário Covas, em um segmento de reta medindo 74,00m, e com a Matrícula 17.068, em dois segmentos de reta medindo 50,00m + 70,00m, totalizando três segmentos de retas, com extensão total de 194,00m (cento e noventa e quatro metros);
d) Lado Esquerdo: Com Loteamento Residencial Viana, em um segmento de reta medindo 101,30m (cento e um metros e trinta centímetros);
e) Perímetro: 459,30m (quatrocentos e cinquenta e nove metros e trinta centímetros);
f) Área: 9.750,22m² (nove mil e setecentos e cinquenta metros e vinte e dois decímetros quadrados);

III - Área 03 possuindo **3.500,00m²** - Matrícula nº 17.068:
a) Frente: Com a Rua Espírito Santo, em um segmento de reta medindo 70,00m (setenta metros);
b) Fundos: Com Casa Imobiliária, em um segmento de reta medindo 70,00m (setenta metros);
c) Lado Direito: Rodovia Governador Mário Covas, em um segmento de reta medindo 50,00m (cinquenta metros);
d) Lado Esquerdo: Com Loteamento Residencial Viana, em um segmento de reta medindo 50,00m (cinquenta metros);
e) Perímetro: 240,00m (duzentos e quarenta metros);
f) Área: 3.500,00m² (três mil e quinhentos metros quadrados);

Art. 3º A **situação intermediária I (Retificação)** das Áreas de terreno, que totalizam **22.751,16m²**, a serem retificadas, compreendem a seguinte forma e confrontação:

I - Área 01 possuindo **9.543,46m²** - Matrícula nº 6.198:
a) Frente: Com a Rodovia Governador Mário Covas, em dois segmentos de reta medindo 40,54m + 38,25m, totalizando 78,79m (setenta e oito metros e setenta e nove centímetros);
b) Fundos: Com Loteamento Residencial Viana I, em um segmento de reta medindo 77,15m (setenta e sete metros e quinze centímetros);
c) Lado Direito: Com Lucia Gomes Moreira (Motel CQ Sabe), em dois segmentos de reta medindo 113,61m + 10,33m, totalizando 123,94m (cento e vinte e três metros e noventa e quatro centímetros);
d) Lado Esquerdo: Com Matrícula 17.067, em um segmento de reta medindo 122,36m (cento e vinte e dois metros e trinta e seis centímetros);

e) Perímetro: 402,24m (quatrocentos e dois metros e vinte e quatro centímetros);
f) Área: 9.543,46m² (nove mil e quinhentos e quarenta e três metros e quarenta e seis decímetros quadrados);

II - Área 02 possuindo **9.663,50m²** - Matrícula nº 17.067:
a) Frente: Com Rodovia Governador Mário Covas, em um segmento de reta medindo 71,64m (setenta e um metros e sessenta e quatro centímetros);
b) Fundos: Com Loteamento Residencial Viana I, em um segmento de reta medindo 100,01m (cem metros e um centímetro);
c) Lado Direito: Com Matrícula 6.198, em um segmento de reta medindo 122,36m (cento e vinte e dois metros e trinta e seis centímetros);
d) Lado Esquerdo: Com Avenida Hozack Ferreira Brandt, em um segmento de reta medindo 44,25m, e com a Matrícula 17.068, em dois segmentos de reta medindo 50,00m + 69,96m, totalizando três segmentos de retas, com extensão total de 164,21m (cento e sessenta e quatro metros e vinte e um centímetros);
e) Perímetro: 458,22m (quatrocentos e cinquenta e oito metros e vinte e dois centímetros);
f) Área: 9.663,50m² (nove mil e seiscentos e sessenta e três metros e cinquenta decímetros quadrados);

III - Área 03 possuindo **3.544,20m²** - Matrícula nº 17.068:
a) Frente: Com Rodovia Governador Mário Covas, em um segmento de reta medindo 51,33m (cinquenta e um metros e trinta e três centímetros);
b) Fundos: Com Matrícula 17.067, em um segmento de reta medindo 50,00m (cinquenta metros);
c) Lado Direito: Com Matrícula 17.067, em um segmento de reta medindo 69,96m (sessenta e nove metros e noventa e seis centímetros);
d) Lado Esquerdo: Com Avenida Hozack Ferreira Brandt, em um segmento de reta medindo 70,00m (setenta metros);
e) Perímetro: 241,29m (duzentos e quarenta e um metros e vinte e nove centímetros);
f) Área: 3.544,20m² (três mil e quinhentos e quarenta e quatro metros e vinte decímetros quadrados);

Art. 4º Ficam remembradas as áreas a que se refere o art. 3º deste Decreto, passando a se configurar da seguinte forma e com as seguintes confrontações:

I - ÁREA TOTAL (REMEMBRADA):
Área Total (Remembrada) de **22.751,16m²**:
a) Frente: com Rodovia Governador Mário Covas, em quatro segmentos de reta medindo (51,33 + 71,64 + 40,54 + 38,25), totalizando 201,76m (duzentos e um metros e setenta e seis centímetros);
b) Fundos: com o Lote 03, Quadra 19 (matrícula nº 9.147), em um segmento de reta medindo 35,94 m; com o Lote 04, Quadra 19 (matrícula nº 9.148), em um segmento de reta medindo 53,01 m; com o Lote 05, Quadra 19 (matrícula nº 9.149), em um segmento de reta medindo 24,75 m; com o Lote 06, Quadra 19 (matrícula nº 9.150), em um segmento de reta medindo 22,31 m; com o Lote 07, Quadra 19 (matrícula nº 9.151), em um segmento de reta medindo 30,09 m; e com a Avenida Hozack Ferreira Brandt, em um segmento de reta medindo 11,06 m, totalizando seis segmentos de retas, com extensão total de 177,16 m (cento e setenta e sete metros e dezesseis centímetros).
c) Lado direito: com Lucia Gomes Moreira (Motel CQ Sabe) em dois segmentos de retas, medindo (113,61 + 10,33) totalizando 123,94m (cento e vinte e três metros e noventa e quatro centímetros);
d) Lado esquerdo: com Avenida Hozack Ferreira Brandt, em um segmento de reta medindo 114,26m (cento e quatorze metros de vinte e seis centímetros);
e) Perímetro: 617,12m (seiscentos e dezessete metros e doze centímetros);
f) Área: 22.751,16m² (vinte e dois mil e setecentos e cinquenta e um metros e dezesseis decímetros quadrados).

Art. 5º Ficam desmembrados as áreas a que se refere o art. 4º deste Decreto, passando a se configurar da seguinte forma e com as seguintes confrontações:

I - Área 01 (A Desmembrar) possuindo **5.648,38m²**:
a) Frente: Com Rodovia Governador Mário Covas, em dois segmentos de reta medindo 51,33m e 4,15m, totalizando 55,48m (cinquenta e cinco metros e quarenta e oito centímetros);
b) Fundos: Com Área Remanescente, em um segmento de reta medindo 52,77m (cinquenta e dois metros e setenta e sete centímetros);
c) Lado Direito: Com Área Remanescente, em um segmento de reta medindo 103,17m (cento e três metros e dezessete centímetros);
d) Lado Esquerdo: Com Avenida Hozack Ferreira Brandt, em um segmento de reta medindo 105,41m (cento e cinco metros e quarenta e um centímetros);
e) Perímetro: 316,83m (trezentos e dezesseis metros e oitenta e três centímetros);
f) Área: 5.648,38m² (Cinco mil e seiscentos e quarenta e oito metros e trinta e oito decímetros quadrados);

II - Área 02 (Remanescente) possuindo **17.102,78m²**:
a) Frente: Com Rodovia Governador Mário Covas, em três segmentos de reta medindo (67,48 + 40,54 + 38,25), totalizando 146,27m (cento e quarenta e seis metros e vinte sete centímetros);
b) Fundos: com o Lote 03, Quadra 19 (matrícula nº 9.147), em um segmento de reta medindo 35,94 m; com o Lote 04, Quadra 19 (matrícula nº 9.148), em um segmento de reta medindo 53,01 m; com o Lote 05, Quadra 19 (matrícula nº 9.149), em um segmento de reta medindo 24,75 m; com o Lote 06, Quadra 19 (matrícula nº 9.150), em um segmento de reta medindo 22,31 m; com o Lote 07, Quadra 19 (matrícula nº 9.151), em um segmento de reta medindo 30,09 m; e com a Avenida Hozack Ferreira Brandt, em um segmento de reta medindo 11,06 m, totalizando seis segmentos de retas, com extensão total de 177,16 m (cento e setenta e sete metros e dezesseis centímetros).
c) Lado Direito: Com Lucia Gomes Moreira (Motel CQ Sabe), em dois segmentos de reta medindo 113,61 + 10,33m, totalizando 123,94m (cento e vinte e três metros e noventa e quatros centímetros);
d) Lado Esquerdo: Com a Avenida Hozack Ferreira Brandt, em um segmento de reta medindo 8,84m, e com a Área a Desmembrar, em dois segmentos de reta medindo 52,77m + 103,17m, totalizando três segmentos de retas, com extensão

total de 164,78m (cento e sessenta e quatro metros e setenta e oito centímetros);
e) Perímetro: 612,15m (seiscentos e doze metros e quinze centímetros);
f) Área: 17.102,78m² (dezessete mil e cento e dois metros e setenta e oito decímetros quadrados);

Art. 6°. No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da aprovação do projeto de desmembramento, deve o interessado protocolá-lo em Cartório de Registro de Imóveis, sob pena de caducidade.

Art. 7º. A edificação nos lotes resultantes deste desmembramento depende de inscrição no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 235/2024.

Viana - ES, 27 de maio de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1559633

Convocação

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEMGEP
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CARGOS OPERACIONAIS E DE TRANSPORTE: EDITAL Nº 007/2024. EDITAL 007.21/2024 - RETIFICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS NO PROCESSO SELETIVO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.199, de 04 de janeiro de 2022, regulamentada pelo Decreto nº 09, de 05 de janeiro de 2022 e em conformidade com o disposto no Decreto nº 065, de 10 de março de 2022 e o art. 5º do Decreto nº 204, de 26 de outubro de 2022, RESOLVE:

1 RETIFICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO
1.1 Fica retificado a convocação do Anexo Único do Edital 07.20/2024, publicado no Diário Oficial no dia 27 de maio de 2025, para o cargo de Agente de Portaria, passando a vigorar de acordo com o Anexo Único deste Edital.

Viana-ES, 27 de Maio de 2025.

FRANCISCO JOSÉ CARLOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEMGEP

ANEXO ÚNICO
A que se refere o Anexo Único do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 007.20/2024
Edital nº 007/2024 - Processo Seletivo Simplificado: Cargos Operacionais e de Transporte

CARGO: AGENTE DE PORTARIA

CLASSIF.	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO
30	GILMAR ANTONIO RODRIGUES	03/06/1960	HABILITADO
31	HILDO VITOR JUNIOR	13/11/1972	HABILITADO
32	SILVANA QUEIROZ	01/03/1976	HABILITADO

Protocolo 1559398

58º CHAMADA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO E CADASTRO DE RESERVA SIMPLIFICADO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE VIANA - ES EDITAL Nº 004/2024.

A comissão do Processo seletivo e cadastro de reserva simplificado da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Viana, em referência ao Edital n° 004/2024, convoca para a Chamada os Candidatos Habilitados, seguindo classificação e modalidades abaixo.

Local da chamada: Rua Aspazia Varejão Dias, s/n, Centro, Viana/ES, 29130-013 **(Auditório da Secretaria Municipal de Educação)**.

AMBOS			
DATA	DISCIPLINA OU CARGO	HORÁRIO	RECLASSIFICADOS
29/05/2025	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS (PEB III) LÍNGUA PORTUGUESA	08:00h as 11:00h	CAMILA DOS REIS MORGADO AMORIM
			MARLI PEREIRA CAMPOS
			RODRIGO ANSELMO FERREIRA ALVES
			JACIMARA MEIRELES VIEIRA ARAUJO
			CELISE CONCEICAO ANTUNES DA ROCHA
			WANESSA KATIUSCIA RODRIGUES SOUZA
			RONDINELI FERREIRA MARTINS
			LEIDIANE ADELINA REZENDE LANA
			GLEICYELE DA CRUZ TRANCOSO LEITE
			JANAINA CONRADO FERNANDES

			SILVANA NASCIMENTO LOPES			MARIO AZEVEDO ARAUJO JUNIOR
			MANUELA KUSTER MOREIRA			FLAVIO ALVES DANTAS
			MARIA LÚCIA FERNANDES XAVIER			KARLA SOUTO DE AMORIM
			JANDIRA ROCHA DE SOUZA			BRUNO DA SILVA GUIMARAES
			FERNANDA GONÇALVES DE ALMEIDA			STEVIE CARNEIRO DE SOUSA
			LETICIA GAUDENCIO TAVARES DOS SANTOS			CÍNTIA COSTA SOAVE
			ROSE ANE DE ALMEIDA SILVA			CECILIA LUZIA BELARDT GONORING
			ATILA RODRIGUES DA SILVA			RAFAELA COUTINHO CHAGAS
			FABRÍCIO JOSÉ RODRIGUES			LUDMILA KARLA RODRIGUES
			RAFAEL JACSON DA SILVA CARNEIRO DE OLIVEIRA			DAVID DA SILVA
			EDUARDO LOUREIRO TELES			MÔNICA AMORIM GONÇALVES
			RAFAEL VIRGILIO DA CUNHA MACEDO			RODRIGO DOS ANJOS DA SILVA
			JULIO CESAR DA CONCEIÇÃO			EMERSON FERNANDO PIN
			SCHIRLEI MARIA GOMES VITORIA			KRIGERICA PINA KRUGER PIN
			MARCIO DA SILVA			ROSIANE ORIGE
			GISELLE DE MELO DOS SANTOS			EDUARDO PAULO SUBTIL DA COSTA
			FERNANDA SCARDUA NOBRE			LUCIMAR CORREIA RIBEIRO
			GABRIEL VIEIRA			CLAUDINEI DE OLIVEIRA RANGEL
			JANAINA CRISTINA JOSE			EMILIO SOUZA CARVALHO
			JONAS DE SOUZA SANTOS			JOSIELI BRILHANTE MONTOVANELLI
			MARIA APARECIDA ANGELINA SOUZA OLIVEIRA			ALEX SOARES DE OLIVEIRA
			CLÓVIS DAMIÃO BORGES LIMA			JOSIANE DOS SANTOS MANHÃES
29/05/2025	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS (PEB III) MATEMÁTICA	08:00h as 11:00h	SILVIA MARIA PASSIFICO DE MIRANDA			VALDO ALVARES DE CARVALHO
			ANDREIA NASCIMENTO AMARAL DELGADO			EDEVALDO SILVA SANTOS
			VERONICA XISMENDES DOS SANTOS INACIO			BRENNO MACHADO EMERIQUE
						DANIELI BUZIGINI PINTO BARBIERE
						JOAO LUIZ PEREIRA DE OLIVEIRA
						EUNICE SALVADOR
						SARA SOBREIRO MARTINS
						JESU ÂNGELO GONÇALVES BISPO
						ANTONIO CESAR ZAMIAN
						ALEX SANDRO SILVA DO NASCIMENTO

			PEDRO JOSE DOS SANTOS
			HEVERSON AMORIM RIBEIRO
			POLLYANNA PEREIRA BATISTA COELHO
			TÚLIO LAURENCE QUINTELA
29/05/2025	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS (PEB III) LÍNGUA INGLESA	13:00h as 18:00h	PAMELA PRATES PETRI
			ELIAS CAMPOS GONCALVES
			FLAVIA DA SILVA FERNANDES
			RAPHAEL FAGUNDES
			LINALDA MEDEIROS IZOTON
			JAKELINE PAULA DE OLIVEIRA RODRIGUES
			JURANDI NUNES JUNIOR
			CARINA DE SOUZA CARDOSO
			ELIANI SILVEIRA MARQUES JARDIM
			THIAGO GONCALVES ROSA
			ELAINE BASSANI SAMORA
			MARIA DE LOURDES THOMES SARMENTO
			EDUARDO DE SOUZA OLIVEIRA
			JESSYKA COUTO CORREA
			EDINEIA ARAUJO
			EDIVALDO FRANCISCO DE JESUS
			MARCIO LUIZ LIMA LACERDA
			MARIA CRISTINA DOS SANTOS
			ELÂNIA CLÁUDIA RAMALDES
			CELEIDA TEIXEIRA MANGA
			KARINA SANTANA FREIRE
			LUCIANA MANTOVANELLI BEDIM
			GILCILÉIA SCHNEIDER
			ARTHUR VICTOR MEZADRI
			DAIENE SILVA MANSKE
			ANDREIA DA SILVA DINIZ
			JOYCE LAUDIAS DA SILVA LOPES
			PRINCIELY DE SÁ TOMAZ FIRME
			EDNETE MACHADO DA PENHA LEAL
			LUIZ CARLOS RODRIGUES
			SHEYLLA MARIA DA SILVA CARVALHO DE ARAUJO
			REGINA VICTORINO DE BRITES OLIVEIRA
			ANTONIO CEZAR DE ALMEIDA PORTUGAL
			JULIO CESAR DA CONCEIÇÃO
			GLEICYELE DA CRUZ TRANCOSO LEITE

Protocolo 1559965

Portaria

PORTARIA Nº 0721/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, conferida pelo artigo 61, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Viana.

RESOLVE:

Art. 1° SUSPENDER de 26/05/2025 a 09/06/2025, as férias do Servidor JANE SALLY MENDONCA DOS SANTOS, matricula 034524-01, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, concedidas pela Portaria nº 0666/2025, publicada em 09 de maio de 2025, referente ao período aquisitivo 2022/2023, reservando o direito de gozo dos 15 dias oportunamente.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Viana - ES, 27 de maio de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana
Protocolo 1559455

Aditivo

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 117/2023
Código CidadES: 2022.073E0700001.02.0042
Processo Administrativo nº 5048/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 292/2022
Contratante: O MUNICIPIO DE VIANA/ES através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Contratada: MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.
Objeto: PRORROGAÇÃO do prazo de vigência **e REAJUSTE** de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 117/2023, firmado entre as partes, por mais 12 (doze) meses.
Valor: o valor do reajuste é de R$ 1.189,38 (um mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos), conforme INPC - IBGE no percentual de 3,545430% ao valor do contrato, referente ao período de julho de 2024 à fevereiro de 2025, passando o valor total do Contrato para R$ 34.772,52 (trinta e quatro mil setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).
Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 117/2023, a partir de 03 de julho de 2025, por mais 12 (doze) meses.
Viana/ES, 23 de maio de 2025.
GILMAR JOSÉ MARIANO
SECRETARIO MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Protocolo 1559381

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 118/2023
Código CidadES: 2022.073E0700001.02.0042
Processo Administrativo nº 5048/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 292/2022
Contratante: O MUNICIPIO DE VIANA/ES através da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Contratada: MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.
Objeto: PRORROGAÇÃO do prazo de vigência **e REAJUSTE** de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 118/2023, firmado entre as partes, por mais 12 (doze) meses.
Valor: o valor do reajuste é de R$ 328,72 (trezentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos), conforme INPC - IBGE no percentual de 3,545430% ao valor do contrato, referente ao período de julho de 2024 à fevereiro de 2025, passando o valor total do Contrato para R$ 9.637,68 (nove mil seiscentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos).
Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 118/2023, a partir de 03 de julho de 2025, por mais 12 (doze) meses.
Viana/ES, 23 de maio de 2025.
GILMAR JOSÉ MARIANO
SECRETARIO MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Protocolo 1559384

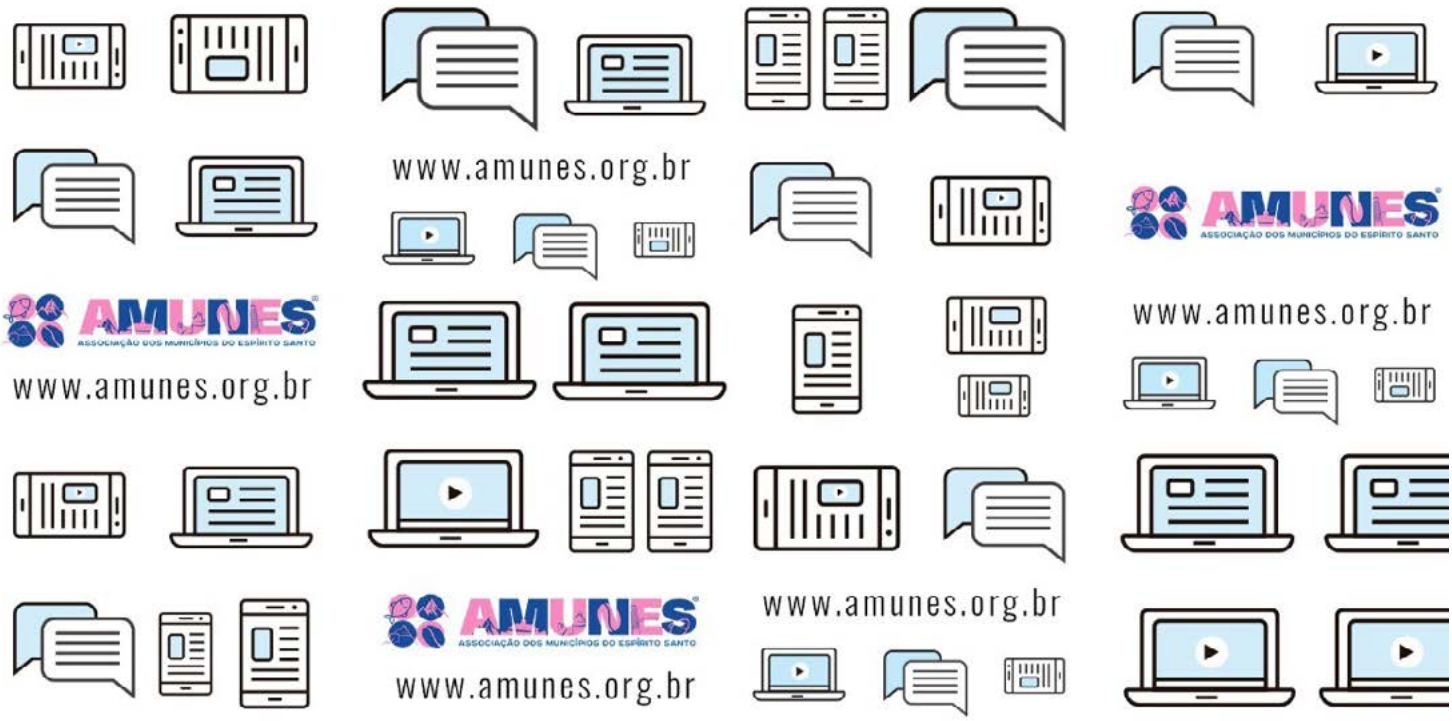
Errata

ERRATA
Na publicação do resumo do CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 095/2023 no Diário Oficial dos Municípios - DOM/ES, edição nº 2.769 no dia 27 de maio de 2025.

Onde se lê: Contratada: PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº. 095/2023 firmado entre as partes, por mais 12 (doze) meses nos termos previstos no inciso IV do art. 57 e art. 65 da lei 8.666/93.

Leia-se: Contratada: MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº. 095/2023 firmado entre as partes, por mais 12 (doze) meses nos termos previstos no inciso IV do art. 57 e art. 65 da lei 8.666/93.
Viana/ES, 22 de maio de 2025
ANGELA MERÍCIA CAVATI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Protocolo 1559409



Câmaras

Aracruz

Relatórios

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 / QUADRIMESTRAL JANEIRO - ABRIL

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ CENTAVOS

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS <últimos 12 meses> LIQUIDADAS (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**18.581.412,09**	**48.628,19**
Pessoal Ativo	**16.096.479,12**	**7.144,45**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	13.863.717,75	7.144,45
Obrigações Patronais	3.032.761,37	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	**1.474.095,84**	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.444.355,04	0,00
Pensões	29.740,80	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	210.837,13	41.483,74
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**2.122.024,89**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	669.929,05	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de periodo anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.452.095,84	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**16.459.387,20**	**48.628,19**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	817.743.586,24	
( ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166 A, § 1º, da CF) (V)	5.228.510,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF); e, ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11), acrescido de Outras Deduções Constitucionais ou Legais	10.654.320,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)	**801.860.756,24**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**16.508.015,39**	**2,06**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**48.111.645,37**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**45.706.063,10**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**43.300.480,83**	**5,40**

Nota: Durante o exercicio, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercicio, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ASSINADO DIGITALMENTE
SALETE PEREIRA SANTOS
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

ASSINADO DIGITALMENTE
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

gov.br
Documento assinado digitalmente
VITOR REBUZZI DOS SANTOS
Data: 27/05/2025 10:32:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Protocolo 1559174

Fundão

Portaria

PORTARIA CMF Nº 104/2025

Suspende período de gozo de férias e concede novo período a servidor comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO - ESTADO DO ESPIRITO SANTO, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 25, inciso II da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 24, inciso III do Regimento Interno, e

Considerando, que o período de gozo de férias se submete ao interesse público, conforme dispõe a legislação que regulamenta a matéria;

Considerando, demanda de ordem administrativa vinculadas às atividades do Setor de Comunicação e Cerimonial;

R E S O L V E:

Art. 1º- Suspender o período de gozo de férias da servidora GEYSE KELLY FERREIRA DE PAULA DA VITÓRIA, programados pela Portaria CMF nº. 043/2025, para ocorrer no período de 01 a 30 de julho de 2025, referente ao período aquisitivo de 11/12/2023 a 10/12/2024.

PARÁGRAFO ÚNICO - O período para o gozo de férias se dará no período a seguir:

I - 18 a 29 de agosto de 2025, totalizando 12 (doze) dias;

II - 29 de setembro a 16 de outubro de 2025, totalizando 18 (dezoito) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FUNDÃO, EM 26 DE MAIO DE 2025.

VLCIMAR CORREA
Presidente da Câmara
Biênio 2025-2026

Protocolo 1558890

Ibitirama

Deliberação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2025

CHAMADA PARA POSSE DOS CANDIDATOS NOMEADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020

A **DIRETORA-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBITIRAMA-ES**, no uso de sua atribuição estabelecida pelo art. 16, III da Lei Municipal nº 025, de 21 de agosto de 1990, **CONVOCA PARA POSSE** os candidatos **nomeados através dos Atos da Mesa Diretora Nº 006/2025 e 007/2025**, publicados em 20 de maio de 2025, para provimento, respectivamente, dos cargos de Controladora Interna e Contador, disciplinando, neste ato, os procedimentos que deverão ser obedecidos:

1. DA HABILITAÇÃO PARA A POSSE:

1.1. O/a candidato(a) nomeado/a deverá entrar em contato com a Diretoria-Geral da Câmara Municipal de Ibitirama-ES, através do telefone **(28) 99978-2088** no horário de 12h00min às 18h00min e/ou através do e-mail: camaramunicipaldeibitirama@gmail.com e agendar dia e horário para a apresentação dos documentos de comprovação do preenchimento de todos os requisitos de investidura estabelecidos pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 025, de 21 de agosto de 1990, Lei Complementar Municipal nº 001, de 30 de julho de 2014 e Edital de Abertura do Concurso Público Nº 001/2020.

1.2. Na data e no horário agendados o(a) candidato(a) deverá comparecer na Câmara Municipal de Ibitirama-ES munido/a de toda a documentação constante no item 2 para conferência.

1.3. Constatando estar presentes todos os requisitos de investidura, mediante a conferência e a autenticação de toda a documentação apresentada, o responsável pelo recebimento da documentação referida, expedirá declaração de conformidade dos documentos que habilitará o/a candidato/a a tomar posse perante a Diretora-Geral da Câmara Municipal de Ibitirama-ES.

1.4. O agendamento de que trata o item 1.1 deve ser realizado, impreterivelmente, **até a data de 19 de junho de 2025**, sendo de inteira responsabilidade do/a candidato/a o agendamento prévio para apresentação dos documentos e habilitação para posse que, se não realizado em tempo hábil, impossibilitará o/a candidato/a de tomar posse na data prevista.

2. DA DOCUMENTAÇÃO QUE DEVERÁ SER APRESENTADA:

2.1. Na data e no horário agendados pelo/a candidato/a os seguintes documentos deverão ser apresentados, em originais e respectivas cópias para autenticação por parte do responsável pelo seu recebimento, dispensada a apresentação de originais no caso de documentos previamente autenticados em cartório ou documentos natos digitais, desde que os mesmos ofereçam a possibilidade de conferência de sua integridade através de consulta ao banco de dados da autoridade expedidora:

2.1.1. DOCUMENTOS PESSOAIS:

1.
2.
2.1.

a) RG;
b) CPF;
c) Comprovante de situação cadastral do CPF obtido no site da Receita Federal do Brasil;
d) Título de Eleitor
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
f) Uma foto 3x4;
g) Extrato do PIS/PASEP;

h) Comprovante de residência;
i) Certidão de Nascimento ou Casamento;
j) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa do Serviço Militar (para o sexo masculino);
k) Documento que identifique o n° de sua conta bancária no BANESTES (caso tenha).
2.1.2. DOCUMENTOS DOS DEPENDENTES:
a) CPF do cônjuge ou companheiro(a) em caso de Casamento ou União Estável;
b) Certidão de Nascimento e CPF de filhos menores de 21 anos;
c) Carteira de vacinação dos filhos de até 07 anos;
d) Comprovante de matrícula escolar dos dependentes menores de 18 anos.

2.1.3. DOCUMENTOS DE ESCOLARIDADE E COMPROVAÇÃO DE PRÉ-REQUISITO:
a) Diploma do Curso Superior exigido como pré-requisito, acompanhado do respectivo histórico escolar, para os cargos de nível superior;
b) Certificado de Conclusão do Ensino Médio, acompanhado do histórico escolar, para os cargos de nível médio;
c) Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental, acompanhado do histórico escolar, para os cargos de nível fundamental;
d) Declaração expedido por escola integrante dos sistemas oficiais de ensino, atestando ter sido o candidato alfabetizado, para os cargos de nível fundamental incompleto;
e) Original dos documentos anexados para Prova de Experiência Profissional nos termos do item 12.24 e 12.25 do Edital de Abertura Nº 001/2020;
f) Comprovante de inscrição no respectivo órgão de fiscalização da profissão (conselho de classe), quando se aplicar.

2.1.4. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES:
a) Certidão de Quitação Eleitoral ou último comprovante de votação;
b) Declaração de acúmulo legal ou não acumulação de cargos em funções públicas; (Modelo em Anexo);
c) Declaração de Bens Móveis e Imóveis podendo esta ser substituída por Cópia da Última Declaração de Imposto de Renda (IRPF) devidamente acompanhada do recibo de entrega;
d) Certidão Negativa Criminal de 1º e 2º Grau(s), emitida pela Justiça Estadual e Federal do foro de domicílio do candidato;
e) Certidão de Bons Antecedentes, emitida pela Polícia Civil do Estado de domicílio do candidato;
f) Certidão Negativa de Débitos junto ao respectivo órgão de fiscalização da profissão (conselho de classe), quando se aplicar;
g) Certidão Negativa de Débitos junto ao Fisco Municipal.

2.1.5. EXAMES DE SAÚDE E LAUDOS MÉDICOS:
a) Laudo Médico de aptidão emitido por médico do trabalho;
b) Exames de Sangue: Hemograma Completo, Glicemia (jejum), Ureia, Lipidograma, TSH, T4, H.C.V, H.B.S.A.G, Creatinina, VDRL, PSA (exclusivo para homens acima de 40 anos);
c) Exames de Urina: EAS;
d) Raio X do Tórax PA e Perfil da Coluna Lombar (com laudo);
e) Laudo Cardiológico acompanhado de Eletrocardiograma com laudo;
f) Laudo Oftalmológico acompanhado de exame de acuidade visual;
g) Laudo Ortopédico (LER ocupacional);
h) Laudo Psiquiátrico;
i) Laudo Dermatológico;
j) Laudo Otorrinolaringológico (com videolaringoscopia);
k) Laudo Odontológico
l) Eletroencefalograma;
m) Audiometria;
n) Espirometria.

2.1.5.1. Nos laudos dos exames acima mencionados deverão constar carimbo do médico, contendo a especialidade do emitente e o número do registro no Conselho Regional de Medicina - CRM, devendo ainda estar regularmente assinados e datados, não sendo aceitos laudos sem data, assinatura e carimbo de profissional com identificação da devida especialidade.

2.1.5.2. Todos os exames e laudos médicos deverão ser providenciados pelo próprio candidato e as suas expensas.

3. DA CERIMÔNIA DE POSSE:
3.1. A cerimônia de posse ocorrerá no Plenário da Câmara Municipal de Ibitirama-ES, até o dia 19 de junho de 2024 às 16h00min.

3.2. No ato de posse o/a candidato/a apresentará a habilitação expedida pela Câmara Municipal, por intermédio da Diretoria-Geral e, nos termos do item 1.3 deste edital, promoverá o compromisso público de bem e fielmente exercer as atribuições do cargo e assinará o competente **Termo de Posse**.

3.3. O(a) candidato(a) deverá comparecer devidamente trajado/a, com vestes compatíveis para a solenidade, não sendo tolerado o uso de bonés, bermudas, camisetas, roupas curtas, chinelos e etc.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS:
4.1. Nos termos do art. 21 da Lei Municipal nº 025, de 21 de agosto de 1990, a posse poderá, mediante pedido escrito do/a candidato/a, ser prorrogada em até 30 (trinta) dias, ou seja, até o dia **19 de julho de 2025**, sendo que este pedido não exime o candidato de, no prazo estabelecido no item 1.4, se apresentar ao competente setor da Câmara Municipal e apresentar toda a documentação constante do item 2, para habilitação.

4.2. Após a posse o/a servidor/a deverá se apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, à sua chefia imediata para exercício no cargo, nos termos do art. 27 da Lei Municipal nº 025, de 21 de agosto de 1990.

4.3. O não comparecimento do(a) candidato(a) ao setor competente da Câmara Municipal de Ibitirama, no prazo estabelecido no item 1.4 ou o não comparecimento à solenidade de posse na data estabelecida no item 3.1, ressalvado o caso de pedido de prorrogação nos termos do item 4.1, bem como o não comparecimento para o exercício no prazo estabelecido no item 4.2., acarretará para o candidato a revogação de sua nomeação.

4.4. Ao(à) candidato(a) impossibilitado(a) de comparecer ao setor competente da Câmara para habilitação bem como à cerimônia de posse, é facultado fazê-lo através de procurador, legalmente constituído, especificamente para este fim, através de procuração pública ou instrumento particular com firma reconhecida em cartório.

4.5. Nenhum/a candidato(a) poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste edital e das demais normas do Concurso Público.

4.6. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Diretoria-Geral da Câmara Municipal de Ibitirama-ES.

Palácio Maria Barbosa Lemos,
Ibitirama-ES, 27 de maio de 2025.

ALINE APARECIDA DE OLIVEIRA ATAIDE
Diretora-Geral

Protocolo 1559524

Itarana

Termos

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 009/2025
Processo Administrativo nº 234/2025
ID CIDADES: 2025.036L0200001.09.0009

A Presidente da Câmara Municipal de Itarana/ES, com fundamento no inciso VIII, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o que consta no Processo Administrativo nº 234/2025, resolve, RATIFICAR a execução do objeto do processo supramencionado, de Dispensa de Licitação conforme inciso II, do art. 75 da Lei Federal 14.133, de 2021 e DETERMINAR a publicação em sítio eletrônico oficial, conforme parágrafo único do art. 72 da referida lei.

OBJETO:
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação, visando atender as demandas de eventos a serem realizados pela Câmara Municipal de Itarana/ES.

EMPRESA VENCEDORA: EDGAR KLOSS
CNPJ: 32.810.542/0001-16
VALOR GLOBAL: R$ 11.420,00 (onze mil e quatrocentos e vinte reais)
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, com início a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios do Espirito Santo.

Itarana/ES, 27 de maio de 2025.

SABRINA SCÁRDUA FIOROTTI
Presidente da CMI/ES

Protocolo 1558982

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 001/2025

ALTERA O CRONOGRAMA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS FIXADO PELO ATO DA PRESIDÊNCIA N.º 005/2024, REFERENTE À APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO DE 2025.

A **Presidenta da Câmara Municipal de Itarana**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições regimentais, especialmente as previstas no art. 35, incisos II, XIII e XXVI do Regimento Interno, c/c art. 34, inciso II da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o teor do Expediente Interno EI/GP/CMI-ES n.º 011/2025, datado de 21 de maio de 2025, no qual se solicita a alteração da data da Audiência Pública de apresentação das Metas Fiscais do exercício de 2025, originalmente agendada para o dia 29 de maio de 2025;

Considerando a coincidência com curso promovido pela ESESP sobre planejamento orçamentário, com participação previamente confirmada por servidores da Casa, inviabilizando a realização da audiência na data prevista; e

Considerando a necessidade de garantir a ampla participação institucional e evitar sobreposição de compromissos oficiais previamente assumidos.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a data da Audiência Pública destinada à apresentação das Metas Fiscais do 1º quadrimestre do exercício de 2025, originalmente prevista para o dia **29 de maio de 2025**, passando a ser realizada no dia **02 de junho de 2025 (segunda-feira)**, **às 17 horas**, no plenário da Câmara Municipal de Itarana/ES.

Art. 2º Mantêm-se inalteradas as demais datas fixadas no Anexo Único do Ato da Presidência n.º 005/2024, que regulamenta o cronograma anual das audiências públicas entre o Poder Executivo e o Legislativo Municipal.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser dado conhecimento à Comissão competente da Câmara Municipal, ao Poder Executivo e à população em geral, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquela constante no Anexo Único do Ato da Presidência n.º 005/2024 referente à audiência pública supramencionada no artigo 1º deste Ato.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Câmara Municipal de Itarana/ES, 27 de maio de 2025.

SABRINA SCARDUA FIOROTTI
Presidenta da CMI/ES

Protocolo 1559222

Jaguaré

Lei

ATO DE PROMULGAÇÃO DE LEI MUNICIPAL

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, no uso de suas atribuições legais, §3º e §7º do art. 66 da Constituição Federal, art. 55, da Lei Orgânica do Município de Jaguaré-ES c/c Regimento Interno, em virtude do silêncio do Chefe do Executivo;

CONSIDERANDO a aprovação pela Câmara Municipal do Projeto de Lei 024/2024, de autoria do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO o silêncio de promulgação pelo

Excelentíssimo Prefeito Municipal no tempo hábil previsto no §1º do art. 55 da Lei Orgânica Municipal, no que concerne a aludida proposição legislativa;

CONSIDERANDO que a promulgação é ato de natureza política, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos, sendo um requisito indispensável à eficácia do ato normativo;

RESOLVE:

Art. 1º PROMULGAR a Lei Ordinária nº 1.840/2025, oriunda do Projeto de Lei 007/2025, de autoria do Poder Legislativo Municipal, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º. Publique-se e registre-se.

Câmara Municipal de Jaguaré-ES, aos 22 de maio de 2025.

RICARDO COSTA BARROS
Vice-presidente da Câmara Municipal de Jaguaré-ES

LEI Nº 1.840, **DE 22 DE MAIO DE 2025**.

Denomina no das Ruas ISMAEL FERNANDES e CONCEIÇÃO BARBOSA FERNANDES,no Loteamento Martins, neste município e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Jaguaré-ES aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Denomina a **Rua ISMAEL FERNANDES**, no Loteamento Martins, neste município, onde hoje é nominado Rua A.

Art.2º Denomina a **Rua CONCEIÇÃO BARBOSA**, no Loteamento Martins, neste município, onde hoje é nominado Rua S. Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jaguaré-ES, aos 22 dias do mês de maio de 2025.

RICARDO COSTA BARROS
Vice-presidente da Câmara Municipal de Jaguaré-ES
Protocolo 1558959

Decreto

DECRETO Nº 013/2025

"NOMEIA SERVIDOR"

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Regimento Interno e a Lei Orgânica do município de Jaguaré-ES;

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeada a Srª **VANESSA OLIVEIRA NEVES** para o cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, aos vinte e seis (26) dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco (2025).

JOÃO VANES DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré-ES

Registrada e publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, na data supra.

JOÃO DANIEL FALQUETTO
Secretário Geral
Protocolo 1558958

São Domingos do Norte

Decreto

MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE - ES
CNPJ: 36.350.320/0001-19

DECRETO N° 0002225/2025

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha: 0000007
Código: 001010.0103100012.001
33903000000
Descrição: Manutenção das Atividades Administrativa do Poder Legislativo
Material de Consumo
Fonte: 15000000
Valor: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Suplementação/Anulação - Dotação: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

ANULAÇÕES

Ficha: 0000003
Código: 001010.0103100011.001
44905200000
Descrição: Reforma e Modernização das Instalações do Poder Legislativo
Equipamento e Material Permanente
Fonte: 150000000
Valor: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

São Domingos do Norte/ES, 06 de maio de 2025.

SÉRGIO LUIZ TAMANINI
PRESIDENTE DA CÂMARA

SAELY MARCHEZINI
CONTADORA
Protocolo 1559431

São José do Calçado

Portaria

PORTARIA Nº 686, DE 27 DE MAIO DE 2025.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO-ES, no uso das suas atribuições legais e regimentais;
CONSIDERANDO a realização de Sessão Solene deste Poder Legislativo no dia 30 de maio de 2025 (sexta-feira), atividade institucional que exige o envolvimento de toda a estrutura administrativa da Câmara Municipal;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 8.061/2025, que declara feriado municipal no 02 de junho de 2025 (segunda-feira), em virtude das comemorações da Emancipação Política do Município de São José do Calçado/ES;
RESOLVE:
Art. 1º -Fica suspenso o expediente na Câmara Municipal de São José do Calçado/ES nos dias **30 de maio de 2025 (sexta-feira)** e02 **de junho de 2025 (segunda-feira)**.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Presidência, São José do Calçado/ES, em27 de maio de 2025.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Vanderleia Maria Rosa Rodrigues
Presidente da CMSJC
Protocolo 1559460

São Mateus

Lei

LEI Nº 2.335/2025, DE 27 DE MAIO DE 2025 ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 1.699, DATADA DE 22 DE ABRIL DE 2019, PARA INCLUIR OS GUARDAS MUNICIPAIS NO ROL DE BENEFICIÁRIOS DA GRATUIDADE EM EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS, NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES

O Presidente da Câmara Municipal de São Mateus, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou, o Prefeito tacitamente sancionou e ele promulga a seguinte:
LEI:
Art. 1º Altera o caput do Artigo 1º da Lei nº 1.699, datada de 22 de abril de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Artigo 1º** Os Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros Militares, Agentes da Secretaria do Estado da Justiça e Guardas Municipais, mediante a apresentação de identidade funcional, terão assegurada a gratuidade na entrada de sessões de cinema, teatro, shows, feiras, exposições, eventos culturais e esportivos realizados no Município de São Mateus/ES." **(NR)**
Art. 2º Altera o §3º do Art. 2º da Lei nº 1.699, datada de 22 de abril de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"§**3º.** Para atendimento desta Lei, os agentes públicos citados terão direito à gratuidade na quantidade estipulada em Lei, não sendo necessária a utilização do fardamento para cumprimento do benefício." **(NR)**
Art. 3º Fica revogada a Lei nº 2.317, de 30 de dezembro de 2024.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Legislativo Matheus Cunha Fundão, aos vinte e sete (27) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).
WANDERLEI SEGANTINI
Presidente
Protocolo 1559759

Viana

Termos

AVISO DE DISPENSA
DISPENSA ELETRÔNICA 002/2024
PROCESSO ADM. N.º 906/2025
CidadES n.º 2025.073L0200001.09.00089

A Câmara Municipal de Viana/ES, por meio do Secretário de Serviços, Compras e Contratos, TORNA PÚBLICO a quem possa interessar que realizará a Dispensa Eletrônica de Licitação nº 002/2024, objetivando a contratação de seguro contra acidentes pessoais para estagiários para o caso de morte ou invalidez permanente. Início de acolhimento de propostas: 28/05/2025 às 09:00h. Encerramento do acolhimento de propostas: 02/06/2025 às 09:00h. Início da fase de lances: 02/06/2025 às 09h e 30min. Encerramento da fase de lances: 02/06/2025 às 15h e 30min.
Informações: Aviso de dispensa disponível nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.camaraviana.es.gov.br, ou pelo e-mail: sec. compras@camaraviana.es.gov.br.
Viana/ES, 27 de maio de 2025.

Filipe Lawrence Barbosa Silveira
Secretário de Serviços, Compras e Contratos
Protocolo 1559722



Aditivo

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 11/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 526/2024
Código CidadES: 2024.073L0200001.16.0001

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA/ES
CNPJ: 27.427.277/0001-51

CONTRATANTE: DINAMICA TELECOMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ: 39.320.478/0001-34

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e cláusula terceira do contrato, por 12 (doze) meses, com início em 27 de maio de 2025 até 26 de maio de 2026, e reajustar o Contrato nº 11/2024, com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme item 16.2 do Edital que deu origem a Ata de Registro de Preços n.º 17/2023 da Câmara Municipal de Aracruz.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE
2.1 Fica concedido o reajuste contratual do preço, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), entre abril de 2024 e abril de 2025, conforme requerido pela Contratada, em 5,529730%, que corresponde a quantia de R$ 1.584,24 (um mil quinhentos e oitenta
e quatro reais e vinte e quatro centavos), com efeitos jurídicos a partir de 27 de maio de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR
3.1 Em razão do reajuste contratual, têm-se os seguintes valores:

Item	Descrição	Velocidade	Quantidade	Valor Mensal	Valor Anual
01	Link dedicado 01	500Mbps	01	R$ 1.259,76	R$ 15.117,13
02	Link dedicado 02	500Mbps	01	R$ 1.259,76	R$ 15.117,14
VALOR TOTAL GLOBAL					R$ 30.234,27

3.2 No valor já estão incluídos os custos e demais despesas, inclusive o custo, taxa, impostos, encargos sociais, seguros, licenças e todos os demais custos relacionados à prestação de serviços.

3.3 A Contratada não poderá requerer reequilíbrio a qualquer título (revisão, repactuação, recomposição ou reajuste) decorrente de fato ou período anterior à assinatura do presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão na ativi-dade 001001.0103100012.019 - Administração da Unidade, Elemento Despesa 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica, do orçamento da Câmara Municipal de Viana (CMV) para o exercício de 2025.

CLÁUSULA OITAVA - DA RATIFICAÇÃO
8.1. - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Viana/ES, 26 de maio de 2025.

JOILSON BROEDEL
CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA
Contratante

ROGÉRIO MELO DA SILVA
DINÂMICA TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Contratada

Protocolo 1559215

AMUNES
www.amunes.org.br
www.amunes.org.br

Relatórios

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
MUNICIPIO DE VIANA - ES
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2025

DESPESA COM PESSOAL	MAIO 2024	JUNHO 2024	JULHO 2024	AGOSTO 2024	SETEMBRO 2024	OUTUBRO 2024	NOVEMBRO 2024	DEZEMBRO 2024	JANEIRO 2025	FEVEREIRO 2025	MARÇO 2025	ABRIL 2025	TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS (Últimos 12 Meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	884.112,05	933.695,68	961.792,49	936.891,64	982.023,88	913.325,17	907.299,94	1.495.917,05	802.929,25	1.617.105,27	1.246.653,55	1.231.405,87	12.913.151,84	
Pessoal Ativo	844.797,51	877.381,14	895.601,72	892.408,62	937.540,86	868.842,15	851.930,68	1.451.434,03	746.249,25	1.558.622,25	1.191.750,73	1.179.922,85	12.296.481,79	
Pessoal Inativo e Pensionistas	39.314,54	56.314,54	66.190,77	44.483,02	44.483,02	44.483,02	55.369,26	44.483,02	56.680,00	58.483,02	54.902,82	51.483,02	616.670,05	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	39.314,54	56.314,54	66.190,77	44.483,02	44.483,02	44.483,02	55.369,26	44.483,02	56.680,00	58.483,02	54.902,82	51.483,02	616.670,05	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	39.314,54	56.314,54	66.190,77	44.483,02	44.483,02	44.483,02	55.369,26	44.483,02	56.680,00	58.483,02	54.902,82	51.483,02	616.670,05	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	844.797,51	877.381,14	895.601,72	892.408,62	937.540,86	868.842,15	851.930,68	1.451.434,03	746.249,25	1.558.622,25	1.191.750,73	1.179.922,85	12.296.481,79	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% S/ A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	478.857.725,45	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	16.990.763,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	461.866.962,45	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	12.913.151,84	2,80
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.712.017,75	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	26.326.416,86	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	24.940.815,97	5,40

Joilsin Broedel
Presidente da Câmara Municipal de Viana
Matrícula 1581

Gicelly Butzke Vieira
Controladora
Matrícula 1340

Protocolo 1559238

Entidades Municipais

Fundo Municipal de Saúde de Anchieta

Aditivo

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 015/2023
PROCESSO Nº 9833/2025
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANCHIETA-ES E O o **Sr. JOSÉ ÁVILA BASSUL**

OBJETO: PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 MESES
VALOR GLOBAL: R$ 23.400,00 (Vinte e três mil e quatrocentos reais)
Os recursos orçamentários, para o cumprimento das obrigações assumidas pelo **LOCATÁRIO** para o Presente ADITIVO, correrão à conta da:

Secretaria	Classificação Funcional	Natureza de Despesa	Fonte de Recurso	Ficha
Fundo Municipal de Saúde	0301.1060900402.183	3.3.90.36.1500	1.500.0015.0000	875

Protocolo 1559239

Fundo Municipal de Saúde de Nova Venécia

Contrato

RESUMO DE CONTRATO Nº 11/2025
PROCESSO Nº 612856, DE 22/04/2025.
INEXIGIBILIDADE 02/2025
CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2025.052E0500001.10.0002
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADA: SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO "HOSPITAL SÃO MARCOS" DE NOVA VENÉCIA
CNPJ: 60.975.737/0020-14
DO OBJETO: O presente Contrato tem por objeto integrar o CONTRATADO no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual o CONTRATADO está inserido.
VALOR: R$ 7.489.456,68 (Sete milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 30/04/2025 a 30/04/2026.
Data Assinatura: 30/04/2025.

Protocolo 1559579

Aditivo

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2023
PROCESSO Nº 576624, DE 24 DE JANEIRO DE 2023
CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2023.052E0500001.01.0002
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADA: ALMEIDA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 37.556.923/0001-34
DO ADITIVO: O objeto do presente instrumento é:
Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 27/2023, pelo período de 03/06/2024 a 30/12/2024.
Prorrogar o prazo de execução do contrato nº 27/2023, pelo período de 03/06/2024 a 30/11/2024.
Data Assinatura: 29/05/2024.

Protocolo 1559488

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca

Termos

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca - ÁGUIA BRANCA PREV, inscrito no CNPJ nº 05.110.021/0001-83, neste ato representado pelo Diretor-Presidente, o senhor Gilvani Pereira Rosa, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do artigo 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação direta por Dispensa de Licitação, embasado no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ademais, concorda com o Parecer Jurído nº 021/2025, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio da Dispensa de Licitação nº 000005/2025, embasado no inciso II, do artigo 75, da Lei 14.133/2021, referente à contratação de serviço de telefonia móvel celular com minutos individuais em ligações para fixo e móvel ilimitado e dados móveis de no mínimo 30GB mensais, chip incluso, visando atender as necessidades do Águia Branca Prev, no

valor total de R$ 958,80 (novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), conforme segue.

Águia Branca - ES, 27 de maio de 2025.

GILVANI PEREIRA ROSA
Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca

TERMO DE RATIFICAÇÃO

ID TCEES: 2025.003E0800001.09.0005

"Dispensa de Licitação"

Considerando a regularidade do presente procedimento, a justificativa da necessidade da contratação pretendida, demais peças e a consonância com a legislação pertinente, RATIFICO a Dispensa de Licitação, para o fim de AUTORIZAR a contratação de serviço de telefonia móvel celular com minutos individuais em ligações para fixo e móvel ilimitado e dados móveis de no mínimo 30GB mensais, chip incluso, visando atender as necessidades do Águia Branca Prev, por dispensa de licitação da despesa abaixo especificada, com fulcro no inciso II, do artigo 75, da Lei 14.133/2021, e em consonância com o que dispõe o Parecer Jurídico acostado aos autos, conforme exigência constante do inciso III, do artigo 72 do mesmo diploma legal.

Proc. Nº: 2.785/2025
Fornecedor: Claro S.A.
CNPJ Nº: 40.432.544/0001-47
Valor Total: R$ 958,80 (novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos)

Projeto/Atividade: 013013.0412200572.077 - Manutenção das Atividades do Águia Branca Prev
Ficha: 11
Elemento de Despesa: 33904000000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica
Subelemento: 33904014000 - Telefonia Fixa e Móvel - pacote de Comunicação de Dados
Fonte de Recursos: 180200000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração

Águia Branca/ES, 27 de maio de 2025.

_____
GILVANI PEREIRA ROSA
Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca

Protocolo 1559349

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Barra São Francisco

Portaria

PORTARIA N° 014 de 27 de maio de 2025.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Barra de São Francisco do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 59 da Lei Complementar Municipal nº 0001/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Nos termos do **art. 21, inciso I, combinado com o art. 26, § 6º, da Lei Complementar Municipal nº 004/2021**; **e do art. 17, inciso II, combinado com o art. 22, § 1º, ambos da Lei Complementar Municipal nº 001/2002**, fica concedido o benefício de pensão por morte do extinto servidor público municipal inativo, segurado pelo Tesouro, Sr. **Edson Dias de Freitas**, à Sra. **DIVA GAMBART DE FREITAS**, brasileira, viúva, residente e domiciliada nesta Municipalidade.
Parágrafo único- Os proventos da dependente, Sra. Diva Gambart de Freitas, serão fixados na modalidade **pensão vitalícia**, nos termos do art. 22, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 001/2002 e do art. 25, inciso VII, alínea "b", item 6, da Lei Complementar Municipal nº 004/2021, sendo regulamentados conforme os cálculos previstos no art. 26, § 6º, da referida Lei Complementar nº 004/2021. A base de cálculo da pensão corresponderá ao valor da aposentadoria do servidor falecido, excluídas as verbas de natureza temporária, devidas apenas enquanto o servidor estivesse em efetivo exercício. Integram os proventos da pensionista os seguintes adicionais:
37,50% (trinta e sete e meio por cento), a título de Assiduidade e
28% (vinte e oito por cento), a título de Adicional de Tempo de Serviço.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de 26 de maio de 2025, **com efeito retroativo a contar de 24 de março de 2025**, data de início do benefício de pensão por morte da requerente.
Parágrafo único. Esta Portaria deverá ser publicada pelos meios oficiais da Municipalidade, para que produza os efeitos jurídicos e legais pertinentes**.**

Barra de São Francisco -ES, 27 de maio de 2025.

Valdinei Teodoro dos Reis
Diretor Presidente Barraprev

Protocolo 1559168

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá

Portaria

PORTARIA Nº 015, DE 27 DE MAIO DE 2025

O Presidente Executivo do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o requerimento nº 186/2025, protocolado no dia 26 de maio de 2025;

Considerando o fato de que a servidora concluiu o período aquisitivo exigido por Lei para o gozo de férias;

Considerando o Art. 101, § 5º da Lei Complementar nº 2802/2024;

Considerando o disposto no Art. 80, I da Lei Orgânica do Munícipio de Santa Maria de Jetibá-ES.

RESOLVE:

Art. 1º- Considerar férias regulamentares de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2024 a 31/12/2024, a Srª **VANUSA DA PENHA RIBEIRO DOS SANTOS**, no cargo de Coordenadora Administrativa e Pessoal do IPS/SMJ, matrícula nº 10.087, no período de **04/06/2025 a 18/06/2025.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá, 27 de maio de 2025.

DAVID RAASCH
Presidente Executivo do IPS/SMJ
Protocolo 1558997

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ibiraçu

Aditivo

EXTRATO DO 3 º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 09/2022.
Forma de Contratação: Pregão Eletrônico, conforme Lei 10.520/2002.
Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Ibiraçu/ES
Contratada: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA.
Objeto: Prorrogação de vigência e valor do contrato 009/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de gerenciamento do abastecimento de combustíveis de veículos, com fornecimento de combustível do tipo gasolina comum, necessários para abastecimento da frota do SAAE [...].
Valor do aditivo: R$ 58.911,91 (cinquenta e oito mil, novecentos e onze reais e noventa e um centavos), para o período de 12 meses, mantida a taxa administrativa de -3,70%. Data da assinatura: 26/05/2025.

Protocolo 1558968

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares

Ordem de Fornecimento

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nº 127/2025
Processo nº 001514/2024
CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES
CONTRATADA: DSP CONFECÇÕES EIRELI
CNPJ: 11.540.122/0001-97
OBJETO: Aquisição de uniformes para uso nos setores administrativos, operacionais de ETA e ETE, manutenção e laboratórios, a todos os servidores de água e esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES.
PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 0002/2025.
VALOR TOTAL: R$ 23.898,00 (Vinte e três mil, oitocentos e noventa e oito reais).
DATA DA EMISSÃO DA A.F.: 23/05/2025.
PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias.
RECURSOS:
1 9 0 1 . 1 7 5 1 2 0 0 6 8 2 . 1 9 9 . 3 3 9 0 3 0 0 0 0 0 0.150000000002
Ficha 35.

Linhares-ES, 25/05/2025.
Yoshito de Souza Fukuda
Diretor-Geral
Protocolo 1559464

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nº 128/2025
Processo nº 001514/2024
CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES
CONTRATADA: MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECCOES EIRELI
CNPJ: 30.577.619/0001-24
OBJETO: Aquisição de uniformes para uso nos setores administrativos, operacionais de ETA e ETE, manutenção e laboratórios, a todos os servidores de água e esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES.
PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 0002/2025.
VALOR TOTAL: R$ 8.697,50 (Oito mil, seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).
DATA DA EMISSÃO DA A.F.: 23/05/2025.
PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias.
RECURSOS:
1 9 0 1 . 1 7 5 1 2 0 0 6 8 2 . 1 9 9 . 3 3 9 0 3 0 0 0 0 0 0.150000000002
Ficha 35.

Linhares-ES, 27/05/2025.
Yoshito de Souza Fukuda
Diretor-Geral
Protocolo 1559470

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nº 129/2025
Processo nº 001514/2024
CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES
CONTRATADA: FCI UNIFORMES COMERCIO E CONFECCOES LTDA
CNPJ: 46.224.795/0001-12
OBJETO: Aquisição de uniformes para uso nos setores administrativos, operacionais de ETA e ETE, manutenção e laboratórios, a todos os servidores de água e esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES.
PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 0002/2025.
VALOR TOTAL: R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais).
DATA DA EMISSÃO DA A.F.: 23/05/2025.
PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias.
RECURSOS:
1 9 0 1 . 1 7 5 1 2 0 0 6 8 2 . 1 9 9 . 3 3 9 0 3 0 0 0 0 0 0.150000000002
Ficha 35.

Linhares-ES, 27/05/2025.
Yoshito de Souza Fukuda
Diretor-Geral
Protocolo 1559476

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nº 130/2025
Processo nº 001514/2024

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES
CONTRATADA: LL VERSATIL LTDA
CNPJ: 49.256.572/0001-25
OBJETO: Aquisição de uniformes para uso nos setores administrativos, operacionais de ETA e ETE, manutenção e laboratórios, a todos os servidores de água e esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES.
PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 0002/2025.
VALOR TOTAL: R$ 29.945,00 (Vinte e nove mil, novecentos e quarenta e cinco reais).
DATA DA EMISSÃO DA A.F.: 23/05/2025.
PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias.
RECURSOS:
1 9 0 1 . 1 7 5 1 2 0 0 6 8 2 . 1 9 9 . 3 3 9 0 3 0 0 0 0 0 0.150000000002
Ficha 35.

Linhares-ES, 27/05/2025.
Yoshito de Souza Fukuda
Diretor-Geral

Protocolo 1559482

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nº 131/2025
Processo nº 001514/2024

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES
CONTRATADA: PROSEG TEXTIL COMERCIAL EIRELI
CNPJ: 05.540.332/0001-82
OBJETO: Aquisição de uniformes para uso nos setores administrativos, operacionais de ETA e ETE, manutenção e laboratórios, a todos os servidores de água e esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES.
PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 0002/2025.
VALOR TOTAL: R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais).
DATA DA EMISSÃO DA A.F.: 23/05/2025.
PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias.
RECURSOS:
1 9 0 1 . 1 7 5 1 2 0 0 6 8 2 . 1 9 9 . 3 3 9 0 3 0 0 0 0 0 0.150000000002
Ficha 35.

Linhares-ES, 27/05/2025.
Yoshito de Souza Fukuda
Diretor-Geral

Protocolo 1559492

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nº 132/2025
Processo nº 001514/2024

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES
CONTRATADA: R M DE SOUZA LTDA
CNPJ: 33.003.413/0001-89
OBJETO: Aquisição de uniformes para uso nos setores administrativos, operacionais de ETA e ETE, manutenção e laboratórios, a todos os servidores de água e esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES.
PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 0002/2025.
VALOR TOTAL: R$ 78.347,00 (Setenta e oito mil, trezentos e quarenta e sete reais).
DATA DA EMISSÃO DA A.F.: 23/05/2025.
PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias.
RECURSOS:
1 9 0 1 . 1 7 5 1 2 0 0 6 8 2 . 1 9 9 . 3 3 9 0 3 0 0 0 0 0 0.150000000002
Ficha 35.

Linhares-ES, 27/05/2025.
Yoshito de Souza Fukuda
Diretor-Geral

Protocolo 1559500

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nº 135/2025
Processo nº 000422/2025

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES
CONTRATADA: SO CARTUCHOS LTDA
CNPJ: 09.317.494/0001-07
OBJETO: Aquisição de 4 (quatro) tablets de alto desempenho.
DISPENSA ELETRÔNICA N°.: 00010/2025.
VALOR TOTAL: R$ 17.220,00 (Dezessete mil, duzentos e vinte reais).
DATA DA EMISSÃO DA A.F.: 27/05/2025.
PRAZO DE ENTREGA: 04 (cinco) dias.
RECURSOS:
1 9 0 1 . 1 7 1 2 2 0 0 7 0 2 . 1 9 6 . 4 4 9 0 5 2 0 0 0 0 0.150000000002
Ficha 30.

Linhares-ES, 27/05/2025.
Yoshito de Souza Fukuda
Diretor-Geral

Protocolo 1559505

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nº 136/2025
Processo nº 655/2025

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES.
CONTRATADA: M. K. CURSOS E GESTAO PUBLICA LTDA.
CNPJ: 22.755.309/0001-24
OBJETO: Contratação de 02 (duas) inscrições para o 2º LICITA SUDESTE - CONGRESSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SUDESTE, na modalidade presencial, previsto para ser realizado em Vitoria/ES, nos dias 28, 29 e 30 de maio de 2025.
INEXIGIBILIDADE: 04/2025.
VALOR TOTAL: R$ 6.980,00 (seis mil novecentos e oitenta reais).
DATA DA EMISSÃO DA A.F.: 27/05/2025.
PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 05 (cinco) dias.
RECURSOS:
1 9 0 1 . 1 7 1 2 8 0 0 6 9 2 . 1 9 8 . 3 3 9 0 3 9 0 0 0 0 0.150000000002
Ficha 34.

Linhares-ES, 27/05/2025.
Yoshito de Souza Fukuda
Diretor Geral do SAAE
Matrícula 1139

Protocolo 1559513

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itaguaçu

Contrato

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO 010/2025
Processo nº: 051/2025
ID Cidades: 2025.034E0100001.09.0015

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 015/2025
CONTRATANTE: Serviço Autonomo de Agua e Esgoto de Itaguaçu
CONTRATADA: Posto Beira Rio LTDA
Objeto: Contratação De Empresa Especializada No Fornecimento Combustíveis Para Suprir As Necessidades Da Frota De Veículos Do Serviço Autônomo De Agua E Esgoto De Itaguaçu/ES.
Valor total: R$ 57.610,00 (cinquenta e sete mil seiscentos e dez reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2025 a 28/05/2026
DATA DA ASSINATURA: 27 de maio de 2025

Itaguaçu-ES, 27 de maio de 2025.
Claudismar Buss
Diretor
Decreto 11.437/2025

Protocolo 1559106

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de João Neiva

Convênio

RESUMO DO CONVÊNIO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº 001/2025

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO NEIVA/ES, em conformidade com o previsto no art. 54 da Lei Municipal n° 3.036 de 29 de janeiro de 2018 e no Processo N° 200/2025, ajustam e firmam o presente Convênio com as cláusulas e condições seguintes;
CESSIONÁRIA: MUNICÍPIO DE LINHARES/ES
CNPJ/MF sob o n. 27.167.410/0001-88
CEDENTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO NEIVA
CNPJ/MF sob o nº 31.776.248/0001-72
OBJETO: O objeto do presente Convênio é a cessão do servidor GELSON ANTONIO DO NASCIMENTO, Matrícula nº 000185, ocupante do cargo efetivo de Procurador, para atuar no Município Cessionário.
VIGÊNCIA: A vigência do Termo de Cessão terá início em 07/04/2025 e vigorará até 31/12/2028.

João Neiva, 01 de abril de 2025.
EMERSON BRANDÃO ALMEIDA
Diretor Geral do SAAE/JN
Decreto Municipal nº 9.550/2024
Protocolo 1559521

Consórcio Público da Região Noroeste do Espírito Santo - CIM Noroeste -

Termos

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061-2025 - PREGÃO ELTRÔNICO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3906/2024.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO** - **CIM NOROESTE**/**ES**, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços n° 061/2025 ao SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, conforme descrito abaixo:

Empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ **03.652.030**/**0001**-**70**.

Objeto: Pregão Eletrônico, objetivando a futura e eventual aquisição de medicamentos antimicrobianos para atendimento das demandas dos municípios associados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes em Termo de Referência.

Valor Total da Adesão: **R$ 50.760,00 (Cinquenta mil setecentos e sessenta reais)**

Águia Branca/ES, 27 de Maio de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente - CIM NOROESTE
Protocolo 1559486

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063-2025 - PREGÃO ELTRÔNICO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3906/2024.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO** - **CIM NOROESTE**/**ES**, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços n° 063/2025 ao SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, conforme descrito abaixo:

Empresa: COFARMINAS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ **02.537.890**/**0001**-**09**.

Objeto: Pregão Eletrônico, objetivando a futura e eventual aquisição de medicamentos antimicrobianos para atendimento das demandas dos municípios associados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes em Termo de Referência.

Valor Total da Adesão: **R$ 31.947,00 (Trinta e um mil novecentos e quarenta e sete reais)**

Águia Branca/ES, 27 de Maio de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente - CIM NOROESTE
Protocolo 1559498

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066-2025 - PREGÃO ELTRÔNICO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3906/2024.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO** - **CIM NOROESTE**/**ES**, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços n° 066/2025 ao SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, conforme descrito abaixo:

Empresa: DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ **67.729.178**/**0002**-**20**.

Objeto: Pregão Eletrônico, objetivando a futura e eventual aquisição de medicamentos antimicrobianos para atendimento das demandas dos municípios

associados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes em Termo de Referência.

Valor Total da Adesão: **R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)**

Águia Branca/ES, 27 de Maio de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente - CIM NOROESTE
Protocolo 1559503

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069-2025 - PREGÃO ELTRÔNICO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3906/2024.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO** - **CIM NOROESTE/ES**, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços nº 069/2025 ao SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, conforme descrito abaixo:

Empresa: DROGAFONTE LTDA - CNPJ **08.778.201/0001-26**.

Objeto: Pregão Eletrônico, objetivando a futura e eventual aquisição de medicamentos antimicrobianos para atendimento das demandas dos municípios associados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes em Termo de Referência.

Valor Total da Adesão: **R$ 56.780,00 (cinquenta e seis mil setecentos e oitenta reais)**

Águia Branca/ES, 27 de Maio de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente - CIM NOROESTE
Protocolo 1559512

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071-2025 - PREGÃO ELTRÔNICO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3906/2024.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO** - **CIM NOROESTE/ES**, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços nº 071/2025 ao SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, conforme descrito abaixo:

Empresa: GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ **17.472.278/0001-64**.

Objeto: Pregão Eletrônico, objetivando a futura e eventual aquisição de medicamentos antimicrobianos para atendimento das demandas dos municípios associados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes em Termo de Referência.

Valor Total da Adesão: **R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais)**

Águia Branca/ES, 27 de Maio de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente - CIM NOROESTE
Protocolo 1559517

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072-2025 - PREGÃO ELTRÔNICO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3906/2024.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO** - **CIM NOROESTE/ES**, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços nº 072/2025 ao SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, conforme descrito abaixo:

Empresa: HOSPIDROGAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ **35.997.345/0 001-46**.

Objeto: Pregão Eletrônico, objetivando a futura e eventual aquisição de medicamentos antimicrobianos para atendimento das demandas dos municípios associados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes em Termo de Referência.

Valor Total da Adesão: **R$ 466.460,00 (Quatrocentos e sessenta e seis mil quatrocentos e sessenta reais)**

Águia Branca/ES, 27 de Maio de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente - CIM NOROESTE
Protocolo 1559523

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073-2025 - PREGÃO ELTRÔNICO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3906/2024.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO** - **CIM NOROESTE/ES**, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços nº 073/2025 ao SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, conforme descrito abaixo:

Empresa: INOVAMED HOSPITALAR LTDA - CNPJ **12.889.035/0 002-93**.

Objeto: Pregão Eletrônico, objetivando a futura e eventual aquisição de medicamentos antimicrobianos para atendimento das demandas dos municípios associados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes em Termo de Referência.

Valor Total da Adesão: **R$ 8.254,00 (oito mil duzentos e cinquenta e quatro reais)**

Águia Branca/ES, 27 de Maio de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente - CIM NOROESTE
Protocolo 1559530

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074-2025 - PREGÃO ELTRÔNICO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3906/2024.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO** - **CIM NOROESTE/ES**, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços nº 074/2025 ao SECRETARIA MUNICIPAL

DE SAUDE DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, conforme descrito abaixo:

Empresa: JT MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ **51.892.897/0001-46**.

Objeto: Pregão Eletrônico, objetivando a futura e eventual aquisição de medicamentos antimicrobianos para atendimento das demandas dos municípios associados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes em Termo de Referência.

Valor Total da Adesão: **R$ 106.750,00 (Cento e seis mil setecentos e cinquenta reais)**

Águia Branca/ES, 27 de Maio de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente - CIM NOROESTE
Protocolo 1559533

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078-2025 - PREGÃO ELTRÔNICO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3906/2024.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO** - **CIM NOROESTE/ES**, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços n° 078/2025 ao SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, conforme descrito abaixo:

Empresa: MEDFUTURA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAUDE LTDA - CNPJ **17.700.763/0001-48**.

Objeto: Pregão Eletrônico, objetivando a futura e eventual aquisição de medicamentos antimicrobianos para atendimento das demandas dos municípios associados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes em Termo de Referência.

Valor Total da Adesão: **R$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais)**

Águia Branca/ES, 27 de Maio de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente - CIM NOROESTE
Protocolo 1559539

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081-2025 - PREGÃO ELTRÔNICO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3906/2024.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO** - **CIM NOROESTE/ES**, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços n° 081/2025 ao SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, conforme descrito abaixo:

Empresa: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI - ME - CNPJ **22.862.531/0001-26**.

Objeto: Pregão Eletrônico, objetivando a futura e eventual aquisição de medicamentos antimicrobianos para atendimento das demandas dos municípios associados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes em Termo de Referência.

Valor Total da Adesão: **R$ 34.800,00 (Trinta e quatro mil e oitocentos reais)**

Águia Branca/ES, 27 de Maio de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente - CIM NOROESTE
Protocolo 1559551

Consórcio Público da Região Polinorte do Espírito Santo - CIM Polinorte -

Aditivo

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 018/2022.
Contratante: CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE.
Contratada: BOSI SHOWS EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA EPP.
Processo Administrativo nº 1213/2023 de 29/03/2023.
Dispensa de Licitação: nº 012/2022.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE 04 (QUATRO) CONTÊINERES, SENDO ESTES CONTÊINERES DO TIPO DEPÓSITO/ALMOXARIFADO, ALÉM DE SUA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO PÚBLICO REGIÃO POLINORTE - CIM POLINORTE.
Valor Global: R$28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a vigência do Contrato nº 018/2022 podendo ser rescindido a qualquer momento, em conformidade com o previsto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, contados a partir do seu vencimento.

Data de Assinatura: 27/05/2025.
Marcos Geraldo Guerra
Presidente do CIM Polinorte
Protocolo 1559200

Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM Pedra Azul

Termos

RESUMO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE Nº 102/**2025 ORIUNDO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CIM PEDRA AZUL.**
Contratante: Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL, **CNPJ** N° 02.760.004/0001-01
Contratada: FISIORCLIN LTDA, CNPJ 60.224.075/0001-88.
Objeto: O objeto do presente Termo de Credenciamento é a prestação de serviços de saúde constantes do Anexo I do Edital de chamamento Público n°01/2025.
Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

Data de Assinatura: 21 de maio de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL
Contratante

Amanda Nunes Amorim Gomes
Fisiorclin LTDA
Contratada

Protocolo 1559004

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo - ARIES

Termos

ATO DE DISPENSA N° 000016
Processo nº 000039/2025

Considerando a necessidade de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS PARA A ASSESSORA ESPECIAL I, SR.ª JOELMA DE SOUZA MORAES LUIZ, PARA COMPARECER NO 17º SEMINÁRIO NACIONAL OUVIDORES E OUVIDORIA QUE OCORRERÁ DE FORMA PRESENCIAL EM RECIFE-PE, NOS DIAS 9, 10 E 11 DE ABRIL DE 2025. , devidamente constante em certidão, e que a aquisição, pela sua natureza e valor, não é parcela de nenhuma outra que possa ser realizada conjunta e concomitantemente e que, no somatório total, ultrapasse o limite previsto para dispensa de licitação estabelecido na Lei Federal nº 14.133/21, razão pela qual se justifica a formalização da presente dispensa, **DISPENSO A LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo Lei Nº 14.133/2021, Dispensa, Art. 75, Inciso II, UNIMUNDI VIAGENS E TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.217.413/0001-22, com sede na AVENIDA GETULIO VARGAS, 500 - CENTRO - COLATINA - ES - CEP: vencedora no valor total de R$ 1.364,77 (um mil trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos), cuja situação fiscal em relação à Seguridade Social está regular.
Fica a dispensa devidamente **RATIFICADA** e **APROVADA** em todos os seus termos e atos.
Publique-se o presente ato de dispensa
ID:2025.501C2600019.09.0014

28 de fevereiro de 2025

GEDSON BRANDÃO PAULINO
Presidente

Protocolo 1559010

ATO DE DISPENSA N° 000017
Processo nº 000046/2025

Considerando a necessidade de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE COFFEE BREAK, PARA UM NÚMERO ESTIMADO DE SESSENTA E CINCO PESSOAS, PARA O WORKSHOP COM A PAUTA DE COMO RESOLVER A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO A SER REALIZADO NO AUDITÓRIO DA AMUNES NA AV. PRINCESA ISABEL, 629. ED. VITÓRIA CENTER - SALA 401. CENTRO, VITÓRIA - ES NO DIA 20/03 ÀS 13:30H. , devidamente constante em certidão, e que a aquisição, pela sua natureza e valor, não é parcela de nenhuma outra que possa ser realizada conjunta e concomitantemente e que, no somatório total, ultrapasse o limite previsto para dispensa de licitação estabelecido na Lei Federal nº 14.133/21, razão pela qual se justifica a formalização da presente dispensa, **DISPENSO A LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo Lei Nº 14.133/2021, Dispensa, Art. 75, Inciso II, VILUCCA PADARIA E CONFEITARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 53.498.228/0001-10, com sede na AVENIDA RANULPHO BARBOSA DOS SANTOS, 221 - JARDIM CAMBURI - VITÓRIA - ES - CEP: vencedora no valor total de R$ 2.140,00 (dois mil cento e quarenta reais), cuja situação fiscal em relação à Seguridade Social está regular.
Fica a dispensa devidamente **RATIFICADA** e **APROVADA** em todos os seus termos e atos.
Publique-se o presente ato de dispensa
ID:2025.501C2600019.09.0015

06 de março de 2025

GEDSON BRANDÃO PAULINO
Presidente

Protocolo 1559016

ATO DE DISPENSA N° 000018
Processo nº 000049/2025

Considerando a necessidade de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO DE VALE-ALIMENTAÇÃO PARA OS COLABORADORES DA ARIES. , devidamente constante em certidão, e que a aquisição, pela sua natureza e valor, não é parcela de nenhuma outra que possa ser realizada conjunta e concomitantemente e que, no somatório total, ultrapasse o limite previsto para dispensa de licitação estabelecido na Lei Federal nº 14.133/21, razão pela qual se justifica a formalização da presente dispensa, **DISPENSO A LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo Lei Nº 14.133/2021, Dispensa, Art. 75, Inciso II, LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.207.352/0001-40, com sede na AVENIDA PRINCESA IZABEL, 629 - CENTRO - VITÓRIA - ES - CEP: 29010904 vencedora no valor total de R$ 107.616,00 (cento e sete mil seiscentos e dezesseis reais), cuja situação fiscal em relação à Seguridade Social está regular.
Fica a dispensa devidamente **RATIFICADA** e **APROVADA** em todos os seus termos e atos.
Publique-se o presente ato de dispensa
ID:2025.501C2600019.09.0016

11 de março de 2025

GEDSON BRANDÃO PAULINO
Presidente

Protocolo 1559018

ATO DE DISPENSA N° 000020
Processo nº 000054/2025

Considerando a necessidade de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE CERIMONIALISTA NO WORKSHOP COMO RESOLVER A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO REALIZADO PELA ARIES NO AUDITÓRIO DA AMUNES EM VITÓRIA NO DIA 23/03. , devidamente constante

em certidão, e que a aquisição, pela sua natureza e valor, não é parcela de nenhuma outra que possa ser realizada conjunta e concomitantemente e que, no somatório total, ultrapasse o limite previsto para dispensa de licitação estabelecido na Lei Federal nº 14.133/21, razão pela qual se justifica a formalização da presente dispensa, **DISPENSO A LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo Lei Nº 14.133/2021, Dispensa, Art. 75, Inciso II, VALERIA APARECIDA DE SOUZA MARQUES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 44.493.689/0001-09, com sede na RUA JOSE CELSO CLAUDIO, 209 - JARDIM CAMBURI - VITÓRIA - ES - CEP: vencedora no valor total de R$ 2.100,00 (dois mil cem reais), cuja situação fiscal em relação à Seguridade Social está regular.
Fica a dispensa devidamente **RATIFICADA** e **APROVADA** em todos os seus termos e atos.
Publique-se o presente ato de dispensa
ID:2025.501C2600019.09.0018

14 de março de 2025

GEDSON BRANDÃO PAULINO
Presidente

Protocolo 1559024

Licitações

Prefeituras

Alfredo Chaves

Inexigibilidade de Licitação

AVISO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE
Inexigibilidade nº: 00017/2025/ADM.
Processo Adm. nº 004275/2025.
ID: 2025.005E0700001.10.001
Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, representado pelo Exmo. Prefeito Sr. Hugo Luiz Picoli Meneghel, e a empresa 18.577.105 MELINA RONQUETI CESTARI, CNPJ nº 18.577.105/0001-73.
Objeto: Contratação de serviços artísticos músico/ banda, empresária exclusiva para atender ao Calendário Turístico-Cultural de 2025 do município de Alfredo Chaves/ES, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Valor unitário: $15.000,00
Quantidade: 02
Valor Total: R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
Dotação: 140001.2369500272.145
Fonte de Recurso: 250000009999
Elemento de Despesa: 33903900000
Ficha nº: 716
Vigência: 225 dias
Autorizado pelo Prefeito.
Assinatura: 07/05/2025.
Hugo Luiz Picoli Meneghel Prefeito Municipal

Protocolo 1559155

Ata de Registro de Preço

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALFREDO CHAVES - ES
Errata do Extrato do da Ata SERP n° 048/2025
Processo Adm. nº 3793/2025 e nº 3792/2025
Ata de Registro de Preços nº 0293/2025, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 004/2025.
Id. CidadES nº 2025.500E0500019.02.0009.
Contratante: Município de Alfredo Chaves/ES
Contratada: Hospidrogas Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Onde Se Lê: "Objeto: Prednisona 5Mg Comprimido.
Valor Total: R$ 548,00
Vigência: Até 10/03/2026."

Leia-se: "Prednisona 5Mg Comprimido e Prednisona 20Mg Comprimido.
Valor Total: R$ 3.002,00
Vigência: Até 10/03/2026."

Matéria veiculada na edição do Diário Oficial dos Municípios (DOM), Página 183 da edição nº 2760, do dia 13 de maio de 2025.
Secretaria Municipal de Saúde
Alfredo Chaves/ES

Protocolo 1559116

Alto Rio Novo

Ata de Registro de Preço

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE ALTO RIO NOVO - ES.
Contratado: CBL SERVIÇOS LTDA,.

Objeto: O objeto da presente ata é o registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE
BRINQUEDOS INFLÁVEIS, MÁQUINA DE PIPOCA E MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE PARA ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS,.

Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

Valor: O valor total registrado nesta Ata de Registro de Preço é de R$ 183.960,00 (cento e oitenta e três mil, noceventos e sessenta reais).

Processo Administrativo: nº. 001262/2025.

Protocolo 1559571

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE ALTO RIO NOVO - ES.
Contratado: CABANA MAGAZINE LTDA.

Objeto: O objeto da presente ata é o registro de preços para AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS,
MATERIAL DE CONSUMO E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.

Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

Valor: O valor total registrado nesta Ata de Registro de Preço é de R$ 912,92 (novecentos e doze reais e noventa e dois centavos).

Processo Administrativo: nº. 00822/2025.

Protocolo 1559577

Anchieta

Aviso de Licitação

AVISO DE AVISO DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO N° 02/2025
PROCESSO Nº 548/2025
IDCidadES:
2025.007E0700001.17.0002

O Município de Anchieta/ES torna público que estará aberto a partir do dia **29/05/2024**, **CREDENCIAMENTO** na forma **DIGITAL**, para interessados prestar serviços especializados de registro civil, prestados por cartórios oficialmente habilitados, visando à prestação de serviços de registro público e correlatos, para a emissão de documentos necessários à entrega e regularização de lotes de bens inservíveis (veículos, sucatas, entre outros), bem como para atender demandas relacionadas à regularização fundiária e patrimonial do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Informações nos dias úteis no horário das 08:00 às 17:00 horas pelo telefone (28) 99255-8345 ou pelo Email: licitacao@anchieta.es.gov.br

Anchieta/ES, 27/05/2025.

Tiago Spanhol Fernandes
Agente de Contratação
Decreto-A 743/2025

Protocolo 1559610

Inexigibilidade de Licitação

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 099/2025
ID TCES: 2025.007E0700001.10.0098

O **Prefeito de Anchieta**, Estado do Espírito Santo, **Sr. LEONARDO ANTONIO ABRANTES**, residente e domiciliado neste Município, no uso de suas atribuições, torna público, para cumprimento do disposto no Artigo 94 e fundamentado no Artigo 74, Inciso II da lei 14.133/2021, a **Inexigibilidade de Procedimento Licitatório**, para Contratação do "**BANDA PAZ E AMOR**", através da empresa PAULO ROBERTO ANTUNES ME, inscrita no CNPJ sob o nº 32.486.524/00041-20, para atender na Festa do Divino em Jabaquara, no Município de Anchieta ES.

Conforme cronograma abaixo:

"BANDA PAZ E AMOR"

DIA	HORA	LOCAL
08 DE JUNHO DE 2025	10:00 ÀS 12:00H	JABAQUARA

A despesas decorrentes da execução orçamentárias do objeto deste Aviso de Inexigibilidade de Licitação, correrão a conta da dotação orçamentaria:

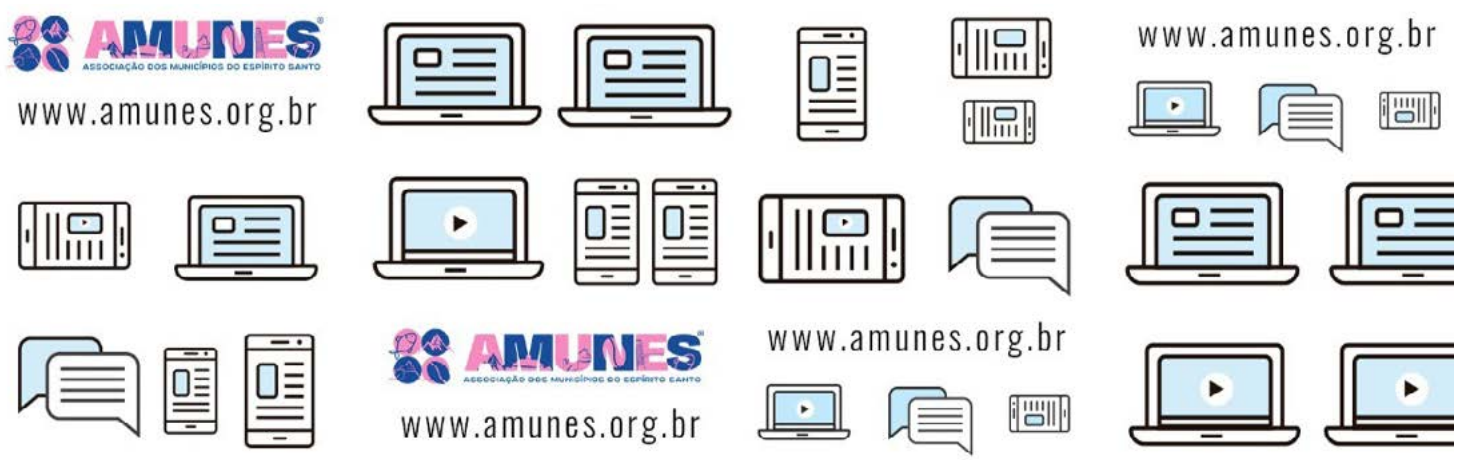
Gerência Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico
Classificação Funcional: 02231339200362.263
Natureza de despesa: 3.3.90.39.69
Fonte de recurso: 1.500.0000.9999
Ficha: 2593

Valor Global da Contratação: R$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Processo Administrativo: 13207/2025

Anchieta/ES, 27 de Maio de 2025.

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
PREFEITO DE ANCHIETA

Protocolo 1559378



AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº085/2025
ID TCES: 2025.007E0700001.10.0084

O **Prefeito de Anchieta**, Estado do Espírito Santo, **Sr. LEONARDO ANTONIO ABRANTES**, residente e domiciliado neste Município, no uso de suas atribuições, torna público, para cumprimento do disposto no Artigo 94 e fundamentado no Artigo 74, Inciso II da lei 14.133/2021, a **Inexigibilidade de Procedimento Licitatório**, para Contratação da " **COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS**", inscrita no CNPJ sob o nº **57.494.031/0001-63**, Aquisição das munições, o objeto ora licitado, visa atender as demandas da Gerência Estratégica da Guarda Civil Municipal, no âmbito de suas atribuições, a qual seja: a proteção dos direitos humanos fundamentais, ao exercício da cidadania e das liberdades públicas; na preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas e no patrulhamento preventivo municipal. Entre as competências específicas, a guarda municipal,respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais, também devem: zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens e serviços municipais.

Valor Global da Contratação: **R$ 230.025,00** (Duzentos e trinta mil e vinte e cinco reais). Processo Digital: 2629/2025

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	VALOR TOTAL
00061260 - MUNIÇÃO.40 S&W EXPO 155GR BONDED Com o projétil ponta oca e camisa de tomback (liga de cobre e zinco), camisa e núcleo de chumbo soldados, no formato expansivo ponta oca, com peso 155 grains, atingindo velocidade de 365 m/s e energia de 669 joules ao ser impelida por arma de fogo; Espoleta com cápsula fabricada em latão na cor dourada e estojo fabricado em liga especial de latão 2.	UN	8.000	14,637500	R$ 117.100,00
00061261 - MUNIÇÃO.40 S&W EOPP 180 GR TREINA Não tóxica (que não libere durante o disparo metais pesados nocivos à saúde humana), com o projétil em liga de chumbo encamisado em tomback, sendo a camisa feita de liga com no mínimo 90% (noventa por cento) de cobre (eopp), com 180 peso grains, atingindo velocidade de 312 m/s e energia de 568 joules ao ser impelida por arma de fogo; Espoleta isentas de sais de chumbo e bário e pólvora química sem fumaça, não gerando gases ou resíduos tóxicos durante o tiro.	UN	8.000	5,712500	R$ 45.700,00
00061262 - CARTUCHO CALIBRE 12/70 PROJÉTIL SINGULAR Para uso policial em situações em que se faz necessário maior poder de defesa. O alcance útil é de até 50m. Tipo de chumbo/bagos balote; Peso 28,4g; Velocidade 450 m/s; Energia 2.870 joules.	UN	1.000	11,825000	R$ 11.825,00
00061263 - CARTUCHO CALIBRE 12/70 CHUMBO SG Para uso policial em situações em que se faz necessário maior poder de defesa. O alcance útil do cartucho carregado com chumbo SG deve ser de até 40m. Tipo De Chumbo/Bagos Sg; Peso 32g; Velocidade 430 M/S; Energia 2.957 Joules.	UN	1.000	9,637500	R$9.637,50

00061264 - CARTUCHO CALIBRE 12 CÂMARA 70" CHUMBO 3T TREINAMENTO Para uso policial em situações em uso em treinamento. Calibre 12; Câmara (mm) 70; Câmara (polegadas) 2,700; Cartucho 3t treina; Peso do projétil (g) 24; Velocidade (m/s) 420; Energia na boca (j) 2.117; Comprimento provete (cm) 76,2.	UN	3.000	8,712500	R$ 26.137,50
00061265 - CARTUCHO CALIBRE 12/70 ANTIDISTÚRBIO Cartucho Anti-Motim Calibre 12 Câmara 70mm - Curta Distância(5 A 10M); Vel. (m/s) 475 Energia (J) 677 Provete (cm) 48.	UN	2.000	9,812500	R$ 19.625,00
TOTAL				R$ 230.025,00

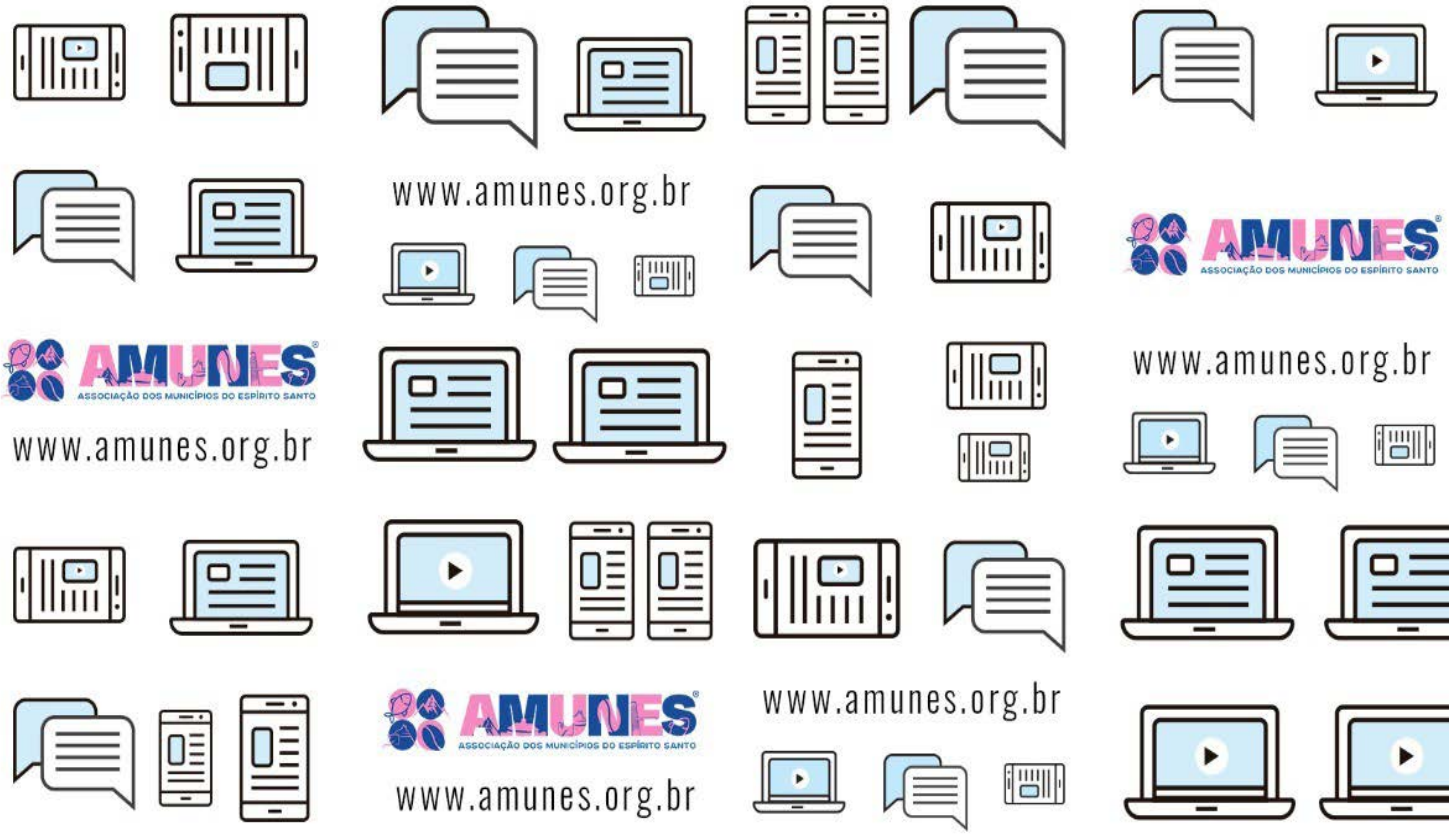
A despesas decorrentes da execução orçamentarias do presente objeto, correrão a conta da dotação orçamentaria:

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	FICHA
06.181.0035.2.255 Manutenção da Guarda Civil Municipal	3.3.90.30.05 Explosivos e Munições	1.500.0000.9999 Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências de Impostos	2674

Anchieta/ES, 27 de Maio de 2025.

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
PREFEITO DE ANCHIETA

Protocolo 1559382



AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 098/2025
ID TCES: 2025.007E0700001.10.0097

O **Prefeito de Anchieta**, Estado do Espírito Santo, **Sr. LEONARDO ANTONIO ABRANTES**, residente e domiciliado neste Município, no uso de suas atribuições, torna público, para cumprimento do disposto no Artigo 94 e fundamentado no Artigo 74, Inciso II da lei 14.133/2021, a **Inexigibilidade de Procedimento Licitatório**, para Contratação da "**DUPLA WETÃO E GABRIEL**", através da empresa GABRIEL DE FREITAS ENTRINGUER, inscrita no CNPJ sob o nº 51.196.601/0001-52, para atender o a programação da FESTA DE SÃO PEDRO, no Município de Anchieta ES.

Conforme cronograma abaixo:

"DUPLA WETÃO E GABRIEL"

DIA	HORA	LOCAL
29 DE JUNHO DE 2025	20:00 ÀS 22:00H	PRÇA SÃO PEDRO

A despesas decorrentes da execução orçamentárias do objeto desta Autorização de Inexigibilidade de Licitação, correrão a conta da dotação orçamentaria:

Secretaria Municipal de Turismo, Comércio e Empreendedorismo
Classificação Funcional: 23.695.0028.2.071
Natureza de despesa: 3.3.90.39.69
Fonte de recurso: 1.500.0000.9999
Ficha: 440

Valor Global da Contratação: R$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Processo Administrativo: 13216/2025

Anchieta/ES, 27 de Maio de 2025.

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
PREFEITO DE ANCHIETA

Protocolo 1559469

Aracruz

Aviso de Licitação

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIRSO (TÁXI) N.º 001/2025
PROCESSO Nº: 20.895/2024
ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - SEMURB
OBJETO: Chamamento Público para outorga de autorização administrativa a interessados na exploração do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros, mediante a utilização de veículos de aluguel a taxímetro (taxi), no âmbito do Município de Aracruz-ES.
EDITAL: O edital poderá ser obtido através do endereço eletrônico http://www.pma.es.gov.br/licitacoes/ ou junto à Comissão de Licitação, na Subsecretaria de Suprimentos, localizada na Sede da Prefeitura Municipal, à Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, no horário de 12 h às 18 h, de segunda a sexta-feira.
PROTOCOLO DOS ENVELOPES: Os envelopes deverão ser entregues diretamente à Comissão de Licitação até as **18:00min do dia 30/06/2025** na Secretaria de Gestão, na dependência da Subsecretaria de Suprimentos, localizada na Sede da Prefeitura Municipal, à Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES.
Aracruz, 27 de maio de 2025.
ALINE DE ALMEIDA SILVA PEROVANO
Agente de Contratação - SEMGE/SUBSUPRIMENTOS

Protocolo 1559729

Dispensa de Licitação

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº: 12.398/2025

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva de um elevador, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e todos os materiais de consumo, como também, fornecimento de peças, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica nº S008/2025.

Na qualidade de ordenadora de despesas, RECONHEÇO E RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme segue:

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/21

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Aracruz e a empresa relacionada abaixo:

EMPRESA: Sousa Elevadores e Elétrica Ltda - CNPJ: 59.502.350/0001-07 - **Valor mensal do contrato:** R$ 1.400,00 (Hum mil e quatrocentos reais) - **Valor total (12 meses) do fornecedor:** R$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais).

JUSTIFICATIVA: O uso do elevador promove a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nas edificações prediais, objetivamente conveniente ao interesse público, seja porque os serviços caracterizam como continuado e necessário à administração para o desempenho de suas atividades, por tratar de serviços que abrangem as necessidades públicas permanentes.
Desta forma, a presente contratação é de extrema necessidade visto que, a falta dos serviços de manutenção preventiva de forma periódica pode vir a ocasionar alguns problemas, como paradas não esperadas, em que o usuário fique preso no elevador por tempo indeterminado, podendo, no pior das hipóteses acontecer um incidente maior.

Aracruz/ES, 27 de Maio de 2025.

ROSIANE SCARPATT TÓFFOLI
Secretária Municipal de Saúde
Decreto 48.394 de 09/04/2025

Protocolo 1559916

Inexigibilidade de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16332/2025
ID 2025.009E0600016.10.0106

Nos termos do artigo 74, inciso II, combinado com o caput do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a justificativa técnica apresentada pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, bem como o parecer jurídico favorável constante nos autos do processo supracitado, RATIFICO a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa **OK PRODUCOES E REPRESENTACOES ARTISTICAS LTDA** - **DEMAIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.623.504/0001-05, com sede na Rua Aluísio de Azevedo, nº 200, bairro Santo Amaro, no município de Recife/PE, CEP nº 50.100-090, complemento: Sala 0301 Emp José Borba Maranhão CXPST 65 representada pelo **Sr. Alessandro Lanuse Santos de Araujo.**

A contratação tem por objeto a realização de 01 (um) show musical do cantor **NATANZINHO LIMA**, a ser apresentado no dia **08 de agosto de 2025**, **às 23h59min**, no **Parque de Exposições Rubens Pimentel**, **em Aracruz**/**ES**, como parte integrante da programação oficial da **26ª Expo Aracruz.**

O valor global da contratação é de **R$630.000**,**00 (seiscentos e trinta mil reais)**, englobando cachê artístico, transporte, hospedagem, alimentação, logística, carregadores e demais encargos operacionais indispensáveis à execução do objeto.

A presente contratação tem como objetivo impulsionar o turismo, dinamizar a economia local e ampliar a visibilidade do evento, por meio da apresentação de **artistas de renome nacional**, em consonância com os objetivos estratégicos da **Expo Aracruz** de promover o desenvolvimento econômico e oferecer entretenimento de qualidade à comunidade.

Publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, para fins de eficácia da ratificação aqui proferida.

Aracruz/ES, 30 de abril de 2025.

HELDER TABOSA DELFINO
Secretário de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 48.394, DE 09/04/2025

Protocolo 1559981

Baixo Guandu

Dispensa de Licitação

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - N° 170/2025
PROCESSO Nº 004684/2025

O Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso para "**aquisição de uniformes**", destinado ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal Saúde, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico do município de Baixo Guandu, ES, https://pmbg.es.gov.br/avisos-de-pesquisa-de-precos/, ou solicitar através do e-mail comprasbaixoguandu@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.

O período de apresentação de propostas aos interessados é **28 de maio de 2025 até o dia 30 de maio de 2025**, **às 16 horas.** Caso a quantidade pretendida de propostas não seja alcançada dentro do prazo estipulado, o aceite poderá ser estendido.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3732-8900, e-mail: compras.pmbg@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.

Baixo Guandu - ES, 28 de maio de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1559267

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - N° 171/2025
PROCESSO Nº 003836/2025

O Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso para "**contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de destinação final de resíduos da construção civil classe A e resíduos sólidos classe II - não perigosos**", destinado ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico do município de Baixo Guandu, ES, https://pmbg.es.gov.br/avisos-de-pesquisa-de-precos/, ou solicitar através do e-mail comprasbaixoguandu@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.

O período de apresentação de propostas aos interessados é **28 de maio de 2025 até o dia 30 de maio de 2025**, **às 16 horas.** Caso a quantidade pretendida de propostas não seja alcançada dentro do prazo estipulado, o aceite poderá ser estendido.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3732-8900, e-mail: compras.pmbg@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.

Baixo Guandu - ES, 28 de maio de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1559330

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - N° 172/2025
PROCESSO Nº 004020/2025

O Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso para "**contratação de empresa especializada para a instalação de caixas de passagem e tubulação frigorífica de ar condicionado**, **incluso mão de obra**, **insumo e materiais**", destinado ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico do município de Baixo Guandu, ES, https://pmbg.es.gov.br/avisos-de-pesquisa-de-precos/, ou solicitar através do e-mail comprasbaixoguandu@

gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.
O período de apresentação de propostas aos interessados é **28 de maio de 2025 até o dia 30 de maio de 2025**, **às 16 horas.** Caso a quantidade pretendida de propostas não seja alcançada dentro do prazo estipulado, o aceite poderá ser estendido.
Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3732-8900, e-mail: compras.pmbg@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.
Baixo Guandu - ES, 28 de maio de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1559922

Pesquisa de Preço

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS - N° 169/2025
PROCESSO Nº 003536/2025
O Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso para "**aquisição de Gás GLP P13 e P45**", destinado ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal n° 14.133/2021.
Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico do município de Baixo Guandu, ES, https://pmbg.es.gov.br/avisos-de-pesquisa-de-precos/, ou solicitar através do e-mail comprasbaixoguandu@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.
O período de apresentação de propostas aos interessados é **28 de maio de 2025 até o dia 30 de maio de 2025**, **às 16 horas.** Caso a quantidade pretendida de propostas não seja alcançada dentro do prazo estipulado, o aceite poderá ser estendido.
Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3732-8900, e-mail: compras.pmbg@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.
Baixo Guandu -ES, 28 de maio de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1559112

Barra de São Francisco

Dispensa de Licitação

RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0031/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005214/2025.
Objeto: Serviço de alimentação, destinados a arbitragem e comissão dos Jogos Escolares, na cidade de Barra de São Francisco.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, adiante denominado CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.745/0001-67, com sede a Rua Astrogildo Romão dos Anjos, nº 478, Centro Barra de São Estado do Espírito Santo - CEP - 29.800-000, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021 torna público para conhecimento dos interessados o RESULTADO DA DISPENSA Nº 0031/2025, que tem o objeto em epígrafe.
Empresas Habilitadas e Vencedoras: GABRIEL MOREIRA MELO LTDA - CNPJ: 31.134.263/0001-17, vencedora do item 01 no valor total de: R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) e PEPITO'S CAFETERIA E RESTAURANTE LTDA - CNPJ: 58.310.793/0001-25, vencedora do item 02 no valor total de: 4.000,00 (quatro mil reais).
Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pmbsf.es.gov.br, no horário de 08h às 11h e 13h às 17h, de segunda-feira à sexta feira.
IDCidades: 2025.012E0700001.09.0031
Barra de São Francisco -ES 27 de maio de 2025.
GRASIELE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

Protocolo 1559005

ATO DE DISPENSA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0031/2025
A Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco - Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, **DISPENSA** a instauração de Procedimento Licitatório para Serviço de alimentação, destinados a arbitragem e comissão dos Jogos Escolares, na cidade de Barra de São Francisco, conforme tudo o que consta no **Processo n° 005214/2025.**
Fundamento Legal: Art. 75, II da Lei 14.133/2021.
Valor Total: R$ R$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais)
Contratadas: GABRIEL MOREIRA MELO LTDA - CNPJ: 31.134.263/0001-17 e PEPITO'S CAFETERIA E RESTAURANTE LTDA - CNPJ: 58.310.793/0001-25
Código CidadES: 2025.012E0700001.09.0031
Barra de São Francisco - ES, 27 de maio de 2025.
GRASIELE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer
Despacho Administrativo
Ratifico o Ato de Dispensa acima, nesta data, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Barra de São Francisco - ES, 27 de maio de 2025.
ENIVALDO EUZÉBIO DOS ANJOS
Prefeito Municipal

Protocolo 1559007

RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0033/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005087/2025.
Objeto: Serviço de hospedagem, destinados a arbitragem dos Jogos Escolares, na cidade de Barra de São Francisco/ES.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, adiante denominado CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.745/0001-67, com sede a Rua Astrogildo Romão dos Anjos, nº 478, Centro Barra de São Estado do Espírito Santo - CEP - 29.800-000, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021 torna público para conhecimento dos interessados o RESULTADO DA DISPENSA Nº 0033/2025, que tem o objeto em epígrafe.
Empresa Habilitada e Vencedora: TD HOTEL E COMERCIO LTDA - CNPJ: 30.553.770/0001-22, vencedora do item no valor total de: R$ 15.680,00 (quinze mil, seiscentos e oitenta reais).
Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pmbsf.es.gov.br, no horário de 08h às 11h e 13h às 17h, de segunda-feira à sexta feira.
IDCidades: 2025.012E0700001.09.0033
Barra de São Francisco -ES 27 de maio de 2025.
GRASIELE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

Protocolo 1559034

ATO DE DISPENSA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0033/2025

A Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco - Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, **DISPENSA** a instauração de Procedimento Licitatório para Serviço de hospedagem, destinados a arbitragem dos Jogos Escolares, na cidade de Barra de São Francisco/ES, conforme tudo o que consta no **Processo n° 005087/2025.**
Fundamento Legal: Art. 75, II da Lei 14.133/2021.
Valor Total: R$ R$ 15.680,00 (quinze mil, seiscentos e oitenta reais).
Contratado: TD HOTEL E COMERCIO LTDA - CNPJ: 30.553.770/0001-22
Código CidadES: 2025.012E0700001.09.0033
Barra de São Francisco - ES, 27 de maio de 2025.
GRASIELE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer
Despacho Administrativo
Ratifico o Ato de Dispensa acima, nesta data, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Barra de São Francisco - ES, 27 de maio de 2025.
ENIVALDO EUZÉBIO DOS ANJOS
Prefeito Municipal
Protocolo 1559036

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Referência: Dispensa de Licitação nº 0037/2025
Processo nº 005844/2025

O **MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO**, adiante denominado **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.745/0001-67, com sede a Rua Astrogildo Romão dos Anjos, nº 478, Centro Barra de São Estado do Espírito Santo - CEP -29.800-000, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto Aquisição de relógios para a premiação do Evento Eleição do GARI DO ANO 2025. Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.
As propostas serão recebidas pelo e-mail licitacao@pmbsf.es.gov.br até às 16:00 horas do dia 30 de maio de 2025.
Este aviso pode ser visualizado no site oficial na aba licitações, dispensa e outros.
Termo de referência deverá ser solicitado no e-mail acima mencionado.
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima.
A empresa deverá enviar juntamente com a proposta os seguintes documentos: Atestado de Capacidade Técnica, Cadastro de CNPJ, Ato Constitutivo e Certidões Negativas.
Valor total estimado da contratação é de R$ 1.955,00 (mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).
Barra de São Francisco -ES, 27 de maio de 2025.
ISRAELLE DE SOUZA E SILVA.
Secretária Municipal de Cultura e Turismo
Protocolo 1559657

Inexigibilidade de Licitação

RETIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 0003/2025

1. Fica retificado o Ato de Inexigibilidade de Licitação n° 0003/2025, publicado no dia 26 de maio de 2025, no DIOES, pg 331.
2.**Onde se lê IDCidadES: 2025.012E0700001.10.0023**
3.**Leia-se: IDCidadES: 2025.012E0500001.10.0003**

Elcimar de Souza Alves
Secretário Municipal de Saúde
Protocolo 1558882

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0023/2025

A Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco - Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria Municipal de Administração, com **fulcro no inciso I**, do Art. 74 da Lei 14.133/2021, procede a **INEXIGIBILIDADE** de instauração de Procedimento Licitatório para Contratação da empresa, detentora de carta de exclusividade, para fornecimento da solução Banco de Preços - Versão Plus + Painel, com acesso por 12 meses, a saber: **1) NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA** - CNPJ Nº 07.797.967/0001-95 no valor total de R$ 15.375,00 (quinze mil trezentos e setenta e cinco reais), conforme Parecer Jurídico advindo da Procuradoria Geral, sendo que a justificativa se dá pelo seguinte:
1 - O valor que será despendido com a contratação que se pretende, encontra-se dentro dos parâmetros praticados no mercado.
2 - O preço e as condições estabelecidas com a aludida contratação, guardam pertinência com os parâmetros legais, não sendo irrisórios e/ou superfaturados, obedecendo ao Princípio da Razoabilidade.
3 - Por conseguinte, é clareza solar a legalidade da contratação que se pretende, sendo inexigível procedimento licitatório nos moldes do artigo 74, inciso I, da Lei 14.133/21, tendo em vista a inviabilidade de competição.
4 - A contratação será registrada e publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na situação de Inexigibilidade de Licitação, com amparo na legislação supracitada.
5 - Encaminhe-se o presente documento para RATIFICAÇÃO pela Autoridade Superior.
Eis a justificativa.
IDCidadES: 2025.012E0700001.10.0023
Barra de São Francisco - ES, 27 de maio de 2025.
MARCELLA JÚNIA GONÇALVES MENDES
Secretária Municipal de Administração
DESPACHO ADMINISTRATIVO
RATIFICAÇÃO
O Prefeito Municipal de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 74, inciso I, da Lei Federal 14.133/21, bem como no Parecer Jurídico advindo da Douta Procuradoria, **RATIFICA** a Inexigibilidade de licitação para Contratação da empresa, detentora de carta de exclusividade, para fornecimento da solução Banco de Preços - Versão Plus + Painel, com acesso por 12 meses. Destarte, AUTORIZO o empenho da despesa, no valor total de R$ 15.375,00 (quinze mil, trezentos e setenta e cinco reais), de acordo com a proposta de preço anexa aos autos. Nesta data, ratifico o Ato de Inexigibilidade acima, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Publique-se no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Barra de São Francisco/ES, 27 de maio de 2025.
ENIVALDO EUZÉBIO DOS ANJOS
Prefeito Municipal
Protocolo 1559562

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0024/2025

A Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco - Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com **fulcro no inciso II**, do Art. 74 da Lei 14.133/2021, procede a **INEXIGIBILIDADE** de instauração de Procedimento Licitatório para Contratação de empresa especializada em show musical, em comemoração à ELEIÇÃO DO GARI DO ANO, na Praça Central de Barra de São Francisco ES, a saber: **1) ROSIENE TEIXEIRA DA SILVA** - CNPJ Nº 54.242.435/0001-71, no valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme Parecer Jurídico advindo da Procuradoria Geral, sendo que a justificativa se dá pelo seguinte:

1 -Trata-se de contratação diretamente com a sociedade empresária representante do artista, que é de carreira e nome consagrado pela crítica local.

2 - O valor que será despendido com a contratação que se pretende, encontra-se dentro dos parâmetros praticados no mercado, principalmente por se tratar de evento realizado a "portas abertas" sem qualquer ônus para a população, em total atendimento ao Princípio da Isonomia, que *in casu* deve ser observado.

3 - O preço e as condições estabelecidas com a aludida contratação, guardam pertinência com os parâmetros legais, não sendo irrisórios e/ou superfaturados, obedecendo ao Princípio da Razoabilidade.

4 - Por conseguinte, é clareza solar a legalidade da contratação que se pretende, sendo inexigível procedimento licitatório nos moldes do artigo 74, inciso II, da Lei 14.133/21, tendo em vista a inviabilidade de competição.

5 - A contratação será registrada e publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na situação de Inexigibilidade de Licitação, com amparo na legislação supracitada.

6 - Encaminhe-se o presente documento para RATIFICAÇÃO pela Autoridade Superior.

Eis a justificativa.

IDCidadES: 2025.012E0700001.10.0024

Barra de São Francisco - ES, 27 de maio de 2025.

ISRAELLE DE SOUZA E SILVA
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

DESPACHO ADMINISTRATIVO
RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 74, inciso II, da Lei Federal 14.133/21, bem como no Parecer Jurídico advindo da Douta Procuradoria, **RATIFICA** a Inexigibilidade de licitação para Contratação de empresa especializada em Show Musical. Destarte, AUTORIZO o empenho da despesa, no valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais), de acordo com a proposta de preço anexa aos autos. Nesta data, ratifico o Ato de Inexigibilidade acima, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Publique-se no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Barra de São Francisco/ES, 27 de maio de 2025.

ENIVALDO EUZÉBIO DOS ANJOS
Prefeito Municipal

Protocolo 1559888

Boa Esperança

Dispensa de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA N° 002/2025
CÓDIGO CIDADES TCE/ES
2025.013E0700001.09.0002

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.614/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA
CNPJ: 27.167.436/0001-26
CONTRATADA: E & L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA
CNPJ: 39.781.752/0001-72

Em decorrência das razões do fato e de direito exaradas no procedimento administrativo protocolado sob o nº 91/2025, com fulcro no Inc. III do §1º do Art. 2º da Lei Federal 11.107/2005, RECONHEÇO E RATIFICO a presente dispensa de licitação.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de cessão de uso de softwares para Gestão Pública, para a Prefeitura Municipal, bem como Câmara Municipal, objetivando tornar mais ágil e eficiente o serviço público, devendo os sistemas devem possuir integração entre si.

VALOR: R$ 143.540,19 (Cento e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta reais e dezenove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 017017.0412300292.017 - Manutenção das Atividades Fazendárias. Elemento Despesa: 3904000000 - Serviços de Tecnologia e Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica Ficha: 031. Fonte Recurso: 150000000000- Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências de Impostos.

.

Boa Esperança/ES, 27 de maio de 2025.

CLAUDIO RODRIGUES DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559390

Bom Jesus do Norte

Dispensa de Licitação

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DO ART. 75, II, DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:
N° 2025-V5WZV
IC: 2025.014E0500001.09.0016

RATIFICAR a dispensa de Licitação realizada através do processo administrativo nº 2025-V5WZV e autorizar o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO NORTE-ES** a proceder o empenho prévio no **VALOR TOTAL** de **R$ 11.778,60 (onze mil, setecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos)**, sendo **R$9.960,00 (nove mil, novecentos e sessenta reais)** em favor da empresa **HOSPIDROGAS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ 35.997.345/0001-46 e **R$1.818,60 (hum mil,**

oitocentos e dezoito reais e sessenta centavos) em favor da empresa **CIRURGICA AL-STYN LTDA**, CNPJ 23.141.314/0001-00, referente ao processo de dispensa de licitação para aquisição de insumos/materiais para manter o atendimento aos portadores de Diabetes Mellitus Insulinodependente já inscritos no Programa de Auto Monitoramento Glicêmico (PAMG) e manter abastecida todas as Unidades de Saúde e atender aos novos insulinodependente que surgirem de acordo com as necessidades do referido Programa, pelo período de 02 (dois) meses, cujas despesas correrão por conta da **FICHA: 0000027, ELEMENTO DE DESPESA: 33903200000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, FONTE DE RECURSO: 150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS**, a qual não condicionaremos ao regime de licitação em face dos termos do Art. 75, II, DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021.

Bom Jesus do Norte-ES, 27 de maio de 2025.

SILVIA REGINA BARRETO TAVARES CARVALHO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
de Bom Jesus do Norte- ES

Protocolo 1559452

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DO ART. 75, II, DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:
N° 002834/2024
IC: 2025.014E0500001.09.0017

RATIFICAR a dispensa de Licitação realizada através do processo administrativo nº 002834/2024 e autorizar o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO NORTE-ES** a proceder o empenho prévio no **VALOR TOTAL** de **R$ 13.696,60 (treze mil, seiscentos e noventa e seis reais e sessenta centavos)**, sendo **R$10.694,20 (dez mil, seiscentos e noventa e quatro reais e vinte centavos)** em favor da empresa **MONSEAL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI**, CNPJ 20.627.783/0001-45 e **R$3.002,40 (três mil, dois reais e quarenta centavos)** em favor da empresa **26.458.863 LUCIANA MATTOS DA SILVA**, CNPJ 26.458.863/0001-09, referente ao processo de dispensa de licitação para aquisição de uniformes e materiais de uso pessoal (bolsa e acessórios) para os agentes de combate a endemias, atendendo as necessidades do programa de controle das Arboviroses (Dengue, Zika, Chikungunya e Febre Amarela) da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus do Norte, cujas despesas correrão por conta da **FICHA: 0000080, ELEMENTO DE DESPESA: 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO, FONTE DE RECURSO: 150000150000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE**, a qual não condicionaremos ao regime de licitação em face dos termos do Art. 75, II, DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021.

Bom Jesus do Norte-ES, 27 de maio de 2025.

SILVIA REGINA BARRETO TAVARES CARVALHO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
de Bom Jesus do Norte- ES

Protocolo 1559896

Castelo

Adjudicação e/ou Homologação

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 033/2025

A Prefeitura Municipal de Castelo, torna público o EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do **PREGÃO ELETRÔNICO 033/2025** oriundo do processo administrativo 17.998/2024.

Objeto: Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão eletrônico, magnético ou de similar tecnologia, equipado com chip eletrônico de segurança, com a finalidade de ser utilizado pelos empregados públicos para uso do auxílio-alimentação na modalidade vale-alimentação.

ADJUDICO E HOMOLOGO, com base nos autos do procedimento licitatório, em consequência fica convocada a empresa: **FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA** no **lote 01** no valor total de **14,55%**

Código de Identificação Cidades TCE/ES: 2025.018E0700001.01.0004.

Castelo-ES, 27/05/2025
JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo

Protocolo 1559131

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - PROCESSO ADMINISTRATIVO 07.495/2025

Tendo em vista a análise proferida pela comissão de seleção designada pelo Decreto n° 20.157 de 26 de junho de 2024 e análise da Procuradoria-Geral, referente ao chamamento público realizado no processo administrativo n° 07.495/2025, que visa selecionar organizações da sociedade civil, para celebração de parceria para Organização, divulgação e execução da Festa de Corpus Christi, que acontecerá nos dias 18 e 19 de junho de 2025, decide:

Com fundamento no §4º do art. 27, da Lei nº 13.019/2014 e posteriores alterações, **HOMOLOGAR**, nesta data, o procedimento de chamamento público, para a celebração de Termo de Colaboração, considerando classificada e habilitada a **INSTITUTO CULTURAL IRMÃ VICENZA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 20.746.083/0001-70, por atender aos requisitos constantes no referido edital e apresentar proposta.

Castelo, ES, 26 de maio de 2025
JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo

Protocolo 1559140

Colatina

Adjudicação e/ou Homologação

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025 ID-CIDADES Nº 2025.019E0500002.01.0001

O Município de Colatina/ES torna público o Extrato do Termo de Adjudicação e Homologação da Concorrência Eletrônica nº 001/2025.

Objeto: Construção do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS I), localizado na rua Joel Francisco de Souza, bairro Castelo Branco, em Colatina/ES.

Empresa vencedora: FARELLI CONSTRUTORA LTDA., CNPJ nº 52.308.011/0001-37, no valor de R$ 2.130.000,00 (dois milhões e cento e trinta mil reais).

Colatina/ES, 27 de maio de 2025.

VINÍCIUS JOSÉ BRAVO
Secretário Municipal de Obras
Decreto nº 31.133/2025

Protocolo 1559504

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 006/2025 ID CidadES: 2025.019E0700001.01.0005

O MUNICÍPIO DE COLATINA torna público o EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO n. 006/2025.

Objeto: Formalização de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros, em atendimento as demandas dos serviços de acolhimento institucionais - CERCRIA, POP RUA e RECANTO DA VIDA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Empresas vencedoras: ***APBT VERDE E AMARELO LTDA*** *nos* ***lotes 1***, ***3***, ***14***, ***17***, ***18***, ***25***, ***26*** *e* ***27*** *no valor total de* ***R$ 160.560,00***, ***DOCE DIVERSAO SERVICOS E EVENTOS LTDA*** *nos* ***lotes 4***, ***12***, ***19***, ***20***, ***21***, ***31***, ***34*** *e* ***37*** *no valor total de* ***R$ 128.564,00***, ***NUTRI VERDE DISTRIBUIDORA LTDA*** *nos* ***lotes 2***, ***5***, ***6***, ***7***, ***9***, ***10***, ***11***, ***13***, ***15***, ***16***, ***22***, ***23***, ***24***, ***28*** *e* ***30*** *no valor total de* ***R$ 400.485,00***, ***ROSSI ATACADISTA E DISTRIBUIDOR LTDA*** *nos* ***lotes 44***, ***45***, ***46*** *e* ***52*** *no valor total de* ***R$ 256.640,00***, ***SAFE BUSINESS LTDA*** *nos* ***lotes 8***, ***29***, ***32***, ***35***, ***36***, ***38***, ***39***, ***40***, ***41***, ***42***, ***43***, ***49***, ***50*** *e* ***53*** *no valor total de* ***R$ 172.195***,*00e* ***TATIANE DOS SANTOS TIBURCIO*** *nos* ***lotes 33***, ***47***, ***51*** *e* ***54*** *no valor total de* ***R$ 35.385,00***, conforme adjudicação do Pregão supracitado.

Colatina/ES, 27 de maio de 2025.

GERALDO CEZAR SEIDEL DALLA BERNARDINA
Secretário Municipal de Administração

Protocolo 1559767

Divino de São Lourenço

Dispensa de Licitação

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2025 ID Nº: 2025.022E0500003.09.0015 PROCESSO; 1036/2025

O Município de Divino de São Lourenço, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, por meio de seu representante, neste ato o Secretário Municipal, Sr. **Luiz Carlos Mendes de Souza**, torna público a todos e manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, que realizará por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 que tem por objeto: **A contratação de empresa para prestação de serviços especializados em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com auxílio na Elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, Elaboração da Prestação de Contas, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.** Visando atender o disposto no §3º, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, abre-se prazo de 03 (três) dias às empresas interessadas neste objeto para apresentar as propostas adicionais, as quais serão recebidas no setor de contratações/licitações através de protocolo ou pelo e-mail licitacao@dslourenco.es.gov.br até às 15hrs o dia 30/05/2025. Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Divino de São Lourenço - ES, 27 de Maio de 2025.

Luiz Carlos Mendes de Souza
Secretário Municipal de Educação
Contratante

Protocolo 1559134

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2025 ID Nº: 2025.022E0700001.09.0032 PROCESSO; 000893/2025

A **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, por meio de seu representante, neste ato o, Sr. **Willian Chagas Marcolino**, torna público a todos e manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, que realizará por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 que tem por objeto: **Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de elaboração de Projeto de Fechamento de Mina e do Relatório Anual de Lavra (RAL)**. Visando atender o disposto no §3º, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, abre-se prazo de 03 (três) dias às empresas interessadas neste objeto para apresentar as propostas adicionais, as quais serão recebidas no setor de contratações/licitações através de protocolo ou pelo e-mail licitacao@dslourenco.es.gov.br até às 15hrs o dia **30/05/2025**. Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Divino de São Lourenço - ES, 27 de Maio de 2025.

Willian Chagas Marcolino
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Protocolo 1559147

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2025 ID Nº: 2025.022E0700001.09.0033 PROCESSO; 1074/2025

A Secretaria Municipal de **Agricultura**, por meio de seu representante, neste ato o, Sr. **Ronaldo de Almeida Andrade**, torna público a todos e manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, que realizará por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 que tem por objeto: **Contratação de empresa para fornecimento de pranchão de eucalipto para construção e manutenção de pontes localizadas nas estradas vicinais do Município de Divino de São Lourenço-ES.** Visando atender o disposto no

§3º, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, abre-se prazo de 03 (três) dias às empresas interessadas neste objeto para apresentar as propostas adicionais, as quais serão recebidas no setor de contratações/ licitações através de protocolo ou pelo e-mail licitacao@dslourenco.es.gov.br até às 15hrs o dia 30/05/2025. Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.
Divino de São Lourenço - ES, 27 de Maio de 2025.
Ronaldo de Almeida Andrade
Secretário Municipal Agricultura
CONTRATANTE

Protocolo 1559685

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2025
ID Nº: 2025.022E0700001.09.0001
PROCESSO; **1222/2025**
A **Secretaria Municipal de Administração**, por meio de seu representante, neste ato o, Sr. **Arinaldo Moreira Garcia**, torna público a todos e manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, que realizará por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 que tem por objeto: **Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada para a locação de brinquedos infláveis e máquina de algodão doce, com montagem, desmontagem, operação e manutenção inclusas, destinados ao atendimento das festividades promovidas pelo Município**, **visando proporcionar lazer e entretenimento ao público participante**, **em especial ao público infantil.** Visando atender o disposto no §3º, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, abre-se prazo de 03 (três) dias às empresas interessadas neste objeto para apresentar as propostas adicionais, as quais serão recebidas no setor de contratações/licitações através de protocolo ou pelo e-mail licitacao@dslourenco.es.gov.br até às 15hrs o dia **30**/**05**/**2025.** Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.
Divino de São Lourenço - ES, 27 de Maio de 2025.
Arinaldo Moreira Garcia
Secretário Municipal Administração
CONTRATANTE

Protocolo 1559714

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2025
ID Nº: 2025.022E0500003.09.0016
PROCESSO; **1219/2025**
O Município de Divino de São Lourenço, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, representada neste ato pelo Secretário Municipal, Sr. Luiz Carlos Mendes de Souza, torna público a todos e manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, que realizará por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 que tem por objeto REALIZAÇÃO DE REVISÃO/MANUTENÇÃO EM UM VEÍCULO RENAULT MASTER REVESCAP L3H2 - PLACA: QRI-2A30, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Visando atender o disposto no §3º, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, abre-se prazo de 03 (três) dias às empresas interessadas neste objeto para apresentar as propostas adicionais, as quais serão recebidas no setor de contratações/licitações através de protocolo ou pelo e-mail licitacao@dslourenco.es.gov.br até às 15hrs o dia 30/05/2025. Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.
Divino de São Lourenço - ES, 27 de maio de 2025.
Luiz Carlos Mendes de Souza
Secretário Municipal de Educação
Contratante

Protocolo 1559727

Adjudicação e/ou Homologação

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 13/2025
ID Nº: 2025.022E0500003.09.0013
PROCESSO; **001102/2025**
O Município de Divino de São Lourenço, por Intermédio da Secretaria Municipal Educação, Sr. Luiz Carlos Mendes de Souza, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, vem através de o presente RATIFICAR E AUTORIZAR a execução do objeto do Processo Administrativo nº 001102/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO que tem por objeto: **Trata-se da realização de serviços de revisão e manutenção no veículo micro-ônibus, de placa MSH-7765, pertencente à Secretaria Municipal de Educação.**
EMPRESA VENCEDORA:
M.O LOPES-**ME**, CNPJ nº 12.209.491/0001-64
VALOR: R$9.402,90 (nove mil quatrocentos e dois reais e noventa centavos)
VALOR TOTAL: R$9.402,90 (nove mil quatrocentos e dois reais e noventa centavos)
Divino de São Lourenço - ES, 27 de Maio de 2025.
Luiz Carlos Mendes de Souza
Secretário Municipal Educação

Protocolo 1558974

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 14/2025
ID Nº: 2025.022E0500003.09.0014
PROCESSO; **001103/2025**
O Município de Divino de São Lourenço, por Intermédio da Secretaria Municipal Educação, Sr. **Luiz Carlos Mendes de Souza**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, vem através de o presente RATIFICAR E AUTORIZAR a execução do objeto do Processo Administrativo nº 001103/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO que tem por objeto: **Trata-se da realização de serviços de revisão e manutenção no veículo micro-ônibus, de placa OVF-1927, pertencente à Secretaria Municipal de Educação.**
EMPRESA VENCEDORA:
M.O LOPES-**ME**, CNPJ nº 12.209.491/0001-64
VALOR: R$11.200,00 (onze mil e duzentos reais)
VALOR TOTAL: R$11.200,00 (onze mil e duzentos reais)
Divino de São Lourenço - ES, 27 de Maio de 2025.
Luiz Carlos Mendes de Souza
Secretário Municipal Educação

Protocolo 1558975

Domingos Martins

Dispensa de Licitação

AVISO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA COMPRA DIRETA

Pesquisa de Preços Nº 79/2025
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Domingos Martins
Processo Nº 4613/2025
Objeto: Aquisição de grelha articulada metálica para boca de lobo e tampão de ferro fundido articulado para atender as manutenções dos serviços urbanos na manutenção/reparos nos espaços públicos pertencentes ao Município.
Lote:01 ao 03.
Proposta: As propostas deverão ser enviadas em até 03 (três) dias úteis após a data da publicação.
Contato para solicitar a pesquisa: Tel. whatsapp (27) 93618-2124 e e-mail: compras@domingosmartins.es.gov.br.

Neuza Maria Majevski Vicente
Gerente de Compras

Protocolo 1559261

Adjudicação e/ou Homologação

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, HOMOLOGA E ADJUDICA.
Pregão Eletrônico nº 007/2025
Objeto: Contratação de Prestação de Serviços de empresa especializada em Serviços de Arbitragem, nas diversas modalidades esportivas, para atendimento do Calendário Esportivo de Domingos Martins do ano de 2025, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, nos termos da solicitação nº 243/2025.
VENCEDORAS: MAURICIO M. D. DUARTE PROMOCOES E EVENTOS ESPORTIVOS ME e R M COMERCIAL SPORTS LTDA
VALOR TOTAL: R$161.928,00
Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.
Eduardo José Ramos
Prefeito Municipal

Protocolo 1559670

Dores do Rio Preto

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 062/2025
ID: 2025.024E0700001.09.0056

A Divisão de Compras da Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto, torna público de acordo com a Lei 14.133/2021, artigo 75, inciso IV, alínea a, a **Dispensa de Licitação** para Contratação de empresa para executar serviços de revisão para 01 (um) veículo automotor modelo Chevrolet ONIX - Placa SFS2C15, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação
Contratada: LIDER VEICULOS S.A CNPJ: 02.789.552/0005-80, no valor total de R$ 2.005,00 (DOIS MIL E CINCO REAIS). Conforme proposta de preço constante no processo nº 002914/2025.
Dores do Rio Preto, 27 de maio de 2025.

Esther Simões Oliveira Silva
Secretária de Educação

Ratifico a Dispensa da Licitação conforme parecer da Procuradoria Geral do Município de Dores do Rio preto, conforme artigo 72 da Lei 14.133/2021.
Dores do Rio Preto, 27 de maio de 2025.

Thiago Lopes Pessotti
Prefeito Municipal

Protocolo 1559643

Fundão

Adjudicação e/ou Homologação

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CHAMADA PUBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8450/2024
ID CIDADES: 2024.026E0600005.18.0001
O MUNICÍPIO DE FUNDÃO/ES, por meio da Comissão Especial de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados o RESULTADO devidamente HOMOLOGADO e ADJUDICADO em 27 de maio de 2025, pela autoridade competente, da CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025, onde foi declarada vencedora **1) ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE CACHOEIRINHA E SABÃO - APRUCAS** para os itens 01 ABACATE no valor total de R$5.413,65; ITEM: 02 ABACAXI no valor total de R$9.822,50; ITEM: 03 ABOBRINHA no valor total de R$1.505,40; ITEM: 04 ACELGA FRESCA no valor total de R$1.785,00; ITEM: 05 AIPIM no valor total de R$3.867,75; ITEM: 06 ALFACE CRESPA OU LISA no valor total de R$ 7.905,00; ITEM: 08 BANANA PRATA no valor total de R$ 21.945,00; ITEM: 09 BANANA DA TERRA no valor total de R$ 8.421,60; ITEM: 10 BATATA INGLESA no valor total de R$ 10.257,30; ITEM: 12 BISCOITO DOCE SABOR MARACUJÁ no valor total de R$ 5.810,00; ITEM: 13 BISCOITO DOCE SABOR CÔCO no valor total de R$ 5.850,00; ITEM: 17 CEBOLINHA no valor total de R$ 1.749,00; ITEM: 18 CENOURA no valor total de R$ 3.231,60; ITEM: 19 CHUCHU no valor total de R$3.162,00; ITEM: 20 COLORAU no valor total de R$ 7.200,00; ITEM: 21 COUVE no valor total de R$4.235,00; ITEM: 22 COENTRO no valor total de R$3.150,00; ITEM: 25 FARINHA DE MANDIOCA no valor total de R$1.429,95; ITEM: 26 FUBÁ DE MILHO PRÉ COZIDO no valor total de R$1.300,05; ITEM: 30 GOIABA no valor total de R$ 19.145,00; ITEM: 31 INHAME no valor total de R$3.365,60; ITEM: 32 LARANJA LIMA no valor total de R$ 8.356,00; ITEM: 35 MELANCIA no valor total de R$ 17.432,00; ITEM: 37 MEXERICA no valor total de R$10.371,25; ITEM: 39 PEPINO COMUM LONGO no valor total de R$ 1.636,80; ITEM: 41 REPOLHO BRANCO no valor total de R$1.734,40; ITEM: 42 REPOLHO ROXO no valor total de R$ 1.983,20; ITEM: 43 SALSINHA no

valor total de R$ 1.545,00; ITEM: 44 TOMATE no valor total de R$ 11.304,00; ITEM: 46 MANTEIGA COM SAL no valor total de R$13.500,00 E ITEM: 47 QUEIJO no valor total de R$32.833,50; **2) a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE GUARAPARI** itens 01 ABACATE no valor total de R$5.413,65; ITEM: 02 ABACAXI no valor total de R$9.822,50; ITEM: 03 ABOBRINHA no valor total de R$1.505,40; ITEM: 04 ACELGA FRESCA no valor total de R$1.785,00; ITEM: 05 AIPIM no valor total de R$3.867,75; ITEM: 06 ALFACE CRESPA OU LISA no valor total de R$ 7.905,00; ITEM: 07 ALHO ROXO OU BRANCO, no valor total de R$ 13.307,80; ITEM: 08 BANANA PRATA no valor total de R$ 21.945,00; ITEM: 09 BANANA DA TERRA no valor total de R$ 8.421,60; ITEM: 10 BATATA INGLESA no valor total de R$ 10.257,30; ITEM 11: BISCOITO DOCE SABOR NATA, no valor total de R$ 11.620,00; ITEM: 12 BISCOITO DOCE SABOR MARACUJÁ no valor total de R$ 5.810,00 ITEM: 13 BISCOITO DOCE SABOR CÔCO no valor total de R$ 5.850,00; ITEM 14 PÃO CASEIRO INTEGRAL, no valor total de R$8.133,20; ITEM 16 CEBOLA no valor total de R$ 8.166,80; ITEM: 17 CEBOLINHA no valor total de R$ 1.749,00; ITEM: 18 CENOURA no valor total de R$ 3.231,60; ITEM: 19 CHUCHU no valor total de R$3.162,00; ITEM: 20 COLORAU no valor total de R$ 7.200,00; ITEM: 21 COUVE no valor total de R$4.235,00; ITEM 24 DOCE DE BANANA SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, no valor de R$2.550,00; ITEM: 25 FARINHA DE MANDIOCA no valor total de R$1.429,95; ITEM: 26 FUBÁ DE MILHO PRÉ COZIDO no valor total de R$1.300,05; ITEM 27 FEIJÃO CARIOCA, no valor total de 3.690,00; ITEM 28 FEIJÃO PRETO, no valor total 3.648,00; ITEM 29 FEIJÃO VERMELHO, no valor total de R$3.876,00; ITEM: 30 GOIABA no valor total de R$ 19.145,00; ITEM: 31 INHAME no valor total de R$3.365,60; ITEM: 32 LARANJA LIMA no valor total de R$ 8.356,00; ITEM 34 MAMÃO, no valor total de R$51.824,00; ITEM: 35 MELANCIA no valor total de R$ 17.432,00 (dezessete mil quatrocentos e trinta e dois reais); ITEM: 37 MEXERICA no valor total de R$10.371,25; ITEM 38 OVOS DE GALINHA, no valor total de R$ 23.798,00; ITEM: 39 PEPINO COMUM LONGO no valor total de R$ 1.636,80; ITEM 40 PIMENTÃO VERDE, no valor total de R$ 3.415,20; ITEM: 41 REPOLHO BRANCO no valor total de R$1.734,40; ITEM: 42 REPOLHO ROXO no valor total de R$ 1.983,20; ITEM: 43 SALSINHA no valor total de R$ 1.545,00; ITEM: 44 TOMATE no valor total de R$ 11.304,00 E ITEM: 45 VAGEM, no valor total de R$ 4.049,46 **3) COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CARIACICA** - **CAFC ES** para o ITEM 24 DOCE DE BANANA SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, no valor de R$2.550,00. **Registro que os itens 15 (CAFÉ EM PÓ)**; **33 (MAÇA NACIONAL) e 36 (MELÃO) restaram FRACASSADOS**.
Fundão/ES em, 28 de maio de 2025.

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA GUSTAVO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Protocolo 1559862

Pesquisa de Preço

AVISO DE PESQUISA DE PREÇO Nº 038/2025

A Secretaria Municipal de Administração declara aberta a fase de Pesquisa Mercadológica com fins à contratação de empresa, referente ao Processo administrativo nº 4901/2025.
Prazo para envio da proposta: 05 (cinco) dias úteis.
Caso a quantidade pretendida de orçamento seja alcançada antes do prazo estipulado, o processo será encerrado para cotação.
Objeto: Contratação de empresa para implementação de parque gráfico terceirizado, com disponibilização dos elementos e logística necessários, visando atender as demandas do município de Fundão/ES, conforme especificações constantes do termo de referência. Fundão/ES.
Demais esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail compras@fundao.es.gov.br.
Fundão/ES, 27 de Maio de 2025.

KELLY CRISTINA CORREIA LOBEU KONSTANTINIDIS
Agente Administrativo
Prefeitura Municipal de Fundão/ES

Protocolo 1559810

Governador Lindenberg

Dispensa de Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117.626/2025
RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 021/2025 COM FULCRO NO
ARTIGO 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021.

ID CIDADES/TCE-ES
N° 2025.078E0500001.09.0020

O Município de Governador Lindenberg - ES, inscrito no CNPJ n° 04.217.786/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor, LEONARDO PRANDO FINCO, no uso de minhas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso II, do artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO** o procedimento de contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e **AUTORIZO** a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de borracharia, em atendimento da Secretaria Municipal de Saúde do município de Governador Lindenberg/ES, com a empresa vencedora **NEILSON DE SOUZA ROSARIO MEI.**
O valor global estimado da contratação de que tratamos é **de R$ 8.845,00 (oito mil oitocentos e quarenta e cinco reais).**

Gabinete do Prefeito, 26 de maio de 2025.

LEONARDO PRANDO FINCO
Prefeito Municipal

Protocolo 1558914

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117.709/2025
RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 022/2025 COM FULCRO NO
ARTIGO 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021.

ID CIDADES/TCE-ES
N° 2025.078E0500001.09.0021

O Município de Governador Lindenberg - ES, inscrito no CNPJ n° 04.217.786/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor, LEONARDO PRANDO FINCO, no uso de minhas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso II, do artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO** o procedimento de contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e **AUTORIZO** a aquisição de curativos especiais, em atendimento da Secretaria Municipal de Saúde do município de Governador Lindenberg/ES, com a empresa vencedora **AMP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**
O valor global estimado da contratação de que tratamos é **de R$ 6.650,00 (seis mil seiscentos e cinquenta reais).**

Gabinete do Prefeito, 26 de maio de 2025.

LEONARDO PRANDO FINCO
Prefeito Municipal

Protocolo 1558919

AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 20/2025

PROCESSO: Nº. 117.304/2025
ID: 2025.078E0700001.19.0001
OBJETO: Município de Governador Lindenberg, Estado do Espirito Santo, torna público o aviso de contratação de empresa especializada para prestar serviços de borracharia, incluindo reparos, remendos, montagem e desmontagem de pneus, conserto de pneus com aquisição e substituição de válvulas, dos veículos leves, pesados, máquinas e motocicletas pertencentes à frota.
Os interessados em apresentar propostas de preços e/ou tomar ciência das condições / exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o Processo completo no Sitio Eletrônico do Município de Governador Lindenberg-ES: https://governadorlindenberg.es.gov.br/dispensacat/01-em-andamento/
ou solicitar através de e-mail para: cotacaopmgl@hotmail.com
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir da disponibilização deste Aviso no Sistema de Dispensa Eletrônica até o início da fase de lances.
FASE DE LANCES: 8h às 14h - 05/06/2025.
Local: **www.licitanet.com.br**
Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail: cotacaopmgl@hotmail.com .
Governador Lindenberg/ES.
DATA: 28/05/2025
Magna Stela Moscon Correa
Gerente do Setor de Compras

Protocolo 1559831

Guaçuí

Resultado de Licitação

RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 022/2025
Processo Administrativo 2.358/2025

ID CidadES/TCE-ES: 2025.027E0500004.09.0016

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE MESAS DIGITAIS NA CEMEI CRECHE RITA PERDIGÃO.**

Empresa Vencedora:
ALAN SILVA TRIGO VAILANT - ME
CNPJ: 07.939.863/0001-78

Perfazendo o total: **R$ 24,85 (vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos)**

Empresa Vencedora:
SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA
CNPJ: 27.638.132/0001-08

Perfazendo o total: **R$ 0,90 (noventa centavos)**

Empresa Vencedora:
33.246.464 RENATO LIVI SILVA RIBEIRO
CNPJ: 33.246.464/0001-31

Perfazendo o total: **R$ 271,40 (duzentos e setenta e um reais e quarenta centavos)**

Perfazendo o total geral de R$ 297,15 (duzentos e noventa e sete reais e quinze centavos)

Guaçuí-ES, 26 de maio de 2025.

Brunno Ridolfi Ferreira
Superintendência de Compras

Protocolo 1558901

RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2025
Processo Administrativo 3.953/2025

ID CidadES/TCE-ES: 2025.027E0500002.09.0011

OBJETO: **ROPAGANDA VOLANTE EM VEÍCULO AUTOMOTOR E BICICLETA EQUIPADA COM SOM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUAÇUÍ-ES**

Empresa Vencedora:
ROGERIO CAETANO DE SOUZA
CNPJ: 17.200.086/0001-07

Perfazendo o total: **R$ 45.975,00 (quarenta e cinco mil e novecentos e setenta e cinco reais).**

Guaçuí-ES, 27 de maio de 2025.

Brunno Ridolfi Ferreira
Superintendência de Compras

Protocolo 1559088

Errata

TERMO DE ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ERRATA

ID CidadES/TCE-ES: **2025.027E0100001.16.0006**

0 Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Guaçuí-ES, torna público que realizou por meio do processo administrativo nº 049/2024, adesão à Ata de Registro de Preços - Termo nº 0028/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 005/2024, do

Consórcio Intermunicipal de Saneamento- CISABES, cujo objeto é aquisição de aquisição de produtos químicos.

CONTRATADA: CALDAS QUIMICA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA EPP, CNPJ nº: 01.591.897/0001-38, com o valor de R$ 38.850,00 (TRINTA E OITO MIL OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)

Guaçuí-ES, 27 de maio de 2025.

Gabriel de Faria Firme
Gerente de Compras SAAE

Protocolo 1559556

Ibatiba

Dispensa de Licitação

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2025
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA - ES

OBJETO: Contratação de empresa especializada para assessoria e consultoria para elaborar, organizar e executar evento para a escolha da Rainha, Primeira Princesa e Segunda Princesa do Tropeiro 2025, Secretaria Municipal de Cultura
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: até dia 30/05/2025, pelo endereço de e-mail: setordecomprasibatiba@gmail.com, até as 17:00 horas.
CONTATO PARA INFORMAÇÕES: 0800 028 - 1600
ID CIDADES: 2025.029E0700001.09.0031
O AVISO DE CONTRATAÇÃO PODERÁ SER RETIRADO PELO SITE DO MUNICIPIO DE IBATIBA.
Site: https://www.ibatiba.es.gov.br/

Protocolo 1559353

Ibitirama

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Ibitirama-ES, constituída pelo Decreto no 234/2025, de 25 de Abril de 2025, torna público para conhecimento dos interessados cadastrados ou não na Prefeitura Municipal de Ibitirama-ES, na correspondente especialidade, que se fará realizar no dia 09 de Junho de 2025, às 09:00 horas, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025.**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura contratação de fornecedor objetivando a aquisição refeições prontas, tipo "marmitex", prato feito, coffee breaks, coquetéis, lanches prontos e itens para preparação de lanches que serão servidos em eventos realizados por todas as secretarias do Município de Ibitirama-ES, por período de um ano.

FONTE DE RECURSO: Próprio.

TIPO: Menor Preço por Lote.

Ibitirama-ES, 27 de Maio de 2025.

Daniel José Moreira Bruno
Pregoeiro

Protocolo 1559821

Resultado de Licitação

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000009/2025
Processo Adm: Nº 0001084

Objeto: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para fornecimento de pneus, câmaras de ar e protetores para a Frota Municipal de diversas Secretarias do Município de Ibitirama-ES.
Empresas vencedoras valor total: R$ 2.597.878,00 (dois milhões e quinhentos e noventa e sete mil e oitocentos e setenta e oito reais): **FILIPE AUGUSTO DRUMOND SOARES** (27088431000108) com os lotes: 1, 3 e 4 no valor total de R$ 1.677.978,00 (um milhão e seiscentos e setenta e sete mil e novecentos e setenta e oito reais). **MAGBA E-COMMERCE LTDA** (55695599000117) com o lote: 2 no valor total de R$ 919.900,00 (novecentos e dezenove mil e novecentos reais).
IBITIRAMA - ES, 27 de maio de 2025
DANIEL JOSÉ MOREIRA BRUNO
CONDUTOR DE PROCESSOS

Protocolo 1559990

Ata de Registro de Preço

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 038/2025.

Processo administrativo n° 8728/2024 -ID CidadES: 2025.031E0500003.02.0001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA - ES.

CONTRATADA: A2XR COMERCIAL LTDA.

CNPJ N° 50.591.089/0001-86.

REPRESENTANTE DA EMPRESA: ROSANA FRANCISCO REBELLATO FERNANDES.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, COM ATA DE REGISTRO DE PREÇO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE SAÚDE BUCAL MEDIANTE DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, por período de um ano, especificado no do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Fonte de Recursos: Próprio.

VALOR: R$ 11.599,39 (Onze mil quinhentos e noventa e nove reais, e trinta e nove centavos).

Prazo de Vigência: 12 meses

Ibitirama-ES, 28 de Maio de 2025

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559058

Iconha

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 13/2025
ID CidadES: 2025.032E0700001.01.0008

A Prefeitura Municipal de Iconha - ES, através da Pregoeiro Municipal designado pelo Decreto nº 4.539 de 12 de março de 2025, torna público para conhecimento dos interessados que, realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO** do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é o Registro de preço, para futura aquisição de empresa especializada no fornecimento de Material de Limpeza para atender as demandas da Secrataria Municipal de Educação pertencente a Prefeitura de Iconha. A realização do certame está prevista para o dia 11/06/2025 (onze de junho de dois mil e vinte e cinco), às 08hs (oito horas). O Edital completo está à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.iconha.es.gov.br e https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/. Informações através do tel.: (28) 3537-1011 - E-mail: licitacao@iconha.es.gov.br.
Iconha/ES, 27 de maio de 2025.

Roger Costa Poloni
Pregoeiro Municipal

Protocolo 1559190

Dispensa de Licitação

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2025

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art. 72, inciso II, do mesmo diploma legal.

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - 2025-5B7RH
Id CidadES: 2025.032E0800001.09.0002

OBJETO: Aquisição de Material Permanente de informática.
1) NOME DO CREDOR: F5 COMERCIO E SERVIÇOS TECNOLOGICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 24.231.796/0001-51.
ENDEREÇO: Avenida Coronel Antônio Duarte, 280, Centro, Iconha/ES.
VALOR: R$ 17.100,00 (dezessete mil e cem reais)

Iconha/ES, 27 de maio de 2025.

SABRINA MARCONSINI SABINO
Agente de contratação

Protocolo 1559779

Errata

ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO N.º 012/2025
ID CidadES: **2025.032E0500001.01.0005**
O Prefeito Municipal de Iconha/ES, no uso de suas atribuições legais, torna público que na publicação realizada em 27 de maio de 2025 do Diário do Estado dos Municipios.
ONDE SE LÊ: "09/05/205"
LEIA-SE: "09/06/2025"
Ademais informações continuam inalteradas.
Iconha/ES,27 de maio de 2025.

ROGER COSTA POLONI
Pregoeiro Municipal

Protocolo 1558996

Jaguaré

Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico Nº. 013/2025
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jaguaré - ES, torna público a abertura de processo licitatório, que tem por Aquisição de Eletrodomésticos visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e os setores - Código CidadES: 2025.038E0500001.01.0010, que será realizada dia 10 de junho de 2025, às 09h, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, informações através do email:licitacoes@jaguare.es.gov.br, site: jaguare.es.gov.br.
Jaguaré-ES, 27 de maio de 2025.
Itatiane Cristina Lana Carvalho de Andrade
Secretario Municipal de Saúde

Protocolo 1559247

Pregão Eletrônico Nº. 015/2025
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jaguaré - ES, torna público a abertura de processo licitatório, que tem por Formalização de registro de preços, para aquisição de Materiais de Consumo (Material de expediente), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelos diversos setores que compõe a Secretaria Municipal de Saúde - Código CidadES: 2025.038E0500001.01.0011, que será realizada dia 13 de junho de 2025, às 09h, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, informações através do email:licitacoes@jaguare.es.gov.br, site: jaguare.es.gov.br.
Jaguaré-ES, 27 de maio de 2025.
Itatiane Cristina Lana Carvalho de Andrade
Secretario Municipal de Saúde

Protocolo 1559259

Resultado de Licitação

Pregão Eletrônico Nº 008/2025
Resultado Homologado de Licitação
A Secretaria Municipal Educação de JAGUARÉ-ES, torna a público o resultado Homologado do Pregão Eletrônico Nº 008/2025, onde teve como vencedora a empresa PAMELA TOURINHO BRITO DUARTE nos lotes 1, 2 e 3 no valor total de R$ 72.000,00.
Jaguaré - ES, 27 de maio de 2025.
Maria Aparecida Costalonga
Secretaria Municipal Educação

Protocolo 1559130

Pregão Eletrônico Nº 018/2024
Resultado Homologado de Licitação

A Secretaria Municipal Educação de JAGUARÉ-ES, torna a público o resultado Homologado do Pregão Eletrônico Nº 018/2024, onde teve como vencedoras as empresas ARGUS ATACADISTA LTDA nos lotes 4, 5, 10, 16, 21, 30, 37, 41, 47, 48, 55, 68, 76, 77, 88, 90, 96, 116 e 123 no valor total de R$ 153.292,47 (cento e cinquenta e três mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta e sete centavos), EXPOENTE COMERCIO E SERVICOS LTDA nos lotes 12, 17, 24, 40, 49, 53, 67, 69, 82, 91, 92, 93, 115, 119 e 120 no valor total de R$ 105.610,00 (cento e cinco mil seiscentos e dez reais), FORTLASER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA nos lotes 26 e 36 no valor total de R$ 4.185,00 (quatro mil cento e oitenta e cinco reais), GLOBAL BR COMERCIO LTDA no lote 23 no valor total de R$ 10.680,00 (dez mil seiscentos e oitenta reais), JRB COMERCIAL LTDA nos lotes 2, 3, 9, 18, 25, 28, 42, 43, 44, 46, 58, 59, 60, 61, 70, 79, 80, 83, 87, 106, 121 e 124 no valor total de R$ 70.498,96 (setenta mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), MMV PAPELARIA EIRELI nos lotes 20, 31, 32, 33, 35, 38, 45, 57, 64, 65, 66, 73, 81, 94, 95, 105 e 122 no valor total de R$ 79.128,10 (setenta e nove mil cento e vinte e oito reais e dez centavos), N. NUNES COMÉRCIO DISTRIBUIDOR LTDA EPP nos lotes 1, 11, 29, 39, 50, 51, 62, 63, 72, 84, 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 111 e 114 no valor total de R$ 67.834,00 (sessenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais), PENTAMAR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA nos lotes 97, 98 e 108 no valor total de R$ 8.421,00 (oito mil quatrocentos e vinte e um reais) e TAGLIA FERRE E CIA LTDA nos lotes 6, 7, 8, 13, 14, 15, 19, 22, 27, 34, 52, 74, 75, 78, 104, 107, 109 e 112 no valor total de R$ 144.853,00 (cento e quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e três reais), os lotes: 54, 56, 71, 89, 110, 11, 117 e 118

Jaguaré - ES, 27 de maio de 2025.
Maria Aparecida Costalonga
Secretaria Municipal Educação

Protocolo 1559157

Itaguaçu

Adjudicação e/ou Homologação

ITAGUAÇU/ES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

Pregão Eletrônico n°006/2025
Processo nº 2090/2025
ID:2025.034E0700001.01.0004

Eu, **DARLY DETTMANN**, Prefeito Municipal de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, tendo em vista o que consta do processo nº **2090**/**2025**, referente à licitação na modalidade Pregão Eletrônico, especificada acima, objetivando a aquisição de Equipamentos Agrícolas - 01 (um) Trator Agrícola de 80cv, 03 (três) Carreta Hidráulica e 02 (duas) Colhedora de Forragens, através do CONVÊNIO MDR Nº 29781/2021, sendo Concedente: UNIÃO, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, Convenente: MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU/ES, para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e em face ao relatório de adjudicação, **HOMOLOGO** o resultado da presente licitação, e autorizo a contratação das empresas **5A MAQUINAS LTDA** no valor total de **R$ 158.000**,**00** (Cento e cinquenta e oito mil reais), **PUMA MAQUINAS LTDA** no valor total de **R$ 59.700**,**00** (Cinquenta e nove mil e setecentos reais) e **DELBA VICENTINI CREMASCO** no valor total de **R$ 79.800**,**00** (Setenta e nove mil e oitocentos reais).

Itaguaçu/ES, 27 de maio de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Protocolo 1559399

João Neiva

Pesquisa de Preço

AVISO DE PESQUISA DE PREÇO

O Município de João Neiva, torna público que está recebendo propostas de preços para contratação de empresa especializada em produção audiovisual (Gravação; Edição; Cortes de 20 minutos; Cortes de 40 minutos; vídeo na integra de todos os dias do evento; vídeos sem logo e sem material gráfico de terceiros; entrega em alta resolução, no formato FULL HD, 30 FPS; gravações com pelo menos 4 ângulos simultâneos com alternância entre eles; entrega em arquivo digital no formato MP4 (H.264) e backup físico) para registrar os eventos realizados pela PMJN por meio da SEMUC. Os orçamentos serão recebidos até 02/06/2025 (segunda-feira). O Termo de Referência pode ser solicitado por meio do e-mail: compras@joaoneiva.es.gov.br ou Whatsapp (27) 9.9690-2949.

João Neiva - ES, 27 de maio de 2025.
Setor de Compras do Município de João Neiva-ES.

Protocolo 1559886

Laranja da Terra

Dispensa de Licitação

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 2090/2025
ID CIDADES: 2025.041E0700001.09.0015

Trata-se de demanda da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES - SETESP, para contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios para atender a denabda das festividades do 37° Aniversário de Laranja da Terra dos dias 29,30 e 31 de maio e 01 de junho de 2025.

Como forma de contratação foi sugerida, tanto pela demandante, quanto pelo Agente de Contratação a abertura de Procedimento de Contratação Direta, através de Dispensa de Licitação Presencial com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c art. 2º, do Decreto Municipal nº

1.055/2023.

O valor da contratação é de R$ 24.816,57 (vinte e quatro mil oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e sete centavos), conforme proposta de preço mais vantajosa (flS. 36 a 41).

A Secretaria de Finanças, através da certidão de fls. 47 e 48, certifica a existência de dotação orçamentária para suportar a presente despesa, demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Os documentos de fls. 58 a 74, comprovam que o futuro contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.

A razão da escolha do futuro contratado e a justificativa do preço restam devidamente demonstradas as fls. 75 e 76.

Por todo o exposto, considerando que a instrução do presente processo atende ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021, aprovo os atos praticados e autorizo que seja promovida a contratação das empresas GRACIELY SCHULTZ BISSOLI PALACIO, CNPJ N.: 44.146.293/0001-95, COMERCIAL DE GENEROS ALIMENTICIOS MEIRA LTDA ME ME, CNPJ N.: 07.881.581/0001-67 e PIRILAMPO SNACK HOUSE LTDA, CNPJ N.: 55.252.729/0001-47.

Por fim, determino que o Agente de Contratações realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

Laranja da Terra/ES, 26 de maio de 2025.

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1558972

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 2118/2025
ID CIDADES: 2025.041E0700001.09.0014

Trata-se de demanda da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, para aquisição de pó de brita e areia lavada em razão da necessidade de atendimento e demandas urgentes pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Como forma de contratação foi sugerida, tanto pela demandante, quanto pelo Agente de Contratação a abertura de Procedimento de Contratação Direta, através de Dispensa de Licitação Presencial com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c art. 2º, do Decreto Municipal nº 1.055/2023.

O valor da contratação é de R$ 21.568,00 (vinte um mil quinhentos e sessenta e oito reais), conforme proposta de preço mais vantajosa (fls. 20 a 22).

A Secretaria de Finanças, através da certidão de fls. 27 e 28, certifica a existência de dotação orçamentária para suportar a presente despesa, demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Os documentos de fls. 38 a 47, comprovam que o futuro contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.

A razão da escolha do futuro contratado e a justificativa do preço restam devidamente demonstradas as fls. 36 e 37.

Por todo o exposto, considerando que a instrução do presente processo atende ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021, aprovo os atos praticados e autorizo que seja promovida a contratação das empresas JOAO AROLDO ORTELAN, CNPJ n°.: 13.938.157/0001-04 e PEDREIRA LAJINHA LTDA, CNPJ n°.: 01.480.158/0001-79.

Por fim, determino que o Agente de Contratações realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

Laranja da Terra/ES, 26 de maio de 2025.

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1558973

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 2020/2025
ID CIDADES: 2025.041E0700001.09.0016

Trata-se de demanda da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE, para contratação de empresa para prestação de serviço de cessão e instalação de transformador de energia.

Como forma de contratação foi sugerida, tanto pela demandante, quanto pelo Agente de Contratação a abertura de Procedimento de Contratação Direta, através de Dispensa de Licitação com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c art. 2º, do Decreto Municipal nº 1.055/2023.

O valor da contratação é de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), conforme proposta de preço mais vantajosa (fl. 39 - 40).

A Secretaria de Finanças, através da certidão de fls. 45 e 46, certifica a existência de dotação orçamentária para suportar a presente despesa, demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Os documentos de fls. 57 a 64, comprovam que o futuro contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.

A razão da escolha do futuro contratado e a justificativa do preço restam devidamente demonstradas as fls. 55 e 56.

Por todo o exposto, considerando que a instrução do presente processo atende ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021, aprovo os atos praticados e autorizo que seja promovida a contratação

da empresa PROLUZ COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS LTDA, CNPJ nº 07.513.588/0001-26, nos termos do art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021.

Por fim, determino que o Agente de Contratações realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

Laranja da Terra/ES, 27 de maio de 2025.

_____
JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1559172

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 1869/2025
ID CIDADES: 2025.041E0700001.09.0009

Trata-se de demanda da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES - SETESP, trata-se de Contratação de empresa especializad para realização de serviços técnicos de engenharia para liberação de Alvará junto ao Corpo de Bombeiros, emissão de TRT ou ART para adequação da cacapacidade de energia elétrica e fornecimento de extintores para as festividades do 37° Aniversário de Laranja da Terra dos dias 29 de maio a 01 de junho de 2025.

Como forma de contratação foi sugerida, tanto pela demandante, quanto pelo Agente de Contratação a abertura de Procedimento de Contratação Direta, através de Dispensa de Licitação Presencial com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c art. 2º, do Decreto Municipal nº 1.055/2023.

O valor da contratação é de R$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais), conforme proposta de preço mais vantajosa (fl. 51).

A Secretaria de Finanças, através da certidão de fls. 41 e 42, certifica a existência de dotação orçamentária para suportar a presente despesa, demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Os documentos de fls. 52 a 58, comprovam que o futuro contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.

A razão da escolha do futuro contratado e a justificativa do preço restam devidamente demonstradas as fls. 59 e 60.

Por todo o exposto, considerando que a instrução do presente processo atende ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021, aprovo os atos praticados e autorizo que seja promovida a contratação da empresa SENTINELAS BOMBEIRO CIVIL LTDA, CNPJ nº 48.295.722/0001-47, nos termos do art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021.

Por fim, determino que o Agente de Contratações realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

Laranja da Terra/ES, 22 de maio de 2025.

_____
JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1559248

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 2117/2025
ID CIDADES: 2025.041E0700001.09.0018

Trata-se de demanda da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE, para contratação de empresa para prestação de serviço de locução de palco para atender as demandas das festividades da 37ª Festa de Emancipação Política de Laranja da Terra/ES.

Como forma de contratação foi sugerida, tanto pela demandante, quanto pelo Agente de Contratação a abertura de Procedimento de Contratação Direta, através de Dispensa de Licitação com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c art. 2º, do Decreto Municipal nº 1.055/2023.

O valor da contratação é de R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme proposta de preço mais vantajosa (fl. 39 - 40).

A Secretaria de Finanças, através da certidão de fls. 39 e 40, certifica a existência de dotação orçamentária para suportar a presente despesa, demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Os documentos de fls. 48 a 53, comprovam que o futuro contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.

A razão da escolha do futuro contratado e a justificativa do preço restam devidamente demonstradas as fls. 54 e 55.

Por todo o exposto, considerando que a instrução do presente processo atende ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021, aprovo os atos praticados e autorizo que seja promovida a contratação da pessoa física DIOGO ROSA MACHADO, CPF nº XXX. XXX.XXX-XX, nos termos do art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021.

Por fim, determino que o Agente de Contratações realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

Laranja da Terra/ES, 27 de maio de 2025.

_____
JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1559710

Inexigibilidade de Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1793/2025
AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ARTIGO 74, inciso V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
ID da Contratação no CidadES nº 2025.041E0500002.10.0001

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e especialmente em cumprimento ao disposto no inciso VIII do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, AUTORIZA a contratação direta, via INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, processada com fundamento artigo 74 inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021 e ainda com base no Parecer Jurídico da Procuradoria Municipal, adjudicando e homologando a locação de imóvel na Estrada Picadão sentido, S/N, Bairro niterói, Laranja da Terra/ ES, para funcionar o Centro de Especialidades, de propriedade da Associação Educacional "União Laranjense", CNPJ nº 27.434.745/0001-15, no valor global de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. Correndo tal despesa por conta específica da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Laranja da Terra - ES, para o período de 12 meses.

Laranja da Terra/ES, 27 de maio de 2025

JUNIO POSSMOSER SIMÃO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto 0008/2025

Protocolo 1559226

Mantenópolis

Aviso de Licitação

Prefeitura Municipal de Mantenópolis - ES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico - Registro de Preço nº 000008/2025
ID 2025.043E0700001.01.0005

A Prefeitura Municipal de Mantenópolis/ES, através de sua pregoeira e Equipe de Apoio torna-se público que irá realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos moldes da Lei nº. 14.133/2021.
Objeto: contratação de uma empresa especializada para realizar a transmissão ao vivo de eventos esportivos para plataformas digitais de streeming youtube/facebook com 01 câmera, narrador, repórter e comentarista que serão realizados por intermédio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Abertura das propostas: às 09:00 horas do dia 11 de junho de 2025.
Início da disputa: às 09:00 horas do dia 11 de junho de 2025.
Edital Completo nos sites: www.mantenopolis.es.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.
Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail licita@mantenopolis.es.gov.br.

Mantenópolis/ES, 27 de maio de 2025.

Gabriela de Almeida Ribeiro Luz
Pregoeira da P.M.M.

Protocolo 1559151

Ata de Registro de Preço

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
SENHA ID 2025.043E0500001.02.0002

NÚMERO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 000019/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS/ES
CNPJ: 27.167.345/0001-90

FORNECEDOR: PIANNA & BERNABE COMERCIO DE GASES LTDA ME
CNPJ: 18.273.113/0001-26
ENDEREÇO: Avenida Prefeito Samuel Batista Cruz, nº. 236, Aviso, Linhares/ES - CEP 29.901-130

OBJETO: aquisição de Gás Oxigênio Medicinal para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL: R$ 55.770,00 (cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: 27 de maio de 2025 a 27 de maio de 2026

DATA DA ASSINATURA: 27 de maio de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 28 de maio de 2025.

Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1559129

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
SENHA ID 2025.043E0500001.02.0002

NÚMERO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 000020/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS/ES
CNPJ: 27.167.345/0001-90

FORNECEDOR: YOU CARE SOLUCOES HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 56.066.880/0001-53
ENDEREÇO: Rua José de Alencar, nº.79, Vargem Grande, Pinhais/PR - CEP 83.321-230

OBJETO: aquisição de Gás Oxigênio Medicinal para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL: R$ 15.690,00 (quinze mil, seiscentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: 27 de maio de 2025 a 27 de maio de 2026

DATA DA ASSINATURA: 27 de maio de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 28 de maio de 2025.

Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1559132

Marechal Floriano

Dispensa de Licitação

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
ID TCEES 2025.045E0700001.09.0079

Autorizo a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei Federal nº14.133/21, haja vista o fundamento constante do processo em destaque.

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº4604/2025 - SEMAD
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços nas áreas de audiovisual e cobertura fotográfica dos eventos, inclusive com uso de drones ou semelhantes, cobertura fotográficas dos eventos, obras e ações, vídeos curtos e filmes para arquivos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Marechal Floriano/ES. Cumprindo o princípio de publicidade estabelecido no art.37 da Constituição Federal.
NOME DO CREDOR: 20.041.824 ROSILENE HAESE.
CNPJ: 20.041.824/0001-17
ENDEREÇO: Av. Emílio Gustavo Hüller, Nº 081, centro, Marechal Floriano/ES - CEP: 29.255-000
VALOR: R$34.846,00 (trinta e quatro mil oitocentos e quarenta e seis reais)
DATA: 23/05/2025.

Protocolo 1559216

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
ID TCEES 2025.045E0700001.09.0086

Autorizo a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei Federal nº14.133/21, haja vista o fundamento constante do processo em destaque.

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2387/2025 - SEMUF
OBJETO: Aquisição de materiais gráficos.
NOME DO CREDOR: GRÁFICA ROCHA LTDA
CNPJ: 30.552.046/0001-84
ENDEREÇO: Rua Siqueira Campos, 22, sede, Mimoso do Sul//ES - CEP: 29.400-000
VALOR: R$15.720,00 (quinze mil setecentos e vinte reais)
DATA: 23/05/2025.

Protocolo 1559574

Errata

TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO RESUMO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO, ID TCEES 2025.045E0500001.09.0040, Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº4577/2025 - SEMUS NO DOM/ES, DO DIA 13 DE MAIO DE 2025 - PROTOCOLO Nº. 1548354, PAG. 195
Marechal Floriano/ES, 27 de maio de 2025.

ANTONIO LIDINEY GOBBI
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559220

RETIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Na publicação do DOM, do dia 27 de Maio de 2025:
Protocolo 1558571
Onde se lê:
ID TCEES 2025.045E0700001.09.0077
Autorizo a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei Federal nº14.133/21, haja vista o fundamento constante do processo em destaque.

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº5164/2025 - SEMUR
OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de laudos técnicos estruturais em muros de contenção, com a finalidade de avaliar as condições atuais da estrutura e verificar a necessidade de reforço estrutural.
NOME DO CREDOR: J P L DE FREITAS COMERCIO
CNPJ: 59.817.731/0001-77
ENDEREÇO: Rod. Governador Mário Covas, S/Nº - Galpão 3 anexo II, Comunidade Urbana D, Guarapari/ES - CEP: 29.227-404
VALOR: R$7.150,00 (sete mil cento e cinquenta reais)
DATA: 20/05/2025.

Leia-se:
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
ID TCEES 2025.045E0700001.09.0077
Autorizo a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei Federal nº14.133/21, haja vista o fundamento constante do processo em destaque.

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº5164/2025 - SEMUR
OBJETO: *Contratação de empresa para aquisição de materiais de consumo a ser aplicado nas ETAs do Município, compreendendo os materiais necessários para garantir a potabilidade da água para consumo humano.*
NOME DO CREDOR: J P L DE FREITAS COMERCIO
CNPJ: 59.817.731/0001-77
ENDEREÇO: Rod. Governador Mário Covas, S/Nº - Galpão 3 anexo II, Comunidade Urbana D, Guarapari/ES - CEP: 29.227-404
VALOR: R$7.150,00 (sete mil cento e cinquenta reais)
DATA: 20/05/2025.

Protocolo 1559959

Montanha

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP
N° 004/2025/PMM

O **Município de Montanha**, no cumprimento da Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal n° 4.596/2023, torna público aos interessados que realizará o seguinte processo licitatório:
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO/MARMITEX destinado às Secretarias de: Agricultura, Cultura, Desporto e Turismo, Meio Ambiente, Obras, Serviços Urbanos e Viação e Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia e Secretarias participantes do município

de Montanha/ES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Entrega das Propostas: a partir de 28/05/2025 às 08h00.
Abertura das Propostas: 09/06/2025 às 09h00.
A documentação completa do edital poderá ser examinada e adquirida no site www.portalde-compraspublicas.com.br, http://montanha.es.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@montanha.es.gov.br, ou na sala da licitação na Praça Osvaldo Lopes, s/n, centro, a partir da data da publicação deste aviso, de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 13:00 horas. Mais informações através do Telefones: (61) 3003-5455 ou (27) 99529-4451.
ID CIDADES TCEES: 2025.048E0700001.01.0002
Montanha/ES, 27 de maio de 2025.

Leonardo Galvão de Oliveira
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Protocolo 1559314

AVISO DE RETIFICAÇÃO
O MUNICÍPIO DE MONTANHA/ES, torna púbico a Retificação do edital de Pregão Eletrônico n° 003/2025, objetivando a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte, recebimento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais, classe II, gerados no município de Montanha/ES em aterro sanitário, devidamente licenciado por órgão competente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Passando a abertura para o dia **04/06/2025 às 09:00.** A documentação completa do edital poderá ser examinada e adquirida no site www.portaldecompraspublicas.com.br, http://montanha.es.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@montanha.es.gov.br, ou na sala da licitação na Praça Osvaldo Lopes, s/n, centro, a partir da data da publicação deste aviso, de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 13:00 horas. Mais informações através do Telefones: (61) 3003-5455 ou (27) 99529-4451.
ID CIDADES TCEES: 2025.048E0700001.01.0001
Montanha/ES, 27 de maio de 2025.

Clebio Maciel Raulino
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Protocolo 1559699

Inexigibilidade de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°009/2025/ PMM

A Prefeita Municipal de Montanha, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialidades a Lei Federal n°14.133/21, amparado no parecer exarado pela Procuradoria Jurídica, resolve:
Autoriza a contratação nos seguintes termos:
Objeto: Contratação de empresa de show artístico com a cantora KLESSINHA, para apresentação a ser realizada no dia 04 de julho de 2025, no festival do São João da Amizade, Raízes e Tradição de Montanha/ES, com base nas informações constantes no Processo Administrativo n.º 002278/2025, referente à Inexigibilidade de Licitação, e em cumprimento aos termos do Artigo 74, inciso II, da Lei n° 14.133/2021 e alterações posteriores, **RATIFICO** o procedimento ora escolhido em favor da empresa: K S SOLUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob o n°27.260.408/0001-59, no valor Global de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para a contratação em referência, atendendo assim, o Art. 72, Parágrafo único da Lei Federal n° 14.133/2021.
ID CidadES TCEES N°2025.048E0700001.10.0009
Montanha/ES, 27 de maio de 2025.

Iracy Carvalho Machado Baltar Filha
Prefeita Municipal
Protocolo 1559480

Mucurici

Dispensa de Licitação

AVISO DE COLETA DE PREÇOS DISPENSA DE LICITAÇÃO

O município de Mucurici/ES, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados, que manifesta interesse em obter propostas adicionais, para Contratação de ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, que consiste num sistema de pesquisas baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas, a fim de facilitar a pesquisa de mercado para estimar os custos das contratações do município de Mucurici. deste município conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Prazo é de até 03 (três) dias úteis após a publicação, podendo os interessados apresentarem Proposta de Preços, a contar desta Publicação, em dias úteis pelo e-mail:**compras**@**mucurici.es.gov.br** até a data limite. Setor Compras
Protocolo 1559173

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

A Gestora do FMAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialidades a Lei Federal n°14.133/21, amparado no parecer exarado pela Procuradoria Jurídica, resolve:

01- Autorizar s contratação nos seguintes termos:
a) Dispensa de Licitação, com fundamento no art.75, inciso II da Lei Federal n°14.133/21.
b) Objetivo: Aquisição MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE.
c) Empresa Vencedora: BRITO E SILVA COMERCIO DE ELETRO ELETRONICO inscrita sob CNPJ nº 30.970.719/0001-168. VALOR: 17.988,00(dezessete mil novecentos e oitenta e oito reais).
d) Empresa Vencedora: MAQFORT MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, inscrita no CNPJ:11.373442/0001-98. VALOR: 24.130,000(vinte quatro mil cento e trinta reais).

Por fim, que seja publicado o Ato que autoriza a contratação.

Mucurici/ES, 27 de maio de 2025.

Adriana Maria Mello
Gestora FMAS
Protocolo 1559799

Inexigibilidade de Licitação

MUNICIPIO DE MUCURICI/ES
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE.

Contratante: Munícipio de MUCURICI/ES.
Contratada: Eder Procópio Klein - ME.
Objeto: Contratação do Artista "Procópio Cowboy" para apresentação de Show Artístico no evento " SÃO JOÃO 2025" no dia 20 de junho de 2025, no "Distrito de Itabaiana", neste Município. Base Legal Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021.
C.cidadES:2025.049E0700001.10.0016
Mucurici, 26 de maio de 2025.
Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito Municipal.

MUNICIPIO DE MUCURICI/ES
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE.

Contratante: Munícipio de MUCURICI/ES.
Contratada: S Porto da Silva Eventos - ME.
Objeto: Contratação do Artista "Soró Silva" para apresentação de Show Artístico no evento " SÃO JOÃO 2025" no dia 20 de junho de 2025, no "Distrito de Itabaiana", neste Município. Base Legal Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021.
C. cidadES:2025.049E0700001.10.0015
Mucurici, 26 de maio de 2025.
Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito Municipal.

MUNICIPIO DE MUCURICI/ES
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE.

Contratante: Munícipio de MUCURICI/ES.
Contratada: Andrea de Souza Chagas.
Objeto: Contratação do Artista " Forró Balançaê" para apresentação de Show Artístico no evento " SÃO JOÃO 2025" no dia 21 de junho de 2025, no "Distrito de Itabaiana", neste Município. Base Legal Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021.
C. cidadES:2025.049E0700001.10.0017
Mucurici, 26 de maio de 2025.
Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito Municipal.

MUNICIPIO DE MUCURICI/ES
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE.

Contratante: Munícipio de MUCURICI/ES.
Contratada: AGS & Meireles Ltda.
Objeto: Contratação do Artista " O Garanhão do Forró" para apresentação de Show Artístico no evento " SÃO JOÃO 2025" no dia 21 de junho de 2025, no "Distrito de Itabaiana", neste Município. Base Legal Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021.
C. cidadES:2025.049E0700001.10.0018
Mucurici, 26 de maio de 2025.
Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito MunicipaL

Protocolo 1559246

Muqui

Resultado de Licitação

AVISO JULGAMENTO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
ID 2025.051E0500001.01.0001
O Município de Muqui-ES, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público e comunica aos interessados, decisão a Recurso Administrativo interposto na habilitação do certame em referência, conhecendo do recurso apresentado pela Empresa Construsul Construtora Ltda., para no mérito negar provimento, sagrando-se vencedora do certame a Empresa MBR ENGENHARIA LTDA., com o valor de R$ 1.541.144,50 (um milhão, quinhentos e quarenta e um mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)
Muqui-ES, 27 de maio de 2024.
Marina Batista Muchuli Silva
Presidente Comissão de Contratação
-Ratificam-se os termos da decisão.
Sérgio Luiz Anequim
Prefeito Municipal

Protocolo 1559892

Nova Venécia

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA/ES

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA ELETRONICA
Nº 002/2025
PROCESSO Nº 603766/2024

CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2025.052E0700001.01.0003

Objeto: a contratação de empresa especializada para execução de serviços de empreitada global com fornecimento de mão de obra e materiais, objetivando a REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEFTI "BAIRRO ALTOÉ".

Local: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL - https://bllcompras.com/Home/Login
Data de abertura: 07/07/2025
Horário máximo de recebimento da proposta: 08h30min (Horário de Brasília-DF).
Horário do início da disputa: 09h00min (Horário de Brasília-DF).

O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.bll.org.br e www.novavenecia.es.gov.br, e também poderá ser lido e/ou obtido através do e-mail licitacao@novavenecia.es.gov.br ou no endereço da Prefeitura Municipal de Nova Venécia/ES, situada na Avenida Vitória, nº 347, Centro, Nova Venécia/ES, CEP: 29.830-000, nos dias úteis, no horário de

08h00min às 11h00min e de 13h00 às 17h00min. Informações pelo tel. (27) 3752-9004.

Nova Venécia/ES, 27/05/2025

ROMULO DELBONI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Protocolo 1559406

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA
Nº 021/2025
PROCESSO Nº 610751/2025

CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2025.052E0700001.09.0025

Objeto: Aquisição por dispensa de licitação de equipamentos e materiais para atender as necessidades do Núcleo de Tecnologia da Informação.

Local: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL - https://bllcompras.com/Home/Login
Data de abertura: 03/06/2025
Horário máximo de recebimento da proposta: 08h00min (Horário de Brasília-DF).
Horário do início da disputa: 08h30min (Horário de Brasília-DF).

O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.bll.org.br e www.novavenecia.es.gov.br, e também poderá ser lido e/ou obtido através do e-mail licitacao@novavenecia.es.gov.br ou no endereço da Prefeitura Municipal de Nova Venécia/ES, situada na Avenida Vitória, nº 347, Centro, Nova Venécia/ES, CEP: 29.830-000, nos dias úteis, no horário de 07h00min às 11h00min e de 13h00min às 17h00min.
Informações pelo tel. (27) 3752-9004.

Nova Venécia/ES, 27/05/2025

VALDINEI JOSE FAVERO
SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Protocolo 1559201

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA
Nº 023/2025
PROCESSO Nº 612378/2025

CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2025.052E0700001.09.0027

Objeto: Aquisição por dispensa de licitação de materiais Elétricos, para atender a Secretaria Municipal de Agricultura, (Padrão de energia do Parque de Exposições "Luiz Henrique Altoé"), do Município de Nova Venécia/ES.

Local: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL - https://bllcompras.com/Home/Login
Data de abertura: 04/06/2025
Horário máximo de recebimento da proposta: 08h00min (Horário de Brasília-DF).
Horário do início da disputa: 08h30min (Horário de Brasília-DF).

O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.bll.org.br e www.novavenecia.es.gov.br, e também poderá ser lido e/ou obtido através do e-mail licitacao@novavenecia.es.gov.br ou no endereço da Prefeitura Municipal de Nova Venécia/ES, situada na Avenida Vitória, nº 347, Centro, Nova Venécia/ES, CEP: 29.830-000, nos dias úteis, no horário de 07h00min às 11h00min e de 13h00min às 17h00min.
Informações pelo tel. (27) 3752-9004.

Nova Venécia/ES, 27/05/2025

WASLEY DAROS CESCONETTO
SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Protocolo 1559844

Pedro Canário

Dispensa de Licitação

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despachos contidos no processo administrativo nº 2652/2025, instaurado pela Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, solicitando autorização para contratação de serviços de hospedagem visando atender as demandas da Secretária requerente, com base no **art. 75**, **inciso II**, **da Lei nº 14.133/2021**.

Assim, investido no cargo de Prefeito Municipal de Pedro Canário/ES, considerando a justificativa e parecer jurídico favoráveis, usando das atribuições legais, **RATIFICO** em todos os seus termos o ato da aplicação da Dispensa de Licitação nos termos acima, referente a contração da empresa: **JOSE REINALDO FIM CAMPOREZ**, inscrito no CNPJ nº 27.723.683/0001-61, no valor total de R$ 44.200,00 (QUARENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS)

Publique-se, e após encaminhar ao **SETOR DE CONTRATOS** para elaboração do instrumento.

ID CIDADES: 2025.054E0700001.09.0016

Pedro Canário, ES, 27 de maio de 2024.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal
Protocolo 1559850

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despachos contidos no processo administrativo nº 2287/2025, instaurado pela Secretária Municipal de Saúde, para a contratação de empresa especializada em fornecimento de extintores, destinada a atender as demandas da Secretaria requerente, com base no **art. 75**, **inciso II**, **da Lei nº 14.133/2021**.

Assim, investido no cargo de Prefeito Municipal de Pedro Canário/ES, considerando a justificativa e parecer jurídico favoráveis, usando das atribuições legais, **RATIFICO** em todos os seus termos o ato da aplicação da Dispensa de Licitação nos termos acima, referente a contração da empresa: **SAMA FIRE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIOS LTDA**, inscrito no CNPJ nº 58.193.381/0001-52, no valor total de R$ 7.095,00 (sete mil e noventa e cinco reais).

Publique-se, e após encaminhar ao **SETOR DE CONTRATOS** para elaboração do instrumento.

ID CIDADES: 2025.054E0500004.09.0005

Pedro Canário, ES, 27 de maio de 2024.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal
Protocolo 1559925

Inexigibilidade de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo administrativo nº 2202/2025, instaurado pela Secretaria Municipal de Educação, requerendo a contratação de serviços educacionais com foco em laboratório itinerante de robótica, com base no **art. 74**, **I**, **da Lei nº 14.133/2021**.

Assim, investido no cargo de Prefeito Municipal de Pedro Canário/ES, usando das atribuições legais conferidas dos autos e considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação reconhecida pela Procuradoria Municipal para contratar **MRJ TECNOLOGIA E SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA**, inscrito no CNPJ Nº 38.496.959/0001-32, cujo valor global da contratação é de R$ 2.339.758,08 (Dois milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oito centavos).

Publique-se, e após encaminhar ao **SETOR DE CONTRATOS** para elaboração do instrumento.

ID CIDADES: 2025.054E070001.10.0031

Pedro Canário/ES, 27 de maio de 2025.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal
Protocolo 1559838

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo administrativo nº 002861/2025, instaurado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, requerendo a contratação atração musical "ROGER ZANN", para se apresentar na noite do modão, com base no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

Assim, investido no cargo de Prefeito Municipal de Pedro Canário/ES, usando das atribuições legais conferidas dos autos e considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo, RATIFICO a inexigibilidade de licitação reconhecida pela Procuradoria Municipal para contratar **53356049 ROGER ZANCANELA SEDANO**, inscrita no CNPJ Nº **53.356.049 /0001-48**, cujo valor global da contratação é de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Publique-se, e após encaminhar ao **SETOR DE CONTRATOS** para elaboração do instrumento.

ID CIDADES 2025.054E070001.10.0035

Pedro Canário/ES, 27 de maio de 2025.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal
Protocolo 1559867

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo administrativo nº 002694/2025, instaurado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, requerendo a contratação atração musical "EVANDRO ROCHA, para se apresentar no XXXIV Forró da Tábua Lascada, com base no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

Assim, investido no cargo de Prefeito Municipal de Pedro Canário/ES, usando das atribuições legais conferidas dos autos e considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo, RATIFICO a inexigibilidade de licitação reconhecida pela Procuradoria Municipal para contratar **WL PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº **40.112.201 /0001-03**, cujo valor global da contratação é de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Publique-se, e após encaminhar ao **SETOR DE CONTRATOS** para elaboração do instrumento.

ID CIDADES 2025.054E070001.10.0032

Pedro Canário/ES, 27 de maio de 2025.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal
Protocolo 1559881

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo administrativo nº 002698/2025, instaurado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, requerendo a contratação atração musical "DJ BRITIS", para se apresentar no XXXIV Forró da Tábua Lascada, com base no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

Assim, investido no cargo de Prefeito Municipal de Pedro Canário/ES, usando das atribuições legais conferidas dos autos e considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo, RATIFICO a inexigibilidade de licitação

reconhecida pela Procuradoria Municipal para contratar **WL PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº **40.112.201 /0001-03**, cujo valor global da contratação é de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

Publique-se, e após encaminhar ao **SETOR DE CONTRATOS** para elaboração do instrumento.

ID CIDADES 2025.054E070001.10.0033

Pedro Canário/ES, 27 de maio de 2025.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal
Protocolo 1559898

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo administrativo nº 002748/2025, instaurado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, requerendo a contratação atração musical "DJ WP ALVES", para se apresentar no XXXIV Forró da Tábua Lascada, com base no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

Assim, investido no cargo de Prefeito Municipal de Pedro Canário/ES, usando das atribuições legais conferidas dos autos e considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo, RATIFICO a inexigibilidade de licitação reconhecida pela Procuradoria Municipal para contratar **WL PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº **40.112.201 /0001-03**, cujo valor global da contratação é de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

Publique-se, e após encaminhar ao **SETOR DE CONTRATOS** para elaboração do instrumento.

ID CIDADES 2025.054E070001.10.0034

Pedro Canário/ES, 27 de maio de 2025.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal
Protocolo 1559976

Rio Bananal

Aviso de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025
PROCESSO Nº 1944/2025

A Prefeitura Municipal de Rio Bananal torna público seguinte licitação:
Objeto: "Futura e Eventual Aquisição de Uniformes Escolares".
Data de abertura: 10/06/2025. **Horário do início da disputa:** 9h00min (Horário de Brasília-DF).
Edital disponível através do site https://licitanet.com.br/, https://riobananal-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34 e no site www.riobananal.es.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas pelo e-mail editais@riobananal.es.gov.br.
Código de Identificação da Contratação CidadES: 2025.059E0700001.01.0003.

Lorrayne Silva Lirio Valle
Agente de Contratação FMSRB e PMRB
Protocolo 1559940

Adjudicação e/ou Homologação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO n°: **000005/2025**

Rio Bananal/ES, 27 de maio de 2025
Processo: **001591/2025**
PREGÃO ELETRÔNICO n°: **000005/2025**

O **Prefeito Municipal de Rio Bananal**, Estado do Espírito Santo, tendo em vista o que consta do Processo: **001591/2025** referente à licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, especificada acima, destinada à **Registro de Preços para aquisição de gás de cozinha**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PRECO POR LOTE**, e em face ao julgamento disposto em ata pela Pregoeira e do Parecer Conclusivo da Procuradoria do Município, **HOMOLOGA** o resultado da presente licitação, nos termos abaixo:

Processo: **001591/2025** - Fundo Municipal de Saúde
Código de Identificação da Contratação CidadES **2025.059E0700001.01.0002**

Empresa(s) Vencedora(s): **SELESTRINI** & **RIGONI LTDA ME** nos **lotes 1**, **2**, **3** e **4** no valor total de **R$ 114.835,46** (cento e quatorze mil oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

Bruno Pella
Prefeito Municipal
Protocolo 1559254

Presidente Kennedy

Aviso de Licitação

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 090001/2025

Código CidadES nº 2025.058E0600006.01.0001

O Município de Presidente Kennedy/ES, através do Agente de Contratação, torna público aos interessados que está disponível o Edital da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 090001/2025, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO 3º PELOTÃO DA 9ª COMPANHIA INDEPENDENTE DA POLICIA MILITAR NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES.
O Edital estará disponível nos sites www.presidentekennedy.es.gov.br e www.gov.br/compras.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
INÍCIO DO ACOLHIMENTO: às 08h do dia 28/05/2025.

LIMITE PARA ACOLHIMENTO: Até às 09h do dia 08/07/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h do dia 08/07/2025.

Presidente Kennedy/ES, 26/05/2025.

Mezaque da Silva José Rodrigues
Agente de Contratação

Protocolo 1558856

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP
N° 90012/2025
PROCESSO 07233/2024

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO:
2025.058E0500002.01.0002

O Município de Presidente Kennedy- Espírito Santo, por intermédio do Agente de Contratação, torna público aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "Pregão Eletrônico" para Registro de Preços, tipo menor preço por item, para aquisição de kit empreendedor para atender as demandas da agência municipal de treinamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Kennedy/ES, com reserva de cota até 25% para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte.

O edital estará disponível nos sites www.presidentekennedy.es.gov.br e www.gov.br/compras.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
INÍCIO DO ACOLHIMENTO: às 08h do dia 28/05/2025.
LIMITE PARA ACOLHIMENTO: Até às 09h do dia 13/06/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h do dia 13/06/2025.

Presidente Kennedy/ES, 27 de maio de 2025.
Selma Henriques de Souza
Agente de Contratação

Protocolo 1559762

Resultado de Licitação

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP
N° 90010/2025
PROCESSO 0006597/2024

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO:
2025.058E0500001.02.0007

O Município de Presidente Kennedy- Espírito Santo, por intermédio do seu Pregoeiro, torna público para o conhecimento dos interessados, o resultado do **Pregão Eletrônico SRP** 90010/2025.

RESULTADO: **ALG RIO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA** no lote 1 no valor total de R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais).
Presidente Kennedy/ES, 27 de maio de 2025.

Mezaque da S. J. Rodrigues
Pregoeiro Oficial

Protocolo 1559848

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP
N° 90006/2025
PROCESSO 027415/2024

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO:
2025.058E0500002.01.0001

O Município de Presidente Kennedy- Espírito Santo, por intermédio do seu Pregoeiro, torna público para o conhecimento dos interessados, o resultado do **Pregão Eletrônico SRP** 90006/2025.

RESULTADO:
CASA & **CONCEITO MOVEIS E DECORACAO LTDA** nos **lotes 2** e **10** no valor total de **R$ 22.332,20** (vinte e dois mil trezentos e trinta e dois reais e vinte centavos), **DESTAQUE COMERCIAL DE PRODUTOS EM GERAL LTDA** nos **lotes 15**, **20**, **23**, **45**, **48**, **49**, **50**, **51**, **57**, **77**, **87**, **94**, **116**, **117**, **119**, **129**, **138**, **146**, **147**, **148**, **157**, **161**, **165**, **166** e **171** no valor total de **R$ 892.046,36** (oitocentos e noventa e dois mil quarenta e seis reais e trinta e seis centavos), **DISTRIBUIDORA CENTRO SUL LTDA** nos **lotes 1**, **3**, **4**, **11**, **33**, **75**, **101**, **103**, **124**, **125**, **126**, **143**, **179** e **183** no valor total de **R$ 210.906,20** (duzentos e dez mil novecentos e seis reais e vinte centavos), **HGX COMERCIAL DE PRODUTOS EM GERAL LTDA** nos **lotes 5**, **6**, **7**, **8**, **9**, **12**, **13**, **16**, **18**, **19**, **21**, **24**, **25**, **26**, **27**, **28**, **29**, **30**, **31**, **32**, **34**, **35**, **36**, **42**, **43**, **44**, **52**, **53**, **54**, **56**, **58**, **59**, **62**, **65**, **66**, **67**, **68**, **69**, **70**, **73**, **74**, **78**, **79**, **80**, **81**, **82**, **83**, **84**, **85**, **86**, **91**, **97**, **98**, **99**, **100**, **102**, **104**, **105**, **106**, **109**, **111**, **112**, **113**, **120**, **122**, **123**, **127**, **128**, **130**, **132**, **133**, **134**, **135**, **136**, **137**, **140**, **141**, **142**, **144**, **145**, **151**, **153**, **154**, **158**, **162**, **163**, **168**, **169**, **173**, **175**, **176**, **177**, **178**, **180**, **181**, **182** e **184** no valor total de **R$ 1.161.324,65** (um milhão cento e sessenta e um mil trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos), **KENNEDY ALIMENTOS LTDA** - **EPP** nos **lotes 14**, **17**, **38**, **72**, **76**, **96**, **107**, **108**, **115**, **131**, **149**, **150**, **152**, **172** e **174** no valor total de **R$ 302.982,85** (trezentos e dois mil novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), **MAXIMUS COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA** nos **lotes 39**, **47**, **60** e **63** no valor total de **R$ 73.775,54** (setenta e três mil setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) e **SK COMERCIO E SERVICOS LTDA** nos **lotes 22**, **37**, **40**, **46**, **55**, **61**, **64**, **88**, **89**, **90**, **92**, **93**, **95**, **110**, **114**, **118**, **121**, **139**, **155**, **156**, **159**, **160** e **164** no valor total de **R$ 556.439,07** (quinhentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e trinta e nove reais e sete centavos), sendo o valor total do certame de **R$ 3.219.806,87 (três milhões duzentos e dezenove mil oitocentos e seis reais e oitenta e sete centavos).**

ALG RIO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA no lote 1 no valor total de R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais).
Presidente Kennedy/ES, 27 de maio de 2025.

Mezaque da S. J. Rodrigues
Pregoeiro Oficial

Protocolo 1559858

Dispensa de Licitação

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90015/2025
PROCESSO Nº 005443/2025

Código Cidades nº 2025.058E0500001.09.0007.

A Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/ES, por ordem da Secretária Municipal de Saúde, torna público, em cumprimento ao art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, com fulcro no art. 75, inciso XI da Lei nº 14.133/2021, a **RATIFICAÇÃO e AUTORIZAÇÃO** da Dispensa Eletrônica nº 90015/2025 cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, COMPOSTO POR ASSISTÊNCIA MÉDICA GENERALISTA E ESPECIALIZADA, PARA ASSISTÊNCIA MÉDICA DIARISTA E PLANTONISTA NAS UNIDADES DO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE KENNEDY, POR INTERMÉDIO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLO SUL - CIM POLO SUL, a fim de contratar o **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLO SUL**, inscrito no CNPJ nº 02.722.566/0001-52, de acordo com a Tabela de Serviços Médicos do CIM POLO SUL/ES (valor líquido), vigente, no valor de **R$ 16.943.496,59 (dezesseis milhões, novecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta e nove centavos).**

Presidente Kennedy/ES, 27/05/2025.

Alessandra das Neves Lima
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1559290

Ponto Belo

Dispensa de Licitação

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
DISPENSA Nº 0022/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000043/2025

Eu, **MARCOS COUTINHO SANT**'AGUIDA **DO NASCIMENTO** no exercício das atribuições conferidas pela legislação vigente e considerando a natureza homologatória prevista no processo de contratação direta, venho por meio desta autorização, a realização do referido processo, ratificando a validade de todos os atos inerentes a essa contratação.

A presente autorização tem como objetivo confirmar a conveniência e oportunidade da contratação direta por Dispensa de Licitação da empresa **WC LOCACOES E SERVICOS LTDA**, inscrito no **CNPJ: 50.048.589/0001-76**, para a Contratação de Empresa Especializada em Locação de Banheiros Químicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, durante a primeira edição do "Festival da Morena - a verdadeira carne de sol do Brasil", a ser realizado nos dias 06,07 e 08 de junho, no Munícipio de Ponto Belo/ES.

Pelo valor total de **R$**: **43.470,00 (Quarenta e três mil, quatrocentos e setenta reais).**

Nos termos do parágrafo único do art. 72 da referida lei, determino a divulgação desta autorização no sítio eletrônico oficial, conforme disposto no art. 6º, LII, assegurando, assim, o cumprimento do princípio da publicidade, previsto no art. 5º da mesma legislação.

Dessa forma, a presente autorização confirma a validade e legalidade do processo de contratação direta em questão.

Ponto Belo, 27/05/2025.

_____
MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal de Ponto Belo - ES

Protocolo 1559921

Adjudicação e/ou Homologação

RATIFICAÇÃO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Ponto Belo, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, considerando informações, pareceres, documentos e despachos contidos no processo administrativo nº 000055/2025, ratifica a adesão às Atas de Registro de Preços nº 37 para contratar a empresa Joelza Boldrini Cristo Ferrari, CNPJ: 04.101.779/0001-92, e Ata nº 38, para contratar a empresa Leonardo Caetano LTDA, CNPJ: 08.936.394/0001-04, empresas especializadas em serviços de sonorização e iluminação ambas, oriundas do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2025, e a adesão à ata de registro de preços nº 40, para contratar a empresa Metraton Equipamentos de som, eventos e locações LTDA, empresa especializada em serviços de palcos/estruturas, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2025, ambas da Prefeitura Municipal de Marilândia- ES, visando atender as necessidades da Administração durante a realização da primeira edição do "Festival da Morena - a verdadeira carne de sol do Brasil que ocorrerá nos dias 06, 07 e 08 de junho de 2025.
Ponto Belo/ES, 26 de maio de 2025

Marcos Coutinho Sant'Aguida **do Nascimento**
PREFEITO MUNICIPAL

Contrato nº 000033-2025 id cidades: 2025.057E0700001.16.0002
Contrato nº 000034-2025 id cidades: 2025.057E0700001.16.0001
Contrato nº 000035-2025 id cidades: 2025.057E0700001.16.0003

Protocolo 1559971

Santa Leopoldina

Dispensa de Licitação

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (Processo Administrativo nº. 1452/2025 - Cód. Cidades: 2025.061E0700001.09.0037).

Trata-se de demanda da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES para contratação da empresa **VX**

MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA com sede à Av. Expedito Garcia, nº. 738, Pavimento 1, Campo Grande, Cariacica/ES, inscrita no CNPJ sob o nº. 55.987.764/0001-04, aquisição de refletores, a serem instalados no campo de futebol municipal. Para a presente contratação foi realizada a abertura de Procedimento de Contratação Direta, **através de Dispensa de Licitação com fundamento no art. 75**, **II da Lei nº. 14.133/ 2021**.
O valor estimado para pretendida contratação é de R$ 1.700,00 (MIL E SETECENTOS REAIS), conforme Termo de Referência (item 1.4). A Secretaria de Finanças certifica (Despacho item 4.1) a existência de dotação orçamentária para suportar a presente despesa, demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido. Os documentos constantes no processo (item 8.2) comprovam que o futuro contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. A razão da escolha do futuro contratado e a Declaração de que a Dispensa não representa fracionamento de despesas (item 1.6). Por todo o exposto, considerando que a instrução do presente processo atende ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021, **APROVO** os atos praticados e **AUTORIZO** que seja promovida a contratação da empresa **VX MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA** com sede à Av. Expedito Garcia, nº. 738, Pavimento 1, Campo Grande, Cariacica/ES, inscrita no CNPJ sob o nº. 55.987.764/0001-04, aquisição de refletores, a serem instalados no campo de futebol municipal, **nos termos do art. 75, II da Lei nº 14.133/ 2021.**

Santa Leopoldina-ES, 22 de Maio de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559798

Adjudicação e/ou Homologação

EXTRATO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2025
Código Cidades 2025.061E0700001.01.0001

O Prefeito do Município de Santa Leopoldina - ES, tendo em vista o que consta Processo Eletrônico nº. 576/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, referente à licitação na modalidade Concorrência Eletrônica sob o n.º 001/2025, cujo objeto é **contratação de empresa**, **especializada para execução de obra**, **objetivando a PAVIMENTAÇÃO NA RUA JOSÉ MACHADO ALVARENGA**, **CENTRO**, **SANTA LEOPOLDINA/ES**, tendo como critério de julgamento o menor preço global, em face ao julgamento disposto em ata pela Equipe de Pregão e do Parecer conclusivo da Procuradoria Geral do Município, **ADJUDICA e HOMOLOGA** o resultado da presente licitação, nos termos abaixo: Empresa vencedora: **ALP SERVICOS E OBRAS LTDA - CNPJ: 48.891.244/0001-38**, com valor global de **R$ 206.964,00** (duzentos e seis mil, novecentos e sessenta e quatro mil reais).

Santa Leopoldina, 23 de Maio de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1559796

Santa Maria de Jetibá

Adjudicação e/ou Homologação

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES **ADJUDICA** e **HOMOLOGA o Pregão Eletrônico Nº 000032/2025-SRP. CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2025.062E0700001.02.0021. Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TÉCNICO EM INFORMÁTICA), conforme descrições contidas nos anexos e demais condições do Edital de Pregão Eletrônico nº 000032/2025 e seus anexos. **Processo: 2025-6G9HP.** Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, foi **ADJUDICADO** o objeto do Pregão Eletrônico nº 000032/2025 à(s) empresa(s) licitante(s) vencedora(s) **IT4TECH COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, sociedade empresária limitada, com inscrição no CNPJ sob o nº 09.039.335/0001-98, com sede na Não Informado Rua Riachuelo, 44, 44 - SÉ - São Paulo - SP - Brasil - CEP: 01007-901 SALA 43 , vencedora no(s) lote(s) 1 no valor total de 192.996,00 (cento e noventa e dois mil, novecentos e noventa e seis reais)**, para a celebração da(s) Ata(s).

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO
Secretário de Administração

Protocolo 1559098

Ata de Registro de Preço

RESUMO DE ATA(s) DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo 2025-C4TKQ.
CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES:2025.062E0700001.02.0007
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 000018/2025- SRP.
VIGÊNCIA DA ATA:1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
GERENCIADOR: Município de Santa Maria de Jetibá/ES - CNPJ: nº. 36.388.445/0001-38.
N.º DA ATA: 000067/2025.
FORNECEDOR: SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA - CNPJ: 93.577.427/0001-38.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DA ATA.
Valor: R$ 50.823,72.
N.º DA ATA: 000068/2025.
FORNECEDOR: RMM SPORTS COM. DE . PROP. ESP. EIRELLI - ME - CNPJ: 22.382.705/0001-53.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DA ATA.
Valor: R$ 5.508,09.
N.º DA ATA: 000069/2025.
FORNECEDOR: RM COMERCIAL SPORTS LTDA - ME - CNPJ: 16.835.379/0001-90.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DA ATA.
Valor: R$ 31.947,70.
N.º DA ATA: 000070/2025.
FORNECEDOR: PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI - CNPJ: 34.386.298/0001-31.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DA ATA.
Valor: R$ 23.088,72.
N.º DA ATA: 000071/2025.
FORNECEDOR: MELUZ SERVICE LTDA - CNPJ: 46.816.640/0001-75.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DA ATA.
Valor: R$ 34.305,34.
N.º DA ATA: 000072/2025.
FORNECEDOR: LICITAFISIO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 43.235.370/0001-10.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DA ATA.
Valor: R$ 30.036,50.
N.º DA ATA: 000073/2025.
FORNECEDOR: FABRIPEC ESPORTES LTDA - CNPJ: 43.586.456/0001-98.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DA ATA.
Valor: R$ 1.657,40.
N.º DA ATA: 000074/2025.
FORNECEDOR: BARRA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 14.966.026/0001-01.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DA ATA.
Valor: R$ 6.900,00.
N.º DA ATA: 000075/2025.
FORNECEDOR: ALESSANDRA NUNES LORDS - ME - CNPJ: 03.865.570/0001-32.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DA ATA.
Valor: R$ 2.830,00.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
MARCILEIDE STUHR
Secretária de Educação
PRISCILLA GAIBA
Secretária de Esportes e Lazer
SARIANNA GAVA WOELFFEL PIENEGONDA
Secretária de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social
CARLOS ALBERTO JARSKE
Secretário de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Protocolo 1559103

Santa Teresa

Chamada Pública

CHAMAMENTO PÚBLICO

A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos de Santa Teresa/ES faz saber, que as empresas interessadas em oferecer proposta comercial para **locação de um imóvel com área aproximada de 54m²**, entrem em contato para requererem a solicitação de orçamento na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos com sede na Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, Centro, Santa Teresa/ES, CEP: 29.650-000, telefone: (27) 3441-9707 (Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos), ou solicitar por e-mail: apoioadministrativo@santateresa.es.gov.br
Os orçamentos deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal Administração e Recursos Humanos de Santa Teresa/ES até o dia 28 de Maio de 2025.

Santa Teresa/ES, 22 de Maio de 2025.

MARIA JOSÉ FOEGER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS
Protocolo 1556477

CHAMAMENTO PÚBLICO

A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos de Santa Teresa/ES faz saber, que as empresas interessadas em oferecer proposta comercial para **locação de um imóvel com área aproximada de 42m²**, entrem em contato para requererem a solicitação de orçamento na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos com sede na Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, Centro, Santa Teresa/ES, CEP: 29.650-000, telefone: (27) 3441-9707 (Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos), ou solicitar por e-mail: apoioadministrativo@santateresa.es.gov.br
Os orçamentos deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal Administração e Recursos Humanos de Santa Teresa/ES até o dia 28 de Maio de 2025.

Santa Teresa/ES, 22 de Maio de 2025.

MARIA JOSÉ FOEGER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS
Protocolo 1556482

São Domingos do Norte

Inexigibilidade de Licitação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 3037/2025 - GABINETE

A Prefeita do Município de São Domingos do Norte, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialidades a Lei Federal n°14.133/21, amparado no parecer exarado pela Procuradoria Jurídica, resolve Autorizar a contratação nos seguintes termos: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art.74, inciso II, da Lei Federal n°14.133/21. Ratifico à inexigibilidade de licitação **nº 08/2025- GABINETE**, para contratar a empresa : **ILZA GONÇALVES DE OLIVEIRA**, inscrita no CNPJ nº 22.057.626/0001-77, no valor total de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Referente a contratação de apresentação artística da banda regional OS CARRETEIROS com duração aproximada de 2h00min, para compor a programação cultural da 3ª FESTA DO CONILON de São Domingos do Norte.
São Domingos do Norte-ES, 27 de maio de 2025.
ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Protocolo 1559515

São Gabriel da Palha

Dispensa de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 023/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002258/2025

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, **RATIFICO** a dispensa eletrônica de licitação nº 016/2025, cujo objeto é a aquisição de materiais de consumo e tintas para a realização de manutenção da Mitra Diocesana, onde estava localizada a EMEFTI Bem Viver, pertencente a Secretaria Municipal de Educação, deste município, em favor das empresas **FORNECE + E-COMERCE LTDA** inscrita no CNPJ nº 59.345.113/0001-71 pelo valor de R$ 2.295,78 (Dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e setenta e oito centavos), **SOLIVAN RONDELLI JUNIOR EPP** inscrita no CNPJ nº 08.808.304/0001-91 pelo valor de R$ 4.329,86 (Quatro mil, trezentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos) e **VERSA MULTISERVICE LTDA** inscrita no CNPJ nº 49.227.985/0001-81 pelo valor de R$ 1.271,75 (Um mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos), nos termos do artigo 75, inciso II da referida lei.

A presente dispensa eletrônica de licitação é feita com base na manifestação do Agente de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Autorizo a publicação deste Termo de Ratificação para Dispensa Eletrônica no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 c/c Art. 72 Parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Feito isto, expeça os autos para o Agente de Contratação localizado do Departamento de Licitações.

Após, remeta os autos para o Departamento de Contabilidade para que seja emitida a Nota de empenho.

Por fim, encaminhe o processo ao Departamento de Compras para que este faça a emissão da Autorização de Fornecimento/Serviços.

São Gabriel da Palha-ES, 26 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559905

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 009/2025
Processo Administrativo 000733/2025
O Município de São Gabriel da Palha - ES - torna público, através do seu Agente de Contratação, que realizará Dispensa Eletrônica para aquisição de gerador de energia e martelete perfurador rompedor para uso na manutenção dos serviços do Departamento de Limpeza Pública do município, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do Art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.
Data da sessão: 04/06/2025.
Horário: 09:00h as 15:00h.
O edital poderá ser retirado no site **www.saogabriel.es.gov.br** ou **www.portaldecompraspublicas.com.br.** Demais informações pelo telefone 00 XX 27 3727-1366, ramal 362.
São Gabriel da Palha, em 28/05/2025.
ERLITON DE MELLO BRAZ
Agente de Contratação

Protocolo 1559930

Inexigibilidade de Licitação

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003259/2025
Considerando estarem presentes os pressupostos administrativos da legislação que regem a matéria, RATIFICO a contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, Parecer n. 585/PGM/2025, com fundamento no art. 74, III da Lei 14.133/2021, em favor da empresa CARTÓRIO DO 1 OFICIO DA COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA, inscrito no CNPJ nº 33.103.601/0001-89, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em serviços cartorários para Registro dos Conselhos Escolares Edição 2024-2025 das unidades escolares: CMEI

Dona Neca, CMEI Violanda Fracalossi Galetti, CMEI Vovó Zeffa e EMEF Irmã Adelaide Bertocchi, da Rede Municipal de Ensino para realização dos serviços de análise documental e registro em cartório, no valor de R$ 2.181,47 (dois mil cento e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos); despesa que irá correr pela seguinte Dotação Orçamentária: Ficha 616 - \PROJ/ATIV: 2.508 - ELEMENTO DE DESPESA: 339039999000 - FONTE: 150000250000.
E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação e autorização sejam publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, conforme prevê o art. 72, § único, da Lei nº 14.133/2021.
São Gabriel da Palha, em 27 de maio de 2025.
Tiago Rocha
Prefeito Municipal

Protocolo 1559771

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003553/2025

Considerando estarem presentes os pressupostos administrativos da legislação que regem a matéria, RATIFICO a contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, Parecer n. 00576/PGM/2025, com fundamento no art. 74, III, alínea "f" da Lei 14.133/2021, em favor da empresa **INSTITUTO CONHECER**, inscrita no CNPJ nº **17.681.574/0001-75**, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a realização de curso de capacitação para servidores da prefeitura e OSC'S sobre Marco Regulatório Lei 13.019/2014, no valor de R$ R$ 3.495,00 (três mil quatrocentos e noventa e cinco reais); despesa que irá correr pela seguinte Dotação Orçamentária: Ficha 597 - \PROJ/ATIV: 2.502 - ELEMENTO DE DESPESA: 33903900000 - FONTE: 150000250000.
E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação e autorização sejam publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, conforme prevê o art. 72, § único, da Lei nº 14.133/2021.
São Gabriel da Palha, em 27 de maio de 2025.
Tiago Rocha
Prefeito Municipal

Protocolo 1559789

Adjudicação e/ou Homologação

PROCESSO Nº 008026/2024
ASSUNTO: TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA
ENDEREÇAMENTO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TIAGO ROCHA, Prefeito de São Gabriel da Palha, do Estado do Espírito Santo, no uso de atribuições legais,

RESOLVE:

Com fundamento no inciso IV, do art. 71, da Lei nº 14.133/2021 e posteriores alterações, e conforme o que consta do Processo nº 8026/2024, **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório na modalidade Concorrência Pública Nº 004/2025 de 04/02/2025, na forma eletrônica, com critério de julgamento "*menor preço global*", bem como obedecerá ao regime de execução na forma Indireta, cujo o objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em capeamento asfáltico em diversas ruas deste município, conforme descrições detalhadas constantes nos projetos e planilhas, anexos nos autos, Secretaria de Obras, deste Município de São Gabriel da Palha - ES, de acordo com o Termo de Referência constante no processo, e adjudicar o objeto em favor da empresa: **J. S. TORQUATO ENGENHARIA LTDA.**, com o valor de R$ 4.288.899,98 (quatro milhões duzentos e oitenta e oito mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

São Gabriel da Palha-ES, 26 de maio de 2025.

TIAGO ROCHA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559764

São Roque do Canaã

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ/ES AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 980764 - 00023/2025

O **Município de São Roque do Canaã/ES**, conforme art. 86 da Lei 14.133/2021, vem a público, através do(a) Agente de Contratação, convidar outros órgãos ou entidades interessadas a participar de licitação em Sistema de Registro de Preços (SRP), objetivando a futura e eventual aquisição de MATERIAIS E INSUMOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SMS/SRC.

O órgão ou entidade interessada poderá manifestar o interesse em ser participante do Registro de Preços dentro do prazo de 08 (oito) dias úteis, a partir da publicação desta Intenção de Registro de Preços. Para fins de participação o órgão ou entidade deverá encaminhar até o dia **06/06/2025** suas intenções, através do Sistema de Compras do Governo Federal - compras.gov.br.

O órgão ou entidade participante interessado em integrar a futura ata, como participante, deverá encaminhar, sob pena de indeferimento do IRP, com fundamento no regulamento, para o e-mail oficial da Secretaria Municipal de Administração - administracao@saorquedocanaa.es.gov.br, contendo os seguintes documentos formais:
a) Documento de Formalização da Demanda;
b) Estimativa de consumo (quantidade a ser registrada);
c) Justificativa da quantidade a ser registrada, com a respectiva memória de cálculo (ex.: planilha explicativa de consumo, relatórios de quantitativos adquiridos em anos anteriores, pormenorizados em mapa comparativo, etc);
d) Estudo Técnico Preliminar;

e) Termo de Referência ou Projeto Básico, contendo todas as especificações do item e ainda local de entrega;
f) Concordância com o objeto a ser licitado;
g) Documento formal contendo aprovação da autoridade competente.

Informações adicionais podem ser obtidas através do telefone (27)3729-1120.

São Roque do Canaã - ES, 27 de maio de 2025.

VALERIA CRISTIANI BUZZATO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Decreto Municipal Nº 6.893/2024
alterado pelo Decreto Nº 7.063/2024

Protocolo 1558883

Dispensa de Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001839/2025
Identificação CidadES: 2025.068E0700001.09.0016
IP CONTRATAÇÃO PNCP 01612865000171-1-000094/2025
RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO IV, ALÍNEA "A" DA FEDERAL LEI 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES

O Prefeito de São Roque do Canaã - Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, **AUTORIZA** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, processada com fundamento na Lei Federal nº **14.133/2021** e suas alterações, especialmente em seu **ARTIGO 75**, **INCISO IV**, **ALÍNEA "A"** e ainda com base no Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica Municipal, para que se proceda com a contratação de empresa CAMPO FORTE TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.917.678/0003-23, ora autorizada e especializada em manutenção e revisão de garantia de 500 (quinhentas) horas, do veículo MÁQUINA RETROESCAVADEIRA chassi XUG08703KRPA02592, no valor global de R$ 5.591,71 (cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e setenta e um centavo), em atendimento à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico. Correndo tal despesa por conta específica da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de São Roque do Canaã - ES, para o exercício de 2025.

São Roque do Canaã - ES, 27 de Maipo de 2025.

_____
MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito de São Roque do Canaã

Protocolo 1559119

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001920/2025
Identificação CidadES: 2025.068E0500001.09.0007
ID CONTRATAÇÃO PNCP 01612865000171-1-000096/2025
RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO IV, ALÍNEA "A" DA FEDERAL LEI 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES

O Secretário Municipal de Saúde de São Roque do Canaã - ES, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA** e **AUTORIZA** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, processada com fundamento na Lei Federal nº **14.133/2021** e suas alterações, especialmente em seu **ARTIGO 75**, **INCISO IV**, **ALÍNEA "A"** e ainda com base no Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica Municipal, para que se proceda com a contratação da empresa LIDER VEICULOS S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 02.789.552/0009-03, ora autorizada e especializada em manutenção e revisão de garantia 50.000 (cinquenta mil) quilômetros, do veículo CHEVROLET ONIX, placa SFX4B59, no valor global de 3.020,48 (três mil, vinte reais e quarenta e oito centavos), em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde Correndo tal despesa por conta específica da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de São Roque do Canaã - ES, para o exercício de 2025.
São Roque do Canaã - ES, 27 de Maio de 2025.

_____
GABRIEL FORÇA SILVESTRE
Secretário Municipal de Saúde

O Prefeito de São Roque do Canaã - Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA** e **AUTORIZA** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, processada com fundamento na Lei Federal nº **14.133/2021** e suas alterações, especialmente em seu **ARTIGO 75**, **INCISO IV**, **ALÍNEA "A"** e ainda com base no Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica Municipal.

São Roque do Canaã - ES, 27 de Maio de 2025.

_____
MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito de São Roque do Canaã

Protocolo 1559233

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001921/2025
Identificação CidadES: 2025.068E0500001.09.0006
IP CONTRATAÇÃO PNCP 01612865000171-1-000095/2025
RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO IV, ALÍNEA "A" DA FEDERAL LEI 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES

O Secretário Municipal de Saúde de São Roque do Canaã - ES, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA** e **AUTORIZA** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, processada com fundamento na Lei Federal nº **14.133/2021** e suas alterações, especialmente em seu **ARTIGO 75**, **INCISO IV**, **ALÍNEA "A"** e ainda com base no Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica Municipal, para que se proceda com a contratação da empresa LIDER VEICULOS S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 02.789.552/0009-03, ora autorizada e especializada em manutenção e revisão de garantia 50.000 (cinquenta mil)

quilômetros, do veículo CHEVROLET ONIX, placa SFZ4A05, no valor global de R$ 3.020,48 (três mil, vinte reais e quarenta e oito centavos), em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde Correndo tal despesa por conta específica da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de São Roque do Canaã - ES, para o exercício de 2025.
São Roque do Canaã - ES, 27 de Maio de 2025.

_____
GABRIEL FORÇA SILVESTRE
Secretário Municipal de Saúde

O Prefeito Municipal de São Roque do Canaã - Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA** e **AUTORIZA** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, processada com fundamento na Lei Federal nº **14.133/2021** e suas alterações, especialmente em seu **ARTIGO 75**, **INCISO IV**, **ALÍNEA "A"** e ainda com base no Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica Municipal,

São Roque do Canaã - ES, 27 de Maio de 2025.

_____
MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1559240

Adjudicação e/ou Homologação

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 90011/2025
PNCP: 01612865000171-1-000088/2025
ID CIDADES: 2025.068E0700001.01.0003

Constatada a regularidade dos atos procedimentais, **HOMOLOGA** a **ADJUDICAÇÃO** referente ao Processo nº 001483/2025, Pregão nº 90011/2025, conforme parecer da Pregoeira Oficial do Município, em favor da empresa:
a) LEONARDO CAETANO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.936.394/0001-04, vencedor com valor total global de **R$ 879.000,00** (oitocentos e setenta e nove mil reais);
Por fim, informamos que o valor total contratado neste certame perfaz o montante de **R$ 879.000,00** (oitocentos e setenta e nove mil reais).
Desse modo, **AUTORIZO** a convocação dos representantes legais, para assinatura da Ata para formalização de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em Produção para eventos, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários para atender às demandas da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer do Município de São Roque do Canaã.

São Roque do Canaã - ES, 27 de maio de 2025.

MARCOS GERALDO GUERRA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1560011

Viana

Adjudicação e/ou Homologação

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº029/2025
Código CidadES: n° 2025.073E0700001.01.0005

O Município de Viana/ES, por meio do Prefeito Municipal, **TORNA PÚBLICO** e comunica aos interessados a **adjudicação e homologação do pregão eletrônico Nº029/2025**, processo administrativo n°11.615/2024 SEMOPS. Objeto: **registro de preços para aquisição de grelhas de ferro fundido e grelhas de concreto armado**. Empresa vencedora: **INTEGRAL COMERCIAL E FORNECEDORA LTDA**, Itens 01, 02, 03 e 04 no valor total de **R$778.000,00** (setecentos e setenta e oito mil reais).
Viana/ES, 27 de Maio de 2025.
Wanderson Borghardt Bueno
Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1559374

Câmaras

Aracruz

Dispensa de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA

Processo Administrativo nº 1681/2025

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Aracruz - CMA
CNPJ: 39.616.891/0001-40
CONTRATADO: AJAX HOTEIS S.A.
CNPJ: 09.643.387/0002-50

Em decorrência das razões de fato e de direito exaradas no procedimento administrativo protocolado sob o nº 1681/2025, com fulcro no Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, bem como em atenção às orientações emitidas no parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral desta Casa de Leis, RECONHEÇO E RATIFICO as razões da justificativa da presente dispensa de licitação e AUTORIZO a contratação da empresa AJAX HOTEIS S.A., inscrito no CNPJ de nº 09.643.387/0002-50, devidamente qualificada nos autos do processo, consubstanciado nos documentos que instruíram o referido processo de contratação direta.

Objeto: Aquisição/contratação de serviços de hospedagem, com café da manhã incluso, para atender a ESESP - Escola de Serviços Públicos do ES, que ministrará curso presencial sobre a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), no Plenário da Câmara de Aracruz, nos dias 27 a 29/05 e 10 a 12/06.

Valor: R$ 2.792,00 (dois mil setecentos e noventa e dois reais).
Fonte: Recurso Ordinário da Câmara Municipal de Aracruz-ES

JEAN CARLO GRATZ PEDRINI
Presidente da Câmara Municipal de Aracruz
Protocolo 1559068

Boa Esperança

Inexigibilidade de Licitação

TERMO AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.119/2025

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR prevê a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 74, inc. III da Lei nº 14.133/2021, CONSIDERANDO ainda que o PARECER JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, inc. VIII, da Nova Lei de Licitações, **AUTORIZO e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2025**.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado:	Inscrição para o curso Elaboração Legislativa Municipal: Aliando a Técnica Legislativa às Ferramentas de Inteligência Artificial para Garantir Qualidade e Eficiência, promovida pela FEST - Fundação Espírito-santense de Tecnologia, a ser realizada no período de 29 a 30 de maio de 2025, em Vitória/ES
Favorecido:	FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST, inscrito no CNPJ nº: 02.980.103/0001-90.
Valor Total:	R$ 4.946,00 (Quatro mil e novecentos e quarenta e seis reais).
Fundamento Legal:	art. 74, inc. III da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa anexa nos autos do processo de **inexigibilidade de licitação nº 002/2025.**

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/21.

Boa Esperança/ES, 26 de maio de 2025.

JOSETH DO LIVRAMENTO AREIA
Presidente

Protocolo 1558850

Jaguaré

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA

DISPENSA Nº. 006/2025
Processo: 000187/2025
ID Cidades: 2025.038L0200001.09.0008

ORGÃO: Câmara Municipal de Jaguaré-ES.
OBJETO: recarga de gás de cozinha GLP, para atendimento a câmara municipal de Jaguaré.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 28/05/2025 as 08h01min e término as 08h59min do dia 04/06/2025.

ABERTURA DA SESSÃO: as 09h00min do dia 04/06/2025.

Contato para informações adicionais: Tel: (27) 3769-1775 / 3191-0524. O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO PELO SITE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARE. **Site: www.cmjaguare.es.gov.br e PNCP.**

E-mail: clc.jaguare@gmail.com

Jaguaré-ES, 27 de maio de 2025.
Selma Chagas de Sales Agrizzi
Agente de Contratação/ Pregoeira
Câmara de Jaguaré - ES

Protocolo 1559544

Inexigibilidade de Licitação

TERMO DE RETIFICAÇÃO
Câmara Municipal de Jaguaré
Estado do Espírito Santo
RETIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
CÓDIGO CIDADES: 2025.038L0200001.10.0002
CÓDIGO PNCP: 31787922000114-1-000027/2025
PROCESSO: 00268/2025
CONTRATANTE: Câmara MunicipaldeJaguaré/ES
CONTRATADA: L.R.P. de Souza - Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial.
OBJETO: Palestra para evento institucional.Tema da palestra: Humanismo, ética e o mundo em transformação.
FORMA DE AQUISIÇÃO: INEXIGIBILIDADE
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentaria: 190 - Câmara Municipal de Jaguaré - ES
Elemento de Despesa: 33.90.30.00000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Ficha: 0000019.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.000,00 (três mil reais)
REALIZAÇÃO DO CURSO: 03 de junho de 2025, no auditório da Câmara Municipal de Jaguaré.
Jaguaré/ES, 27 de maio de 2025.
João Vanes dos Santos
Presidente da Câmara Municipal

Protocolo 1559875

Montanha

Pesquisa de Preço

AVISO DE COLETA DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
N° 239/2025

A Câmara Municipal de MONTANHA-ES, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais visando à Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado e de cortinas de ar, tipo split,com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços na Câmara Municipal de Montanha/ES, conforme especificaçõese exigências descritas no Termo de Referência. Podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a proposta mais vantajosa. Os interessados poderão obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido através do e-mail:licitacao.cmmontanha@gmail.com, através do portal de transparência da câmara municipal de montanha https://cmmontanha-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=422, ou em loco. Data limite para apresentação das propostas 02/06/2025 até as 13 horas.
Montanha - ES, 27 de maio de 2025
Setor de Compras
Câmara Municipal de Montanha/ES

Protocolo 1559232

São Gabriel da Palha

Adjudicação e/ou Homologação

HOMOLOGAÇÃO
RESULTADO DISPENSA FÍSICA Nº 03/2025
Processo Administrativo n.º 627/2025

O Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, do Estado do Espírito Santo, considerando o parecer da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, que certifica o presente processo encontra-se saneado respeitando os preceitos legais e após as cautelas adjudicatórias, **HOMOLOGA** em todos os seus termos, o **RESULTADO DE DISPENSA FÍSICA 03/2025**, **Processo Administrativo 627/2025**, cujo o objeto é a contratação de empresa para fornecimento de combustível (gasolina comum) para atender a demanda da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha - ES, com critério de julgamento maior percentual de desconto, na hipótese do Art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis. sendo homologado a empresa vencedora: **AUTO POSTO SÃO ROQUE LTDA - CNPJ: 27.482.310/0001-46**, com desconto de 0,05% sobre o preço de referência mensal divulgado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.
São Gabriel da Palha/ES, 26 de maio de 2025.

EUCLÉSIO AGUILAR LIMA
PRESIDENTE

Protocolo 1559499

São José do Calçado

Aviso de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A Câmara Municipal de São José do Calçado/ES, torna público a todos os interessados, que fica aberto o prazo para apresentação de propostas conforme abaixo:
Objeto: Aquisição de materiais de gêneros alimentícios, materiais de consumo, descartáveis e de limpeza, para atender a demanda da Câmara Municipal
Processo: 0293/2025
As propostas deverão ser encaminhadas por e-mail no endereço comprascamarasjc@gmail.com ou protocoladas no protocolo geral da Câmara Municipal no horário comercial de funcionamento, até o dia 05/06/2025 às 16h.
Segue Termo de Referência em anexo.

São José do Calçado-ES, 26 de maio de 2025.

Vanderleia Maria Rosa Rodrigues
Presidente da CMSJC

Protocolo 1559457

Venda Nova do Imigrante

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA
Processo Administrativo nº 527/2025

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES** (CMVNI) torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento o Processo Administrativo, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada em seguro total para o veículo oficial do Legislativo (Cruze).**

Visando atender ao disposto no §3º, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para apresentação de propostas de preços.

Interessados poderão solicitar o Termo de Referência através do endereço eletrônico compras@camaravni.es.gov.br, ou acessá-lo no Portal da Transparência da CMVNI ou no PNCP, e apresentar proposta de preços até às 14h do dia 30/05/2025. Demais esclarecimentos ligar 28 9 9946-1818, de 12h30 às 17h.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante/ES, será contratada para envio da documentação que comprove reunir condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Venda Nova do Imigrante/ES, 27 de maio de 2025.

Verena Gonçalves do Nascimento
Agente de Compras

Protocolo 1559927

Viana

Aviso de Licitação

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 549/2025
ID. TCES Nº 2025.073L0200001.01.0002

A Câmara Municipal de Viana torna público que realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo **Menor Preço por item** para Registro de Preços para aquisição e fornecimento de gêneros alimentícios para o abastecimento do almoxarifado central da Câmara Municipal de Viana, conforme especificações do Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.

Abertura: 09 horas, do dia 10 de junho de 2025.
Local: Portal de Compras Públicas
E-mail: licitacao@camaraviana.es.gov.br

Viana - ES, 27 de maio de 2025.

Joilson Broedel
Presidente

Fabiola Quintino
Pregoeira

Protocolo 1559637

Dispensa de Licitação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA
PROCESSO ADM. N.º 548/2025

Considerando as informações, documentos e despachos contidos nos autos do processo em epígrafe, AUTORIZO a contratação por meio de dispensa de licitação da empresa **AD BUFFET FESTAS E EVENTOS LTDA**, CNPJ n.º 50.523.720/0001-00, para organização, fornecimento de decoração e oferta de buffet, para atender o evento de comemoração do aniversário da cidade de Viana, a ser realizado no dia 23 de julho de 2025, na sede da Câmara Municipal de Viana.

Essa autorização se fundamenta nos artigos 72, VIII e 75, inciso II ambos da Lei Federal nº 14.133/2021. O valor é de R$ **R$60.465,00** (sessenta mil, quatrocentos e sessenta reais), será pago conforme as dotações orçamentárias específicas abaixo:

33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ.

Nessa oportunidade, determino a publicação deste ato para os devidos fins de transparência e publicidade.

Viana, 20 de maio de 2025.
JOILSON BROEDEL
Câmara Municipal de Viana Presidente

Protocolo 1559241

Vila Pavão

Inexigibilidade de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2025
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 099/2025
ID CidadES: 2024.074L0200001.10.0003

A Câmara Municipal de Vila Pavão - ES, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Legislação pertinente, RATIFICA A CONTRATAÇÃO DIRETA, com fundamento no Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei n.º 14.133/21, em favor da empresa: FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST inscrito no CNPJ nº 02.980.103/0001-90, cujo objeto visa a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominante intelectual, visando treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, concernente na participação de 01 (um) servidor da Câmara Municipal de Vila Pavão-ES, no evento aberto de capacitação e aperfeiçoamento intitulado: "**Elaboração Legislativa Municipal: Aliando a Técnica Legislativa às Ferramentas de Inteligência Artificial para Garantir Qualidade e Eficiência**", que tem previsão para ser realizado nos dias 29/05/2025 e 30/05/2025, em Vitória-ES, conforme justificativas no Processo eletrônico n.º 099/2025, Inexigibilidade n.º 003/2025. Valor: **R$ 2.473,00 (Dois mil, quatrocentos e setenta e três reais).**

Ato contínuo encaminhe-se o presente processo de dispensa de licitação para empenho da despesa. Publique-se.

Câmara Municipal de Vila Pavão/ES, 27 (vinte e sete) de maio de 2025.

JADISMAR ALVES DE MACEDO
Presidente CMVP/ES

Protocolo 1559214

Adjudicação e/ou Homologação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025
PROCESSO ELETRONICO N.º 077/2025
ID CIDADES: 2025.074L0200001.09.0011

A Câmara Municipal de Vila Pavão - ES, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Legislação pertinente, RATIFICA A CONTRATAÇÃO DIRETA, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/21, em favor da empresa: **J&K TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA ME** inscrito no **CNPJ: 04.429.549/0001-57**, tem por objeto a contratação de serviços especializados para manutenção preventiva e corretiva, bem como substituição de peças danificadas de computadores, para a Câmara Municipal de Vila Pavão, conforme justificativas no Processo eletrônico nº 077/2025, Dispensa de Licitação nº 012/2025. Valor: **R$ 3.462,00 (Três mil, quatrocentos e sessenta e dois reais).**

Ato contínuo encaminhe-se o presente processo de dispensa de licitação para empenho da despesa. Publique-se.

Câmara Municipal de Vila Pavão/ES, 27 (vinte e sete) de maio de 2025.

JADISMAR ALVES DE MACEDO
Presidente CMVP/ES

Protocolo 1559211

Entidades Municipais

Fundo Municipal de Saúde de Nova Venécia

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025
PROCESSO Nº 610880/2025

CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2025.052E0500001.01.0004

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais.

Local: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL - https://bllcompras.com/Home/Login
Data de abertura: 12/06/2025
Horário máximo de recebimento da proposta: 08h00min (Horário de Brasília-DF).
Horário do início da disputa: 08h30min (Horário de Brasília-DF).

O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.bll.org.br e www.novavenecia.es.gov.br, e também poderá ser lido e/ou obtido através do e-mail licitacao@novavenecia.es.gov.br ou no endereço da Prefeitura Municipal de Nova Venécia/ES, situada na Avenida Vitória, nº 347, Centro, Nova Venécia/ES, CEP: 29.830-000, nos dias úteis, no horário de 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.
Informações pelo tel. (27) 3752-9004.

Nova Venécia/ES, 27/05/2025

CELSO RUELA ALBINO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Protocolo 1559090

Inexigibilidade de Licitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENÉCIA
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2025
PROCESSO Nº 613338/2025

CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2025.052E0500001.09.0016

Ratifico os atos praticados no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 004/2025 e autorizo a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças, no analisador de bioquímica da marca Vitalab Flexor E, nº de série 9-7090, fabricante ELITECH, patrimônio nº 29983, utilizado no laboratório municipal de Nova Venécia, conforme estabelecido no inciso I, artigo 74 da Lei 14.133/21.

Valor da Inexigibilidade: R$ 20.955,57 (vinte mil novecentos e cinquenta e cinco mil e cinquenta e sete reais).

Nova Venécia, 27/05/2025.

CELSO RUELA ALBINO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Protocolo 1559001

Chamada Pública

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENÉCIA/ES

EXTRATRO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº 614255, DE 23/05/2025.

Foi publicado no dia 27/05/2025, no sítio oficial do Município de Nova Venécia/Portal da Transparência o extrato da justificativa de dispensa de licitação de Chamamento Público para fins cumprimento do art. 32, § 1º da lei 13.019/2014 para celebração de parceria com a Associação de Amparo Social, Educacional e Reabilitação de Dependentes Químicos - AASERDEQ**.**

Fica aberto prazo legal de impugnação de 05 (cinco) dias úteis, conforme art. 32, § 2º da lei 13.019/2014.

Concedente: MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA/ES.

Concedente/Gestora: Fundo Municipal de Saúde.

PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DE AMPARO SOCIAL, EDUCACIONAL E REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS - AASERDEQ

Nova Venécia, 27/05/2025.

CELSO RUELA ALBINO
Secretário Municipal de Saúde/Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Protocolo 1559876

Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa

Chamada Pública

CHAMAMENTO PÚBLICO

A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos de Santa Teresa/ES juntamente com a

Secretaria Municipal Saúde de Santa Teresa/ES fazem saber que, as empresas interessadas em oferecer proposta comercial para **Prestação de Serviços de Telefonia Móvel**, **na modalidade voz (chip)**, **a ser executada de forma contínua destinado as linhas móveis pertencentes as Secretarias**, entrem em contato para requererem a solicitação de orçamento na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e/ou Secretaria Municipal Saúde, Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, Centro, Santa Teresa/ES, CEP: 29.650-000, telefone: (27) 3259-3856 (adm) ou (27) 3441-9705 (saúde) ou por e-mail: apoioadministrativo@santateresa.es.gov.br apoioadmsaude@santateresa.es.gov.br

Os orçamentos deverão ser encaminhados até o dia 29 de maio de 2025.

Santa Teresa/ES, 23 de Maio de 2025.

MARIA JOSÉ FOEGER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

SIGRID KERCKHOFF STUHR
SECRETÁRIA MUNICIPAL SAÚDE
Protocolo 1557757

Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Venécia

Adjudicação e/ou Homologação

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NOVA VENECIA/ES

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA
Nº 003/2025
PROCESSO Nº 610489/2025

CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2025.052E0500002.09.0004

Objeto: Aquisição por dispensa de licitação de Materiais Elétricos para instalação de ar-condicionado para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS e Centro de Referência de Assistência Social- CRAS.

CONTRATADA: NVEW SOLUÇÕES LTDA
CNPJ nº 55.561.607/0001-32
Item: 02 (R$ 3,10)
Item: 03 (R$ 4,70)
Item: 04 (R$ 4,70)
Valor Total: R$ 3.120,00

CONTRATADA: 42.942.403 JUBERTO THOMAZ
CNPJ nº 42.942.403/0001-08
Item: 06 (R$ 24,98)
Valor Total: R$ 349,72

CONTRATADA: B2 COMERCIAL LTDA
CNPJ nº 58.097.638/0001-72
Item: 07 (R$ 30,00)
Item: 08 (R$ 5,96)
Valor Total: R$ 239,60

Valor Global: R$ 3.709,32 (três mil, setecentos e nove reais e trinta e dois centavos).

Nova Venécia/ES, 26/05/2025

ROMULO DA SILVA BAIA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Protocolo 1558862

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Barra São Francisco - BARRAPREV

Dispensa de Licitação

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO
O presente tem como objetivo dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para fornecimento de capa de processo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Barra de São Francisco/ES, por meio de processo de contratação direta previsto na Lei Federal 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 - JUSTIFICATIVA
2.1. DA CONTRATAÇÃO:
2.1.1. A presente contratação se faz necessária para fornecimento de capas de processo, item essencial à tramitação e organização documental no âmbito desta instituição. As capas de processo são utilizadas para acondicionar, proteger e identificar os autos administrativos e judiciais, garantindo a adequada conservação dos documentos e facilitando o manuseio e o controle dos mesmos pelos setores responsáveis.
2.1.2. Verifica - se, atualmente, a escassez desse material no estoque, o que compromete a continuidade dos trabalhos e a celeridade no andamento dos processos internos. Ressalta - se que a reposição periódica desse item é imprescindível para assegurar a eficiência dos serviços prestados e o cumprimento dos prazos regimentais.
2.1.3. Dessa forma, a contratação ora proposta visa repor o estoque de capas de processo, de maneira a evitar a interrupção das atividades administrativas e assegurar a regularidade na tramitação documental.
2.1.4. A opção pela dispensa de licitação é respaldada pela necessidade imediata de reposição, conforme as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
2.1.5. A opção pela compra direta se deve ao fato de que a quantidade prevista para compra é pequena e o valor da aquisição é de pequena monta.

3 - DO DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
01	CAPA DE PROCESSO	600

4 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS
4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante compra direta nos termos do §**2º do art.75** da Lei Federal Nº 14.133/2021.

5- ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
5.1. O prazo de entrega dos produtos é de máximo 05 (cinco) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento pelo Instituto de Previdência de Barra de São Francisco, em remessa única, nas dependências do Almoxarifado do BARRAPREV no endereço: Avenida Jones dos Santos Neves, 014, Centro - CEP: 29.800-000.
5.2. Os produtos serão recebidos pelo servidor responsável pelo almoxarifado.

6- SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
6.1. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
6.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos para fins de aceitação e recebimento definitivo.
6.3. Comunicar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
6.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada;
6.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

7- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
7.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
7.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

8- DO PAGAMENTO
8.1. O pagamento será realizado com prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura, através de ordem bancária, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
8.2. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta eletrônicas oficiais ou à documentação mencionada art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
8.3. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstâncias que impeça a liquidação de despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
8.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
8.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
8.7. Constatando-se a situação de irregularidade de contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9- ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS
9.1. O custo estimado do equipamento foi definido mediante cotação de mercado, tendo como referência o de menor valor.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Instituto de Previdência.

Barra de São Francisco/ES, 27 de maio de 2025.
VALDINEI TEODORO DOS REIS
Diretor Presidente do Barraprev

Protocolo 1559462

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins

Dispensa de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS - IPASDM

Processo Administrativo Nº 030/2025
Dispensa de Licitação nº 004/2025
CÓDIGO CIDADES TCE/ES 2025.023E0800001.09.0003

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) certificados para assinatura digital, e-CPF, para pessoa física do tipo A3 (com token usb), padrão ICP Brasil, com 36 (trinta e seis) meses de validade, com a finalidade de auxiliar na execução das funções, na tramitação de documentos entre outros Órgãos do Estado e, assim como as demais atividades administrativas que exijam a utilização de certificação digital deste Instituto.

A presente **DISPENSA DE LICITAÇÃO** encontra-se fundamentada no inciso II, do art. 75 da Lei Federal 14.133, de 2021.

VENCEDOR: JOÃO AUGUSTO TRARBACH MAYER - CNPJ 39.509.253/0001-20.
VALOR DA DISPENSA : R$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais)

Publique-se, cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de maio de 2025.
ADEVAL IRINEU PEREIRA
Diretor Presidente do RPPS de Domingos Martins/ES

Protocolo 1559175

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari - IPG -

Resultado de Licitação

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 001/2025

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES-IPG, TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PREGÃO ELETRONICO **001/2025** - **PROCESSO Nº 200023/2025**, VISANDO A AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO MINIVAN, ZERO QUILÔMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL OU NOS PAÍSES QUE COMPÕEM O MERCOSUL (SERÃO ACEITOS VEÍCULOS FABRICADOS NOS PAÍSES DO MERCOSUL, DESDE QUE HAJA ACORDO BILATERAL PARA O COMÉRCIO DE VEÍCULOS, EM VIGOR COM O BRASIL), ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO ATUAL, COM CAPACIDADE PARA SETE PASSAGEIROS INCLUÍDO O MOTORISTA , QUE FOI DECLARADA VENCEDORA A EMPRESA **X CAR VEICULOS LTDA, CNPJ: 50.325.167/0001-09**;

GUARAPARI/ES, 26 DE MAIO DE 2025.
FABRÍCIO LUCENA DE JESUS
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Protocolo 1558903

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá

Dispensa de Licitação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
Art. 72, incisos VIII da Lei Federal nº 14.133/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 005/2025
ID CIDADES Nº 2025.062E0800001.09.0005

OBJETO:
Aquisição de **TINTA PARA IMPRESSORA E ADAPATADOR DE REDE SEM FIO USB**, visando suprir a necessidade e demandas ordinárias da Sede Administrativa do IPS/SMJ, conforme especificações, condições, quantidades e exigências. Afigurando-me que a contratação é legal, e se encontra fundamentada no Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, assim **AUTORIZO** o procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em favor da empresa **CONSERTA SMART SMJ**, inscrita sob CNPJ nº 34.076.875/0001-99, objetivando a **aquisição de TINTA PARA IMPRESSORA E ADAPATADOR DE REDE SEM FIO USB**, visando suprir a necessidade e demandas ordinárias da Sede Administrativa do IPS/SMJ, conforme especificações, condições, quantidades e exigências, pelo valor total de **R$ 923,91** (novecentos e vinte e três reais e noventa e um centavos).

Assim, ordeno que se proceda com a publicação do objeto supramencionado, com a condição de sua eficácia, conforme prescreve o Art. 72, parágrafo único Lei Federal nº 14.133/2021.

(Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial).

Santa Maria de Jetibá-ES, 27 de maio de 2025

DAVID RAASCH
Presidente Executivo do IPS/SMJ

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 005/2025
Processo nº 147/2025
ID CIDADES: 2025.062E0800001.09.0005

RECONHEÇO e RATIFICO a Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. E em consonância com o parecer jurídico acostado nos autos de nº 147/2025, para a contratação da empresa **CONSERTA SMART SMJ**, inscrita sob CNPJ nº 34.076.875/0001-99, objetivando a **aquisição de TINTA PARA IMPRESSORA E ADAPATADOR DE REDE SEM FIO USB**, visando suprir a necessidade e demandas ordinárias da Sede Administrativa do IPS/SMJ, conforme especificações, condições, quantidades e exigências, pelo valor total de **R$ 923,91** (novecentos e vinte e três reais e noventa e um centavos).

Santa Maria de Jetibá-ES, 27 de maio de 2025

DAVID RAASCH
Presidente Executivo do IPS/SMJ

Protocolo 1559158

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz

Aviso de Licitação

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL DE CONCORRENCIA ELETRONICA - Nº 003/2025
ID TCES: 2025.009E0100001.01.0015
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz-ES, por intermédio de seu Agente de Contratação/Pregoeiro, designada pela Portaria SAAE-ARA-Nº146/2023, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na plataforma da BLL - Compras (Bolsa de Licitações do Brasil) - www.bll.org.br, no dia e horário abaixo especificado. O Edital estará à disposição dos interessados nos sites: www.saaeara.com.br e www.bll.org.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (27) 3256-9409 ou através do e-mail: licitacao@saaeara.com.br
OBJETO: Contratação de empresa para implantação de um pátio de transbordo de resíduos sólidos provenientes da manutenção das redes de esgoto e estações elevatórias do SAAE de Aracruz-ES
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h30min do dia 16/06/2025
INICIO DA DISPUTA: às 16/06/2025 do dia 16/06/2025
JOSIMERY DE OLIVEIRA BATISTA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO

Protocolo 1559564

Dispensa de Licitação

RESULTADO DE DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO - Nº 0007/2024
ID TCES: 2025.009E0100001.09.0008

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz-ES, por intermédio de seu Agente de Contratação/ Pregoeira, designada pela Portaria SAAE-ARA-038/2025, comunica a todos os interessados, que o DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO - Nº 0007/2024, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE ESCADA PLATAFORMA, publicado no site www.bll.org.br, foi declarado **FRACASSADO.**

Josimery de Oliveira Batista
Agente de Contratação/Pregoeira
Protocolo 1558962

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares

Resultado de Licitação

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025

O SAAE de Linhares, por meio de seu Pregoeiro, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 08/2025, Processo nº 000513/2025.
OBJETO: Aquisição de Cloreto de Sódio (sal moído) para uso em máquinas geradoras de hipoclorito de sódio, na forma de **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, conforme quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos, sob o regime de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
Empresa Vencedora:
- **RENOVA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E ASFÁLTICO LTDA**, CPNJ: 49.149.027/0001-30, no valor de R$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais).
O processo está à disposição, na sede desta Autarquia.
Linhares-ES, 27/05/2025.
Auro César Caon
Agente de Contratação
SAAE de Linhares
Protocolo 1558977

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

O SAAE de Linhares, por meio de seu Pregoeiro, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 07/2025, Processo nº 000346/2025.
OBJETO: Aquisição de reagente bacteriológico para ser utilizado nas análises microbiológicas para controle de processo e de qualidade conforme exigência da Portaria nº 888, de 04 de maio de 2021, na forma de **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, conforme quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos, sob o regime de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
Empresa Vencedora:
- **QUIMAFLEX CIENTÍFICA LTDA**, CPNJ: 13.224.500/0001-59, no valor de R$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais).
O processo está à disposição, na sede desta Autarquia.
Linhares-ES, 27/05/2025.
Auro César Caon
Agente de Contratação
SAAE de Linhares
Protocolo 1558978

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio Bananal

Aviso de Licitação

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

CONTRATANTE
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO BANANAL.
OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE RECARGA DE BOTIJÕES DE GÁS GLP - GÁS DE COZINHA ACONDICIONADO EM CILINDRO DE P-13 - BOTIJA 13KG, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO BANANAL/ES.

LINK DO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL:
https://riobananal.es.gov.br/pregao-eletronico-saae

DATA E HORÁRIO MÁXIMO PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS
Dia **29/05/2025** às **23:59h (horário de Brasília)**

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PARA APURAÇÃO E PROPOSTAS RECEBIDAS E SOLICITAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
Dia **30/05/2025** às **08:00h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por item.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: saae@riobananal.es.gov.br

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS SIM
Protocolo 1558980

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapemirim

Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico Nº. 000006/2025
ID CIDADES TCE/ES:
2025.035E0100001.01.0011

O **SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO** torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a regulamentação DECRETO MUNICIPAL 20.041/2023, realizará PREGÃO ELETRÔNICO, atráves do **Bolsa Nacional de Compras** www.bnccompras.com, sendo conduzido por e tendo como autoridade **MAURÍCIO MOREIRA DA SILVA.**

INÍCIO REC. PROPOSTA: 28 de maio de 2025 - 00:01min
FIM REC. PROPOSTA: 09 de junho de 2025 - 08:00
INÍCIO DISPUTA: 09 de junho de 2025 - 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 88.658,70

OBJETO DO PROCESSO: AQUISIÇÃO DE BOMBA PARA DOSAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS

Para demais informações contato via e-mail: licita@saaeitapemirim.com.br, telefone: (28)35326308 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com.

ITAPEMIRIM-ES, 27 de maio de 2025
Pollyana de S. G. Faria
PREGOEIRO

Protocolo 1559554

Pregão Eletrônico Nº. 000009/2025
ID CIDADES TCE/ES:
2025.035E0100001.01.0012

O **SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO** torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a regulamentação DECRETO MUNICIPAL 20.041/2023, realizará PREGÃO ELETRÔNICO, atráves do **Bolsa Nacional de Compras** www.bnccompras.com, sendo conduzido por e tendo como autoridade **MAURÍCIO MOREIRA DA SILVA.**

INÍCIO REC. PROPOSTA: 28 de maio de 2025 - 00:01min
FIM REC. PROPOSTA: 09 de junho de 2025 - 09:00
INÍCIO DISPUTA: 09 de junho de 2025 - 10:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 190.716,67
OBJETO DO PROCESSO: AQUISIÇÃO DE BOMBA ANFÍBIA TRIFÁSICA DE 60 CV DE POTÊNCIA

Para demais informações contato via e-mail: licita@saaeitapemirim.com.br, telefone: (28)35326308 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com.

ITAPEMIRIM-ES, 27 de maio de 2025
Pollyana de S. G. Faria
PREGOEIRO

Protocolo 1559621

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de João Neiva

Inexigibilidade de Licitação

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2025
ID CidadES/TCE-ES:
2025.040E0100002.10.0003

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO NEIVA/ES, CNPJ: 31.776.248/0001-72 pelas razões expostas no **Processo n° 331/2025**, torna público que o Diretor Geral do SAAE, ratificou e autorizou a **Inexigibilidade de Licitação Nº 003/2025 com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei Federal Nº 14.133/21**, para a contratação da empresa **ALEXCON - TREINAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 50.105.773/0001-00, objetivando a contratação de serviço de treinamento presencial "in-company" para 15 (quinze) servidores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de João Neiva/ES, sobre a Lei n° 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a ser realizado em 2 (dois) dias consecutivos, com carga horária de 8 (oito) horas por dia, totalizando 16 (dezesseis) horas, conforme tabela e especificações constantes no Termo de Referência. Valor Total: R$ 25.535,00 (Vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

João Neiva, 27 de maio de 2025.
EMERSON BRANDÃO ALMEIDA
Diretor Geral do SAAE/JN
Decreto Municipal nº 9.550/2024

Protocolo 1559224

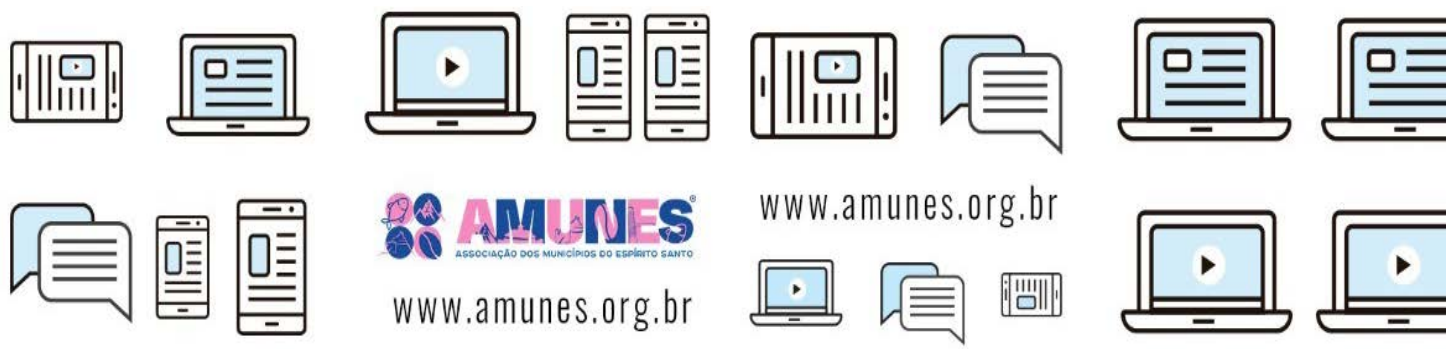
Pesquisa de Preço

AVISO DE PESQUISA DE PREÇO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de João Neiva/ES CONVOCA todos os interessados no respectivo ramo de atividade para apresentarem, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, orçamento para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA ATENDER AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO NEIVA/ES - (SAAE)** conforme Processo Administrativo Nº 170/2025. O Termo de Referência e especificações do objeto poderão ser solicitados através do e-mail compras@saaejn.com.br.

João Neiva, 19 de maio de 2025.
EMERSON BRANDÃO ALMEIDA
Diretor do SAAE

Protocolo 1554490



Consórcio Público da Região Norte do Espírito Santo - CIM Norte -

Errata

ERRATA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 054/2025

Do extrato publicado DOM/ES e DIO/ES do dia 22 de maio de 2025 - referente a contratação de empresa para o fornecimento de recarga de oxigênio medicinal, para atender as demandas dos Programa SAMU 192, Rede Cuidar Nova Venécia e Rede Cuidar Polo São Mateus e Municípios participantes.

ONDE SE LÊ:

Fornecedor: IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA, CNPJ nº 67.423.152/0001-78
Endereço: Av. Antonieta Piva Barranqueiros, 150, Distrito Industrial - Jundiaí- SP - CEP: 13213-009
Representante: TIAGO JOSÉ DEGANI DOS SANTOS

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Recarga de oxigênio medicinal para cilindro 01m³, pureza mínima de 99,5%, formula química O2	IBG	UND	2.760	R$ 120,00	R$ 331.200,00
2	Recarga de oxigênio medicinal para cilindro 02m³, pureza mínima de 99,5%, formula química O	IBG	UND	2.275	R$ 140,00	R$ 318.500,00
3	Recarga de oxigênio medicinal para cilindro 03m³, pureza mínima de 99,5%, formula química O2	IBG	UND	2.993	R$ 180,00	R$ 323.244,00
4	Recarga de oxigênio medicinal para cilindro 10m³, pureza mínima de 99,5%, formula química O2	IBG	UND	3.314	R$ 150,00	R$ 497.100,00
5	Recarga de ar comprimido 10 m³	IBG	UND	2.138	R$ 150,00	R$ 320.700,00
VALOR TOTAL						R$ 1.790.744,00

LEIA-SE:

Fornecedor: IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA, CNPJ nº 67.423.152/0001-78
Endereço: Av. Antonieta Piva Barranqueiros, 150, Distrito Industrial - Jundiaí- SP - CEP: 13213-009
Representante: TIAGO JOSÉ DEGANI DOS SANTOS

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Recarga de oxigênio medicinal para cilindro 01m³, pureza mínima de 99,5%, formula química O2	IBG	UND	2.760	R$ 120,00	R$ 331.200,00
2	Recarga de oxigênio medicinal para cilindro 02m³, pureza mínima de 99,5%, formula química O	IBG	UND	2.275	R$ 140,00	R$ 318.500,00
3	Recarga de oxigênio medicinal para cilindro 03m³, pureza mínima de 99,5%, formula química O2	IBG	UND	2.993	R$ 180,00	R$ 538.740,00
4	Recarga de oxigênio medicinal para cilindro 10m³, pureza mínima de 99,5%, formula química O2	IBG	UND	3.314	R$ 150,00	R$ 497.100,00
5	Recarga de ar comprimido 10 m³	IBG	UND	2.138	R$ 150,00	R$ 320.700,00
VALOR TOTAL						R$ 2.006.240,00

Permanecem inalteradas as demais disposições.

Nova Venécia, 26/05/2025.

EDILSON MORAIS MONTEIRO
PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NORTE DO ESPÍRITO SANTO - CIM NORTE/ES

Protocolo 1559292

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo - CISABES

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 004/2025
ID CIDADES: 2025.501C2600002.01.0003

O Consorcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espirito Santo-CISABES, sediado na Rod. BR 259, KM 54, Córrego Estrela, Colatina-ES, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando a **FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E PADRÕES DE LABORATÓRIO PARA O CISABES E AUTARQUIAS CONSORCIADAS**. A realização da sessão pública de disputa está prevista para às 09h, do dia 11/06/2025. O edital na íntegra poderá ser obtido através dos sites www.cisabes.com.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou do e-mail: comprascisabes@gmail.com.
Colatina/ES, 27 de maio de 2025.

Luziane Konradt
Pregoeira

Protocolo 1559087

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2025

Processo Administrativo Nº 020/2025 Pregão Eletrônico Nº 02/2025
ID CIDADES 2025.501C2600002.01.0001

Aos 26 dias do mês de Maio do ano de 2025, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEMENTO BÁSICO DO ESPÍRITO SANTO** - **CISABES**, pessoa jurídica de
direito público inscrita no CNPJ sob o nº 14.934.498/0001-74, com sede na BR 259, KM 54, Córrego Estrela, no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo, neste ato representado por seu Diretor, o Senhor **Paulo Henrique Travisani**, inscrito no CPF sob o nº 059.***.***-22, e a empresa **SUL AMBIENTAL SERVICOS DE MEIO AMBIENTE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 12.132.727/0001-01, estabelecida na Avenida Anchieta, 67 - Praia de Guanabara - Anchieta /ES CEP: 29230000, endereço eletrônico: comercial@sasambiental.com.br, neste ato representada **Roberta Dubberstein** , inscrita no CPF 110.***.***-32, considerando o julgamento da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 02/2025**, formaliza a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, observadas as condições do edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. A presente ata tem por objeto o **registro de preços para prestação de serviço de hidrojateamento e sucção de alta pressão, limpeza e desobstrução da rede coletora por hidrodinâmica através de um caminhão combinado de alto vácuo e hidrojato para serviço tratamento de esgoto para uso das autarquias consorciadas**, que apresentaram suas demandas para fornecimento eventual e parcelado, durante a vigência daquela, conforme necessidade da Administração, e de acordo com o edital.
1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de contratação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e no órgão oficial de divulgação dos atos da Administração, será de um ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITAIVOS E LOCAL DE ENTREGA
3.1. A seguir, apresenta-se a tabela contendo a definição do objeto, os quantitativos em horas, o valor unitário e o valor total, conforme estabelecido na proposta final:

OBJETO	QUANTITADADE (EM HORAS)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO E SUCÇÃO DE ALTA PRESSÃO, LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DA REDE COLETORA POR HIDRODINÂMICA ATRAVÉS DE UM CAMINHÃO COMBINADO DE ALTO VÁCUO E HIDROJATO PARA SERVIÇO TRATAMENTO DE ESGOTO PARA USO DAS AUTARQUIAS CONSORCIADAS.	5260	R$ 280,00 (Duzentos e Oitenta Reais)	R$ 1.472.800,00 (Um Milhão Quatrocentos e Setenta e Dois Mil e Oitocentos Reais)

3.2 O objeto desta ata deverá ser entregue conforme prazos e locais previstos no edital e no Anexo I (Termo de Referência).

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA
4.1. O objeto será recebido da seguinte forma:
a) recebimento provisório, quando então será recebido provisoriamente no momento da entrega, para verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e com a proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado;

b) recebimento definitivo: no prazo de 5 dias úteis após o recebimento provisório, quando então a fiscalização avaliará as características do objeto, o qual, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

4.2 A detentora da ata fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais, em conformidade com o constante da correspondente da nota de empenho, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

4.3 Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o objeto poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao licitante.

4.4 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi efetuado em desacordo com o pactuado, a fiscalização notificará por escrito a detentora da ata para substituir, às suas expensas, o objeto recusado.

4.5 Independentemente da aceitação, a detentora da ata deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir, no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

CLÁUSULA QUINTA - DA DETENTORA DA ATA E CONTRATANTE

5.1. A detentora da ata deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.2. O objeto deverá estar em conformidade com as normas vigentes; na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição na Ata de Registro de Preços, bem como estado de conservação do objeto, o qual será recebido e conferido por servidor(es) designado(s) da Administração.

5.3. A detentora da ata deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.

5.4. A detentora da ata deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

5.5. A detentora da ata deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.6. A detentora da ata deverá comunicar, imediatamente e por escrito, à Administração, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providencias de regularização necessária.

5.7. A detentora da ata deverá entregar o objeto com pontualidade, nos locais especificados, em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, em relação a qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.

5.8. A detentora da ata será responsável pela entrega do objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante e a terceiros.

5.9. A detentora da ata deverá garantir a qualidade do objeto fornecido, devendo reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, os materiais e/ou serviços prestados que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou má qualidade.

5.10. Será por conta da contratada as despesas com todos os tributos incidentes, taxas, impostos, contribuições, fretes e despesas com deslocamento, para a entrega do objeto contratado até os locais determinados para a sua entrega.

5.11. É de responsabilidade da detentora da ata possuir, em seu quadro, pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.

5.12. Todas as despesas decorrentes da entrega ou caso de troca do objeto, contratação de pessoal e demais encargos pertinentes aos objetos, serão de total responsabilidade da contratada.

5.13. A detentora da ata deverá observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, e obedecer às normas técnicas de proteção ao meio ambiente.

5.14. A detentora da ata deve cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos serão efetuados diretamente pela autarquia consorciada contratante, de acordo com solicitação prévia.

O pagamento será efetivado após recebimento definitivo do objeto e cumpridas as obrigações, por meio de confirmação do fiscal do contrato e após emissão de Nota Fiscal e Autorização de Fornecimento, ressalvadas demais formalidades exigidas pelo órgão.

6.2 Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão através das dotações orçamentárias de acordo com a autarquia contratante no momento da solicitação.

6.3 Em exercícios futuros, correspondentes à vigência da ata, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da detentora da ata, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta,

não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à

regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS

8.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a detentora da ata para negociar a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

8.3 A detentora da ata que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.4 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

8.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado à detentora da ata requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pela detentora da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da detentora da ata e da Administração;

III - seja demonstrada nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

8.6 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão da detentora da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.7 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e a detentora da ata continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

8.8 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no Item 8.7, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

8.9 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

8.10 Caso a detentora da ata não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.11 Liberado o fornecedor na forma do Item 8.10, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

8.12 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8.13 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

8.14 Uma vez requerida a atualização do preço registrado pela detentora da ata de registro de preços, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) para deliberar sobre o

assunto, prazo esse que será suspenso caso sejam solicitadas diligências ao respectivo requerente.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA

9.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando a detentora da ata:

I - for liberada;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

9.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração,

será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.4 A detentora da ata será notificada por meio idôneo para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES
A detentora da ata ficará sujeita às penalidades previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO
Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Colatina/ES, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO
12.1 Os servidores da Administração e a detentora da ata devem e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.
12.2 Para os propósitos do Item 12.1, definem-se as seguintes práticas:
I - "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
II - "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
III - "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV - "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
V - "**prática obstrutiva**":
a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da Administração, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática de fraude e de corrupção;
b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de a Administração promover inspeção.
12.3 A Administração imporá sanção sobre a detentora da ata ou pessoa física se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de

um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal e demais consórcios públicos que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
13.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
13.1.2.demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
13.1.3.consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor. **13.4**. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
13.5. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13.6. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
13.7 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
13.8 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 13.1.

Dos limites para as adesões

13.9 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
13.10 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços o edital do **Pregão Eletrônico n. 02/2025** e a proposta da detentora da ata.
14.2 A detentora da ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico n. 02/2025.**

Colatina/ES, 26 de Maio de 2025.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEMENTO BÁSICO DO ESPÍRITO SANTO - CISABES
Diretor Paulo Henrique Travisani CPF 059.*.***-22**

SUL AMBIENTAL SERVICOS DE MEIO AMBIENTE LTDA
Roberta Dubberstein
CPF 110.*.***-32 Sócia-proprietária**

Protocolo 1559000

Consórcio Público da Região Noroeste do Espírito Santo - CIM Noroeste -

Dispensa de Licitação

AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA - CIM NOROESTE/ES

Águia Branca/ES, 27 de maio de 2025.

Número do Processo Administrativo: 1.077/2025.
Dispensa: 28/2025.
Nome do Credor: CASSIO WIEDENHOEFT ME.
Número CNPJ: 35.900.929/0001-51.
Endereço: Rua Orion, nº 2, Santa Mônica, Guarapari/ES, CEP: 29221-350.
Valor: R$ 29.990,00 (vinte e nove mil, novecentos e noventa reais).
AUTORIZO a presente dispensa de licitação com fulcro no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista o fundamento constante do processo em destaque.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente do CIM NOROESTE
Protocolo 1559320

Consórcio Público da Região Polinorte do Espírito Santo - CIM Polinorte -

Aviso de Licitação

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA DATA DE ABERTURA
P.E Nº. 024/2025
Proc. Nº. 198/2025
ID: 2025.501C2600003.01.0004

O Consórcio Público da Região Polinorte - CIM POLINORTE, **COMUNICA** a **RETIFICAÇÃO** da **DATA DE ABERTURA** do Edital o PE nº 024/2025. Objeto: R.P. PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS (CATETER E SCALP).
O CERTAME TERÁ SUA ABERTURA DIA 10/06/25 ÀS 09H e se realizará no portal: www.bll.org.br, site: http://www.cimpolinorte.es.gov.br/.

Ibiraçu/ES, 27 de maio de 2025.

Marina Foeger Romagnha Lombardi
Agente de Contratação - Pregoeira
CIM Polinorte
Protocolo 1559193

Ata de Registro de Preço

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 323/2024 PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2024.

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE - CIM POLINORTE, CNPJ: 02.618.132/0001-07, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços nº163/2024 à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MIMOSO DO SUL** conforme descrito abaixo: **EMPRESA: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA (FILIAL), inscrita no CNPJ sob o nº 79.788.766/0025-00.OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR PARA OS COMPONENTES CURRICULARES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIÊNCIAS E MATEMÁTICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO), QUE DEVERÁ FORNECER MATERIAL DE APOIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ACESSO A PLATAFORMA DIGITAL E PROCESSO DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA, PARA ATENDER À NECESSIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.ARP Nº163/2024.**
ITEM/QUANTIDADE
01 (LOTE 02) -14
01 (LOTE 03)- 07

MARCOS GERALDO GUERRA
Presidente CIM POLINORTE
Protocolo 1559578

Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM Pedra Azul

Dispensa de Licitação

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ID CIDADES: 2025.501C2600009.09.0005

AUTORIZO e RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2025, com fulcro no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c seu § 2º, haja vista o fundamento constante do processo em destaque:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 79/2025
OBJETO: Prestação de serviços de reformulação, implantação, treinamento, manutenção, gerenciamento e hospedagem do WEBSITE do CIM Pedra Azul, armazenamento, processamento, backup e gestão dados/documentos em nuvem, bem como elaboração da interface do site com todos os campos e suas informações e fornecimento estimado de 10 contas de e-mail institucional com no mínimo de 10 GB de armazenamento.
NOME DO FORNECEDOR SELECIONADO: SM TECNOLOGIA LTDA
CNPJ Nº: 34.889.997/0001-02
VALOR TOTAL: R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

Afonso Cláudio/ES, 27 de maio de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente CIM PEDRA AZUL
Protocolo 1559472

Adjudicação e/ou Homologação

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 - TCEES ID Nº 2025.501C2600009.18.0001

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Licitação, de posse dos documentos apresentados pela empresa **R L ALVES SERVIÇOS DE ENFERMAGEM**, inscrita no CNPJ sob o nº **60.615.229/0001-62**, com base no que disciplina o item 5.1 do Edital de Chamamento Público, procedeu análise dos documentos, concluindo oportunamente, que foram atendidas as exigências previamente estabelecidas, estando assim, a empresa em tela, **HABILITADA E APTA** ao Credenciamento para a Prestação de Serviços de Saúde.

Keyla Monteiro Zanetti de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação - CIM PEDRA AZUL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Verificada a presença dos elementos necessários e a regularidade do feito, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o credenciamento da empresa **R L ALVES SERVIÇOS DE ENFERMAGEM** inscrita no CNPJ sob o nº **60.615.229/0001-62**, para a prestação de serviços de saúde.

Afonso Cláudio/ES, em 27 de maio de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana do Espírito Santo
CIM PEDRA AZUL

Protocolo 1559035

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 - TCEES ID Nº 2025.501C2600009.18.0001

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Licitação, de posse dos documentos apresentados pela empresa **RADIOCOR MANHUAÇU LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **54.377.855/0001-65**, com base no que disciplina o item 5.1 do Edital de Chamamento Público, procedeu análise dos documentos, concluindo oportunamente, que foram atendidas as exigências previamente estabelecidas, estando assim, a empresa em tela, **HABILITADA E APTA** ao Credenciamento para a Prestação de Serviços de Saúde.

Keyla Monteiro Zanetti de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação - CIM PEDRA AZUL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Verificada a presença dos elementos necessários e a regularidade do feito, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o credenciamento da empresa **RADIOCOR MANHUAÇU LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **54.377.855/0001-65**, para a prestação de serviços de saúde.

Afonso Cláudio/ES, em 27 de maio de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana do Espírito Santo
CIM PEDRA AZUL

Protocolo 1559075

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 - TCEES ID Nº 2025.501C2600009.18.0001

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Licitação, de posse dos documentos apresentados pela empresa **VILA RICA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **03.954.910/0001-00**, com base no que disciplina o item 5.1 do Edital de Chamamento Público, procedeu análise dos documentos, concluindo oportunamente, que foram atendidas as exigências previamente estabelecidas, estando assim, a empresa em tela, **HABILITADA E APTA** ao Credenciamento para a Prestação de Serviços de Saúde.

Keyla Monteiro Zanetti de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação - CIM PEDRA AZUL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Verificada a presença dos elementos necessários e a regularidade do feito, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o credenciamento da empresa **VILA RICA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **03.954.910/0001-00**, para a prestação de serviços de saúde.

Afonso Cláudio/ES, em 27 de maio de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana do Espírito Santo
CIM PEDRA AZUL

Protocolo 1559265

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 - TCEES ID Nº 2025.501C2600009.18.0001

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Licitação, de posse dos documentos apresentados pela empresa **HW ENFERMAGEM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **60.968.265/0001-00**, com base no que disciplina o item 5.1 do Edital de Chamamento Público, procedeu análise dos documentos, concluindo oportunamente, que foram atendidas as exigências previamente estabelecidas, estando assim, a empresa em tela, **HABILITADA E APTA** ao Credenciamento para a Prestação de Serviços de Saúde.

Keyla Monteiro Zanetti de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação - CIM PEDRA AZUL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Verificada a presença dos elementos necessários e a regularidade do feito, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o credenciamento da empresa **HW ENFERMAGEM LTDA** inscrita no CNPJ

sob o nº **60.968.265/0001-00**, para a prestação de serviços de saúde.

Afonso Cláudio/ES, em 27 de maio de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana do Espírito Santo
CIM PEDRA AZUL

Protocolo 1559570

Consórcio Público Intermunicipal Para Fortalecimento da Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - COINTER

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2025
PREÂMBULO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS HORTIGRANJEIROS - COINTER, com sede à Rodovia Cônego João Guilherme, S/N, Bairro Santa Helena, Colatina/ES, CEP: 29.705-720, por meio do Setor Administrativo, com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, bem como demais legislações aplicáveis à matéria e, de acordo com o disposto no presente Aviso e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa Presencial, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O Aviso encontra-se disponível na página do Consórcio COINTER (https://www.cointernoroeste.com.br/), bem como, na página do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

Processo Administrativo Nº 157/2025
Dispensa de Licitação N° 014/2025
ID Contratações 2025.501C2600001.09.0015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de lâmpadas de LED para o Consórcio Público Intermunicipal para o Fortalecimento da Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - COINTER

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: Dia 30/05//2025, às 23h:59min, via e-mail.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: compras.cointer@gmail.com

LINK DE ACESSO AO EDITAL: https://www.cointernoroeste.com.br/contratacoes-diretas/

Protocolo 1559546

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Guandu - Cim Guandu

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº12/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO CIM GUANDU: Nº151/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO SISTEMA DE COMPRAS: Nº13/2025.
ID CidadES/Contratação: Nº2025.501C2600008.09.0010.
O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO GUANDU (CIM GUANDU)**, com Sede na Avenida Presidente Vargas, Nº121, 2º andar, Sala 201 - Centro. CEP: 29600-000, Afonso Cláudio - Espírito Santo, por meio da Gerência de Administração e Planejamento, com fulcro na Lei Federal Nº14.133/2021 e suas alterações e demais legislações vigentes e de acordo com o disposto no presente Aviso e seus respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do Art. 75º, Inciso II, § 2º e Art. 6º, XLV e XLVI, nos termos da Lei Federal Nº14.133/2021. O Aviso encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na página do Consórcio (https://cimguandu.es.gov.br/).
PROCESSO ADMINISTRATIVO CIM GUANDU: Nº151/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO SISTEMA DE COMPRAS: Nº13/2025.
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços de publicação, na forma eletrônica e/ou impressa dos atos oficiais emitidos pelo CIM GUANDU, em jornal diário de grande circulação, sob demanda, conforme especificações e exigências constantes neste Termo de Referência.
DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: Dia 30/05/2025, às 23h:59min via e-mail ou presencialmente na Sede do CIM Guandu em horário comercial.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília-DF.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: cimguandu@gmail.com.

Protocolo 1559625

